



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS
CENTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISAS EM ADMINISTRAÇÃO**

Juliana Cristina Teixeira

**AS ARTES E PRÁTICAS COTIDIANAS DE VIVER, CUIDAR,
RESISTIR E FAZER DAS EMPREGADAS DOMÉSTICAS**

BELO HORIZONTE

2015

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS
CENTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISAS EM ADMINISTRAÇÃO**

Juliana Cristina Teixeira

**AS ARTES E PRÁTICAS COTIDIANAS DE VIVER, CUIDAR,
RESISTIR E FAZER DAS EMPREGADAS DOMÉSTICAS**

Tese apresentada ao Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção de título de Doutora em Administração.

Área de Concentração - Estudos Organizacionais e Sociedade

Orientador - Prof. Dr. Alexandre de Pádua Carrieri

BELO HORIZONTE

2015

Ficha Catalográfica

T266a
2015

Teixeira, Juliana Cristina.
As artes e práticas cotidianas de viver, cuidar, resistir e fazer das empregadas domésticas [manuscrito] / Juliana Cristina Teixeira. – 2015.
412 f.: il.

Orientador: Alexandre de Pádua Carrieri.
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Pós Graduação e Pesquisas em Administração.
Inclui bibliografia (f. 389-412).

1. Empregados domésticos – Teses. 2. Trabalho – Teses.
I. Carrieri, Alexandre de Pádua. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração.
III. Título.

CDD: 331.11

Elaborada pela Biblioteca da FACE/UFMG – NMM080/2015



Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Ciências Econômicas
Departamento de Ciências Administrativas
Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração

ATA DA DEFESA DE TESE DE DOUTORADO EM ADMINISTRAÇÃO da Senhora **JULIANA CRISTINA TEIXEIRA**, REGISTRO Nº 148/2015. No dia 30 de junho de 2015, às 14:00 horas, reuniu-se na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, a Comissão Examinadora de Tese, indicada pelo Colegiado do Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração do CEPEAD, em 18 de junho de 2015, para julgar o trabalho final intitulado "**As Artes e Práticas Cotidianas de Viver, Cuidar, Resistir e Fazer das Empregadas Domésticas**", requisito para a obtenção do **Grau de Doutor em Administração**, linha de pesquisa: **Estudos Organizacionais e Sociedade**. Abrindo a sessão, o Senhor Presidente da Comissão, Prof. Dr. Alexandre de Pádua Carrieri, após dar conhecimento aos presentes o teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra à candidata para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores com a respectiva defesa da candidata. Logo após, a Comissão se reuniu sem a presença da candidata e do público, para julgamento e expedição do seguinte resultado final:

APROVAÇÃO;

() APROVAÇÃO CONDICIONADA A SATISFAÇÃO DAS EXIGÊNCIAS CONSTANTES NO VERSO DESTA FOLHA, NO PRAZO FIXADO PELA BANCA EXAMINADORA (NÃO SUPERIOR A 90 NOVENTA DIAS);

() REPROVAÇÃO.

O resultado final foi comunicado publicamente à candidata pelo Senhor Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião e lavrou a presente ATA, que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora. Belo Horizonte, 30 de junho de 2015.

NOMES

ASSINATURAS

Prof. Dr. Alexandre de Pádua Carrieri
ORIENTADOR (CEPEAD/UFMG)

Prof. Dr. Luiz Alex Silva Saraiva
(CEPEAD/UFMG)

Prof. Dr. Marcelo Machado de Luca de Oliveira Ribeiro
(Universidade de São Paulo/SP)

Prof. Dr. Marco Aurélio Máximo Prado
(FAFICH/UFMG)

Profª. Drª. Silvana Aparecida Mariano
(Universidade Estadual de Londrina)

*À minha Mãe, sempre
lutadora pela sua e pela
minha existência por meio do
trabalho doméstico.
E, ao Pedro Davi,
vida linda iniciada junto
com este doutorado...*

AGRADECIMENTOS

Agradecer, que oportunidade prazerosa essa de colocar explicitamente em palavras o que, muitas vezes, deixamos na esfera do subentendido. Tarefa ao mesmo tempo difícil, pois não conseguirei fazer jus às várias pessoas cujas existências se cruzaram com a minha e contribuíram para que esta tese fosse construída. Em primeiro lugar, bem clichê mesmo, agradeço a Deus e a quaisquer forças não inteligíveis que contribuíram para a chegada deste momento.

Agradeço ao Marco, meu parceiro de vida há quase dez anos e, sem quem, eu talvez não conseguisse concluir (se é que se é possível concluir, de fato) a escrita desta tese aqui, agora, em junho de 2015. Com sua já espontânea virtude de não se identificar como um sujeito masculino, com todas as construções ideológicas atribuídas a esse sujeito masculino, construiu comigo uma parceria de formar, novamente de maneira espontânea, uma família que faz com que meu filho não saiba, hoje, o que é *papel de mãe* e o que é *papel de pai*, embora ele tenha suas preferências do que fazer com cada um e, principalmente, do que fazer juntinho com os dois, *mamãe, papai, mamãe, papai*, como ele diz. Se não fosse seu cuidado com ele, enquanto a mãe dele travava até o último minuto uma última batalha contra seu cóccix e dores intermitentes para conseguir o básico para escrever – ficar sentada – isso aqui, hoje, não seria possível. Obrigada pelo seu amor, obrigada pelo seu cuidado e obrigada por ser esse homem incrível! Amo-te!

Agradeço ao Pedro Davi que, nos últimos dias, ansiou pacientemente que sua mãe terminasse o *trabalho graaaande* que tinha pra terminar para que ela pudesse ficar mais e mais juntinha a ele. E que fez também com que a mamãe desenvolvesse uma enorme habilidade de escrever enquanto o ouvia e com ele conversava ao mesmo tempo. Pedro, você é a Luz na minha vida, materialização de um amor que nunca senti igual. Agradeço por ser esse filho tão lindo, carinhoso, cheio de abraços, beijos e de palavras como *mamãe linda, mamãe bonitinha, e eu gosto muito de você* para me oferecer. Agradeço por me acordar todos os dias como uma luz cheia de cachinhos pra me alegrar: — *Mamãe, eu quero deitar com você*. Amo-te, meu pequeno! Que daqui a algum tempo você possa ler, sozinho, este agradecimento da mamãe.

Agradeço a minha Mãe, que conseguiu me proporcionar, sozinha, uma bela vivência de um amor incondicional, do qual eu sinto muitas saudades. É inexprimível o quanto eu tenho a lhe agradecer. Amo-te, muito!

Agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Alexandre de Pádua Carrieri, com quem me encontrei como pesquisadora. Obrigada pelos ensinamentos, pela compreensão, pela amizade e pela confiança! E não poderia deixar também de agradecer aquele *e-mail* mencionando o termo *domésticas*! Foi como um “plim!”!

Agradeço ao Prof. Dr. Eloisio Moulin de Souza, quem me acompanhou desde o início deste trabalho, avaliando meu ensaio de qualificação, participando da banca de qualificação do projeto e respondendo aos meus *e-mails*, sendo aquele conselheiro a quem eu sempre recorria.

Sua contribuição foi fundamental para tornar meu caminho um pouco mais fácil. Muito obrigada, mesmo! Agradeço ao Prof. Dr. Luiz Alex Silva Saraiva, um professor brilhante e, ao mesmo tempo, divertidíssimo, cujos ensinamentos valiosos e as disciplinas contribuíram muito para o meu caminhar e por ter contribuído muito em minha qualificação de projeto e por estar novamente presente na defesa da tese.

Agradeço aos professores doutores Marcelo Ribeiro, Marco Aurélio Máximo Prado e Silvana Aparecida Mariano, por terem aceitado o convite para participação na banca de defesa. Agradeço às professoras doutoras Flávia Naves e Mônica Cappelle, por terem participado da minha banca de qualificação do projeto e, também, pela torcida e apoio constante de vocês desde o mestrado.

Agradeço aos amigos que encontrei no NEOS e os quais quero levar para a vida toda. Ao Denis, por sua simplicidade e amizade gostosa. Foi um grande parceiro e compartilhador de saberes e de angústias. Ao Edson, poeta em forma de amigo, que foi, sempre, como dizem em relação a ele, um fofo comigo. Muito obrigada, meu amigo! À Elisa Ichikawa, como eu sou grata por ter conhecido essa japa querida! Obrigada pelo apoio, pelas conversas e por sua querida amizade! Ao Daniel, à Elis e ao Remer, pelas parcerias e conversas divertidas!

Agradeço também a outros queridos colegas do doutorado: Rogério, Eduardo, Leonel, Flaviana, que estavam lá para me ajudar quando precisei, e com quem compartilhei bons momentos. Agradeço ao Osmar por ter contribuído bastante para esta pesquisa.

Agradeço à Josiane Oliveira, parceira incrível de inquietações, trabalhos e pesquisas. Ao Amon Barros e à Ana Diniz, o casal que, desde que entrei como uma estranha no ninho, olhou para mim em um sentido bem humano desse verbo olhar. Obrigada pela acolhida e obrigada pela ajuda! À Maroca Oliveira, por suas inspiradoras lutas cotidianas pelas mulheres.

Agradeço à Cibele Aguiar, um anjo que Deus colocou na minha vida e na vida do Pedro (DAVI!). As palavras não podem agradecer a ela suficientemente! Agradeço à Fernanda Onuma, grande amiga, grande ser humano e grande parceira de inquietações e de congressos. Obrigada pela torcida e pela ajuda de sempre! Agradeço também a alguns amigos da vida, que estiveram torcendo por mim durante todo esse tempo: Leninha, Natália, Alexandre, Thaís, Fabiana, Elizete; e às minhas tias Roseli, Lúcia e Marli.

Agradeço, também, a alguém que se tornou, nos bastidores, personagem fundamental para que eu conseguisse finalizar esta tese, a ortopedista Clarissa Hees Drumond. Muito obrigada pela maneira pela qual pratica o cuidado dos outros!

Agradeço às mulheres que me concederam as entrevistas e por terem aberto a mim suas trajetórias de vida, sem que eu nem as conhecesse, e cujas vozes eram minha principal ferramenta de trabalho.

Finalmente, agradeço à CAPES, pela bolsa concedida nos primeiros dois anos do doutorado. E ao CNPq, pela bolsa concedida nos últimos dois anos. Sem elas, este doutorado não seria, mesmo, possível.

“É sempre bom recordar que não se deve
tomar os outros por idiotas.”
(CERTEAU, 1998, p. 273)

RESUMO

O objetivo principal desta tese é conhecer, por meio de uma perspectiva pós-estruturalista, as práticas cotidianas de empregadas domésticas que representem suas artes de viver, cuidar, resistir e fazer. As expressões artes de viver, cuidar e resistir são retiradas de Foucault (1980; 1992; 2006a; 2006b), pois guardam relações com a analítica foucaultiana do poder e com sua abordagem do cuidado de si (e dos outros). Já a expressão artes de fazer é retirada de Certeau (1998), autor que fala sobre as invenções cotidianas dos sujeitos. Foram estabelecidas quatro questões orientadoras: 1) como o trabalho doméstico atua como um processo de subjetivação que afeta a constituição subjetiva das empregadas domésticas? (estudo das artes de viver e de cuidar); 2) quais são as influências das categorias gênero e raça nas artes das empregadas domésticas? (estudo das artes de viver e de cuidar); 3) as práticas cotidianas das empregadas domésticas refletem o aspecto relacional do poder (permitindo o entendimento de que elas exercem poder, sofrem com sua ação e também a ele resistem)? (estudo das artes de resistir e artes de fazer); 4) que saberes cotidianos e ordinários circulam entre as práticas das empregadas domésticas? (estudo das artes de fazer e artes de resistir). A pesquisa é qualitativa. A produção dos dados envolveu a realização de entrevistas com empregadas domésticas que trabalham na cidade de Belo Horizonte (MG) e a analítica teórico-metodológica utilizada foi a Análise Crítica do Discurso. Os resultados da pesquisa permitiram a análise de que o trabalho doméstico atua como processo que afeta a constituição subjetiva das empregadas por ele funcionar como um dispositivo de poder. Funcionando dessa maneira, afeta sua constituição por meio de processos de objetivação, subjetivação e, também, por meio das noções de ética e cuidado de si. Em relação à categoria gênero, ela se liga às trajetórias dessas mulheres afetando sua constituição subjetiva por meio de uma prática cotidiana de *fazer* gênero que atravessa suas *performances*, que se ligam a identidades de gênero caracterizadas por construções sociais que disciplinam seus corpos para a prática cotidiana de atividades historicamente associadas às mulheres, como o cuidado da casa, dos filhos e dos maridos. Já, em relação à categoria raça, ela influencia a constituição subjetiva das empregadas por meio do estabelecimento de relações ambíguas, complexas e contraditórias dessas com essa noção socialmente construída. Essas duas categorias – gênero e raça – influenciam suas artes de viver e de cuidar por meio de processos de identificação e desidentificação subjetiva a identidades sociais de gênero; por meio de um *fazer* gênero extremamente ligado a *performances* de *cuidado* dos outros; por meio de uma ligação subjetiva quase sempre negativa com uma identidade racializada e construída como negra, em contraste com uma possibilidade de *vivência* de uma identidade racializada e construída como branca, que elimina barreiras e abre portas de interação social. As práticas cotidianas das empregadas refletem também o aspecto relacional do poder, resultado esse obtido por meio da abordagem de suas *artes de resistir e de fazer*. Além disso, vários saberes cotidianos e ordinários foram apreendidos na abordagem das práticas dessas empregadas, os quais se ligam a um saber amplo: o de saber gerir e participar da gestão de uma vida social organizada.

Palavras-chave: trabalho; empregadas domésticas; pós-estruturalismo; cotidiano; gênero; raça.

PRÓLOGO

“A minha bisavó foi escrava. A minha vó, doméstica. A minha mãe, quando eu nasci, ela disse que preferia me ver morta do que empregada doméstica. Eu sou doméstica!” - Personagem Créo do filme *Domésticas* (MEIRELLES, 2001). Não, eu não sou doméstica. Entretanto, poderia ser. Essas palavras acima poderiam ser minhas. Poderiam se eu não tivesse feito escolhas que me levaram hoje até aqui, até a elaboração desta tese. Embora não tenha sido doméstica, preciso dizer de que lugar falo. A tese aqui projetada é de alguém que fala do lugar de filha de uma mulher que foi empregada doméstica a vida inteira e que era também mãe solteira. Sou mulher e sou negra, além de várias outras características que implicam meu pertencimento a determinados grupos sociais. Falo do lugar de alguém que vivenciou, durante os 16 primeiros anos de vida, o cotidiano de empregadas domésticas. Embora não o tenha vivido como uma empregada, mas como filha de uma delas, vivenciei misérias e riquezas desse cotidiano. De certa maneira, o trabalho doméstico, ainda que indiretamente, atuou como processo de subjetivação na minha própria constituição subjetiva.

Nesse momento, pode ser que leitoras e leitores estejam pensando que esta tese se constitui em um desabafo interessado de uma filha que precisa *vingar* os sofrimentos de sua mãe (já falecida, o que poderia reforçar essa necessidade de vingança) e que se tornará um discurso, sobretudo, de vitimização dessas mulheres. Em primeiro lugar, acredito que os dados estatísticos a respeito das condições e situações de vida dessas trabalhadoras, bem como os aspectos históricos que remontam ao período da escravidão no Brasil, por si sós, já demonstram aspectos dessa vitimização. O que quero enfatizar aqui é que a relação pessoal que mantenho com esta tese não seria, propriamente, de uma vingança (até porque a vingança invoca uma intensidade de sentimentos que provavelmente não conseguiria permitir a elaboração de um discurso coerente), ou de uma tentativa de demonstrar as empregadas somente como o lado frágil das relações de trabalho por elas estabelecidas. Embora tal fragilidade possa ser em alguns casos significativa, essa não é minha intenção aqui.

Não sou uma pesquisadora desinteressada. Não sou neutra, falo de algum lugar e por algum motivo. Escolhi esse tema também em função do que vivi e de quem eu sou. Entretanto, minha intenção principal é dar voz a essas empregadas, trazer uma pesquisa na qual elas não sejam sujeitos marginais ou sujeitos silenciados. É por meio das narrativas dessas mulheres que abordarei suas práticas, narrativas estas que poderão me conduzir, sim, a aspectos dessa vitimização. No entanto, esta tese tem como foco justamente pensar essas mulheres, não só como dominadas, mas também como sujeitos que podem exercer micropoderes, *resistir*, *cuidar* de si e dos outros e, por que não, gerir os outros, seus lares, seu cotidiano?

Embora exista essa relação pessoal com o tema, isso não implica que eu já deduza o que essas mulheres me falarão, dedução essa perigosa para o fazer ciência e, inclusive, para a análise do discurso que pretendo realizar. Escrevo aqui como uma pesquisadora. No entanto,

ao reconhecer minha relação com o tema, demonstro que minhas experiências, que meu consciente e inconsciente estarão intimamente relacionados com o que discuto. Se isso é fazer ciência, depende de que ponto de vista de ciência se fala. Não falo aqui de uma ciência positivista e nem de uma ciência axiologicamente neutra, pois a ciência, como diz uma ex-professora minha, é *gender blinded*, *race blinded* etc. Reconheço, assim, a não neutralidade e a subjetividade dos pesquisadores, mesmo quando fazem ciência.

Pois bem, toda essa introdução, aparentemente segura da relação que mantenho com a tese, diz também respeito à minha própria angústia de falar de algo com que mantenho relações tão pessoais. Fico em um dilema entre o necessário estranhamento entre pesquisadores e sujeitos de pesquisa e o reconhecimento da subjetividade do próprio pesquisador. Como resolvo esse dilema? Mais uma vez reforçando que não quero reconstituir as empregadas domésticas como os outros dessa pesquisa. *Elas* são a minha pesquisa! Sendo assim, os holofotes estarão em suas narrativas e, não, em minhas experiências, embora essas tenham estado inevitavelmente presentes nos momentos das entrevistas, das análises e da redação da tese. Nesse sentido, o exercício que aqui me proponho a fazer é o de buscar uma postura constantemente reflexiva enquanto pesquisadora.

Além disso, a pesquisadora que vos fala não é a garotinha que acompanhava sua mãe no trabalho doméstico. É aquela que hoje reflete sobre esse tema do trabalho doméstico depois de alguns anos na pós-graduação. É uma pesquisadora que tem novos olhares para os mesmos fenômenos com os quais já convivia. É alguém que agora carrega consigo aportes teóricos para refletir sobre as artes de viver das empregadas, aportes esses que abrem novas portas para novas percepções. Mesmo quando as percepções não são novas, elas estão agora mais localizadas contextualmente, entendidas dentro de cenários e perspectivas sócio-históricas.

A despeito dessas relações pessoais com o tema, como cheguei a ele? Como pensei na possibilidade de estudar as empregadas domésticas em uma tese na área de administração? A abertura para esse tema tem forte relação com meu orientador e com o grupo de pesquisa do qual faço parte: o Núcleo de Estudos Organizacionais e Sociedade (NEOS). No início do doutorado, há uma chuva constante de novas ideias, reflexões e, principalmente, provocações e inquietações, o que faz parte da nossa constituição cotidiana como pesquisadores. Nesse início, minha única certeza era que queria dar voz a pessoas que comumente são marginalizadas na história e nos estudos sobre gestão.

Em um primeiro momento, pensei em estudar as práticas cotidianas das prostitutas na gestão de seu *negócio*. Contudo, no momento em que li um *email* do meu orientador, no qual ele citava as empregadas domésticas como possibilidade de estudo, houve uma identificação imediata. Não tinha passado ainda pela minha cabeça que poderia estudá-las. Até porque não tinha ainda visto estudos em administração que abordassem essas trabalhadoras. No mesmo dia, coincidentemente, ao fazer uma pesquisa na *internet* sobre outro assunto, deparei-me com uma dissertação sobre empregadas domésticas do Departamento de Sociologia da USP, intitulada: *Você vai me servir: desigualdade, proximidade e agência nos dois lados do*

Equador, a qual despertou ainda mais meu interesse por esse universo enquanto possibilidade de pesquisa. E foi daí em diante que defini quem seriam minhas sujeitas de pesquisa. Após essa definição, permaneci em um constante buscar pelo que de fato estudar.

Os caminhos teóricos os quais me proponho seguir nesta tese estão vinculados também a caminhos que têm sido seguidos pelos pesquisadores do NEOS, como o cotidiano, o poder relacional e a gestão ordinária. E foi por meio do grupo que tive contato com algumas dessas perspectivas teóricas. Nesse sentido, falo aqui em primeira pessoa do singular, por ser esta a minha tese. No entanto, o falo em vários momentos como se fosse um *nós*, pois não construí sozinha esta tese. Embora seja meu trabalho, e eu seja responsável pelo que aqui falo e pelo que desenvolverei, há também uma construção coletiva com contribuições explícitas e implícitas do meu orientador, do meu grupo de estudos e de meus colegas.

Contudo, meu lugar como pesquisadora aqui ultrapassa esse lugar vinculado aos estudos organizacionais. Percebi em minhas pesquisas que os estudos realizados sobre empregadas domésticas, todos fora do âmbito da administração, são comumente realizados por mulheres que não são construídas como negras e que reconhecidamente falam do lugar de patroas. Elas em geral assumem o posicionamento de serem mulheres que, desde a infância, conviveram cotidianamente com a personagem da empregada doméstica lhes servindo. Como meu posicionamento diverge desse, acredito que essa divergência possa trazer duas implicações. A primeira é que ela pode trazer novos olhares para a reflexão sobre as empregadas domésticas e sobre as articulações de gênero e raça. O segundo é que ela implicará um exercício constante de estranhamento em relação ao meu objeto de estudo, já que ele agora será analisado por meio de perspectivas teóricas que podem trazer novas significações e (res)-significações para o meu saber.

Por fim, esclareço que nomeio esta parte da minha tese como prólogo porque quero enfatizá-la como um antecedente de discursos, pois o que apresentarei na tese são esforços discursivos. Quero assim fugir do tradicionalismo presente, por exemplo, na noção de preâmbulo, até porque aqui não pretendo demonstrar *razões* que justificam minha tese¹. Neste espaço específico, que não é ainda uma introdução, tentei apresentar elementos históricos e subjetivos que me levaram à escolha do tema e que, não necessariamente, se enquadram em uma decisão nos moldes tradicionais de racionalidade.

¹ O prólogo é um gênero literário introdutório que se relaciona a domínios discursivos, não sendo simplesmente um sinônimo de prefácio. É um termo utilizado de forma escassa pela comunidade acadêmica, pois não tem como pretensão apresentar o resumo de uma obra. No prólogo, temos palavras que antecedem um discurso, sendo muito utilizado no teatro, em obras literárias de ficção e teses de âmbito literário (BEZERRA, 2006). Utilizo também esse termo porque acredito que, assim como as artes do teatro e as obras literárias de ficção, o escrever acadêmico também envolve a prática de uma arte.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO (Iniciando as artes).....	14
2	POSICIONAMENTO EPISTEMOLÓGICO E POLÍTICO (De que lugar falo?).....	25
	2.1 Posicionamento epistemológico	25
	2.1.1 O pós-estruturalismo.....	27
	2.1.2 Posicionamento político.....	39
3	O CONTEXTO HISTÓRICO DAS EMPREGADAS DOMÉSTICAS NO BRASIL (Os jogos de verdade a respeito do que é ser empregada doméstica na sociedade brasileira).....	43
3.1	As definições formais e os aspectos legais do contexto das empregadas domésticas brasileiras	45
3.2	O cenário atual do mercado de trabalho doméstico no Brasil	53
3.3	Relações raciais no Brasil	59
3.4	Um resgate histórico acerca do trabalho, das práticas e das construções sociais relacionadas às empregadas domésticas no Brasil	71
3.4.1	As escravas domésticas: a escravidão e a origem do trabalho doméstico no Brasil.....	72
3.4.2	As criadas nas <i>senzalas domésticas</i> : o período pós-escravocrata e o trabalho doméstico no Brasil.....	79
3.4.3	As mensalistas residentes: relações de trabalho assalariadas dividindo o mesmo espaço privado.....	85
3.4.4	As mensalistas não residentes: relações de trabalho assalariadas e <i>cada um em seu quadrado</i>	88
3.4.5	As diaristas, a escassez de mensalistas (não se fazem mais empregadas como antigamente) e os discursos da mídia para a (res)-significação do trabalho doméstico.....	93
3.5	Os sentidos do que é ser empregada doméstica	98
4	OS CAMINHOS PARA AS ARTES (Os caminhos e descaminhos da pesquisa).....	104
4.1	A natureza dos caminhos e dos descaminhos	104
4.2	Construção do corpus da pesquisa	106
4.3	Quem serão as sujeitas participantes da pesquisa	112
4.4	Análise dos dados	114

4.4.1 A Teoria Social do Discurso e o desenho do método.....	119
5 RECONTANDO TRAJETÓRIAS: AS HISTÓRIAS NARRADAS PELAS EMPREGADAS DOMÉSTICAS.....	134
6 AS ARTES DE VIVER E DE CUIDAR DAS EMPREGADAS DOMÉSTICAS (Foucault e a constituição do sujeito).....	182
6.1 As artes de viver (A constituição do sujeito em Foucault).....	187
6.1.1 Partindo para as análises das artes de viver: as empregadas domésticas objetivadas.....	190
6.1.2 Partindo para as análises das artes de viver: as empregadas domésticas subjetivadas.....	204
6.2 As artes de cuidar (Explorando as relações entre a ética, o cuidado de si e a constituição subjetiva).....	226
6.2.1 Partindo para as análises das artes de cuidar (Explorando as relações entre a ética, o cuidado de si e a constituição subjetiva das empregadas domésticas).....	236
7 GÊNERO E RAÇA NA PERSPECTIVA PÓS-ESTRUTURALISTA E A INFLUÊNCIA DESSAS CATEGORIAS (DESCONSTRUÍDAS) NAS ARTES DAS EMPREGADAS DOMÉSTICAS.....	255
7.1 A categoria gênero e o pós-estruturalismo.....	258
7.1.1 Partindo para as análises: a influência de gênero nas artes das empregadas domésticas.....	265
7.2 Agora é hora de desconstruir: a categoria raça e o pós-estruturalismo.....	277
7.2.1 Raça: uma categoria sócio-histórica que constrói/embasa relações de poder..	278
7.2.2 Por que o termo raça, por que recorrer a uma caixinha já biologicamente desconstruída?.....	281
7.2.3 Pensando pós-estruturalmente a categoria raça.....	288
7.2.4 O que é ser negro, hoje, na sociedade brasileira?	298
7.2.5 Partindo para as análises: a influência de raça nas artes das empregadas domésticas.....	318
8 AS ARTES DE RESISTIR E AS ARTES DE FAZER (Unindo o aspecto relacional do poder no cotidiano das empregadas, por Foucault, aos saberes cotidianos e ordinários das empregadas domésticas, por Certeau).....	328
8.1 As artes de resistir (O aspecto relacional do poder por Foucault).....	328
8.2 As artes de fazer (Os saberes cotidianos e ordinários por Certeau).....	332

8.2.1 O cotidiano por meio de Certeau.....	339
8.2.2 Estratégias e táticas cotidianas por meio de Certeau.....	347
8.3 Partindo para as análises: as artes de resistir e as artes de fazer das empregadas domésticas (Unindo o aspecto relacional do poder no cotidiano das empregadas, por Foucault, aos saberes cotidianos e ordinários das empregadas domésticas, por Certeau).....	353
9 EPÍLOGO.....	373
REFERÊNCIAS.....	389

1 INTRODUÇÃO

(Iniciando as artes)

O objetivo principal desta tese é o de conhecer as práticas (estratégias e táticas) cotidianas de empregadas domésticas que representem suas artes de viver, cuidar, resistir e fazer. A expressão *artes de viver*, e os termos *cuidar e resistir* retiro de Michel Foucault (1980; 1992; 2006a; 2006b), pois guardam relações com a analítica foucaultiana do poder e com sua abordagem do cuidado de si (e dos outros). Já a expressão *artes de fazer* está presente em Certeau (1998), sendo as analíticas dos dois autores as principais para esta tese. Dentro desse objetivo, está inserido o de analisar se, por meio do cuidado de si (e dos outros) e de estratégias e táticas cotidianas, as empregadas domésticas conseguem não só *resistir* aos exercícios de poderes a elas direcionados, mas também exercer micropoderes. Dessa forma, esta tese é dedicada à mulher ordinária,

herói[na] comum. Personagem disseminada. [...] Os projetores abandonaram os atores donos de nomes próprios e de brasões sociais para voltar-se para o coro dos figurantes amontoados dos lados [...]. Sociologização e antropogilização da pesquisa privilegiam o anônimo e o cotidiano onde zooms destacam detalhes metonímicos – partes tomadas pelo todo (CERTEAU, 1998, p. 57).

A abordagem sobre as *artes de viver* está presente na obra de Foucault (1980; 2006a; 2006b), quando o autor parte para o estudo da ética e do cuidado de si enquanto estudo das relações que os sujeitos estabelecem consigo mesmo. As *artes de viver* envolvem a constituição “[...] de um sujeito capaz de refletir com liberdade sobre os destinos de sua vida”, é uma reflexão sobre “[...] as maneiras de *viver* [...]”. Foucault afirma que a vida deve ser tratada como uma obra de *arte* própria a cada sujeito.” (NARDI, 2002, p. 53). A ética e o cuidado de si, entendidos como *artes de viver*, estão também relacionados a *artes de resistir* porque seria por meio dessa *arte* da existência que os indivíduos resistiriam ao poder, o que também se aproxima da consideração de Foucault (1992) de que, onde há poder, há resistência.

Essa noção de ética e de cuidado de si envolve uma abordagem que perpassa toda a obra de Pierre Foucault: a constituição do sujeito. M. Foucault tratou da constituição do indivíduo por meio de processos de objetivação e de subjetivação, até chegar à abordagem da ética e do cuidado de si (*artes de cuidar*), que envolvem a constituição de um sujeito reflexivo sobre sua existência e os destinos de sua vida. Em sua obra, o autor pretendeu analisar ou problematizar os processos de subjetivação que constituem a subjetividade dos homens. E fez essa

problematização em relação a dois objetos: o governo e a sexualidade. Nesta tese, pretendo estudar a constituição subjetiva em relação ao trabalho.

Nesse sentido, *a primeira questão orientadora desta tese é: como o trabalho doméstico atua como um processo de subjetivação que afeta a constituição subjetiva das empregadas domésticas?* Essa primeira questão orientadora permitirá atingir parcialmente o *objetivo principal* da tese, conhecendo as práticas cotidianas das empregadas domésticas que representem suas *artes de viver e de cuidar*. Assim, estarei estudando os modos de objetivação, de subjetivação e o cuidado de si em relação ao trabalho. Traduzindo esse objetivo, trata-se de analisar como a experiência e a vivência cotidianas das empregadas com o trabalho doméstico e com os saberes / poderes a ele relacionados afetam sua constituição subjetiva. Por exemplo, como suas experiências em relação aos sentidos e construções sociais a respeito do que é ser empregada doméstica na sociedade brasileira (os quais envolvem relações entre saber e poder: os chamados jogos de verdade) afetam sua subjetividade. Entendendo ainda que, diante desses sentidos e construções sociais, elas podem estabelecer relações de poder e de resistência em um contínuo exercício de reflexão sobre si.

Ao analisar o trabalho doméstico em sua relação com a subjetividade das empregadas domésticas, estou assumindo nesta tese que o trabalho é um dispositivo de poder, assim como fez Nardi (2002) quando estudou como o trabalho afeta a constituição subjetiva de trabalhadores metalúrgicos do Rio Grande do Sul, utilizando justamente as noções de ética e de cuidado de si de Foucault (1980; 2006a; 2006b). Nardi (2007) argumenta que a modernidade ocidental tem dois importantes dispositivos de poder: a sexualidade e o trabalho. E são dois dispositivos que organizam a vida em sociedade e que exercem influência sobre as formas de subjetividade. Para o autor, além da sexualidade já estudada por Foucault (1980; 1985; 1998; 2004b), o trabalho também atua como um agenciador de modos de subjetivação. Embora Nardi (2002) traga em seu estudo a noção da centralidade do trabalho na vida dos indivíduos, da qual discordo, a aplicação que faz das noções de poder, ética e cuidado de si se aproxima desta tese.

Por meio do trabalho de Nardi (2002), podemos entender que, se falo das relações entre trabalho e subjetividade, essa *primeira questão orientadora* diz respeito a analisar como as empregadas domésticas vivenciam subjetivamente as experiências do trabalho doméstico. Estudar como o trabalho doméstico atua como processo de subjetivação é pensar, de maneira análoga ao estudo de Nardi (2002), como essas empregadas compreendem o lugar e as funções que lhes são atribuídas e as possibilidades que ela têm de aceitar ou rejeitar esses lugares. Além disso, é pensar como elas governam os dilemas de sua constituição subjetiva.

E como a relação dos sujeitos com o trabalho muda de acordo com o contexto e as especificidades históricas (NARDI, 2002), será dada nesta tese uma ênfase significativa à trajetória histórica do trabalho doméstico, trajetória esta que ocupa boa parte das páginas deste projeto, uma vez que contribuirá para o entendimento do trabalho doméstico, dos sentidos sociais (jogos de verdade) que ele assume na sociedade brasileira, e da maneira como ele representa uma combinação de diversas facetas dessa sociedade. Além de estar relacionado a dimensões de gênero e a dimensões econômicas¹, é permeado pelas características das relações raciais no Brasil, relações estas que serão abordadas.

Para pensar como o trabalho doméstico afeta a constituição subjetiva das empregadas, abordarei as diferentes maneiras pelas quais M. Foucault abordou a constituição do sujeito em sua obra, compreendendo as noções de objetivação, subjetivação e ética, entendida como a problematização do pensamento a respeito de nossa existência, uma reflexão a respeito dos destinos da vida (NARDI, 2002; 2007).

Para que essa *primeira questão orientadora* seja respondida, como se fala aqui em relações entre poder e saber, discutirei os jogos de verdade a respeito do que é ser empregada doméstica no Brasil, em capítulo dedicado à contextualização a respeito do trabalho doméstico. Esses jogos de verdade são entendidos como as relações entre saber e poder na produção de verdades a respeito do trabalho doméstico. Entender quais são os sentidos do que é ser empregada doméstica no País pode ajudar a entender de que maneira as empregadas se relacionam com eles. Para compreender esses jogos, nessa contextualização, trarei uma trajetória histórica do trabalho doméstico, que será eventualmente ilustrada por alguns discursos midiáticos sobre empregadas domésticas, em um sentido de complementação dessa contextualização.

A *segunda questão orientadora* desta pesquisa, por sua vez, diz respeito a duas dimensões sócio-históricas supracitadas: gênero e raça. Pressupondo que gênero e raça sejam

¹ O estudo de aspectos econômicos, tais como o estudo da pobreza, que se relaciona contextual e historicamente ao trabalho doméstico no País é também importante para a análise da constituição subjetiva de empregadas domésticas. No entanto, por necessidade de escolha de focos de análise, o aspecto econômico, ou o conceito de classe, ou o fenômeno da pobreza não serão tomados como centrais nesta tese, embora não desconsiderados. A ênfase caiu sobre as dimensões de gênero e de raça. Nesse sentido, não considero aqui a dimensão econômica como sendo o centro da constituição subjetiva das empregadas, mas como uma das forças dentre diversas outras que atuam nos processos de subjetivação (cuidado de si). Sendo esta uma tese de orientação pós-estruturalista, como será discutido a seguir, trago as observações de Wright (2009, p. 783), que diz: “[...] concordo completamente que o pós-estruturalismo possa muitas vezes ignorar ou esquecer as condições socioeconômicas (assim como Derrida, Lacan e Foucault ignoraram diligentemente raça em suas teorizações)”. Embora o que eu faça aqui não seja ignorar uma dimensão, ela não é tratada da maneira como idealmente poderia ser. A opção foi por dar ênfase a gênero, dimensão que é intrinsecamente relacionada ao trabalho doméstico, até porque esta se trata de uma tese sobre empregadas domésticas, no feminino, e raça, tendo nessa última dimensão um dos maiores desafios da tese.

duas categorias que atuam nos processos de subjetivação (cuidado de si), o objetivo é analisar: *quais são as influências das categorias gênero e raça nas artes das empregadas domésticas?* A ideia é analisar quais são as influências dessas duas categorias na constituição subjetiva das empregadas domésticas. Sendo assim, essa segunda questão complementa a resposta à *primeira questão orientadora* no que se refere ao intuito desta em analisar a maneira pela qual as empregadas vivenciam subjetivamente as experiências do trabalho doméstico, contribuindo também para a apreensão de *artes de viver e de cuidar*.

A dimensão de *gênero* é importante para a discussão. Falar de cotidiano e de afazeres domésticos envolve duas abordagens que se casam muito bem, não só por o trabalho doméstico estar imbricado pelo cotidiano, mas também porque ele remete a atividades cotidianas exercidas sobretudo por mulheres comuns em uma sociedade marcada por uma divisão, diferenciação e desigualdade históricas de atribuições, características, tipos de trabalho e condições de existência para homens e mulheres, simplesmente levando em consideração a categoria gênero. As imbricações entre cotidiano, trabalho doméstico e gênero são reconhecidas, por exemplo, pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

Os chamados afazeres domésticos representam uma parte bastante importante das atividades realizadas cotidianamente pelas famílias. Fundamentais para a reprodução do cotidiano e mais especialmente porque incluem todas as tarefas necessárias aos cuidados com crianças, idosos, bebês, enfermos e todas as pessoas em posição vulnerável [...]. Devido às convenções de gênero existentes em nossa sociedade, que estabelecem lugares, papéis e identidades femininas e masculinas, cabe às mulheres a realização dos afazeres domésticos. Apesar de todas as transformações em processo em variados campos sociais, como a educação e o mercado de trabalho, esta convenção se mantém praticamente inalterada (IPEA, 2012, p. 4).

E é por esse motivo que me refiro a empregadas, no feminino, não só por essa ser a minha escolha em relação a sujeitos de pesquisa, mas principalmente porque o trabalho doméstico é uma atividade preponderantemente feminina (OLIVEIRA, R. B., 2009), o que é um reflexo das históricas divisões sexuais do trabalho e da histórica divisão entre o privado e o público, em que o primeiro era atribuído às mulheres e, o segundo, aos homens (TANSEL, 2004). Além disso, há não só uma divisão sexual, como também uma dimensão racial nesse cenário, pois a maioria das trabalhadoras domésticas são autodeclaradas negras (IBGE, 2010; IPEA, 2011a; OIT, 2013; PED/RMBH, 2014; PED/RMSP, 2015).

O antecessor do trabalho doméstico no Brasil foi o trabalho escravo, sendo que as primeiras mulheres que exerceram atividades domésticas em outras residências foram as escravas presentes no País no período colonial. Anos depois da abolição da escravidão, a desigualdade racial no Brasil é ainda uma de suas características sociais marcantes. Os sujeitos

construídos como negros estão nas piores ocupações no mercado de trabalho mundial; no caso brasileiro, englobando todos os grupos sociais, as mulheres construídas como negras são aquelas cuja situação de precariedade no trabalho é a mais alarmante. As mulheres construídas como brancas, por sua vez, ocupam ainda melhores ocupações que os homens negros. Quando a personagem é a mulher negra, a informalidade, a insegurança e a precariedade são características comuns nas vagas que ocupam no mercado de trabalho (CONCEIÇÃO, 2009), o que aumenta a relevância de seu estudo. Embora as empregadas domésticas hoje não sejam somente mulheres construídas como negras, em termos de imaginário social construído, a personagem da empregada doméstica é muito acionada como uma personagem negra, pois as atividades de servir ainda permanecem como atividades simbólicas de negros.

As discussões sobre as categorias gênero e raça se darão, nesta tese, por meio da perspectiva pós-estruturalista. Como ainda há poucas abordagens especificamente sobre raça e pós-estruturalismo, é aí que reside uma das contribuições desta tese: além de introduzir a temática racial, praticamente silenciada em nosso campo de pesquisas, com poucos estudos se iniciando especificamente na linha de pesquisa de estudos organizacionais, no Brasil, o faz por meio de uma perspectiva (a pós-estruturalista) que se torna complexa ao ter que lidar com uma categoria tão naturalizada em nossa sociedade: a raça.

Como podemos perceber pelo conteúdo das questões acima apresentadas, a abordagem relacional do poder de Foucault (1992) é fundamental para esta tese, pois permite que consideremos que as empregadas, estando envoltas em relações de poder, podem, tanto sofrer com sua ação, quanto exercê-lo. Nesse sentido, podem ser desconstruídas possíveis visões do senso comum de que as empregadas apenas sofram com o exercício de um poder dominante e que estejam unicamente sujeitas aos mandos e desmandos explícitos de seus empregadores. Embora essa subordinação seja importante, deva e vá ser problematizada, ela é desconstruída enquanto verdade universal. Sendo assim, não falo de mulheres que apenas faxinam, cozinham, cuidam das crianças, dos velhos etc., ou que essas atividades corriqueiras não possam também se relacionar a poderes e resistências. O objetivo é analisar se elas também exercem micropoderes. Nesse contexto, *a terceira questão orientadora desta pesquisa é: as práticas cotidianas das empregadas domésticas refletem o aspecto relacional do poder (permitindo o entendimento de que elas exercem o poder, sofrem com sua ação, e também resistem)?* Essa terceira questão permitirá o entendimento acerca das práticas cotidianas que representam suas artes de *resistir*, contribuindo para a discussão de mais um aspecto presente no objetivo principal do estudo.

Falando em poder, como para Foucault (1992, p. 27) “[...] não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder”, precisamos considerar também os saberes envolvidos no cotidiano das empregadas, saberes estes que são considerados ordinários por Carrieri (2012). P. Foucault se preocupou com temas e com dados marginais, com “[...] saberes e micropoderes que circulavam entre os que eram tomados como anormais ou que não apresentavam muita importância para a sociedade, valorizando as especificidades e localismos dos discursos” (NASCIMENTO, 2007, p. 22). Ao ouvir as empregadas por meio de entrevistas, estarei ouvindo “[...] saberes singulares, testemunhos de experiências específicas das pessoas [como Foucault o fez]” (SOUSA FILHO, 2007, p. 10).

Esta tese se insere ainda em uma perspectiva crítica em relação à história tradicional. Assim como Foucault (1987; 2006a) representava essa perspectiva, Certeau (1998) foi um crítico contundente à historiografia tradicional, por ela focar, sobretudo, as narrativas de grandes eventos, de grandes personagens, deixando os sujeitos comuns e suas *artes de fazer* cotidianas à margem dessa história. Quando tenho como sujeitos as empregadas domésticas, quero não só adentrar ao cotidiano, entendendo que o mesmo é importante para se entender a sociedade, mas no cotidiano de mulheres comuns cujas vozes tendem a ser silenciadas não só por essa história tradicional, como também pela própria academia. Considerando então a importância conferida por Foucault (1992) aos saberes marginais e por Certeau (1998) às *artes de fazer* cotidianas de sujeitos comuns, a quarta e última questão orientadora desta pesquisa é: *que saberes cotidianos e ordinários circulam entre as práticas das empregadas domésticas?* Essa questão completa, então, a abordagem das artes que pretendo explorar ao permitir a discussão sobre as *artes de fazer* cotidianas, que são também elas permeadas por *artes de viver, cuidar e resistir*, não havendo possibilidade de separação categórica entre esses tipos de artes já que elas estão imbricadas umas às outras nas práticas cotidianas de vida e de trabalho.

Falando especificamente do contexto acadêmico em que me encontro – o campo de estudos em administração - ao estudar empregadas domésticas, trago sujeitos cujas vozes são também silenciadas nesse cenário. Não falo de executivos de grandes organizações e nem de trabalhadores inseridos em organizações formais ou informais. Falo de trabalhadoras que se inserem em uma das dinâmicas organizativas mais primitivas de nossa sociedade: as famílias. Ao trazê-las para os estudos organizacionais, defendo uma perspectiva mais ampliada, não só de organização, como também de gestão, pois falo da gestão cotidiana de existências, de *artes de viver, resistir, cuidar e fazer*. Retomo a importância destacada por Carrieri (2012) acerca do

estudo do ordinário na gestão, que é o estudo de vidas sociais organizadas, como são as vidas das famílias nas quais o trabalho doméstico se insere; e as vidas das sujeitas que executam esse trabalho sendo empregadas domésticas.

Nesse sentido, uma das potenciais contribuições desta tese reside na defesa da existência de uma teoria organizacional diferente da hegemônica, que foi historicamente dominada por perspectivas anglo-saxônicas de gestão (RODRIGUES; CARRIERI, 2001). Essas perspectivas, por si sós, já desconsiderariam a proposta desta tese, já que ela: 1) aborda empregadas domésticas (que estão fora do âmbito das organizações, da cultura do *pop-management* e do gerencialismo (WOOD JR.; PAES DE PAULA, 2002); 2) aborda uma categoria de trabalho característica de uma sociedade pós-colonial e que, portanto, não se aproxima das grandes preocupações das tradições anglo-saxônicas.

Ao trazer o estudo do cotidiano por Certeau (1998), trago também sua noção a respeito das estratégias e táticas cotidianas, que são práticas sociais que se tornam formas de sobrevivência, *artes de fazer* cotidianas. O autor relativiza noções de verdade (GIARD, 1998) e também dá possibilidades de considerarmos formas de resistências, as quais seriam entendidas como táticas, praticadas por aqueles que ocupam as posições menos privilegiadas nas relações de poder (CERTEAU, 1998). Se os poderes para Foucault (1992) penetram na vida cotidiana, por meio da analítica de Certeau (1998) podemos compreender melhor as especificidades desse cotidiano.

Outra contribuição do estudo é a própria abordagem do trabalho doméstico. Santos (2009) ressalta que, até meados da década de 70, não havia pesquisas acadêmicas no Brasil sobre o trabalho doméstico, ausência que ocorreu, entre outros fatores, devido a então invisibilidade das mulheres no campo acadêmico dominante e, também, porque o interesse acadêmico por esse tipo de trabalho ocorria somente quando a produção feminista era intensificada. Além disso, os próprios estudos feministas iniciais não inseriam em suas problematizações a situação social da mulher negra. Depois desse período, vários estudos sobre o trabalho doméstico surgem no campo das ciências humanas e sociais, como sociologia, psicologia e antropologia (NEVES, 2011), o que não ocorreu ainda no campo dos estudos organizacionais.

O primeiro estudo acadêmico realizado sobre o trabalho doméstico no Brasil foi o de Heleieth Saffioti, publicado em 1978, com o título *Emprego doméstico e capitalismo*², sendo

² No foco de análise escolhido por Saffioti (1978), o capitalismo foi tomado como um dos temas centrais para o estudo do trabalho doméstico. Nesta tese, o capitalismo não é, como já foi explicado, tomado como elemento central por critério de escolha analítica empregado. Para esclarecer o entendimento aqui adotado acerca do fenômeno, considero que há várias formas de capitalismo que podem, inclusive, estar presentes em um mesmo

contextualizado pelo então recente reconhecimento do trabalho doméstico como profissão (o que ocorreu em 1972). Desde então, o tema do trabalho doméstico tem sido considerado um tema incômodo por escancarar desigualdades étnicas e de gênero (FERREIRA, 2010), embora seja um tema importante principalmente se falarmos do contexto brasileiro (HIRATA, 2008).

Trata-se, ainda, de um tema permeado por mudanças e movimentos muito recentes, o que dificulta uma análise muito precisa acerca, por exemplo, de cenários a respeito de suas configurações imediatas e futuras, pois, enquanto pesquisadora que vivencia um determinado período histórico de mudanças, não tenho ainda um distanciamento temporal que seria interessante para se analisar uma conjuntura de maneira mais abrangente.

O tema tem gerado uma efervescência de debates pelo menos ao nível midiático, dada a existência de novas configurações do trabalho doméstico. Nesse debate, há uma discussão relativa à recente aprovação da – Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que visa ampliar os direitos dos trabalhadores domésticos. Assumindo nesta tese uma perspectiva que privilegia os sentidos e as construções sociais do que é ser empregada doméstica, pretendo ressaltar que a aprovação da PEC, embora historicamente importante, não garante por si só novas condições de existência para as empregadas, o que poderá ser apreendido pelo menos no que se refere particularmente às realidades das domésticas que entrevistei. Defendo um tratamento legalmente igualitário a essas mulheres em relação aos demais trabalhadores, mas pressupondo que a mudança legislativa, por si só, não necessariamente promove mudanças, por exemplo, nas relações de gênero, nas relações raciais e nas relações sociais que cotidianamente tendem a colocar essas mulheres em posições desprivilegiadas.

Diante desse cenário social desfavorável, minha tese é a de que essas mulheres, subjetivamente vivenciando de diferentes maneiras seu trabalho e os lugares que ocupam na sociedade, empreendem estratégias e táticas cotidianas que funcionam como micropoderes e microrresistências que, embora não alterando de maneira abrangente os sentidos sociais do que é ser empregada, influenciam diretamente na maneira como se configurarão cotidianamente as relações que estabelecem com os patrões e seus respectivos grupos sociais.

Ressalto, por fim, que esta tese representa apenas um início do desafio que é estudar o trabalho doméstico. À tese podem-se suceder muitos caminhos e descaminhos, muitos passos

contexto histórico. Ele não é entendido aqui como um fenômeno a-histórico, fixo, que existe por si mesmo, como se fosse uma estrutura que governa os sujeitos. Não haveria um capitalismo enquanto essência ou verdade. Nesse sentido, ele é tomado como fenômeno que deve ser considerado em relação ao que de econômico ele traz de relevante para a análise, o que ocorre, aqui, com as devidas limitações características da abordagem de uma dimensão não focalizada em um estudo.

dentro e fora da coreografia³ que aqui se planeja. Optamos⁴, em termos de estrutura, por trazer referencial teórico e análise de maneira conjunta, seguindo, de maneira sucessiva, à apresentação das analíticas aqui aplicadas e as análises dos dados produzidos no campo. Sendo assim, a tese ficou organizada da seguinte maneira: após esta Introdução que promove o início às artes, o *capítulo 2 – Posicionamento epistemológico e político* é o capítulo em que esclareço meu posicionamento nesta tese. O *capítulo 3 – O contexto histórico das empregadas domésticas* (Os jogos de verdade a respeito do que é ser empregada doméstica na sociedade brasileira) é um capítulo de contextualização histórica, social e política sobre o trabalho doméstico, permitindo a apreensão de alguns sentidos a respeito do que é ser empregada doméstica no País. No *capítulo 4 – Os caminhos para as artes* (os caminhos e descaminhos da pesquisa), apresento os caminhos metodológicos utilizados para a pesquisa. No *capítulo 5 – Recontando trajetórias: as histórias narradas pelas empregadas domésticas*, reconto as trajetórias de vida das empregadas domésticas entrevistadas.

A partir do *capítulo 6*, dou início propriamente às análises, a partir de uma estruturação que reúne, em um mesmo capítulo, teorias e análises. Cada capítulo em diante corresponde a determinadas artes que são alvo do objetivo principal desta tese (as artes de viver, cuidar, resistir e fazer) e respondem também a determinadas questões orientadoras propostas. O *capítulo 6* é intitulado *As artes de viver e de cuidar das empregadas domésticas* (Foucault e a constituição do sujeito); o *capítulo 7, Gênero e Raça na Perspectiva Pós-Estruturalista e a Influência dessas Categorias (desconstruídas) nas Artes das Empregadas Domésticas*; e o *capítulo 8, As artes de resistir e as artes de fazer* (Unindo o aspecto relacional do poder no cotidiano das empregadas, por Foucault, aos saberes cotidianos e ordinários das empregadas domésticas, por M. Certeau). O último capítulo, *Capítulo 9 – Epílogo*, traz as considerações finais e conclusões desta tese. Por fim, as referências utilizadas são apresentadas.

Para facilitar um entendimento acerca dos objetivos e questões orientadoras da tese e sua abordagem em cada capítulo, o quadro 1 traz um resumo das ideias aqui apresentadas.

³ Utilizo essa metáfora porque já fui dançarina e porque a sensação que tenho neste momento em relação à tese é a mesma que tinha quando estava aprendendo determinada coreografia. Enquanto o foco é ainda aprender os passos, o soltar-me na dança, entregar-me a ela só acontecia depois que os passos fossem memorizados. Depois desse momento, podemos assumir tantos caminhos, seguindo os passos prescritos, como também alguns descaminhos, inventando e reinventando as maneiras de se movimentar, o que deixa as possibilidades abertas. Como assumo um devir, é na conclusão da tese que poderei dizer como fiz, e não de maneira rígida, neste momento, como pretendo fazer.

⁴ Nós, eu e orientador, seguindo indicações da banca de qualificação do projeto.

Quadro 1 - Esquema de objetivos e questões orientadoras

Objetivo principal	Conhecer as práticas (estratégias e táticas) cotidianas de empregadas domésticas que representem suas artes de viver, cuidar, resistir e fazer			
Questões orientadoras	Descrição	Artes aprendidas	Autores principais	Capítulos que respondem às questões
Questão orientadora 1	Como o trabalho doméstico atua como um processo de subjetivação que afeta a constituição subjetiva das empregadas domésticas?	Artes de viver Artes de cuidar	Foucault	Capítulo 6 Capítulo 7
Questão orientadora 2	Quais são as influências das categorias gênero e raça nas artes das empregadas domésticas?	Artes de viver Artes de cuidar	Vários autores, como Butler, Stuart Hall e Matos	Capítulo 7
Questão orientadora 3	As práticas cotidianas das empregadas domésticas refletem o aspecto relacional do poder (permitindo o entendimento de que elas exercem poder, sofrem com sua ação, e também a ele resistem)?	Artes de resistir Artes de fazer	Foucault, principalmente, mas também Certeau (poder de Foucault correspondente à estratégia de Certeau; resistência de Foucault correspondente à tática de Certeau)	Capítulo 8
Questão orientadora 4	Que saberes cotidianos e ordinários circulam entre as práticas das empregadas domésticas?	Artes de fazer Artes de resistir	Certeau, principalmente, mas também Foucault	Capítulo 8

Fonte – Elaborado pela autora da tese..

O próximo capítulo, então, apresenta o posicionamento epistemológico e político adotado na tese.

2 POSICIONAMENTO EPISTEMOLÓGICO E POLÍTICO (De que lugar falo?)

Este capítulo é dedicado ao meu posicionamento como pesquisadora nesta tese. Que epistemologia sigo? De que lugar falo? Essa discussão é importante porque coaduna com uma concepção de conhecimento diferente daquele da ciência hegemônica, em que não se pretende chegar a uma verdade. Conhecer, aqui, é o mesmo que

[...] se posicionar a respeito de um fenômeno, socialmente construído [Assim, entendo o trabalho acadêmico][...] não como uma forma (privilegiada) de se ter acesso à realidade, mas como uma interpretação politicamente situada. [Além de política, considero que a criação de conhecimento é coletiva] porque o ponto de partida é o "nós" e não a clássica separação "eu-você" da qual parte a ciência hegemônica; porque surge em relação, se gera na interação de diversas posições (LEÓN CEDEÑO, 2006, p. 53).

Meu posicionamento é também o de que os objetos e os significados que constituem nossas realidades (e não a *realidade*) são construções sociais (GOUGH; PRICE, 2004). Compartilho da posição de pesquisadores que rejeitam a neutralidade axiológica da ciência. A neutralidade seria impossível a um pesquisador (JORDÃO, 2006), já que ele não é livre de valores e suas experiências podem influenciar suas escolhas no fazer ciência.

2.1 Posicionamento epistemológico

Neste capítulo, não só posiciono minha tese como sendo pós-estruturalista, como também esclareço de que pós-estruturalismo falo, já que esse não é um movimento homogêneo de pensamento. Falo de um pós-estruturalismo que se opõe a verdades absolutas, que são aquelas *verdades* que carregam ideias de unicidade e de identidade e que, sem um relativismo radical, pode construir conceitos que podem se tornar verdades parciais, verdades essas que consideram diversidades e fragmentações.

O pós-estruturalismo representa uma aglomeração de ideias e de teóricos que surgiram nos anos 60 (MEYERHOFF, 2010). Mesmo sabendo que “[...] definir o pós-estruturalismo em algumas poucas linhas não faz justiça à complexidade dessa epistemologia” (PAES DE PAULA; MARANHÃO; BARROS, 2009, p. 394); que não há um consenso a respeito do que o mesmo seja, e que uma de suas características mais marcantes é sua própria recusa a uma definição (YOUNG, 1981); minha intenção aqui é discutir algumas de suas bases filosóficas no que diz respeito a suas possíveis definições, suas defesas, oposições, sua ontologia e epistemologia. Podemos assumi-lo como uma

[...] corrente intelectual ampla e heterogênea que se caracteriza, essencialmente, pela oposição aos ideais racionalistas, humanistas e universalistas do Iluminismo, pela crítica ao conhecimento científico considerado uma forma de poder e de opressão ao serviço da democracia liberal-capitalista, pela desvalorização da racionalidade, pela sustentação do relativismo cultural da verdade (FERNANDES s.d., p. 2).

A despeito de todas as definições existentes sobre o mesmo, há uma disseminação de visões estereotipadas em relação a essa corrente de pensamento, que se devem, sobretudo, à sua ênfase na indeterminação e na incerteza sobre o conhecimento (CEREZER, 2007). Há uma crítica em relação a essa ontologia da indeterminação, em que alguns apontariam um relativismo muito radical. No entanto, assim como são vários os pós-estruturalismos, Paes de Paula, Maranhão e Barros (2009) lembram que uma leitura incompleta sobre o movimento pode levar a críticas em relação a ele. Quando os autores apontam limites que essa ontologia da indeterminação pode trazer para a caracterização do pós-estruturalismo como uma epistemologia crítica, fazem uma ressalva.

Ainda que tenhamos apontado aspectos do pós-estruturalismo que levem ao questionamento de seu comprometimento com a crítica, não podemos deixar de notar que o mesmo tem sido utilizado, muitas vezes, de forma caricatural. Além disso, poucos são os estudos que, de fato, aprofundam uma discussão sobre seu projeto original e suas relações com o estruturalismo, que é outra perspectiva teórica que deveria ser analisada com mais seriedade. Por esse motivo, acreditamos que o pós-estruturalismo deveria ser revisto, de modo que suas contribuições fossem incorporadas, mas o caráter crítico preservado, fundando um novo movimento teórico, caso fosse necessário (PAES DE PAULA; MARANHÃO, BARROS, 2009, p. 402).

Apesar de não enxergar uma necessidade de constituição de um novo movimento teórico para abrigar as contribuições do pós-estruturalismo para a crítica, acredito na potencialidade de releituras de seus princípios e de seus principais autores, resgatando suas ideias originais. Trata-se de uma necessária reflexão que não perpassa pelo entendimento do que é de fato esse movimento, até porque ele não é único e nem homogêneo, mas, sim, pelo entendimento das possibilidades que ele nos traz e de como tem sido interpretado.

Como ressalta Pateman (2003), o pós-estruturalismo pode ser entendido, tanto em termos do que ele deveria ser, quanto do que seria capaz de fazer e do que está sendo. Em relação ao que ele está sendo, Pateman (2003) argumenta que há uma aceitação preguiçosa do mesmo, com uma série de frases e termos soltos que são colocados nos ensaios para justificações acadêmicas sem que se compreendam suas implicações e possibilidades históricas ou críticas. Há textos em que o “[...] pós-estruturalismo é desenvolvido por maneiras que são, na melhor das hipóteses, cópias empobrecidas de outros ‘pós-ismos’ ou, pelo menos,

ideias mal pensadas e pobremente expressadas que se tornam em grande medida o que se considera que está sendo o pós-estruturalismo” (PATEMAN, 2003, p. 281, tradução minha).

Opto aqui, não só por leituras de alguns pós-estruturalistas da primeira geração, mas também por pós-estruturalistas de outras gerações, intelectuais contemporâneos que leem e desenvolvem as ideias desses primeiros, movimentando atualmente as pesquisas e os pensamentos dessa corrente. Por esse motivo, em vários momentos, demonstro aqui as interpretações de outros autores acerca dos autores mais clássicos do pós-estruturalismo. Pois o que é esse movimento no sentido *do que ele tem sido* é construído não só pelos escritos desses pensadores mais clássicos, como também pela dinâmica que os pesquisadores contemporâneos a eles conferem.

2.1.1 O pós-estruturalismo

Newman (2005, p. 3, tradução minha) argumenta: “[...] o que é exatamente o pós-estruturalismo? Não existe uma resposta fácil para essa questão. Não é um corpo coerente de pensamento: ele se refere a um campo heterogêneo de pesquisadores que são marcados mais por uma diferença entre si do que por uma similaridade”. Mesmo diante dessa heterogeneidade, ele pode ser considerado um movimento de pensamento que surgiu como uma resposta filosófica ao *status* científico do estruturalismo e a pretensão que este tem de se constituir em um metaparadigma nas ciências sociais (PETERS, 2000), considerando que “[...] há um traço no estruturalismo que o mantém com resquício moderno: a busca de leis universais de funcionamento” (SOUZA e BIANCO, 2011, p. 398).

O estruturalismo tem em seu centro as estruturas, não considerando a importância da ação dos sujeitos diante delas. O termo foi cunhado por Jakobson, em 1929, “[...] para designar uma abordagem estruturo funcional de investigação científica dos fenômenos, cuja tarefa básica consistiria em revelar as leis internas de um sistema determinado” (PETERS, 2000, p. 22). Haveria nessa concepção então um todo estrutural, já que a noção de estrutura se relacionaria às de totalidade e de autorregulação (PIAGET, 1971). O problema do estruturalismo era o sujeito e suas reformulações, mas, analisando mais especificamente, podemos dizer que seu problema era trazer o sujeito para a estrutura (se ele não fosse *normal*, por exemplo, se a ela não se adequasse).

O pós-estruturalismo, embora considere, tanto a estrutura, quanto os sujeitos, os descentra. Um dos aspectos importantes para o pensamento pós-estruturalista são os discursos, que são entendidos, não só como a fala e a escrita, mas também o vestir, os gostos da música

popular, a comida, a arquitetura, os esportes e os diversos sistemas de saber e poder (RAJAGOPALAN, 2006). Ao invés de considerar a autoconsciência como o faz o pensamento moderno, o pós-estruturalismo leva em conta a constituição discursiva do eu e a localização histórica e cultural do sujeito (PETERS, 2000).

No pensamento moderno ocidental, o sujeito é considerado autônomo e cognoscente (ALVES, 2009). Para os pós-estruturalistas, ao contrário, “[...] supor a operação de um sujeito autônomo, autorregulado, nos torna incapazes de reconhecer, refletir ou **resistir** às manipulações metódicas e anônimas de um poder que silenciosamente nos controla” (ALVES, 2009, p. 55). Nascimento (2007, p. 36) afirma que “[...] a perspectiva pós-estruturalista se caracteriza pelas mudanças que se efetuaram com a ‘virada linguística’, ou seja, com a ruptura epistemológica que alguns autores efetuaram com o estruturalismo”. Nos estudos organizacionais, a virada linguística foi um momento de ênfase à importância da linguagem na comunicação e na criação de significados nas organizações (CHIA e KING, 2001).

O pós-estruturalismo é uma resposta filosófica ao estruturalismo e tem como bases os pensamentos de Friedrich Nietzsche e Martin Heidegger. Sua influência é grande em pesquisas como as feministas, da psicanálise, teoria literária, antropologia, sociologia e história (PETERS, 2000) e suas ideias têm sido utilizadas também por alguns pesquisadores de estudos organizacionais, como Alcadipani e Tureta (2009), Carrieri (2012), Souza e Bianco (2011), Souza e Carrieri (2010) e Souza, Petinelli-Souza e Silva (2013).

Os principais pensadores incluídos nesse movimento são Deleuze, Derrida e Foucault. Na primeira geração do pós-estruturalismo, destacam-se as contribuições de Derrida, Foucault, Kristeva, Lyotard, Deleuze, Irigaray, Lacan e Baudrillard (PETERS, 2000; NEWMAN, 2005), sendo que

os pós-estruturalistas de terceira e quarta gerações (feministas, pós-colonialistas, psicanalistas, neofoucaultianos, neodeleuzeanos, neoderrideanos) procuram desenvolver e aplicar o pensamento da primeira geração em uma série de experimentos e de mutações teóricas, escapando a qualquer tentativa de uma definição única, porque o pensamento pós-estruturalista é uma obra em andamento (PETERS, 2000, p. 46).

Entre esses pós-estruturalistas que se sucederam aos de primeira geração, estão Ernesto Laclau, Chantal Mouffe, Jacques Rancière e Judith Butler (NEWMAN, 2005). Essa corrente de pesquisadores trabalha e valoriza sobretudo a diferença. Na perspectiva pós-estruturalista,

[...] noções genéricas como, o branco, o homem, o heterossexual, a economia e os costumes ocidentais não são mais a referência de seus respectivos contrapontos de diferença, a saber, o negro, a mulher, o homossexual, a cultura e os hábitos dos sujeitos de outras partes do globo (NASCIMENTO, 2007, p. 36).

Para uma pesquisa pós-estruturalista, o conceito de diferença é fundamental. Não se trata, entretanto, de uma concepção de diferença estruturalista como podemos perceber. Para o estruturalismo, A é o oposto de B, o que leva à consideração de que, tanto A, quanto B têm uma unicidade interna, seria como pensar que eles não apresentam qualquer contradição interna. Essa é uma concepção de diferença saussureana. Os pós-estruturalistas modificaram essa concepção. Ilustrando o que é a diferença para o pós-estruturalismo, podemos dizer, tomando o mesmo exemplo, que nem A e nem B apresentam uma unicidade interna, o que significa dizer que eles têm contradições internas. Nesse sentido, não se pode dizer que A seja o oposto de B, porque ambos são fragmentados e não têm uma Identidade. A diferença para o pós-estruturalismo seria, então, não a relação opositiva entre A e B, mas a própria diferença existente entre A e A, e entre B e B.

Essa maneira de pensar a diferença provoca alterações em todo um raciocínio socialmente construído acerca da oposição, por exemplo, entre homens e mulheres, entre brancos e negros, e outras possibilidades. Então, uma tese pós-estruturalista não rechaça simplesmente uma oposição entre homens e mulheres, entre brancos e negros, entre heterossexuais e homossexuais etc. Não é uma diferença que assume uma perspectiva de contraposição. Tomando como exemplo as categorias homem e mulher, para o estruturalismo, homem é diferente de mulher ou, ainda, homem não é mulher e vice-versa. Para que ambos sejam contrapostos, acreditamos na unicidade de cada um deles. Já a noção de diferença para os pós-estruturalistas implica pensarmos que o homem também é diferente do homem, e que a mulher também é diferente da mulher. Ou seja, para o pós-estruturalismo, não há unicidade no homem e nem unicidade na mulher, pois ambos são diversos e fragmentados. Assim, não se pensa em uma identidade masculina e nem em uma identidade feminina.

A diferença, para o estruturalismo, assume uma relação direta entre significante e significado. Embora os pós-estruturalistas não trabalhem combinando os termos significantes e significados, poderíamos dizer que, para eles, para um significante, podemos ter vários significados. Para os últimos, os discursos são contingenciais e históricos, e não estruturas (pois o estruturalismo assume, ao contrário, uma perspectiva a-histórica, que permite a consideração da assunção de identidades fixas e universais).

A noção de diferença pós-estruturalista se opõe ao pensamento hegeliano que é caracterizado pela dialética (PETERS, 2000). O pós-estruturalismo pode ser considerado uma reação ao hegelianismo e ao modelo hegeliano de consciência, na medida em que a noção de consciência de si de Hegel levaria a uma negação do Outro. Nesse pensamento, o eu

(consciência de *si*) estaria, então, em oposição e contradição dialética com o Outro. Os pós-estruturalistas criticam a dialética hegeliana porque acreditam que ela reflita uma falsa imagem da diferença. Para Deleuze (1983, p. 196),

[...] a diferença hegeliana consiste, na verdade, em uma reflexão sobre a diferença, mas de imagem invertida. No lugar da afirmação da diferença como tal, ela coloca a negação daquilo em relação ao qual ela difere; no lugar da afirmação do eu, ela coloca a negação do outro; e no lugar da afirmação da afirmação, ela coloca a famosa negação da negação (DELEUZE, 1983, p. 196).

Ao contrário dessa perspectiva, quando Derrida (1991), por exemplo, propõe uma metafísica da diferença, questiona o pensamento binário e dicotomizado da sociedade e considera que o Outro não é meramente uma negação do Eu, pois o processo de diferença é fluido. O autor foi quem, inclusive, criou o neologismo *Différance*, trocando o ‘e’ de *différence* (diferença) por um ‘a’, para indicar que, em um processo de diferença, há sempre desdobramentos dessa diferença.

Foucault (2006c) também manifesta o seu ponto de vista sobre a dialética em um diálogo com estudantes.

M. Foucault: Não aceito essa palavra dialética. Não e não! É preciso que as coisas estejam bem claras. Desde que se pronuncia a palavra ”dialética”, se começa a aceitar, mesmo que não se diga, o esquema hegeliano da tese e da antítese e, com ele, uma forma lógica que me parece inadequada [...].

O estudante: Mas se o senhor só aceita a palavra ”recíproca” para descrever essas relações, o senhor torna impossível toda forma de contradição. Por essa razão é que eu acho que a utilização da palavra ”dialética” é importante.

M. Foucault: [...] Veja, a palavra ”contradição” tem, em lógica, um sentido particular. Sabemos bem o que é uma contradição na lógica das proposições. Mas quando se considera a realidade e se procura descrever e analisar um número importante de processos, descobre-se que essas zonas de realidade estão isentas de contradições. Tomemos o domínio biológico. Nele encontramos um número importante de processos antagonistas, mas isso não quer dizer que se trate de contradições. Isso não quer dizer que haja, de um lado do processo antagonista, um aspecto positivo e, do outro, um aspecto negativo. [...] Se repito, de modo permanente, que existem processos como a luta, o combate, os mecanismos antagonistas, é porque encontramos esses processos na realidade. E não são processos dialéticos. Nietzsche falou muito sobre esses problemas. Diria até que ele falou deles bem mais frequentemente que Hegel. Mas Nietzsche descreveu esses antagonismos sem referência alguma às relações dialéticas (FOUCAULT, 2006c, p. 260).

O autor faz ainda uma crítica implícita à dialética marxista afirmando que, se o produto de um trabalho não pertence a quem o produziu, mas a outro, isso é um objeto de um combate e de um enfrentamento, mas não de uma contradição, muito menos de uma contradição lógica. Para o autor, esse não é um assunto da ordem da dialética. É algo que precisa ser combatido, mas que tem na dialética um elemento muito pobre de enfrentamento (FOUCAULT, 2006b;

2006c). Para o autor, o pensamento dialético é muito fraco para quem quer dar conta de analisar processos de poder.

Como podemos perceber, a crítica à dialética, seja ela hegeliana ou marxista, é central para o entendimento do pós-estruturalismo. Realiza-se uma crítica feroz a uma sociedade em que em tudo se acaba perpetuando o número dois (RODRIGUES, 2010). A intenção dos pós-estruturalistas, ao rejeitarem os binarismos, é pensar para além dos pares opositivos. O que não quer dizer que os pares dicotômicos sejam excluídos, mas se desmonta a lógica interna das categorias e demonstra-se como esses pares não são oposições naturais, mas, sim, oposições histórica e contextualmente construídas (SCOTT, 1999).

Nesse sentido, entendemos que as oposições homem-mulher e branco-negro, que são importantes para a discussão sobre as empregadas domésticas, foram histórica e socialmente construídas como sendo oposições naturais. No tópico 3.3, eu discutirei as relações raciais no Brasil, e essa construção histórica será enfatizada, Trarei uma perspectiva de desnaturalização das diferenças biológicas que foram socialmente construídas para distinguir os brancos dos negros. Na visão pós-estruturalista, rejeitar os binarismos é importante porque leva a uma concepção negativa da diferença, que seria sempre considerada em oposição à identidade. Diferença, para Deleuze (2000, p. 22), não seria o mesmo que diferente. Para ele, o diferente é “[...] apenas uma diferença entre as diferenças”. Ele pensa a diferença em infinitas posições (PIERUCCI, 2000), trazendo uma filosofia que não busca um sentido comum para essa diferença.

Discutida a filosofia da diferença do pós-estruturalismo se opondo à noção de diferença do estruturalismo, outra característica que distingue o pós-estruturalismo do estruturalismo que precisa ser discutida é que aquele descentra as estruturas. Ao fazê-lo, o pós assume uma postura mais crítica do que o estruturalismo. Enquanto este analisava sincronicamente as estruturas (desconsiderando, com isso, as dimensões históricas), o pós se concentra na análise diacrônica das estruturas, o que demonstra seu interesse por uma história crítica. Questiona-se também o racionalismo e o realismo que o estruturalismo retoma do positivismo e “[...] a pretensão estruturalista de identificar as estruturas universais que seriam comuns a todas as culturas e à mente humana em geral” (PETERS, 2000, p. 39).

Há um questionamento da ideia de neutralidade e de universalidade de conceitos por meio de um processo de desconstrução dessas estruturas (NEWMAN, 2005). Para Newman (2005), há duas formas pelas quais o pós-estruturalismo desconstrói a estrutura.

O primeiro posicionamento, exemplificado por pensadores como Foucault e Deleuze, sugere que ao invés de haver uma estrutura única e centralizada, há discursos múltiplos e heterogêneos, relações de poder [...] que são constitutivas da identidade e que são imanentes pelo campo social. A segunda posição, exemplificada por pensadores como Derrida e Lacan, dá mais ênfase à estrutura em si mesma, mas a vê como indeterminada, incompleta e instável (NEWMAN, 2005, p. 5).

O pós-estruturalismo rejeita, por exemplo, as metanarrativas representadas pelas teorias de Marx, Hegel e Freud (SOUZA e BIANCO, 2011). Como ressalta Borba (2005), há no pós-estruturalismo uma descrença no abismo da consciência defendido por Nietzsche; um incômodo em relação ao fato de, em Marx, as relações de produção se oferecerem como interpretação da sociedade; e também um incômodo com a investigação da cadeia falada na psicanálise freudiana. Esses incômodos e descrenças fizeram com que Foucault, Derrida e Barthes concebessem o discurso negando a crença de que

[...] o verdadeiro significado estaria nas profundezas textuais e pela negação também da existência de uma *origem* do discurso. Os filósofos do desconstrutivismo partiam do princípio de que quanto mais a interpretação avançasse para um suposto encontro com a verdade, mais estaria caminhando para sua morte (BORBA, 2005, s/p.).

Não acreditamos em possibilidades universais e totalizantes de emancipação e nem mesmo que a razão do modernismo possa promover essa emancipação (SOUZA e BIANCO, 2011). Apesar de criticar o estruturalismo, é importante destacar que o pós mantém algumas de suas concepções. O que o pós-estruturalismo compartilha em relação ao estruturalismo é a crítica ao sujeito humanista.

O humanismo tendia, como um motivo central do pensamento liberal europeu, a colocar o **sujeito** no centro da análise e da teoria, vendo-o como a origem e a fonte do pensamento e da ação, enquanto o estruturalismo, ao menos de uma leitura althusseriana, via os sujeitos como simples portadores de estrutura (PETERS, 2000, p. 31).

No entanto, o pós-estruturalismo mantém essa crítica ao sujeito humanista, ao sujeito do Iluminismo, mas não enxerga os sujeitos como simples portadores de estrutura. Ele não nega a estrutura, mas também não a vê como elemento central para a compreensão do social, já que ela é um dos elementos que constituem, juntamente com os sujeitos, as relações sociais. Quando falamos em discurso, falamos de algo produzido por meio de relações de poder, mas também pela influência dos sujeitos. Nesse sentido, o pós-estruturalismo não anula os sujeitos, apenas não os considera como sendo o sujeito humanista do período renascentista, um sujeito autônomo e racional, mantendo a crítica dos estruturalistas a pressupostos universalistas da

racionalidade, da individualidade e da autonomia (PETERS, 2000). “Para o pós-estruturalismo, a ênfase na autoconsciência absoluta e no seu suposto universalismo é parte integrante dos processos que tendem a excluir o Outro” (PETERS, 2000, p. 36)⁵.

Outro aspecto a respeito do qual há uma manutenção do pós-estruturalismo em relação ao estruturalismo é a compreensão da linguagem e da cultura. Ambos seguem a concepção saussureana de que os signos linguísticos dependem de uma operação autorreflexiva da diferença. “De acordo com essa inspiração, os sistemas simbólicos (por exemplo, a cidade, a moda, a escola, a sala de aula) podem, em sua maior parte, ser analisados como uma espécie de código” (PETERS, 2000, p. 37), sendo então concebidos como linguagem. Por esse motivo, a importância do discurso no movimento pós-estruturalista parece justificável se o considerarmos como posterior ao estruturalismo, o qual tem origem na linguística estrutural de Ferdinand de Saussure e de Roman Jakobson e que concebe linguagem como um sistema de significação.

No entanto, o pós-estruturalismo se diferencia do estruturalismo também em relação à linguagem. Para F. de Saussure, como já foi falado, há uma relação direta entre significante e significado, relação essa que é negada pelos pós-estruturalistas. Para eles, pode haver diversos significados para um mesmo significante. Além disso, na concepção estruturalista, como o discurso é considerado uma estrutura, não se consideram as possibilidades de subversões da língua, pois ela seria uma estrutura por excelência. Já os pós-estruturalistas consideram essas possibilidades como sendo expressões das próprias diferenças. A língua pode ser questionada, subvertida, podemos falar errado, empregar palavras para diversos fins, criar novos significados para palavras já existentes e, até mesmo, criar novos signos linguísticos. Sendo assim, não haveria uma totalidade estrutural da língua como ocorre em Saussure (1983), para quem a linguagem é arbitrária, devendo ser estudada de forma sincrônica e não diacrônica. Ao contrário dessa visão, o discurso para os pós-estruturalistas é histórico, contingencial e

torna-se impossível suportar a ideia de Saussure de que o signo é uma unidade ordenada de significante e significado: é impossível fixar o significado, que nunca está completamente presente, estável ou determinado, mas constantemente emergindo em um jogo de signos (McKERNAN, 2011, p. 699, tradução minha).

Outra característica do pós-estruturalismo que merece destaque é sua postura antirrealista em termos epistemológicos, pois ele não considera que o conhecimento / verdade seja uma representação exata da realidade (PETERS, 2000). Não se pode pensar em uma

⁵ Quando faz a crítica a essa universalização da autoconsciência, tende a atribuí-la ao sujeito do humanismo. No entanto, reconhecemos que essa pode ser uma leitura equivocada do próprio humanismo. Pois ele não necessariamente diz respeito a um sujeito autônomo universal.

realidade objetiva, pois ela não pode ser separada de quem a observa ou de quem a constrói. Além disso, ela pode ser coletiva já que, para os pós-estruturalistas, não se constrói o real sozinho, ele é construído coletivamente por meio das relações sociais (JORDÃO, 2006).

Não existe, nessa concepção, a possibilidade de acesso a uma realidade objetiva, neutra, independente da subjetividade que a forma: nós podemos apenas interpretar a realidade a partir de nossa experiência dela (ou da experiência de outros com que tenhamos contato). As interpretações que construímos nunca são neutras, nunca estão em maior ou menor grau de distância em relação a uma determinada realidade externa objetiva, porque a realidade não é dada, não tem existência independente de quem pensa sobre ela ou a experimenta (JORDÃO, 2006, p. 4).

Assim, a intenção de racionalizar e representar objetivamente uma realidade externa é impossível, pois há uma experiência que é própria do sujeito e que diz respeito ao seu entendimento do mundo por meio da linguagem. Essa experiência não é fixa e nem exata (VARGAS e HERNANDEZ, 2009).

Sobre a indeterminação do conhecimento, característica do pós-estruturalismo, ela não pode ser interpretada como fazendo parte de um movimento homogeneamente orientado para um relativismo radical, em que apenas se desconstruiria, destruiria, criticaria, e não se proporia nada, em que não seria possível assumir verdades nem mesmo parciais. No entanto, essa é uma leitura equivocada do pós-estruturalismo. Como já comentei, os pós-estruturalistas constroem verdades parciais. Se o pós-estruturalismo representasse esse radicalismo, contrariaria o próprio sentido da ciência e da filosofia, cuja tarefa é a criação de conceitos (GALLO, 2007). Essa é inclusive a visão de filosofia defendida por Deleuze e Guattari (2010), pós-estruturalistas que assumem uma postura crítica ao relativismo.

O pós-estruturalismo não pretende, por exemplo, erradicar ou destruir as instituições e identidades políticas. Ao invés disso, quer desmascará-las, revelando as incertezas, as rupturas e a heterogeneidade de suas estruturas. Trata-se de mantê-las permanentemente em suspensão ou problematização (NEWMAN, 2005). Para Newman (2005), o pós-estruturalismo traz uma crítica ética e politicamente engajada. O que precisa ser ressaltado é que há várias possibilidades dentro do próprio pós-estruturalismo. Nele, pode haver adeptos da indeterminação radical, mas essa não é uma característica geral do movimento. Nas palavras de Peters (2000), ele é decididamente interdisciplinar, apresentando muitas correntes diferentes.

No campo da gestão, por exemplo, podemos assumir verdades parciais. Podemos assumir, entre outras verdades, a de que o trabalho do gestor seria dialogar e reconhecer a organização como sendo polifônica. Podemos assumir a verdade de que cada gestão é uma

gestão. O que não se concorda é com receitas prontas com promessas de se adequarem a todas as organizações, pois elas precisam se relacionar com a história de cada organização. Deve-se conhecer essa organização para se pensar sobre ela.

Por meio da genealogia⁶, podemos ver lacunas e descontinuidades na história de uma organização para se pensar sua gestão. O que não impede, por outro lado, que criemos, por exemplo, *receitas* mais localizadas de gestão que extrapolem o âmbito de apenas uma organização (embora não concorde com o termo ‘receitas’⁷). O que precisa, sobretudo, ser enfatizado é a não universalidade das teorias e dos conceitos que são construídos pelos pós-estruturalistas. O pós-estruturalismo questiona, por exemplo, os limites conceituais e discursivos de noções como poder, ideologia, ética, subjetividade e direito, demonstrando sua heterogeneidade e seus paradoxos e contradições internas (NEWMAN, 2005) (não utilizo o termo contradições para remeter a uma relação dialética, estou falando de fragmentações internas aos conceitos). Derrida (1988, p. 150), por exemplo, declara que nunca colocou

[...] conceitos como verdade, referência, e estabilidade do contexto interpretativo radicalmente em questão se “colocar radicalmente em questão” significar contestar que exista e deveria existir verdade, referência, e contextos estáveis de interpretação. Eu questionei, mas é algo totalmente diferente colocar questões que eu espero serem radicais a respeito da possibilidade dessas coisas, desses valores, dessas normas, dessa estabilidade (que por essência são sempre provisórias e finitas).

O que ele não admite é uma absolutização de verdades assumidas por meio das linguagens, porque nem sempre podemos assumir universalmente as relações entre as palavras, os conceitos e as coisas. Para o autor, até mesmo o que considerávamos estável não é sempre imutável. Assim, embora por meio da desconstrução Derrida nos ensine a desconfiar de verdades intransigentes, a desconstrução pode envolver uma abordagem pragmática para a verdade (que além de parcial, convive com outras diversas verdades) (McKERNAN, 2011). Assim, quando se rejeitam verdades universais, não quer dizer que adotemos de forma radical uma ontologia da indeterminação.

O fato de o significado ser uma preocupação da diferença não significa que nós não tenhamos nenhum significado “determinado”. O problema, na verdade, é que nós temos muitas “determinações”, muitos fechamentos de significado e de identidade. A desconstrução ‘resiste aos fechamentos e objetiva a abertura a novas possibilidades, inovações e novidades’ (Caputo, 1991, p. 332). A desconstrução, nos termos de Derrida, é uma atividade profundamente ética: a abertura desconstrutiva a

⁶ A genealogia é uma analítica característica do pós-estruturalismo. A finalidade da genealogia é trabalhar com aquilo que é histórico e encontrar as lacunas, as descontinuidades (FOUCAULT, 1992). Podemos, por exemplo, utilizar arquivos e discursos para descobrir descontinuidades a respeito de um determinado fenômeno.

⁷ Já que prescrições seriam, “[...] resgatando Foucault, um dos *interditos* das teorias ou dos discursos pós-críticos (NASCIMENTO, 2007, p. 87).

novas possibilidades é sempre responsável e responde pelo que foi excluído, pelo que foi enclausurado na determinação do significado em nossos textos, instituições e em nós mesmos. Frequentemente, são as vozes e os interesses menos poderosos os excluídos (McKERNAN, 2011, p. 700, tradução minha).

Assim, o pós-estruturalismo rejeita verdades universais, não se dispondo a propor modelos, estratégias e soluções, não pretendendo substituir as metanarrativas que desconstrói, não trazendo, no entanto, uma ideia de negatividade absoluta (NASCIMENTO, 2007). Como defende McKernan (2011), é um equívoco pensar que filósofos como Derrida nos levem a abandonar padrões de objetividade e de verdade tradicionalmente atribuídos, por exemplo, à ciência. O que eles defendem é que abandonemos o sentido que essas noções assumem nos termos da tradicional metafísica ocidental. “Eles pensam que a única forma pela qual nós podemos explicar e defender esses padrões é em sua referência ao contexto das práticas por meio das quais eles são utilizados e cultivados” (McKERNAN, 2011, p. 201). Nesse sentido, a frase de Derrida (1988) que se tornou o *slogan* da desconstrução: “[...] não há nada fora do texto”, que significa apenas que “[...] não há nada fora do contexto”, foi bastante mal interpretada. Não havendo nada fora de contexto, consideramos que o texto não está confinado a um livro ou a uma biblioteca, ele refere-se a um contexto histórico (McKERNAN, 2011).

Derrida (1997) fala, por exemplo, de uma desconstrução afirmativa, em que se tornam necessárias, ao mesmo tempo, rupturas e continuidades, em uma tensão entre a preservação de memórias e a colocação de algo novo. Seguimos regras, mas também inventamos regras, considerando que não elas não são absolutas. A partir dessa discussão, podemos contestar algumas críticas que a desconstrução tem recebido (e, por consequência, o pós-estruturalismo). Por exemplo, a de Habermas (2000), que diz que a desconstrução não traz nenhuma contribuição metodológica positiva, pois é destrutiva e não constrói conhecimento. Contudo, a intenção da desconstrução é “[...] repensar os caminhos sobre os quais a política tem sido feita, não pretende criar uma nova forma de fazer política, mas ‘reorganizar, ou talvez desorganizar’ os caminhos pelos quais as formas de fazer política vêm sendo compreendidas” (RODRIGUES, 2010, p. 223), contribuindo para o campo de conhecimento em sua negação ao fechamento de significados por exemplo.

Além disso, há possibilidades de reorganização do que foi desconstruído. O sentido da desconstrução está mais em revelar relações de poder presentes na constituição dos discursos, do que propriamente uma negação absoluta. O que pretendemos é não naturalizar os discursos. A desconstrução de grandes narrativas a respeito das mulheres e dos negros, por exemplo, é importante porque, para Peters (2000), essas grandes narrativas são uma tentativa de

legitimação de práticas e de crenças de determinadas culturas. Dessa forma, torna-se importante desconstruir pressupostos e questionar

[...] estruturas a partir das quais promovemos nossos entendimentos do mundo. A concepção aqui é de que tudo pode e deve ser questionado, inclusive nossos valores mais arraigados. Deste modo, o pós-estruturalismo estabelece uma visão de mundo em constante reflexividade, desafiada permanentemente por si mesma (JORDÃO, 2006, p. 4).

A ênfase que os pós-estruturalistas dão à indeterminação e à incerteza sobre o conhecimento, fundamentando-se em Foucault, Derrida e em outros, revela o intuito de destacarmos o processo pelo qual algo passou a ser considerado verdade (CEREZER, 2007). Nesse sentido, a desconstrução pode contribuir para que revele relações de poder presentes nas próprias constituições de significados. Ela é importante por ser uma abertura para o outro (DERRIDA, 1984) que foi, até então, considerado como oposto, por meio de um movimento constante de “[...] suspeitar, criticar as determinações dadas de cultura, de instituições, de sistemas legais, não no sentido de os destruir ou de simplesmente os cancelar, mas de ser justo com a justiça, respeitar essa relação com o [aquele construído como] outro como justiça” (DERRIDA, 1997, p. 17-18, tradução minha). Trata-se de um jogo de desconstrução e de reconstrução de responsabilidades em que, ao mesmo tempo em que desconstruímos, mantemos as memórias de uma tradição. Sendo assim, não se trata de um rompimento com a verdade, a racionalidade e a liberdade que, na visão de Habermas (2000), tornaria a crítica impossível.

Deleuze também coloca a necessidade de desconstrução e, como a noção de contexto é importante para os pós-estruturalistas, consideramos também importante entender o contexto no qual Deleuze invoca tal necessidade. Sendo a filosofia uma criação de conceitos, Deleuze se opunha ao fato de que a tradição filosófica nem mesmo questionava o conceito de conceito. Deleuze rejeita o sentido universal dos conceitos, os quais não seriam nem mesmo questionados por essa tradição (GALLO, 2007). Observamos que o autor não é propriamente contrário a criar conceitos, mas, sim, ao fato de criá-los sem se pensar no modo, por exemplo, pelo qual as verdades foram construídas.

Um relativismo absoluto seria um caos intelectual (MORGAN, 2011). Podemos chamar, sim, o pós-estruturalismo de radical em algumas de suas proposições, tais como

[...] a rejeição à ideia de uma origem; o fim da consciência do sujeito; o questionamento de que as ciências naturais não mais ofereceriam segurança epistemológica; as próprias palavras – as ferramentas de pensar e escrever – são interpretações da realidade vivida; o fim do humanismo, ao criticar como uma ficção

intelectual e histórica a colocação do "Homem" no centro de todas as coisas; e, por fim, o descrédito com as metanarrativas, que tentam descrever "A" história dos Homens, especialmente aquelas que alardeiam a integração e inclusão através do progresso e desenvolvimento econômico (CARRIERI, 2012, p. 35).

Até mesmo assumir um radicalismo na indeterminação, dizendo que não há verdades, é tornar verdadeiro o seu próprio ponto de vista. Há contradição então porque essa afirmação seria ela mesma uma verdade em si (MORGAN, 2011). No campo dos estudos organizacionais, Carrieri (2012), por exemplo, se posiciona como um pós-estruturalista que não compartilha com a indeterminação radical. O autor argumenta que

[...] uma das mais contundentes [críticas ao pós-estruturalismo] é sobre a ontologia da indeterminação, isto é, a natureza da realidade vista como indeterminada. [...] Não haveria uma busca de sentido para o mundo, não haveria uma teoria que pudesse ser usada para poder se buscar compreensões sobre o mundo, os sujeitos, suas ações. Ao aceitar, sem críticas, a ontologia da indeterminação, gera-se como consequência a inexistência de epistemologias (relação entre o investigador e o objeto), teorias e metodologias. [...] O mundo perderia seu sentido. Contudo, não compartilho dessa indeterminação. Nesse sentido, admitimos que não há um Sentido, uma Teoria, um Sujeito (com letras maiúsculas), mas sujeitos, teorias, metodologias que podem dar à realidade vivida, estudada, sentidos. Nada estaria terminado, tudo é processo histórico-social (CARRIERI, 2012, p. 46).

Uma própria leitura equivocada de Foucault (1992) poderia gerar essa crítica. Pois o autor defende o intelectual que não sabe onde estará e o que pensará. É um devir de um intelectual que está muito atento ao presente. Foucault (1992) afirma sonhar com o intelectual que seja destruidor das evidências e também das universalidades, argumento esse que se relaciona à própria ideia de desconstrução de metanarrativas. E é de Foucault (1992) mesmo que vem outro elemento importante dessa corrente, que é a analítica foucaultiana do poder, por meio da qual consideramos as relações entre saber e poder. Mais ainda, as relações entre estes e os discursos, que são elementos importantes para o pensamento pós-estruturalista.

Por fim, ressalto que utilizei aqui muitas citações diretas dos autores porque esse perfil de escrita foi intencionalmente escolhido porque, como não sou neutra e estou aqui defendendo um ponto de vista, achei interessante demonstrar os trechos diretamente da forma como foram escritos pelos autores a fim de reforçar meu próprio posicionamento. Para demonstrar que minha defesa encontra suportes em outros autores, inclusive e, com maior importância, nos próprios autores pós-estruturalistas, julgo importante deixá-los falar, dar-lhes uma voz mais ativa. É importante enfatizar, no entanto, que não considero que simples citações diretas eliminem o interesse e a não neutralidade do pesquisador. Apenas, por uma questão estilística de discurso, acredito ter sido essa uma forma de demonstrar os argumentos nos quais me baseio no projeto de construir uma tese pós-estruturalista.

2.1.2 Posicionamento político

Embora a administração possa se constituir em um campo de estudos que se despolitiza na medida em que ainda tem como hegemônicos os discursos de neutralidade axiológica característicos do funcionalismo, há vários pesquisadores desse campo que consideram que os discursos são políticos, posicionamento ao qual faço adesão. Como já defendi aqui, não existem discursos neutros, assim como não é neutro o discurso apresentado nesta tese. Entretanto, quando falamos na criação de conhecimentos científicos, podemos assumir a possibilidade de dar maior clareza possível ao que representa essa não neutralidade. Se não se é neutro, quais são os posicionamentos mais claros que assumimos? Nesse sentido, após uma discussão sobre meu posicionamento epistemológico, quero destacar aqui alguns aspectos importantes em relação ao meu posicionamento político.

Estou aqui me aventurando em algo novo, mas não de maneira isolada. Sou um ser político na medida em que estou contextualmente em relações com pares e não pares que acabam socialmente se constituindo em espécies de comunidades. Para Arendt (2009), o que faz o homem ser político é sua faculdade para a ação, que o capacita para reuniões com seus pares. Não falo, porém, de simples atos de reuniões. Esses atos são políticos, os próprios processos envolvidos na elaboração de uma tese são atos políticos, tais como as discussões em grupos de pesquisa, a divulgação de pesquisas, e as bancas de defesas de projetos e de teses. Como defende Arendt (1995), a política está presente quando as pessoas se reúnem para ações discursivas ou práticas. No entanto, trata-se de algo além. Falo de dinâmicas de pertencimentos e de relações entre comunidades e grupos sociais, comunidades científicas, comunidades dentro do campo de estudos da administração, da comunidade dos Estudos Organizacionais que, por si sós, não são homogêneas e contam também com diversas outras subcomunidades.

Trata-se de uma concepção relacional de política, baseada em relações entre comunidades e, não, no indivíduo isolado (ARENDR, 1995). Assim, quando falo do lugar de pesquisadora da linha de Estudos Organizacionais e Sociedade dentro de um Curso de Administração, preciso deixar claro qual é o meu posicionamento político na relação com meus pares na academia. Para não tratar de um âmbito muito geral da relação que assumo com meus pares especificamente dentro do campo da administração.

Assim como a pós-estruturalista Butler (2003) colocou o gênero entre aspas, o questionando e o desnaturalizando, coloco também a administração entre aspas trazendo as

empregadas para seu campo de estudos. Questiono essa administração retomando discursos políticos que já foram realizados por vários pesquisadores dos Estudos Organizacionais. Questiono o campo da administração como algo hegemonicamente relacionado a problemas de ordem gerencialista. Questiono ainda que seus sujeitos de pesquisa sejam apenas os líderes de grandes organizações e adoto mais uma concepção de vida organizada⁸ (CARRIERI, 2012) do que propriamente de organização. Questiono o termo organização a favor do termo organizar (CARVALHO, 2006; MISOCZKY e VECHIO, 2006).

Defendo que consideremos a própria sociedade como uma organização, cotidianamente envolta por vidas organizadas que, mesmo não institucionalizadas, são também organização e demandam também gestão. Quando falamos de vida organizada, nos referimos à forma pela qual os homens organizam suas próprias vidas, seja em empresas econômicas, familiares (no sentido clássico) ou no trabalho informal (no sentido heterodoxo) (CARRIERI, 2012).

Coaduno ainda com a defesa de Calás e Smircich, que identificam a arbitrariedade das limitações discursivas na qual opera a teoria organizacional e defendem que se abram espaços para vozes não tradicionais que são comumente marginalizadas em teorias universalizantes (BREWIS, 2005). Para Carrieri (2012), quando discutimos outras possibilidades dentro da teoria organizacional, não negamos a administração enquanto disciplina de um saber-poder, mas a colocamos em questão.

Estudando sujeitas que representam uma ausência nos estudos organizacionais, trilho ainda em caminhos desconhecidos. E corroboro a defesa de Sousa Santos (2005), para quem é preciso construir uma ciência para além da hegemônica, pois as experiências sociais são muito mais numerosas e variadas do que essa ciência considera. Nesse sentido, acredito que os estudiosos organizacionais possam encontrar essa variedade de experiências ao direcionar o olhar para essas trabalhadoras. Com esse olhar, empreendemos o que Sousa Santos (2005) chama de *sociologia das ausências*. Estudar empregadas domésticas em uma tese de doutorado em administração envolve uma reflexão sobre a pesquisa que pode ser caracterizada pelas seguintes palavras de Fischer (2002, p. 68).

Que história, afinal, queremos fazer quando nos inscrevemos num curso de mestrado ou doutorado? Que história queremos fazer quando imaginamos um novo projeto de pesquisa? Volto [...] a falar no grande perigo de temer o caminho ainda não trilhado,

⁸ “Os termos Vida Organizativa ou Vida Organizada foram retirados do (sub)grupo do NEOS, denominada de Vida Organizada, Teorias do Poder e Estudos Organizacionais. O desafio colocado pelo NEOS nas pesquisas desse grupo procura superar os estudos organizacionais migrando para os estudos da vida organizada, partindo não mais da organização enquanto objeto maior de estudo, mas da própria sociedade, elegendo para pesquisa a ação coletiva e todos os fenômenos de organização da vida social, sejam eles organizações formais, organizações informais, movimentos sociais ou manifestações da vida cotidiana [...]” (CARRIERI, 2012, p. 18-19).

na inércia, que por vezes pode nos assaltar, justificados que somos pelos prazos exíguos de entrega de nossos trabalhos, por uma sociedade que não valoriza a formação acadêmica, etc., etc. É essa inércia que costuma atar-nos ao já conhecido, àquilo que nos parece uma boa fórmula com todas as suas coordenadas tão bem delineadas (FISCHER, 2002, p. 68).

Eu poderia argumentar que, mesmo não estando inseridas em organizações públicas ou privadas, as empregadas domésticas estão imersas em relações sociais que são também objetos de interesse da administração: a categoria trabalho. Se relações de trabalho é um dos temas presentes nesse campo, por que não abranger como sujeitas de pesquisa uma expressiva categoria de trabalhadoras no Brasil? Eu poderia também argumentar que, embora a atividade da empregada doméstica não gere lucro e renda para seus empregadores, sua atividade é um instrumento de integração nas sociedades capitalistas, pois ele se constitui em um meio de sustentação da própria atividade econômica. Se considerarmos que exercem atividades que mulheres (e homens) não têm tempo para exercer por estarem no mercado de trabalho, seu trabalho se insere na dinâmica capitalista⁹.

No entanto, esses são argumentos que se utilizam de temas que pretenderiam agradar àqueles que ainda mantêm uma visão ortodoxa da administração: a inserção na dinâmica capitalista e a menção ao tema relações de trabalho, que já está legitimamente presente nas divisões acadêmicas da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD), por exemplo. E quando falo aqui de gestão de maneira relacionada às empregadas domésticas, não estou falando simplesmente de uma gestão como a gestão de tarefas ou uma gestão administrativa. Falo de uma gestão de si, de uma gestão da própria existência (FOUCAULT, 2006a; 2006b), algo mais relacionado a processos de subjetivação e que ultrapassa a visão convencional de gestão administrativa. E, quando falo do trabalho, falo de um dispositivo de poder (FOUCAULT, 1992), falo do trabalho doméstico nas práticas sociais, do trabalho doméstico como construção social, e não de uma concepção marxista ou *Labour Process Theory* do trabalho (ADLER; FORBES e WILLMOTT, 2007).

Outro posicionamento político que é importante destacar em relação a esta tese diz também respeito ao campo de estudos em administração e ao campo dos Estudos Organizacionais, mas não se refere apenas aos limites desses campos. Trata-se de um posicionamento político de cunho também social, que é a afirmação da necessidade de se problematizar as relações raciais, questionando a naturalização histórica das diferenciações

⁹ No entanto, é importante ressaltar que a própria consideração do trabalho doméstico como um trabalho que contribui para o exercício da atividade econômica é perigosa. Pois pode implicar a visão do trabalho como apoio para a realização do então autêntico e verdadeiro trabalho, aquele que seria, de fato, produtivo, pois é monetizável (MARCONDES *et. al.*, 2003).

entre *brancos e negros*. No caso do campo dos Estudos Organizacionais, Conceição (2009) e Rosa (2012) já chamaram a atenção para a escassez de estudos que abordam o tema. Para Rosa (2012, p. 1), inclusive, “[...] relações raciais e estudos organizacionais [são] dimensões esquecidas de um debate que (ainda) não foi feito”.

Outro engajamento político que assumo aqui é o de que, apropriando-me das enormes contribuições das feministas que há muitos anos defendem que o privado é também público, estou discutindo política e publicamente algo que pertence ao âmbito privado, a algo que pertence à esfera do particular: os lares e o que neles acontece. Coaduno com o posicionamento de Foucault (2006c), para quem mesmo as relações familiares são relações políticas. Coaduno com o posicionamento de Ávila (2008, p. 65), que defende que “[...] não podemos pensar o emprego doméstico como algo particular, mas devemos compreendê-lo no quadro das relações sociais e da formação sócio-histórica do Brasil, a partir da divisão sexual do trabalho e da articulação entre as estruturas de classe, raça e gênero”.

O engajamento político ao falarmos em trabalho doméstico é importante porque estou falando aqui, usando as palavras de Brites (2008, p. 93), de uma “[...] domesticidade despolitizada”, de relações de trabalho dentro do ambiente doméstico cuja dimensão política quase sempre é desconsiderada, despolitização essa que vai sendo, de geração a geração, “[...] reproduzida na medida em que os adultos mantêm afastados os jovens e crianças das discussões micropolíticas da cotidianidade doméstica” (BRITES, 2008, p. 93).

Por fim, destaco meu posicionamento em uma temática que, na opinião de Ávila (2008), ainda é escassa na academia brasileira em virtude de seu baixo *status*. Se a autora destaca esse baixo *status* mencionando o campo de estudos da sociologia, no qual há vários estudos sobre o trabalho doméstico, o que poderemos dizer então a respeito do campo dos Estudos Organizacionais?

3.O CONTEXTO HISTÓRICO DAS EMPREGADAS DOMÉSTICAS NO BRASIL

(Os jogos de verdade a respeito do que é ser empregada doméstica na sociedade brasileira)

O que trago neste capítulo é um subsídio à resposta da primeira questão norteadora desta pesquisa: *como o trabalho doméstico atua como um processo de subjetivação que afeta a constituição subjetiva das empregadas domésticas*. Porque, para que essa questão seja respondida, como falamos em relações entre saber e poder, preciso discutir quais são os jogos de verdade a respeito do que é ser empregada doméstica no Brasil. E é essa contextualização que permitirá a apreensão de alguns sentidos a respeito do que é ser empregada doméstica no País. A partir dessa apreensão, podemos passar, aí sim, a analisar como o trabalho doméstico atua como um processo de subjetivação que afeta a constituição subjetiva das empregadas, ou seja, como ele atua como um dispositivo de poder.

Quais são, então, os sentidos do que é ser empregada doméstica na sociedade brasileira? Para responder a essa questão, trabalharei com uma perspectiva histórica. Este capítulo inicia sua abordagem sobre as empregadas domésticas partindo, em primeiro lugar, de algumas definições formais a respeito dessa categoria de trabalhadoras, mesmo reconhecendo que Foucault (1992) traz uma concepção não jurídica de poder. Pois essas primeiras definições servem apenas como base para uma discussão inicial a respeito do que é ser empregada doméstica no Brasil, o que vai muito além de definições formais ou da maneira como a legislação no País trata essa categoria de trabalhadoras. Pois as definições sobre empregadas podem ser consideradas esforços discursivos das instituições e do próprio Estado para enquadramentos que nem sempre fazem jus às diversidades e polifonias presentes no que chamamos de trabalho doméstico.

Abordarei não só essas definições formais, mas também os aspectos legais envolvidos no trabalho doméstico. Esses aspectos são considerados porque refletem a condição histórica dessas mulheres no País. No entanto, também os trago somente para uma contextualização inicial, já que, em uma visão pós-estruturalista, as leis não são, em si, fontes de poder, pois o mais importante é entender as construções sociais que culminam nessas leis, compreendendo o que é ser empregada doméstica na nossa sociedade.

Além disso, focar o aspecto jurídico quando falamos das empregadas envolve também um risco de pensarmos em uma articulação mais direta entre poder e Estado. E, em suas análises genealógicas do poder, Foucault (1992) acabou encontrando uma não necessária sinonímia entre Estado e poder. Apesar de o Estado ser considerado um aparelho central de poder, Foucault (1992) enfatizava a articulação de “[...] poderes locais, específicos,

circunscritos a uma pequena área de ação” (MACHADO, 2012, p. XI). Pois a analítica foucaultiana do poder acaba distinguindo as grandes transformações estatais e as mudanças políticas daquelas relações de poder que se expandem por toda a sociedade em formatos mais regionais e concretos (MACHADO, 2012).

E, quando falamos em empregadas, um tema muito recorrente é o do âmbito do Direito – especificamente direitos trabalhistas, tendemos a atribuir ao Estado a não igualdade de direitos às empregadas. Um exemplo disso é que, quando falo para minha rede de contatos que estou estudando empregadas domésticas, esse é um dos primeiros temas que as pessoas tendem a comentar, imaginando que meu enfoque de estudo seja o do direito. No entanto, como se pode perceber, a genealogia foucaultiana acabou desenvolvendo uma concepção de poder que não é jurídica e que não diz respeito fundamentalmente a aspectos legais (MACHADO, 2012).

Nesse sentido, o aspecto jurídico não é aqui tratado como algo central para pensarmos o trabalho das empregadas domésticas. Mesmo assim, julgo importante abordar a questão legal no contexto brasileiro, ainda que em um sentido acessório porque, no caso da nossa Constituição Federal, não houve uma lacuna em relação às empregadas domésticas, o que houve foi uma exclusão (MAIA, 2010) direta e explícita dessa categoria em relação aos demais trabalhadores. Nem mesmo a criação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que representou uma promessa de um conceito amplo e universal de trabalhador, retirou essa exclusão no acesso a direitos (CORONEL, 2010).

Além disso, apesar dessa não centralidade do jurídico, o próprio Foucault (2006c), em um diálogo sobre o poder com estudantes, reconhece a lei e o sistema jurídico como um dos integrantes do sistema de poder, quando fala especificamente do discurso sobre a loucura, que foi seu objeto de estudo.

[...] acho que o problema é examinar o discurso sobre a loucura, as instituições que dela se encarregaram, a lei e o sistema jurídico que a regulamentaram, a maneira como os indivíduos se viram excluídos [...]. Todos esses elementos pertencem a um sistema de poder [...]. A análise consiste em descrever as ligações e relações recíprocas entre todos esses elementos (FOUCAULT, 2006c, p. 254).

Após essa discussão inicial que contextualiza o leitor a respeito da condição legal das empregadas domésticas no Brasil, a fim de que justamente entendamos as construções sociais relacionadas às empregadas, buscarei desenvolver uma perspectiva histórica do trabalho doméstico no Brasil. Considerando que as análises pós-estruturalistas são análises históricas; que Foucault (1987) empreende uma arqueologia do saber e dos regimes de verdade valorizando a historicidade; e que Certeau (1998) apresenta uma perspectiva crítica da história,

o que faço aqui é uma adequação analítica às escolhas teóricas. Nessa perspectiva, demonstrarei a trajetória do trabalho doméstico que perpassa pela escravidão, pelo trabalho das mensalistas residentes, mensalistas não residentes e das diaristas, trajetória esta que será precedida por uma discussão a respeito das relações raciais no Brasil. Esse resgate histórico pode ajudar a compreender os sentidos do que é ser empregada doméstica na nossa sociedade.

3.1 As definições formais e os aspectos legais do contexto das empregadas domésticas brasileiras

A Organização Internacional do Trabalho (OIT), com o objetivo de padronizar o que é considerado trabalhador doméstico em suas pesquisas mundiais, elencou entre as atividades realizadas por essa categoria a limpeza, o cuidado com as crianças ou com idosos, tomar conta da casa, levar crianças para a escola, cuidar de jardins, cozinhar e outras mais. Embora cite essas atividades, a Organização ressaltou que, em virtude das diferenças possíveis em relação ao trabalho doméstico nos diversos países, não desejou estabelecer uma lista que visasse englobar todas as atividades, mas, sim, trabalhar com uma característica comum ao trabalhador doméstico: o fato de atuarem em domicílios particulares (ILO, 2013).

O destaque a essa característica é importante porque diferencia os trabalhadores domésticos de outros profissionais que podem executar as mesmas atividades que eles executam, mas dentro de instituições, como é o caso de trabalhos em orfanatos, hospitais, albergues para idosos (integrantes da economia do cuidado) (ILO, 2013) e mesmo as atividades de limpeza e cozinha que são realizadas em empresas privadas. Pois a palavra *doméstico* é proveniente do latim *domesticus*, significando casa, da família, de *domus*, lar. “Lar é a parte da cozinha onde se ascende o fogo, mas em sentido amplo compreende qualquer habitação (KASSEM, s/d, p. 1).

Deixando possibilidades para que pensemos em outros tipos de empregadas domésticas não necessariamente englobadas nas definições formais, jurídicas e legais, destaco que a definição de trabalhadora doméstica não é ainda um consenso do ponto de vista jurídico. Os dissensos giram principalmente em torno do critério de continuidade do trabalho. Discute-se, por exemplo, se a diarista é ou não uma trabalhadora doméstica. A divergência se deve à interpretação da expressão *natureza contínua* que aparece na definição de empregado doméstico no Artigo 3º do Decreto Lei n. 71.885, de 09 de março de 1973, que diz “[...] considera empregado doméstico aquele que presta serviço de natureza contínua e de finalidade

não lucrativa à pessoa ou à família, no âmbito residencial destas”(BERNARDINO-COSTA, 2007, p. 19).

O que estava sendo feito era uma interpretação, por parte dos advogados patronais, de que o trabalho só poderia ser considerado contínuo se fosse exercido por três ou mais dias da semana. Do outro lado, os sindicatos e os advogados que representam as trabalhadoras domésticas tendem a alegar que o trabalho é contínuo, independentemente de quantos dias na semana é realizado, pois tem um caráter regular. Por esse ponto de vista, não poderia ser feita uma distinção entre trabalhadoras mensalistas e diaristas (BERNARDINO-COSTA, 2007). No entanto, em maio de 2009, o Tribunal Superior do Trabalho declarou a inexistência do vínculo empregatício das diaristas pelo fato de o trabalho ser realizado em apenas alguns dias da semana, não havendo um caráter contínuo (IPEA, 2011a), interpretação esta que é contestada por alguns estudiosos.

Já, no âmbito dos órgãos de pesquisa brasileiros, tanto mensalistas, quanto diaristas são consideradas trabalhadoras domésticas, como é o caso do Dieese - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (BERNARDINO-COSTA, 2007). A definição de trabalhadores domésticos que o órgão utiliza é:

[...] os indivíduos que trabalham em casa de família, contratados para realizar serviços domésticos, inclusive jardinagem, segurança, condução de veículos. Tanto podem ser mensalistas, diaristas ou receber só em espécie ou em benefícios. O primeiro caso refere-se ao empregado que recebe salário mensal; o segundo, à pessoa que trabalha em casa de uma ou mais famílias recebendo remuneração por dia; o último agrega o indivíduo que realiza trabalhos domésticos em casa de família e tem como pagamento por seus serviços apenas alimentação, alojamento, vestimenta ou outro tipo de remuneração (DIEESE, 2006, p. 15).

Falando de definições formais, há a elaboração de listas institucionalizadas em relação às atividades das empregadas domésticas, que não necessariamente coadunam com a realidade cotidiana e diversificada dessas mulheres. O quadro 2 traz a lista de atividades presente na Classificação Brasileira de Ocupações, elaborada pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

Quadro 2. Atividades dos trabalhadores dos serviços domésticos em geral de acordo com a Classificação Brasileira de Ocupações

Ordem	Grupo de atividades	Atividades
A	Preparar refeições (café, almoço e jantar)	Selecionar receitas; organizar cardápio do dia a dia; separar os ingredientes para preparação das refeições; selecionar os utensílios de cozinha; providenciar os utensílios faltantes; higienizar frutas, verduras e legumes; preparar os alimentos; servir refeições; providenciar a reposição de ingredientes da cozinha; testar receitas; preparar sobremesas; lavar louça e panos de prato
B	Dar assistência às pessoas da casa, conforme orientações	Relembrar compromissos das pessoas da casa; acompanhar atividades das crianças na ausência dos pais; acompanhar crianças e pessoas idosas em locais determinados; arrumar malas, mochilas e lancheiras
C	Colaborar na administração da casa	Administrar os horários; distribuir as tarefas do dia a dia conforme orientações; atender pessoas e telefones; providenciar reparos em instalações; anotar recados; transmitir recados; providenciar reparos em eletrodomésticos; fazer lista de compras; fazer compras; efetuar pagamentos; receber mercadorias; providenciar serviços de tinturaria
D	Fazer arrumação da casa	Recolher jornais, revistas e correspondências; por mesa para refeições; conservar a limpeza da cozinha; organizar a geladeira; limpar objetos; arrumar quartos e salas; arrumar camas; arrumar armários e guarda-roupas; conservar a limpeza do banheiro; trocar roupas de cama, mesa e banho; conservar a limpeza dos parapeitos, varandas...; limpar pisos e quintais (varrer, aspirar, rastelar); passar pano úmido para tirar o pó; higienizar os telefones; recolher o lixo diariamente
E	Faxinar a casa	Selecionar produtos de limpeza; selecionar utensílios e equipamentos de limpeza; selecionar panos de limpeza; faxinar banheiros; limpar lustres; limpar portas, janelas e vidros; limpar paredes; limpar carpetes e tapetes; limpar móveis; limpar pisos e rodapés (lavar, encerar e lustrar); limpar a parte externa da casa; lavar panos de limpeza
F	Cuidar de roupas e acessórios	Separar roupas por cor, tecido e uso; retirar manchas e sujeiras difíceis de roupas; lavar roupas e calçados; limpar roupas de couro e calçados; escovar as roupas para remover pelos; colocar a roupa para secar; passar roupas; engomar roupas; fazer pequenos reparos em roupas (pregar botões, refazer bainhas); dobrar roupas; guardar roupas
G	Cuidar das plantas do ambiente interno e animais	Alimentar os animais de estimação; cuidar da higiene dos animais de estimação; higienizar o recinto dos animais; molhar as plantas do ambiente interno

	domésticos	
--	------------	--

Fonte - MTE, 2002, n. p.

Em relação à terminologia empregada para designar as trabalhadoras, Santos (2010) se posiciona a favor do termo trabalhadora doméstica e não empregada doméstica porque, em sua opinião, o último termo indica uma ausência dos aspectos profissional e político que caracterizam a ocupação. No entanto, opto nesta tese por utilizar o termo empregada doméstica¹⁰ porque é o termo comumente utilizado na nossa sociedade, seja pelas próprias empregadas, por seus patrões e também nos diversos discursos sociais. Como pretendo aqui abordar as construções sociais do que é ser empregada doméstica, faz sentido então utilizar o termo mais socialmente disseminado.

Além disso, posiciono-me a favor da ideia de que não é uma simples mudança de terminologia que garantirá a essas mulheres o devido reconhecimento social. Trata-se de uma construção social do que é trabalhar em domicílios e que envolve várias outras dimensões relativas a identidades e alteridades. Há (res)-significações que são necessárias e que não perpassam unicamente pela mudança na nomenclatura a elas conferidas. Além disso, vejo com desconfiança a simples modificação de nomenclaturas para se tentar politizar algum termo. Por exemplo, a expressão *secretária do lar*, muitas vezes, surge como uma tentativa em vão de (res)-significar o trabalho dessas mulheres, atribuindo-lhes um novo *status* que nem sempre condiz com suas realidades cotidianas.

Em relação aos aspectos legais do contexto das empregadas domésticas brasileiras, algum nível de regulamentação da profissão ocorreu no País, em 1972, por meio da Lei n. 5.859, que estabelece três condicionantes para a caracterização do trabalho doméstico: a natureza contínua, a finalidade não lucrativa e a pessoalidade (BRASIL, 1972). É uma regulamentação que foi tardia em virtude de alguns fatores como o alto grau de dispersão dessas trabalhadoras e a natureza peculiar das relações estabelecidas entre empregado e empregador, que são caracterizadas pela subordinação e pela pessoalidade (OLIVEIRA, R. B., 2009). Além da mencionada lei, rege o trabalho doméstico no País a Lei n. 11.324, de 2006.

Na Constituição Federal de 1988, houve uma destinação desigual de direitos trabalhistas aos trabalhadores domésticos. Enquanto a eles foram destinados nove direitos, que estão dispostos no parágrafo único do artigo 7º, foram destinados no mesmo artigo trinta e quatro direitos ao demais trabalhadores (BELÉM, 2010). Foram assegurados à categoria dos

¹⁰ Exceto quando estou me referindo a aspectos legais e a dados oriundos de pesquisas censitárias sobre empregadas domésticas, ocasiões em que utilizarei a expressão trabalhadora doméstica.

empregados domésticos somente os direitos ao salário mínimo, à irredutibilidade do salário, ao décimo terceiro salário, ao repouso semanal remunerado, às férias, à licença maternidade, licença paternidade, aviso prévio, aposentadoria, além da integração à previdência social (MAIA, 2010). Na Constituição, foram direitos ainda não estendidos a essa categoria: jornada de trabalho, FGTS¹¹, seguro desemprego, salário família, acidente de trabalho, adicionais salariais, organização sindical, fixação de norma coletiva e multas para garantir o adimplemento pontual dos vencimentos. Esse parágrafo é inclusive tratado por alguns autores como sendo inconstitucional, refutando a ideia de que uma norma seja constitucional pelo simples fato de estar no texto da Constituição (MAZIERO, 2010; MAIA, 2010).

Em relação à jornada de trabalho da empregada doméstica, não havia, até 2013, uma tipificação legislativa que a limitasse, enquanto aos demais trabalhadores o limite estipulado na Constituição é de oito horas diárias e 44 horas por semana. Além disso, não havia, também até esse ano, a garantia de pagamento de horas extras. Como consequência, elas enfrentavam uma jornada muitas vezes marcada pela elasticidade, havendo variações de horários e de tarefas, o que se agravava em relação às empregadas que residem no local em que trabalham. Em regiões como centro-oeste e nordeste, a situação tende a ser pior, pois as jornadas de trabalho tendem a ser as maiores e as taxas de remuneração são as menores. A própria OIT concluiu, por meio de uma pesquisa realizada sobre os trabalhadores domésticos ao redor do mundo, que as horas de trabalho dessa categoria ocupacional estão entre as mais longas entre todas as categorias (ILO, 2013).

De acordo com estudiosos do Direito do Trabalho, o tratamento diferenciado que a Constituição conferiu aos empregados domésticos reside nas particularidades e especificidades desse tipo de relação de trabalho.

Sustentam que por ser uma relação com características peculiares, quais sejam ausência de atividade econômica do empregador, maior convivência entre as partes, a fidúcia como traço ainda mais acentuado nesta relação, não se justifica tamanha intervenção/proteção, tal qual se dá com as demais categorias de empregados (MAIA, 2010, p. 5).

Em junho de 2011, no entanto, a Convenção n. 189 realizada pela OIT acabou se configurando como uma pressão institucional e internacional para que os países regularizassem a condição legal dos trabalhadores domésticos. O objetivo da Convenção foi estender aos trabalhadores domésticos todos os direitos trabalhistas (ILO, 2013; OIT, 2011), o

¹¹ As Leis n. 5.859/72 e n. 10.208, de 23 de março de 2001, permitem ao empregador a contribuição facultativa ao Fundo de Garantia sem qualquer ônus ou multa no caso de não contribuição (BELÉM, 2010).

que pode ser considerado um momento importante nessa discussão. Como a Convenção foi ratificada pelo governo brasileiro houve, naquele ano, a sinalização de mudanças legais.

Em novembro de 2012, começou a tramitar no País uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) para estabelecer a igualdade de direitos trabalhistas para os trabalhadores domésticos (ESTADO DE MINAS, 2012)¹². O que a PEC trazia de diferenças formais para as empregadas domésticas é a extensão de dezesseis direitos que já são garantidos aos demais trabalhadores.

Proteção contra despedida sem justa causa; seguro-desemprego; Fundo de Garantia do Tempo de Serviço; garantia de salário mínimo, quando a remuneração for variável; adicional noturno; proteção do salário, constituindo a sua retenção dolosa um crime; salário-família; jornada de trabalho de oito horas diárias e 44 horas semanais; hora-extra; redução dos riscos do trabalho; creches e pré-escola para filhos e dependentes até 6 anos de idade; reconhecimento dos acordos e convenções coletivas; seguro contra acidente de trabalho; proibição de discriminação de salário, de função e critério de admissão; proibição de discriminação em relação à pessoa com deficiência; e proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 16 anos (DIAP, 2012, s/p.).

Para o cumprimento desses direitos, a PEC previa regulamentações, o que fez com que nem todos esses direitos fossem estabelecidos de imediato. As alterações imediatas foram na limitação da jornada de trabalho com a inclusão do controle de ponto, o pagamento de horas extras, a limitação do trabalho a menores de dezesseis anos, o reconhecimento de acordos e convenções coletivas, a proibição de retenção dolosa de salário e a proibição de diferenciações de salário por aspectos como sexo, idade ou cor (DIAP, 2012).

Dois anos após a sanção da PEC, ela ainda aguarda por finalização. O Senado concluiu a votação do projeto que a regulamenta em 6 de maio de 2015, cujo resultado ainda aguarda sanção da presidente da República, Dilma Roussef. Dentre os dezesseis direitos previstos pela PEC, sete ainda aguardam a sanção da regulamentação para entrarem em vigor: indenizações em demissões sem justa causa, FGTS, salário-família, adicional noturno, auxílio-creche, seguro-desemprego e seguro contra acidente de trabalho. Nessa regulamentação aprovada pelo Senado, foi ratificada a jornada de trabalho de oito horas diárias, 44 semanais e a realização de, no máximo, duas horas-extras por dia a serem acordadas entre as partes; foi definido como empregado doméstico aquele maior de 18 anos que prestar serviço de maneira não eventual

¹² Quando este projeto foi redigido, a PEC já tinha sido aprovada em dois turnos pela Câmara dos Deputados e em primeiro turno pelo Senado (DIAP, 2013). Justamente na data em que ele foi finalizado, ocorria a votação em segundo turno (26 de março de 2013).

por mais do que dois dias na semana; e reduzida a contribuição do empregador à Previdência de 12% (o que é atualmente) para 8% do salário (G1, 2015).

Foi definido como trabalho noturno aquele realizado entre 22hs e 5hs; adicional noturno de 20% sobre o valor da hora diurna; repouso remunerado de 24hs consecutivas por semana e em feriados; férias de 30 dias remuneradas com um terço mais do salário; licença-maternidade de 120 dias; de opcional, o FGTS passa a ser obrigatório, sendo o recolhimento de 8% do salário; depósito mensal de 3,2% do valor recolhido de FGTS para reserva em caso de pagamento de multa de 40% do FGTS, a que o trabalhador doméstico também passa a ter direito em situação de demissão sem justa causa, (no caso de demissão com justa causa, a reserva é do empregador); as primeiras 40 horas extras devem ser pagas em dinheiro, sendo as demais compensadas com folgas ou redução de jornada de trabalho dentro do limite de um ano; direito a seguro-desemprego de um salário mínimo por até três meses, dependendo do tempo trabalhado, nos casos de demissão sem justa causa; direito à salário-família, pago pela Previdência; a definição do pagamento de auxílio-creche fica dependente ainda de convenção ou acordo coletivo entre sindicatos; direito a seguro contra acidente de trabalho dentro das regras da Previdência, sendo a contribuição de 0,8% por parte do empregador (G1, 2015).

Essa regulamentação ainda é alvo de debates. O Instituto Doméstica Legal, que defende os interesses dos empregadores, quer o mínimo possível de oneração sob o argumento de que uma maior oneração geraria demissões, e de que os empregadores domésticos não devem ser tratados como empresas. Concorda, então, com a redução da contribuição previdenciária de 8% pelo empregador e discorda do depósito mensal para a reserva de multa referente ao FGTS. A Federação Nacional dos Trabalhadores Domésticos (FENATRAD), por sua vez, ressalta que a regulamentação aprovada pelo Senado acabou criando, mais uma vez, uma lei diferenciada para a categoria. Defende que o depósito da multa do FGTS acabaria estimulando as demissões por justa causa já que, nessa situação, a reserva iria para os empregadores; e que o banco de horas estimularia a continuidade da precarização do trabalho (o texto aprovado na Câmara dos Deputados previa um prazo de três meses para a compensação de horas, enquanto o aprovado finalmente pelo Senado prevê o prazo de um ano para essa compensação). As centrais sindicais, no mesmo sentido, organizam movimentos de pressão para que a Presidente da República vete a regulamentação aprovada pelo Senado, por também defender que mais uma vez foi criada uma lei diferenciada para a categoria. A Central Única dos Trabalhadores (CUT) acredita que a forma de compensação de horas irá flexibilizar, novamente, a jornada de trabalho, retrocedendo um avanço obtido com a regulamentação, em 2013, da jornada de 44 horas. Discorda também que a reserva da multa do FGTS vá para os empregadores no casos de

demissão por justa causa. Para a CUT, essa multa deveria, nesse caso, ser destinada ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Além disso, defende a manutenção dos atuais 12% de contribuição dos empregadores à Previdência, sendo contrária à redução dessa contribuição para 8% (BAHIA NOTÍCIAS, 2015; INSTITUTO DOMÉSTICA LEGAL, 2015).

A PEC foi considerada um marco importante na legislação brasileira, sendo entendida, por alguns grupos, como uma forma de correção tardia de uma desigualdade legalmente legitimada para os trabalhadores domésticos, tendo sido, inclusive, simbolicamente nomeada uma segunda abolição da escravatura (DIAP, 2012). No entanto, além dos pontos ainda controversos de sua regulamentação, é importante ressaltar nesta tese que a simples garantia legal da igualdade de direitos trabalhistas não necessariamente modifica de maneira significativa os processos de subjetivação e as construções sociais relacionadas às empregadas domésticas. Ou seja, a aprovação e a regulamentação de uma PEC não podem ser entendidas como um precedente direto de novas condições de existência.

Da própria analítica foucaultiana do poder, podemos depreender que não se efetua uma mudança na sociedade se os mecanismos de poder praticados no cotidiano, em um âmbito exterior ao dos aparelhos de Estado, não forem também modificados (FONSECA, 2011). E as resistências a essas mudanças ainda são significativas e a sociedade ainda precisará se acostumar a direitos que nem sempre são garantidos aos próprios trabalhadores urbanos e rurais contratados pelo regime da CLT. Nesse processo de adaptação, as decorrências ainda não são completamente previsíveis, e muitas estratégias e táticas cotidianas ainda serão desenvolvidas.

Outro aspecto que dificulta uma mudança nas históricas construções sociais é que a criação e a aprovação da PEC são fortemente influenciadas pela institucionalização da pressão internacional por mudanças na proteção legal de trabalhadores domésticos que a Convenção n. 189 da OIT representou. Pois as pressões internas para essa mudança, oriundas especialmente de movimentos políticos e organizações de mulheres, mulheres negras e trabalhadoras domésticas, já ocorrem há muitos anos sem que uma medida com o potencial de impacto de uma PEC tenha sido tomada. Esse aspecto demonstra que não foi necessariamente por um movimento de conscientização política interna que as mudanças foram sinalizadas.

Nesse sentido, um exemplo de que é importante que não se pense o direito como fonte de poder em uma perspectiva pós-estruturalista, é o de que, mesmo havendo já a garantia de alguns direitos trabalhistas para as empregadas domésticas, há práticas e relações sociais que não os garantem e ainda vão além, dando características de servidão ao trabalho doméstico

(ÁVILA, 2008). Assim, é necessário que haja também novas condições de existência e não simplesmente mudanças de ordem legal.

3.2 O cenário atual do mercado de trabalho doméstico no Brasil

“Doméstica! Ela era doméstica! Sem carteira assinada. Só caía em cilada. Era empregada doméstica!” (Música Doméstica - Eduardo Dusek). Discutidas as definições e os aspectos legais do trabalho doméstico, uma questão é importante para complementar essa contextualização inicial: como é o cenário atual do trabalho doméstico no Brasil? Confesso que foi muito difícil escrever este tópico, porque há alterações muito rápidas e ainda recentes no cenário do trabalho doméstico no País, e tendências que vinham sendo acompanhadas nos últimos anos têm sido revertidas. Em maio de 2015, quando esta tese foi finalizada, por exemplo, houve uma alteração substancial na contínua redução do número de trabalhadores domésticos no Brasil que vinha sendo acompanhada nos últimos anos. Sendo assim, algumas informações presentes neste tópico são um retrato somente atual do trabalho doméstico no País e, ainda, limitado pela não atualização disponível de alguns dados.

Esse cenário começa a ser delineado por uma primeira constatação: de acordo com a OIT, o Brasil é um dos maiores empregadores de trabalhadores domésticos no mundo (ILO, 2013; IPEA, 2011a). O cenário é traduzido fortemente pela divisão sexual do trabalho, a qual *feminiliza* o trabalho doméstico. A OIT indica que mais de 80 por cento de todos os trabalhadores domésticos no mundo são mulheres (ILO, 2013), sendo que os homens desempenham atividades que podem ser mais socialmente reconhecidas. No Brasil, uma em cada seis mulheres que trabalham são empregadas domésticas, percentual esse que aumenta no caso das trabalhadoras negras (ILO, 2013).

“O perfil dessa ocupação remonta não só às raízes escravistas da sociedade brasileira, mas também às tradicionais concepções de gênero, que representam o trabalho doméstico como uma habilidade natural das mulheres” (IPEA, 2011a, p. 4). O emprego doméstico foi historicamente traduzido como uma das principais atividades dentre as possibilidades de inserção das mulheres no mercado de trabalho, especialmente a mulheres socialmente construída como negras, as mulheres pobres, sem escolaridade e qualificação.

As características de precariedade que são comumente associadas ao trabalho doméstico não pertencem ao passado dessa ocupação. Em 2013, a OIT destaca que o trabalho doméstico executado por mulheres ainda é marcado por “[...] remunerações muito baixas; jornadas

excessivas de trabalho; a ausência de um dia de descanso semanal; riscos de abuso físico, mental e sexual e de restrições à liberdade de ir e vir” (ILO, 2013, p. 95, tradução minha).

No Brasil, uma das principais características do setor é seu alto grau de informalidade, sendo esta também maior no caso das domésticas negras (ILO, 2013). A desigualdade desse grau de informalidade é também significativa em relação às regiões do País: o Sul e o Sudeste registram as maiores taxas de formalização, enquanto o Norte e o Nordeste apresentam as menores (IPEA, 2011a). A proporção de trabalhadoras domésticas que contribuem para a previdência social é baixa e diminui ao considerarmos as trabalhadoras domésticas negras. O índice de sindicalização também é muito baixo, beirando aos 2% (IPEA, 2011a), o que enfraquece as possibilidades de mobilizações mais coletivas.

Em relação ao rendimento médio dos trabalhadores domésticos, este passou de R\$ 462,44, em 2004, para R\$ 720,87, em 2012 (o rendimento médio de todos os ocupados passou de R\$ 1.376,28, em 2004, para R\$ 1.780,56, em 2012) (IBGE, 2013). Embora não sendo o único, um dos aspectos envolvidos nessa baixa remuneração é o subemprego: a existência da *doméstica da doméstica*. Muitas empregadas domésticas subempregam outras mulheres para cuidar de seus filhos ou casa enquanto trabalham. Em estudo realizado no Morro da Mangueira, na cidade do Rio de Janeiro, Silva e Oliven (2010) observaram que o perfil das subempregadas revela uma maioria de meninas menores de idade que trabalham sem qualquer proteção trabalhista, com ganhos inferiores ao salário mínimo e longas jornadas de trabalho. Além disso, trata-se de uma relação de trabalho ainda mais interpessoal e familiar do que a relação habitual entre empregados e patrões, o que contribui para a omissão do caráter profissional da relação de trabalho concebida.

Uma ressalva nessa caracterização da baixa remuneração do trabalho doméstico no País é que, comparativamente a outros países, a OIT destaca que a existência do salário mínimo no Brasil acabou beneficiando os trabalhadores domésticos, por estabelecer um padrão de negociação para as relações de trabalho inclusive informais (ILO, 2013). O que entendemos pelas observações da Organização é que, se o Brasil não contasse com o estabelecimento do salário mínimo, os ganhos recebidos pelos trabalhadores domésticos poderiam ser ainda menores.

A Organização cita o chamado efeito farol: os direitos ao salário mínimo, às férias anuais remuneradas e ao décimo terceiro salário acabam se estendendo para algumas relações informais de trabalho (ILO, 2013). O que a Organização quer destacar, com essas observações, é que, em alguns países, a situação desses trabalhadores pode ser ainda mais precária em virtude da ausência dessa extensão informal de, pelo menos, alguns dos direitos trabalhistas.

Havia perspectivas, até 2014, de que o trabalho doméstico tenderia a se reduzir drasticamente no Brasil, chegando até a ouvirmos declarações de que ele seria gradualmente extinto após a PEC das Domésticas. Essas perspectivas advinham de uma contínua não reposição geracional da categoria, sustentada por um estoque de trabalhadoras que acabam se aposentando ou se retirando do mercado. Nos últimos anos, veio ocorrendo um envelhecimento desse grupo de trabalhadoras ocasionado por dois movimentos: o próprio aumento no número de trabalhadoras mais velhas e uma queda no número de trabalhadoras mais jovens (IPEA, 2011a).

No entanto, as alterações nesse cenário do trabalho doméstico são ainda tão recentes e de difícil análise com certo distanciamento que, no primeiro trimestre deste ano de 2015, foi registrado o primeiro aumento no número de trabalhadores domésticos no País há muitos anos. Em três meses, não só a tendência que vinha acontecendo há alguns anos de redução no número de trabalhadores domésticos por conta de aumento de escolaridade e de oportunidade de trabalho em outras áreas foi revertida, como também cresceu significativamente o número de trabalhadores domésticos (IBGE, 2015).

Como esses dados foram divulgados em maio de 2015, houve uma alteração de toda uma perspectiva até então criada na descrição do cenário do trabalho doméstico neste capítulo. Pois o comentado envelhecimento da categoria parece ganhar então outros contornos, pois se inseriram significativamente nela, no primeiro trimestre deste ano, mulheres com ensino técnico, ensino superior e universitárias que, procurando uma renda maior, ou uma renda complementar, começaram a trabalhar como empregadas domésticas. Alguns exemplos são de professoras e de enfermeiras.

De acordo com dados da PNAD/IBGE de 2014, o número de trabalhadores domésticos vinha caindo. Por exemplo, em 2012, o número de trabalhadores domésticos no País eram 6,091 milhões; em 2013, 6,079 milhões e, em 2014, 5,930 milhões, acompanhando a tendência de redução já comentada. Contudo, no primeiro semestre de 2015, a tendência foi revertida: há atualmente 6,024 milhões de trabalhadores domésticos no País (IBGE, 2015). Esses dados são preocupantes porque revelam falta de boas oportunidades para as mulheres em outras áreas do mercado de trabalho para as quais se qualificaram e, também, um aumento da precariedade no cenário do trabalho como um todo, especialmente, aqui, no cenário do trabalho doméstico feminino.

Ocorre também uma modificação no perfil do próprio trabalho executado, mas essa já vinha ocorrendo bem antes da PEC e se mantém após ela: enquanto há um aumento da categoria de diaristas, há também uma diminuição de trabalhadoras que residem no local de

trabalho. Se fizermos uma comparação histórica com os períodos escravocratas e pós-escravocrata, essa redução é ainda mais significativa. No caso das diaristas, esse era um grupo que representava 17,2% da categoria em 1999. Dez anos depois, em 2009, o percentual já era de quase 30%. Torna-se interessante observar que esse aumento, que reflete uma reconfiguração do modelo de trabalho doméstico brasileiro, é mais intenso entre as trabalhadoras autodeclaradas brancas e entre as que residem no sul e no sudeste do País (IPEA, 2011a), o que nos faz refletir a respeito de uma manutenção mais fortemente presente de características precárias tradicionais do trabalho doméstico para as autodeclaradas negras e para as regiões menos desenvolvidas do Brasil.

Muitas empregadas domésticas alegam a remuneração superior que conseguem obter sendo diaristas. No caso da Região Metropolitana de Belo Horizonte, em 2012, o rendimento real por hora trabalhada da diarista era R\$1,11 a mais do que o rendimento da mensalista com carteira assinada (e R\$1,61 a mais no caso da mensalista sem carteira). Já, em 2013, ano da sanção da PEC, o rendimento real por hora trabalhada da diarista era R\$ 1,33 a mais do que o rendimento da mensalista com carteira assinada (e R\$ 1,94 a mais no caso da mensalista sem carteira) (PED/RMBH, 2014).

Todavia, o preço dessa diferença, de acordo com o IPEA (2011a), é a desproteção. A maioria não faz o pagamento da previdência social (FRAGA, 2011). Sendo assim, “[...] a aparente vantagem em remuneração das diaristas parece não se confirmar caso se considere também o ‘salário indireto’, no qual se contam todos os benefícios que o/a trabalhador/a com vínculo formal de emprego tem acesso” (IPEA, 2011a, p. 23).

Muita expectativa foi criada em torno de possíveis mudanças no cenário do trabalho doméstico após a aprovação da PEC. No que se refere ao contexto de Belo Horizonte, onde se inserem as domésticas entrevistadas, a PED/RMBH (Pesquisa Emprego Desemprego – Região Metropolitana de Belo Horizonte), baseadas nos dados de 2012 e de 2013¹³, traz apenas algumas sinalizações referentes a esse novo contexto. Ainda assim, os autores da PED/RMBH, que estudam o trabalho doméstico na região desde 1996, afirmam que não se pode determinar precisamente o quanto a PEC influenciou as mudanças ocorridas no cenário do trabalho doméstico, já que essas mudanças vêm ocorrendo há alguns anos por outros fatores, como alguns mencionados neste capítulo. Como o fenômeno é muito recente,

ainda que não se possa distinguir com precisão quanto tais mudanças foram decorrentes da aprovação da Emenda Constitucional e quanto o foram da conjuntura

¹³ Até o término da redação desta tese, em maio de 2015, a PED/RMBH, baseada nos dados de 2014, ainda não havia sido divulgada.

econômica ou de políticas específicas que também afetam outras categorias de trabalhadores, há informações suficientes que ajudam a entender o formato que está se delineando para esta ocupação no mercado de trabalho regional (PED/RMBH, 2014, p. 1).

Nesse sentido, essas mudanças não podem ser diretamente relacionadas à PEC, mas trazem informações acerca do cenário atual na região de Belo Horizonte. Em 2013, os trabalhadores domésticos representavam 5,9% do total de ocupados, sendo as mulheres 95,8% nessa categoria: cerca de 130 mil mulheres. A residência em locais periféricos da cidade de BH e de outros municípios da região é significativa, sendo longo o período gasto em ônibus com o trajeto cotidiano casa – trabalho – casa. As mudanças observadas de 2012 para 2013, ano de sanção da PEC, foram: 1) a parcela da população feminina ocupada no trabalho doméstico diminuiu de 13,2% para 12,4%, menor índice desde o início das pesquisas em 1996; 2) a continuidade de uma queda recorrente no número de mensalistas residentes. As mensalistas que não residem no trabalho eram 95% no primeiro ano e 96,8% no segundo; 3) aumento da formalização do trabalho de mensalistas (redução de 18% para 15,9% de mensalistas sem carteira); 4) crescimento no número de diaristas (de 31,1% para 36,3%) e 5) redução do número de mensalistas (de 68,9% para 63,7%).

Como a PEC teve como efeito imediato a regulamentação das jornadas de trabalho, de 2012 para 2013, a média total da jornada média semanal diminuiu de 37 horas para 36 horas (mensalistas com carteira assinada, de 42 para 41 horas; mensalistas sem carteira assinada, jornada mantida em 39 horas; diaristas, de 27 para 28 horas). No caso do rendimento médio por hora de trabalho, houve um aumento médio total de R\$5,00 para R\$ 5,32, sendo a renda da diarista a maior, e a da mensalista sem carteira assinada, a menor (diarista: renda de R\$5,98 para R\$6,38; mensalista com carteira: renda de R\$4,87 para R\$ 5,05; mensalista sem carteira: renda de R\$ 4,37 para R\$ 4,44). Apesar de algumas mudanças positivas, entretanto, o texto da PED/RMBH ressalta:

[...] as informações destacam a situação peculiar das empregadas domésticas, em relação a outras formas de ocupação, e que se referem aos seus baixos rendimentos – os menores em relação a outros segmentos de atividade. Mesmo com as melhorias ocorridas no período analisado, chama atenção a situação das mensalistas sem carteira assinada, que, além de não serem beneficiadas pela ampliação dos direitos trabalhistas, são as que menos contribuem para a Previdência Social, provavelmente pela dificuldade de comprometer parcela de seus baixos rendimentos para participar desse sistema (PED/RMBH, 2014, p. 6).

Sobre as informações relativas ao índice de contribuição para a Previdência Social, a pesquisa demonstra dados alarmantes, principalmente se considerarmos que cresce o número de diaristas, das quais muitas se somam às mensalistas sem carteira que não contribuem. Do

total de trabalhadoras domésticas, o índice de contribuição reduziu de 61,3% para 58,9% (no caso das mensalistas sem carteira assinada, 82,7% não contribuía em 2012; e 86,5% não contribuía em 2013. No caso das diaristas, apenas 23,4% contribuía em 2012; e 24,7% contribuía em 2013).

O relatório da pesquisa indica que medidas necessárias em relação a esse cenário seriam: 1) assegurar o cumprimento dos direitos obtidos com a PEC para as mensalistas; 2) desestimular a precarização obtida com a troca da mensalista pela diarista pelas famílias e 3) facilitar a contribuição e o acesso a benefícios pelas diaristas, assim como foram criadas legislações específicas para trabalhadores autônomos e trabalhadores por conta própria.

O que se observa, então, é que o aumento da formalização na contratação de mensalistas não indica necessariamente uma redução da precarização associada ao trabalho doméstico. Em São Paulo, a PED/RMSP (Pesquisa Emprego Desemprego - Região Metropolitana de São Paulo) relativa ao ano de 2014 já foi publicada em abril de 2015 (PED/RMSP, 2015). E traz as seguintes mudanças na região.

Pelo segundo ano consecutivo, reduziu-se a parcela de empregadas domésticas entre as mulheres, alcançando, em 2014, 13,7% do total de mulheres ocupadas. Aumentaram o número de mensalistas com carteira de trabalho assinada e o de diaristas e diminuiu o de mensalistas sem carteira. O rendimento médio real por hora do total de empregadas domésticas registra expansão consecutiva nos últimos dez anos, e elevou-se para mensalistas sem carteira e diaristas, cuja maior parte não contribui para a Previdência Social (PED/RMSP, 2015, p. 3).

Algumas outras informações sobre a categoria na RMSP trazem também o seguinte cenário: a majoritária participação feminina na categoria; elas são mais velhas e há um maior percentual de mulheres autodeclaradas negras na categoria, se comparadas ao total de mulheres ocupadas na região; e apenas 51,8% do total de domésticas contribuem para a Previdência Social (PED/RMSP, 2015).

Para então resumir um pouco o que vemos no cenário do trabalho doméstico no Brasil, observamos sua precariedade; a divisão sexual que quase torna o trabalho doméstico cem por cento feminino; a desigualdade de remuneração entre homens e mulheres dentro dessa categoria; a desigualdade racial e entre regiões do País. Para os estudiosos de gênero e raça e de aspectos econômicos, esses não são resultados diferentes do que já foi discutido em relação às outras categorias de trabalhadores em geral (WALBY, 1990. PATEMAN, 1993; CAMPANTE; CRESPO e LEITE, 2004; HIRATA e KERGOAT, 2007). O que marca a categoria dos domésticos, entre outros fatores, é a intensificação da presença dessas dimensões.

Meu posicionamento de que entender as construções sociais relacionadas às empregadas domésticas é o mais importante após essa contextualização inicial ganha um respaldo do próprio IPEA (2011a), responsável pela geração de dados oficiais sobre os trabalhadores. De acordo com o Instituto, para o tratamento da informalidade e precariedade características do trabalho doméstico, faz-se necessária não só uma “[...] equiparação de direitos com as demais categorias urbanas” (IPEA, 2011a, p. 16), mas também uma

[...] mudança na construção do sentido social sobre este trabalho e a compreensão de que a exclusão histórica, cultural, econômica e social vivenciada pelas mulheres tem sido reproduzida e mantida ao serem estruturadas as relações precárias de trabalho nos espaços domésticos da sociedade brasileira (IPEA, 2011a, p. 17).

E é por esse motivo que passo a tratar o assunto aqui discutido por meio de uma abordagem histórica a respeito do trabalho das empregadas domésticas. Além disso, essa abordagem histórica é importante pelo próprio posicionamento epistemológico que trago aqui, o qual enfatiza a importância da historicidade. Começarei essa abordagem por meio de uma discussão a respeito das relações raciais no Brasil.

3.3 Relações raciais no Brasil

A cor da pele é determinada pela quantidade e tipo do pigmento *melanina* presente na derme, e [...] sua variação é controlada por apenas quatro a seis genes (STURM, 1998). Este número de genes poderia ser considerado extremamente insignificante, ao menos do ponto de vista quantitativo, diante dos 35 mil genes existentes no genoma humano. No entanto, alguns dos problemas sociais mais enfáticos e insistentes das democracias e ditaduras modernas giram precisamente em torno da percepção social das diferenças produzidas por estes quatro ou cinco genes (BARROS, 2009, p. 10).

Coloco essa citação no início do tópico sobre relações raciais no Brasil porque ela diz muito a respeito das ideologias e discursos que foram sendo veiculados ao longo dos anos, desde o período colonial brasileiro, para que se acreditasse na noção de raça e, além disso, na inferioridade da raça negra em relação à branca de origem europeia.

Trago a discussão sobre relações raciais em uma tese sobre empregadas domésticas porque são duas temáticas que se inter cruzam, que estão historicamente interligadas. A importância de se abordar essas relações para falar sobre as empregadas é defendida por Silva (2006). Em seu estudo, a autora se propôs a “[...] retomar a condição do negro no país para destacar as raízes histórico-culturais do preconceito racial quanto ao cotidiano da mulher negra e trabalhadora” (SILVA, 2006, p. 4). Além disso, a origem do trabalho doméstico que conhecemos hoje em nosso País se deu no período escravocrata brasileiro, marcado pela

escravização de negros pelos brancos europeus. Em uma música intitulada *A mão da limpeza*, Gilberto Gil traz versos interessantes para esta discussão.

Mesmo depois de abolida a escravidão, negra é a mão de quem faz a limpeza. Lavando a roupa encardida, esfregando o chão. Negra é a mão, é a mão da pureza. Negra é a vida consumida ao pé do fogão. Negra é a mão nos preparando a mesa, limpando as manchas do mundo com água e sabão. Negra é a mão de imaculada nobreza. Na verdade a mão escrava passava a vida limpando o que o branco sujava, ê imagina só, o que o branco sujava, ê imagina só, eta branco sujão (Gilberto Gil, música *A mão da limpeza*).

O verso em que Gil diz “mesmo depois de abolida a escravidão, negra é a mão de quem faz a limpeza” nos remete a uma ampliação da discussão no que se refere a simplesmente considerar a escravidão como origem da negatividade da imagem do negro, da desigualdade e do preconceito raciais em nossa sociedade. A escravidão é um elemento muito importante, mas dentro de um contexto de construções sociais que, desde o século XIX, defendem a existência de “[...] correlações rígidas entre patrimônio genético, aptidões intelectuais e inclinações morais” (CONCEIÇÃO, 2009, p. 4). E é justamente dentro desse contexto que os negros assumem o lugar daqueles que são racialmente inferiores. É esse contexto de justificação que acaba servindo discursivamente aos interesses dos escravocratas e colonialistas.

A escravidão e o colonialismo são dois elementos particularmente importantes para se analisarem as relações raciais no Brasil porque foi por meio deles que desse deu início a uma distinção mais clara e disseminada entre os povos em nosso País. Foi por meio deles que os negros africanos vieram para serem escravizados e que se sustentaram as mencionadas e já existentes correlações entre genética, intelecto e moralidade.

No período colonial, havia o que poderia se chamar de racismo¹⁴ científico. As pesquisas realizadas nesse período disseminavam a noção de raça como sendo atrelada à biologia, e defendiam a ideia de superioridade ou de inferioridade das raças de acordo com diferenças biológicas (ROSA, 2012). Trata-se de uma ciência que estava à disposição dos colonizadores para legitimar sua suposta superioridade em relação aos povos colonizados e para naturalizar as diferenças de tratamento conferido aos brancos, negros e indígenas.

¹⁴ Entende-se racismo, nesta tese, como sendo uma crença de que os seres humanos são divididos em raças que são hierarquizadas. A crença nessa hierarquização diz respeito à consideração de que características genéticas, biológicas e físicas determinariam características comportamentais, intelectuais e morais (MUNANGA, 2000; PINTO e FERREIRA, 2014). Como argumenta Munanga (2000, p. 24), o racismo é “[...] uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o intelecto e o cultural”.

Esse racismo científico chega mais fortemente ao Brasil com a institucionalização das ciências no País o que ocorreu na segunda metade do século XIX (ROSA, 2012; SCHWARCZ, 1993). Nessa justificação biológica e científica para a desigualdade, os homens brancos europeus eram considerados de raça superior em relação aos homens pertencentes aos lugares colonizados como África, Ásia e América (ROSA, 2012).

Nesse período e até a década de 50, havia no Brasil, tanto aqueles que acreditavam que a miscigenação entre as então consideradas três raças – brancos, negros e indígenas – seria negativa para o futuro do País, quanto aqueles que defendiam na miscigenação uma possibilidade de que as raças consideradas inferiores – negros e indígenas – fossem desaparecendo durante esse processo (CONCEIÇÃO, 2009). Os primeiros eram os segregacionistas, para quem a miscigenação poderia impedir a constituição do Brasil como nação. Os últimos eram os defensores da tese da extinção, que consideravam a miscigenação como um meio de regeneração do povo por meio de um processo gradual de branqueamento. Para eles, esse processo levaria à extinção das pessoas que tinham a pele escura. Como se pode perceber, tanto a visão segregacionista, quanto a visão da extinção trazem consigo a ideia da inferioridade biológica do negro, independentemente de serem contrárias ou favoráveis ao processo de miscigenação (ROSA, 2012).

Em 1930, surge no Brasil outra corrente de pensadores que passa a defender a miscigenação por outra perspectiva (CONCEIÇÃO, 2009), entre os quais, o sociólogo, antropólogo e escritor recifense Gilberto Freyre, que publicou a obra *Casa grande & senzala*, em 1933. Esses pensadores consideravam a miscigenação como uma possibilidade positiva para o País no sentido da promoção de uma diversidade racial que poderia fortalecê-lo (CONCEIÇÃO, 2009). Gilberto Freyre era mestre e doutor em ciências políticas, jurídicas e sociais pela Universidade de Columbia, na qual defendeu uma tese sobre a vida social no Brasil (GASPAR, 2013). O escritor assumiu uma postura contrária à do racismo científico e repensou, tanto a tese segregacionista, quanto a tese da extinção, considerando que a miscigenação poderia gerar indivíduos mais adaptados aos trópicos (ROSA, 2012).

A obra de Freyre (2003) foi importante naquele período para uma reflexão a respeito das maneiras de pensar as relações raciais e continua o sendo para a compreensão de alguns aspectos da formação da sociedade brasileira no que se refere à condição histórica dos negros. No entanto, mesmo com a relevância da obra, é importante destacar críticas contundentes que ela recebeu. Uma delas é de que, mesmo representando uma obra que valoriza a cultura negra e que considera a mestiçagem como algo positivo, G. Freyre é acusado de assumir ainda a perspectiva dos brancos e dos senhores de escravos. E também de trazer elementos de

pensamentos racistas, como a relação entre raça e traços psicológicos e o entendimento do branqueamento social como sendo algo benéfico (CARDOSO, 2003; CONCEIÇÃO, 2009; JACCOUD, 2008). Cardoso (2003) argumenta também que Gilberto Freyre acaba demonstrando certa nostalgia dos tempos da escravidão, dos tempos dos avôs e bisavôs. Sobre essa nostalgia, encontrei um trecho da obra de Freyre (2003) que a ilustra bem.

Da escrava ou sinhama que nos embalou, nos deu de mamar, nos deu de comer, ela própria amolengando na mão o bolão de comida. Da negra velha que nos contou as primeiras histórias de bicho e de mal-assombrado. Da mulata que nos tirou o primeiro bicho-de-pé de uma coceira tão boa. Da que nos iniciou no amor físico e nos transmitiu, ao ranger da cama-de-vento, a primeira sensação completa de homem (FREYRE, 2003, p. 367).

Ao demonstrar essa nostalgia, Freyre (2003) se inclui em um personagem coletivo utilizando a primeira pessoa do plural, como pertencendo ao grupo daqueles que ocuparam socialmente os lugares de filhos dos senhores da relação escravocrata.

Freyre (2003) tenta combater a visão de inferioridade da raça negra, mas o faz com argumentos que acabam empobrecendo a discussão e mantendo-a ainda ao aspecto biológico de diferenciação. Ele faz uma crítica a teorias e a testes de inteligência discursivamente utilizados ao longo da história para alegar a inferioridade dos negros e colocá-los apenas um pouco acima dos macacos. No entanto, ao fazê-lo, usa argumentos que também utilizam de características fenotípicas para negar a proximidade do negro com o macaco.

A superstição de ser o negro, pelos seus característicos somáticos, o tipo de raça mais próximo da incerta forma ancestral do homem cuja anatomia se supõe semelhante à do chimpanzé. Superstição em que se baseia muito do julgamento desfavorável que se faz da capacidade mental do negro. Mas os lábios dos macacos são finos como na raça branca e não como na preta [...]. Entre as raças humanas são os europeus e os australianos os mais peludos de corpo e não os negros. De modo que a aproximação quase se reduziria às ventas mais chatas e escancaradas no negro do que no branco (FREYRE, 2003, p. 378).

Freyre (2003) critica também as pesquisas que comparavam o tamanho dos crânios dos brancos (europeus) com o tamanho do crânio dos negros (homens). De acordo com essas teorias, um sinal de inferioridade da raça negra era o de que o peso médio dos crânios dos brancos era maior do que o peso médio do crânio dos negros. No entanto, para questionar essas teorias, o autor faz uso dos mesmos argumentos de natureza fenotípica, mantendo a discussão no nível biológico. Para Freyre (2003), são teorias que não fazem sentido porque o crânio das mulheres brancas teria o peso médio menor do que o peso médio do crânio dos homens negros (o que relativizaria a superioridade dos brancos ao gênero – outro argumento que traz problemas, pois supostamente inferiorizaria as mulheres); e que o peso médio do

crânio dos homens amarelos (chineses) seria maior do que o do crânio dos homens brancos (o que, então, faria dos homens amarelos povos superiores aos homens brancos). Quando Freyre (2003) utiliza esses argumentos, acaba estimulando a continuidade de uma discussão por argumentos biológicos e não questiona diretamente as construções sociais que levaram à produção desses discursos.

Outro problema observado é que, ao defender os negros vindos da África, Freyre (2003) constrói argumentos que mantêm a ideia de uma dinâmica entre a superioridade e a inferioridades dos povos. Criticando a atribuição que se fazia, naquela época, da origem dos escravos vindos para o Brasil como sendo bantos, de regiões mais selvagens e de cultura menos avançada, Freyre (2003) cita pesquisas para afirmar que o País não recebeu somente escravos bantos, mas também escravos de outras regiões da África. Segundo o autor, “[...]a formação brasileira foi beneficiada pelo melhor da cultura negra da África, absorvendo elementos por assim dizer de elite que faltaram na mesma proporção ao sul dos Estados Unidos” (FREYRE, 2003, p. 382). Com escolhas lexicais como *melhor da cultura negra e elementos e elite*, o autor traz um discurso que pode agradar à elite brasileira ao trazer elementos que indicariam a boa procedência dos negros com os quais essa elite convivia, o que, a meu ver, não ataca de maneira essencial o pensamento racista brasileiro. Coadunando com esse ponto de vista, Cardoso (2003, p. 22) comenta que “[...] ao enunciar tão abertamente como valiosa uma situação cheia de aspectos horrorosos, [...] a história que ele [Freyre] conta era a história que os brasileiros, ou pelo menos a elite que lia e escrevia sobre o Brasil, queriam ouvir”.

Mesmo quando traz a discussão a respeito da dificuldade de se pensar o negro de maneira desvinculada de sua condição de escravo, o que levaria à construção de uma imagem negativa para o mesmo, Freyre (2003) parece querer promover uma aceitação do negro em virtude de sua boa procedência, discurso que continua a utilizar, e de seu comportamento imoral circunstanciado apenas pela situação de escravo. Assim, com a ideia de uma imoralidade do negro que poderia ser contextualmente aceita, o autor argumenta que,

[...] se há hábito que faça o monge, é o do escravo; e o africano foi muitas vezes obrigado a despir sua camisola de malê para vir de tanga, nos negreiros imundos, da África para o Brasil. A escravidão desenraizou o negro do seu meio social e de família, soltando-o entre gente estranha e hostil. Dentro de tal ambiente, seria absurdo esperar do escravo outro comportamento senão o imoral, de que tanto o acusam (FREYRE, 2003, p. 398).

Quando o autor pretende, na mesma linha de pensamento, desconstruir e desnaturalizar outra imagem negativa do negro, aquela que o associa à luxúria e o coloca como sendo o

responsável pela transmissão de costumes patogênicos para a sociedade, não nega essa patogenia, e desconsidera que elas também poderiam estar associadas aos colonizadores.

O negro foi patogênico, mas a serviço do branco; como parte irresponsável de um sistema articulado por outros. Nas condições econômicas e sociais favoráveis ao masoquismo e ao sadismo criadas pela colonização portuguesa [...] na divisão da sociedade em senhores todo poderosos e em escravos passivos é que se devem procurar as causas principais do abuso de negros por brancos, através das formas sadistas de amor que tanto se acentuaram entre nós; e em geral atribuídas à luxúria africana (FREYRE, 2003, p. 404).

Assim, Freyre (2003) parece ter a intenção de explicar para os brancos, seus potenciais leitores, que a patogenia dos negros (não negada por ele) não era inata a esses negros, tendo sido construída pela experiência hostil de escravidão e de colonização que enfrentaram em nosso País. Outro aspecto que Cardoso (2003) ressalta é que Gilberto Freyre acabou não dando muita importância em sua obra a uma massa de escravos que trabalhava nos campos, os chamados escravos do eito. Como as condições desses escravos podiam ser piores, a discussão que o autor traz acaba também amenizada por essa omissão.

Após discutida a obra de Freyre (2003) e retomando a discussão, é importante contextualizar *Casa grande & senzala* como uma obra que levou ao surgimento do discurso da democracia racial no Brasil, que defenderia a existência de uma igualdade racial e de uma convivência harmoniosa entre os grupos raciais presentes no País, discurso este que acabou sendo considerado posteriormente um mito (CONCEIÇÃO, 2009; CORONEL, 2010; GALEÃO-SILVA e ALVES, 2004).

Um dos fatos que contribuíram para a mitificação desse discurso foi que, posteriormente à Segunda Grande Guerra Mundial, países que estavam preocupados com as possíveis consequências para a humanidade advindas da intolerância racial buscaram no Brasil, conhecido por essa ideia de democracia racial, meios de se obter a convivência pacífica entre os povos. A Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) financiou uma pesquisa sobre as relações raciais no Brasil que acabou frustrando as expectativas iniciais ao demonstrar a desigualdade, o preconceito e a discriminação raciais presentes na sociedade brasileira que impediam, inclusive, a ascensão social do negro (CONCEIÇÃO, 2009).

Mitificado o discurso da democracia racial, surge no País outra corrente de pensamento que reconhece os “[...] vestígios do passado escravista no imaginário e no inconsciente coletivo do povo brasileiro” (CONCEIÇÃO, 2009, p. 5). Nesse momento, opõem-se, então, no Brasil o discurso da democracia racial, ainda defendido, e o discurso da desigualdade racial (ROSA, 2012). De acordo com Rosa (2012), as discussões posteriores à pesquisa da UNESCO

culminaram com a existência de, pelo menos, três paradigmas de interpretação das relações raciais no Brasil: o da morenidade, o da escola paulista e o da desqualificação competitiva.

No paradigma da morenidade, oriundo de uma junção das ideias de Gilberto Freyre e de pensadores norte-americanos, a ideia da existência de uma democracia racial era mantida. Para os pensadores dessa corrente, havia outros fatores que influenciavam mais a desigualdade social do que a raça, tais como a classe social, a religião e a demografia. Invocava-se a figura do moreno para designar aquele que não seria nem preto e nem branco e que, portanto, poderia obter reconhecimento social, o que seria o reconhecimento social do mestiço (ROSA, 2012). Para esses pensadores, esses mestiços “[...] não viviam num paraíso racial [no Brasil], mas gozavam de um status ‘meta-racial’ pelo fato de serem ‘morenos’” (ROSA, 2012, p. 8).

No paradigma da escola paulista, reconhecia-se a existência do racismo no País de maneira articulada com a dimensão da classe social, racismo este que seria fruto de uma manutenção de padrões tradicionais de pensamento advindos do período escravocrata. Esse paradigma se diferencia do paradigma da morenidade por reconhecer que o fator raça era um dos aspectos que explicavam, sim, a desigualdade no País, embora não de forma isolada. Nessa visão, o racismo é um coadjuvante na manutenção das desigualdades (ROSA, 2012).

Já o terceiro paradigma traz a ideia da desqualificação competitiva dos não brancos. Defende-se a existência do racismo no Brasil, mas não como algo simplesmente oriundo da manutenção de padrões tradicionais de pensamento, como defendia o paradigma da escola paulista. Nesse paradigma, o racismo ainda se mantém, sobretudo, por um processo contínuo de desqualificação competitiva dos não brancos que, como consequência, acabam tendo menores oportunidades de trabalho e renda. Além disso, defende-se a existência de um racismo que é sutilmente disseminado (ROSA, 2012). Nesse paradigma, ao contrário do anteriormente apresentado, a raça assume um papel central e não coadjuvante na manutenção das desigualdades.

Sem querer aqui resolver o dilema representado pelas duas últimas escolas e me posicionar a favor da ideia do aspecto racial como sendo protagonista ou coadjuvante, o que quero destacar é que esse é um elemento importante, principalmente se considerarmos: 1) a manutenção da desigualdade de cunho particularmente racial no País; 2) o passado escravocrata e a maneira como os negros africanos foram aqui introduzidos; 3) a continuidade de um imaginário social que inferioriza os negros. Além disso, de acordo com Barros (2009), os discursos científicos que defendiam a inferioridade da raça negra perduraram no Brasil até o início do século XX (BARROS, 2009).

Em relação ao paradigma da morenidade, que defendia um maior *status* do mestiço em relação ao negro, o que ocorreu foi que alguns mulatos, filhos de colonizadores portugueses e de escravas, foram criados nas casas dos senhores, tendo acesso a oportunidades diferenciadas, como a instrução escolar (BARROS, 2009). No entanto, embora se tenham relatos que demonstram essas maiores possibilidades, também é um mito se pensar em sua mobilidade social. A situação desses mulatos, mesmo os que conseguiam estudar, era ainda muito distante da situação dos brancos e muito próxima à dos negros (WARE, 2004). Além disso, não havia unanimidade na ideia de que os mulatos ocupavam um lugar de mediação entre os negros e os brancos, pois eles poderiam ser vistos como aqueles cuja negritude foi amenizada, mas também como aqueles contaminados pela raça africana (BARROS, 2009).

O que ocorre é que a disseminação social de uma ideia de gradações de cores, como negros, pardos, mulatos e crioulos faz com que a sociedade brasileira acabe por deixar menos aparentes as desigualdades que, mesmo no caso dos morenos ou mulatos aqui discutidos que, para alguns, estariam “[...] a meio caminho dos brancos” (BARROS, 2009, p. 92), se fazem presentes. Para citar apenas alguns exemplos das gradações de cores, trago algumas autodenominações relativas à cor que foram elencadas por Sansone (1996), pesquisador que se dedica a estudos afro-orientais na Universidade Federal da Bahia, em uma tentativa de conhecer o sistema de classificação racial no país: branco, negro, preto, moreno, moreno claro, moreno escuro, pardo, pardo claro, mulato, escuro, claro, sarará, amarelado, amarelo, jambo, pardo cor de formiga, formiga, avermelhado, vermelho, bronzeado, cabo-verde, louro, marrom, ruivo, quase preto, japonês, mestiço, caboclo, canela, misturado, castanha, cor de leite, galego, agalegado e moreno canelado.

Em meio a essa diversidade de autodenominações, o País se tornou, inclusive, uma referência em relação ao mito da democracia racial porque mascarou a existência de uma desigualdade entre brancos e negros (WARE, 2004). Construiu-se no País uma espécie de fábula de uma mistura mágica entre as raças que foi sendo cotidianamente reproduzida (DAMATTA, 1981). As divisões sociais e as injustiças foram escondidas por uma “[...] indivisão imaginária do ‘verdeamarelismo’” (CHAUI, 2003, p. 11).

Além disso, mesmo mitificado o discurso da democracia racial, é importante reconhecer que a sociedade brasileira despertou curiosidade porque não conviveu com o alto grau de segregação racial ocorrido nos Estados Unidos e nem com algo parecido ao *apartheid* ocorrido na África do Sul, pois era uma sociedade um pouco mais acostumada, em termos comparativos, com a ideia da mistura, da miscigenação (WARE, 2004).

Nessa discussão, Rosa (2012) compara o preconceito racial brasileiro ao norte-americano. Utilizando as ideias desenvolvidas pelo sociólogo brasileiro Oracy Nogueira, o autor apresenta a diferenciação entre o que seria um preconceito de marca brasileiro e um preconceito de origem norte-americana. No caso brasileiro, o preconceito se refere mais às características fenotípicas do negro, à aparência racial, podendo variar de acordo com as consideradas gradações de cores. Nesse caso, outros aspectos influenciam o preconceito racial, como a posição social ocupada pelo indivíduo. Já no caso norte-americano, o preconceito ocorre em virtude da ascendência do negro, de sua origem étnica, utilizando classificações genotípicas que independem da aparência ou do nível de mestiçagem (ROSA, 2012).

A decorrência dessa diferenciação é que o preconceito brasileiro apresenta maior flexibilidade, enquanto nos EUA, ele é mais enraizado e exclui incondicionalmente o grupo por sua ascendência negra. Enquanto no Brasil as relações interpessoais poderiam com mais facilidade cruzar as fronteiras da cor, nos EUA, esse inter cruzamento já era restringido por diversos tabus e sanções (ROSA, 2012).

A própria formulação da "marca" e da "origem" nos coloca diante da questão sobre *quem é negro no Brasil*. Se nos EUA esta identidade negra está ligada a ascendência, então lá *o mestiço não existe* e todos que possuem "uma gota de sangue" negro, é negro. Já no Brasil, a aparência física, com todas as variações que ela pode assumir (formato dos lábios e do nariz, textura do cabelo, cor da pele, etc.), faz com que a identidade negra¹⁵ seja bastante fluida em virtude do hibridismo que autoriza a identidade mestiça, ou seja, a existência do 'moreno' (ROSA, 2012, p. 10, grifos do autor).

Além de ser influenciado pela posição social ocupada pelo indivíduo, o preconceito racial no Brasil depende de alguns aspectos bastante cotidianos, como o lugar em que se está e que uso do lugar se está fazendo em determinado momento, o que não só gera diferentes matizes de comportamento diante dos negros, como também dificulta o reconhecimento do preconceito. Sobre essa questão, Rosa (2012) comenta as ideias do antropólogo brasileiro Lívio Sansone a respeito das diferenciações cotidianas de interpretação da cor no Brasil. O antropólogo defende que há no Brasil áreas duras, moles e espaços negros.

Áreas duras: correspondem ao mercado de trabalho, o mercado do matrimônio e da paquera e a relação com a polícia. Nestes espaços o negro sofre maior discriminação

¹⁵ Cabe ressaltar aqui, ao se falar em identidade negra, que esta tese, posicionada dentro de uma perspectiva pós-estruturalista de pensamento, não traz a crença na existência de uma identidade negra e/ou de uma identidade branca, como categorias fixas e dotadas de unicidade. No capítulo 7, em que a temática racial será discutida especificamente dentro de uma vertente pós-estruturalista, essa ressalva ficará mais evidente. O que se faz, neste tópico, é uma contextualização acerca das relações raciais no Brasil e das maneiras pelas quais essas relações foram sendo constituídas e por que categorias foram sendo pautadas: brancos, negros, morenos, mulatos etc.

porque são espaços hegemonicamente brancos e onde a competição, a estética e o status deixam os negros em desvantagem. **Áreas moles:** aqui a situação se atenua porque há mais negros e isso tende a não ser um fator de surpresa, tampouco envolve a competição por status e poder. Trata-se dos espaços no domínio do lazer como o botequim, o dominó, a torcida, a seresta, o forró, o papo com os vizinhos na esquina etc. São espaços onde ser negro não é um obstáculo. **Espaços negros:** este lugar inverte a lógica das áreas duras. Aqui ser negro é uma vantagem. São o bloco-afro, a batucada, os terreiros de umbanda e candomblé, as rodas de pagode e de samba, os grupos carnavalescos, a capoeira e etc. Lugares onde a cultura negra é a base das atividades que são desenvolvidas (ROSA, 2012, p. 11, grifos meus).

Esses aspectos demonstram as características de flexibilidade da convivência racial no País. No entanto, como é sempre importante pontuar, essa flexibilidade não deve ser considerada ausência de preconceito. Como se observa na própria classificação feita pelo antropólogo, as chamadas áreas duras, hegemonicamente brancas, são justamente aquelas mais socialmente legitimadas e que são responsáveis pelas possibilidades de mobilidade social (como o mercado de trabalho), além de envolverem maior competição por *status* e poder.

O que é importante discutir quando se fala dessas relações raciais no Brasil é um forte enraizamento do que Barros (2009) chama de construção social da cor. Retomando a citação do autor que coloquei no início deste tópico sobre relações raciais, a cor deixou de significar apenas uma diferença fenotípica guiada por quatro genes, ela foi socialmente construída e assumiu significados que ultrapassam o genótipo.

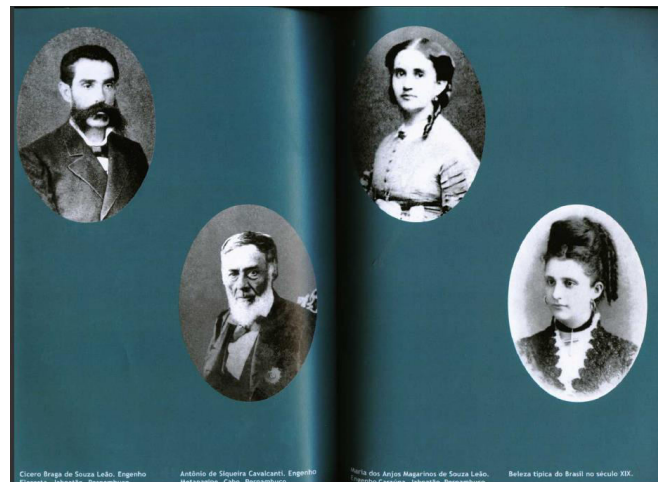
Entender que a cor foi socialmente construída é considerar a construção das percepções sociais acerca das diferenças relacionadas à cor da pele. O grande trabalho dessa construção foi a transformação discursiva da desigualdade em diferença, atribuindo as desigualdades sociais a uma diferença de cor. E essa construção serviu aos interesses de sistemas impositivos, como o colonialismo e o escravismo (BARROS, 2009).

Quando se fala que a percepção das diferenças foi socialmente construída, não se nega a existência dessas diferenças, pois elas são inerentes aos homens e dizem respeito à diversidade dos grupos sociais. O problema foi a construção social da desigualdade como sendo fruto da diferença, como sendo justificável por aspectos biológicos e imutáveis, omitindo o caráter arbitrário das desigualdades que foram veiculadas a essas diferenças. Um exemplo simples da imposição da desigualdade à diferença na vida cotidiana é quando o negro tinha (ou ainda tem) sua entrada barrada em algum lugar. Sua diferença de cor da pele era nesse momento transformada em motivo para ser tratado de maneira desigual (BARROS, 2009).

Falar da cor da pele é importante porque nem todas as diferenças naturais ou culturais foram transformadas em diferenças sociais. Ao contrário da cor da pele, as diferenças de tipo sanguíneo, por exemplo, não foram utilizadas na sociedade brasileira como argumento

discursivo para a construção de diferenças sociais (BARROS, 2009). Como os escolhidos para terem os seus direitos suprimidos foram os negros africanos, a justificação teria que vir com base na cor da pele e, não, em outros aspectos. Em torno dessa diferença da cor da pele, vários outros argumentos foram sendo construídos, como a já mencionada atribuição de imoralidade aos negros. Para ilustrar essas diferenças da cor da pele que foram sendo transformadas em desigualdade, trago imagens apresentadas por Freyre (2003). Nas figuras 1 e 2, podemos observar as diferenças fenotípicas relacionadas aos colonizadores e aos escravos.

Figura 1 - Imagens de colonizadores: senhores de engenho e mulheres portuguesas



Fonte - FREYRE, 2003, p. 226.

Figura 2. Imagens de escravos ou alforriados do Brasil



Fonte - FREYRE, 2003, p. 228.

O autor destaca que as imagens das mulheres portuguesas apresentadas caracterizam o que seria (a construção social e discursiva da) a beleza típica do Brasil no século XIX. As imagens dos escravos ou alforriados foram fruto da observação de estrangeiros que conheceram o País.

Nessa dinâmica de cores socialmente construídas, é interessante pensar a própria noção de negro como sendo também uma construção social porque, quando os africanos foram trazidos para o Brasil, eles não se viam como negros, se viam como sendo pertencentes a diferentes tribos da África. O que houve foi um processo de supressão das diferenças e identidades tribais (BARROS, 2009). “A diferença ‘negro’¹⁶ foi construída a partir da igualização (ou da indiferenciação, seria melhor dizer) de uma série de outras diferenças étnicas que demarcavam as identidades locais no continente africano” (BARROS, 2009, p. 40). Nem como africanos eles todos se viam, pois a noção de África foi uma construção social comandada pela Europa.

O norte, o centro, o sul, a banda oriental, o litoral atlântico, para apenas falar das macrorregiões da África, eram pressentidas pelos povos que as habitavam como regiões geográficas e culturais bem diferenciadas. Quem pela primeira vez avaliou estes povos a partir de uma identidade étnica e continental – enquadrada em um lugar único – foi o próprio homem “branco” europeu, já que esta questão não se colocava então para os “negros africanos” da época (BARROS, 2009, p. 40).

Essa tentativa de unificação da noção de negro faz parte de um jogo ainda mais complexo de manifestações discursivas e ideológicas por parte dos colonizadores, jogo este que se demonstrou contingencial. Na África, por exemplo, manter as diferenciações tribais era de interesse dos colonizadores porque as guerras entre as tribos acabava facilitando a captura de negros para serem escravos, pois aqueles que perdiam os conflitos podiam ser capturados para o tráfico (BARROS, 2009). No entanto, mesmo com essas tentativas de unificação da noção de negro no Brasil, outras diferenciações foram construídas no cotidiano da vida colonial, gerando novas desigualdades para as diferenças (BARROS, 2009). E é aí que se inserem as já discutidas gradações de cores, como a ideia de morenidade.

A noção de branco também foi socialmente construída e envolve o que Ware (2004) chama de poder simbólico e duradouro da branquidade. Em relação ao branco, construiu-se

¹⁶ Diferença, aqui nessa discussão, ainda é uma diferença muito pautada na visão tradicional e estruturalista de diferença. A diferença negro, nessa forma de pensamento discutida e construída, seria a diferença entre negro e branco, como se dentro de cada uma dessas categorias tivéssemos uma unicidade, e como se essas duas categorias fossem opostas, e só existissem em relação à diferença que sustenta em relação à outra. Nesse sentido, não se trata aqui, ainda, de uma concepção pós-estruturalista de diferença que foi explicada no tópico 2.1.1.

um “[...] consenso inicial em que ser branco exige pele clara, feições europeias, cabelo liso; que ser branco no Brasil é uma função social e implica desempenhar um papel¹⁷ que carrega em si certa autoridade ou respeito, permitindo trânsito, eliminando barreiras” (SOVIK, 2004, p. 366). E como essa é uma construção que se opõe discursivamente às características fenotípicas e culturais atribuídas aos negros, não se pode pensar as noções de negritude e branquitude de maneira isolada (WARE, 2004), pois se entrelaçam e se tornam referenciais discursivos mútuos. Como essas duas noções aparecem com recorrência quando se fala em relações raciais, o risco da centralidade de uma noção binária para tratar o assunto é significativo.

Uma reflexão importante a respeito dessa discussão sobre as relações raciais no Brasil é que há outro risco muito comum quando se discute a formação dessas relações no País desde o período colonial: o risco de se pensar apenas em dominação, embora a escravidão se trate de um regime de dominação e, não, nas possibilidades de resistência dos sujeitos. De um ponto de vista foucaultiano, é o risco de se pensar que o exercício do poder se atém apenas a determinados grupos, desconsiderando que todos podem exercer poder. Já, de um ponto de vista certeuniano, é o risco de se desconsiderar que todos os indivíduos têm o seu lugar de poder. Utilizando uma perspectiva foucaultiana e certeuniana, não estou aqui falando de resistências, falo de micro e cotidianas resistências, e é preciso reconhecê-las mesmo em um sistema tão inibidor de direitos como a escravidão, pois as mudanças ocorridas no cenário escravocrata não seriam possíveis se os próprios negros não tivessem lutado também por sua liberdade (BARROS, 2009,). As práticas de resistência dos escravos serão relatadas no tópico 3.4.1, em que será abordada a origem do trabalho doméstico no Brasil.

3.4 Um resgate histórico acerca do trabalho, das práticas e das construções sociais relacionadas às empregadas domésticas no Brasil

Não trago aqui uma História com letra maiúscula, permeada necessariamente por grandes narrativas, que foquem grandes eventos, que tenha como marca a linearidade e os tempos cronológicos. Apresentarei uma trajetória da situação de mulheres comuns que nem sempre foram retratadas como protagonistas pela História tradicional. Ao falar das escravas, criadas, mensalistas e diaristas, nessa ordem, não quero dizer que elas tenham se sucedido necessariamente de forma linear na história. trata-se apenas de construções sociais que representam, pelo menos, algumas diferenças nos sentidos atribuídos ao que é ser empregada

¹⁷ Aqui, outra terminologia não condizente com uma perspectiva pós-estruturalista: papel, pois a ideia de se desempenhar papéis na sociedade pode dizer respeito a uma perspectiva mais estrutural e funcionalista.

doméstica, embora, como veremos, muitos sentidos permaneçam mesmo com o passar dos anos e com as diversas mudanças na sociedade brasileira.

Considero ainda que os relatos que aqui farei não escapam de serem originados de uma História que foi “[...] contada pelos vencedores e, portanto, nunca traz em si a versão correta e fiel dos fatos” (CORONEL, 2010), o que não traria mesmo se fosse contada pelos perdedores ou mesmo observadores. Entretanto, conto-a ciente de que alguns aspectos possam ter sido omitidos em função dos interesses de manutenção das ideologias sociais que são dominantes (CORONEL, 2010) e das próprias limitações e não neutralidade dos textos que utilizei.

Além disso, a versão que aqui conto é apenas aquela que, diante das leituras, consegui costurar de modo a ter como protagonistas as sujeitas da minha pesquisa: as empregadas domésticas e suas antecessoras. É uma versão curta diante da complexidade daquilo que conto, e que foi construída no intuito de me auxiliar, e ao leitor também, a entender as construções sociais relacionadas a essas mulheres e ao trabalho que executam.

3.4.1 As escravas domésticas: a escravidão e a origem do trabalho doméstico no Brasil

Figura 3. Foto de uma ama escrava com um menino filho de portugueses registrada em 1860



Fonte -FREYRE, 2003, p. 237.

Meu foco de discussão neste tópico são as práticas escravocratas dos colonizadores portugueses e também as práticas de resistência dos escravos no Brasil em seu período escravocrata que configuram o cenário do trabalho das escravas domésticas, que podem ser consideradas as antecessoras do que hoje chamamos de empregada doméstica.

Foi na primeira metade do século XVI que a escravidão teve início no Brasil. Os portugueses começaram a trazer negros que já eram escravizados em suas colônias africanas para trabalharem no País. O início da busca por mão de obra africana se deu em virtude da: 1) dificuldade encontrada pelos portugueses para escravizar os indígenas que aqui habitavam (a escravização desse grupo ocorreu até o século XVIII); 2) do desejo dos portugueses pela produção do açúcar, que demandava muita mão de obra; 3) da lucratividade envolvida no tráfico negreiro (BIBLIOTECA VIRTUAL DO GOVERNO DO ESTADO DE SP, s/d.).

Os negros nessa época eram tratados como mercadorias e não tinham direito a necessidades básicas de segurança, higiene e integridades físicas e moral. Eram transportados aos montes em porões de navios, nos quais muitos morriam. Seu cotidiano como escravos envolvia um controle severo e permanente, o que era feito por intermédio dos senhores, de feitores e também por capitães do mato que recapturavam escravos fugidos. Estavam presentes no cotidiano desses escravos severos castigos físicos como chibatadas e açoitamentos (BIBLIOTECA VIRTUAL DO GOVERNO DO ESTADO DE SP, s/d., p. 3).

Uma das táticas de fuga utilizadas pelos escravos, as quais depois acabaram adquirindo o caráter mesmo de estratégias, era o refúgio coletivo. Eles se agrupavam e se escondiam em locais que passaram a ser conhecidos como quilombos, os quais assumiam características de comunidades. Além das fugas, entre as formas mais explícitas de resistências, estavam o suicídio e o crime, sendo que o último os levava da condição de escravos para a condição de prisioneiros (BARROS, 2009).

Dentre os negros traficados da África pelos portugueses, estão aqueles que pertenciam a grupos organizados e culturas africanas mais adiantadas, ocupando funções muito importantes para a atividade econômica na qual estavam envolvidos (FREYRE, 2003; SILVA, 2006). Essa é uma observação importante porque a imagem que se veiculou dos escravos estava muito longe da imagem de grupos organizados e de quem teria algo a ensinar para os colonizadores. No entanto, eles foram responsáveis, de acordo com Freyre (2003), por ensinar aos portugueses várias técnicas de trabalho no campo da agropecuária, agricultura e mineração. Além disso, acabaram também se sobrepondo na cozinha. Contudo, certamente havia uma diferença que era crucial no trabalho que executavam na África daquele que foram executar no Brasil: o lugar social que ocupam nesse trabalho, a condição de servos reduzidos à vontade de seus senhores. O trabalho, antes executado na África, assumia um significado de busca deliberada pela sobrevivência dos familiares (FREYRE, 2003; SILVA, 2006).

Em relação às mulheres negras, elas não eram trazidas da África somente para trabalhar nas lavouras, eram também destinadas a trabalhar nas casas de seus senhores como amas de

leite ou mucamas (SILVA, 2006). Assim, havia tanto as escravas das senzalas, como as escravas domésticas (OLIVEIRA, 2008), que poderiam trabalhar para casais ou para colonos solteiros (FREYRE, 2003).

O Brasil não se limitou a recolher da África a lama de gente preta que lhe fecundou os canaviais e os cafezais; que lhe amaciou a terra seca; que lhe completou a riqueza das manchas de massapê. Vieram-lhe da África "donas de casa" para seus colonos sem mulher branca [...] (FREYRE, 2003, p. 391).

Nos tempos atuais, alega-se a necessidade do trabalho doméstico, dentre outros fatores, pela inserção da mulher no mercado de trabalho. No entanto, essa necessidade nem sempre foi motivada pela ausência da mulher em casa. No caso do período escravocrata, era comum que as portuguesas tivessem filhos muito cedo, ainda muito jovens (como a idade de quinze anos, por exemplo), necessitando de ajuda. Era frequente que as esposas dos senhores de engenho fossem jovens porque, naquela época, se casavam aos treze, quinze anos de idade, pois já poderiam ser consideradas enalhadas antes dos vinte anos (FREYRE, 2003).

O que houve, entre nós, foi impossibilidade física das mães de atenderem a esse primeiro dever de maternidade. Já vimos que se casavam todas antes do tempo; algumas fisicamente incapazes de ser mães em toda a plenitude. Casadas, sucediam-se nelas os partos. Um filho atrás do outro. Um doloroso e contínuo esforço de multiplicação. [...] todos [os filhos] deixando as mães uns mulambos de gente (FREYRE, 2003, p. 443).

Além disso, comumente sofrendo com o clima tropical e com as altas temperaturas do País, elas se enfraqueciam com frequência e tinham dificuldades para amamentar. As negras, socialmente conhecidas como mulheres bem-sucedidas no quesito amamentação, se tornavam as amas de leite (FREYRE, 2003).

Em anúncios publicados no Brasil em jornal do século XIX, Freyre (2003) observou que havia uma escolha estética mais acentuada em relação às negras que iriam trabalhar no serviço doméstico, já que elas ficariam mais próximas das famílias dos senhores e, comumente, criariam os filhos que viriam a ter em suas casas. A preferência era por "[...] negras altas e de formas atraentes – 'bonitas de cara e de corpo' e 'com todos os dentes da frente'" (FREYRE, 2003, p. 396). De acordo com Barros (2009), a escolha das escravas domésticas baseadas na estética já ocorria na África antes de se consolidar o tráfico.

As distinções que existiam entre a escrava da lavoura e a escrava doméstica contribuem para o nosso entendimento acerca do surgimento dessa personagem social que é a empregada doméstica. De acordo com Oliveira (2008), as escravas domésticas eram socialmente

consideradas as mais privilegiadas por andarem mais bem vestidas, já que suas vestes indicavam simbolicamente a riqueza de seus senhores.

No entanto, a proximidade dessas escravas com a família dos senhores trazia também maiores sofrimentos e constrangimentos como a maior submissão à violência sexual (OLIVEIRA, 2008). Elas estavam cotidianamente presentes não só na vida familiar, mas também na vida sexual dos senhores (FREYRE, 2003). Mais do que as escravas das lavouras, serviam sexualmente, não só a esses senhores, mas também podiam ser iniciadoras sexuais de seus filhos (OLIVEIRA, 2008). Além disso, uma prática comum durante algum tempo no período escravocrata foi a de tirar a virgindade de meninas negras dentro da crença de que esse seria um meio de curar aqueles que estivessem contaminados pela sífilis. Por essa prática, meninas eram “[...] entregues virgens, ainda molecas de doze e treze anos, a rapazes brancos já podres da sífilis das cidades” (FREYRE, 2003, p. 400). Assim, por meio do sexo e também da amamentação das amas de leite a crianças infectadas, a sífilis acabou caminhando da casa grande para as senzalas (FREYRE, 2003).

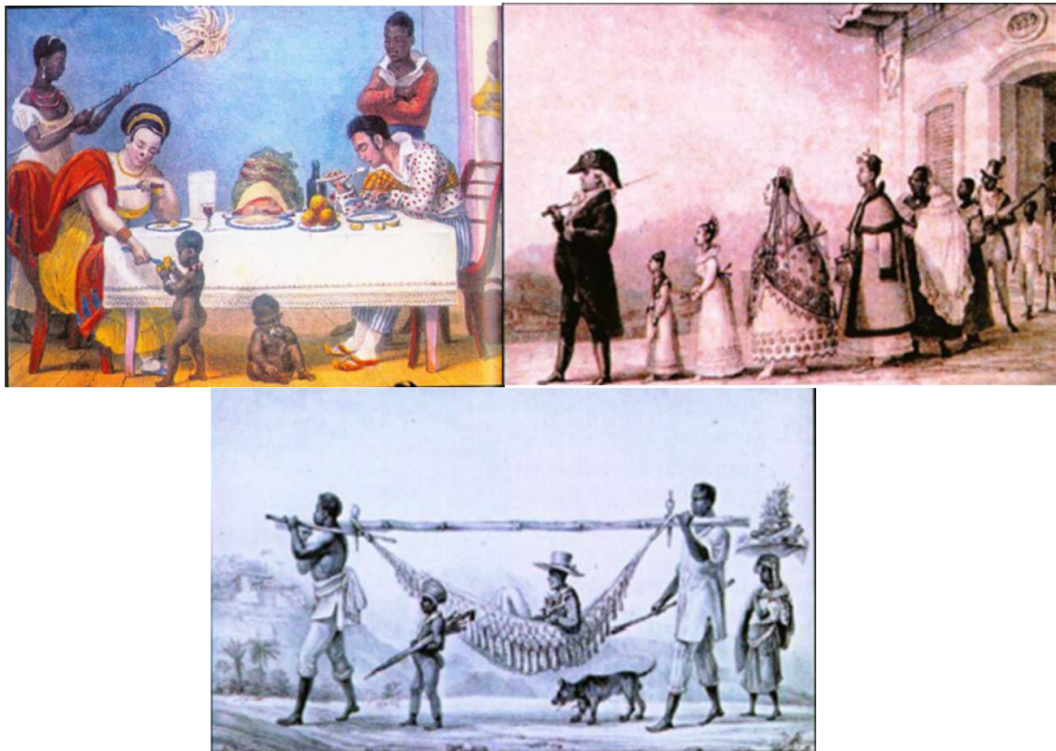
Essa imagem da escrava doméstica como sendo uma serva sexual repercute na sociedade brasileira contemporânea, em que as imagens da empregada e especialmente da mulher negra que é doméstica aparecem frequentemente associadas a temas de conotação sexual. A discussão sobre essa conotação será retomada no tópico 7.2.4. Nesse período, se inicia a ambiguidade representada pelo trabalho doméstico: o misto de afeto e de relações desiguais e injustas de trabalho, ambiguidade esta bastante presente nas relações entre patroas e empregadas na sociedade brasileira (CANDIOTA e VERGARA, 2010; BRITES, 2007; PREUSS, 1996). Mesmo nas relações de escravidão, havia a formação de vínculos entre senhores e escravos,

[...] vínculos responsáveis até por certa colonização do português pelo negro, e é indispensável reconhecer que ele nunca deixa de destacar o ambiente violento e despótico que cercava estes vínculos. Na verdade, este ambiente é realçado e detalhado a tal ponto, concretizando-se em torturas, estupros, mutilações e, sobretudo na cotidiana redução da vontade do cativo à do seu mestre, que não podemos deixar de nos perguntar sobre o efetivo significado de uma sociedade assim dividida entre o despotismo e a confraternização, entre a exploração e a intimidade (BIBLIOTECA VIRTUAL DO GOVERNO DO ESTADO DE SP, s/d., p. 8).

Ocorriam casos em que havia certa doçura nas relações entre os senhores e os escravos domésticos (FREYRE, 2003). De acordo com Freyre (2003), alguns desses escravos acabavam sendo tratados como parentes pobres, sendo que alguns *mulatinhos* (filhos das escravas domésticas) sentavam-se à mesa patriarcal ou próximos a ela. Eram como “[...] crias,

malungos, moleques de estimação. Alguns saíam de carro com os senhores, acompanhando-os aos passeios como se fossem filhos” (FREYRE, 2003, p. 435). Alguns momentos desse cotidiano são ilustrados em algumas pinturas de Debret que estão na figura 4.

Figura 4. Pinturas de Debret que retratam momentos do cotidiano brasileiro no período colonial e escravocrata.



Fonte - FREYRE, 2003, p. 238-.

Na primeira pintura, observamos o mencionado momento em que as crianças mulatas se sentavam ao redor da mesa dos senhores durante as refeições. Embora haja proximidade, o lugar ocupado por elas é o chão e, não, uma cadeira junto aos senhores. Além disso, elas não vestem roupas e recebem atenção somente da mulher. Na segunda imagem, retrata-se um momento de passeio em que o senhor leva, não só a família, mas também os escravos. Mais uma vez proximidade e distanciamento se conjugam. Ao mesmo tempo em que são levados para passear, ocupam os últimos lugares na fila. Trata-se de uma organização hierárquica que coloca a criança escrava por último e o senhor de engenho em primeiro lugar: o *patriarca da família*. Já, na terceira pintura, a distinção hierárquica e a ideia do *cada um em seu quadrado* é mais explícita, pois os escravos carregam o senhor de engenho em uma rede e crianças também acompanham o ato de servir.

Era comum que os filhos dos escravos domésticos fossem companheiros de brincadeiras dos filhos dos senhores (FREYRE, 2003). No entanto, eles podiam, em muitos casos, ser tratados como verdadeiros bonecos, como sendo eles mesmos os brinquedos (FREYRE, 2003; VALENTIM, 1990). A figura da mãe preta também surge nesse período e consta que elas ocupavam lugares de honra nas famílias.

Alforriadas, arredondavam-se quase sempre em pretalhonas enormes. Negras a quem se faziam todas as vontades: os meninos tomavam-lhe a benção; os escravos tratavam-nas de senhoras; os boleiros andavam com elas de carro. E dia de festa, quem as visse anchas e enganjentas entre os brancos de casa, havia de supô-las senhoras bem nascidas; nunca ex-escravas vindas da senzala (FREYRE, 2003, p. 435).

Essas mães pretas acabavam assumindo, por exemplo, um lugar afetivo importante na vida das filhas dos senhores: as sinhazinhas. Com a proximidade da relação que podia se iniciar na infância, elas podiam se tornar conselheiras sentimentais dessas meninas. Uma decorrência interessante da afetividade e proximidade das amas de leite, das mães pretas e das mucamas com os filhos dos portugueses foi a alteração de algumas palavras da língua portuguesa falada que estão até hoje no cotidiano dos brasileiros. De acordo com Freyre (2003), a linguagem infantil, por exemplo, acabou sendo “amaciada” no Brasil devido à influência dos africanos especialmente dessas mulheres.

A linguagem infantil [...] se amoleceu ao contato com a ama negra. Algumas palavras, ainda hoje duras ou acres quando pronunciadas pelos portugueses, se amaciaram no Brasil por influência da boca africana. [...] O processo de reduplicação da sílaba tônica [...] atuou sobre várias palavras [...]. O ‘dói’ dos grandes tornou-se o ‘dodói’ dos meninos. [...] A linguagem infantil brasileira, e mesmo a portuguesa, tem um sabor quase africano: *Cacá, pipi, bumbum, tentém, neném, tatá, papá, papato, lili, mimi, au-au, bambanho, cocô, dindinho, bimbinha* (FREYRE, 2003, p. 414, grifos de quem????).

Com essa proximidade estabelecida, as escravas domésticas eram, em termos de organização política, pessoas-chave para o grupo dos escravos. Obtendo informações privilegiadas dentro das casas dos senhores, podiam orientar os outros escravos em suas organizações, fugas e criação de quilombos (OLIVEIRA, 2008). “Ela sabia quando o senhor ia viajar, quanto tempo ia ficar fora e levava essa informação para os outros escravos, à noite, na senzala” (OLIVEIRA, 2008, p. 110).

A abolição da escravatura ocorreu em virtude de um processo de pressões protagonizadas pelos ingleses em relação aos portugueses que foi iniciado no fim do século XVIII. Com o desenvolvimento de suas manufaturas, os ingleses desejavam expandir seu

mercado consumidor, o que dependeria, nesse caso, do aumento do número de trabalhadores. Além disso, eles queriam aumentar a competitividade do açúcar que produziam em relação ao brasileiro (BIBLIOTECA VIRTUAL DO GOVERNO DO ESTADO DE SP, s/d.).

A pressão para o fim da escravatura foi justamente o meio encontrado por esses ingleses para satisfazer seus interesses. Durante um período marcadamente conflituoso entre ingleses e portugueses, várias medidas graduais foram sendo tomadas até que se chegasse à abolição, tais como: a pressão para o fim do tráfico negreiro, a equiparação do tráfico à pirataria e sua consequente sujeição à fiscalização da marinha e a proibição legal do tráfico e comércio de escravos (BIBLIOTECA VIRTUAL DO GOVERNO DO ESTADO DE SP, s/d.).

Todas essas pressões relativas ao tráfico, no entanto, não o eliminaram imediatamente, além de ter havido a continuação do tráfico interno de escravos na própria colônia. De acordo com Barros (2009, p. 133), “[...] até 1856 há registros de desembarques de navios negreiros, o que não significa que estes tenham se encerrado nesta data. Com relação ao tráfico interno, estima-se que entre 100 a 200 mil escravos tenham sido deslocados entre as províncias até a data de promulgação da Lei Áurea”.

Além desses acontecimentos, contribuíram para o processo rumo à abolição a atuação de movimentos abolicionistas que ganharam a adesão de intelectuais liberais (lembrando que as práticas de resistência e de combate ao escravismo tiveram origem na própria atuação dos escravos, como as fugas e a formação de quilombos), e a promulgação de duas leis específicas: a que dava liberdade aos escravos com idade a partir dos 60 anos (Lei dos Sexagenários) e a que desvinculava da relação de servidão os filhos nascidos das escravas (Lei do Ventre Livre) (BIBLIOTECA VIRTUAL DO GOVERNO DO ESTADO DE SP, s/d.).

A Lei do Ventre Livre acabou gerando poucas consequências positivas para a vida cotidiana dos escravos. Quando não surtindo muito efeito prático, acabou gerando também consequências negativas. Por um lado, os filhos dos escravos, mesmo libertos, ficavam sob tutela dos senhores até os 21 anos. Quando os primeiros filhos libertos pela lei fizeram 21 anos, a escravatura já tinha sido abolida. Por outro, a mortalidade de filhos de escravos cresceu, já que podiam não mais interessar aos senhores (BARROS, 2009).

No caso dos movimentos abolicionistas, aqueles que defendiam o fim imediato da escravidão, eles conviviam também com movimentos simplesmente emancipacionistas, os quais defendiam o fim da escravidão, mas de maneira gradual e paliativa. O que era comum em ambos os movimentos é o reconhecimento de que o ser negro e escravo já tinha se tornado uma diferença, enquanto deveria ser tratado como desigualdade (BARROS, 2009). Foi então, em maio de 1888, que a escravatura foi legalmente extinta por meio da promulgação da

chamada Lei Áurea (BIBLIOTECA VIRTUAL DO GOVERNO DO ESTADO DE SP, s/d.). A abolição representou o fim legal da escravidão, mas não necessariamente o fim da relação de servidão. O próximo tópico discute justamente o período pós-escravocrata brasileiro e as relações de trabalho doméstico nesse período.

3.4.2 As criadas nas *senzalas domésticas*: o período pós-escravocrata e o trabalho doméstico no Brasil

A abolição da escravatura acabou representando inicialmente uma transição para os negros da condição de escravos formais para a de escravos informais (SILVA, 2006). Jogados à própria sorte, eles acabavam mantendo relações de trabalho com seus antigos senhores. Oportunidades de trabalho eram negadas a esses indivíduos por conta de sua cor de pele e também pelas características fenotípicas que socialmente representavam as marcas de uma categoria racial inferior (CONCEIÇÃO, 2009).

Mesmo antes da abolição, a própria alforria representava, nas palavras de Barros (2009, p. 128), um “[...] controle sobre a passagem da diferença escrava à desigualdade liberta”. Muitos continuavam dependentes de seus senhores. Há registro, por exemplo, para mencionar apenas um, de uma carta de alforria concedida a uma escrava de 17 anos chamada Maria. A carta de alforria concedia liberdade à jovem apenas depois que os senhores morressem, ficando ela obrigada a servir-lhes até sua morte. Essa condição também se estendia a filhos que ela viesse a ter (BARROS, 2009).

Após a abolição da escravatura, a situação das ex-escravas domésticas era bastante próxima à situação da escravidão. Muitas delas residiam na própria casa dos patrões, que podiam metaforicamente ser consideradas senzalas domésticas. Não havia horário de trabalho e muitas delas não recebiam qualquer tipo de remuneração pecuniária. Quando recebiam, se tratava de uma remuneração irrisória. Era comum que o trabalho fosse exercido desde a infância, quando as meninas se mudavam para as casas de seus patrões (CORONEL, 2010). Nesse ambiente, não eram tratadas como sujeitos, mas como servas disponíveis a satisfazerem todas as vontades de seus patrões.

Nesse período pós-escravocrata, a personagem das babás era comum para a manutenção cotidiana das famílias. Negras, elas poderiam ser, não só amas de leite, mas também amas secas (CORRÊA, 2007), o que revelava a manutenção de uma relação não justificada apenas pela necessidade de amamentação dos filhos das portuguesas. A situação de desproteção social, as baixas qualificações que tinham e a manutenção de relações que começavam na

infância, somadas, acabavam confinando essas mulheres àquela vida, o que ocorria, não só por falta de melhores opções, mas também pela criação de um elo e de uma dependência psicológica em relação à família para a qual trabalhavam (CORONEL, 2010).

Mesmo com a manutenção dessas relações de dependência, a sensação de perda de controle por parte dos senhores em relação aos servos advinda da abolição (RONCADOR, 2007) acabou influenciando a maneira como as relações entre criadas e patrões foram sendo tecidas. A desconfiança gerava a necessidade de um controle permanente, o que se tornou uma estratégia utilizada pelos patrões, sobretudo pelas patroas, já que as mulheres eram as responsáveis pelos assuntos que se referiam ao serviço doméstico (RAGO, 1985). Roncador (2007) cita uma passagem interessante de uma publicação portuguesa intitulada *A dona de casa: a mais útil publicação em portuguez*, cuja data se refere justamente ao período posterior à abolição.

V.Ex., que é dotada naturalmente de um espírito fino e tem pela vossa casa o amor arraigado que tem por tudo quanto se possui e governa, não se confiará na boa-vontade de uma pessoa a quem não conhece. Portanto a V.Ex. visitará por imperiosa necessidade, e durante várias vezes ao dia, a cozinha, tendo a ocasião de a fiscalizar (JUNIOR, 1894 *apud* RONCADOR, 2007, p. 127).

As criadas eram nesse período consideradas ameaças para a família para a qual trabalhavam, especialmente no que se refere ao temor pela transmissão de doenças e de costumes considerados maus, temor este que refletia a ideia da pobreza como uma ameaça. Essa ideia não implicava uma preocupação com a existência da pobreza em si, mas, sim, uma preocupação com a proximidade dessa pobreza que era invocada a partir da convivência cotidiana com as criadas (CORRÊA, 2007). Essa noção de ameaça remonta ao período da escravidão e também ao período posterior à abolição, em que os servos domésticos eram considerados ameaças à integridade física e moral das famílias burguesas (RONCADOR, 2007).

Diante dessa noção, tentativas pedagógicas de domesticar e civilizar as criadas surgiram no período republicano e pós-escravocrata brasileiro revestidas sob o discurso de preparação das mulheres (as senhoras) para suas responsabilidades com a casa, com os filhos e com a administração do trabalho das criadas. Foram publicados, inclusive, manuais que visavam ensinar o modo adequado de se lidar com as empregadas. Além disso, recorreu-se a mecanismos estatais para controlar os criados, como a exigência de registro de saúde e de matrícula na polícia (RONCADOR, 2003; 2007).

Um exemplo de mecanismo estatal foi a criação, em São Paulo, do Serviço de Registro de Empregados Domésticos. De acordo com o próprio documento de criação, o objetivo do registro era

[...] salvaguardar o lar e o bem público, mediante exame de sanidade e controle policial dos candidatos como medida de proteção à família e à propriedade, pois objetiva a seleção do material humano, muitas vezes perigoso e nocivo, que ingressa em nossos lares como cozinheiros, arrumadeiras, pagens, lavadeiras, etc... gente na maioria das vezes portadora de moléstias infectocontagiosas, quando não possui ainda o estigma do roubo e do mal, e que, de casa em casa, vai espalhando doenças, roubando haveres, prejudicando os patrões e desaparecendo em seguida (SÃO PAULO, 1946, p. 85, *apud* DUARTE, 1992, p. 07).

Na carteira de registro, eram anotadas, por exemplo, as ocorrências durante o período de trabalho e os motivos de dispensas de antigos trabalhos (DUARTE, 1992), o que marcava os empregados diante de quaisquer falhas que cometessem.

Nesse período, quando deixavam de residir na casa dos senhores para os quais trabalhavam, os servos domésticos passaram a morar em casas populares nas cidades, as quais eram chamadas de cortiços. Os cortiços eram considerados ambientes promíscuos e infectados, tanto por médicos, quanto por membros das classes dominantes (RONCADOR, 2007).

Um episódio que marcou a história dos cortiços foi a primeira destruição dessas moradias ocorrida na cidade do Rio de Janeiro, então capital do País, realizada a mando do presidente Rodrigues Alves (1902-1906) em nome dos discursos da modernização e da higienização (BARDANACHVILI, 2013b).

Em pouco tempo, cortiços e casas de cômodos vieram abaixo, avenidas foram abertas, ruas alargadas, o porto ampliado, a luz elétrica estabelecida, epidemias controladas, a cidade embelezada e saneada. A transformação da Capital foi feita com eficiência e rapidez, mas com muito autoritarismo. As populações pobres reagiram mas não puderam impedir as desapropriações e o bota abaixo que as expulsaram de suas casas, obrigando-as a buscar moradia nos subúrbios ou a viver em um dos morros que rodeavam o centro da cidade (BARDANACHVILI, 2013b, s/p).

Mesmo após as ondas de destruição dos cortiços, o objetivo dos grupos dominantes de se distanciar dos negros, então desalojados, não foi completamente alcançado (BARDANACHVILI, 2013c), pois muitos se instalaram em morros que hoje são conhecidos como favelas, o que não nos afastou tanto assim da cidade.

Uma data de nascimento certa para as favelas talvez não exista. Mas pesquisas indicam que o Morro de Santo Antônio e o Morro da Providência foram as primeiras [no Rio de Janeiro]. Entre 1893 e 1894, soldados que combateram na Revolta da Armada instalaram-se no Morro de Santo Antônio, no centro da cidade, sendo seus

primeiros moradores. [...] Hoje, o Morro de Santo Antônio não existe mais pois, nos anos 50, houve o seu desmonte [...]. Já a história do Morro da Providência, apesar de controversa, parece ter relação direta com a demolição do cortiço Cabeça de porco, posto abaixo em 1893 pelo prefeito Barata Ribeiro. Alguns moradores, aproveitando restos de madeira colhidos da demolição, teriam subido o morro, próximo ao cortiço destruído, e reconstruído suas casas. [...] nos anos 20 a palavra 'favela' tornou-se o substantivo que até hoje é utilizado para qualificar todos os morros e colinas em que há habitações populares (BARDANACHVILI, 2013c, s/p.).

Ao longo dos anos, as favelas foram cada vez mais se tornando alternativas de moradia para as criadas negras, que continuavam tendo suas moradias destruídas. Essas favelas foram então crescendo em alta velocidade e frustrando os interesses de grupos dominantes que as condenavam (BARDANACHVILI, 2013c). Como se tornaram uma espécie de mundo à parte no imaginário desses grupos, os lugares de moradias das criadas e as práticas a eles pertencentes se tornaram uma espécie de ameaça.

Nesse cenário, esse foi um período marcado por uma intensa repressão a práticas culturais populares advindas da população negra que não se adequavam aos padrões culturais europeus. Manifestações como o candomblé, a capoeira, o violão, o pandeiro e manifestações carnavalescas eram reprimidas em função dessa não adequação e, sobretudo, por serem consideradas práticas que, não só poderiam ameaçar a ordem social, mas também insuflar uma maior e indesejada união entre os negros, fortalecendo o sentimento de uma consciência negra (BARDANACHVILI, 2013b, s/p).

Disseminava-se a imagem dessas práticas como sendo de barbárie e falta de civilidade, havendo, inclusive, mecanismos legais para sua repressão. Elas eram comumente enquadradas nos artigos 157 e 399 do Código Penal Brasileiro por vadiagem e crime contra a saúde pública. A criminalização de práticas como o candomblé e o canto dos orixás era oriunda de discursos que condenavam a magia, o espiritismo e as práticas em prol da cura de doenças (BARDANACHVILI, 2013d). Não se buscava compreender tais práticas como sendo culturais e identitárias para os grupos negros. No caso do candomblé, generalizavam-se todas as suas práticas como sendo magia.

A capoeira, por exemplo, foi uma prática considerada criminosa no País por meio do Código Penal durante quarenta anos, o que ocorreu entre 1890 e a década de 30. Originalmente praticada pelos negros como forma de resistência à escravidão, veio a ser criminalizada mesmo depois da abolição porque era ainda uma prática de resistência mantida pelos negros (BARDANACHVILI, 2013a).

A seguir, apresento um diálogo realizado em uma das cenas da novela *Lado a Lado*¹⁸ (BRAGA e LAGE, 2013), da Rede Globo de Televisão, que ilustra bem o que está sendo discutido. A novela, embora seja uma obra de ficção, retrata a sociedade carioca no período posterior à abolição tendo como personagens centrais os negros e como tema sua situação social, considerando que as obras de ficção podem ser tornar discursos ficcionais sociais relevantes (FARIA, 2012b). Na cena apresentada, os dois protagonistas negros questionam a prisão de uma tia do morro pela prática do *candomblé*, diante da não prisão de uma protagonista branca pertencente à elite, embora ela tivesse cometido um crime.

Zé Maria (protagonista negro): Eu quero saber ‘por quê que’ a mulher do senador que roubou o filho da própria mãe não tá presa. Ah lembrei, é porque ela é mulher do senador. E por que a cadeia tá ocupada com a mulher mais iluminada dessa cidade, mas que é negra e pobre? **Delegado Praxedes:** Alto lá, você tá a um passo de desacato. **Isabel (protagonista negra):** Então por quê que prenderam a Tia Jurema? **Delegado Praxedes:** Aquela mulher é sua tia? **Isabel:** Aquela senhora é tia de todo mundo e eu não saio daqui sem ela. **Delegado Praxedes:** Isso não vai ser possível, a prisão dela foi rigorosamente dentro da lei, Artigo 157 do Código Penal de 1891 que, resumindo, se aplica a quem tenta fascinar e subjugar a credulidade pública com jogos de adivinhação, cartomancia e outras coisas mais. É um crime contra a saúde pública. **Zé Maria:** Tá, mas que lei é essa, que lei... que mais essa agora, que país é esse que diz que você praticar sua religião é um crime contra a saúde pública? **Isabel:** A Tia Jurema... ela só faz o bem delegado. Ela é querida por todos na nossa comunidade. **Delegado Praxedes:** Vocês querem dizer bando de arruaceiros. Me diz, Zé Maria, você era ou não era um dos capoeiras que bateram nos meus homens? **Zé Maria:** Capoeira, *candomblé*, tudo que é da cultura negra é proibido, quer dizer, depois de séculos sendo arrastados da África até aqui, vocês querem proibir tudo que é da nossa cultura? (BRAGA e LAGE, 2012 / 2013).

Mesmo com a repressão, no entanto, os grupos negros resistiam cotidianamente buscando manter a realização dessas práticas. E foi essa resistência que acabou fazendo com que tais práticas fossem ao longo do tempo se constituindo em manifestações culturais reconhecidas como pertencentes ao povo brasileiro. Além de pertencentes, representativas da identidade desse povo, como ocorre no caso do samba. A manutenção, por esses grupos negros, de um contato cultural com a África se faz presente, inclusive, na culinária brasileira, como o uso do azeite de dendê e do noz de cola (FREYRE, 2003).

Por que falo dessas práticas e de sua repressão? Não só para ilustrar a situação dos negros no período pós-escravocrata, mas porque as mulheres, sujeitos da minha pesquisa, eram uma das maiores responsáveis pela manutenção dessas práticas culturais e religiosas. Além disso, são práticas mantidas até hoje em comunidades onde estão as empregadas domésticas, e

¹⁸ A novela *Lado a Lado* (2012-2013) foi uma obra de ficção livremente inspirada em aspectos históricos. Seu pano de fundo é a cidade do Rio de Janeiro no período da República Velha, tendo como objetivo reconstituir as relações raciais e sociais ocorridas naquela época (TV GLOBO, 2012). O título *Lado a Lado* retrata justamente a necessidade de convivência entre brancos e negros, então, ex-escravos.

abordar os significados que essas práticas adquiriram durante esse período histórico nos ajuda a entender os próprios sentidos do que é ser empregada doméstica na sociedade contemporânea.

As mulheres negras ocupavam nessa época uma posição central em manifestações religiosas negras como o candomblé e o canto dos orixás (BARDANACHVILI, 2013d), centralidade esta que se estendia para várias outras práticas.

Dos terreiros para a vida cotidiana da comunidade, a força feminina foi se estendendo e se fazendo cada vez mais presente. Verdadeiras matriarcas, as negras baianas passaram a ser chamadas de tias. Eram matriarcas de famílias unidas por laços étnicos – e não necessariamente de sangue. Em torno delas eram cultivadas as tradições negras. As tias – com sua sabedoria, força e independência – eram conselheiras, rezadeiras, curandeiras, mediadoras de conflitos, organizadoras de festas e até administradoras dos recursos financeiros. Trabalhavam também como quituteiras e doceiras e providenciavam o que fosse necessário para as festas, os rituais e a sobrevivência da comunidade (BARDANACHVILI, 2013d, s/p).

Era na casa de uma das tias mais conhecidas do Rio de Janeiro, por exemplo, que os primeiros compositores de samba se reuniam, como Donga, Sinhô e João da Baiana. Nessa casa, eram organizados os ranchos que saíam nas ruas em período de Carnaval (BARDANACHVILI, 2013d, s/p.).

O que se observa é que as mulheres pobres e negras acabavam desafiando o modelo de família burguesa e de elite da época, modelo no qual a submissão da mulher em relação ao homem era uma regra. Além disso, a maternidade, considerada uma destinação natural das mulheres burguesas, nem sempre era vista como destino único e natural das negras. Elas se dividiam entre diversos tipos de atividades e era frequente a rejeição de filhos pelas mães (BARDANACHVILI, 2013e).

Essa centralidade da mulher nos grupos sociais periféricos é algo que se mantém ainda nos dias atuais. Nas periferias e favelas, é comum as mulheres serem as chefes de família, o que ocorre, não só em virtude de uma desestruturação familiar na qual os homens nem sempre cumprem suas obrigações sociais como pais e maridos, mas também em virtude da força que a imagem da mulher representa nessas comunidades. No período pós-escravocrata, mesmo os homens que apoiavam as mulheres tinham dificuldades para sustentar suas famílias, já que não conseguiam competir com os imigrantes no mercado de trabalho (SILVA, 2006).

Nesse período, torna-se também comum que meninas ainda crianças ou adolescentes mudem-se para a casa de famílias a fim de trabalhar como criadas, o que se mantém ainda depois da introdução de relações assalariadas de trabalho. O significado do trabalho doméstico na vida dessas jovens negras se associava a uma dinâmica que Zanetti e Sacramento (2009)

chamam de identidades entrecortadas, marcadas por pertencimentos como raça, sexo e geração que acabavam somatizando a situação de exclusão social em que viviam.

A partir do próximo tópico, discutirei a situação das criadas domésticas quando se iniciam as relações assalariadas de trabalho, o que não implicava necessariamente a ausência de elementos de precariedade do trabalho que foram mencionados neste tópico em relação ao período pós-escravocrata. O que veremos é o surgimento de uma personagem (res)-significada – a empregada doméstica – mas cujos significados e relações de trabalho ainda guardam bastantes influências dos períodos escravocrata e pós-escravocrata.

3.4.3 As mensalistas residentes: relações de trabalho assalariadas dividindo o mesmo espaço privado

Utilizo o termo mensalistas residentes para me referir às empregadas domésticas que recebem um salário mensal pelo trabalho executado e que residem em seu próprio local de trabalho. A diferença em relação às criadas do período pós-escravocrata é que as empregadas que trabalhavam (ou ainda trabalham) como mensalistas residentes passaram a receber uma retribuição pecuniária por seu trabalho. Trata-se de uma relação cuja configuração é um pouco mais legitimada pela sociedade se compararmos à relação de trabalho dessas criadas. No entanto, é um trabalho ainda marcado pela informalidade, pela falta de proteção social e pela precariedade (HIRATA, 2008).

Durante um bom tempo no Brasil, foi comum que as empregadas domésticas residissem na casa de seus patrões. A coincidência relativa ao lugar de trabalho e moradia gerava uma dinâmica de informalidade muito significativa. As mulheres acabavam ficando disponíveis a todo o momento para satisfazer as necessidades de seus patrões. Mesmo com o início das relações assalariadas, algumas dinâmicas simbólicas do período escravocrata eram mantidas, como a divisão hierárquica dos espaços da casa. Embora as empregadas pudessem ter acesso a todos os ambientes em virtude do trabalho exercido, esse acesso era restrito no que se referia a determinados horários e, sobretudo, ao local onde elas dormiam e faziam suas necessidades. Em geral, seus quartos, bastante pequenos, se encontravam próximos à cozinha, e o uso do banheiro também era restrito ao que lhes era atribuído. Quarto e banheiro se conjugavam no que se chamou de dependência de empregada. Bianco (2010) destaca ser comum ainda que essas dependências fossem localizadas quase fora das casas.

Essa divisão se estendia ainda a outros ambientes, não somente à casa. No caso de prédios residenciais, era e ainda é comum a separação no que se refere ao uso de elevadores. Em geral, os elevadores designados como elevadores de serviço deviam ser usados pelas

empregadas e demais trabalhadores domésticos, enquanto os elevadores designados como sociais eram de uso restrito aos moradores e seus visitantes.

Esse fenômeno da convergência entre local de moradia e de trabalho é marcado por algumas contradições, e duas delas são importantes para essa discussão. A primeira é que as empregadas residentes contavam com um maior nível de formalização do trabalho, escolaridade e permaneciam um maior tempo empregadas. No entanto, havia um alto nível de exploração na relação de trabalho configurada (IPEA, 2011a), o que nos faz lembrar a servidão característica do período escravocrata. Submetidas aos interesses e às vontades dos patrões, sobrava pouco tempo para que elas pudessem se dedicar às suas vidas pessoais.

A segunda contradição é o surgimento do discurso *como se fosse da família* ou *quase parte da família* (IPEA, 2011a). Esse discurso passou a ser ouvido em muitas casas que tinham suas empregadas residentes. E vinha acompanhado de muitas contradições (ÁVILA, 2008) cotidianas, pois, ao mesmo tempo em que criava um clima de afetividade e proximidade, mantinha as divisões hierárquicas relativas aos acessos aos espaços e às práticas dos patrões. Para Roncador (2007), essas mulheres eram consideradas consumidoras desautorizadas dos bens e dos hábitos de seus patrões. O problema das contradições criadas é que traduzir essas relações de trabalho em afetividade mascara relações de poder e desigualdades (IPEA, 2011a).

O sociólogo Ronaldo Sales utiliza como argumento para a explicação da existência do discurso do *quase parte da família* o que chama de complexo de Tia Anastácia (SANTOS, 2010). O autor faz referência à personagem Tia Anastácia do Sítio do Pica Pau Amarelo, obra literária infantil. Criada como uma *negra de estimação*, ela é uma personagem que representa justamente as ambiguidades geradas por esse discurso de que as empregadas seriam quase parte da família.

Tia Nastácia, negra de estimação [...] desfruta da afetividade da matriarcal família branca para a qual trabalha e, ao mesmo tempo, apesar de suas breves, mas muito significativas incursões pela sala e varanda, encontra no espaço da cozinha emblema de seu confinamento e de sua desqualificação social. Ao longo da obra infantil lobatiana, a exceção ao carinho brincalhão que a cerca vem sempre pela boca da Emília que em momentos de discussão e desentendimento desrespeita a velha cozinheira, como sucede em algumas passagens de Histórias de Tia Nastácia: "Pois cá comigo - disse Emília- só aturo estas histórias como estudos da ignorância e burrice do povo. Prazer não sinto nenhum. Não são engraçadas, não têm humorismo. Parecem-me muito grosseiras e até bárbaras - coisa mesmo de negra beijuda, como Tia Nastácia. Não gosto, não gosto, e não gosto ! - Bem se vê que é preta e beijuda! Não tem a menor filosofia, esta diaba. Sina é o seu nariz, sabe ? Todos os viventes têm o mesmo direito à vida, e para mim matar um carneirinho é crime ainda maior do que matar um homem. Facínora! - Emília , Emília ! - ralhou Dona Benta. A boneca botou-lhe a língua" (p.132) (LAJOLO, 1998, p. 1).

De acordo com Santos (2010), é um complexo que alimenta uma interação subordinada. A empregada tende a ser considerada parte da família, mas sem sair da condicionante do *quase*. De acordo com Ferreira (2009), as tentativas de transformar discursivamente a empregada em pessoa da (ou quase da) família ocorrem justamente nas interações da vida cotidiana.

Em alguns casos, as empregadas eram levadas ainda crianças ou adolescentes por suas próprias famílias para trabalharem e morarem nas casas dos patrões. Nessa dinâmica, acabavam perdendo possibilidades de criação e de manutenção de outros vínculos sociais e afetivos, o que acontecia, inclusive, em relação à própria família de origem (TEIXEIRA, SARAIVA e CARRIERI, 2015). Em muitos casos, a falta de acesso à educação escolar as confinava ainda mais a essa falta de vínculos, o que podia gerar uma dependência psicológica em relação à família de seus patrões. Essa dependência reforçava a própria continuidade da condição de empregadas domésticas.

No entanto, não podemos pensar nesse processo como simplesmente impositivo à realidade das empregadas sem que houvesse práticas de resistência. Trata-se mesmo de um processo restritivo e bastante influenciador nos rumos da vida das meninas e nas possibilidades que lhes seriam ofertadas. Práticas de resistência eram, porém, desenvolvidas, desde algumas micro no próprio cotidiano do trabalho, como também as fugas. Sobre essas fugas, é interessante o que pude observar quando ouvi a história de vida de três empregadas domésticas. As fugas ou mesmo saídas das casas dos patrões com as quais estavam vinculadas desde crianças ou adolescentes representaram justamente a criação de outros vínculos sociais, como fazer amizades, ter um companheiro e filhos (TEIXEIRA, SARAIVA e CARRIERI, 2015). Essa observação coaduna com a afirmação de Zanetti e Sacramento (2009), que relatam o menor índice de casamento entre as jovens que vão cedo para o trabalho doméstico.

Sobre essa discussão, pontuo novamente a importância de se pensar esse cenário do trabalho doméstico de forma atrelada à discussão histórica sobre a escravidão porque a situação de desproteção e de falta de opções e possibilidades para uma cidadania plena é fruto das construções sociais a respeito das mulheres, dos negros e dos pobres e da posição social de subalternidade que eles ocuparam desde a formação da sociedade brasileira. Para Ferraz e Rangel (2010), o trabalho doméstico no Brasil se confunde com a própria história escravocrata. E, quando relatamos esses casos de meninas cujo destino podia se confinar às casas de seus patrões, relatamos justamente a manutenção de aspectos do período escravocrata.

Outro aspecto escravocrata mantido no caso das mensalistas residentes é a imagem das empregadas como sendo ameaças à integridade física e moral das famílias. Assim como nos períodos discutidos nos itens 3.4.1 e 3.4.2, as empregadas eram consideradas, por exemplo, ameaças ao casamento de seus patrões. O mesmo receio que as patroas tinham no período escravocrata de que seus maridos fossem seduzidos pelas empregadas é observado nos dias atuais. As duas citações que apresento a seguir demonstram essa continuidade. A primeira delas traz relatos de Freyre (2003) a respeito do período escravocrata. A segunda traz um discurso de uma patroa, publicado em 2009 em comunidade virtual sobre empregadas domésticas em uma rede social, e analisado por Teixeira e Carrieri (2013).

Não são dois nem três, porém muitos os casos de crueldade de senhoras de engenho Sinhá-moças que mandavam arrancar os olhos de mucamas bonitas e trazê-los à presença do marido, à hora da sobremesa [...]. Baronesas já de idade que por ciúme ou despeito mandavam vender mulatinhas de quinze anos a velhos libertinos. Outras que espatifavam a salto de botina dentaduras de escravas; ou mandavam-lhes cortar os peitos, arrancar as unhas, queimar a cara ou as orelhas. [...] O motivo, quase sempre, o ciúme do marido. O rancor sexual. A rivalidade de mulher com mulher (FREYRE, 2003, p. 420-421).

No dia da folga, [as empregadas] se aproveitam para se vingar porque não deixamos elas colocarem qualquer roupa para trabalhar e saem com uma saia que dá para ver até o útero, molham os cabelos, colocam óculos escuros e fazem questão de passar na frente dos nossos maridos como se dissessem: tá vendo o que vc tá perdendo? (se é que eles estão perdendo, mesmo, né? nunca se sabe!) - Publicação anônima na comunidade do Orkut Vítimas de Empregada Doméstica em 2009 (TEIXEIRA e CARRIERI, 2013, p. 63).

Esse clima de desconfiança se justifica pela entrada e moradia de uma pessoa estranha em casa, mas é reforçado pela construção social da escrava doméstica / criada como serva sexual e por imagens estereotipadas das empregadas, o que prejudica o relacionamento que se estabelece entre elas e suas patroas. Essa observação é importante porque é justamente com as mulheres que as empregadas mais se relacionam, já que socialmente elas são as responsáveis pelos assuntos domésticos. Embora a participação dos homens tenha crescido nessas atividades, ou que hoje tenhamos arranjos familiares constituídos apenas por eles, a interação no trabalho doméstico ainda é preponderantemente protagonizada por mulheres.

Após discutir as práticas relacionadas às mensalistas residentes, trarei no próximo tópico a situação das empregadas que não residem em seus locais de trabalho.

3.4.4 As mensalistas não residentes: relações de trabalho assalariadas e *cada um em seu quadrado*

Os domésticos eram aqueles que traziam a pobreza para dentro dos lares refinados da cidade, representavam o livre transito da miséria - com sua feiura, seus cheiros,

sua aparência mulamba, sua ignorância, suas doenças e taras - pela cidade; por isso atraíam sobre si imensa carga de desconfiança, aversão e, no limite, terror (DUARTE, 1992, p. 02).

Se as relações de trabalho entre patroas e empregadas que residiam no próprio lugar de moradia já eram permeadas pela construção social dela como sendo uma ameaça, as relações em que elas moravam em suas próprias casas traziam um temor intensificado. Pois essas mulheres representavam o trânsito do que estava nas comunidades, nas periferias e nas favelas para a casa de seus patrões.

Essa mácula de um mundo diferente, que as domésticas trazem consigo, ao ambiente de trabalho, funciona como uma insígnia social que deve ser combatida; livrar-se dela é um pré-requisito para que a trabalhadora seja bem avaliada, pois significa que, desse modo, adaptou-se aos valores atuantes no lar em que presta serviços (FREITAS, 2011, p. 15)

Nesse intuito de combate ao mundo diferente, construiu-se a imagem da empregada doméstica ideal: aquela que sabe equilibrar proximidade e distância de seus patrões (FREITAS, 2011). Ao mesmo tempo em que deveria se aproximar de seus valores e costumes (para melhor servi-los), deveria manter distantes os valores e as práticas dos grupos sociais e lugares aos quais pertenciam. Uma estratégia que os patrões passam a adotar para tentar esse idealismo é a criação de cursos de qualificação de empregadas domésticas. São cursos que existem até hoje e que visam modelar as empregadas, corrigindo seus hábitos e valores (OLIVEIRA, 2007; FREITAS, 2011).

Os já comentados manuais de orientação para donas de casa ganham força. Destinados às patroas, eles argumentavam que criadas sem fiscalização não serviam para nada e que era dever da mulher manter o olhar atento, transformando o ambiente doméstico em uma espécie de panóptico (RONCADOR, 2007).

Se você, "leitora amiga", não sabe como "transformar sua empregada doméstica em auxiliar responsável, e amiga da dona de casa", não sabe como conseguir, e manter, a tão sonhada "paz doméstica", e sobretudo como "não perder na luta para não ficar fazendo o trabalho da empregada deixando de lado [seus] afazeres normais", eis aqui alguns truques, alguns "jeitinhos astutos" para "amaciar", "domesticar", enfim, "domar como um bicho bravo" a sua empregada. Antes de mais nada, "se sua empregada não possuir rádio próprio, forneça-lhe um..."; "dê as ordens em tom calmo e firme (...) para não despertar a fera que existe em cada um[a] de nós"; "use a estimulante fórmula *Nós*. Por exemplo: "hoje *nós* vamos comprar peixe, "há muito tempo que não *fazemos* um cozido", "*precisamos* fazer faxina aqui na cozinha"...". Truques como esses, e outros mais compõem o "guia prático da mulher independente", intitulado *A aventura de ser dona-de-casa (dona de casa vs empregada): um assunto sério visto com bom humor*, escrito por Tania Kaufmann, em 1975, com o apoio da irmã, a escritora Clarice Lispector, e de feministas como a

então presidente do Conselho Nacional de Mulheres no Brasil, Romy Medeiros da Fonseca [...] (RONCADOR, 2003, p. 54-55)

Esses manuais e a própria literatura brasileira contribuíram pedagogicamente para reforçar a ideia da ameaça representada pela empregada e a ideia de que elas eram invejosas e invasoras da privacidade dos lares. Para alimentar essas construções sociais, narrativas de violências e de contágios físicos e morais por parte das empregadas foram utilizadas (RONCADOR, 2007).

Essas narrativas faziam parte de um esforço discursivo para a criação do medo burguês em relação aos criados e também de uma tentativa de disseminação de teses médicas oitocentistas que defendiam a ideia da maternidade natural ou higiênica. De acordo com essas teses, era a própria mãe quem deveria amamentar e cuidar dos filhos (RONCADOR, 2007), a despeito do costume herdado do período escravocrata de se ter amas de leite e mães pretas.

Mesmo com a existência dessas teses, o costume de se ter empregadas domésticas não foi prejudicado. As empregadas domésticas foram mantidas, mas as construções sociais disseminadas a seu respeito também. Um exemplo dessa manutenção pode ser observado no discurso de uma patroa publicado em uma rede social no ano de 2009, que foi analisado por Teixeira e Carrieri (2013).

Já tive diversas empregadas, mas até agora só conheci dois tipos: ou evangélicas – aquelas tiradas a santas, que deixam a bíblia aberta em cima da cama [...] mas na verdade, só estão lutando contra os sentimentos negativos que têm no coração, como inveja da gente, revolta porque são empregadas e etc., ou então, as piriguetes, aquelas que vivem com o celular pendurado, são mais procuradas do que cafetinas [...] ensinam aos nossos filhinhos, os passos do arrocha e do pagode [...] - publicação anônima na comunidade do Orkut Vítimas de Empregada Doméstica em 2009 (TEIXEIRA; CARRIERI, 2013, p. 54).

Nesse fragmento discursivo, Teixeira e Carrieri (2013) observaram várias das construções que já foram aqui discutidas: a imagem de depravação sexual advinda do período escravocrata, a ideia de que são invejosas e de que são uma ameaça à integridade moral. Com a manutenção dessas construções sociais com imagens negativas das empregadas, houve um crescimento das práticas de vigilância. No cotidiano das relações de trabalho entre patroas e empregadas, eram comuns

1) restrições ríspidas quanto ao contato com os patrões (por exemplo, obrigatoriedade de utilizar utensílios alimentares diferentes, a exigência do uso de máscaras, a negação e/ou restrição de alimentos etc.); 2) mania de limpeza e supervisão extrema das tarefas executadas pelas trabalhadoras; 3) o não reconhecimento de tais tarefas; 4) a escassez de direitos da ocupação e o seu pouco retorno financeiro (fatores estruturais da ocupação, mas que são, com frequência, definidos por meio de acordos pessoais e informais; 5) descontrole emocional dos

patrões (expresso na forma de gritos, por exemplo) e; 6) acusações de roubo (FREITAS, 2011, p. 18).

Quando falamos dos furtos, não se trata apenas de acusações. De fato, a empregada doméstica é comumente associada ao sumiço de algum objeto ou bem, o que, em alguns casos, se reverte em situações injustas de acusações que culminam com demissões. No entanto, essa é uma situação mais complexa e que não pode ser analisada do simples ponto de vista da acusação. Uma das táticas das empregadas domésticas já apontadas por Brites (2008) é a prática do furto que adquire simbolicamente o significado de um jogo. Em um estudo publicado pela autora sobre as políticas da vida privada na prática do trabalho doméstico, há relatos de furtos cometidos pelas empregadas que poderiam ser substituídos por simples pedidos às patroas. No entanto, como esses pedidos podem ser considerados um reconhecimento deliberado da subalternidade presente na relação, o ato de furtar pode ser simbolicamente considerado uma forma de exercer poder sobre os patrões. Brites (2008) discute, como exemplo, o furto de bananas por duas empregadas domésticas.

A temeridade das empregadas, neste caso particular, parece se dever, além da degustação das bananas, a certo prazer do jogo. Edilene e Túlia [duas empregadas que trabalham em casas distintas no mesmo prédio] são amigas de longa data. Foi Túlia quem conseguiu os empregos para Edilene no prédio onde trabalha como faxineira. [...] Roubar um cacho de bananas pode ser mais uma oportunidade de diversão. Uma diversão com gosto de transgressão. Poderiam pedir um prato de comida, é claro. Mas, para tanto, Edilene teria que transpor a barreira da vergonha e, humildemente, pedir um favor à patroa. O prato estaria repleto de 'dádiva' e, com ela, a retribuição obrigatória. Roubando um cacho de banana, demonstram sua autonomia sobre aquela economia doméstica vigiada, corroem a confiança construída sobre o eterno merecimento, denunciador da subalternidade (BRITES, 2008, p. 92).

Esse jogo representa as relações de poder que se configuram entre patroas e empregadas. E um aspecto importante nessas relações é que as empregadas que não residem em seus locais de trabalho acabam representando uma ameaça à privacidade e intimidade de seus patrões porque, ao mesmo tempo em que dispõem de informações privilegiadas dos mesmos, mantêm outros vínculos sociais e pertencem a outros círculos afetivos. Esses outros pertencimentos podem representar o trânsito de informações particulares desses patrões para outros grupos, pois as empregadas podem contar o que acontece no âmbito privado e na vida de seus patrões para sua rede de contatos.

Essa possibilidade acaba gerando um jogo implícito de poder. Para Brites (2008), o poder que pode ser exercido pelas empregadas nesse contexto não pode ser negligenciado. A

[...] presença cotidiana da empregada na casa dos patrões possibilita que elas dominem um grande número de informações sobre seus empregadores. Durante o trabalho de campo, desfrutando da confiança das empregadas, acabei conhecendo histórias de adultérios, de brigas familiares, de casos de abuso sexual de patrões em relação às empregadas, dentre outros fatos. Como a relação entre essas partes é sempre tensa, inclusive pelo não cumprimento dos direitos trabalhistas, o medo de que a "roupa suja" seja publicizada mantém determinadas questões em suspenso (BRITES, 2008, p. 90).

E os furtos são justamente uma das práticas que podem ser mantidas em suspenso. Nesse caso, eles podem até ser negligenciados, embora percebidos, pelos empregadores. Além dos furtos, uma prática comum é a doação de objetos e bens que perderam o uso para as empregadas. Essas doações também fazem parte desse jogo de poder porque contribuem para a manutenção das hierarquias simbólicas entre patrões e empregados. Os bens doados são aqueles que já não têm mais utilidade para os patrões dentro de um padrão de consumo. Raramente algo novo é comprado para presenteá-las (BRITES, 2008). Essas doações acontecem muito mais no caso das mensalistas não residentes porque, possuindo suas próprias casas, podem receber doações mais diversas e, não simplesmente, de roupas, como comumente ocorre no caso das mensalistas residentes.

Um aspecto importante a ser mencionado nessa discussão sobre as mensalistas não residentes é que a migração ocorrida no Brasil foi um dos fatos importantes na disponibilidade de mão de obra para o trabalho doméstico. Muitas pessoas migraram do meio rural para o urbano. Sem qualificação e sem a existência de postos de trabalho suficientes para absorver essa demanda por emprego, o trabalho doméstico se tornava uma das opções mais contundentes para as mulheres. Além disso, nos anos 70 e 80, quando ocorreu uma entrada significativa de mulheres no mercado de trabalho, a demanda por empregadas domésticas também cresceu (SILVA e OLIVEN, 2010).

Esse cenário migratório e também de crescimento da demanda por empregadas domésticas acabou tornando mais diversificado o grupo de empregadas domésticas. Do ponto de vista racial, muitas mulheres construídas como brancas se inseriram nesse tipo de trabalho, fazendo com que o trabalho doméstico deixasse de ser algo exclusivo às mulheres construídas como negras. E, do ponto de vista regional, houve uma diversidade de origens das empregadas, muitas do meio rural, do interior ou de outros estados. Essa diversidade pode ser justificada pela forte articulação entre a dimensão da raça e o aspecto econômico no contexto brasileiro (BACKES, 2006), o que não mais restringe o trabalho doméstico à diferença racial.

No próximo tópico, discutirei as práticas do trabalho doméstico advindas, não mais do trabalho das mensalistas, mas da crescente ocupação de diarista.

3.4.5 As diaristas, a escassez de mensalistas (“não se fazem mais empregadas como antigamente”) e os discursos da mídia para a ressignificação do trabalho doméstico

“- Eu quero pensar em alguma coisa diferente pro meu futuro viu Zéfa. Porque eu não sou doméstica, eu estou doméstica, mas é por pouco tempo. - Ah, eu graças a Deus não sofro de ambição. - Você é burra Zéfa” - Diálogo entre as personagens Roxana e Zéfa no filme *Domésticas* (MEIRELLES, 2001). No tópico 3.2, apresentei o cenário do trabalho doméstico no Brasil e relatei o aumento do número de diaristas e uma redução no número de mensalistas. Este tópico vem como uma resposta à constatação desse cenário. Quais são os detalhes desse cenário? Quais práticas estão a ele relacionadas? Quais são suas implicações para o trabalho doméstico e para as construções sociais a ele veiculadas?¹⁹

O diálogo protagonizado por duas empregadas no filme *Domésticas*, de 2001, é interessante para introduzir a discussão sobre as diaristas, a escassez de mensalistas e os discursos da mídia para a (res)-significação do trabalho doméstico. Nos últimos vinte anos, houve uma mudança muito significativa no mercado do trabalho doméstico (FRAGA, 2011) e nas práticas sociais a ele relacionadas. Atualmente, ser empregada doméstica tem reduzido o significado de condição, passando cada vez mais a ser situação. Essa mudança ocorre, sobretudo, em termos de significado social. Como o diálogo apresentado demonstra, muitas mulheres já encaram o trabalho doméstico como algo temporário e, não, definitivo.

Esse cenário guarda relações com o recente crescimento da classe média brasileira e a ascensão social de alguns grupos. Analisando as mudanças recentes na pobreza brasileira, o IPEA (2011b) observou que houve uma evolução na distribuição da renda que foi ocasionada pelo crescimento econômico, pela geração de empregos e por políticas de transferência de renda (exemplo: bolsa-família).

Além disso, de acordo com Carneiro e Rocha (2011), que abordam o drama social das empregadas no livro *A ralé brasileira: quem é e como vive* (Jessé de Souza), as empregadas atualmente vivem preponderantemente em um contexto urbano que lhes permite o consumo,

¹⁹ Para ilustrar essas questões, trago aqui, não só discursos de autores que já falaram a respeito desse novo cenário, dados de pesquisas realizadas por instituições, mas também alguns discursos midiáticos. Embora a análise desses discursos não seja um elemento comumente presente em uma contextualização de um tema em um texto acadêmico, optei por trazer alguns discursos aqui porque eles contribuem para o entendimento de um contexto que é atual. Dada a temporalidade presente do que se analisa, eles contribuem para trazer informações a respeito da análise de como está a dinâmica de um fenômeno em um tempo muito presente. No entanto, esses discursos não fazem parte efetivamente do *corpus* de dados produzidos nesta tese. E, por esse motivo, suas análises não estão dentro das especificações metodológicas descritas no capítulo 4, pois servem, aqui, apenas como fontes de informação a respeito de um determinado contexto histórico.

inclusive, de alguns bens de conforto. O trabalho doméstico deixa de ser a principal opção das mulheres pobres e negras, embora ainda seja uma opção importante e preponderante em alguns casos. O crescimento do número de diaristas representa, em contrapartida, a redução do número de mulheres que querem trabalhar como mensalistas (FRAGA, 2011). Com a menor oferta do trabalho das mensalistas, que eram até então as empregadas domésticas mais tradicionais, o custo de se ter uma empregada fixa aumenta.

A atribuição do significado social de trabalho temporário ao trabalho doméstico ocorre principalmente entre as mulheres jovens. Elas se distanciam um pouco mais das heranças do período escravocrata no que se refere, por exemplo, ao pouco acesso à educação escolar, já que a escolaridade das empregadas aumentou (FRAGA, 2011). Mesmo ainda havendo no Brasil mulheres socializadas para serem patroas e mulheres socializadas para serem empregadas (KOFES, 1982), “[...] este horizonte [...] é [cada vez mais] pensado como uma estratégia temporária enquanto não se ascende a outro momento de vida” (ÁVILA, 2008, p. 67). Embora essa seja uma condição que possa não ser superada por muitas mulheres, o significado de temporalidade do trabalho doméstico vai cada vez mais ganhando força. Outro aspecto que faz parte dessa ideia de temporalidade é a histórica construção social do trabalho doméstico como não sendo uma verdadeira profissão²⁰, devendo, assim, ser sucedido por outro trabalho que seria o verdadeiro.

Esse novo cenário traz outra implicação importante para o cotidiano do trabalho doméstico: a histórica subordinação se reduz substancialmente em alguns casos. Privilegiadas no que se refere à relação entre oferta e demanda de trabalho, a autonomia se torna uma característica do trabalho doméstico das diaristas, que podem escolher onde trabalhar e, inclusive, recusar ofertas diante de uma alta demanda por seu trabalho. Além disso, contam com maior autonomia em escolher em que dias da semana podem trabalhar (BARBA, 2011; TEIXEIRA, SARAIVA e CARRIERI, 2015).

Nessa dinâmica, as patroas, que estavam antes acostumadas a relações mais subordinadas com empregadas mais dependentes, estranham o novo contexto. Um discurso que é comumente veiculado é o de que não se fazem mais empregadas como antigamente, discurso esse que é carregado de críticas implícitas pela suposta negação das mulheres pobres à lógica de servidão que lhes seria natural e inerente (TEIXEIRA, SARAIVA e CARRIERI, 2015; RONCADOR, 2003; SANSONE, 2003).

²⁰ Discussões a respeito do trabalho doméstico de maneira contextualizada à sociologia das profissões seriam interessantes. No entanto, por escolhas de enfoque nesta tese, baseadas em suas limitações, optei por não trazer essa discussão de maneira aprofundada aqui, tendo o feito apenas de maneira extremamente breve no tópico 3.5.

O que ocorre é que, embora o significado social de trabalho doméstico tenha se alterado no sentido da temporalidade e da menor subordinação, essa é uma alteração que ocorreu principalmente no imaginário das mulheres pobres jovens. No caso de algumas patroas, as visões historicamente disseminadas sobre as empregadas ainda se mantêm. Como elas se veem obrigadas a se adequar ao novo contexto de escassez de empregadas domésticas que querem ser mensalistas e de uma maior autonomia dessas profissionais, discursos de resposta a esse novo cenário surgem. O fragmento de um diálogo entre duas patroas encontrado em uma rede social é um exemplo do estranhamento desse novo contexto.

A minha diarista me disse que lavar roupa não é tarefa dela, ou seja, diarista não lava roupa e nem cozinha, é verdade? (Priscila) [...] se contratou pra algo específico, a pessoa só vai fazer o acertado, se foi para os serviços gerais, seria para tudo. Elas agora acham que cozinhar e passar é serviço especializado, tem que avisar antes. Estão cheias de nove horas, essas moças... (Elisa) (TEIXEIRA e CARRIERI, 2013, p. 63).

Publicados em 2010, esses fragmentos discursivos nos remetem a um estranhamento que é característico de períodos de mudanças. Como vimos em relação ao período pós-escravocrata, há uma dificuldade de adaptação às (res)-significações do trabalho doméstico.

É importante ressaltar que o mencionado maior acesso a bens de consumo e também a direitos formais não elimina necessariamente outras dimensões de precariedade na vida dessas mulheres (CARNEIRO e ROCHA, 2011). Invocando agora uma discussão mais própria do âmbito dos estudos de gênero, a violência doméstica e a falta de liberdades na dimensão da vida privada fazem parte da realidade cotidiana de muitas daquelas mulheres que ainda hoje têm no trabalho doméstico seu principal meio de subsistência. Na visão de Mattos (2006), o ideal feminista da nova mulher autônoma atinge as mulheres de classe baixa, mas pode acabar se constituindo em um imaginário de vida que se choca com sua realidade cotidiana.

Elas ainda estão em uma situação desigual no que se refere às relações de gênero e ainda veem sua liberdade usurpada, se considerarmos as diversas formas de liberdade representadas pela proposta de Nussbaum (2000)²¹ no que se refere a direitos humanos e capacidades que seriam básicas e fundamentais para a dignidade humana. Se utilizarmos a concepção dessa autora, falaríamos de liberdade se tivéssemos todas as seguintes capacidades humanas garantidas: capacidade de vida (de se viver até o fim da vida, sem uma morte prematura);

²¹ Cito essa autora, mas não compartilho com sua pretensão universalista de capacidades básicas fundamentais para os homens. A relevância da proposta da autora precisa ser reconhecida, mas não de forma a se constituir em um modelo a ser aplicado por todos os formuladores de políticas públicas ao pensarem os direitos humanos, sendo esse justamente seu intuito. Ainda que as teorias feministas sejam críticas ao universalismo, Nussbaum defende que sua proposta universalista é sensível às particularidades (MATOS, 2011).

saúde do corpo; integridade corporal; senso, imaginação e pensamento; emoções; razão prática; afiliação; capacidade de viver com outras espécies (como animais, plantas e a natureza); brincar e se divertir e controle sobre o meio-ambiente (político e material).

Assim, se as mulheres ainda sofrem com violências domésticas e morais, como as sofridas por uma empregada doméstica sobre quem Carneiro e Rocha (2011) contam a história, como falar em condições de liberdade? O maior poder aquisitivo ainda não garante a eliminação de outras dimensões de marginalidade. Como afirmam os autores,

[...] infelizmente, para o senso comum mundano e também para o da maioria dos "sociólogos" e dos antropólogos, perceber esses avanços se confunde e se mistura com uma ignorância a respeito dos dramas e aflições (principalmente morais) aos quais são submetidas as mulheres que procuram ocupar um lugar na "boa sociedade" através da profissão de empregada doméstica (CARNEIRO e ROCHA, 2011, p. 125)

Esse senso comum se relaciona a uma histórica invisibilidade da desigualdade brasileira (SOUZA, 2006).

A despeito dessas observações, uma das importantes implicações desse novo cenário do trabalho doméstico é o crescimento dos discursos da mídia visando (res)-significá-lo. Nos últimos quatro anos, o crescimento de reportagens televisivas sobre empregadas foi muito significativo. E esse crescimento é uma resposta discursiva dessa mídia para as "[...] previsões de ascensão econômica no Brasil [que] minam o futuro das [...] empregadas domésticas, uma vez que estas agora também podem estudar rumo a uma ocupação mais rentável" (BARBA, 2011, s/p.).

E grande parte dessas reportagens trabalham discursivamente para a disseminação de novas construções sociais que valorizam a empregada doméstica. Diante do potencial risco de que essa ocupação (agora citada como profissão) acabe e diante das dificuldades já encontradas pelas famílias de encontrar uma empregada, é interessante observar esse jogo discursivo que constrói a personagem das empregadas como sendo trabalhadoras que merecem destaque.

A TV Globo, por exemplo, uma das mais importantes influenciadoras midiáticas de opinião no Brasil e que empreende esforços discursivos e ideológicos (CAPARELLI, 1982; MIGUEL, 2001; RUBIM e COLLING, 2004; GOMES *et. al.*, 2005) para naturalizar diversas construções sociais, passou a incorporar em sua programação essas mulheres. Houve nos últimos anos três programas Globo Repórter com reportagens especiais sobre empregadas domésticas, valorizando sua atividade e enfatizando sua ascensão social (GLOBO REPÓRTER 2011a; 2011b; 2011c; 2012a; 2012b). No programa semanal Fantástico, houve

também duas reportagens especiais falando sobre o atual cenário dessas mulheres e sobre seus investimentos crescentes no acesso à educação escolar (FANTÁSTICO, 2011; 2012).

Entretanto, o marco mais significativo dessa midiaticização foi a transmissão, pela Rede Globo, de uma novela chamada *Cheias de Charme* (MINGUEZ e OLIVEIRA, 2012). Pela primeira vez na história das telenovelas brasileiras, empregadas domésticas foram as protagonistas. A temática da novela eram as empregadas, seu cotidiano e a ambição de deixarem de ser empregadas e se tornarem cantoras famosas. Por meio dessa novela, inclusive, a TV Globo, em parceria com a OIT e a ONU Mulheres, veiculou um discurso como ação de responsabilidade social sob o objetivo de conscientizar as empregadas domésticas de que seu trabalho também era digno e de que elas deveriam lutar por seus direitos (GLOBO CIDADANIA, 2012). Uma gravação feita por duas personagens para uma cena da novela – uma patroa e outra empregada – acabou sendo transformada em uma ação publicitária da emissora.

Lígia (patroa): Trabalhar com carteira assinada garante décimo terceiro, férias remuneradas, salário maternidade, entre outros benefícios.

Penha (empregada): Cozinheira, arrumadeira, babá, mordomo, motorista, é tudo trabalho digno.

Lígia: Você que é patrão, proteja-se agindo dentro da lei.

Penha: Tu que é empregado, conheça e exija teus direitos (GLOBO CIDADANIA, 10 dez. 2012, s/p.).

No entanto, essa mesma novela trouxe contradições importantes que precisam ser analisadas, como a estereotipação de trejeitos que seriam típicos de mulheres de comunidades e periferias para a única empregada doméstica que era negra entre o trio de protagonistas. E a disseminação do termo *empreguetes*, até hoje ouvido na mídia e pela própria sociedade, acaba indo de encontro aos esforços de movimentos políticos de mulheres negras para desvincular a sexualidade da imagem da mulher negra. O termo *empreguetes* apresenta o mesmo sufixo do termo *periguetes*, que tem sido culturalmente utilizado para designar mulheres fáceis cujos corpos são objetos de satisfação masculina (PORTELA *et. al.* 2011).

Abaixo, apresento um trecho da música que se tornou o carro chefe da novela.

Vida de Empreguete: Todo dia acordo cedo, moro longe do emprego, quando volto do serviço quero o meu sofá. / Tá sempre cheia a condução, eu passo pano, encero chão, a outra vê defeito até onde não há [...]. / Queria ver madame aqui no meu lugar, eu ia rir de me acabar, só vendo a cantora aqui no meu lugar, tirando a mesa do jantar. / Levo vida de empreguete, eu pego às sete, fim de semana é salto alto e ver no que vai dar, um dia compro apartamento e viro socialite, toda boa, vou com meu ficante viajar [...] (RIBEIRO, 2012).

Podendo ser considerado um retrocesso na discussão sobre relações raciais e de classe no País, essa estereotipação e o termo empreguetes demonstram que, a despeito das tentativas de valorização das empregadas, esses esforços discursivos mantêm históricas construções sociais sobre as empregadas. Revestidas sob o gênero de humor (para essa música, as protagonistas gravaram um clipe em que se vestiam de patroas), essas manifestações são implicitamente carregadas de preconceitos.

Essa midiaticização também ocorreu em relação a outras emissoras da TV aberta brasileira. Torna-se interessante observar que os discursos da mídia que valorizam a PEC trazem também a maneira como ela tem sido socialmente interpretada. Uma das principais interpretações é sua incompatibilidade com as condições das famílias em pagarem todos os direitos que agora lhes serão garantidos. Nesse contexto, as expectativas são de que a informalidade desse tipo de trabalho vá aumentar, o que se alinha ao recente crescimento do número de diaristas, que podem cada vez mais se tornar as opções das famílias que querem trabalhadoras domésticas. Essa é uma observação importante porque, como já argumentei, não basta que existam apenas os direitos trabalhistas (que podem ter efeitos práticos bem distantes do que preveem), é preciso que haja novas condições de liberdade para essas mulheres.

E essas novas condições podem ganhar um importante incentivo da maior qualificação das empregadas domésticas, mas dependem também de alterações nos próprios sentidos do que é ser empregada doméstica em nossa sociedade. Como observamos em relação aos discursos da mídia e também de patroas sobre empregadas domésticas (TEIXEIRA e CARRIERI, 2013), há ainda uma manutenção de tradicionais construções sociais sobre essas mulheres, e que acabam reforçando uma dinâmica que foi discutida no tópico 3.3: a construção da desigualdade como sendo diferença.

Como a discussão acaba sempre girando em torno dessas construções sociais e desses sentidos, acho importante, após esse histórico sobre o trabalho doméstico, trazer o que seria uma sistematização de sentidos sociais e dos jogos de verdade sobre as empregadas que podem ir sendo extraídos de toda essa trajetória histórica.

3.5 Os sentidos do que é ser empregada doméstica

Retomando a questão que fiz no início deste capítulo - o que é ser empregada doméstica na sociedade brasileira – podemos, após essa abordagem histórica, construir uma relação de alguns sentidos, construções sociais ou jogos de verdade relacionados a essa questão, lembrando que a dinâmica de apreensão de jogos de verdade permite a reconstituição de

verdades que foram historicamente produzidas como se fossem isentas de poderes (FOUCAULT, 2006c; REVEL, 2005).

A verdade está centrada no discurso científico e nas instituições que o produzem; ela é permanentemente utilizada tanto pela produção econômica quanto pelo poder político; ela é muito largamente difundida, tanto por meio das instâncias educativas quanto pela informação; ela é produzida e transmitida sob o controle dominante de alguns grandes aparelhos políticos e econômicos (universidades, mídia, escrita, exército); ela é lugar de um enfrentamento social e de um debate político violentos, sob a forma de ‘lutas ideológicas’ (REVEL, 2005, p. 86-87).

Ao abordar jogos de verdade a respeito do que é ser empregada doméstica na sociedade brasileira, não busco descobrir aquilo que é verdadeiro, pois se parte de um entendimento da não existência de verdades absolutas, como já recorrentemente destacado. Trata-se da descoberta das “[...] regras segundo as quais aquilo que um sujeito diz a respeito de um certo objeto decorre da questão do verdadeiro e do falso” (REVEL, 2005, p. 87). Meu objetivo aqui não é construir sentidos estanques, eles estão abertos a suas variações e diversidades de interpretações e significados sociais atribuídos à personagem da empregada.

Além disso, embora os traga como afirmações positivas, não se trata de verdades universais e que não possam ser contestadas. Entretanto, fazem parte de jogos de verdade que foram sendo construídos a respeito das empregadas. O intuito é extrair do histórico apresentado, de leituras adicionais realizadas e das várias observações já feitas a respeito dos sentidos, aquelas que são importantes para a compreensão da realidade cotidiana dessas mulheres. Ser empregada doméstica na sociedade brasileira assume, então, alguns sentidos como:

- 1) ser empregada doméstica é principalmente ser mulher e negra (não só no sentido estatístico do termo, mas como significado social);
- 2) seguir as naturalizações de responsabilidades domésticas atribuídas ao que socialmente se constrói como sendo a mulher (CORONEL, 2010; SAFFIOTI, 2004; PATEMAN, 1993; MAZIERO, 2010) e como sendo a negra;
- 3) ter históricas vinculações de sentido com o trabalho das escravas domésticas. Essa vinculação gera um sentido social negativo para o ser empregada;
- 4) assumir uma ocupação que esteve à margem da formação do mercado de trabalho brasileiro, o qual ocorreu com base em dimensões de gênero, raciais, étnicas e econômicas;
- 5) assumir uma continuidade típica de uma atribuição das responsabilidades domésticas às meninas das periferias e das favelas. As atividades domésticas nesses grupos sociais assumem

o sentido de “[...] obrigação das crianças e ajuda para os adultos” (BERNARDES, 1992, p. 28);

6) representar um elo entre duas ou mais realidades socioeconômicas e culturais distintas: dos grupos sociais aos quais pertencem seus patrões e dos grupos sociais aos quais elas mesmas pertencem. É levar essas distinções para o interior das casas das famílias empregadoras e também para o interior de suas próprias casas, quebrando as barreiras pelo menos geográficas que separam esses distintos grupos;

7) conviver com a ambiguidade entre o afeto e a desigualdade, assumindo o sentido simbólico de ser quase parte da família para a qual trabalha e, ao mesmo tempo, ser cobrada pela postura de servidão e subalternidade. É “[...] estar sempre à disposição do outro ou da outra; implica fazer uma atividade qualquer do jeito que o outro ou a outra gosta; ser considerada naturalmente uma espécie de adivinhadora dos desejos dos(as) outros(as); a total disponibilidade de tempo” (ÁVILA, 2008, p.68);

8) embora haja mudanças importantes nas relações do trabalho doméstico e, em muitos casos, ocorra uma relação mútua de respeito entre patrões e empregados, ser empregada doméstica ainda é ser negada como sujeito e ser também negada como mulher (“[...] naquele espaço, só existe uma mulher, a dona da casa, e a outra é sistematicamente negada como mulher e como sujeito” (ÁVILA, 2008, p. 69);

9) romper com a intimidade e a privacidade da vida familiar, sendo intimidade e privacidade dois discursos da modernidade que foram se incorporando à sociedade (RONCADOR, 2007);

10) ser uma ameaça à integridade física e moral das famílias;

11) necessitar de vigilância;

12) ser considerada intelectualmente inferior;

13) trazer consigo as heranças do período escravocrata no que se refere à sexualidade. Como as escravas podiam servir como objetos de prazer de seus senhores (SILVA, 2007), as empregadas podem assumir socialmente o significado de ameaças a casamentos e de potenciais iniciações sexuais de adolescentes;

14) assumir uma atividade naturalizada que não recebe socialmente o *status* de profissão. É ser considerada uma profissional de segunda classe (CORONEL, 2010). Em geral, as próprias empregadas não se contrapõem a esse *substatus*, seja quando se mantêm nessa atividade ou quando buscam outras que seriam as verdadeiras profissões;

15) figurar como a memória de outras domésticas. “No Brasil, a memória das babás faz parte da estética burguesa. [...] as pessoas de classe média e as pertencentes à burguesia têm

memórias das suas babás e gostam de relembra-las [...] porque estas memórias são parte de seu *status* de classe” (ÁVILA, 2008, p. 69);

16) assim, ser empregada doméstica vai além de ser uma personagem importante na manutenção das famílias (CORRÊA, 2007), como acontece quando as outras mulheres se inserem no mercado de trabalho formal; é ser parte mesmo do modelo socialmente construído de família burguesa no Brasil (ÁVILA, 2008).

É interessante observar que esse modelo de família burguesa brasileira que incorpora a empregada doméstica não permanece restrito a apenas alguns grupos sociais. Ele também é disseminado nos próprios grupos aos quais pertencem as empregadas, tanto que temos a personagem da *doméstica da doméstica*, mencionada no tópico 3.2.

Como se pode perceber, as contradições são peculiaridades dos sentidos apresentados. Para citar apenas uma delas, as empregadas são personagens importantes desse modelo de família brasileira, mas, quando a discussão envolve o âmbito social que extrapola o ambiente doméstico, elas são consideradas profissionais de segunda classe. Essa consideração nos leva a uma reflexão sobre a maneira pela qual as empregadas domésticas são vistas nas hierarquias profissionais e sociais.

O sentido social que se construiu a respeito do que seria uma profissão foi o de um monopólio de uma área de conhecimento especializado e institucionalizado (GONÇALVES, 2007). Estamos em uma sociedade na qual a educação escolar é base de socialização e de hierarquização e os certificados acadêmicos são um instrumento importante de distinção dos grupos profissionais (BARBOSA, 2003). Além disso, uma das principais fontes de legitimidade social das profissões é sua possibilidade de servir à coletividade (GONÇALVES, 2007). Além de ser um trabalho que não exige conhecimento técnico e/ou científico, que não se relaciona a uma educação escolar, e não é institucionalizado, o trabalho das empregadas é exercido em um contexto privado. E

[...] a mesma hierarquia que organiza, pelo valor, as diferenças entre trabalhos realizados por homens e por mulheres, possibilitou o não reconhecimento dos trabalhos que ocorrem na esfera doméstica e são relacionados ao mundo privado. Os cuidados, geralmente atribuídos às mulheres, com as crianças, a casa e seus moradores, não são considerados trabalhos [...] (MARCONDES *et.al.*, 2003, p. 93).

O cuidado é naturalmente atribuído à mulher (RAZAVI, 2007) como sendo uma extensão das tarefas femininas, algo que seria feito por amor (FEDIUK, 2009). Um trabalho que não necessitaria de conhecimento técnico, mas de um conhecimento naturalizado, algo que já seria habilidade natural dessas mulheres. E como a ideia de profissão é uma das formas

de organização da desigualdade social (LARSON, 1977), quando o trabalho doméstico não atende a esses requisitos sociais e tradicionais para a consideração da atividade ocupacional como sendo profissão, acaba assumindo um sentido social de subalternidade.

Para finalizar essa discussão sobre os sentidos sociais do que é ser empregada doméstica, é oportuno apresentar, na figura 5, uma manifestação de humor na Internet que exemplifica alguns dos sentidos sociais que foram aqui sistematizados.

Figura 5. Revista Maria Creuza



Fonte - Eu Hein Blogspot, 2003.

^a Essa figura 5 foi encontrada em um *blog* que criava fictionalmente a revista intitulada *Maria Creuza*. Sob o pretexto do discurso humorístico, essa figura traz vários significados sociais que são atribuídos às empregadas. Em primeiro lugar, a imagem é de uma mulher construída como negra que tem enfatizados os traços fenotípicos atribuídos aos negros, como o cabelo crespo, o nariz achatado e os lábios volumosos, sendo que a careta feita pela mulher reforça essas características. O nome atribuído à doméstica traz um estereótipo relacionado à inferioridade intelectual dos pobres, que, inclusive, grafariam errado nomes como Cleusa. O sentido de ameaça à integridade física das famílias está presente no trecho: *vingança: eu limpei a bunda no pano de prato da patroa*. A ideia de inferioridade intelectual volta a aparecer no trecho *cabelos: o alisamento a ferro de passar funciona?*, que constrói a imagem da empregada como sendo ignorante. Além disso, a figura 5 traz implicitamente a tradicional ideia de que as empregadas não são confiáveis e não gostam de trabalhar, precisando, por esse

motivo, ser vigiadas. Esse implícito está presente em dois trechos: *10 desculpas infalíveis para faltar na sexta-feira e grátis agenda para anotar qual parente você já matou este ano.*

Discutidos então alguns sentidos do que é ser empregada doméstica, ressalto que eles se referem a um devir. Eles podem ir sendo alterados ao longo dos anos, podendo enfraquecer diante de novos cenários ou mesmo se fortalecer. Nessa dinâmica, é comum que se tornem, assim como os preconceitos sociais e raciais, sentidos, muitas vezes, velados e camuflados em discursos e práticas cotidianas. Além disso, os sentidos não se esgotam entre os aqui apresentados, eles refletem apenas algumas facetas do trabalho doméstico na sociedade brasileira.

4 OS CAMINHOS PARA AS ARTES (Os caminhos e descaminhos da pesquisa)

Copiando Nascimento (2007), que escreveu uma dissertação sobre as temáticas de discurso e poder em pesquisas pós-estruturalistas foucaultianas, utilizo no lugar dos títulos *metodologia*, *procedimentos metodológicos* ou *caminhos metodológicos*, o título *caminhos e descaminhos*. Essa expressão é utilizada para enfatizar a posição de que o saber não nos leva somente aos caminhos do conhecimento, mas também a descaminhos. A autora cita uma passagem de Foucault (1998) em *A história da sexualidade 2: o uso dos prazeres*, na qual ele questiona:

[...] de que valeria a obstinação do saber se ele assegurasse apenas a aquisição dos conhecimentos e não, de certa maneira, e tanto quanto possível, o descaminho daquele que conhece? Existem momentos na vida onde a questão de saber se se pode pensar diferentemente do que se pensa, e perceber diferentemente do que se vê, é indispensável para continuar a olhar ou a refletir [...]. (FOUCAULT, 1998, p. 13).

Nesse sentido, a imersão ao campo e o contato com as empregadas domésticas pode me levar a caminhos que vão ao encontro das analíticas e relações teóricas aqui presentes, mas também, e não menos importante, a descaminhos que me afastam de pré-suposições porventura construídas. Como pesquisadora, me disponho a construir e desconstruir meus saberes. Nesse sentido, este capítulo não se constitui em uma forma estanque de ver esta tese. Como abro espaço para descaminhos, abro também para novas possibilidades metodológicas. Não houve o estabelecimento de um roteiro fechado que não abrisse espaço para mudanças em seu *script*, pois o contato com o campo é que foi me indicando os caminhos a seguir.

4.1 A natureza dos caminhos e dos descaminhos

A natureza da investigação é qualitativa, pois a prioridade é ouvir os sujeitos por meio de uma abordagem que permita uma proximidade entre pesquisadora e pesquisadas que se torna necessária para o conhecimento do cotidiano das últimas. Essa proximidade permite um maior contato com as memórias e histórias dos sujeitos de pesquisa (ACADEMY OF MANAGEMENT JOURNAL, 2011). consideramos que a pesquisa qualitativa se desenvolveu nas ciências sociais e humanas como um intuito de superação das limitações relacionadas ao estudo do comportamento humano por intermédio da pesquisa quantitativa (DOWNEYe IRELAND, 1979; SNAPEe SPENCER, 2003). Ao contrário da pesquisa quantitativa, não

buscamos aqui regularidades e nem relações causais (MARTINS, 2004) entre os dados de pesquisa.

De acordo com Zanatta e Costa (2012), a pesquisa qualitativa é aquela na qual os dados trabalhados não podem ser matematicamente mensurados, pois compreendemos a realidade estudada por meio da subjetividade dos sujeitos participantes da pesquisa. Para Chizzotti (2003), as interações sociais podem ser descritas e analisadas prescindindo-se de quantificações estatísticas. E as pesquisas qualitativas não utilizam a quantificação como estratégia para assegurar a validade de suas pesquisas, e nem mesmo buscam generalizações que são, na maior parte das vezes, os objetivos de pesquisas quantitativas asseguradas por critérios estatísticos de pesquisa (CHIZZOTTI, 2003).

Sobre os aspectos validade e generalização, a desconfiança em relação à validade da pesquisa qualitativa, em meio a um contexto em que predomina uma concepção positivista de ciência, e predomina um processo de generalizações indutivas (MATTOS, 2011) é comum. No entanto, o importante é questionarmos a respeito do que seja a concepção de validade para pesquisas qualitativas. Nesse contexto, Mattos (2011, p. 450) faz uma crítica a uma ressalva comumente encontrada em pesquisas qualitativas: “[...] os resultados desta pesquisa (qualitativa) não podem ser generalizados”. Para Mattos (2011), a presença constante dessa expressão nas pesquisas qualitativas nas ciências sociais acaba por constituí-la uma espécie de bordão que reflete, mesmo que implicitamente, uma categorização dos estudos qualitativos como estudos de “[...] segunda linha” (MATTOS, 2011, p. 451) nas ciências. Para o autor, essa expressão reflete, também, uma espécie de desculpa em relação ao fato de os resultados da pesquisa não poderem ser generalizados.

Para o autor, torna-se necessário se desvincular desse mecanismo discursivo de desculpas em relação ao fato de estarmos realizando uma pesquisa qualitativa, que foge aos padrões estatísticos de uma hegemônica concepção de pesquisa, para que digamos simplesmente o porquê da escolha por uma pesquisa qualitativa e tratemos essa questão como uma escolha teórico-político-epistemológica de pesquisa, sem a necessidade de considerar, ainda que implicitamente, que as pesquisas qualitativas sejam pesquisas simbolicamente de “[...] segunda linha” (MATTOS, 2011, p. 451).

Nesse sentido, cabe defender que os resultados de uma pesquisa não deveriam, necessariamente, ser generalizáveis, embora entendamos o ideal de generalização como o resultado de um processo histórico relativo à própria concepção de ciência. No caso do rótulo da pesquisa qualitativa, ocorreu um processo de transfiguração da generalização ainda muito atrelado aos ideais positivistas. Embora a pesquisa qualitativa traga outro posicionamento a

respeito desse ideal de generalização, acaba, muitas vezes, por empreender substituições que promovem efeitos similares aos do próprio ideal de generalização (MATTOS, 2011). Um exemplo discursivo é a própria manifestação explícita pela escolha da não generalização dos resultados, como se esse fosse uma das expectativas geradas por todas as pesquisas científicas.

Por esse motivo, não esclarecerei deliberadamente aqui que os resultados de minha pesquisa não podem ser generalizáveis, até porque esse é um esclarecimento já indiretamente realizado na ocasião do posicionamento epistemológico e político nesta tese, pois, adotando uma perspectiva pós-estruturalista de pesquisa, não posso objetivar resultados generalizáveis com a minha pesquisa. O que busco encontrar são resultados parciais, contextuais e temporais.

Retomando a discussão a respeito de características das pesquisas qualitativas, Chizzoti (2003), em um estudo sobre a evolução das pesquisas qualitativas nas ciências humanas e sociais, afirma que a abrangência conferida pelo termo qualitativo às pesquisas pressupõe a complexidade crescente dos temas estudados. O autor destaca também que as pesquisas qualitativas assumiram, ao longo do tempo, várias tradições ou paradigmas de análise, mas tendo como tônica a investigação de fenômenos situados em determinados locais, buscando o sentido desses fenômenos e também os significados a eles atribuídos pelas pessoas.

O termo qualitativo implica uma partilha densa com pessoas, fatos e locais que constituem objetos de pesquisa, para extrair desse convívio os significados visíveis e latentes que somente são perceptíveis a uma atenção sensível e, após este tirocínio, o autor interpreta e traduz em um texto os significados patentes ou ocultos do seu objeto de pesquisa (CHIZZOTTI, 2003, p. 221).

A pesquisa qualitativa permite ainda que reconheçamos a presença do pesquisador em seus estudos, em contraposição a uma hegemônica ideia de necessidade, para a ciência, de uma neutralidade e isenção desse pesquisador (ACADEMY OF MANAGEMENT JOURNAL, 2011). Assim, é uma abordagem adequada inclusive a uma tese na qual utilizo em sua escrita a primeira pessoa gramatical e que é precedida de um esclarecimento a respeito do lugar de que fala a pesquisadora que a escreve.

4.2 Construção do *corpus* da pesquisa

Embora a noção de *corpus* seja originada do campo da linguística, significando um corpo ou uma coleção de textos (BAUER e AARTS, 2011), ela foi estendida para além do nível textual por alguns autores, como Barthes (1967), para abranger materiais diversos de pesquisa. O *corpus*, nesta tese, é entendido como um conjunto finito de materiais que são

escolhidos previamente pelo analista com uma (inevitável) arbitrariedade (BARTHES, 1967). A noção de *corpus* é adequada à abordagem qualitativa de pesquisa porque se contrapõe a definições formais de amostragem (BAUER e AARTS, 2011) que poderiam desconsiderar, por exemplo, a arbitrariedade envolvida nas escolhas do pesquisador sobre que dados de pesquisa utilizar.

Para a pesquisa qualitativa, a singularidade das experiências humanas é mais importante do que sua generalização (NEVES, 2001). Nesse sentido, a técnica de produção²² de dados para a constituição do *corpus* de análise buscou a apreensão dessas singularidades. Trabalhei nesta tese com os *discursos* de empregadas domésticas, considerando que o real é construído por meio das pessoas (aqui, das empregadas) e, por esse motivo, os discursos dessas pessoas já me fornecem elementos para entender sua realidade.

Para a produção desses *discursos*, realizei entrevistas em partes abertas²³, e em partes semiestruturadas²⁴ com as empregadas, buscando a apreensão de suas *artes de viver, resistir, cuidar e fazer*. As entrevistas foram parcialmente abertas porque, na maior parte do tempo, deixei que as empregadas falassem livremente sobre o que eu delas solicitei. E foi em partes semiestruturada porque elenquei apenas oito aspectos amplos para solicitar a elas que falassem a respeito deles. São os seguintes:

1. história de vida;
2. tem algo que você gostaria de ser e não é²⁵;
3. o que significa ser empregada doméstica para você²⁶;

²² Considero que irei produzir ao invés de coletar dados porque, ao entrar em contato com as empregadas domésticas para ouvir os seus discursos, não só essas empregadas serão afetadas pelo meu interesse em suas narrativas e pelas perguntas que eu as farei, como também elas me afetarão. Nesse sentido, nós afetamos e somos afetados na relação constituída em um momento de constituição de dados. Por esse motivo, esses dados são produzidos e, não simplesmente, coletados. Essa posição se adéqua a uma Análise Crítica do Discurso, a qual se relaciona a um posicionamento de se considerar a mútua influência estabelecida entre sujeito de pesquisa e pesquisador (CARVALHO, 2008).

²³ “A técnica de entrevistas abertas atende principalmente finalidades exploratórias, é bastante utilizada para o detalhamento de questões e formulação mais precisas dos conceitos relacionados. Em relação a sua estruturação, o entrevistador introduz o tema e o entrevistado tem liberdade para discorrer sobre o tema sugerido. É uma forma de poder explorar mais amplamente uma questão. As perguntas são respondidas dentro de uma conversação informal” (BONI e QUARESMA, 2005, p. 74).

²⁴ Nas pesquisas semiestruturadas, conduzidas por roteiros não rígidos de pesquisa, o “[...] pesquisador deve seguir um conjunto de questões previamente definidas, mas ele o faz em um contexto muito semelhante ao de uma conversa informal. O entrevistador deve ficar atento para dirigir, no momento que achar oportuno, a discussão para o assunto que o interessa fazendo perguntas adicionais para elucidar questões que não ficaram claras [...]” (BONI e QUARESMA, 2005, p. 75).

²⁵ Essa questão foi realizada com o único objetivo de abordar a perspectiva do cuidado de si de Foucault (1980; 2004a; 2006a), sendo, inclusive, uma sugestão de um dos participantes da banca de qualificação do projeto desta tese.

²⁶ A questão foi realizada para apreensão dos significantes atribuídos ao signo empregada doméstica e, também, para complementar a abordagem a respeito de como o trabalho doméstico afeta a constituição subjetiva das

4. conte-me seu *cotidiano*, como é o seu dia?²⁷;
5. você ficou sabendo algo a respeito da PEC das Domésticas. O quê? Se sim, o que achou a respeito?²⁸;
6. em termos de cor da pele e/ou aspecto racial, você se vê de alguma maneira? Se sim, como você se vê? Se não, por quê? Fale sobre isso, por favor.
7. você tem planos e/ou perspectivas para o futuro?

Todos os diferentes momentos proporcionados por esses aspectos elencados foram conduzidos de maneira a deixar as entrevistadas bem à vontade para falar, especialmente quando foram questionadas a respeito de sua *história* de vida e de seu *cotidiano*, momento esse no qual se esperava a maior riqueza de narrativas. Boni e Quaresma (2005) afirmam que as entrevistas abertas e as semiestruturadas trazem como vantagem a elasticidade relativa ao tempo de entrevista, o que permite uma abordagem mais profunda dos assuntos necessários. Para os autores, são técnicas que trazem também a possibilidade de respostas espontâneas, maior proximidade entre entrevistador e entrevistado, maior abertura para falar em assuntos delicados e o surgimento de questões não pensadas anteriormente. E, tanto as respostas espontâneas, quanto as questões antes não pensadas fazem parte justamente do processo que mencionei de produção e, não, mera coleta de dados. Afetando e sendo afetada pelas minhas sujeitas de pesquisa, não fico presa a um roteiro de questões, ainda que eu tenha me orientado pelos oito aspectos supracitados.

Foram apenas sete aspectos elencados porque, corroborando o que afirmam Boni e Quaresma (2005), quanto menos estrutura houver em uma entrevista, maior será a interação afetiva estabelecida entre entrevistadores e entrevistados. Como estou lidando com sujeitas de pesquisa que não estão acostumadas a se verem como sujeitas interessantes para uma pesquisa científica, essa interação afetiva estabelecida foi extremamente importante porque, em vários

sujeitas entrevistadas. Aqui, acabo chamando-as todas de empregadas domésticas, sendo mensalistas ou diaristas porque, além de optar pelo termo empregada doméstica, estou me referindo a um significante socialmente atribuído ao signo empregada doméstica, ainda que, em termos legais, a diarista não possa ser considerada uma empregada doméstica, já que não estabelece um vínculo empregatício. No entanto, o que me interessa aqui são os sentidos socialmente estabelecidos a respeito do que é ser empregada doméstica e, não, o significante jurídico atribuído ao signo. Aliás, nenhuma diarista me corrigiu quando questionei a elas o que significava, para elas, ser empregada doméstica.

²⁷ Nessa questão, foi solicitado a elas que contassem seu cotidiano desde a hora em que acordam, pela manhã, até a hora em que dormem, diferenciando também a rotina dos dias em que trabalham nas residências como domésticas dos dias em que não trabalham fora de casa.

²⁸ Para buscar uma manifestação explícita, por parte delas, a respeito da opinião que construíram a respeito da PEC das Domésticas, e se têm informações a respeito da mesma e se as alterações recentes na legislação a respeito do trabalho doméstico as afetaram de alguma maneira, já que se entende, nesta tese, que a aprovação e regulamentação da PEC não necessariamente possibilita novas condições de existência.

momentos, elas se sentiram constrangidas em conceder uma entrevista. Para os autores citados, as entrevistas menos estruturadas “[...] colaboram muito na investigação dos aspectos afetivos e valorativos dos informantes que determinam significados pessoais de suas atitudes e comportamentos” (BONI e QUARESMA, 2005, p. 75).

Retomando o conteúdo dos sete aspectos, quando falamos em *cotidiano*, um foco importante nessas entrevistas foi, então, buscar não só os *discursos* em geral dessas mulheres, mas também os discursos direcionados a um entendimento acerca de suas *práticas cotidianas*, práticas estas que também podem ser consideradas discursivas. Nesse sentido, solicitei às empregadas que relatassem seu cotidiano para que suas estratégias e táticas cotidianas fossem apreendidas. Sendo assim, trabalhei, tanto com a dimensão das *práticas discursivas*, quanto com a dimensão de *práticas sociais*. Embora eu não tenha trabalhado com as *práticas sociais* observando-as no momento de sua produção (não fiz observação e acompanhamento pessoal de seu trabalho ou de sua vivência cotidiana), trabalhei com os relatos das empregadas a respeito das *práticas sociais* que executam cotidianamente. Sendo assim, trabalhei de maneira direta com *práticas discursivas* e de maneira indireta com *práticas sociais*.

Tratei, dessa maneira, do cotidiano ordinário que é valorizado por Certeau (1998), buscando conhecer as práticas sociais e o trabalho das empregadas. Ressalta-se que, por Certeau (1988), se adota não um método de coleta de dados, mas “[...] uma nova relação com o mundo, com o saber e com os outros” (JOSGRILLBERG, 2008, p. 104), buscando a apreensão de práticas cotidianas que seriam como práticas *microbiais*. Para Certeau, Giard e Mayol (2009), a memória, a oralidade e as operações são elementos importantes para essa apreensão, elementos estes que poderão ser coletados por meio das narrativas das empregadas.

Para as entrevistas, além do estabelecimento de aspectos a serem falados, minha postura como pesquisadora buscou o que a perspectiva de Certeau (1998) demanda. Coaduno com a defesa de Josgrillberg (2008), para quem, ao estudar M. Certeau, devemos estar abertos ao encontro com o outro, não nos limitando a oferecer aos sujeitos entrevistados uma lista de questões previamente definidas. O autor se afilia à ideia de que podemos aprender com os próprios sujeitos as melhores questões a serem feitas. Nesse sentido, ao entrevistar empregadas domésticas, não podemos ir ao campo, por exemplo, imaginando que somos os intelectuais que ensinarão a elas estratégias para exercerem poderes e/ou táticas que precisam para *resistir* aos poderes²⁹. Para Foucault (2006b), os sujeitos sabem perfeitamente quais são

²⁹ E nem eu tenho aqui a pretensão de ensinar aos leitores como se eu propusesse jogos de verdade. O que trago aqui é a minha localizada e específica interpretação e percepção acerca de determinado fenômeno social. Faço essa observação porque, por certas vezes, fico receosa de que a escrita em primeira pessoa do singular e a minha

essas táticas. Resumindo, então, o intuito dessa coleta de dados é buscar o conhecimento acerca das práticas e dos elementos discursivos e não discursivos (baseando-se em Pierre Foucault) que fazem parte, sobretudo, do âmbito do cotidiano (baseando-se em M. Certeau).

Sendo *história* de vida o primeiro aspecto escolhido, outro foco importante nas entrevistas realizadas foi a produção de narrativas a respeito das trajetórias de vida das empregadas. Embora eu não tenha trabalhado com mecanismos rígidos que me permitissem afirmar que utilizei a técnica de história oral e meu trabalho de recontar as trajetórias narradas não tenha sido feito de maneira necessariamente uniforme com o objetivo de ter o mesmo padrão de detalhamento de informações colhidas em todas as entrevistas, já que queria dinamizar o momento de produção de dados, alguns elementos dessa técnica estavam presentes³⁰.

A coleta das narrativas me possibilitou reconstruir, em cada entrevista realizada, relações simples e complexas referentes às próprias sujeitas, aos grupos e à sociedade, assim como “[...] reconstruir durações emocionais, afetivas, reflexões racionais que se irradiam, se cruzam em determinados momentos num espaço sócio-histórico de determinadas relações sociais” (MARRE, 1991, p. 120), tal como as relações de trabalho e a cotidianidade, potencialidade interessante diante dos objetivos desta tese. A produção de narrativas permitiu também “[...] dar de volta a palavra a quem, durante muitos anos, não tinha ou tinha poucos canais de comunicação para expressar a sua própria experiência humana” (MARRE, 1991, p. 136).

Produzir narrativas a respeito da trajetória de vida de sujeitos de pesquisa permite, para Boje (1995; 2000), a configuração de enredos que fornecem apenas certa coerência historiográfica, em termos lineares. Trata-se apenas de considerar que os sujeitos podem ser contadores de histórias. Nesse sentido, quando eu contar a trajetória de vida das sujeitas de pesquisas, estarei recontando academicamente narrativas que foram contadas em conversas

maneira de escrever possa trazer um tom de alguém que acredita que vai dizer algo que deva ter tomado como *verdade*. Por esse motivo, trato de esclarecer que não.

³⁰ Solicitei às empregadas que me contassem sua trajetória de vida, buscando a apreensão e exploração de determinadas passagens que eram, por vezes, puladas por elas, já que não se pretendia que contassem sua vida da maneira mais rigidamente linear possível. Mesmo ouvindo uma trajetória não linear, busquei ir solicitando narrativas que preenchessem lacunas temporais nas trajetórias então contadas. Outro elemento da técnica de história oral presente foi a realização de mais de uma entrevista com a mesma doméstica, sem que houvesse um número padrão de entrevistas individuais a serem seguidos. Embora essa repetição de entrevistas não tenha também sido realizada de uma maneira exaustiva (ou ideal para os padrões de uma técnica de história oral), a realização de mais de um encontro permitiu uma maior produção de dados, o que foi interessante para a pesquisa, sobretudo considerando que, em um segundo momento, as empregadas estavam mais à vontade para falar sobre sua própria vida para a pesquisadora. E uma exigência também relativa aos estudos historiográficos são a coleta de narrativas de outros sujeitos de pesquisa participantes da história narrada pelo primeiro sujeito a fim de se estabelecer averiguações, o que não é o objetivo desta pesquisa, já que trabalho com a subjetividade das próprias empregadas, independentemente de checar se o que elas dizem acontece/aconteceu ou não de fato.

informais estabelecidas entre mim e as empregadas domésticas, sem uma rigidez historiográfica característica de métodos de história oral.

Esse processo de recontar as histórias das sujeitas de pesquisa, feito aqui dentro de um contexto de busca de narrativas e, não necessariamente, de critérios rígidos de métodos de história oral de vida, produzirá narrativas fragmentadas, já que utilizarei, para recontar as histórias, os trechos que julgar interessantes para a compreensão da trajetória de vida de cada uma das empregadas. Essas narrativas fragmentadas seguirão uma trajetória linear. Mesmo que as empregadas não tenham contado suas trajetórias de maneira linear, para facilitar o entendimento ao leitor, irei recontar de forma linear. Todo esse processo de ajuste para a utilização das narrativas segue as recomendações de Barros e Lopes (2014), que argumentam que o processo de se contar histórias e narrativas de vida pode envolver uma dinâmica de adequação às necessidades e especificidades de cada pesquisa.

Consideramos que, ao narrarem suas histórias, as empregadas trabalhem com a dimensão da memória. E, em um recurso metafórico, a memória é reconhecida, por Certeau (1998) e Van Dijk (1997), como prática ou discurso. A solicitação de narrativas a respeito de suas trajetórias de vida permitiu maior liberdade dissertativa para as entrevistadas e a consideração de que todos os sujeitos têm uma história que é digna de ser estudada, independentemente dos distintivos sociais sob os quais se é percebido (MEIHY, 1996).

O levantamento dessas narrativas ocorreu por meio de entrevistas centradas em depoimentos aprofundados e, em regra, dilatados com vista à reconstrução da trajetória de vida dos sujeitos de pesquisa desde suas infâncias até os dias atuais. Outro momento de interação, além do primeiro, foi estabelecido com as domésticas, para que elas pudessem falar com mais conforto a respeito de suas vidas. Sendo assim, mais de uma entrevista foi realizada com cada sujeita de pesquisa. Na segunda entrevista realizada com elas, pontos que não ficaram muito claros na primeira entrevista eram esclarecidos.

As entrevistas foram realizadas na própria residência das empregadas, na residência em que trabalhavam e/ou na residência da pesquisadora. Seus áudios foram registrados por meio de gravadores, diante da autorização concedida pelas entrevistadas e, posteriormente, transcritos. Em meio a um processo de afetar e de ser afetada pelas sujeitas de pesquisa, as localizações das entrevistas foram aspectos que contribuíram para tal afetação mútua, pois foi interessante para mim, como pesquisadora, estar principalmente nas residências em que elas moravam ou trabalhavam, pois, assim, eu entrava em contato com um universo que ia além do universo discursivo produzido pelas próprias empregadas em interação comigo; eu entrava em

contato com universos imagéticos, dinâmicos e interacionais, pois eu também tinha a possibilidade de entrar em contato com outros sujeitos que fazem parte do cotidiano delas.

No caso das entrevistas realizadas na minha residência, localização que foi preferida pelas respectivas entrevistadas, elas eram mais afetadas pela localização em que estavam do que eu, já que eram elas que entravam em contato com outro universo discursivo – o da pesquisadora. Nesse sentido, para mim, as entrevistas que não foram realizadas em minha residência foram mais interessantes do ponto de vista do se abrir para o universo do outro (da outra, neste caso), embora eu também tenha feito esse exercício nas entrevistadas realizadas em minha residência. No entanto, esse esforço se mantinha apenas no nível do discurso falado e do discurso correspondente à expressão corporal das entrevistadas em suas ações e reações ao processo de interação entre pesquisadora e pesquisada. Assim, é importante pontuar que o *corpus* compreendeu os discursos falados das empregadas e também suas expressões corporais e, sobretudo, suas reações diante dos assuntos tratados. Para tanto, impressões e anotações que registrei durante e após as entrevistas foram importantes fontes de dados.

4.3 Quem serão as sujeitas participantes da pesquisa

Dada a complexidade, a diversidade e a polifonia características da categoria de trabalhadoras domésticas, delimito meus sujeitos de pesquisa como sendo mulheres que atuam como empregadas domésticas mensalistas ou diaristas na cidade de Belo Horizonte. Dentre essas mulheres, podemos encontrar, tanto as que nasceram em Belo Horizonte, como também as que têm uma origem rural e que migraram para a cidade a fim de encontrar mais oportunidades de trabalho, algo que é comum em capitais brasileiras.

O processo de coleta das entrevistas foi por amostragem bola de neve, na medida em que as empregadas foram aceitando participar da pesquisa. Esse processo envolveu inicialmente a indicação de empregadas domésticas por uma rede de contatos; e também a solicitação de contatos de empregadas em associações de comunidades da cidade de Belo Horizonte. Em um segundo momento, eu fui pedindo indicações às próprias entrevistadas. O número total de entrevistas para esta tese não foi previamente definido, tendo sido determinado ao longo da realização da pesquisa³¹. Como a intenção aqui foi lidar com a constituição subjetiva das empregadas, a riqueza e a complexidade de cada conjunto de narrativas produzido fez com que

³¹ Como realizamos esta pesquisa em paralelo a outra pesquisa numericamente mais abrangente, que contou com entrevistas realizadas com cinquenta empregadas domésticas dessa cidade, a experiência no campo foi indicando, aos poucos, um número adequado de entrevistas que permitisse maior profundidade no tratamento das especificidades das histórias de vida de cada uma das entrevistadas.

o número escolhido por nós³² fosse seis, pois não queríamos que essa riqueza e complexidade fossem perdidas com a introdução de um número maior de narrativas para serem analisadas.

Nesse sentido, abrimos mão da quantidade e da representatividade numérica, nesta tese, para priorizarmos uma abordagem mais específica a respeito de cada trajetória de vida e de cada narrativa a respeito de práticas cotidianas. Além disso, corroboramos Rey (2005) em sua consideração de que o número de sujeitos em uma pesquisa qualitativa não seja uma característica que defina sua validade científica; e com Degob e Palassi (2009), para os quais é a especificidade dos sujeitos ou dos objetos estudados o mais importante, até porque, como já foi discutido, não buscamos aqui um ideal de validade científica dentro dos pressupostos positivistas hegemônicos.

Em relação a critérios para escolha das entrevistadas, não houve nenhum além do fato de serem mulheres que trabalham como mensalistas ou diaristas na cidade de Belo Horizonte especificamente, mesmo que residam em algum município de sua região metropolitana. Não houve critérios relativos à idade, estado civil, a observação prévia se tinham filhos ou não ou outros fatores. O importante era que estivessem inseridas no mercado do trabalho doméstico na cidade.

Como esta tese tem na temática racial um de seus principais pontos de reflexão, um questionamento em relação à descrição dos caminhos da pesquisa poderia ser a respeito da adoção desse critério racial para a escolha das sujeitas de pesquisa. Esclareço que esse critério não foi utilizado, embora tenha sido um ponto considerado na análise das narrativas e tratado em um capítulo específico. Pois, se eu fizesse uma escolha do ponto de vista racial classificando as empregadas em brancas ou negras, ou em outras gradações de cores que serão mencionadas no capítulo 7, eu estaria desconsiderando um estudo da categoria raça dentro da perspectiva pós-estruturalista, cujas especificidades foram elaboradas no tópico 7.2, a não ser que essa classificação fosse feita com base na autodeclaração dessas mulheres. Ainda assim, eu poderia fechar minhas possibilidades de análise ao fazer essa classificação prévia para escolher aquelas que eu entrevistaria e aquelas que eu não entrevistaria.

Embora esse aspecto tenha surgido explicitamente nos eixos temáticos das entrevistas apresentados no tópico 4.2, sendo problematizado no capítulo 7, ele não foi utilizado como critério de seleção de entrevistadas. Mesmo sendo utilizado apenas no decorrer da entrevista,

³² Aqui, altero mais explicitamente a pessoa gramatical para a primeira pessoa do plural porque essa foi uma decisão conjunta entre pesquisadora e seu orientador, e porque a pesquisa mais abrangente supracitada foi realizada em conjunto.

continua sendo de complexa utilização, pois, como foi discutido no tópico 3.3., ser branco e/ou negro não é algo que diz respeito objetivamente à cor da pele.

Mas como a ideia era pensar como a categoria raça poderia afetar a constituição subjetiva dessas empregadas, tornou-se importante questioná-las explicitamente a respeito. E essa abordagem foi feita de maneira a dar-lhes voz, não partindo de classificações da própria pesquisadora porque, como vimos, eu posso identificar alguém como negro/branco por conta da cor da pele, mas esse alguém pode não se ver como negro/branco. Fazer uma classificação alheia à relação que os sujeitos estabelecem consigo mesmo no que se refere a categorias como gênero e raça, por exemplo, é o mesmo que impor a esses sujeitos uma categoria. Não posso dizer às empregadas domésticas o que elas são, ou quem elas são. Algumas podem até mesmo recusar o rótulo empregada doméstica, recusa esta que não poderia ser desconsiderada, mas que seria, ao contrário, um dado importante para entender sua constituição subjetiva.

Nesse sentido, fui ao campo considerando que eu não poderia racionalizar ou objetivar uma realidade externa, pois essa realidade diz respeito às próprias experiências das sujeitas que entrevistei, e essas experiências dizem respeito ao entendimento de mundo que elas construíram por meio da linguagem. E esse entendimento também deve ser entendido como temporal, porque não é fixo e nem exato, podendo ocorrer também de forma coletiva e compartilhada entre alguns grupos sociais (VARGAS e HERNANDEZ, 2009).

Além disso, a cor da pele, aspecto que poderia ser mais rapidamente visível no momento em que eu me encontrasse com essas empregadas é uma característica superficial e fugaz demais para que eu pudesse classificar as empregadas como sendo brancas / negras / amarelas e outras possíveis categorias. Recorrendo a Du Bois (1999), que escreveu um livro intitulado *As almas da gente negra*, a cor da pele é uma característica muito indefinida para se falar de raças³³.

4.4 Análise dos dados

A análise dos dados da pesquisa se dará por meio da análise do discurso. Para Newman (2005), uma das estratégias teóricas que caracterizam o pós-estruturalismo, em uma concepção ampla, é a análise do discurso. Essa é uma forma de analítica que tem várias correntes que apresentam propostas teóricas e metodológicas distintas para que os discursos sejam analisados

³³ Mesmo com esse posicionamento contrário a se reduzir o aspecto racial à cor, foi um termo que acabei tendo que usar para questionar as empregadas a respeito da maneira como elas se veem. No entanto, o termo cor veio acrescido do termo raça e, também, abri a possibilidade, na questão, de que elas recusassem para si uma categorização.

(ALVESSON; KARREMAN, 2000; HARDY, 2001; FAIRCLOUGH, 2001; PHILLIPS; HARDY, 2002; MUMBY, 2004). Para Rosa, Paço-Cunha e Tureta (2009), destacam-se duas grandes escolas de análise do discurso: a francesa e a anglo-saxã (de acordo com Carrieri (2012), o principal autor da escola anglo-saxã seria Fairclough). Para autores como Maingueneau (1993), Orlandi (2002), Melo (2009) e Rosa, Paço-Cunha e Tureta (2009), enquanto a escola francesa privilegiaria a forma escrita e seus propósitos textuais, a escola anglo-saxã privilegiaria a oralidade e seus propósitos comunicacionais. Enquanto a primeira nos levaria a um trabalho mais teórico-abstrato, a segunda assumiria um caráter mais empirista.

Entretanto, o estabelecimento dessas diferenças deve ser feito com ressalvas, pois essas duas escolas não representam uma unicidade em si mesmas. Podemos dizer que há diversidade, por exemplo, dentro da própria escola francesa. Não há uma única corrente francesa de análise do discurso, mas várias. Nesse sentido, a atribuição de características gerais a essa escola precisa ser feita com cautela. Por exemplo, geralmente atribuímos à escola francesa de análise do discurso um assujeitamento radical do indivíduo às estruturas. Para Orlandi (2002), na análise francesa, o indivíduo é interpelado em sujeito por meio da ideologia.

No entanto, como não há unicidade nessa escola, corremos o risco de se assumir a análise francesa do discurso como sendo demasiadamente estruturalista, o que impediria um próprio sentido de crítica à mesma. No entanto, alguns analistas do discurso defendem a potencialidade crítica da análise francesa. Para eles, a própria denominação de *crítica* à análise de Fairclough (2001) (que é denominada Análise Crítica do Discurso - ACD) seria pleonástica, já que consideram a análise francesa também uma análise crítica (FARIA, 2012b).

Não querendo levar adiante essa discussão, ressaltamos apenas que ela pode gerar um embate entre qual seria a melhor análise do discurso (MELO, 2009), uma vez que entram em cena ainda outras variações de análises do discurso, como o modelo transformacional de Prenome Chomsky, o modelo da filosofia de Prenome Austin e Prenome Searle, o modelo pragmático de Prenome Habermas e o modelo hermenêutico de Prenome Gadamer (GODOI, 2005; 2006). Ainda, temos a análise sociológica do discurso de tradição espanhola, que vem sendo utilizada por autores como Álamo (2009), Godoi (2005), Godoi e Coelho (2011) e Ruiz (2009).

No entanto, não se trata de pensar qual análise seria a melhor, mas, sim, de pensar em termos de adequações filosóficas, teóricas e metodológicas. Pois a análise do discurso não é um método isolado, ela envolve posicionamentos filosóficos e teóricos. O que é importante destacar de comum em relação a essas abordagens do discurso é que elas se opõem a uma corrente tradicional da linguística autônoma de Ferdinand Saussure, que entendia a linguagem como um sistema de signos, como um sistema abstrato de regras formais da língua. Essa corrente

tradicional excluía a historicidade presente nos discursos. Já as abordagens aqui mencionadas trazem uma noção de discurso que ultrapassa a visão da linguagem como mera união entre significante e significado. Mesmo em suas divergências, consideram uma dimensão mais social da linguagem (PEREIRA e BRITO, 2009; ROSA, PAÇO-CUNHA e TURETA, 2009). Algumas delas consideram o discurso em uma articulação entre aspectos linguísticos e históricos (FARIA, 2009).

No caso desta tese, optamos pela utilização da Análise Crítica do Discurso (ACD), embora acabe tocando em alguns elementos que também estão presentes na análise linguística do discurso de corrente francesa (FARIA, 2009; 2012a; SARAIVA, 2009), como: a análise das condições sociais de produção das práticas e dos discursos (o contexto), dos elementos explícitos, implícitos e das relações entre ambos e do dito e do não dito (os silenciamentos).

Ao trazer esses elementos, é importante destacar que um dos autores utilizados nesta tese, Foucault (2006b), ao afirmar que toma como seu objeto uma análise do discurso, ressalta que não se fundamenta nos métodos da linguística. E assim como sua obra passou por momentos diferentes, sua analítica do discurso e sua própria concepção de discurso passaram também por modificações. Nesse primeiro período, vemos o discurso por Foucault (2002) assumir a ideia de episteme e também de formações discursivas. No período da arqueologia do saber, Foucault (1987) empreendeu uma análise de formações discursivas para estudar a formação de saberes.

Nesse período, a noção de formações discursivas era importante. Para Foucault (1987), elas eram regras de formação que se constituíam em condições para um grupo particular de enunciados. Essas regras colocavam condições para a formação enunciativa de objetos, de modalidades de enunciação, para a formação de conceitos e para escolhas temáticas. Para o autor, as regras de formação eram “[...] condições de existência (mas também de coexistência, de manutenção, de modificação e de desaparecimento) em uma dada repartição discursiva” (FOUCAULT, 1987, p. 43).

Para exemplificar, a noção de formação discursiva, interligada à noção de formação de saberes, poderia se associar à formação do discurso médico, do discurso jurídico, religioso, os quais representariam, cada um, formações discursivas particulares. Nesse sentido, as formações discursivas são “[...] sistemas de regras que tornam possível a ocorrência de certos enunciados, e não outros, em determinados tempos, lugares e localizações institucionais” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 65). A noção de formações discursivas, nesse caso, pode levar a uma análise do discurso que considera que sempre que falamos, falamos dentro de formações discursivas, não sendo senhores de nossas falas, mas, sim, sendo falados por nossas falas. Por

essa ideia, assumimos que não falamos qualquer coisa, falamos dentro de formações discursivas.

No período da arqueologia, Foucault (1987) preocupou-se então com os discursos que seriam constitutivos do conhecimento “[...] e com as condições de transformação do conhecimento em uma ciência, associadas a uma formação discursiva” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 62). Especificamente, preocupou-se com o surgimento das ciências sociais e humanas (FOUCAULT, 2002). Para Fairclough (2001), a analítica do discurso foucaultiana seria, nesse período, uma análise de enunciados que objetivaria uma “[...] especificação sociohistoricamente variável de formações discursivas” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 65). Como afirma o próprio Foucault (1987), ele tentou descrever relações entre enunciados.

No entanto, Pierre Foucault abandonou a noção de formação discursiva e também a de episteme quando partiu para a genealogia do poder, considerando a existência de discursos múltiplos. Nesse período, o discurso passou a ser compreendido como algo mais genérico.

Em seu trabalho arqueológico inicial, o foco era nos tipos de discurso (“formações discursivas”) como regras para a constituição de áreas de conhecimento. Em seus últimos estudos genealógicos, a ênfase mudou para as relações entre conhecimento e poder. E no trabalho dos últimos anos de Foucault, a preocupação era com a ética, ou “[...] como o indivíduo deve constituir-se ele próprio como um sujeito moral de suas próprias ações” (Rabinow, 1984: 352). Embora o discurso permaneça uma preocupação ao longo de toda a obra, seu *status* muda [...]” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 63).

Por que estou discutindo essa mudança do foco em relação ao discurso na obra de P. Foucault, ainda que eu não vá utilizar propriamente uma análise foucaultiana, mas uma ACD? Apenas porque, dentro de um pensamento de que a análise do discurso não é uma técnica de análise de dados, mas uma vinculação teórico-epistemológica sobre discursos, a discussão teórica prévia à apresentação efetiva do tipo de análise que foi realizado é relevante.

E se utilizo M. Foucault nesta tese, e se esse autor fazia análise do discurso, alguns aspectos são importantes apenas para que tenhamos conhecimento a respeito dos mesmos. Falo de formação discursiva aqui porque ainda hoje vários analistas do discurso que se propõem a empregar uma analítica do discurso foucaultiana utilizam a noção de formações discursivas, desconsiderando que o próprio autor abandonou esse conceito e dinamizou sua noção de discurso. Por esse motivo, resalto que farei uma ACD em uma tese que usa Michel Foucault sem utilizar a noção de formações discursivas, de maneira a considerar os próprios caminhos e descaminhos traçados por M. Foucault em sua analítica.

Dando continuidade à discussão, podemos questionar como foi a analítica foucaultiana depois que ele dinamizou sua noção de discurso. Essa noção mais dinâmica foi considerada na

genealogia do poder. É uma noção mais dinâmica de discursos porque, tanto os elementos explicitamente discursivos (como aquilo que é dito ou escrito), como também os elementos que não aparentam ser discursivos, mas que contêm em si os discursos (como os atos gestuais e elementos visuais e imagéticos) podem ser considerados.

Em relação agora às práticas, elas vão adquirindo cada vez mais importância na obra de P. Foucault (em seus períodos de genealogia e da ética e cuidado de si). Sua analítica do poder se constitui em uma analítica das práticas. Nesse sentido, na perspectiva de Foucault (1980; 1992; 2004a; 2006a), a analítica envolve também uma análise de práticas sociais, as quais, por sua vez, são consideradas práticas discursivas, já que toda prática envolve uma produção discursiva. No caso das empregadas domésticas, por exemplo, as maneiras pelas quais se comportam e as relações estabelecidas com a família empregadora são práticas discursivas que fazem parte de suas *artes de viver, resistir, cuidar e fazer*.

Nas análises realizadas, tentei apreender *relações de poder* (FOUCAULT, 1992) e *estratégias* (CERTEAU, 1998) presentes nas narrativas, considerando que, tanto as relações de poder, quanto as estratégias e táticas afetam a constituição subjetiva dos sujeitos entrevistados, produzindo subjetividades. Não se trata apenas de uma análise de relações de poder, mas também de *saberes* que influenciam na produção de sentidos e de significados para os sujeitos. São relações de poder e de saber que podem conferir um sentido à vida das empregadas domésticas.

Contudo, como Foucault (1992) não considera apenas as possibilidades de poder e Certeau (1998) não leva em conta apenas o desenvolvimento de estratégias, a análise também girou em torno da identificação de *resistências* e de *táticas*, buscando aquilo que rompe com os sentidos, com os jogos de verdade e com as lógicas instituídas a respeito do que é ser empregada doméstica.

Foucault (1987) considera que, quando alguém produz um discurso, não há nele só sua subjetividade, mas também elementos importantes como o lugar que esse alguém ocupa. De que lugar ele fala? Nesse sentido, o lugar que ocupa o autor dos enunciados e as condições de enunciação são também elementos importantes para essa análise (NARDI, 2002). Assim como fez Nardi (2002), analisarei os enunciados e também suas relações com os processos de subjetivação. Esses dois elementos analíticos – enunciados e processos de subjetivação – podem ser obtidos por meio das entrevistas com as empregadas e por meio dos seus relatos de história de vida.

Antes de descrever os caminhos utilizados no que se refere à ACD e também expor os motivos pelos quais ela foi escolhida, trarei alguns elementos teóricos a respeito da noção de

discurso empregada, principalmente considerando que não podemos nos ater a uma descrição apenas operacional a respeito da ACD, já que ela não é primordialmente um método de pesquisa ou uma técnica de análise dos dados, sendo, antes, teoria que pressupõe epistemologia.

4.4.1 A Teoria Social do Discurso e o desenho do método

A ACD foi um modelo analítico desenvolvido por Norman Fairclough, professor de linguística da Universidade Lancaster, Reino Unido, sendo denominada, por ele, Teoria Social do Discurso. Chouliaraki e Fairclough (1999) afirmam que a ACD é resultado de uma junção entre teoria e método. A ACD proposta por Fairclough é

produto de três influências principais: (1) o Marxismo Ocidental, que enfatiza aspectos culturais da vida social ao entender que as relações de dominação e exploração são determinadas e perpetuadas cultural e ideologicamente³⁴; (2) Michel Foucault, que definiu discurso, não apenas a linguagem, como um sistema de conhecimento que tem como objetivo controlar a sociedade através da regulação do saber e do exercício do poder³⁵; e (3) Mikhail Bakhtin, para quem a linguagem é sempre utilizada de forma ideológica³⁶.

Para Fairclough (2001, p. 28), o *discurso* é o “uso da linguagem, seja ela falada ou escrita, vista como um tipo de **prática social**”. O autor defende que a *linguagem* guarda relações com *poder* e com *ideologias*. Em termos teóricos, o discurso possui três dimensões para Fairclough (2001).

Quadro 3 - Dimensões discursivas para Fairclough

Dimensões	Descrição	Foco de análise de cada dimensão	Categorias analíticas possíveis
Texto	Linguagem discursiva contextualizada em um evento discursivo	Análise de forma e de sentido	- Vocabulário (léxicos, significados, neologismos); - Gramática - Coesão ; - Estrutura textual

³⁴ É por essa influência que se observa na Teoria Social do Discurso de Fairclough (2001) a utilização de termos como dominação e também a utilização do pensamento dialético, sendo essas duas noções – dominação e dialética - epistemologicamente desconsideradas nesta tese.

³⁵ É por meio da influência de Michel Foucault na ACD que se estabelece a maior proximidade entre o posicionamento assumido nesta tese e a Teoria Social do Discurso.

³⁶ Com a influência então de duas perspectivas que consideram as ideologias, entende-se por que este termo está presente na ACD.

Prática Discursiva	Processos de produção, distribuição e consumo dos textos. Interliga o texto à prática social.	As práticas discursivas se concretizam como forma linguística nos textos. Referem-se ao contexto e a ordens de discurso presentes nesse contexto.	-Produção (Intertextualidade) (manifesta ou constitutiva) e Interdiscursividade -Distribuição (cadeias intertextuais) -Consumo (Coerência) -Força -Presença e ausência de elementos (como o silêncio, o não dito) - Condições (contexto ou condições sociais de produção)
Prática Social	Práticas situacional, institucional e culturalmente contextualizadas	Relações das práticas com ideologias e poder.	Ideologia Sentidos Pressuposições Metáforas Hegemonia Orientações ideológicas, econômicas, políticas e culturais

Fonte - Fairclough (1995; 2001); Carvalho 2008; Lima (2011) e Resende e Ramalho (2004) adaptados pela autora da tese.

Para organizar a explicação dos conceitos presentes no quadro 3, atribuirei o número um às explicações referentes à dimensão do texto; número dois às explicações referentes à dimensão das práticas discursivas; e número três para a dimensão das práticas sociais. Essa organização se faz necessária porque há vários intercruzamentos entre essas três dimensões e os conceitos a elas atrelados.

Sobre a *(1) análise dos textos*, ela deve ser realizada de maneira ascendente, partindo-se das palavras individuais, até chegar ao texto como um todo: vocabulário (análise das palavras individuais ou análise lexical, lexicalizações, relexicalizações, neologismos, superexpressões, relações entre palavras e sentidos.), *gramática*³⁷ (análise das palavras combinadas em forma de frases, análise de frases e orações), *coesão* (análise das ligações estabelecidas entre as frases e as orações) e *estrutura textual* (análise das propriedades orgânicas mais amplas do texto).

A análise dessa dimensão textual não deve ser entendida como puramente linguística, pois Fairclough (2001) chama a atenção para o fato de que, tanto forma, quanto significado devem ser analisados em conjunto. Se a análise fosse puramente linguística, ela poderia se ater

³⁷ Para Fairclough (2003a), a gramática também é socialmente construída. Sendo assim, não se pode tratá-la de forma pura, como se pudesse ser desvinculada de outros aspectos não linguísticos.

aos significados formais das palavras. No entanto, deve-se pensar qual é o sentido empregado pelo enunciador, enquanto sujeito inserido em um determinado contexto sócio-histórico e espacial, à palavra que utilizou.

Sobre a 2) *análise das práticas discursivas*, ela se refere à análise de *quem produz* o discurso; da *finalidade ou interesse* relacionados à produção daquele discurso; qual é o *lugar simbólico* ocupado por quem produz o discurso; *para quem* aquele discurso é produzido; análise da *força* dos enunciados; *coerência (dimensão do consumo)*; *intertextualidade e interdiscursividade*.

A *força* dos enunciados diz respeito à força manifesta pelo mesmo no momento de sua produção, que faz com que os textos possam ser interpretados de maneiras diferentes de acordo com o contexto e a situação em que são produzidos. Essas interpretações podem fazer com que os textos assumam sentidos como afirmações, declarações, observações, promessas, ameaças, pedidos, xingamentos, ordens, questionamentos. Um mesmo enunciado, nesse sentido, pode adquirir diferentes interpretações dependendo da força com a qual acionam a ação social que pretendem acionar (FAIRCLOUGH, 2001).

A *coerência*, por sua vez, não diz respeito a uma coerência meramente textual, trata-se de uma coerência de significado e de relações entre significados (tanto no intradiscurso como no interdiscurso) assumido pelas práticas discursivas. As práticas discursivas precisam, então, fazer algum sentido, ainda que este esteja implícito.

[...] um texto só faz sentido para alguém que nele vê sentido, alguém que é capaz de inferir essas relações de sentido na ausência de marcadores explícitos. [...] os textos estabelecem posições para os sujeitos intérpretes que são ‘capazes’ de compreendê-los e ‘capazes’ de fazer as conexões e as inferências, de acordo com os princípios interpretativos relevantes, necessários para gerar leituras coerentes (FAIRCLOUGH, 2001, p. 113).

A análise da *coerência* é a análise de conexões e inferências apoiadas por pressupostos ideológicos (RESENDEE RAMALHO, 2004).

No que se refere à *produção* das *práticas discursivas*, ela guarda relação com outros dois conceitos: o de *intertextualidade* e o de *interdiscursividade*. A *intertextualidade* é a relação estabelecida entre textos. Na análise de um texto em específico, trata-se de analisar as relações entre o texto que é objeto de análise e outros textos. Fairclough (2001, p. 114) define a *intertextualidade* como sendo “[...] a propriedade que têm os textos de serem cheios de fragmentos de outros textos”. Para o autor, ela está presente, não só nos enunciados que são analisados em uma ACD, mas também nos próprios textos utilizados pelo analista para interpretar esses enunciados. Sendo assim, as práticas discursivas das empregadas trazem

intertextos, e o trabalho de análise dessas práticas é também baseado em outros intertextos, que se referem, tanto a textos que contribuem para o conhecimento acerca do contexto do trabalho doméstico, quanto a textos que trazem a teoria utilizada para o referido trabalho de análise.

Para Fairclough (2001), é considerando a *intertextualidade* que se abrem maiores possibilidades para se analisar as mudanças discursivas e as mudanças sociais, já que ela estabelece relações com outros textos que podem contribuir para o entendimento contextual dessas mudanças. Essa *intertextualidade* pode ser, segundo o autor, *manifesta* ou *constitutiva*. A *manifesta* está disposta no discurso de maneira clara e marcada por aspas, ou seja, estabelece-se uma relação explícita entre textos. Já a *intertextualidade constitutiva* trabalha com suposições³⁸ ou pressupostos implícitos tacitamente comunicados. Dentro da análise da *intertextualidade*, é que se analisa, também, a *distribuição* das práticas discursivas, analisando as cadeias de sentido produzidas por meio dos intertextos.

Já a *interdiscursividade*, de acordo com Melo (2009), é outro elemento das práticas discursivas que não deve ser desconsiderado, independentemente de qual análise seja escolhida. Ele define *interdiscursividade* como “[...] um todo complexo de formações discursivas que emergem do conjunto de formações ideológicas” (MELO, 2009, p. 15), entendendo que as formações ideológicas dizem respeito a lutas discursivas que podem, tanto articular, quanto rearticular ordens do discurso ou regimes de verdade.

Para entender a *interdiscursividade*, torna-se necessário compreender, primeiramente, o que é intradiscurso e o que é interdiscurso. Para tal, recorro a um autor que trabalha com análise francesa. No entanto, suas afirmações a respeito de intradiscurso e de interdiscurso também podem ser aplicadas à perspectiva da ACD.

Para o intradiscurso, utilizamos como principal categoria descritiva a de percurso semântico; para o interdiscurso, a de contradição. Essas categorias decorrem da concepção teórica segundo a qual o discurso abrange duas dimensões, integradas e complementares: por um lado, o do intradiscurso, organiza-se em um conjunto, uma trajetória de sentidos que se desenvolve ao longo do texto; por outro lado, o do interdiscurso, constitui-se por contradição, por oposição a outros discursos (FARIA, 2001, p. 31).

³⁸ Suposições é o mesmo que pressupostos. Embora o termo pressuposto seja aplicado em análises do discurso, Fairclough (2003a) adota com mais frequência o termo suposições. Nesta tese, suposições ou pressupostos serão entendidos como sinônimos nas análises. Nesse sentido, ora poderei utilizar o termo suposições, ora utilizarei o termo pressupostos.

Analisamos o intradiscurso presente nos enunciados³⁹ dos sujeitos quando analisamos os sentidos presentes em seus textos ou falas. Quando há nesses enunciados relações estabelecidas entre discursos, falamos do interdiscurso, que é quando o enunciador estabelece relações de apoio ou de oposição a outros discursos, considerando que esses discursos podem representar diferentes visões de mundo (FARIA, 2001). E as análises, tanto da intra quanto da *interdiscursividade* precisam ser realizadas de maneira a entender essas duas dimensões como sendo sócio e historicamente contextualizadas.

A *interdiscursividade* se refere ao estabelecimento de um tipo de discurso por meio da combinação de elementos oriundos das ordens do discurso ou dos regimes de verdade. São, pois, as relações estabelecidas entre ordens de discurso (FAIRCLOUGH, 1995; 2001). As ordens de discurso são, para Fairclough (2001; 2003a), um ordenamento particular de relações entre formas diferentes de produção de sentidos, tais como os gêneros, os discursos e os estilos. É o entendimento de que existem, em determinados contextos, tempos e espaços, formas dominantes ou centrais de produção de sentidos. Entretanto, elas coexistem como formas alternativas de produção de sentidos, que são marginais. E essas ordens de discurso podem ser entendidas por meio do conceito político de hegemonia, o qual seria uma estruturação social de uma diferença semiótica que participaria da legitimação do que se entende por senso comum, o qual sustenta relações de poder. Nas lutas e disputas por hegemonias, sempre faladas por Fairclough (2001), essas ordens de discursos seriam, elas próprias, alvos de disputas e contestações.

A maneira como venho definindo ordens do discurso deixa claro que neste nível intermediário [o das práticas discursivas] estamos lidando com uma maior sobredeterminação da linguagem por outros elementos sociais – ordens do discurso são a organização e o controle *social* da variação linguística e seus elementos (discursos, gêneros e estilos), que são, de maneira correspondente, categorias não puramente linguísticas que cortam a divisão entre o linguístico e o não linguístico, o discursivo e o não discursivo (FAIRCLOUGH, 2003a, p. 25, tradução minha, grifo do autor).

Sendo os gêneros, os discursos e os estilos elementos integrantes dessas ordens de discurso, Fairclough (2001; 2003a) argumenta que esses três elementos se relacionam entre si nas referidas ordens, funcionando como tipos de discursos e fornecendo subsídios para o entendimento acerca das relações construídas entre os textos e outras dimensões sociais (FAIRCLOUGH, 2003a). Abaixo, trago a definição desses três elementos.

³⁹ Os enunciados para Foucault (1987; 2009) são conjuntos de signos que estão ligados às suas regras de formação, a condições de existência ou a ordens do discurso; são característicos de cada espaço temporal; são inscritos em uma materialidade textual mas, ao mesmo tempo, não podem ser confundidos com uma frase, pois há enunciados sem frase; são condições de existência dos atos de fala; e não apresentam unicidade.

- *Gêneros*: refere-se a modos de agir⁴⁰, contendo neles também os discursos e os estilos, sendo, então, o elemento mais hierarquicamente importante em meio aos outros elementos, até porque os contêm. São diferentes maneiras de inter(agir) discursivamente, seja por meio da fala e/ou da escrita. As entrevistas são um exemplo de gênero discursivo para o autor (FAIRCLOUGH, 2001; 2003a).
- *Discursos*: modos de representar. Representações do mundo material, de outras práticas sociais e representações autorreflexivas dessas mesmas práticas⁴¹ (FAIRCLOUGH, 2003a).
- *Estilos*: modos de ser. “Figuras de discurso ao lado de comportamentos corporais na constituição de modos particulares de ser, identidades pessoais ou sociais específicas. Um exemplo seria o estilo de um tipo de gestor em específico – sua maneira de usar a linguagem como um recurso de autoidentificação” (FAIRCLOUGH, 2003a, p. 26).

O *gênero* discursivo, para o autor, é um tipo particular de texto que compreende um “[...] sistema de gêneros de determinada sociedade em determinado momento histórico que origina os ajustes e as configurações nas quais ocorrem os outros elementos, pois os **gêneros** correspondem aos tipos de **prática social**” (CARVALHO, 2008, p. 3). Ele se refere a um “[...] conjunto de convenções relativamente estável que é associado com e, parcialmente representa, um tipo de atividade socialmente aprovado” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 161). Para Bakhtin (1992), os *gêneros* discursivos interligam a história social com a história linguística. E, sendo tipos particulares de *textos*, se relacionam também a um tipo de atividade em particular.

Por fim, as (3) *práticas sociais* são, para Fairclough (2001, p. 100), “[...] alguma coisa que as pessoas produzem ativamente e entendem com base em procedimentos de senso comum partilhados”. Elas são “[...] maneiras habituais, em tempos e espaços particulares, pelas quais pessoas aplicam recursos – materiais ou simbólicos – para agirem juntas no mundo” (CHOULIARAKI e FAIRCLOUGH, 1999, p. 21). É na dimensão da *prática social*⁴² que se estabelece uma relação considerada fundamental para Fairclough (2001): a existente entre *discurso, poder e ideologia*. Os *discursos* refletem *poderes hegemônicos*, e as relações de *poder* refletem lutas por *hegemonia*.

As *ideologias*, por sua vez, são construções da realidade (significações construídas) inscritas nas *práticas discursivas* que podem se apresentar de diversas formas (CARVALHO,

⁴⁰ Considerando-se Fairclough (2001) e Foucault (2009), podemos agir com os outros e também sobre os outros (FOUCAULT, 2009).

⁴¹ Esses discursos podem ser entendidos em dois sentidos: “[...] abstratamente, como um substantivo abstrato, significando linguagem e outros tipos de elementos semióticos da vida social; mais concretamente, significando modos particulares de representar partes do mundo” (FAIRCLOUGH, 2003a, p. 26).

⁴² É mais propriamente no nível das *práticas sociais*, que também considera as práticas como sendo contextuais, que reside a possibilidade de articulações com a abordagem das práticas por Certeau (1998).

2008; MAGALHÃES, 2001). Para Fairclough (2001), essas *ideologias* contribuem para a constituição, disseminação e transformação das relações de *poder*. Nesse sentido, em uma ACD que leva em consideração as *práticas sociais*, torna-se necessário analisar as ideologias refletidas nos *textos* (que dizem respeito *a práticas discursivas* e, sucessivamente, a *práticas sociais*).

A definição literal de Fairclough (2001, p. 117) para *ideologias* é: “[...] significações/construções da realidade (o mundo físico, as relações sociais, as identidades sociais) que são construídas em varias dimensões das formas / sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção ou transformação das relações de dominação” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 117). Essa contribuição ocorre porque as *ideologias* tendem a ser naturalizadas e, uma vez que isso ocorre, tomam a aparência de senso comum, favorecendo que os sujeitos as assumam como verdades. As estruturas sociais são, por sua vez, para Fairclough (2001), as condições de existência, sendo um efeito das *práticas discursivas*.

As categorias gênero e raça⁴³, trabalhadas nesta tese, são bons exemplos de categorias que carregam consigo *ideologias* que passaram por intensos processos de naturalização, favorecendo as relações de *poder*. No entanto, essas naturalizações não podem ser entendidas como fixas, e é aí que reside a importância levantada por Fairclough (2001) de analisar as mudanças discursivas e as mudanças sociais. Pois, como há sempre lutas por hegemonia, as *ideologias* são também colocadas em competição. Nessa luta contínua, as *práticas discursivas* podem se transformar como consequência dessas disputas entre as várias perspectivas *ideológicas*. Essas disputas também têm como consequência transformações nas relações de *poder*.

Os (1) *textos*, a primeira dimensão estudada, também precisam ser compreendidos como frutos de lutas constantes por *hegemonia*, sendo que até o próprio conceito de *hegemonia* é alvo de disputas (CARVALHO, 2008). Nesse sentido, cabe, em uma ACD, entender que os signos refletem sentidos *ideológicos* socialmente construídos, disseminados, reproduzidos e que são constantemente alvo de lutas (BAKHTIN, 1992; CARVALHO, 2008). Se os signos carregam conteúdos e *ideologias*,

existe a possibilidade de interpretação e compreensão relacionada à reação, favorável ou contrária, às palavras que são ouvidas ou lidas pelos sujeitos: palavras despertam ressonâncias ideológicas ou relativas à vida. O leitor/ouvinte precisa estar

⁴³ No que se refere à raça e sua relação socialmente construída com a cor da pele, Fairclough (2003a, p. 213) faz inclusive uma menção a respeito das classificações sociais relativas à cor. Para o autor, essas classificações são “[...] modos pré-construídos e tomados como únicos de divisão de partes do mundo [que] geram continuamente ‘visões’ do mundo, modos de vê-lo e de agir sobre ele”.

atento, porque toda enunciação efetiva concorda ou discorda de alguma coisa, mas este posicionamento social nem sempre está nítido no texto (CARVALHO, 2008, p. 3).

E é nesse momento em que a análise, não só dos elementos aparentemente *discursivos*, mas também dos que, a princípio, não o são, se torna necessária, já que os últimos também carregam conteúdos *discursivos*. A reação das entrevistadas é entendida discursivamente como uma reação aos signos proferidos pela entrevistadora, já que esses mesmos signos carregam conteúdos *ideológicos*. E os signos proferidos pelas próprias entrevistadas também carregam conteúdos *ideológicos*. Dessa maneira, “[...] a ACD propõe o mapeamento de alternativas e limites dos processos intertextuais na luta **hegemônica** e a concepção desses e de outros processos como luta **hegemônica** na esfera do **discurso** que, simultaneamente, afetam e são afetados por essa luta” (CARVALHO, 2008, p.3).

Expondo agora os motivos pelos quais a ACD foi escolhida nesta tese, no contexto explicado acima, a ACD acaba assumindo como seu objeto de estudo os aspectos discursivos das mudanças sociais, pois se entende que os discursos não só podem refletir ideologias e serem instrumentos utilizados como mecanismos úteis nas relações de poder, mas podem também servir como instrumentos das próprias mudanças sociais (CARVALHO, 2008). Falando em mudanças sociais, esse é um compromisso da ACD. Como a perspectiva adotada nesta tese busca a discussão acerca de uma temática e de uma realidade social objetivando a obtenção de informações e de reflexões que possam contribuir para a mudança social no que se refere especificamente à realidade do trabalho doméstico e às construções ideológicas a respeito das categorias gênero e raça, a ACD se revela um modelo analítico interessante, sendo o *primeiro motivo* pelo qual ela foi escolhida⁴⁴.

Esse entendimento relativo ao compromisso da ACD com a mudança social ocorre porque, para Fairclough (2001), a teoria social do discurso tem como pretensão a

⁴⁴ O que será desconsiderado na adequação do uso que faço aqui da ACD é a relação dialética estabelecida por Fairclough (2001) entre os discursos e as estruturas sociais, já que o pós-estruturalismo rejeita o pensamento dialético. N. Fairclough é um autor que traz o pensamento dialético em sua teoria social do discurso, pois estabelece uma relação dialética entre discurso e realidade social. Para ele, o discurso constitui a realidade social e, ao mesmo tempo, é constituído por ela (MELO, 2009). Nesta tese, não se nega a constituição mútua entre discurso e realidade social, ela só não é entendida como uma relação dialética, porque não se parte nem *a priori* de uma relação binária entre duas categorias – discurso e realidade social – e nem da percepção de discurso e realidade social como duas coisas essencialmente distintas. Trata-se de se pensar para além da constituição mútua, pensando que um também é o outro. Outro aspecto importante, em termos de adequação, é que não uso os termos micro, meso e macro para me referir às três dimensões texto, prática discursiva e prática social, como faz Fairclough (2001), pois esses termos tendem a sugerir um pensamento dialético, uma oposição entre micro e macro, por exemplo, o que não cabe em uma perspectiva pós-estruturalista. Além disso, enfatizo que o uso aqui realizado da ACD é um uso realizado dentro dos limites de uma tese que não é da área da linguística e, sim, da administração. O esforço que faço aqui é de tentar pelo menos aplicar alguns sentidos e nortes dados por Fairclough (2001), ainda que este autor se recuse a fornecer um roteiro prático para a análise, priorizando a questão da adequação a cada situação de pesquisa.

transformação das relações de dominação⁴⁵ e traz o entendimento de que originar novas práticas discursivas pode contribuir para essa transformação. Essas práticas discursivas ganham importância porque, para o autor, todas elas são também práticas sociais, construindo modalidades de ações situadas em um determinado tempo e em um determinado espaço social.

Além do próprio fato de a ACD estar constituída em meio a bases epistemológicas e teóricas da ACD, sendo as últimas ilustradas pela própria expressão teoria social do discurso, cunhá-la de método é demasiado reducionista porque, além disso, ela se refere, dentro dessa discussão acerca do compromisso com a mudança social, a um instrumento político contra injustiças sociais (MELO, 2009). Assim, a desigualdade social é um foco da ACD, demonstrando como os textos denotam poderes e ideologias. Ocorre o compromisso com a mudança porque não basta apenas analisar a desigualdade, mas também encontrar maneiras de retrabalhá-la (TÍLIO, 2010).

Essa utilização da ACD como instrumento político só é possibilitada pelo entendimento de Fairclough (2001) de que as pessoas podem agir sobre o mundo e sobre as outras pessoas que estão na mesma localização temporal e espacial. Necessitando desse aspecto relacional, estabelecido entre quem fala e o outro que escuta, os discursos são constitutivos da própria realidade social. Sendo assim, eles são uma maneira de as pessoas agirem sobre o mundo e sobre os outros.

Além de estar compromissada de alguma maneira com possibilidades ou, pelo menos, reivindicações de mudanças sociais, estou levando em consideração, para a escolha da ACD, a crítica que Fairclough (2001) dirige à análise francesa na sua não adequação a análises mais dinâmicas circunscritas em contextos de mudanças sociais e culturais, e o trabalho doméstico está em um período histórico justamente marcado por muitas mudanças sociais e culturais em muitas de suas bases, como se pôde perceber no capítulo 3. Para o autor, a análise francesa acaba, em alguns momentos, dando muita ênfase ao texto acabado, considerando muito estaticamente as relações de poder e prestando pouca atenção às transformações e tensões presentes nessas relações.

Os discursos assumem, então, para Fairclough (2001), o sentido de práticas que significam o mundo, construindo esse mesmo mundo na forma de significados. Esse posicionamento do autor guarda relações com o de Foucault (1987; 2009) para quem os discursos significam a realidade construindo sentidos para essa realidade. Justamente por esse motivo são chamados de práticas discursivas. E, sendo também práticas sociais, podem

⁴⁵ Nesta tese, utilizo o termo poder ao invés de dominação, porque este último termo não deixa claro o aspecto relacional que o poder assume, sendo também resistência, e envolvendo também relações de resistência.

contribuir, tanto para a manutenção das construções e dos significados então estabelecidos e em movimento na sociedade, como também para a sua transformação. Como para Foucault (1987; 2009) os discursos também apresentam significações de mundo, sendo capazes de interferir na subjetividade dos sujeitos, e é aí que reside, também, outra importância de se pensar na ACD em um estudo que analisa aspectos da constituição subjetiva das empregadas domésticas.

Para Fairclough (2001), os significados presentes nos discursos e que interferem na subjetividade dos sujeitos têm três dimensões: função identitária, função relacional e função ideacional. Essas três dimensões são descritas abaixo na reprodução de trechos literais do autor retirados de Fairclough (2001, p. 91):

- Função identitária: “[...] as identidades sociais são estabelecidas nos discursos”, construindo “[...] posições de sujeito para os sujeitos sociais e os tipos de eu”;
- Função relacional: refere-se à maneira pela qual as “[...] relações sociais entre os participantes do discurso são representadas e negociadas”. Nesse sentido, “[...] os discursos contribuem para construir as relações sociais entre as pessoas”;
- Função ideacional: “[...] modos pelos quais os textos significam o mundo e seus processos, entidades e relações”, entendendo que “[...] o discurso contribui para a construção de sistemas de conhecimento e crença”.

Para o autor, os discursos constituem significados porque, sendo tratados como práticas sociais, são também práticas políticas e ideológicas inscritas em relações de poder. Sendo assim considerados, uma ACD, para Fairclough (2001), deve analisar como os textos, as práticas discursivas e as práticas sociais são originados por relações de poder.

Um *segundo motivo* pelo qual a ACD foi escolhida, em detrimento de uma análise francesa do discurso, por exemplo, é que, como já foi dito, aquela privilegia a oralidade, enquanto esta privilegia a textualidade. Embora o textual tenha sido utilizado para se analisar a própria oralidade, é ela o aspecto mais importante na interação estabelecida com as empregadas. O *terceiro motivo*, vinculado ao segundo, é que as diferenças entre ambas as análises do discurso dizem respeito também a diferentes orientações epistemológicas. Enquanto a análise do discurso francesa recebe influência do pensamento estruturalista, tendo Michel Pêcheux⁴⁶ como seu teórico mais importante, e sendo também mais teórico-abstrata, a ACD, que se insere em uma tradição anglo-saxã de análise do discurso, recebe influências da

⁴⁶ Michel Pêcheux foi um filósofo francês que fundou a análise francesa do discurso.

sociologia, dos estudos etnometodológicos e da Escola de Frankfurt⁴⁷, tendo como seu teórico principal Fairclough, sendo, ao contrário, mais empirista (MAINGUENEAU, 1993; MELO, 2009; ORLANDI, 2002). Sendo assim, em uma orientação epistemológica de crítica ao estruturalismo partindo de um ponto de vista pós-estruturalista, a ACD se mostrou uma alternativa mais adequada para esta tese.

Ocorrem divergências entre os defensores de ambas as análises porque, para os teóricos da ACD, o sujeito seria desconsiderado na análise francesa, pois, para esta última, o sujeito seria sempre condicionado pelas estruturas. Enquanto a ACD privilegiaria a constituição do sujeito discursivo, a análise francesa estaria mais relacionada à consideração de um processo de assujeitamento, em que o sujeito estaria sujeito à língua para ser sujeito da língua (MAINGUENEAU, 1993; MELO, 2009; ORLANDI, 2002).

Essas críticas são, contudo, amenizadas pelo próprio Fairclough (2001), que revela a possibilidade de se considerar uma posição intermediária à supracitada dentro da análise francesa: a de se considerar o agente-assujeitado: as estruturas e as práticas dos sujeitos seriam plásticas, e essa característica recolocaria o sujeito, que seria em determinados momentos intencionalmente motivado e, em outros, ideologicamente determinado.

Por fim, ressalto que, mesmo que esta tese não esteja inserida no campo da linguística e, por isso, várias limitações a respeito do uso da ACD estiveram presentes, Fairclough (2001) afirmava ter desenvolvido uma teoria social do discurso de maneira ampla favorecendo seu uso em outros campos fora da linguística, contribuindo, então, para outras áreas do conhecimento e favorecendo também a própria recepção de contribuição vindas dessas outras áreas. Para construir essa amplitude, o autor considerou que seria necessário garantir análises multidimensionais, históricas e críticas. Para serem multidimensionais, é que o autor propôs a relação entre texto, práticas discursivas e práticas sociais. Para serem históricas, o autor recorreu à importância da intertextualidade, na relação com outros textos que pode ser percebida nas práticas discursivas. Pois essas relações com outros textos invocam uma perspectiva histórica para a análise discursiva. Quando analiso um discurso de uma empregada doméstica, estou o situando no contexto atual a respeito do trabalho doméstico no cenário nacional; mas também o relaciono a outros contextos se isso se fizer necessário quando eu me deparo com discursos que promovem uma intertextualidade com outros textos e ordens de discurso de outros períodos históricos. Para serem críticas, por fim, o autor entende que as análises devam estabelecer conexões dos discursos com aspectos que possam estar ocultos, o

⁴⁷ As influências recebidas por Foucault da Escola de Frankfurt se devem principalmente à primeira geração dessa Escola, especialmente pelos pensadores Adorno e Horkheimer (HILÁRIO e CUNHA, 2012).

que se faz por intermédio da análise dos implícitos presentes nos discursos e, também, por meio de intervenções do pesquisador para o enunciador.

Para Fairclough (2001), esse processo de intervenção se torna importante em um trabalho comprometido com a mudança social. Nesse sentido, o que fiz nas entrevistas realizadas com as domésticas foi, em um primeiro e grande momento, não intervir em nada daquilo que elas diziam. Toda a entrevista foi coletada e os dados foram produzidos sem essa intervenção. Ao final da última entrevista com as domésticas, quando não mais entrevistas seriam realizadas, é que conversei informalmente sobre alguns aspectos que foram inquietadores.

Para o autor, a intervenção é importante, sobretudo, quando os enunciadores dos discursos analisados são pessoas que estão de alguma maneira em posição de desvantagem nas lutas sociais, circunscritas em relações de poder. Já que Fairclough (2001) entende que os discursos podem agir sobre o mundo e sobre as pessoas, ele acredita que a intervenção pode trazer, para o antes enunciador, novas possibilidades de análises e de reflexões a respeito de si mesmos e de suas relações com a sociedade.

Enfatizo novamente que fiz essas intervenções apenas ao final das entrevistas. E enfatizo também que essas intervenções não foram feitas de maneira a acreditar que eu, pesquisadora, levaria algum tipo de luz para essas mulheres, ou que eu pudesse lhes dizer como ser feliz, ou como elas deveriam agir, ou como elas deveriam se ver.

É justamente por não acreditar nessa possibilidade que introduzi esta tese citando a frase “[...] não se deve tomar os outros por idiotas” (CERTEAU, 1998, p. 273). A conversa interventiva que eu realizei ao final das entrevistas foi no intuito de me abrir ao outro, que agiu sobre mim quando me falou sobre sua vida. Antes de ir para o campo em busca da produção dos dados, eu não tinha me decidido acerca dessa intervenção ou não intervenção. Mas quando realizei a primeira entrevista, que foi com a Eva, e ela demonstrou cogitar a possibilidade de se culpar por ter sido estuprada e, depois, por sua filha também ter passado pela mesma situação, me senti praticamente no dever de dizer a ela algumas palavras a respeito disso, pois não quis sair daquela entrevista me sentindo uma pesquisadora que foi lá somente para coletar os dados que lhe interessavam, sem se importar com as condições de existência das sujeitas que construiu para mim narrativas. Além disso, Eva me pediu, ao final da entrevista, em um apelo de quem afirma gostar de aprender coisas novas, que eu lhe falasse a respeito do que aprendi sobre o trabalho doméstico, para que ela pudesse também ajudar outras domésticas a se encaminharem melhor nessa ocupação.

Descritos então os principais conceitos relacionados à ACD e expostos os motivos de sua escolha, apresentarei agora um norte construtor do caminho analítico desenvolvido nesta tese no que se refere especificamente à condução da ACD, já que nem todos os conceitos discutidos neste Tópico foram diretamente utilizados nas análises. Destaco, no quadro 4 aqueles que foram escolhidos para o recorte analítico presente nesta tese.

Quadro 4 - Norte construtor do caminho analítico da tese na ACD

Dimensões	Categorias analíticas utilizadas
<p>Texto</p>	<p><u>Análise da forma e do sentido</u></p> <p>Análise do vocabulário (dos léxicos escolhidos e das relações estabelecidas entre esses léxicos)</p> <p>Relações semânticas (de sentido) construídas</p> <p>Análise da coesão</p>
<p>Prática Discursiva</p>	<p><u>Práticas discursivas (discursos)</u></p> <p><u>Produção</u></p> <p>Condições (contexto ou condições sociais de produção)</p> <p>Intertextualidade manifesta e constitutiva (relações explícitas ou implícitas entre o texto e outros ; vozes e identidades sociais presentes; noções acerca do que é verdadeiro ou não; análise de suposições (pressupostos implícitos)</p> <p>Interdiscursividade (combinação entre os discursos e elementos oriundos de ordens do discurso ou de regimes de verdade acerca do que é ser empregada doméstica)</p> <p>Elementos oriundos de ordens do discurso</p> <p>Condições de existência</p> <p>Gêneros (modos de (inter)agir com os outros e sobre os outros, propósitos das ações linguísticas e tipos de trocas comunicativas)</p> <p>Discursos (modos de representar o mundo, as práticas sociais, e autorreflexões de acordo com o contexto espaço-temporal, consensos, dissensos)</p> <p>Estilos (modos de ser, figuras de discurso relacionadas à constituição de modos particulares de ser; identidades pessoais ou sociais)</p> <p><u>Consumo</u></p> <p>Coerência de significado e de relações entre significados (no intra e no interdiscurso)</p> <p>Força manifesta pelos enunciados no momento de sua produção</p> <p>Presença e ausência de elementos (como o silêncio, o não dito)</p>
<p>Prática Social</p>	<p><u>Ideologia</u></p>

	Sentidos Pressuposições Metáforas <u>Hegemonia</u> Orientações ideológicas, econômicas, políticas e culturais <u>Poder</u> (Nesses três elementos: apresentação de condições de vida; legitimação de argumentos; construção de identidades de empregadas domésticas; identidades de gênero e identidades raciais)
--	---

Fonte - Fairclough (1995; 2001); Carvalho 2008; Lima (2011) e Resende e Ramalho (2004) adaptados pela autora da tese.

Ressalto que esse norte é apenas uma orientação a respeito de quais conceitos da ACD foram acionados durante as análises, sem qualquer rigidez relativa a um caminho linear de análise (no sentido texto – prática social, ou no sentido prática social – texto). Além disso, amostras discursivas (AD's)⁴⁸ são apresentadas na tese para demonstração de algumas análises. e o norte presente na Figura 10 não indica que todas as categorias nela descritas foram aplicadas à análise de todas as amostras discursivas. Nesse sentido, trata-se de um norte aplicado de maneira dinâmica, e que foi desenvolvido exclusivamente de maneira orientada aos interesses de pesquisa desta tese, não se constituindo em um modelo analítico universal para a ACD, até porque não contempla todos os conceitos e categorias descritos no quadro 4 e, posteriormente, explicados.

Para fechar essa incursão metodológica, apresento agora as categorias analíticas temáticas utilizadas para as análises, com o objetivo de responder às questões orientadoras da pesquisa. Tendo como subsídio as teorias (ou analíticas, no caso de Michel Foucault) aqui discutidas e as categorias da ACD descritas no quadro 4, as análises foram orientadas pelas categorias descritas No quadro 5.

⁴⁸Amostras discursivas (AD's) é a expressão utilizada por Resende e Ramalho (2004) quando, em uma discussão linguística a respeito da ACD, a utilizam como sendo sinônimo de fragmentos discursivos, expressão comumente utilizada na análise francesa do discurso, que são os trechos de discursos apresentados em um trabalho científico dando subsídio e demonstrando as análises. A partir do capítulo 6, as AD's foram enumeradas para que fossem facilmente referidas caso algum conteúdo precisasse ser retomado. Além disso, como se poderá perceber, essas amostras serão apresentadas por trechos de entrevistas transcritos das maneiras pelas quais as palavras foram pronunciadas. Sendo assim, nessas AD's, encontraremos inclusive grafias inadequadas de palavras de acordo com a norma culta da língua, pois o que pretendo aqui é dar ênfase à maneira como as palavras foram pronunciadas pelas empregadas domésticas. Até porque, como discutido no tópico 2.1.1., para os pós-estruturalistas, as subversões da língua, como o falar errado ou o empregar palavras para finalidades distintas para as quais foram criadas, ou a (res)-significação de palavras já existentes, são características das práticas discursivas que devem ser consideradas porque se parte de um entendimento de que não há uma totalidade estrutural na língua, a qual não deve ser entendida como arbitrária, sendo diacrônica, envolvendo localizações espaciais e temporais.

Quadro 5 - Categorias analíticas temáticas utilizadas para responder às questões orientadoras

Categorias analíticas temáticas utilizadas
<p>As artes de viver e de cuidar</p> <p>As Empregadas Domésticas Objetivadas: a constituição do indivíduo por meio de processos e mecanismos de objetivação</p> <p>As Empregadas Domésticas Subjetivadas: a constituição do indivíduo por meio de processos e mecanismos de subjetivação</p> <p style="text-align: center;">As artes de viver e cuidar (Explorando as relações entre a ética, o cuidado de si e a constituição subjetiva das empregadas)</p> <p style="text-align: center;">As influências da categoria gênero e raça nas artes e na constituição subjetiva das empregadas</p> <p>As artes de resistir</p> <p>Relações de poder no cotidiano das empregadas domésticas</p> <p>As artes de fazer</p> <p>Saberes cotidianos e ordinários das empregadas domésticas</p> <p>Práticas cotidianas das empregadas (estratégias e táticas)</p>

Fonte - Elaborado pela autora da tese.

Descritos, então, os caminhos teórico-metodológicos utilizados, o próximo capítulo reconta as trajetórias de vida das seis empregadas que são sujeitas desta pesquisa.

5 RECONTANDO TRAJETÓRIAS: AS HISTÓRIAS NARRADAS PELAS EMPREGADAS DOMÉSTICAS

Este capítulo é dedicado a um trabalho de recontar as trajetórias de vida presentes nas narrativas das seis empregadas domésticas.

A trajetória de Eva

Eva é uma diarista de 52 anos que reside e trabalha em Belo Horizonte (MG), sendo natural da cidade de Três Marias, interior do Estado de Minas Gerais(MG). Ela foi indicada a mim por um estudante de pós-graduação da UFMG, pois Eva trabalha para sua mãe fazendo faxinas. Eva é divorciada, tem três filhas já adultas e três netos. Ela mora no bairro Tupi em Belo Horizonte em uma residência própria com duas das filhas mais novas, um neto e o ex-marido. Em uma casa construída acima da sua, reside a filha mais velha com seu genro e dois netos. A casa de Eva é uma casa bem simples, com algumas paredes ainda por pintar, sendo a cozinha o local da casa que tem o acabamento mais finalizado. Foi na mesa de sua cozinha que nos sentamos para fazer a entrevista. Duas entrevistas foram realizadas no mesmo local. Nessas ocasiões, encontrei, além de Eva, a filha mais nova e o ex-marido.

Eva nasceu em uma pequena cidade do interior de Minas Gerais. Assim que pedi a ela que me contasse sua trajetória de vida, se apresentou como sendo órfã de pai e de mãe. Contou que tem sete irmãos e que sua vida era muito triste na cidade de Três Marias. Quando tinha 12 anos, sua mãe faleceu. E, posteriormente, seu pai, quem Eva descreve como sendo um pai alcoólatra e ausente para ela e os irmãos. Ela conta que os tios e a avó materna cuidaram deles, ressaltando, no entanto, que *nunca é igual mãe*.

Em sua cidade, Eva estudou até a 3ª série do ensino fundamental. Não continuou os estudos quando foi aprovada para ir para a 4ª série porque, segundo ela, na época em que estudou, a escola era paga e sua família não tinha condições de arcar com os custos. Quando parou de estudar, aos 10 anos de idade, começou a ajudar suas tias que tinham filhos, cuidando das crianças; trabalhava na roça ajudando a família no plantio de alimentos e, cotidianamente, era encarregada de levar as refeições dos tios que trabalhavam na roça. “Que quando a gente fica assim sem pai, sem mãe, a gente fica... joga pra lá, joga pra cá né?”.

Ela conta que apenas uma das tias a ajudava, de fato, a quem chama de Tia Zezé. Segundo Eva, os outros tios não lhe deram muito apoio. Cansada de uma vida sem perspectivas e vendo seus irmãos também sofrerem, Eva afirma que, por não ser uma pessoa

que gosta de aceitar derrotas, resolveu, aos 16 anos, se mudar para Belo Horizonte, onde reside até hoje. Quando resolveu se mudar para a capital, não conhecia ninguém na cidade e também não tinha nenhum lugar para ficar. Para juntar dinheiro para a viagem, plantou grama durante quatro meses para receber pelo serviço. Ela diz que, além de querer se livrar da vida sofrida, outra motivação para a mudança era a vontade de se tratar de episódios de desmaios e de manchas na pele, que não recebiam tratamento médico devido em sua cidade. Quando questionei a ela o porquê de Belo Horizonte ser a cidade escolhida, ela respondeu que era justamente por acreditar que nessa cidade teria acesso ao tratamento necessário, pois define o referido problema de saúde como um trauma. Ela diz que era uma jovem bonita, mas que as manchas a atrapalhavam e que sofria preconceito por conta delas.

Indo sozinha aos 16 anos para a cidade, chegou à rodoviária sem saber aonde ir. Lá, procurou um carregador para pedir informações a respeito de lugar para ficar e trabalhar. Seu objetivo era primeiramente tratar seu problema de saúde para, depois, arrumar um emprego. O carregador informou a ela sobre a existência de pensões no entorno da rodoviária da cidade. Eva conta que procurou por uma delas, onde começou a morar e a trabalhar fazendo limpeza. A pensão, segundo ela, era de um senhor.

Pouco tempo depois de estar residindo e trabalhando nessa pensão, ainda virgem, sofreu violência sexual, sendo estuprada em um dos episódios de desmaio. Segundo ela, quando desmaiava, não tinha ninguém que cuidasse dela. Quando acordou após o episódio de estupro, viu que estava suja e ferida, e resolveu procurar um médico, por quem foi informada de que havia sido violentada. Eva não sabia quem era o autor do estupro. Após o episódio, ainda residindo na pensão, descobriu ter ficado grávida na ocasião, tendo então sua primeira filha, hoje com 36 anos. No decorrer da gravidez, permaneceu na pensão morando e trabalhando na limpeza e também na recepção, período no qual iniciou o tratamento para o seu problema de saúde. Até hoje, Eva faz uso do medicamento popularmente conhecido como Gardenal e não tem mais os desmaios e nem as manchas.

Após sete meses do nascimento da filha, mudou-se da pensão, por ter arrumado um namorado que a convidou para morarem juntos (ela referiu-se ao mesmo como *um sinhô*, por ele ser 31 anos mais velho que ela). Eva contou que o fez sem dar antes explicações ao proprietário que, descontente por sua saída, a denunciou à polícia afirmando que ela havia saído de lá por ter furtado o estabelecimento. No entanto, de acordo com as narrativas de Eva, foi o proprietário quem pegou alguns de seus pertences que havia deixado na pensão para depois buscar. Denunciada, enfrentou um processo contando com a ajuda de um advogado contratado pelo *sinhô*. Livrou-se da acusação de furto e, em meio ao processo, um exame de

DNA foi judicialmente solicitado para averiguar se sua filha era do proprietário da pensão. Com o resultado positivo do exame, descobriu que ele havia sido seu estuprador. Ao fazer esse relato, contou que havia mais quatro adolescentes oriundas do interior que residiam na pensão. Segundo Eva, essas adolescentes mantinham relações consensuais com o proprietário, tendo filhos com ele.

Eva conta que, em relação ao crime do estupro sofrido, nada aconteceu, pois ela não tinha muito conhecimento acerca da possibilidade de denunciá-lo posteriormente ao ocorrido, fazendo com que ele pudesse pagar pelo crime que cometeu. Ela disse que não teve a *maldade* de denunciar e que, nessa época, não havia ainda a Lei Maria da Penha. Em suas palavras “a gente sofria e ficava por isso mesmo”. A filha originada do estupro não foi reconhecida pelo então pai descoberto que, inclusive, já faleceu.

O *sinhô* com quem foi morar, a quem Eva chamou também de *Seu Oliveira* e de *esse senhor Oliveira*, a ajudou a cuidar da filha. Com ele, Eva ficou por 20 anos e teve mais duas filhas, hoje com 24 e 32 anos. O relacionamento com *Seu Oliveira*, que teve um começo *bom*, de acordo com Eva, acabou trazendo também mais páginas tristes para sua trajetória. Eva montou juntamente com ele uma empresa, uma loja de materiais de construção, da qual era sócia. Os dois trabalhavam diariamente na empresa. Eva afirmava que estava muito feliz com a loja dando certo, pois pensava que poderia proporcionar às suas filhas possibilidades de acesso à educação que ela não havia tido. No entanto, uma descoberta fez com que ela se divorciasse do marido. Eva descobriu que o mesmo assediava sexualmente sua filha mais velha, a que foi concebida também por meio de um assédio sexual.

Eva conta que descobriu o assédio da seguinte maneira: ela conta que sempre encontrava sua filha, então com 13 anos, chorando e, às vezes, com manchas pelo corpo. Entretanto, ela não sabia o porquê e inclusive acreditava que as manchas poderiam ser algum problema de saúde. Nesse período, Eva conta que, como a filha queria trabalhar, insistia para que ela trabalhasse em sua loja, pois havia serviços disponíveis lá para ela fazer. Eva conta que sempre a incentivava porque afirmava que ela ia aprender muitas coisas trabalhando lá, como aconteceu com ela. Nessa época, Eva conta que seus planos eram o de comprar um lote para as filhas para que elas construíssem nesse lote algum comércio para se manterem.

No entanto, sua filha nunca aceitava o convite de ir trabalhar na loja e sempre evitava o assunto, chegando a dizer que queria trabalhar em outro lugar. Eva então conseguiu um emprego para ela com o contador que prestava serviços para a loja. A filha então afirmou que estava trabalhando com o contador. No entanto, pessoas contaram a ela que a filha estava, na realidade, vendendo bombons na rua. Eva foi atrás da filha para verificar, descobrindo que ela

estava realmente vendendo bombons na rua, o que aumentou sua estranheza em relação ao fato de ela não querer ir trabalhar em sua loja. A filha se recusava a dar explicações. Eva conta que, nessa ocasião, ainda não havia contado para a filha a maneira como ela havia sido concebida. Para a filha, que não chegou a conhecer seu pai (o proprietário da pensão que estuprou Eva), ela havia mentido dizendo que ela e seu pai haviam tido um relacionamento. Eva conta que somente contou a história toda para a filha quando ela já era adulta.

Eva só foi descobrir o motivo da filha se recusar a ir trabalhar na loja quando o *Seu Oliveira* brigou com um motorista que fazia entregas de areia para sua loja. Durante a discussão, o motorista disse que não era como *Seu Oliveira*, que abusava da filha. Assim que ouviu a discussão, Eva acionou a polícia e todos foram a uma delegacia prestar depoimentos. Sua filha confirmou os abusos e fez exames que os comprovaram. Nessa ocasião, Eva descobriu que ele também agredia fisicamente uma das filhas dos dois por ela gostar de jogar futebol, o que ele não aceitava.

Nesse momento, Eva decidiu que não ficaria mais com ele e que venderia a loja que tinham juntos. Ela conta que, após a descoberta do que o então marido fazia com a filha, apesar de não seguir uma religião específica, mas acreditar e seguir o que ela chama de *religião de Deus*, procurou uma igreja católica para perguntar por que esses acontecimentos ocorriam com ela. Nesse momento, Eva acreditou que o problema estaria nela e que ela seria a culpada por sua vida familiar ser marcada por dois episódios de assédio sexual. Quando faz esse relato, Eva diz que tema inclusive que algo parecido aconteça com as netas.

Ela continuou morando com o marido enquanto aguardava o depósito do dinheiro a ser recebido por sua parte na loja de materiais de construção, pois precisava de dinheiro para se manter com as filhas até conseguir outra ocupação. No entanto, a situação acabou ficando insustentável. A filha que havia sido estuprada ficou, nesse período, em casa de amigos; a outra filha não queria morar com o pai; e a terceira, que sofria agressão dele por gostar de jogar futebol, foi expulsa de casa pelo próprio. Eva relata que sua “vida virou um inferno”. E foi assim que decidiu sair da casa sem aguardar o depósito. Ela conta que abriu mão do mesmo, e o marido ficou com todo o dinheiro da venda, além de ter ficado com o dinheiro de todos os bens pertencentes à loja, como um caminhão. Ele ficou também com todos os bens da casa. Eva saiu de lá apenas com os pertences pessoais seus e de suas filhas.

O que a ajudou, segundo conta, é que ela e o marido possuíam um lote. Eva conta que o marido só não conseguiu ficar com o lote porque ela o havia registrado no nome de uma de suas irmãs. Eva vendeu o lote e comprou a casa em que mora até hoje, onde inicialmente passou a morar de aluguel com as filhas assim que saiu da casa do marido. Ela ressalta que

pagou a casa de forma parcelada, e que as prestações foram sendo pagas com o dinheiro obtido com uma fábrica de bombons que ela e a filha mais velha montaram em casa para sobreviverem, já que precisavam de uma fonte de renda ((ela lembra que as prestações eram de 500 reais e que ela precisou trabalhar dia e noite para pagá-las).

A ideia da fábrica de bombons surgiu por conta da própria venda de bombons que a filha estava fazendo nas ruas. Eva conta que a filha conheceu uma senhora que lhe deu a ideia de abrir uma pequena fábrica em casa. Essa senhora lhes ensinou a fazer os bombons e as orientou na compra dos materiais necessários. Eva conta que ganhou muito dinheiro com as vendas dos bombons. Chegaram a trabalhar na fábrica ela, a filha a mais velha e seu genro, que atualmente é marido da filha. Eva relata que, depois que o genro passou a trabalhar na fábrica, ele produzia, e ela e a filha saíam na rua para vender os bombons.

Segundo ela, a família também conseguiu comprar um carro parcelado pagando as prestações com o dinheiro obtido com a fábrica. Eva conta que o ex-marido a atrapalhou mais ainda nesse período. Como havia várias dívidas e impostos relativos à loja em seu nome, que não foram pagas por ele, ela teve o nome negativado. Eva afirma que, por conta das dívidas, não podia ter sua casa em seu nome e também não podia vender ou fazer qualquer transação com o carro que a família havia comprado. Ela só conseguiu resolver a situação com processos de pedido de perdão da dívida na Prefeitura.

A fábrica de bombons acabou sendo posteriormente fechada porque sua filha e o genro resolveram abrir uma loja de brinquedos importados, pois achavam o custo de operação mais baixo. Eva não continuou sozinha com a fábrica porque estava com problema na coluna, o que a fez desistir, pois acreditava que sozinha não daria conta. Ela passou então a trabalhar como diarista, mesmo sendo essa uma atividade que também demanda esforço na região da coluna. Segundo ela, serviço de faxina não era algo ao qual estava acostumada a fazer, mas, como precisava trabalhar, foi essa a maneira que encontrou de se inserir no mercado de trabalho. Como ainda tem problema na coluna, diz que prioriza a qualidade do trabalho realizado nas faxinas e, não, o tempo de trabalho, já que faz as atividades de maneira mais lenta por conta do problema. Com o dinheiro ganho nas faxinas, foi aumentando aos poucos sua casa, que era muito pequena quando foi comprada.

O primeiro momento delicado da entrevista foi quando Eva contou sobre o abuso sexual que sofreu ainda adolescente e virgem; e o segundo, quando ela contou a respeito do abuso sexual sofrido pela filha. Entretanto, houve também um terceiro momento: quando Eva contou que há cerca de um ano o ex-marido está morando com ela, as duas filhas e o neto. Trata-se do mesmo ex-marido que abusava de sua filha e que vendeu a loja sem lhe repassar a

quantia que lhe pertencia. Nesse terceiro momento, assumir uma postura idealmente neutra de pesquisadora foi uma tarefa muito difícil, pois acabei demonstrando espanto com a declaração. Embora eu não tenha intervindo diretamente explicitando aprovação, desaprovação ou outro julgamento possível, o que acabei inevitavelmente demonstrando foi surpresa.

Na relação estabelecida entre entrevistadora e entrevistada nesse momento, em que ambas afetam e são afetadas pelo que está sendo produzido, minha surpresa foi emitida por meio de um questionamento acerca da confirmação de que esse ex-marido ao qual ela se referia era o mesmo que tinha estuprado sua filha. Eva confirmou e explicou que ele atualmente está com 83 anos e que ela acabou o acolhendo depois que ele foi diagnosticado com Mal de Alzheimer. Como ele não tem parentes, ela diz que se sentiu na obrigação de acolhê-lo, mesmo depois do que ele fez com as filhas. Nesse instante, Eva pondera que, mesmo com o ocorrido, precisou se lembrar do quanto ele a havia ajudado. Hoje, a filha mais velha reconstituiu uma relação de cuidado com o pai. Segundo Eva, elas sentem *dó* do mesmo e cuidam bem dele. Eva diz que apenas ela e essa filha mais velha, que sofreu o abuso, são mais afetadas emocionalmente com a presença dele. Ela diz que as outras duas filhas não sentem *nada* a respeito. Para ela, ajudar o ex-marido é um ato de *amor ao próximo*. Afirma ainda que, como não recebeu muita ajuda em toda a sua vida, somente a de *Deus*, está fazendo algo por alguém que a ajudou.

Só depois que a filha que sofreu o abuso completou 18 anos é que Eva decidiu contar a ela como ela havia sido concebida: como fruto de outro abuso sexual. Mesmo sabendo dessa história, a filha desejou conhecer o pai. Indo até a pensão da qual ele era proprietário, ela o viu e eles se falaram por apenas aquele episódio. Eva conta que ele já faleceu e que sua pensão não existe mais. Perguntei a Eva se ela havia tido outros relacionamentos depois que se separou do ex-marido. Ela disse que teve uns dois namorados depois desse episódio, mas que hoje não está se relacionando com ninguém.

Para contextualizar melhor, a situação atual de suas filhas é: sua primeira filha, atualmente com 35 anos, trabalhava juntamente com Eva na fábrica de bombons, que agora não existe mais. Recentemente, ela montou uma loja de brinquedos em Santa Luzia, município da região metropolitana de Belo Horizonte. A loja foi montada em Santa Luzia, mas ela é a filha que reside na casa montada acima de sua casa, juntamente com o marido e dois filhos. Eva afirma que viaja junto com a filha para o Paraguai e para São Paulo para comprar os brinquedos que serão revendidos. A segunda filha, de 33 anos, é solteira, não tem filhos, também mora com Eva, é graduada em engenharia civil e trabalha no ramo. A filha mais nova, de 25 anos, reside também com Eva. É solteira e tem um filho de quatro anos que tem

deficiência mental. Eva conta que, por ter que cuidar do filho, ela não trabalha e parou de estudar, tendo completado o ensino médio.

Moram então na casa de Eva duas pessoas que demandam uma atenção e cuidado constantes: o neto com deficiência e o ex-marido com Mal de Alzheimer. E Eva afirma que trabalha como diarista justamente por conta dessa situação familiar. Como precisa estar em casa para ajudar em diversos momentos e precisa também de certa flexibilidade relativa a dias e horários de trabalho, ser diarista foi a opção que lhe apareceu como a mais adequada. Atualmente, faz faxinas em três dias na semana para poder ir revezando o cuidado com o neto e o ex-marido. Ela nunca trabalhou como mensalista, já que só começou a trabalhar como doméstica depois que fechou a fábrica. No entanto, diz que já trabalha para as mesmas pessoas fazendo faxina há cinco anos. Nunca trabalhou com a carteira assinada. Na ocasião da entrevista, tinha começado a pagar a previdência social pela primeira vez, tendo começado há apenas seis meses. Começou a pagar por orientação de uma assistente social, que passou a acompanhar a família por conta do neto que tem deficiência. Eva disse que paga o valor mais baixo de contribuição por estar incluída em grupo de baixa renda. Ela relata que já foi procurada para trabalhar como mensalista, mas que não pode devido ao fato já mencionado de ter que ajudar a cuidar do neto e, agora, também do ex-marido.

Atualmente, trabalha de maneira fixa em duas residências, tendo como contratantes dois médicos (trabalha para a família de um médico e para outra família de uma médica). Ela faz faxina uma vez por semana em ambas as residências. Em uma delas, recebe 110 reais pela diária (localizada em Nova Lima) e, na outra, 90 reais (no bairro Guarani, em Belo Horizonte). Na primeira residência, reside apenas um médico e ela faz apenas a faxina. Como ele não gosta que cozinhe em casa por causa do cheiro de gordura, Eva leva seu almoço de casa e também paga, ela mesma, as passagens de ônibus. Na segunda residência, por sua vez, mora uma família e Eva, além de fazer a faxina, cozinha. As passagens de ônibus são pagas de maneira extra à diária de 90 reais e Eva come o próprio almoço que prepara na casa.

Muito eventualmente, quando tem tempo, ela faz outras faxinas em outras residências, como as da mãe do estudante que a indicou para a entrevista. Os trabalhos eventuais são poucos porque ela permanece fiel à rotina de revezar com a filha no cuidado do neto e do ex-marido. Sem o revezamento, Eva conta que a filha fica até sem se alimentar direito. Seu plano para a filha é o de que ela faça uma faculdade. Eva, no entanto, afirma que “não sabe como” esse plano vai se concretizar. Quando fala a respeito disso, lágrimas escorrem do seu rosto.

Sobre a relação com as famílias para as quais trabalha, Eva afirma que é muito bem tratada por eles. Para a mãe do estudante que a indicou, inclusive, para quem Eva faz faxinas

de maneira eventual, sem periodicidade fixa, a relação já vem sendo estabelecida há dois anos. Eva afirma que aprende muito com as famílias para quem trabalha. Disse que gosta muito de aprender e que, como não teve muito acesso à educação, aprende muitas coisas relacionando-se com outras pessoas. Nesse momento, Eva descarta outras possibilidades de trabalho, como o trabalho junto com a filha na loja de brinquedos, trazendo outra motivação que não havia ainda sido mencionada na entrevista: ela disse que gosta de trabalhar junto a pessoas que podem ajudá-la de alguma maneira, dando-lhe uma palavra amiga ou, ao menos, um bom dia ou boa tarde. Nessa hora, sua voz fica embargada.

Sobre sua cidade natal, Três Marias, Eva afirma que voltou apenas uma vez lá, quando ficou grávida de sua segunda filha, a primeira que teve com *Seu Oliveira*. Ficou lá por oito meses, onde sua filha nasceu. Esse fato ocorreu em um período no qual Eva tinha vontade de voltar a morar em sua cidade natal. Após os oito meses, no entanto, voltaram para BH por conta da loja de materiais de construção. Atualmente, ao contrário, diz que sente que a capital mineira é o seu lugar, “é o lugar melhor que tem pra mim... pra vivê”. E diz também que nunca perdeu o contato com os irmãos, com quem conversa cotidianamente pelo telefone.

De uma menina que seguia rumo a B H, sem rumo, para uma mulher de pouso definido: Eva, uma mulher com o semblante profundo e triste, diz que hoje se sente uma mulher vitoriosa, especialmente quando tem como parâmetro a menina de 16 anos que foi rumo a um novo lugar, a novas possibilidades, mas completamente sem rumo (o que fazer nessa cidade? Aonde ir? Onde dormir?). Seu plano para o futuro é que sua filha mais nova estude, monte uma fábrica de bombons em casa, enquanto ela cuida do neto. Embora ela tenha vontade de reabrir sua fábrica, diz que espera que a filha o faça. No entanto, sem muitas esperanças em relação a esse plano, afirma.

Mas só que ela fala assim num dô cont... ela num... ela num tem da... num tem for... é... ela num tem a... essa força que eu tenho. E que a [nome da segunda filha] tem, que a [nome da primeira filha] tem... ela num tem. Já tentei levá num psicólogo, sabe? Ajudar? Não aceitou. Muito boa a menina... Sabe? Muito inteligente, ativa. Não posso reclamar dela, ela ajuda... (Eva)

Eva conta que essa filha teve um processo difícil de aceitação do filho com deficiência, tentando até suicídio depois que o filho nasceu.

Entretanto, o que ela gostaria de ser, e não é, permanece mesmo no pretérito imperfeito, já que queria ser estudante, mas estudar não está em seus planos para o futuro: “[...] ia tê muita dificuldade pra... pra aprender. Não, não pra escrevê. Mas eu num memorizo

já as coisa”. Ao final da entrevista, quando a questiono se gostaria de falar algo que não foi dito ou perguntado, Eva me pede o seguinte:

“Eu sô uma pessoa... assim... que eu... eu sempre quero aprendê alguma coisa né. Poderia sabê sobre as empregada doméstica, o quê que a gente pode tá fazendo pra ajudá também. Ajudá, né. Fazi... né? Ah... que... elas... se encaminhá melhor?”(Eva)

E é aí que inicio meu já comentado processo de intervenção ao final das entrevistas, pois eu já queria falar-lhe algo a respeito da culpabilização que sente por ela e a filha terem sido vítimas de violência sexual.

A trajetória de Salete

Realizei duas entrevistas com Salete, a primeira no apartamento em que trabalha como mensalista, no bairro Anchieta, e a segunda, em sua residência, em Contagem, bairro Oitis, região metropolitana de B H. Salete também foi indicada por um estudante de pós-graduação da UFMG, meu colega da mesma turma no doutorado. É no apartamento dele, na qual reside com a esposa e um filho, que Salete trabalha como mensalista.

A primeira entrevista de Salete durou cerca de uma hora e meia, mesmo sendo na casa em que trabalha, pois tive total abertura para a realização da entrevista com ela e com mais uma diarista que trabalha na mesma residência. Essa primeira entrevista foi realizada na mesa da cozinha da casa em que trabalha. A segunda entrevista foi realizada em um fim de semana no apartamento em que reside Salete, em Contagem. Ela mora em uma região periférica do município de Contagem, em um local cujas características me lembraram as de uma favela. Em minha percepção, em termos visuais, é como se fosse uma favela em terreno plano. Quase todas as casas não têm acabamento externo, tendo os tijolos aparentes, e há muitas casas e poucos comércios locais ao redor. Na rua em que Salete mora, há apenas uma casa que chama a atenção por destoar das demais, sendo bem acabada. Depois, descobri que era a casa da pastora da igreja que Salete frequenta.

Salete nasceu em uma pequena cidade do interior da Bahia, Ibirapuã. Seus pais tiveram 18 filhos. Atualmente, ela tem 43 anos, é solteira e tem duas filhas. A filha mais velha, hoje com 19⁴⁹, não foi criada por ela, tendo sido criada por uma de suas irmãs que mora em B H. A filha mais nova, com 12 anos, mora com ela em Contagem. Seus pais tiveram 18 filhos, tendo

⁴⁹ Salete se confunde a todo o momento sobre a idade dessa filha, ora dizendo que ela tem 19 anos, ora dizendo que tem 24. No entanto, pelas contas realizadas pelas informações trazidas em suas narrativas, calculei que ela está com 19 anos).

criado apenas 15, pois os outros três foram criados por parentes, sendo Salete a caçula. Quando ela tinha cerca de cinco anos, mudou-se com sua família para uma cidade do interior do Pará chamada Dom Eliseu. Segundo ela, a decisão de se mudar foi do pai, sob a influência de amigos que se mudaram para a cidade e gostaram da experiência. Sua mãe era dona de casa e seu pai foi para cidade com o objetivo de trabalhar na roça plantando e criando vacas.

Em Dom Eliseu, a família morou na roça por 7 anos. Salete então morou na roça dos 5 aos 12 anos de idade, onde estudou até a 4ª série do Ensino Fundamental, parando de estudar logo depois disso. Salete conta que o acesso ao estudo se deu porque o pai se reuniu a outros vizinhos para pagar uma professora para dar aula a eles. Nessa época, ela conta que ajudava muito pouco na roça, já que era caçula e tinha os outros irmãos mais velhos para ajudar o pai, que era quem trabalhava na terra.

Quando tinha 12 anos, a família saiu da roça e foi para a cidade porque sua mãe tinha problemas de saúde e precisava de uma infraestrutura de atendimento médico melhor. Nesse momento, Salete conta que, se quisesse, podia ter continuado os estudos, já que na cidade havia escolas. No entanto, ela conta que não teve vontade de continuar e também não foi incentivada pelos pais.

“minha mãe não sabia ler nem escrever, meu pai também não, então eles não tinham aquela coisa de colocar os filhos, igual hoje tem, para estudar. Eu não tinha aquelas pessoas para chegar e falar assim ‘vai estudar’, e eu também não tive vontade”. (Salete)

Quando tinha 14 anos, uma de suas irmãs que foram criadas por parentes e que residia na capital mineira, foi visitar a família no Pará. Quando voltou, levou Salete para conhecer a cidade. Quando completaram 10 dias em que ela estava em BH, sua mãe faleceu. Tendo vindo para a cidade apenas para passear, resolveu aqui ficar, tendo voltado para o Pará apenas para buscar seus pertences, não tendo acompanhado o velório da mãe. Assim que resolveu se mudar para BH, precisando se manter, começou a trabalhar como empregada doméstica morando com uma família no bairro de Cidade Nova, BH. Salete conta que morou com essa mesma família dos 14 aos 19 anos. Ela conta que mantém contato com a mulher dessa família até hoje, a quem chama de Dona Tânia. Ocasionalmente, a visita.

Salete conta que a convivência com a família era muito boa e que era muito bem tratada por eles. Ela conta que conversa com Dona Tânia quase diariamente pelo telefone:

“é uma pessoa assim... não vou falar que tenho como mãe porque eu acho que mãe é uma só, mas é uma pessoa que eu gosto muito e tenho certeza de que ela também gosta muito de mim”.(Salete)

Quando tinha 19 anos, no entanto, teve que ser dispensada por Dona Tânia, que dispensou as duas empregadas que mantinha em casa por ter tido a poupança confiscada pelo então presidente da república Fernando Collor. Foi imediatamente indicada para trabalhar na casa de uma amiga da família que residia no mesmo prédio, Dona Divina, para quem foi trabalhar também como mensalista residente.

“Todas elas eu morava na casa porque eu não tinha para onde ir”. (Salete)

Nessas casas, ela dormia em um quartinho que ficava na dependência de empregada.

Na casa de Dona Tânia, que morava com o marido e duas filhas, Salete era responsável pelas tarefas relativas ao cuidado da casa e das duas crianças. No caso das refeições, elas eram preparadas pela própria Dona Tânia ou pela outra empregada da casa. Assim, Salete cozinhava apenas eventualmente. Lá, Salete não trabalhou de carteira assinada, tendo começado a trabalhar menor de idade (14 anos, como já dito). Morando na residência em que trabalhava, Salete conta que tinha horário para terminar o trabalho. Depois de cerca de 18 horas, ela não fazia mais nada na casa, e tinha folgas aos sábados e domingos.

Durante essas folgas, ela conta que, fazendo amigos na cidade, saía com eles às sextas e aos sábados à noite desde que tinha 15 anos, voltando de madrugada para casa sem qualquer supervisão de Dona Tânia:

“Eu chegava de madrugada, não tinha ninguém. Minha vida era eu mesma e Deus para tomar conta, com 14, 15 anos. Quando eu acordava, no sábado, eles [a família] já estavam para a rua, aí eu não via. Eu ‘via eles’ de novo no domingo às 17 horas porque aí era regra, domingo, 17 horas, todo mundo tinha que estar em casa”. (Salete)

Ela e a outra empregada tinham que estar em casa às 17hs no domingo, mas não para trabalharem, mas, sim, para se prepararem para retomar efetivamente o trabalho na segunda pela manhã. Na fase em que trabalhou com Dona Tânia e Dona Divina, Salete afirma que não tinha *juízo*. Além de beber nos fins de semana, o que fazia com que às vezes não conseguisse trabalhar nas segundas-feiras, ela conta que ocorreram alguns episódios em que fazia amizades, ia morar na casa desses amigos e ficava uns 15 a 20 dias sem ir trabalhar. Ela diz que Dona Tânia e Dona Divina foram seu porto-seguro, pois, mesmo fazendo isso, elas a *acolhiam de volta*.

Quando trabalhou para Dona Divina, Salete cuidava da casa, fazia as refeições nas ocasiões em que Dona Divina não cozinhava, e cuidava de suas crianças, que eram quatro. Nessa casa, Salete permaneceu por um período menor do que um ano, pois resolveu voltar para o Pará, ainda com 19 anos, porque o pai adoeceu e ela ficou receosa de acontecer o mesmo que aconteceu quando sua mãe morreu: que ela nem o visse antes de morrer. Ela permaneceu no Pará por seis anos. Lá, continuou a trabalhar como doméstica, ficou noiva e engravidou do noivo em seu quinto ano morando lá, quando tinha 24 anos. Depois de engravidar, Salete ficou por mais um ano no Pará. O relacionamento com o noivo não deu certo e sua irmã que mora em BH, então casada e sem poder ter filhos, pediu para ficar com sua bebê, uma menina, já que ela tinha vontade de ter filhos e Salete não tinha condições de criar a filha, não tendo recebido também qualquer apoio do ex-noivo.

Salete então vai para BH para deixar a filha com a irmã. Retornando ao Pará, não conseguiu ficar bem lá porque chorava muito por não estar com a filha. Vendo seu sofrimento, uma amiga da família lhe perguntou: ““

Salete, você não quer ir morar com a minha cunhada em Macapá?’. Ela falou se eu não queria ir para Macapá cuidar da nenenzinha, porque a cunhada dela também era solteira, teve relação com um cara, engravidou e precisava de alguém para cuidar do neném”. (Salete)

Mesmo sem conhecer essa mulher, Salete decide, com 25 anos, ir para o Macapá, o que fez de um dia para o outro. Ficou lá por dois anos trabalhando como babá, residindo também na casa da empregadora.

Então, com 27 anos, e sentindo-se mal por não estar próxima à filha, resolveu voltar para BH, o que fez com passagem aérea paga por Dona Tânia e Dona Divina, com quem mantinha contato. Voltou a morar e trabalhar na casa de Dona Divina, com a filha sendo ainda criada pela irmã. Nos primeiros cinco meses, ela trabalhava e morava novamente na casa de Divina. Depois de cinco meses, alugou um apartamento e começou a morar sozinha, mantendo o trabalho na casa de Divina. Ou seja, de mensalista residente, passou a ser mensalista não residente. Foi nesse momento em que morou sozinha pela primeira vez. E foi também nesse momento em que teve, pela primeira vez, sua carteira de trabalho assinada.

Nesse mesmo ano em que voltou para BH, começou a namorar. Após quatro anos de relacionamento, engravidou do então namorado de mais uma menina, a que tem hoje 12 anos. O relacionamento também não deu certo. Dessa vez, Salete resolveu criar a própria filha, que fica com o pai em alguns finais de semana, sendo que o mesmo paga um valor de pensão

judicialmente estipulado. Sobre a primeira filha, atualmente com 19 anos, que até hoje mora com sua irmã, afirma.

Ela sabe que eu sou mãe, mas me chama de tia, a minha irmã de mãe e meu cunhado... normal. Não cobro, não me intrometo, não acho justo me intrometer. Hoje está com 19 anos, já namora, já trabalha, não quer saber de pai nem de mãe, nem de tia, nada, só do namorado e da família dele, normal. Vejo muito pouco. Até mesmo as minhas irmãs eu vejo muito pouco porque para sair de casa é uma coisa. Falar com elas eu falo todos os dias. Ontem mesmo eu conversei com a minha irmã. Com ela não, mas com a minha irmã que cria ela, eu conversei com ela. Com as minhas irmãs eu converso direto. Mas ir, sair lá de Contagem, domingo, com esses ônibus? [esse trecho foi enunciado na primeira entrevista, quando estava em BH trabalhando. Sua irmã mora no bairro Maria Goretti, em BH]. (Salete)

Alguns anos depois trabalhando na casa de Divina, Salete trabalhou em alguns outros lugares. Em um deles, uma residência com um casal e dois filhos, conta que ficou por apenas uma semana, porque o tratamento conferido às empregadas nessa casa era muito segregatório. Salete conta que havia duas geladeiras na casa, uma para a família, e outra para os empregados. Tanto os alimentos quanto os talheres e louças utilizados pelos empregados eram separados. Nessa época, ela chegou a sair do trabalho doméstico, indo trabalhar em períodos curtos como caixa em um supermercado; faxineira e cozinheira em uma empresa de material hospitalar, até que não aguentou a carga de trabalho.

Nesse período, passou a morar com uma amiga dividindo o aluguel de um apartamento, até que decidiu se mudar para Contagem, local onde afirma ter conseguido mais facilmente uma casa para morar sozinha pagando um aluguel menor. Assim que se mudou, retornou ao trabalho doméstico, trabalhando para uma família em Contagem, por onde ficou por três anos. Lá, cuidava da casa e cozinava. Reclama, porém, que ganhava apenas um salário. Foi quando seu aluguel aumentou e a família afirmou não ter condições de aumentar o seu salário, indicando-a para outra família.

Essa última família é para quem Salete trabalha até hoje, a do colega que a indicou para a entrevista. Lá, moram um casal e um filho. Salete arruma a casa; cozinha preparando várias refeições prontas congeladas, já que nem sempre o casal almoça em casa e cuida da criança na parte da manhã, levando-o para a escolinha à tarde. Tem a ajuda de uma diarista que faz faxina na casa e passa roupas a cada 15 dias. Trabalha lá há três anos, a mesma idade da criança que ajuda a cuidar, por quem declara ser apaixonada. “

Nosso Deus! Eu amo o [nome da criança]. Sou apaixonada por ele. Nosso Deus! É meu bebê. Gosto demais do [nome], nosso Deus”. Ela diz que, depois de dona Tânia, a atual família empregadora foi “presente de Deus na minha vida, sinceramente. De todos que eu já vi, [fala o nome do casal] são fora de série, os dois são super tranquilos. Nem parece que eu sou empregada. Nossa! Não existe! Igual a eles nunca vi. Nunca convivi com pessoas assim. (Salete)

Trabalhando para eles, recebe dois salários mínimos.

Salete afirma que hoje se arrepende muito de não ter estudado, pois gostaria de trabalhar em alguma área do judiciário. No entanto, os estudos não estão em seus planos para o futuro. Esses são: se casar e ter a casa própria (ela paga 500 reais de aluguel por um apartamento bem pequeno onde mora somente com a filha. O pai da menina contribui com uma pensão de 30% do salário mínimo definida judicialmente, e paga um plano de saúde completo para ela). Salete afirma que, quando se casar, não quer trabalhar fora de maneira fixa.

“Juliana, sabe o que é ficar em casa e cuidar da sua filha, poder levar ela na escola, poder buscar?”(Salete)

Ela diz que quer trabalhar no máximo três vezes na semana fazendo faxinas para ter dinheiro para comprar suas roupas e as da sua filha.

No final da segunda entrevista, ela acaba citando outra vontade que não havia comentado: a de abrir um negócio de tele-entrega de marmitex, pois afirma gostar de cozinhar. Entretanto, essa vontade só seria concretizada, segundo ela, se tivesse um porto seguro (como um marido com uma renda), pois afirma que várias vezes já foi despejada de lugares onde morou por ter ficado por algum período desempregada e sem ter dinheiro para pagar o aluguel. Ela diz que isso já aconteceu, inclusive, depois que já tinha a filha morando com ela. Atualmente, além da irmã que criou sua filha, mais duas outras irmãs moram também em BH. Salete conta que o contato pessoal com elas é muito pequeno, embora sempre se falem por telefone. Uma das irmãs mora no bairro Floramar e a outra é sua vizinha no bairro Oitis, em Contagem.

Salete frequenta uma igreja evangélica e atribui à religião o fato de ser hoje uma boa empregada doméstica, pois é agora alguém que consegue assumir responsabilidades, deixando de beber e de fumar. Nos finais de semana, ela conta que fica em casa e ouve música o dia todo. Quando pergunto a ela que tipo de música, ela diz que ouve apenas música evangélica. Além disso, faz alguns rituais de beleza e vai à igreja aos domingos. Salete conta que

“o que eu não gosto de sair hoje é porque tudo eu já saí antes. hoje eu fico até com dó da minha filha, porque eu acho que ela quer passear comigo, sair, eu fico cansada e eu não saio. antes eu saía, não ficava em casa não. quem não quisesse me ver ia lá para... eu saía muito”.(Salete)

Atualmente, sua rotina inclui sua casa, o trabalho e a igreja, basicamente. Ainda assim, faz questão de deixar claro que não é muito aquela ovelha muito obediente não.

A trajetória de Tânia

Tânia tem 43 anos, é casada e tem um filho de 20 anos. Ela mora e trabalhava em Belo Horizonte. Na ocasião da entrevista, Tânia acabava de se aposentar há um mês por ter hipertensão. Assim que pedi à Tânia que me contasse sua história de vida, suas primeiras falas foram:

“ué, nasci, uai, numa família pobre. Pra algumas pessoas não seria pobre né, porque o pai era ferroviário e o pessoal achava que ganha bem, mas como tinha muitos filho então acabou sendo pobre né?”(Tânia)

Tânia nasceu na cidade de Conceição da Barra de Minas, interior de Minas Gerais, morando em uma zona rural. Seus pais tiveram 12 filhos, sendo ela a terceira filha mais nova entre os irmãos. A mãe era dona de casa e ganhava um dinheiro lavando roupas para fora. O pai era ferroviário. Seus pais já faleceram e, dos onze irmãos, cinco também já faleceram.

Tânia diz que sua infância foi boa. Apesar de ser de uma família pobre, afirma que sempre tiveram pelo menos o básico, nunca tendo passado fome. Conta que, entre os doze irmãos, tudo era compartilhado: as roupas, os brinquedos e outros produtos. Diz que a infância foi marcada por muitas brincadeiras ao ar livre. Aos sete anos, começou a estudar na zona rural onde morava. Quando tinha oito anos, a família toda se mudou para uma cidade vizinha, São João del-Rei (SJDR), também interior de Minas Gerais, quando o pai conseguiu construir uma casa para a família. Lá, Tânia continuou os estudos até completar a 6ª série do ensino fundamental.

Em relação à escola, Tânia conta que parou de estudar cedo sem completar o ensino fundamental porque precisava trabalhar, mas o fez com a intenção de voltar a estudar. No entanto, apenas recentemente voltou a estudar em um programa de educação para jovens e adultos, completando o ensino fundamental. Segundo ela, como estava com a perspectiva de se aposentar, não teve ânimo para continuar estudando para completar o ensino médio.

“Porque pra mim não ia ter utilidade nenhuma né? Fazer o segundo grau”. (Tânia)

A entrevista foi realizada na casa em que Tânia reside em BH, uma casa pequena, modesta e organizada, localizada no bairro de Venda Nova. Tânia me mostrou fotos da casa construída pelo pai em SJDR, onde hoje ainda residem uma irmã e duas sobrinhas suas. Segundo ela, as fotos são recentes e mostram uma casa grande e ainda sem acabamento externo, com tijolos expostos. Tânia foi indicada a mim por uma colega da cidade de SJDR, minha cidade natal, que a conhecia e sabia que ela morava em BH trabalhando como empregada doméstica.

Voltando à época dos estudos em SJDR, Tânia conta que estudava em escola particular por conta de bolsa recebida pelo fato do pai ser ferroviário. Ela e os outros dois irmãos mais novos estudavam nessa escola. Ela diz que

“escola particular era só gente rica, a gente era pobre. Chegô num ponto que o pai não tinha como comprar os livros e as coisas que a escola pedia, né. Aí assim, a gente mesmo foi desanimando de estudar. Faltava livro, tinha que ficar pedindo emprestado”. (Tânia)

Com 15 anos, quando sua mãe faleceu, ela parou de estudar para trabalhar, concluindo a 6ª série do ensino fundamental. Seu primeiro trabalho foi como doméstica, trabalhando como mensalista não residente. Tânia cuidava da casa e passava roupa, pois a família contratava uma lavadeira e era sua patroa quem cozinhava. No entanto, antes de começar a trabalhar como doméstica, fez inscrição para trabalhar como operária em uma fábrica de tecidos da cidade que contratava menores, sendo aceita para trabalhar lá. Por esse motivo, ficou apenas um mês trabalhando como doméstica, não tendo a carteira assinada por estar ainda em experiência.

Na fábrica, Tânia trabalhou como operadora de espuladeira. Seu salário era um pouco mais do que meio salário mínimo. Segundo ela, era o salário vigente na época para menores. Após um ano e meio trabalhando na fábrica, saiu para tentar voltar a estudar. Fez supletivo por dois meses, mas parou, resolvendo ir para a capital do estado: BH, para procurar emprego de doméstica. Ela estava então com quase 17 anos e tomou essa decisão porque acreditava que, em BH, teria oportunidades melhores de emprego. Lá, trabalhou por dois meses como doméstica residente, resolvendo ir para a cidade de São Paulo (SP), em busca de

oportunidades melhores ainda, dizendo que, em São Paulo, o salário era melhor também”. Tânia diz que o pai, ainda vivo, aceitou bem sua mudança.

Em São Paulo, foi para trabalhar em um emprego que havia sido indicado por uma cunhada, também como mensalista residente para uma família composta por um casal e duas filhas., Só ficou, porém, por uma semana nessa residência porque, segundo ela, a casa não era segura. Em seu terceiro dia de trabalho, a casa foi assaltada. Tânia conta que o quartinho de empregada era separado da casa, em cima da lavanderia e que, pela manhã, ao sair para ir para a casa dos patrões fazer o café, foi rendida por assaltantes armados, que roubaram joias e dinheiro. No fim do assalto, foi trancada juntamente com a família em seu quartinho de empregada, pedindo ajuda depois a um vizinho.

Com receio de continuar na casa, cujo muro era baixo, Tânia procurou então outro emprego. Enquanto não conseguia, ficou dormindo no emprego de sua cunhada, que também trabalhava como doméstica em São Paulo. Após alguns dias, sem sucesso, voltou para SJDR para aguardar. Assim que a cunhada arrumou outro emprego para ela, voltou novamente para São Paulo. Nesse segundo, ficou apenas por duas semanas.

Acho que era porque o pessoal era tudo japonês, comida esquisita, coisa que eu não tava acostumada, igual eles falavam: ”ah você pode fazer a comida do seu jeito”. Mas como eu tinha que arrumar a casa, não dava pra fazer dois tipos de comida. Aí resolvi sair, essa minha cunhada arrumou um outro pra mim, foi onde eu fiquei mais tempo, fiquei um ano e meio lá. .(Tânia)

Durante esse um ano e meio, Tânia trabalhou para uma família que morava no bairro Morumbi, em São Paulo. Seu quartinho de empregada era pequeno, próximo à lavanderia, sendo interligado com o banheiro. A família era composta por um casal e dois filhos. Tânia conta que, mesmo sendo um quarto pequeno, a patroa fazia questão de dizer que seu quarto fazia parte de casa, e que não era como um quarto *de empregada* com um banheiro *de empregada*. A respeito disso, Tânia conta que o quarto era pequeno, próximo à lavanderia, mas que não era *aquela coisa excluída da casa, igual tem muito lugar né*. Relata que a menina filha de sua patroa gostava inclusive de assistir televisão com ela no quartinho e que, quando algum parente visitava a família, usava também o seu banheiro. Sobre essa menina, Tânia afirma que, na época, construiu com ela um vínculo afetivo.

Para essa família, trabalhavam ela, uma faxineira, uma lavadeira e uma cozinheira. Tânia era responsável pela arrumação e limpeza da casa e só ela residia na dependência de empregada da casa. Por esse motivo, era ela também a responsável por servir o café da manhã

aos patrões; e acabava também, em algumas ocasiões, ajudando a cuidar das crianças. Ela trabalhava como mensalista com a carteira assinada, recebendo quase dois salários mínimos. Suas relações sociais durante esse período se restringiam à família para quem trabalhava; a algumas amigas de SJDR que também foram trabalhar como domésticas em São Paulo; e a amizades construídas com as outras mulheres que trabalhavam para a família. Aos sábados e domingos, tinha folga e saía à noite com as amigas de SJDR e, também, construiu o hábito de passear pela cidade.

Ela conta que era bem tratada pela família, que a relação deles era de mútuo respeito e de confiança e que não sofria nenhum preconceito por parte deles. Em todo esse período, ali mantinha contato com a família por telefone. Outras irmãs também seguiram o mesmo caminho, indo trabalhar como domésticas não só em São Paulo, como também em BH e no Rio de Janeiro. Após esse um ano e meio trabalhando para a família do Morumbi, chegou a voltar novamente para SJDR porque ainda mantinha a vontade de voltar a estudar. Tânia afirma que sua então patroa a incentivava a estudar. Entretanto, como as escolas nas quais ela podia estudar em SP eram muito distantes do seu local de trabalho, a volta à escola ficou inviável, já que tinha seu horário de trabalho a cumprir. Essa volta a SJDR foi novamente frustrada. Tânia afirma que não conseguiu voltar a estudar e nem arrumar um emprego. Ligou para sua ex-patroa, que lhe ofereceu emprego novamente. Contudo, dessa vez, havia outra empregada nova dormindo no quartinho de empregada. E, se retornasse, Tânia teria que dividir o quarto com ela. Ela aceitou e voltou novamente para São Paulo, trabalhando para a mesma família por mais dois anos.

Tânia conta que fez amizade com a outra doméstica com quem dividia o quarto e que, inclusive, frequentava a casa de sua família. Essa outra doméstica também era mineira, perdeu sua mãe cedo e foi morar em São Paulo com umas tia, passando a trabalhar, assim como Tânia, como mensalista residente. Como elas se davam bem, Tânia conta que passaram a dividir todo o serviço, sem haver distinção de quem fazia o quê. Essa dinâmica foi organizada por elas próprias. Tânia, *a priori*, estaria na residência como as funções de arrumação e de limpeza. Todavia, como sua colega não gostava de cozinhar, Tânia acabou assumindo também em maior proporção a cozinha, com ajuda cotidiana de sua colega nas atividades.

Querendo ficar mais perto de sua família, Tânia decide, aos 20 anos, voltar para BH. Depois disso, nunca mais saiu da cidade, permanecendo nela até hoje. Lá, encontrou seu atual marido, que era de SJDR e quem ela conhecia desde que se mudou ainda criança com a família para a cidade. Tânia continuou a trabalhar como doméstica e, aos 23 anos, engravidou.

Passou então a residir com o atual marido de maneira improvisada no porão da casa de um amigo do casal, que trabalhava e ainda trabalha como mecânico em BH.

Depois do nascimento do filho, um menino, ficou um tempo sem trabalhar cuidando dele e da casa. Esperou ele completar dois anos e meio para voltar a trabalhar. Foi fazer serviço de limpeza em uma escola durante meio expediente, para que pudesse também ficar com o filho, já que, durante o tempo em que trabalhava, ele ficava com uma amiga. Nessa escola, afirma que ficou pouco tempo porque o trabalho era pesado, mesmo sendo apenas meio expediente, e ela ganhava somente meio salário mínimo. M-ali (?????) afirma que não compensava deixar o filho para ganhar somente essa quantia.

Decidiu então esperar que o filho entrasse na idade escolar para voltar a trabalhar. Enquanto isso, fazia algumas faxinas. Quando o filho estava com quase cinco anos, entrou para a pré-escola, que teve que ser particular, já que ele não foi aceito na escola pública por ser alguns meses mais novo do que o permitido pelo calendário nacional. Tânia voltou então a trabalhar, dessa vez, como doméstica. Porque a intenção dela e do marido era irem juntando dinheiro para construir uma casa. Continuavam no porão porque, se pagassem aluguel, não conseguiriam juntar o dinheiro. No entanto, ficar no porão estava trazendo muitos problemas para ela e o filho, já que ele tinha umidade e mofo. Ela tinha bronquite e o filho estava recorrentemente doente por causa de alergia.

Ela conta que a escolinha do filho era próxima à sua casa e que não tinha uma mensalidade alta. Mesmo assim, era algo que onerava em termos significativos o casal. Foi nessa época em que começou a trabalhar na residência na qual continuou trabalhando até recentemente, antes de ser aposentada. Nessa casa, de uma família composta por um casal, um filho já adulto e pela mãe da patroa, uma doente em estado vegetativo, Tânia era responsável, inicialmente, pela arrumação, limpeza e preparo das refeições, tendo a ajuda de uma faxineira e de uma lavadeira. Para cuidar da mãe da patroa, havia uma cuidadora e uma enfermeira que revezavam o horário. Ela recebia um salário e meio. Quando o marido da patroa faleceu, ela conta que a patroa deixou de contratar a faxineira e a lavadeira, atribuindo essas tarefas a ela; e queria também reduzir seu salário, o que não acabou não fazendo por descobrir que era ilegal.

Tânia conta que lá era marcadamente tratada como doméstica, fazendo refeições em horário posterior ao dos patrões e, para lanches, só lhe eram ofertados os alimentos que já não estavam mais frescos. Ela relata que sua patroa era muito *pão dura* e que, por isso, não almoçava no trabalho, esperando chegar em sua própria casa para almoçar porque, segundo ela, a patroa

tinha mania de requeimar a comida que tava na geladeira há muitos dias. Eu preferia nem comer.(Tânia)

Ela conta também que, para as cuidadoras que ficavam com sua mãe, a patroa deixava como alimento para as oito horas seguidas de trabalho (esse era o período ininterrupto que a cuidadora e a enfermeira trabalhavam, sem fazerem intervalo) apenas um pão e, ainda assim, reclamava. Até que parou de deixar esse pão para elas comerem, deixando que a alimentação ficasse por conta própria das contratadas. Tânia continuou trabalhando para essa família durante 11 anos.

Há sete anos atrás, ela e o marido conseguiram finalmente construir a casa em que moram, no bairro Venda Nova, em BH. Há dois anos atrás, Tânia começou a ter uma hipertensão de difícil controle, ficando por dois anos afastada do trabalho, até que foi aposentada há um mês atrás. Quando fez o contato com ela para agendar a entrevista, ela ainda não havia se aposentado. Agendando a entrevista sem saber que ela se aposentaria, fiz a entrevista e não a descartei como sujeita de pesquisa porque trabalhou por muitos anos como doméstica, e a cotidianidade como doméstica ainda estava muito viva em sua memória. Um dos aspectos negativos de ter se aposentado é que, agora, recebe apenas um salário mínimo da previdência e, não, um salário e meio como recebia onde trabalhava. Ela diz: “

tem gente que fala comigo: ‘por que você não pega um bico e volta a trabalhar?’. Mas se o INSS descobrir, eu perco a aposentadoria. Prefiro ficar com um salário sem ter aquele estresse de cumprir horário, aguentar certos patrões do que né...”.(Tânia)

O filho, atualmente com 20 anos, não completou o ensino médio e está desempregado porque, depois de servir por um ano ao Exército, está aguardando uma cirurgia corretiva de uma lesão que teve enquanto estava no Exército. Como é o Exército o responsável pela realização de sua cirurgia, ele aguarda há cerca de três anos por ela. Tânia hoje cuida da casa, do marido e dos filhos. Foi durante os dois anos em que estava afastada do trabalho, que voltou a estudar, completando o ensino fundamental, mas parando os estudos antes de completar o ensino médio, como já foi falado.

Ela conta que, na época em que estava afastada, o marido, que sempre trabalhou como mecânico e ainda hoje o é, parou durante algum tempo com o trabalho por ter problemas em uma empresa na qual trabalhava. Ao invés de procurar imediatamente outro emprego como mecânico, resolveu investir em um negócio, abrindo um bar no estilo de boteco. Na época em que ficou afastada, então, Tânia se dedicou às tarefas domésticas; ao cuidado do filho e do

marido; à escola, que era à noite e ao bar. Todos os dias ela ajudava o marido lá, cozinhando os petiscos, já que ele, em suas palavras, *não gosta de cozinhar*". Ela relata que foi uma época muito *corrida*. Além disso, o marido também voltou a estudar juntamente com ela, pois também não havia terminado o ensino fundamental, e Tânia o ajudava nas tarefas e trabalhos escolares porque ele não tinha paciência, não gosta de ler.

Tânia conta que seu sonho era trabalhar com alguma coisa relacionada a Inglês, pois era uma matéria de que sempre gostou muito na escola.

“Mas acabou que não foi pra frente. Eu tentei voltar a estudar, mas, sabe assim, foi mais por falta de força de vontade minha, porque às vezes você encontra dificuldade, uma aqui, outra ali, você acaba largando pra lá”.(Tânia)

Sua entrevista foi toda marcada por momentos de vozes embargada, lágrimas nos olhos e dificuldade de continuar falando, o que ocorreu desde o início, quando lhe pedi para contar sua história de vida. Ela disse que, atualmente, uma das maiores dificuldades que sente na vida é com a falta de condições para ter uma boa infraestrutura de acesso ao tratamento de saúde. Sem plano de saúde, ela conta que depender do SUS (Sistema Único de Saúde) é muito complicado, e que deixa de ir ao médico certas vezes em que se sente mal porque afirma saber que não será bem examinada.

Quando lhe pergunto o que significa ser empregada doméstica para ela, responde:

“Pra mim não significa muito não, porque eu não queria ser empregada doméstica, nunca quis ser. Foi assim, mais tipo assim... pra fugir do... ah, não tem com o que trabalhar, que profissão que eu vou exercer? [...] Não foi escolha minha, foi por falta de oportunidade pra outras coisas”.(Tânia)

Em relação a planos para o futuro, Tânia conta que pretende melhorar a estrutura de sua casa para ter mais conforto. Em termos de perspectivas para o filho, que ele faça a cirurgia que precisa fazer, volte a estudar e consiga um bom emprego. Desempregado por conta da cirurgia no ombro que precisa fazer, e sem nenhuma renda, ele é compositor e cantor de músicas de *rap*. Tânia me passou alguns arquivos das músicas dele e do primo, que formam uma dupla, para que eu pudesse ouvir. As músicas assumem, principalmente, um tom de crítica social, falando a respeito de problemas, violência e desigualdades sociais, com discursos incentivadores da busca pela paz. Sobre a atividade e o sonho do filho com a música, Tânia diz que

“tanto pode dar certo, quanto pode não dar. É um tiro no escuro. Aí é onde eu queria que ele tivesse uma profissão pra poder ter uma garantia no futuro”.(Tânia)

A trajetória de Débora

Assim que começo a entrevista com Débora, a primeira coisa que faço é lhe pedir que me conte sua história de vida. Suas primeiras palavras imediatamente foram *Oh, é assim... eu sô adotada*. Débora tem 44 anos, é solteira e tem um filho de 30 anos. Nasceu e mora atualmente em BH. As duas entrevistas foram realizadas na minha própria casa, já que Débora trabalhava em um bairro próximo ao meu e preferiu aproveitar o horário posterior ao trabalho para fazer a entrevista. Ela mora no bairro Juliana, em Belo Horizonte, em uma casa com o pai e o filho. O que mais me chamou a atenção, quando vi Débora pela primeira vez, foram seus dentes todos escuros por conta de cárie; e seus cabelos, que estavam pintados com uma cor vermelha bem forte.

Débora conta que foi deixada bebê por sua *mãe* biológica em um cesto em um córrego de sua cidade. Lá, foi encontrada por sua mãe adotiva, que havia ido lavar roupas no córrego. Ela conta que foi encontrada às seis horas da manhã do dia 15 de maio de 1971. Como não se sabia em que data ela havia nascido, seu nascimento foi registrado como sendo nessa data, tendo como nomes dos pais a mulher que a encontrou e seu marido. O casal nessa época não tinha filhos, a mulher era doméstica, e o pai, encanador. Débora diz que até hoje não sabe quem são seus *pais biológicos*, embora tenha afirmado que foi deixada pela *mãe* biológica no córrego (uma, então, *suposição*).

Ela diz que sua infância foi muito tranquila e permeada por muitas brincadeiras. Seus pais não haviam lhe contado que era uma filha adotada. Uma coleguinha de infância foi quem lhe contou quando ela tinha dez anos. Débora conta que elas estavam brincando, se desentenderam, e a colega a agrediu. Quando Débora disse que ia contar para a mãe sobre a agressão, a colega disse que sua mãe (adotiva) não era, de fato, sua mãe biológica, contando-lhe que ela tinha sido achada no córrego.

“Aí eu cheguei em casa chorando e perguntei pra minha mãe se o que ela tinha falado era verdade”.(Tânia)

A mãe confirmou que ela era adotada, mas mudou a história, dizendo que ela não havia sido encontrada no córrego, mas que havia sido deixada diretamente para ela criar porque sua mãe não tinha condições financeiras. No entanto, Débora conta que depois descobriu que ela havia sido realmente encontrada no córrego. No início, ela conta que ficou muito triste, mas que, depois, foi se sentindo melhor ao perceber o amor que recebia de seus pais adotivos.

Três anos depois dessa descoberta, sua mãe, ainda casada com seu pai, teve um relacionamento com seu patrão (ela também era empregada doméstica), no qual engravidou. Débora conta que a família para quem sua mãe trabalhava era uma família muito tradicional na cidade. Seu pai acabou aceitando a situação, e assumiu o filho que sua mãe esperava, o qual tem hoje 41 anos. Ela conta que o pai continuou criando-a e o irmão.

Em relação ao que fez na infância, Débora destaca, além das brincadeiras, a pré-escola, iniciada aos cinco anos, o catecismo e o ensino fundamental, o qual completou estudando em escola pública até a quinta série e em escola particular da sexta até a oitava série, por meio de bolsa de estudos que sua mãe ganhou de um vereador. Débora conta que gostava muito de estudar, porque adora ler e escrever. No entanto, após concluir a oitava série, parou de estudar porque queria trabalhar.

Essa decisão foi tomada porque, em meio a esse período de estudo no ensino fundamental, ela disse ter engravidado aos 14 anos. Teve um menino, que é o único filho que tem. Em um primeiro momento, o pai do menino não quis assumir a criança porque sua sogra acreditava que o filho não era dele. Entretanto, quando o menino nasceu, viram que ele era fisicamente muito parecido com o pai. Mesmo assim, não registrou o filho. Os dois não tinham um relacionamento, e Débora continuou morando com os pais depois que o filho nasceu, sem parar de frequentar a escola. Ela conta que seu pais a ajudavam a cuidar do filho e que ele teve o nome de seu próprio pai adotivo registrado como seu pai na certidão de nascimento.

Na primeira entrevista, quando perguntei a ela com que idade está o filho, Débora respondeu que ele está com 24 anos. No entanto, de acordo com sua idade atual (44) e a idade (14) em que disse ter engravidado, calculei que ele estaria com 30 anos. Quando fiz essa observação à Débora na segunda entrevista, a fim de esclarecer, ela ficou um tempo pensativa e disse *quenão estava muito certa da idade dele não*. Em relação à sua própria idade, me mostrou seu documento para comprovar que tinha 44 anos (o que fez de maneira espontânea) e disse que tinha certeza de que teve o filho com 14 anos. Assim, chegou à conclusão de que o filho tem 30 anos. Ele não teve um relacionamento ao longo da vida com o pai. Débora conta

que ele só teve algum contato com o pai pouco antes de ele falecer. Com a família paterna, seu filho só teve contato com algumas tias, com quem ainda se relaciona hoje, sendo vizinhos.

A confusão de Débora em relação à idade do filho se deve, em minha percepção, ao fato de ela não tê-lo criado, estando morando com ele na mesma cidade e na mesma casa agora, há somente dois meses. Ela não criou o filho porque, quando ele tinha quatro anos, resolveu se mudar para o Rio de Janeiro, deixando-o com seu pai. Contudo, antes mesmo de se mudar, afirma que não assumiu, de fato, o lugar de mãe na vida do filho porque ele sempre foi criado pela família dela, e não, por ela. Sobre o fato de se mudar, Débora conta que, quando fez 18 anos, sua mãe amputou o pé por decorrência de complicações do diabetes. Nessa época, tendo que se relacionar mais com o pai por conta do ocorrido com a mãe, Débora diz que se desentendeu com ele, sendo expulsa de casa [ela não contou exatamente o problema que teve com o pai].

Decidida a não ficar na rua, ela disse que conheceu uma senhora que lhe disse que tinha uma amiga que morava em Juiz de Fora (JF).

“Essa senhora ligô e perguntô se ela num queria ficá é... com uma menina lá pra ajudá ela e tudo né. Aí a Dona aceitô [...] A senhora me deu o dinheiro da passagem, eu arrumei as minhas coisas e fui pra lá. Isso com a minha mãe já com o pé amputado”. (Tânia)

Foi então para JF trabalhar. Ela pensou que trabalharia apenas como acompanhante da senhora, não foi pensando que seria uma empregada doméstica que faria todo o serviço da casa. Quando chegou lá, descobriu que faria tudo. Trabalhou então como mensalista residente na casa da senhora que morava com uma filha adulta. Ela conta que o relacionamento com essa família era muito bom, tanto que afirma manter contato com elas até hoje. Esse foi então seu primeiro trabalho, aos 18 anos, que foi registrado em carteira de trabalho, pelo qual recebia um salário mínimo. Arrumava, limpava, lavava roupas, passava e cozinhava. Como era a primeira vez que trabalhava cozinhando para terceiros, diz que aprendeu a fazer muitas receitas com a senhora. Ela conta que a relação delas era de muita confiança e que, quando as duas viajavam, ela ficava tomando conta do apartamento.

Além de todo o serviço doméstico, fazia companhia para a senhora, que ficava em casa quando a filha ia trabalhar. Débora fazia companhia para ela, tanto em casa, como para ver televisão juntas, por exemplo, quanto na rua. Ela afirma que

“tinha muita paciência com ela também, apesar dela me chamar toda hora, me chamava toda hora, toda hora tava me chamando. Mas era sempre, assim, pra me mostrá alguma coisa na televisão, pra me mostrá alguma receita que tava passano pra mim fazê pra ela. Era uma relação muito tranquila”. (Tânia)

Sua jornada de trabalho não era definida, e não era estabelecido um horário de almoço, nem de término do trabalho. Já o horário de início era estabelecido: ela conta que começava a trabalhar por volta de oito horas para preparar o café da manhã para a filha da Dona, que ia trabalhar. Quando terminava o serviço, por volta de 19 horas, ficava sentada na sala fazendo companhia para a senhora, que sempre lhe pedia alguma coisa. Quando finalmente ia para o seu quartinho, e ficava lá vendo televisão, não fechava a porta, já que era frequentemente chamada pelas mulheres da casa. Apenas fechava a porta quando ia de fato dormir. Quando não fazia companhia para a senhora, conta que descia para o *play* para ficar conversando com outras empregadas que também moravam no prédio. Nos finais de semana, continuava na casa. Nos sábados à noite, ia para barzinhos com essas outras empregadas. Aos domingos, que eram seu dia semanal de folga, ficava em casa dormindo e descansando, mas não era acionada para o trabalho e, também, passeava com as colegas.

Após ficar por três anos em JF trabalhando nessa casa, decidiu voltar para BH, voltando a morar com os pais e o filho. Em BH, ficou por sete anos. Após a primeira entrevista, como ela narrava sua história de uma maneira não linear, com muitas idas e vindas na medida em que eu pedia esclarecimentos a respeito de alguma fase da vida que ela não havia detalhado, percebi que fiquei sem saber o que ela fez na cidade durante esses sete anos. Na segunda entrevista, quando lhe perguntei a respeito, ela desconversou, desviando o assunto. Ao perceber que ela desviou, deixei para tocar novamente no assunto depois, quando ela novamente desconversou. Nesse momento, decidi que não insistiria diante desse não dito.

Depois desses sete anos na cidade, ela conta que sua mãe faleceu e ela resolveu voltar novamente para JF. Lá, foi trabalhar como mensalista residente na casa do sobrinho de sua antiga patroa na cidade, que era viúvo e morava com uma filha de 11 anos que tinha Síndrome de Down. Débora cuidava da casa, fazendo arrumação e limpeza, cozinhava e cuidava da filha, pois o pai trabalhava fora o dia todo, almoçando também na própria empresa. Débora cuidava da menina em casa, a arrumava para a escola, para onde ia e voltava em uma van; e a levava a sessões de fonoaudiologia e fisioterapia. Ela afirma que teve que ter muita paciência. “

Tive muita paciência, não tenho minha consciência pesada de que eu maltratei, graças a Deus”. (Débora)

Ela conta que o pai trabalhava muito na área de contabilidade de uma grande empresa e que não tinha tempo para a filha, fazendo muitas viagens pelo Brasil e pelo exterior. Quando ele viajava, Débora e a menina ficavam na casa da avó desta.

Ela diz que “nunca pensou que ia cuidá de uma menina,.. que tivesse esse problema”. Conta que, no início, não entendia nada do que a menina falava, mas que, aos poucos, pedindo a ela que falasse devagar, foi aprendendo a entendê-la. Ela diz que criou um vínculo muito grande com a menina porque a acompanhava o tempo todo. O pai da menina chegava por volta de 21:30hs a 22:00hs em casa, quando ela geralmente já estava dormindo. Débora afirma que deixava lanche pronto para ele, e que ficava no seu quartinho com a porta aberta (que indicava disponibilidade, caso eles precisassem dela) vendo televisão.

Nessa rotina, Débora não tinha jornada de trabalho definida, pois estava a todo o momento disponível para a família. A menina tinha uma campainha no quarto, cujo sinal sonoro era emitido em seu quartinho e no quarto do pai. Durante a semana, se a campainha tocasse, era Débora quem levantava para ver o que a menina queria. Nos sábados, a menina ficava na casa da avó e, apenas nas noites de domingo, era o pai quem atendia às possíveis chamadas na campainha. Se durante a semana a menina tivesse dificuldades para dormir, indo dormir por volta de uma hora da manhã, como relata Débora, era ela quem ficava com a menina até ela dormir, mesmo o pai estando em casa. Se ele chegasse e a menina estivesse acordada, ele ficava com ela por aproximadamente meia hora. Ela conta que não ocorria nenhuma exceção relativa a essa responsabilidade de fazer a menina dormir, independentemente de que hora fosse, porque o pai da menina a pagava muito bem por isso. Entretanto, ela omitiu quanto exatamente recebia nesse trabalho.

Quando o patrão chegava em casa, ela conta que não podia chegar para ele e dizer proativamente como havia sido o dia da menina. Ela diz que só falava caso ele perguntasse, porque ele já chegava cansado. Para não ter que trabalhar nos finais de semana, o que ocorreria caso ficasse na casa do patrão, ela passava os finais de semana na casa da família de uma amiga que trabalhava também de doméstica em outro apartamento no mesmo prédio. Aos sábados, ela acordava, deixava a mesa do café pronta para o patrão e a filha, deixava as roupas que a menina usaria organizadas e, então, ia para a casa da família da amiga, de onde retornava nas segundas pela manhã. Caso o patrão viajasse nos finais de semana, a menina ficava com a avó e Débora tinha normalmente suas folgas. Ela conta que nesses finais de semana *bebia todas* e aproveitava muito para se divertir.

Após três anos trabalhando com eles, tendo acompanhado a menina dos 11 aos 14 anos, seu patrão transferiu a guarda da filha para essa avó, já que não tinha tempo disponível para cuidar da menina. Tendo feito isso, dispensou Débora. Ela conta que ele o fez lhe dando uma *gratificação muito boa*. Assim que foi dispensada, resolveu ir a BH para passar uns 15 dias. Nesse período, conheceu um homem com o qual se relacionou, que também era de BH, mas morava no RJ há doze anos, onde tinha uma barbearia. Dentro desses quinze dias, ele a convidou para morar com ele no RJ, e ela aceitou. Foi a JF apenas para pegar sua carteira de trabalho e seus pertences. Voltou para BH para então ir, no mesmo dia, para RJ com o novo namorado.

Chegando lá, descobriu que ele não era solteiro, como havia dito, tendo outra mulher com a qual morava também. Ele alugou uma quitinete para os dois na Mangueira, e passou a sustentá-la. Mesmo *quebrando a cara*, expressão por ela usada, continuou o relacionamento. Nesse período, ela não trabalhava fora de casa. Após alguns meses apenas, em menos de um ano, o namorado decidiu ficar só com a outra mulher, deixando para ela o dinheiro de três meses de aluguel pagos, para que ela tivesse tempo de procurar um emprego.

Assim que ele fez isso, Débora conta que começou a procurar emprego deixando currículos em condomínios e prédios da cidade. E foi dessa maneira que conseguiu emprego na casa de uma família composta por um casal, que trabalha no setor de seguros, e dois filhos. Lá, trabalhou nos últimos seis anos como mensalista residente, com carteira assinada. Ela conta que, na carteira, seu salário foi registrado como um salário mínimo, mas que recebia uns *cento e pouco* reais a mais. Ela relata que a patroa explicou a ela que o salário de empregada doméstica não podia ser registrado com mais de um salário mínimo na carteira.

“Ela falou que não podia não, que... tipo assim... se eu ganhasse dois mil reais, aí na minha carteira não podia pô dois mil. Não podia colocar dois mil, tinha que colocar um salário mínimo Até hoje eu não entendi nada, to burrinha do mesmo jeito”. (Débora)

Sobre isso, eu conversei com Débora ao final da entrevista, dentro do mencionado processo de intervenção defendido por Fairclough (2001). Expliquei a ela que essa informação não procedia, e que era comumente utilizada para reduzir os encargos pagos à previdência pelo trabalho das empregadas domésticas. Até porque essa foi uma informação recorrentemente mencionada pelas domésticas que entrevistei no projeto de pesquisa mais abrangente.

Nessa casa, além de fazer todo o serviço da casa, Débora cuidava dos dois meninos, que tinham cinco e oito anos. Ela conta que começava a trabalhar às 8 da manhã, mas não tinha horário certo para sair. Ela saía por volta de 20:30hs mas, como os pais não tinham

horário certo para chegar em casa depois do trabalho, esse horário variava, chegando a acontecer de ela sair, no máximo, às 23hs. Ela voltava do trabalho para casa a pé, o que gastava em torno de quinze minutos, já que a casa dos patrões era próxima ao Morro da Mangueira. Ela conta que o caminho era perigoso porque passava por um viaduto que tinha uma cracolândia embaixo, além de ser pouco iluminado.

No início, Débora não recebia hora extra. Só passou a ter seu horário regulamentado depois da PEC das Domésticas, em 2013. Ela conta que, por ver na televisão notícias a respeito da PEC, falou à patroa sobre a necessidade de uma jornada de trabalho padronizada. Conta que esta lhe disse que não estava sabendo disso e que iria procurar saber. Foi somente depois disso que ela passou a cumprir uma jornada de trabalho de 8hs diárias, tendo uma hora de horário de almoço. Para lidar com essa redução da jornada, a patroa começou a deixar os filhos (em 2013, com oito e 11 anos de idade) sozinhos no fim da tarde, quando Débora deixava o trabalho. Para solucionar a necessidade de os filhos jantarem, comprou um microondas, e Débora deixava as refeições prontas já no prato dentro do aparelho.

Em 2014, Débora foi demitida desse trabalho. Ela conta que, cansada de trabalhar, começou a inventar desculpas para não fazer atividades pesadas e também para faltar. Ela conta que disse à patroa que havia sido diagnosticada com bursite há alguns anos e que tinha voltado a sentir dores. Na primeira vez em que faltou ao trabalho por uma desculpa não real relacionada à saúde, Débora conta que ligou por volta de meia-noite para a patroa dizendo que estava se sentindo muito mal e que talvez não conseguiria ir ao trabalho no dia seguinte, como acabou não indo. Contudo, na segunda vez em que faltou, usou a desculpa da bursite. Ela ligou bem cedo pela manhã para a patroa, numa sexta-feira, dizendo que tinha acordado com muitas dores e que iria buscar atendimento médico de urgência. No dia seguinte, em um sábado, sua patroa lhe enviou uma mensagem dizendo que não precisaria ir trabalhar, já que não adiantaria ela ficar um dia somente em repouso, o que não seria suficiente para conter a dor. Como ela ficaria o final de semana em casa em repouso, poderia voltar a trabalhar na segunda-feira. E ela assim o fez. Quando chegou ao trabalho na segunda, disse que havia feito raio-x e que estava com crise de bursite, alegando que teria que fazer aplicações três vezes por semana na região inflamada, para o que teria que sair do trabalho por volta de 15 horas. A patroa concordou e disse que ela poderia se organizar para fazer as aplicações nas três vezes por semana que precisaria.

No que se refere à rotina da casa, o que foi alterado foi a quantidade e qualidade do trabalho realizada por Débora, já que ela saía mais cedo. Como os meninos estudavam à tarde, ficavam cerca de duas horas depois da escola sozinhos em casa. Débora, então, disse que,

durante uma semana, saiu mais cedo por três dias fingindo estar indo fazer as aplicações. Ao fim dessa semana, em um sábado, no qual tinha acordado de ressaca por ter saído e bebido muito na noite anterior, pediu a uma amiga que ligasse para a patroa dizendo que ela tinha acordado com muitas dores e que iria novamente buscar atendimento de urgência. O que Débora não sabia era que, nessa ocasião, sua patroa já havia descoberto que ela mentia e só estava esperando o momento certo de demiti-la, tentando conseguir outra empregada.

Quando a amiga ligou para a patroa dizendo que ela não ia, Débora recebeu uma mensagem dela dizendo que já sabia que estava mentindo e que, se não aparecesse no trabalho naquele dia, seria demitida. Débora, receosa, não foi, voltando ao trabalho na segunda-feira. Ela conta que, quando chegou, a patroa a esperava para conversar. A conversa foi iniciada por questionamentos para que Débora ratificasse ou retificasse sua versão dos fatos. Ela conta que a patroa, estrategicamente, fez com que ela fosse confirmando toda a versão que havia contado, já que começou a conversa pedindo que ela confirmasse os atendimentos médicos e as aplicações nos dias em que afirmou as ter feito.

Quando Débora havia confirmado toda a sua versão dos fatos, é que a patroa contou que já sabia que ela mentia. A patroa conta que desconfiou por conta de uma conversa em que tiveram, em que Débora disse que ia parar de fazer as aplicações porque, se continuasse, ia prejudicar a patroa, e na qual enfatizava que aquela era uma relação de mútua ajuda, e que ela se esforçaria por não prejudicá-la, deixando de fazer as aplicações. Ela afirma que a patroa ficou desconfiada do *drama* encenado por ela. Assim, resolveu averiguar as informações dadas por Débora, como as de que ela havia se consultado com um médico ortopedista cujo nome ela havia mencionado; e também a de que havia sido atendida na emergência no dia mencionado; e feito as aplicações. Sua patroa entrou em contato com todos os estabelecimentos, nos quais ela afirmou estar presente, e descobriu que ela não havia sido atendida e também não fazia aplicações. Débora conta que afirmou fazer aplicações em um hospital que não faz o serviço, além de ter dito o nome de um médico que era conhecido pela patroa. Com essa descoberta, ela foi demitida. Ela conta que se arrependeu do que fez, mas que o fez como uma atitude desesperada de alguém que estava cansada de trabalhar por tanto anos. Demitida, Débora decidiu voltar então para BH, o que havia feito há apenas dois meses antes de nossas entrevistas.

De volta à BH, mora na mesma casa em que morava, agora somente com o pai. Seu filho mora com a namorada em casa próxima à sua. Na ocasião da entrevista, tinha começado a trabalhar há um mês, ainda em regime de experiência, para uma família de um casal com um filho. Nessa casa, é responsável pela arrumação, limpeza, cuidado com as roupas e preparo do

almoço, não tendo que cuidar da criança. No contexto das novas regras com a PEC, tem jornada de trabalho de oito horas diárias, mas trabalha cerca de seis horas por dia, assinando folha de ponto. Aos sábados, trabalha por quatro horas. E aos domingos e feriados, tem folga. Recebe um salário mínimo e meio.

Débora afirma que gosta de ser empregada porque gosta de servir aos outros e que está muito satisfeita com sua profissão. Mesmo assim, diz que gostaria de ser secretária. Ela diz que se imagina trabalhando em frente a um computador e atendendo telefones. No entanto, diz que é algo que nunca mais vai acontecer não. Em relação a planos para o futuro, diz que o plano é continuar morando em BH, porque quer ficar perto da família, dos vizinhos e amigos de infância; continuar trabalhando na casa em que está atualmente; e

“conhecê uma pessoa e ser feliz né? Que é o que tá faltando na minha vida [risos]. O resto tá tudo tranquilo, graças a Deus”. (Débora)

A trajetória de Aparecida

Aparecida tem 58 anos, é casada há mais de 30 anos, tem três filhos, tem ensino fundamental completo e sempre trabalhou como empregada doméstica, tendo começado a trabalhar aos 19 anos. Nasceu em Ibertioga (MG), um pequeno município próximo à cidade de Barbacena. Atualmente, mora em BH e trabalha como empregada doméstica em uma república universitária masculina onde residem 12 estudantes. É mensalista não residente, recebe um salário mínimo e meio por mês e seu marido é pintor de paredes. Nasceu na zona rural de Ibertioga, onde morou até os 14 anos. Seu pais tiveram 10 filhos, sendo Aparecida a terceira mais velha. A mãe era dona de casa e o pai era funcionário público, trabalhando em Barbacena como operário no setor de transportes.

Sua entrevista foi realizada em sua própria casa, no bairro Monsenhor Messias, em BH. Ela foi indicada a mim por uma vizinha. A república onde trabalha é no bairro Caiçara, que é bem próximo ao bairro em que mora. Os estudantes para os quais trabalha estudam na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Assim que vi Aparecida, o que me chamou a atenção foi uma aparência estética muito simples e um semblante triste. Sua casa ainda não está totalmente construída. Ela conta que seu marido comprou a casa quando ela tinha apenas dois cômodos. Atualmente, com três cômodos, sua casa não tem um banheiro interno, por problemas de infraestrutura para a construção de um banheiro interno. O banheiro fica do lado de fora da casa, mas não tem chuveiro. Ela conta que apenas seu marido tem o costume de

usar com frequência seu banheiro. Ela diz que, por ser externo, acaba usando mais o banheiro da casa em que moram suas duas filhas, na mesma rua em que a sua. Atualmente, ela mora apenas com o marido. Ela relata que ele sempre promete que vai resolver o problema com o banheiro, mas não o faz.

Começando a recontar sua trajetória narrada a partir de sua infância na zona rural de Ibertioga, Aparecida conta que, quando criança, ela e mais dois irmãos saíam de suas casas para uma escola que ficava em uma fazenda distante. Ela conta que eles demoravam uma hora para ir e uma hora para voltar.

“Tinha que passar no mato, meio de vaca, a gente passava com medo de bicho voltava depois assim de meio-dia né? Aí aquele sol quente, a gente novinho naquele desânimo... Nossa Senhora! No caminho, vinha falando “ô gente, vamo pedir pro pai tirar a gente da escola, que a gente aprendeu a ler e escrever, então chega desse sofrimento né?”.
(Aparecida)

Com essa rotina, relata que ela e os dois irmãos mais velhos que iam juntos para a escola sempre pediam ao pai para sair da escola, mas ele sempre os incentivava a continuar estudando para se formar e um dia ser alguém.

“Nóis virava e mexia, a gente sempre pensava naquilo né? Vamo pedir o pai pra tirar a gente da escola. Eu não aguento mais... não aguento mais falar”. (Aparecida)

Falando com a voz embargada e quase rouca de vontade de chorar desde o início da entrevista, Aparecida perde as condições de falar nesse momento. Eu então lhe digo que ela pode esperar e parar para se acalmar. Retomando o assunto dos estudos, ela conta que a escola era para crianças e adultos, e que ambos estudavam juntos na sala, o que criava muita confusão e prejudicava o rendimento. Em casa, ela conta que ajudava a mãe na arrumação.

Sobre os aspectos da infância em si, Aparecida conta que ela e seus irmãos brincavam muito, sobretudo aproveitando o espaço que tinham na zona rural. Quando tinha 14 anos, a família se mudou da zona rural de Ibertioga para irem morar em Barbacena, onde o pai conseguiu construir uma casa. Era em Barbacena que o pai trabalhava como funcionário público e onde Aparecida continuou a estudar. Ela conta que tinha muitas dificuldades de aprendizado na escola, estando sempre em torno de notas 5,5, sendo quase sempre aprovada por pouco, já que a média na escola era cinco pontos. Quando terminou o ensino fundamental,

desistiu de continuar estudando. Para os pais, disse que queria parar de estudar para ajudar sua mãe a cuidar de três dos filhos que ainda eram pequenos. Com esse argumento, os pais deixaram, porque ela já havia completado o antes chamado primário e ainda poderia ajudar a mãe, que estava sobrecarregada com os filhos menores.

Mesmo não sendo esse verdadeiramente o objetivo, ela de fato ajudou a mãe. Ela relata que, pela manhã, quando a mãe ia lavar as roupas em um córrego, cuidava dos três irmãos menores, preparava o almoço e arrumava a casa. Nessa época, além de ser funcionário público, seu pai começou a plantar milho e feijão dentro de um projeto de empreendimento coletivo, pois toda a plantação era posteriormente dividida entre os participantes. Aparecida continuou a ajudar sua mãe em casa até que resolveu procurar um emprego.

Aos 19 anos (no ano de 1976), suas primeiras tentativas de emprego foram em fábricas, as quais foram frustradas. Nessa época, sua irmã mais velha tinha ido trabalhar como doméstica em São Paulo, em busca de melhores salários e oportunidades. Aparecida conta que

“não gostava desse negócio de irmão sair de casa, sabe? Nó, me dava uma tristeza. Aí ela ficou lá 6 meses, né. Aí depois ela veio passear e falou assim... aí eu vou voltar”. (Aparecida)

Aparecida conta que ficou tão angustiada pelo fato de a irmã ir embora novamente que se dispôs a ir no seu lugar.

Ela conta que trabalhou para a mesma família para a qual a irmã trabalhava por seis anos como mensalista residente, sem carteira assinada. Ela diz que não consegue se lembrar de quanto era seu salário. A família era composta por um casal com dois filhos. Aparecida fazia de tudo: arrumação, limpeza, cuidado com as roupas e refeições, além de cuidar das duas crianças. Ela conta que era bem tratada, e que tinha, na casa, *um quartinho*, *um banheirinho* próximos à área de serviço. Não tinha jornada de trabalho definida: *não tinha hora de deitar não*. Como não tinha amigos na cidade, mesmo nos finais de semana, ficava junto com a família, saindo algumas vezes para passear com eles em parques e nas casas dos pais dos patrões. Ela não tinha nenhuma folga semanal definida, trabalhava normalmente aos sábados e aos domingos.

Quando pergunto se não fez nenhuma amizade na cidade, lembra apenas da empregada da mãe do seu patrão, com quem conversava quando ia à casa dela juntamente com a família. Mesmo assim, nunca saía sozinha ou com amigos da casa em que trabalhava. Ela conta que guardava praticamente todo o dinheiro que ganhava, abrindo exceção para comprar algumas coisas para os irmãos quando os ia visitar. E essas visitas só ocorriam porque a família para

quem trabalhava em São Paulo era natural de Barbacena. Apenas quando a família empregadora ia para a cidade, Aparecida também ia para rever os irmãos e o pai.

Após ficar seis meses trabalhando na capital paulista, resolveu voltar para Barbacena porque não gostava de estar longe da família. Começou a trabalhar novamente como empregada, como mensalista não residente na casa de um casal de idosos e dois filhos jovens que estudavam fora e que visitavam com frequência os pais. Lá, Aparecida era cozinheira. Ela conta que, nesse emprego, a patroa queria assinar sua carteira, mas não muito informada a respeito disso, ela conta que não queria aceitar que assinassem a carteira porque

“ficava com medo, falava assim: ‘ah não, vou ficar assim presa. Se caso eu não gostar, não tiver gostando do serviço e querer sair, aí pega... ia ficar difícil né’”. (Aparecida)

No entanto, por insistência da patroa, acabou cedendo e deixando que eles registrassem o trabalho em sua carteira, a qual ficava com eles.

Nesse emprego, trabalhava também sem horário definido, mas por um período menor do que era na casa em que residia. Sua folga era aos domingos. Ela costumava sair, passear e se divertir com a irmã mais velha e algumas amigas. Numa dessas ocasiões, conheceu um rapaz com quem veio a namorar. Ele é hoje o seu marido. Trabalhando durante um período total de dois anos nesse emprego, Aparecida conta que, nesse período, em dois momentos, saiu do emprego. No primeiro momento, saiu porque se chateou com implicações cotidianas da patroa. Após um tempo, foi chamada pela patroa para voltar. Na segunda vez em que saiu, foi porque, ao receber de volta sua carteira de trabalho dos patrões, viu que seu patrão havia assinado que ela tinha começado a trabalhar em uma determinada data e que tinha saído do trabalho nessa mesma data. Sendo assim, ela ficou com um registro na carteira de que tinha sido contratada e demitida no mesmo dia. Enquanto pensava que a carteira já estava assinada, descobriu que não. Portanto, sua previdência não havia sido paga. Quando o namorado soube do caso, procurou seus patrões para pedir esclarecimentos e acabou discutindo com o filho deles. Nervoso, disse à Aparecida que se ela voltasse a trabalhar naquela casa, ela não precisaria mais olhar para a sua *cara*. No dia seguinte à confusão, a patroa, estando com a casa cheia de visitas hospedadas em um período de Carnaval, foi procurá-la pedindo que voltasse e prometendo que registraria corretamente sua carteira. Aparecida conta que, por causa da exigência de escolha do namorado, acabou não voltando ao emprego.

“Só sei que ela ficou também assim chateada né deu ter saído sabe, e eu também fiquei muito sentida em ter saído porque eu gostava muito dela, sabe?”. (Aparecida)

Após esse episódio, Aparecida se casou e ela e o marido se mudaram para BH em busca de melhores oportunidades de trabalho, onde permanecem até hoje. Nessa época, ele começou a trabalhar em uma empresa de turismo. Aparecida então teve um casal de filhos (hoje, a menina tem 33 anos e o menino, 29). Somente após o nascimento do segundo filho, quando a primeira filha tinha quatro anos, é que ela voltou a trabalhar fora para ajudar na renda da família. Seus filhos ficavam com uma irmã, que também havia se mudado para BH. Foi nessa fase de sua vida, antes de voltar a trabalhar, que sua mãe faleceu.

Começou a trabalhar na casa de uma idosa que, segundo ela,

“tinha a cabeça meia ruim né? Assim, tinha hora que cismava com a gente né? Ai menina...”.(Aparecida)

Lá, arrumava e limpava a casa, e cozinhava, não sendo responsável por cuidar dessa idosa. Trabalhou por 30 anos nessa casa, onde moravam a idosa e seu filho *solteirão*. Em relação à formalização do trabalho, conta que *ficou* um ano e pouco ... sem assinar carteira. Somente depois desse período é que sua carteira foi assinada. Antes de isso acontecer, recebia menos de um salário mínimo. Quando o contrato foi registrado em carteira, passou a receber um salário. Os patrões não pagaram os recolhimentos à previdência relativos ao tempo de um ano e meio em que não assinaram a carteira. Formalmente, foi como se Aparecida tivesse trabalhado por um ano e meio a menos do que efetivamente trabalhou.

Ela conta que a idosa tinha feito um acordo com ela de lhe pagar o salário mínimo e não descontar sua parte do INSS (8%). No entanto, quando a senhora morreu, e Aparecida continuou a trabalhar na casa onde ainda morava o irmão dela, ela conta que foi a filha da senhora falecida quem começou a pagar seu salário, passando a efetuar os descontos de INSS. Algum pouco tempo depois, essa mesma filha disse que estava ficando muito difícil pagar a ela, reduzindo seu salário para meio salário. Para driblar a ilegalidade contida nessa redução, a filha da senhora falecida deu baixa na carteira de trabalho com o contrato em nome de sua mãe e o contrato foi novamente assinado no nome de uma irmã da senhora, já com o salário reduzido para meio.

Procurando outro emprego que lhe pagasse um salário mínimo, Aparecida conta que acabou não saindo daquele porque, estando lá já há muito tempo, ficou com receio de ir para

outro emprego e não dar certo, ficando sem fonte de renda, principalmente porque, antes de a referida senhora morrer, teve uma gravidez inesperada, quando tinha já 42 anos de idade. Ela conta que ficou desesperada, sem aceitar a situação: “de gente pobre pôr muito filho no mundo pra não dar conta.”. Ela conta que foi aos poucos se conformando com a gravidez. Diz que um dos grandes incentivos recebidos foi dessa senhora para quem trabalhava antes que ela falecesse. A cada mês, a senhora comprava algo de bebê para ela e ela diz que ver aquelas coisinhas foi a inspirando. Apesar de todo o receio e falta de aceitação no início, ela diz que, graças a Deus, foi tudo bem. Após o nascimento da terceira filha, ficou de licença-maternidade por quatro meses. Depois, deixava sua filha com a irmã. Como essa irmã estava temporariamente sem trabalhar, Aparecida contou com sua ajuda para cuidar da menina enquanto ela ia para o emprego:

“nossa, eu não preocupava com nada, mesma coisa de tá com minha mãe”. (Aparecida)

Quando sua irmã voltou a trabalhar, a menina ficava com sua filha mais velha.

Aparecida tem uma vida conturbada no que se refere ao marido, mas tem resistências em se separar dele pelo fato de ser muito presa à ideia do matrimônio católico e à sua durabilidade. Além disso, adota uma postura muito particular de aceitação do sofrimento. Ela conta que, quando engravidou da terceira filha, agora com 15 anos, foi a última vez em que teve qualquer tipo de contato físico com o marido. Hoje, eles moram sozinhos em casa, e ela dorme na mesma cama em que ele, mas sem ter qualquer tipo de relação. Ela diz que, após muito sofrimento, perdeu o interesse em envolvimento amoroso e/ou sexual afirmando que “ela não ligava mais pra isso não... graças a Deus.

Ela conta que todos os três filhos saíram de sua casa por causa do pai. Ele arrumou muitos problemas para a família por não ser um pai presente, nem afetiva e nem financeiramente e ser viciado em drogas. Atualmente, ela conta que o marido a ajuda em cerca de 20 reais por mês apenas, sendo que ele trabalha diariamente como pintor de paredes. Ele também nunca teve um bom relacionamento com os filhos. Cansados de verem a situação, todos os três foram, aos poucos, saindo de casa, indo morar na casa da já mencionada irmã que morava em BH. Hoje, as duas filhas moram ainda na casa que era da irmã, que há 14 anos faleceu, e o outro filho já se casou e mora com a esposa e uma filha.

Aparecida conta que, por quatro vezes, chegou a se separar do marido, indo para a casa dessa irmã. No entanto, ela conta que, quando isso acontecia, ele a perseguia e ameaçava sua

vida e a dos filhos. Receosa diante das ameaças, ela sempre voltava para casa, onde continua até hoje, mesmo não tendo mais, efetivamente, algum envolvimento amoroso e/ou sexual com ele.

“Eu saí de casa quatro vezes né? Mas eu voltei pra casa por quê? Porque andava atrás me ameaçando. Pra ter sossego eu voltei e falei ‘não quero nada com cê, meu fio, nada mais’. *Ele te ameaçava em que?* Morrer... matar uai. *Que ia te matar?* Aham. Até os filho ameaçou, uai. Quando a gente tava a primeira vez lá em casa lá em cima, até os filho ameaçou matar, os filho uai. Tava meus irmão, todo mundo lá em casa”. (Aparecida)

Ela conta que, quando estava em licença maternidade da última filha, ele arcava com as despesas da casa. Entretanto,, depois que ela voltou ao trabalho, ele só contribuía fazendo a compra de alguns itens básicos de alimentação. Nessa ocasião, eles já tinham sua casa própria. Quando Aparecida pedia algum dinheiro a ele para comprar roupas ou produtos de que os filhos precisavam, ele

“falava que ia dar, não dava nada... ia enrolando sabe? Aí às vezes minha irmã ajudava... ih minha fia, passei muito aperto”. (Aparecida)

Ela diz que sua filha mais velha, por exemplo, recebeu muita ajuda com roupas doadas pela patroa da irmã. Sobre o envolvimento dele com as drogas, a primeira filha saiu de casa logo depois que eles descobriram. Aparecida conta que as pessoas sempre chegavam até ela e diziam que ele estava envolvido com drogas, mas ela não acreditava. Ela conta que essa filha chegou a ver o pai usando, mas não lhe contou, apenas admitindo que já tinha visto quando ela descobriu que ele de fato usava drogas. Aparecida conta que, até então, a filha demonstrava um amor muito grande pelo pai. Após ver o que ele fazia, além de não ser um pai muito presente, ela foi se distanciando dele. Sobre o segundo filho que teve, ela conta.

“Tadinho, chamava ele pra soltar pipa... nunca soltou pipa com ele. [Quando o filho saía com ele] chegava em casa chorando ‘ô mãe, nunca mais eu saio com o pai, porque a gente sai com ele e chega sozinho, ele sempre fica no caminho parado com os colega dele, e deixa a gente vir sozinho”. (Aparecida)

Ela conta que descobriu que ele usava drogas quando encontrou algumas em casa, ficando ciente de que ele, tanto usava, quanto vendia drogas.

“Até hoje, por incrível que pareça. Tá mexendo... vendendo não, usando crack. Cê acredita? [...] eu sempre desconfiava, sempre chegava assim e pegava numa situação suspeita”. (Aparecida)

Após cerca de 20 anos da descoberta de que ele usava e vendia, Aparecida descobriu recentemente que ele ainda usava, tendo passado a usar uma droga ainda mais forte.

Ela disse que descobriu em um dia em que chegou em casa e o viu alterado, com a boca torta e meio *duro*, e ficou acompanhando-o até que ele melhorasse, porque ela diz que ficou

“apavorada, minha fia, a gente não quer ver ninguém passando mal, nem morrendo né?”. (Aparecida)

Conversando com seu filho a respeito, ele disse que já sabia que ele está usando *crack*. Aparecida conta que não teve coragem de contar pras suas duas outras filhas sobre isso. Ela relata que ele está muito magro e que não se importa com as roupas que veste. Diz que, aos domingos, continua vestindo as roupas todas sujas de tinta com as quais trabalha durante a semana. Em certa ocasião, Aparecida conta que ele chegou a causar um grande constrangimento em sua filha caçula quando apareceu em sua festa de 15 anos sujo e vestido de bermuda para dançar a valsa com ela.

Sobre esse episódio, ela diz que não teve coragem de dizer a ele que foi mal vestido, porque acredita que

“seria humilhante pra falar assim, veja, a roupa que ocê foi lá sabe?”
(Aparecida)

Pergunto à Aparecida se ela não teme morar com um viciado, que pode se envolver em problemas por conta de dívidas de drogas. Quando faço essa pergunta, ela diz:

[...] ah lá em casa some, lá em casa some as coisa. Eu tinha um livro de receita desse tamanho da Dona Benta, grosso assim. Minha nora comprou uns pra dar de presente, sumiu! Eu tinha três máquina... duas máquina de moer carne, aquelas antiga? Sumiu! As coisa some sabe, depois de muito tempo que a gente vai dar conta né? (Aparecida)

Sobre o fato de os filhos terem saído de casa, ela diz:

“Nossa Senhora! Na hora que eu penso nisso, desmanchou minha família, me separou dos meus filho”. (Aparecida)

Aparecida conta que ficou tão arrasada com a situação que decidiu vender a casa em que moravam para irem procurar alguma outra casa próxima à casa de sua irmã. Nessa ocasião, sua filha mais nova ainda morava com ela, mas dormia muitas noites na casa que era da tia e onde estavam seus irmãos. Ela conta que sua filha caçula não viu a família morando na mesma casa desde quando tinha dois anos de idade, que foi quando o segundo filho saiu de casa.

Contudo, quem vendeu a casa foi o marido, e ela conta que, nessa transação, uma boa parte do dinheiro sumiu. E o que eles conseguiram comprar foi um barraco na mesma rua em que mora a irmã, sendo essa a mesma casa em que ela mora até hoje, que foi mencionada acima: tendo inicialmente dois cômodos (quarto e cozinha), hoje tem três (quarto, sala e cozinha), e não tem banheiro interno. Quando Aparecida se mudou para essa casa, conta que sua filha dormia na cama de casal junto com os pais. Como ela achou que isso inapropriado, mesmo não tendo nenhum relacionamento com o marido, deixou que ela fosse morar com os irmãos na casa que era da tia, já falecida nessa época, e que era, agora, na mesma rua em que morava. Ela conta que sua casa anterior era grande, e que não havia esse problema de espaço, mas que não fazia sentido ficar lá sozinha com o marido e a filha, longe dos outros dois filhos. E, que, então, preferia estar nessa casa sem estruturas, mas estar próxima aos filhos.

Aparecida conta que morar com o marido é como viver em um “*inferno*”.

“Deus que me perdoe, a hora que chega em casa eu falo crendeuspai, minha fia. Nó, eu rezo muita pra São Bento, sabe?”. [Ela diz que ainda pensa em construir um quarto para a filha caçula em sua casa:] “então, to pensando em fazer ainda sabe, to juntando dinheiro, mas nunca junta... nunca faz. Tava arrumando as ferragem lá pra fazer o quarto dela e o banheiro”. [Ela diz que essa filha nunca teve] “uma cama dela mesmo, nunca teve um quarto... tem criança que nasce, já...”. (Aparecida)

Retomando agora o assunto do emprego no qual ficou por 30 anos, ela conta que saiu de lá após esse tempo porque o filho da senhora já falecida, que era o único que então morava na residência, ficou doente e foi levado pela família para morar em um asilo. Sendo assim, a família não demandava mais o serviço de Aparecida. Ela conta que ficou procurando outro emprego enquanto ia se virando com o dinheiro que tinha recebido no acerto do término do contrato de trabalho. E foi quase há três anos atrás, então, que começou a trabalhar em uma

república estudantil no bairro Caiçara, próximo ao bairro onde mora. Lá, Aparecida é responsável pela arrumação, limpeza, lava e passa roupas e cozinha. Ela conta que é uma imensa bagunça a casa. Para exemplificar, conta que existe um cômodo na casa só com roupas lavadas e passadas, que os 12 estudantes não guardam em seus próprios armários, e que muitas roupas se acumulam e se misturam umas às outras. Ela diz que, nessa dinâmica, um usa a roupa, a meia e a cueca do outro. Aparecida acrescenta que é uma república que tem muitas festas, o que dá muito trabalho no que se refere a limpeza.

Sobre sua relação com eles, ela afirma que apenas alguns conversam com ela, e que outros

“nem olha na cara, tem dia que fala bom dia, tem dia que não fala, mesma coisa de não tá enxergando a gente. Assim... não vê a gente. E tem uns que chega: ‘bom dia Dona Aparecida’. E conversa né... tudo tal... conta as coisa da família deles, tem outros que não, nem vê, nem olha”. (Aparecida)

No início, Aparecida conta que recebia um salário mínimo e mais 150 reais, e que chegou a dizer a eles que iria sair do serviço porque era muito trabalho para fazer e que não estava dando conta (ela tem problemas de circulação nas pernas que lhe causam dores diárias). Então eles conversaram entre si e decidiram que iriam lhe pagar 300 reais a mais do que o salário mínimo e que ela poderia ir fazendo o serviço dentro do seu ritmo.

Aparecida decidiu então continuar. Entretanto, os meninos da república nunca registraram, em carteira, o que eles pagavam a mais do que o salário mínimo. Após um tempo pagando os 300 reais a mais, ela conta que eles a procuraram dizendo que estava ficando muito caro esse valor de pagamento. Propuseram a ela pagar um salário registrado na carteira, 50 reais a mais, e não descontar do seu pagamento os 8% relativos ao INSS, o que ficaria integralmente por conta deles. Aparecida então aceitou a proposta e continuou no trabalho.

Na república, ela conta que, no início, fazia o almoço para eles e também almoçava a mesma comida (que era composta por arroz, feijão, carne e salada). No entanto, ela conta que agora tem que levar sua alimentação de casa. No que se refere a lanches, ela conta que eles não lhe dão nada. Ela diz que consegue levar somente pão de casa. No caso do almoço, ela conta que só faz arroz e feijão e que, agora, cada um deles faz a sua própria carne. No início dessa dinâmica, ela diz que eles compravam carne para ela e falavam para ela ir fazendo uma a cada dia para comer. Mas eles mesmos começaram a pegar a sua carne.

Aí começou a sumir [sua carne], aí parou [de comprar]. Eles falava: ‘ah Dona Aparecida, comprar uma carne pra senhora’. Eu falava ‘não gente, precisa não, pode deixar. Eu fico com o arroz com feijão mesmo, tá bom’. Porque a gente como até correndo né, porque é muito serviço né, a gente fica apavorada. Eu como até em pé na pia, minha fia, ponho um pouquinho de arroz com feijão lá no potinho assim e vou arrumando cozinha, lavando vasilha e comendo. (Aparecida)

Quando sai do trabalho, Aparecida não vai diretamente para a sua casa. Passa na casa onde moram as duas filhas, atualmente com 15 e 33 anos, arruma a cozinha e deixa refeições prontas para elas (ela diz que não come essas refeições, porque diz que, a essa hora, a fome já passou). É lá que toma banho e, por isso, ajuda a pagar a conta de luz. Antes, diz que tomava banho de *canequinha* mesmo em sua casa, que não tem o banheiro interno (o banheiro interno só tem um vaso, e não tem chuveiro. O marido toma banho de *canequinha* em casa mesmo). Sua filha mais velha trabalha em casa fazendo serviços *freelancers* redigindo conteúdos para endereços eletrônicos, sendo graduada em administração; a filha mais nova é estudante do ensino médio; e o filho, que é casado e tem uma filha, é operário em uma empresa de personalização automotiva.

Depois de trabalhar na casa das filhas, vai finalmente para a sua casa, quando descansa, e faz orações por um bom tempo: ela diz que reza três terços diariamente. Depois, faz janta para ela e o marido. Em relação ao jantar em sua casa, ela diz que sempre prepara algo; ou leva algum resto de comida da casa de suas filhas (pois é ela quem compra legumes e verduras para fazer a comida das filhas); ou prepara uma quantidade maior na casa das filhas para levar também para sua casa. Depois de jantar, vai para a casa onde estão as filhas para ver um pouco de televisão com elas, novela. Quando termina a novela, vai para casa dormir e levanta, todos os dias, às 4:30hs da manhã. Ela conta que, por estar fazendo a entrevista comigo em horário posterior ao seu trabalho, já adiantou em um dia anterior a comida para as filhas.

Quando pergunto à Aparecida o que ela gostaria de ser e não é, ela diz: “

“ah eu queria ser uma pessoa assim... animada, alegre, não sou. Eu tenho uma tristeza na minha vida que não sei o que é. Eu nasci assim”. [Quando questiono se tem planos para o futuro, ela diz:] eu não. Ah não sei, a idade da gente vai chegando né. Ah, eu acho que sei lá, acho que vai indo, acaba, para né? Eu não tenho plano mais não, de futuro não. [Um tempo depois, ela diz:]] eu penso assim, um dia... eu completar 60 anos né... aposentar e ficar em casa. Ter mais tempo pra fazer as coisa, mas assim... sentar... olhar assim o sol... é, pelo menos ler né [ela diz que gosta muito de ler, mas não tem tempo], sentar, ler um jornal, um livro né? Que há muito tempo eu não leio, consigo ler...

[mais a frente, em outro momento da entrevista, ela completa:] tinha vontade de morar na roça, quando eu vejo uma casinha assim... pode ser sozinha também né? Os filho... não ia querer. Aí fim de semana, fim de semana tinha que ficar junto né?" (Aparecida).

Quando pergunto a ela se seu marido está nesse pensamento, ela diz prontamente que não, e completa:

“Deus me perdoe Juliana, tem hora que eu sinto tão mal, boba, de ficar sentindo essas coisa, nossa... sabe, não guento olhar na cara dele. Não, aí... boba, nossa, gente, diz que a gente não pode ficar odiando os outro, não pode ter raiva de ninguém né? Mas aí eu fico assim... Nossa Senhora...”. (Aparecida)

A trajetória de Arlete

Arlete tem 37 anos, é divorciada e tem quatro filhos. Nasceu na cidade de Palestina do Pará, interior do estado do Pará. Atualmente, mora e trabalha como diarista em BH. A entrevista foi realizada em seu apartamento, no bairro Heliópolis, onde mora com duas filhas. Os outros dois filhos moram com o ex-marido. O apartamento é simples, bem arrumado, e fica em um condomínio com vários blocos com um perfil mais popular. Em cada bloco, há vários apartamentos pequenos. Quando cheguei à sua casa, o que me chamou a atenção, em um primeiro momento, foi sua aparência jovial. Suas duas filhas estavam em casa mas, na ocasião da entrevista, ficaram na área externa do condomínio. Enquanto a menor brincava, a mais velha tomava conta dela. Fui recebida em sua casa com a oferta de uma canjica que ela havia acabado de preparar. Ela foi indicada a mim por uma colega da pós-graduação, que a conhecia por ela fazer faxina na casa de um parente seu.

Arlete conta que Palestina do Pará era uma cidade muito pequena e com poucas oportunidades. Relata que sua infância foi tranquila, tendo sete irmãos. Ela não frequentava a escola até os 10 anos porque em Palestina do Pará não havia escolas. As escolas mais próximas ficavam na cidade de Marabá, a 110km de distância. Quando tinha 10 anos de idade, conta que seus pais fizeram algo que era uma prática muito comum onde morava: conseguiram uma família de Marabá com quem ela pudesse morar e trabalhar, além de estudar. Arlete foi então ainda criança para Marabá com essa família. Na casa deles, moravam apenas a mulher, sua patroa, e seu filho de seis anos. Arlete, assim que chegou, passou a ser responsável, em uma casa de doze cômodos, por todas as tarefas domésticas: arrumação, limpeza e cozinha.

Ela era então uma doméstica residente, mas sem remuneração. Pelo trabalho, recebia moradia e alimentação.

Como tinha apenas 10 anos quando começou a trabalhar, começou a estudar, o que fazia no período da noite. Arlete conta que não recebia apoio da família para continuar estudando. Ela afirma que só poderia sair para ir para a escola à noite se não tivesse nem uma colher suja na casa. Conta que andava por uma hora para chegar à escola e por uma hora para voltar. Como tinha que faltar por diversas vezes ao trabalho por ser impedida de ir pela mulher, repetiu várias séries.

Além disso, quando voltava da escola à noite, era o único horário que tinha para fazer as tarefas e estudar os conteúdos. No entanto, sua patroa não deixava que ela ficasse com a luz de seu quartinho acesa para estudar. Arlete conta que, ainda assim, não desistiu de estudar porque gostava muito. Para lidar com essa situação, ela conta que estudava no terraço da casa, aproveitando a iluminação do poste da rua. Ela conta que não era bem tratada pela mulher e que, quando as roupas que levou de casa acabaram, a mulher lhe dava roupas, mas deixava quase todas em um local trancado, deixando disponíveis para ela apenas duas trocas de roupa. Além disso, não deixava que ela usasse o sabão da casa para lavar sua própria roupa. Em relação à alimentação, ela conta que também era racionada. Quando dormia em seu quartinho de empregada, a mulher, por vezes, a chamava de madrugada para pedir alguma coisa.

Os pais não sabiam sua situação na casa porque, tendo escassez de telefones disponíveis na cidade, sempre que ela entrava em contato com eles pelo telefone, a mulher estava junto, e ela era obrigada a dizer que tudo estava bem. Arlete permaneceu nessa casa até os 15 anos de idade, quando decidiu fugir. Ela conta que, enquanto ainda morava na casa, conheceu uma moça que ia pra Belém. Fugindo, decidiu ir com a moça para Belém para trabalhar na casa dela como doméstica residente, mas agora remunerada.

Quando estava com 16 anos, conheceu um rapaz com quem se envolveu e acabou engravidando. Ela conta que o rapaz queria que ela abortasse a criança. Vendo-se completamente desprotegida, porque ela estava em Belém e não conhecia ninguém, lembrou de sua tia que morava em BH. Ela conta que ficou um tempo sem conseguir falar com os pais porque, em Palestina do Pará, na época, só havia um telefone público. E era muito difícil conseguir a comunicação com quem se queria falar. Decidiu, então, entrar em contato com a tia de BH, contando-lhe sua situação. A tia lhe mandou dinheiro para passagens e, com sete meses de gravidez, ela se mudou para a cidade onde mora até hoje.

“Ai eu vim pra cá, e ela me deu todo o apoio, me cuidou o resto da minha gestação. Eu não tinha nem documento, nem identidade eu não tinha. Ai ela me levou pra eu tirar meus documentos”. (Arlete)

Na gravidez, relata que quase morreu, sendo desenganada pelos médicos ao ter eclampsia e ficar por 15 dias em um Centro de Tratamento Intensivo (CTI). Ela conta que os médicos afirmavam que, se ela sobrevivesse, ficaria com sequelas. Diz que, enquanto estava em coma, teve que ficar em um quarto todo escuro para recuperar a visão.

Arlete sobreviveu sem nenhuma sequela e a menina, que havia sido retirada por cesariana, passava bem. Quando a bebê tinha três meses, voltou a trabalhar, conseguindo um emprego em um supermercado. Sua bebê ficava com uma vizinha, que já tinha seis filhas.

“As filhas da vizinha tavam lá 6 horas pra buscar a [nome da filha]. Ela sempre foi muito paparicada lá”. (Arlete)

Nessa época, afirma que havia retomado o contato com os pais, que haviam se mudado do Pará para o Piauí, que era a terra natal deles. Com esse contato retomado, soube que eles não estavam em uma boa situação na cidade.

“Lá o custo de vida é alto e não tem emprego direito, e o salário é muito baixo”. (Arlete)

Seus planos, então, passaram a ser trazer os pais para BH. Trabalhando no supermercado, entrou em um consórcio e comprou um lote para os pais em Ribeirão das Neves, município da região metropolitana de BH. Como estava difícil juntar o dinheiro para viabilizar a mudança dos pais para lá, resolveu sair do supermercado e começou a trabalhar como doméstica mensalista residente, pois, dormindo no trabalho, ganharia mais dinheiro. Conseguiu então custear a vinda dos pais.

Aí juntei na época 700 reais, que era muito dinheiro na época pra trazer meus pais e meu irmão, aí juntei esse dinheiro e eles vieram. Meu pai tava desempregado . Aí eu conheci... tinha um engenheiro que era amigo da dona [para quem estava trabalhando] e aí eu pedi pra ele arrumar um emprego pro meu pai, e ele arrumou um serviço e meu pai trabalhou sete anos e depois ele aposentou (Arlete).

Assim que os pais chegaram a BH, Arlete conta que deixou o trabalho como doméstica residente porque não queria mais ter que deixar a filha a semana toda com sua vizinha. Conseguiu emprego em uma fábrica de carimbos, onde diz que fazia de tudo um pouco. Mudou-se para Ribeirão das Neves, para morar com os pais. A partir daí, sua filha ficava com os pais para ela trabalhar. Em Ribeirão das Neves, conheceu um rapaz, com quem começou a namorar. Após algum tempo, foi morar com ele.

Ela conta que ele era muito ciumento e que começou a ver problemas no fato de ela trabalhar. No entanto, continuou a trabalhar. Como o namorado começou a criar muitos problemas com o seu trabalho, acabou sendo demitida. Conseguiu arrumar uma casa para fazer faxina como diarista. Ela conta que faz faxinas nessa casa até hoje (há 19 anos). Arlete ficou por oito anos com esse rapaz, com quem, durante esse período, teve mais três filhos. Após os oito anos, quando eles estavam prestes a formalizar a união, Arlete desistiu do relacionamento porque percebeu que não seria feliz, já que ele era muito ciumento, a controlava, não queria que ela trabalhasse e ainda era contra seus planos de voltar a estudar:

“Eu comecei, sempre pensei em melhorar e aí eu casei com o pai dos meus meninos, mas aí parou minha vida porque ele era ciumento, não me deixava trabalhar, não me deixava estudar... então parou todos os meus projetos”. (Arlete)

Como não tinha condições financeiras de ficar com os quatro filhos, e o ex-marido queria ficar com alguns deles, eles dividiram e Arlete ficou com duas filhas (a primeira que teve aos 15 anos e uma que era fruto de seu relacionamento com o ex-marido); e o marido, com dois dos outros filhos. Atualmente, as duas meninas estão com 17 e seis anos; e os meninos, com 12 e 10 anos. Ela disse que, ao se separar, teve que começar do zero. Voltou com as duas filhas para a casa dos pais em Ribeirão das Neves.

Nessa ocasião, precisando aumentar a renda, além de fazer faxinas, começou a trabalhar no período noturno como camareira em um motel, das 19hs às 7hs, em regime de 12 por 36 horas (12 horas de trabalho seguidas de 36 horas de folga); e se inscreveu em um programa de habitação do governo federal. Para fazer parte do mesmo, precisava comprovar renda. Assim, acumulou suas funções de camareira com a de diarista. Nas noites em que trabalhava como camareira no motel, saía direito do trabalho para fazer faxina na casa de uma senhora pela manhã e em outra casa à tarde. Então, além do trabalho no motel, ela fazia duas faxinas diárias. Ela descansava apenas em suas noites de folga do motel.

“Então eu andava dormindo em pé, não sei como que eu aguentei, porque eu tinha que comprovar renda”. (Arlete)

Estando ainda trabalhando como camareira no motel, conseguiu o apartamento por meio do programa de habitação e se mudou, com as duas filhas, para o bairro Heliópolis, em BH, onde reside atualmente. Ela conta que sua renda como camareira e como faxineira não era suficiente para se sustentar e às suas filhas e para pagar as prestações da casa. Mantendo ainda o emprego no motel, conseguiu outro emprego como camareira em um hotel muito tradicional da cidade de BH, onde permaneceu por três anos e meio. Arlete conta que acumulou, então, as três atividades: camareira no motel e no hotel e faxinas em suas folgas e fins de semana.

Em meio a todos esses trabalhos, Arlete decidiu levar adiante seu sonho de voltar a estudar. Há 10 anos havia parado. Como ela não tinha terminado ainda o ensino médio, cursando até o primeiro ano desse nível, voltou a estudar em uma escola do programa Centro Estadual de Educação Continuada (CESEC), em que se estuda sozinho por módulos e se vai à escola para tirar dúvidas.

“Decidi voltar a estudar, porque eu queria melhorar, tava muito sofrido pra mim, muito cansativo. O salário que eu tava recebendo, mesmo fazendo faxina ainda era pouco, falei ‘não, não é isso que eu quero pra mim’, toda vida eu sonhei, gosto de estudar e toda a vida eu sonhei em fazer um ensino superior”. (Arlete)

Arlete conta que estudava nos trajetos dos ônibus que pegava, sendo esse um dos poucos tempos disponíveis que tinha para fazê-lo. Ela conta que cursou cinco disciplinas sendo aprovada em todas. Disse que fazia uma prova todas as semanas. Como as provas eram noturnas e os horários para tirar dúvidas também, saiu de seu emprego à noite no motel.

”Pra eu terminar o ensino médio foi muito difícil, porque eu estudava no caminho. Durante o tempo, nem sempre eu saía no horário do hotel, por que só tinha um funcionário na semana, a escala era seis por um, e aí eu chegava em casa e já era noite, e eu saía de lá, tinha os meninos... e eu saía de lá do hotel, e ia direto pro CESEC, aí eu ia estudando no caminho, fazia exercício... era muito difícil eu estudar em casa. Eu fazia exercício, parava no ponto do ônibus, eu ia fazendo, aí todo mundo olhando, eu dava graças a Deus que parava no sinal.” (Arlete)

Depois de um ano, decidi cursar uma faculdade. Tentou vestibular na PUC-MG para o Curso de Administração. Foi aprovada. Ela conta que, quando fez a prova do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), se sentiu mal, tendo tonteiras e, então, não foi bem na prova (ela afirma ter feito 57 pontos). Por esse motivo, não conseguiu bolsa pelo Pro Uni (Programa Universidade para Todos). Tentou, então, a bolsa institucional da PUC, e conseguiu uma bolsa de 50% do valor da mensalidade do curso, começando, assim, a estudar.

Quando entrevistei Arlete, ela estava terminando o segundo período do curso. Ela conta que, quando começou a estudar, pesquisou a renda obtida com estágios, e viu que o valor era inviável para o seu sustento. Nessa mesma época, conta que o hotel em que trabalhava fez mudanças, reduzindo o valor de comissão recebido pelas camareiras. Ela diz que, nesse momento, algumas pessoas de seu convívio social, como as camareiras com as quais trabalhava no hotel, achavam que ela estudar era uma perda de tempo, porque acreditavam que não seriam dadas oportunidades a ela. Arlete conta que a percepção de suas colegas se dava muito em função do que aconteceu quando ainda trabalhava no hotel no começo da graduação. Ela conta que a direção do hotel havia prometido lhe dar uma oportunidade, mas, quando essa oportunidade chegou, eles queriam que ela trabalhasse na supervisão operacional do hotel, mas sem lhe pagar qualquer adicional salarial por isso. Arlete conta que sua jornada de trabalho e suas responsabilidades aumentariam, sem que ela ganhasse mais por isso, o que ainda iria dificultar mais sua dedicação aos estudos.

Percebendo que se manter no trabalho não seria viável, até porque teria que encontrar alguma maneira de posteriormente conseguir compatibilizar alguma fonte de renda com o estágio do curso, decidiu sair do hotel para ser somente diarista. Fazendo faxinas, ela diz que não trabalharia nos sábados, domingos e feriados, como fazia como camareira, e poderia obter uma renda maior, sem ficar tão cansada como ficava com a rotina do hotel. Começou, então, a fazer faxinas em horários e dias fixamente agendados em três residências, o que faz de segunda a sexta-feira. Ainda assim, afirma que continua sendo pesado pagar os 50% da mensalidade de seu curso. Sobre a rotina de estudos, relata que continua estudando nos trajetos de ônibus e que estuda também aos sábados e domingos e, quando necessário, em parte da madrugada nos dias de semana. Arlete diz que, na faculdade, não conta que é diarista.

“Gente da faculdade eu nem comento né, porque você sabe que tem muito preconceito.. eu não tenho vergonha, pelo contrário, eu tenho orgulho de dar conta. Muita gente... quem me conhece, me dá parabéns, porque eu sou muito esforçada e tudo... mas tem muito preconceito né. ... eu prefiro nem falar, tem muito preconceito e eu prefiro nem entrar em detalhes... em outras áreas assim.. tipo assim,

você já tem amizade com uma pessoa, aí ela já sabe disso e começa a fazer diferença assim”. (Arlete)

Quando lhe pergunto por que a escolha pelo Curso de Administração, ela responde:

“porque é um curso com uma área ampla né, tem várias outras matérias né, tem direito, psicologia, vou ter *marketing*, vou ter um pouquinho de tudo. Um curso que me dá uma base melhor, uma noção melhor de vida”. (Arlete)

Ela diz que pensa na área de humanas se for trabalhar em alguma empresa. No caso de carreira acadêmica, sem que eu lhe pergunte algo a respeito, ela me pergunta se faria pesquisas se seguisse a carreira acadêmica. Quando lhe falo a respeito do ensino, da pesquisa e da extensão, ela diz que pode ser algo que comece a pensar, já que diz que quer fazer mestrado e doutorado (sem entender bem o que são esses níveis de ensino).

Outro assunto que volta na entrevista é sobre os filhos que não moram com ela. Arlete disse que o filho de 12 anos quer muito ir morar com ela, mas que ela ainda não tem condições de fazê-lo.

“Pra rotina de vida que eu tenho, eu não acho conveniente trazê-los pra cá agora, porque eu não posso deixá-los aqui sozinho... é muito perigoso, não dá pra deixar. Lá o pai leva, vai buscar na escola, tá sempre acompanhando, trabalha perto, então é outra coisa. Eu sinto muitas saudades deles, mas por enquanto não dá”. (Arlete)

Quando fala sobre a perspectiva para o futuro em relação ao Curso de Administração, Arlete conta que ainda não se vê deixando o trabalho de diarista para fazer outro trabalho, principalmente no caso da residência em que trabalha há 19 anos. Ela conta que não sabe se teria coragem de parar de fazer faxina lá.

“Porque na hora que eu me formar eu vou ter que sair... aí eu já fico pensando. E eles são muito bons pra mim. Me deram apoio... já me ajudaram muito. Quando eu precisava antes... antes eu não tinha computador, agora eu to tendo, mas quando eu precisava de alguma coisa, sempre eles que resolviam pra mim... qualquer hora que eu preciso de algum apoio, eles estão aí pra me apoiar, então... *Então você não sabe como vai ser essa transição?* Não, só sei que um dia eu vou ter que sair. Não sei como”. (Arlete)

Após recontar as trajetórias de vida narradas pelas seis domésticas – Eva, Salete, Tânia, Débora, Aparecida e Arlete, iniciarei a apresentação das analíticas, teorias e análises referidas a cada uma das artes a serem abordadas.

6 AS ARTES DE VIVER E DE CUIDAR DAS EMPREGADAS DOMÉSTICAS (Foucault e a constituição do sujeito)

Este capítulo visa responder, em partes, à *Questão Orientadora 1: Como o trabalho doméstico atua como um processo de subjetivação que afeta a constituição subjetiva das empregadas domésticas?*, tendo em Michel Foucault o principal autor orientador da análise. Essa questão será respondida em partes porque o capítulo 7 trará uma complementação de sua resposta ao analisar como as categorias gênero e raça podem influenciar nessa constituição subjetiva.

Para entender melhor a analítica de M. Foucault, é importante contextualizar a obra do autor em três diferentes momentos, que se inter cruzam em diversos aspectos, mas que apresentam importantes diferenças em termos de focos analíticos. Esses três momentos podem ser caracterizados pela arqueologia, genealogia e pela ética / estética da existência, lembrando que essas não são maneiras estanques de se ver a obra do autor, não significando passagens estanques de uma fase à outra. Pois não se trata de um abandono radical de métodos e de preocupações. Seus focos em termos de problemas e objetos de pesquisa é que se alteram. Nesse sentido, utilizo aqui essa classificação categórica, mas reconhecendo que ela é perigosa e que há, por exemplo, continuidades e complementaridades entre a arqueologia e a genealogia.

No período arqueológico, Foucault (1987) se dedicou à arqueologia do saber. Arqueologia, segundo o autor, é

[...] uma palavra com a qual se pode jogar. *Arché*, em grego, significa ‘começo’⁵⁰. Em francês, temos a palavra ‘arquivo’, que designa a maneira como os elementos discursivos foram registrados e podem ser extraídos. O termo ‘arqueologia’ remete, então, ao tipo de pesquisa que se dedica a extrair os acontecimentos discursivos como se eles estivessem registrados em um arquivo (FOUCAULT, 2006c, p. 257).

A arqueologia foucaultiana pode ser entendida como uma prática de identificação de descontinuidade dos saberes. Por meio da arqueologia, o autor realizou uma análise de discursos e de práticas discursivas, vendo a verdade como uma produção de declarações que

⁵⁰ Embora o termo arqueologia derive de *arché*, que significa começo, princípio de uma emergência de objetos de conhecimento, Foucault (2002) desenvolveu estudos arqueológicos objetivando, na realidade, o entendimento do presente e do que somos hoje, tentando entender quais são as determinações históricas dos nossos próprios regimes de discurso, sem acreditar que exista a origem de algo. Tendo esse raciocínio, em *As palavras e as coisas*, enfatiza que não faz a arqueologia das ciências humanas, mas, sim, uma arqueologia das ciências humanas (FOUCAULT, 2002; REVEL, 2005).

são reguladas por meio de mecanismos discretos que muitas vezes independem da vontade de quem emite os discursos. Para Foucault (2006c), há vários regimes de verdade que correspondem a determinadas épocas. Os regimes de verdade são tipos de discursos que cada sociedade acolhe e toma como verdadeiros. Esses regimes orientam distinções entre verdadeiro e falso, as sanções que serão aplicadas, as técnicas legitimadas como produtoras de verdades (como as ciências), e a definição de quem pode dizer o que é verdade (FOUCAULT, 2006c; REVEL, 2005).

Os homens precisam lidar com esses regimes que mudam e que não são únicos. Eles têm regras específicas que são construções históricas e culturais. Esses regimes de verdade podem ser entendidos como sentidos sociais que são produzidos a respeito de determinado tema. Por esse motivo, trouxe uma contextualização a respeito dos sentidos sociais do que é ser empregada doméstica na sociedade brasileira.

O que Foucault (1987; 2002) empreendeu nesse período foi uma história do saber, considerando que todo conhecimento existe a partir de determinadas condições políticas, ou seja, que todo saber é político (MACHADO, 2012). Nesse momento, o autor teve como importante objeto de estudo a loucura, vinculada a seus questionamentos sobre o saber. O autor estudou a transformação social da loucura em uma doença mental, por meio de relações entre saber e produção de verdades. A loucura, para ele, tem a ver com uma relação entre poder e saber por que “[...] o doente mental se constitui como sujeito louco em relação e diante daquele que o declara louco” (FOUCAULT, 2004a, p. 275), sendo que esse declarante está envolvido em relações de poder e em constituição de campos de saber.

Seu foco de estudo foi, então, a loucura enquanto objeto de certo saber. Nesse período, o autor entendia a disciplina como sendo um campo de saberes autodeterminados. Podemos dizer, nesse contexto, que Foucault não tinha uma epistemologia, porque a epistemologia busca entender a evolução dos conceitos, por que um conceito é melhor do que o outro. Ao invés disso, M. Foucault queria saber por que alguns conceitos e não outros. Por que determinados saberes eram produzidos e não outros? Assume, nesse caso, um posicionamento mais político do que epistemológico.

Em *As palavras e as coisas*, Foucault (2002) desenvolveu uma arqueologia das ciências humanas, sobre os saberes produzidos sobre o homem, questionando a existência de um sujeito transcendental. Representando um questionamento a respeito de como surgiram as ciências humanas e seus saberes que, para ele, são tardios, Foucault (2002) utiliza, nesse

contexto, a noção de episteme⁵¹, que pode ser entendida, a grosso modo, como diferentes modos de pensar. A episteme, para Foucault (2002), seria aquela que definiria as condições de possibilidade dos saberes.

Empreendendo sua arqueologia, o autor trabalhou com a ideia da existência de três diferentes epistemes ocidentais: o Renascimento com a ideia de semelhança (século XVI); a Idade Clássica (sendo a nomeação que dá para os séculos XVII e XVIII) com a ideia da representação e a Modernidade com a ideia de temporalidade (a partir do século XIX), as quais implicariam diferentes modos de pensar os saberes sobre o homem (FOUCAULT, 2002; DIAZ, 2012).

Partindo para o que pode ser considerado o segundo momento de sua obra, Foucault (1985; 1992; 1995; 2004c) vai da análise das práticas discursivas para a analítica do poder (mantendo ainda a análise de práticas discursivas, as quais estiveram presentes em toda a sua obra), passando da arqueologia para a genealogia⁵². Nesse período, o autor considera disciplina como sendo uma estratégia de poder da modernidade, uma tecnologia de poder. Disciplina, segundo M. Foucault, é se adequar a normas. Nesse período, as práticas discursivas continuam sendo importantes, mas são também articuladas às demais práticas sociais (FIGUEIREDO FILHO, 2008).

O período genealógico (FOUCAULT, 1985; 1992; 2004c) é também marcado por diversos enfoques sobre o poder. É como se ele tivesse introduzido a analítica do poder à arqueologia. Em um primeiro momento, o autor tem como objeto de estudo o poder e suas vinculações, por exemplo, com a criminalidade. O autor parece entender que não dá para estudar os saberes somente por meio dos discursos, mas também pelas práticas, que seriam as responsáveis por conferir poder aos saberes. Estuda, entre outros temas, o nascimento da clínica, as técnicas de exame, as tecnologias de poder ligadas à qualificação e ao controle da criminalidade.

O poder disciplinar foi, então, um dos objetos de estudo de Foucault (1992). Ele pode ser entendido como a ação sobre a ação do outro (fazer o outro fazer, fazer o outro saber). Como

⁵¹ Michel Foucault entende episteme como um conjunto de relações que conectam tipos de discursos (como as relações entre as ciências e entre discursos científicos) que correspondem a determinado período histórico (FOUCAULT, 2003a).

⁵² A genealogia é [...] uma pesquisa histórica que se opõe ao ‘desdobramento meta-histórico das significações ideais e das indefinidas teologias’, que se opõe à unicidade da narrativa histórica e à busca da origem, e que procura, ao contrário, a ‘singularidade dos acontecimentos fora de qualquer finalidade monótona’. A genealogia trabalha, portanto, a partir da diversidade e da dispersão, do acaso dos começos e dos acidentes: ela não pretende voltar ao tempo para restabelecer a continuidade da história, mas procura, ao contrário, restituir os acontecimentos na sua singularidade. [...] [Posiciona-se de maneira contrária à] instância teórica unitária que pretenderia depurá-los, hierarquizá-los, ordená-los em nome de um conhecimento verdadeiro” (REVEL, 2005, p. 52).

destaca Fonseca (2011), o autor diferencia esse poder disciplinar de formas de dominação e de violência que incidem mais fortemente sobre os corpos, apropriando-se deles, como é o caso da escravidão. No caso do poder disciplinar, o corpo pode ter certa autonomia, mesmo que essa autonomia seja ainda perpassada por coerções sutis que visam controlar comportamentos. Se é fazer o outro fazer /saber, o poder disciplinar envolve mecanismos de poder que não se apropriam de corpos, mas que se apropriam do que os outros sabem, sentem, produzem e praticam. E é justamente por esse motivo que as relações entre poder / saber, que produzem os jogos de verdade, acabam afetando a constituição subjetiva.

Foucault (1985) parte também para o estudo do biopoder, que é um momento de inflexão em sua analítica do poder, em que ele sai da abordagem das relações disciplinares para pensar o biopoder, que é o poder sobre as populações, o poder sobre a vida. Trata-se de uma forma de poder executada desde o fim do século XVIII (FOUCAULT, 1992). Extrapolando os mecanismos dos poderes disciplinares, o biopoder atua de maneira local, em setores como “[...] gestão da saúde, da higiene, da alimentação, da sexualidade, da natalidade etc., na medida em que elas se tornaram preocupações políticas” (REVEL, 2005, p. 26).

Analisando o biopoder, Foucault (1992) estuda também a biopolítica, que é a gestão política da vida, o governo dos vivos. Nascida no contexto do liberalismo, a biopolítica coloca em ação na sociedade esse biopoder (FOUCAULT, 1992). Nesse contexto, Foucault (1992; 2008) pensa também o Estado e a governamentalidade que, por sua vez, é uma tecnologia de poder que incide sobre as populações, entendendo população como “[...] um conjunto de seres vivos e coexistentes que apresentam traços biológicos e patológicos particulares e cuja própria vida é suscetível de ser controlada a fim de assegurar uma melhor gestão da força de trabalho (REVEL, 2005, p. 27).

Governamentalidade, para Foucault (1992), assume três significados.

[Em primeiro lugar,] o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer essa forma bastante específica e complexa de poder [o biopoder], [...]. Em segundo lugar, por governamentalidade, entendo a tendência que em todo o Ocidente conduziu [...] à preeminência desse tipo de poder [...]. Enfim, por governamentalidade, eu creio que seria preciso entender o resultado do processo através do qual o Estado de justiça da Idade Média, que se tornou nos séculos XVI e XVII Estado administrativo, foi pouco a pouco ”governamentalizado” (FOUCAULT, 1992, p. 290).

Foucault (1985) também teve como objeto de estudo no período genealógico a sexualidade e sua regulação, fazendo uma reflexão a respeito de práticas de poder que produzem modos de ser. Faz críticas à confissão, entendida como uma tecnologia de poder que

se constitui em uma prática de falar de si mesmo. O autor mostra que existe uma continuidade entre a confissão religiosa e a escuta psicanalítica, embora a primeira esteja relacionada à criação de um sentimento de culpa, e a segunda, a um sentido de liberação.

Nesse período em que o poder ganhou espaço em suas análises, o estudo dos saberes não foram abandonados. O que se pode depreender dessa nova discussão que inclui o poder são a existência, por exemplo, dos já mencionados jogos de verdade (FOUCAULT, 2006c)⁵³, que compreendem a relação recíproca e de dependência existente entre os processos de objetivação e de subjetivação (REVEL, 2005), que serão analisados adiante. Os jogos de verdades são relações entre saber e poder, relações essas que podem ser exemplificadas, no caso desta tese, pelos jogos de verdade a respeito do que é ser doméstica na sociedade brasileira. Se falo de verdades, falo de sentidos sociais do que é ser empregada doméstica. E se falo de poder, falo das ligações entre esses sentidos e as relações de poder que envolvem o trabalho doméstico.

Para Foucault (1992), saber e poder são duas noções mutuamente implicadas. Para o autor, não há relação de poder sem que um campo de saber seja constituído e todo saber constitui relações de poder. Em relação ao crime, por exemplo, o autor fala das relações de poder praticadas nas prisões que têm uma implicação mútua com a formação do campo de saber da criminologia. “O mesmo ocorre com relação ao surgimento dos hospitais [que envolvem relações de poder] e à classificação de doenças [formação de um saber], à escola [poder] e aos fundamentos da pedagogia [saber], ao hospício [poder] e à sistematização da psiquiatria [saber]” (FONSECA, 2011, p. 38).

O terceiro momento da obra de Foucault (1980; 2006a; 2006b) pode ser entendido como o período de suas reflexões sobre a ética, a estética da existência e a cultura de si, período no qual a noção de cuidado de si ganha força em seus escritos. Nesse período, Foucault (2006a) retoma o sentido que a ética tinha na Antiguidade Clássica entre os gregos e romanos (sobretudo os gregos), criticando a mudança ocorrida no sentido da ética, que historicamente migrou do sentido de ética para a Antiguidade (como *cuidar* de si, controlar-se), para um sentido de ética ligado à noção de moral, que se atrela à existência de guias de conduta e de práticas de confissão (FOUCAULT, 2006a; 2006b). Esse período da obra do autor é importante para a análise porque pretendo estudar como o trabalho doméstico afeta a constituição subjetiva das empregadas domésticas, e a noção de cuidado de si é uma das maneiras pelas quais podemos entender essa constituição. Abordaremos especificamente esse

⁵³ É um jogo de verdades porque nem todas as verdades construídas na sociedade adquirem legitimidade (NARDI, 2002).

assunto ordado no tópico 6.2. No próximo, entenderemos a constituição do sujeito por meio dos processos de objetivação e de subjetivação analisados por Michel Foucault.

6.1 As artes de viver (A constituição do sujeito em Foucault)

Assim como a obra de Michel Foucault passou por momentos diferentes, essas diferenças também implicam diferentes maneiras de se tratar a constituição do sujeito e a subjetividade, a qual é entendida pelo autor como sendo as formas pelas quais os sujeitos fazem uma experiência de si dentro de jogos de verdade (FOUCAULT, 2006c). Foucault (2004a), ao refletir sobre sua obra quando já estava no que chamo aqui de terceiro momento, o da ética / estética da existência, afirmou que sua preocupação sempre foi com o sujeito.

- *Queríamos saber se o seu procedimento filosófico atual é sempre determinado pelo polo subjetividade e verdade.*
- Esse sempre foi, na realidade, o meu problema, embora eu tenha formulado o plano dessa reflexão de uma maneira um pouco diferente. Procurei saber como o sujeito humano entrava nos jogos de verdade.
- *Não há um salto entre a sua problemática anterior e a da subjetividade/verdade, principalmente a partir do conceito de 'cuidado de si'?*
- O problema das relações entre o sujeito e os jogos de verdade havia sido até então examinado por mim a partir seja de práticas coercitivas – como no caso da psiquiatria e do sistema penitenciário -, seja nas formas de jogos teóricos ou científicos [...] (FOUCAULT, 2004a, p. 264).

O que Foucault (2004a) quer dizer é que, a despeito dos diferentes focos de análise ao longo de sua trajetória, seu problema sempre foram as relações entre subjetividade e verdade (entre o sujeito e os jogos de verdade). Essa afirmação de Foucault (2004a) contrasta com a consideração de alguns autores de que em obras como *Vigiar e punir*, o problema do autor tenha sido a disciplina e não a constituição do sujeito (PASSOS, 2013). No entanto, a explicação que Fonseca (2011) traz a respeito das diferentes fases de abordagem da constituição do sujeito na obra foucaultiana nos ajuda a entender como a problemática do sujeito esteve sempre presente, embora de maneiras diferentes. De acordo com as próprias palavras de Foucault (2004a),

[...] procurei mostrar como o próprio sujeito se constituía, nessa ou naquela forma determinada, como sujeito louco ou são, como sujeito delinquente ou não, através de certo número de práticas, que eram os jogos de verdade, práticas de poder etc. Era certamente necessário que eu recusasse uma carta teoria *a priori* do sujeito para poder fazer essa análise das relações possivelmente existentes entre a constituição do sujeito ou das diferentes formas de sujeito e os jogos de verdade, as práticas de poder etc. (FOUCAULT, 2004a, p. 275).

Fonseca (2011) afirma que o período arqueológico de Foucault, com a *Arqueologia do saber*, representou apenas um início em sua discussão sobre a constituição do sujeito. Essa discussão viria a ser desenvolvida mesmo em seu período genealógico. O que houve no período da arqueologia foi o questionamento da noção da existência da essência do sujeito, uma oposição à ideia da existência de um sujeito transcendental. Foucault (2004a) questionou, não só a existência dessa essência, mas também a ideia de que esse sujeito seria uma substância.

[O sujeito] não é uma substância. É uma forma, e essa forma nem sempre é, sobretudo, idêntica a si mesma. Você não tem consigo próprio o mesmo tipo de relações quando você se constitui como o sujeito político que vai votar ou tomar a palavra em uma assembleia, ou quando você busca realizar o seu desejo em uma relação sexual. Há, indubitavelmente, relações e interferências entre essas diferentes formas do sujeito: porém, não estamos na presença do mesmo tipo de sujeito. Em cada caso, se exercem, se estabelecem consigo mesmo formas de relação diferentes (FOUCAULT, 2004a, p. 275).

Essa oposição à ideia de essência e de substância do sujeito foi base de suas abordagens posteriores sobre a constituição do sujeito. Porque, negando a existência de um sujeito transcendental, Foucault abriu espaço para a consideração da existência de diferentes formas de subjetividade por meio de diferentes modos de subjetivação. Sem um sujeito transcendental, o problema da constituição do sujeito se intensificou.

Ficando, no entanto, apenas no nível da expectativa no período arqueológico, foi na genealogia que o problema da constituição esteve mais presente por meio de noções como as de tecnologias de poder, dispositivos, estratégias e mecanismos disciplinares (FONSECA, 2011). E é no período da ética / estética da existência que esse problema vai assumir novas facetas.

Entretanto, como entender as diferentes abordagens de Michel Foucault para essa constituição? Para Fonseca (2011), que estudou o problema da historicidade do sujeito em M. Foucault, sua obra nos possibilita falar das seguintes formas de constituição do indivíduo: *a objetivação, a subjetivação e, por fim, a constituição de si que se relaciona à ética e ao cuidado de si*: “[...] o pensamento de Michel Foucault propõe para o indivíduo do presente a necessidade de construir uma ética que represente uma possibilidade de constituição de si diferente daquela que faz dele um objeto e um sujeito” (FONSECA, 2011, p. 132).

É importante observar que há uma diferença, no que se refere especificamente à abordagem da objetivação e da subjetivação, no emprego dos termos indivíduo e sujeito. A constituição do indivíduo se dá por meio de ambos os processos: objetivação e subjetivação. Já a constituição do sujeito ocorre por meio apenas do segundo processo: o de subjetivação. É

por meio dele que ocorre a constituição do indivíduo em um sujeito ligado a uma identidade reconhecida como sua (FONSECA, 2011). A conjunção entre os dois processos é que constitui o indivíduo moderno para Foucault (2004a). Assim, o indivíduo moderno seria aquele que é, tanto um objeto dócil e útil, quanto um sujeito⁵⁴ (FONSECA, 2011).

A abordagem de Fonseca (2011) nos permite justamente entender qual foi o percurso traçado por Foucault para que chegássemos à noção de uma constituição ética de si, que abordaremos no tópico 6.2. Fonseca (2011) argumenta que entender primeiramente que a preocupação com a subjetividade e a verdade sempre esteve presente na obra do autor é importante para a compreensão de seu percurso.

Comumente, atribui-se às questões inerentes às relações de poder presentes nas sociedades modernas o papel de representarem aquilo que poderia ser entendido como o eixo essencial de suas pesquisas, a partir da publicação de *Vigiar e punir*. [...] [mas] as análises de Foucault acerca das relações de poder que entram em jogo na atualidade representam antes a preparação de um espaço em que o problema da constituição do sujeito pode se colocar em toda a sua complexidade. A análise das relações de forças é meio e não fim (FONSECA, 2011, p. 133).

De acordo com Foucault (2004a), o que o interessou foi a constituição histórica das diferentes formas de sujeito em relação aos jogos de verdade. Em primeiro lugar, vemos em sua analítica do poder dois modos de constituição do sujeito: *sua constituição como objeto e como sujeito. Sua constituição como objeto (ou objetivação) está ligada à abordagem, pelo autor, do poder disciplinar*. Pelas tecnologias disciplinares de poder, Foucault (2004c) demonstrou como o indivíduo moderno é transformado em *objeto dócil-e-útil* (docilidade e utilidade são duas características importantes que a disciplina visa construir para esses indivíduos). Nesse contexto, *a individualidade dócil e útil ganha significação na sociedade*. O indivíduo é um produto de relações de poder das sociedades capitalistas a partir do século XIX (FONSECA, 2011). Nesse processo de objetivação, o maior efeito da disciplinarização na sociedade é

⁵⁴ Embora ocorra essa distinção, me refiro com recorrência às empregadas domésticas como sujeitos, exceto quando estou diretamente falando a respeito dos processos de objetivação e/ou de subjetivação. Observarei de maneira mais contundente essa diferenciação entre os termos indivíduo e sujeito apenas nos tópicos 6.1.1 e 6.1.2, que discutem diretamente os processos de objetivação e de subjetivação. No entanto, no decorrer da tese como um todo, optei pela utilização do termo sujeito porque a preocupação de Foucault (1992; 2004a; 2004c) com os mecanismos de poder, ao longo de sua obra, diz respeito à sua preocupação com a constituição do sujeito, o que não quer dizer que o autor desconsidere os processos de objetivação. Como ressalta Fonseca (2011), a preocupação com os mecanismos de poder é também resultado de sua preocupação com os processos de objetivação. Até porque é por meio desses processos de objetivação que ocorre a constituição do indivíduo de maneira ligada a características como docilidade e utilidade.

[...] **produzir o indivíduo comum, de todos os dias e de todos os lugares**, e não o indivíduo singularizado por atos e datas especiais; produzir um indivíduo que permita a extração de algo de todas as suas atividades e de seus momentos; produzir, enfim, indivíduos dóceis e úteis (FONSECA, 2011, p. 77). Grifos de quem???)

Entretanto, esse mesmo *indivíduo moderno objeto dócil e útil é também constituído como sujeito*. Essa *constituição como sujeito (ou subjetivação)* está presente na analítica do poder foucaultiana (a partir, por exemplo, da obra *A vontade de saber*) quando o autor aborda a temática da sexualidade, a qual assume uma dimensão de controle dos modos de subjetivação do indivíduo, influenciando em aspectos íntimos de sua vida, *fazendo com que ele se ligue a determinada identidade* sexual que acaba assumindo como própria, constituindo-se, então, como sujeito de uma sexualidade (FONSECA, 2011).

Para Michel Foucault, *há uma espécie de sobreposição entre os mecanismos de objetivação e de subjetivação*, a qual define uma forma de individualidade. Entre os mecanismos de objetivação, há tecnologias disciplinares de poder. Entre os mecanismos de subjetivação, tecnologias de confissão que objetivam não só que os indivíduos compartilhem de seus sentimentos ligados à sexualidade, como também permaneçam ligados aos padrões sociais ideais de sexualidade, seja por intermédio do controle, da culpa ou da liberação (FONSECA, 2011).

Nos tópicos seguintes, apresentarei as análises a respeito das empregadas domésticas objetivadas e subjetivadas, constituídas então por meio de processos e mecanismos de objetivação e de subjetivação.

6.1.1 Partindo para as análises das artes de viver: as empregadas domésticas objetivadas

Quais são os processos de objetivação relacionados ao dispositivo de poder trabalho doméstico que influenciam na constituição subjetiva das empregadas domésticas? Para entender esses processos de objetivação relacionados especificamente ao trabalho doméstico, deve-se discutir o poder disciplinar que envolve mecanismos de poder que se apropriam do que as empregadas sabem, sentem, produzem e praticam. É a abordagem das práticas disciplinares que constituem o indivíduo como objeto dócil e útil (FOUCAULT, 1992; 2004a; 2004c; FONSECA, 2011).

Tratar da constituição do indivíduo por meio de M. Foucault, como vimos, é tratar dos processos de *objetivação* e de *subjetivação* que estão envolvidos nessa constituição do indivíduo. Sendo assim, para tratar da constituição da subjetividade das empregadas

domésticas por meio dessa analítica foucaultiana, trabalharei primeiramente com a ideia de objetivação e, em seguida, com a ideia de subjetivação. No entanto, é importante deixar claro que esses dois processos ocorrem de maneira conjunta na constituição do indivíduo (FOUCAULT, 1992; 2004a; 2004c; FONSECA, 2011), e que eles não implicam não possibilidades de *resistências*.

Entre os mecanismos de objetivação, há tecnologias disciplinares de poder que produzem indivíduos como objetos dóceis e úteis (FOUCAULT, 1992; 2004a; FONSECA, 2011), pois docilidade e utilidade são duas características construídas nos indivíduos por meio da disciplina, sendo que essas duas características ganham significação na sociedade (FOUCAULT, 2004c). Como já comentado, os processos de objetivação produzem “[...] o indivíduo comum, de todos os dias e de todos os lugares” (FONSECA, 2011, p. 77). E a produção da empregada comum, de todos os dias e de todos os lugares, ocorre por meio de diversos processos históricos, contínuos e repetitivos de objetivação. Ela é transformada em objeto dócil e útil por meio de vários mecanismos. As amostras discursivas (AD) 01 e 02 apresentadas abaixo demonstram o exemplo de um primeiro mecanismo presente nos discursos das domésticas entrevistadas.

Já trabalhei em casa que eu mm... <u>só</u> tomava café, água, e mais <u>nada</u> (Eva) (AD1)
Lá já era diferente porque é aquele negócio <u>os patrões comem primeiro e depois a empregada come</u> . E a mulher era assim, ela era assim muito segura, em matéria de comida, tanto que eu preferia assim tomar café em casa, porque ela comprava o pão era contado, tanto que assim às vezes, ela falava ”ah não, tá maciinho, boba, tá fresquinho”. Mas eu sabia que não tava, eu pensava eu não preciso disso, lá em casa tem pão, eu posso comprar. Então já tomava café em casa e preferia almoçar em casa também. Você almoçava em casa? Eu preferia almoçar em casa também. Você almoçava e voltava? Não, eu almoçava mais tarde, aí preferia chegar em casa e almoçar. Aí ela: ” mas você não come”, aí eu : ”não boba, eu prefiro comer em casa, porque eu não gosto de almoçar e depois ter coisa pra fazer”. Eu dava essa desculpa pra ela. (Tânia) (AD2)
[em um lugar onde ficou por 17 anos] Eu almoçava, almoçava pouco porque eu sentia que eles era muito assim seguro, sabe? Procurava comer o menos possível, só comia pra poder não ficar com fome né? Eles falavam alguma coisa, dessa coisa da quantidade de comida? Sempre falava: ”ah, Aparecida, cê come pouquinho, não sei o que”... mas eu comia pouquinho porque eu sabia que eles fazia conta das coisa né? E qual era o horário que você almoçava lá, era junto com eles? Não, nunca não. Quando era? Depois deles. Eles fazia sempre pouquinho comida né, mas aí tinha que sobrar pra janta, né? Aí eu comia assim um pouquinho só e deixava sempre sobrando pra poder sobrar pra janta . Me conta como é a questão da alimentação lá na república. Alimentação é assim, eu que tenho que levar de casa né? Quer dizer, eu levo pão, só pão. E almoço? Almoço agora não tá tendo mais. Você antes cozinhava pra eles? Uhum. Aí eles pararam de cozinhar? Não, parou não. Como funciona então? Antigamente era assim, eu almoçava lá, mas assim arroz, feijão, salada e carne, aí

eu almoçava lá. Agora depois parou sabe, aí eu só faço arroz com feijão e aí cada um arruma sua carne. Eu fico só no arroz com feijão. Bom, no começo, eles começou a comprar carne pra mim, falava "aqui, essa carne aqui é pra senhora, a senhora vai fazendo um bife todo dia". Mas aí começou a sumir, eles lá mesmo pegava, sabe? Porque um rouba as coisa do outro. **Entendi. Aí a sua começou a sumir?** Aí começou a sumir. Aí parou. Eles falava: "ah Dona Aparecida, comprar uma carne pra senhora". Eu falava "não gente, precisa não, pode deixar. Eu fico com o arroz com feijão mesmo, tá bom". Porque a gente como até correndo né, porque é muito serviço né, a gente fica apavorada. Eu como até em pé na pia minha fia, ponho um pouquinho de arroz com feijão lá no potinho assim e vou arrumando cozinha, lavando vasilha e comendo. **Alguém já falou sobre você almoçar desse jeito?** Não, ninguém falou, ninguém pergunta mais se almoçou, deixou de almoçar. (Aparecida) (AD3)

As artes de viver como sendo diferentes. Esse é o primeiro mecanismo utilizado para a objetivação das empregadas no que se refere à sua docilidade diante da alimentação no trabalho. Ao longo de vários processos sócio-históricos relatados no capítulo 3, elas foram construídas como sendo sujeitas negativamente distintas dos outros, assim como são construídas como trabalhadoras subalternas, diferentes das demais categorias de trabalhadores (BRITES, 2008). Essa construção social, que faz parte das condições sociais de produção de seus discursos, facilitou a operacionalização cotidiana da docilidade e utilidade de seus corpos. *Alimentando-se como objetos doces e úteis-* Nas AD's 1, 2 e 3, observamos como Eva, Tânia e Aparecida relatam suas experiências com a alimentação. Tânia e Aparecida recorrem a uma intertextualidade manifesta, ao trazerem falas das patroas, e dos estudantes da república, no caso de Aparecida, que representam outras vozes e outras identidades sociais presentes na relação estabelecida, para justificarem suas práticas de não se alimentarem no trabalho, ou de se alimentarem pouco. procuravam comer o menos possível, só comiam para poderem não ficar com fome, em virtude de práticas discursivas dos empregadores que representam, implicitamente, sua diferenciação em relação à empregada no que se refere à alimentação.

Percebendo-se em uma relação desigual com os patrões, Tânia preferia recorrer ao que constituía como sendo seu: o café da manhã e o almoço de sua própria casa. Mesmo trabalhando por oito horas na casa, não almoçava lá, esperando chegar a casa para fazê-lo, o que mostra uma prática de resistência em relação a uma situação que lhe foi colocada enquanto pertencente a uma identidade social de empregada doméstica: ela se recusa a se alimentar das condições dessa situação colocada. Essa resistência é ainda manifesta pela escolha de um modo de interagir com e sobre a patroa (gênero da prática discursiva) que omite os reais motivos pelos quais não se alimentava no local de trabalho ela dava essa desculpa para a patroa. Na AD 1, pelas escolhas dos léxicos *só* e *nada*”Eva revela, implicitamente, um sentido de condição não adequada para o que alimentava no local de trabalho, o que constrói

uma relação de sentido implícita de que ela deveria consumir mais do que simplesmente água e café. Esse processo diz respeito à constituição de corpos dóceis e úteis, que sabem quais são os seus lugares. Mantendo-se úteis, por continuar realizando o trabalho doméstico, Eva, Tânia e Aparecida se tornam também dóceis, por identificarem e aceitarem uma condição de diferenciação que lhes é colocada no que se refere ao acesso à alimentação durante o tempo de trabalho. Quando Aparecida argumenta

- “porque a gente como até correndo né, porque é muito serviço né, a gente fica apavorada. Eu como até em pé na pia, minha fia, ponho um pouquinho de arroz com feijão lá no potinho assim e vou arrumando cozinha, lavando vasilha e comendo”(Aparecida)

se coloca, primeiramente, como pertencente a um sujeito coletivo (*a gente*) que, implicitamente, poderia ser relacionado às empregadas domésticas. Logo em seguida, passa para o uso da primeira pessoa do singular, ao descrever a particularidade de sua prática social relacionada ao alimentar no trabalho *eu como até em pé*).

Esses processos de objetivação que promovem docilidade e utilidade podem também ser analisados de acordo com um espaço simbólico discutido no capítulo 3 – o quarto e a dependência de empregada, localizados no contexto do trabalho das mensalistas residentes.

Você tinha um quarto? Tinha, um quartinho, um banheirinho. **Era em que lugar da casa?** Era na área de serviço. **Era pequeno.** (Aparecida) (AD4)

Como era seu quarto nessa casa onde trabalhou pela primeira vez,? Tinha um tamanho bom. O guarda-roupa era embutido, cabia todas as minhas coisas, tinha uma cama de solteiro. E na parede, assim, um suporte com a televisão e do lado assim da cama, um... um criadinho né, com um abajur pequeno. **Uhum.** E uma janela, assim pra... pra ventilá. Porque como o quarto era na lavanderia, intão eu sempre... tinha a janela da lavanderia né, e... mas ela sempre gostava que fechava a janela à noite. Intão a lavanderia já ficava sufocada né, sem ar nenhum. **Ela gostava que fechasse a janela da lavanderia.** Gostava. Aí a do quarto, como dava pra lavanderia, eu deixava aberta. Entendeu? Porque se eu fechasse a do quarto também... ficava sufocada. Eu sentia calor e não tinha ventilador, nem de teto, nem desses de pé, tinha não. **E frio... e no frio? Como era?** Ah, no frio eu já gostava porque como a lavanderia era quente, o meu quarto era quente né (Débora) (AD5)

Vivendo e dormindo como objetos dóceis e úteis em seus espaços - Sendo os quartos comumente pequenos (*quartinho, banheirinho; criadinho, abajur pequeno*), sem adequada ventilação (*ela gostava que fechava a janela à noite; já ficava sufocada né, sem ar nenhum*) e localizados quase fora (*era na área de serviço; o quarto era na lavanderia*) das residências, essas empregadas experimentavam cotidianamente uma *performance* relacionada historicamente ao sentido do que é ser empregada doméstica: estar em uma espaço entre o

quase e o quase fora das relações familiares, o que se concretiza, em termos espaciais, pelas características e usos dos espaços chamados de dependências de empregada (BIANCO, 2010). As AD's 4 e 5 refletem essa condição social de produção dos discursos das empregadas.

É interessante observar como Débora recorre a uma intertextualidade constitutiva, trazendo o léxico *ela* para se referir de modo subentendido à patroa, para criar uma relação semântica de que o fato de ficar *sufocada* no quarto se devia à determinação da patroa de que a janela da lavanderia fosse fechada: *tinha a janela da lavanderia né, e... mas ela sempre gostava que fechava a janela à noite*. Ou seja, havia uma possibilidade de que ela não ficasse sufocada por meio da ventilação que seria propiciada pela janela da lavanderia, *mas* inviabilizada pela vontade da patroa.

Mesmo reconhecendo, implicitamente, essa situação, Débora mantém sua construção como objeto dócil, capaz de refletir e de resistir, mas que precisa se adequar a um processo de objetivação que influencia sua constituição subjetiva como aquela que deve saber qual é o seu lugar, lugar este construído de maneira negativa, o que se pode observar pelos léxicos de negação presentes nesse trecho: *Eu sentia calor e não tinha ventilador, nem de teto, nem desses de pé, tinha não*. Como indivíduo que reflete sobre sua situação, sabe que haveria várias possibilidades de fugir à condição de *sufocada* no quatinho da empregada. A relação estabelecida com esses quartos era diversa, como se pode perceber nas AD's 6 e 7.

E você tinha um quarto nessa casa? Tinha um quarto que ela dizia que era meu, mas eu não me sentia à vontade. O quarto era meu, mas... ela ia lá, ela ficava na cola, eu ia dormir e ela me chamava de madrugada, essas coisas. E aí era assim. (Arlete) (AD6)

Ela falava: "seu quarto, seu banheiro faz parte da casa", né assim igual pessoal que fala, quarto de empregada, banheiro de empregada, ninguém vai entrar né. Tanto que assim, a família dela quando ia lá, usava banheiro, a filha dela de noite gostava de ficar lá comigo vendo televisão, acabava dormindo ali, depois tinha que levar pro quarto dela. Então assim, não era aquela coisa excluída da casa, igual tem muito lugar que é. (Tânia) (AD7)

O poder disciplinar, no caso da AD 6, atuou com o objetivo de, em termos de prática discursiva, fazer com que Arlete se sentisse em seu próprio quarto, em um lugar que era seu: *ela dizia que era meu*. No entanto, a contradição se manifestava por meio da prática social: *mas ela ficava na cola, eu ia dormir e ela me chamava de madrugada, essas coisas*. A relação de Arlete com esse espaço era de uma negação de que ele era seu por ela não poder ficar lá sem ser vigiada (*ficava na cola*) e sem ser, mesmo à noite, quando implicitamente não era seu horário de trabalho, acionada. Seu discurso, em termos de autorreflexão em relação ao espaço, manifesta um dissenso em relação ao que *ela*, a patroa, dizia.

Já no caso da AD 7, Tânia experimenta outro tipo de relação com o quarto. Para tal, recorre a uma intertextualidade manifesta, trazendo as palavras de sua patroa – *seu quarto, seu banheiro faz parte da casa* – e um interdiscurso relacionado ao que ela considera como sendo o discurso que o pessoal (os outros, a sociedade) constrói: o de que *quarto de empregada, banheiro de empregada, ninguém [implícito: além da empregada] vai entrar né*. Negando ocupar esse espaço *do outro*, ela ilustra essa negação contando a prática social da família de sua patroa de também frequentar o que seria o seu espaço.

Em termos de condições sociais de produção dos discursos, toda essa relação semântica construída traz o discurso implícito da construção do quarto e do banheiro da empregada como sendo um lugar *fora*, o lugar *do outro*. Como aqueles que não frequentariam, *a priori*, o quarto, o fazem, essa construção é combatida, tanto no discurso de Tânia, quanto no discurso de sua patroa. Entretanto, essa construção não é realizada de maneira ativa por Tânia, pois, enquanto objeto dócil e útil, ela se considera em um lugar que também faz parte de casa porque esse sentido foi propiciado a ela pela prática discursiva da patroa e pelas práticas sociais da família dessa patroa.

Os quartos são objetos interessantes de discussão, como fazendo parte de mecanismos espaciais de objetivação porque, em uma perspectiva pós-estruturalista, podem ser entendidos como sistemas simbólicos concebidos como linguagem, já que, nessa perspectiva, “[...] os sistemas simbólicos (por exemplo, a cidade, a moda, a escola, a sala de aula) podem, em sua maior parte, ser analisados como uma espécie de código” (PETERS, 2000, p. 37). Dessa forma, o quartinho, o banheirinho dentro do que se chama de dependência de empregada pode ser entendido como um código simbólico do lugar atribuído às empregadas.

Além dos quartos, podemos considerá-las *convivendo com outros espaços e com os próprios padrões como objetos dóceis e úteis*. No que se refere aos outros espaços das casas, as relações estabelecidas também são diversas e demonstram a importância do estudo dos usos simbólicos dos espaços como mecanismos efetivos e contundentes de objetivação. Essa efetividade ocorre porque esses usos ocorrem no cotidiano do trabalho doméstico, sendo nele recorrentemente reforçados.

A gente não se sente bem na casa dos outros. Por mais liberdade, eles falam que têm você como família, não têm. A dona Tânia sempre me ensinou isso, muitas coisas que eu sei hoje, o meu jeito de lidar com as pessoas, com meus padrões, eu respeito os meus patrão, eu sei me por no meu lugar. Por mais liberdade que, tipo assim, me “dá”, eu sei que eu sou funcionária deles, eu não vou... Eu já trabalhei em casa que até o copo era separado. Eu já trabalhei em casa de pessoas que tudo era separado, até o escorredor de prato era separado, a geladeira,

tudo, duas geladeiras na cozinha. Você morava nessa casa [era mensalista residente?]? Não, só trabalhava. **Em Belo Horizonte?** Aqui, na Augusto de Lima, os apartamentos que ficam no centro ali. Tudo separado, copo, água, banheiro, comida, a comida era diferente, não era a comida que eles comiam. Suco, eles faziam suco e a gente não podia beber. Colocava na jarra e colocava na geladeira que era deles, era tudo separado, tudo, tudo, garfo, faca, prato. Por causa disso, eu saí, não fiquei não. (Salete) (AD 8)

A dica que a minha mãe me deu, que ela sempre foi doméstica, e que eu não esqueço até hoje... ela sempre falava "nunca mexa naquilo que é dos seus patrão, que não te pertence, isso ela sempre falava. Qualquer coisa que ocê quisé, minha fia, pede. Não é vergonha, vergonha é você pegar" (Débora) (AD9)

Tem umas [novelas] que elas [as domésticas] são bem para frente. [risos]. Tem umas que eu fico imaginando assim, não é possível que "existe" empregada desse jeito na vida real, elas com os patrões delas. Eu morro de rir. Elas dão cada resposta nos patrão. Eu conheci uma pessoa que ela discutia com o patrão como se fosse o irmão, discutia mesmo. Eu acho que é uma liberdade que não... eu acho que cada qual no seu canto. (Salete) (AD10)

Os processos que contribuem para a objetivação nesse cotidiano são diversos, e os mecanismos disciplinares são constantes e reproduzidos pelos diversos grupos sociais. Eles são reforçados pelos *patrões*, como quando Salete conta que aprendeu com Dona Tânia a lidar com as *pessoas* que seriam, em seguida, identificadas como os patrões. *A dona Tânia sempre me ensinou isso o meu jeito de lidar com as pessoas, com meus patrões*, sendo esse jeito também logo identificado pelo aprendizado de se colocar no seu lugar de empregada doméstica: *eu respeito os meus patrão, eu sei me pôr no meu lugar. As famílias*, em meio a processos de socialização primária, também os reforçam: *a dica que a minha mãe me deu nunca mexa naquilo que é dos seus patrão*. E são também incorporados e reproduzidos pelas próprias *empregadas domésticas*, como quando Salete, na AD 10 manifesta uma discordância em relação aos modos de (inter)agir com e sobre os outros (gêneros, na ACD) e aos modos de ser (estilos, na ACD) de empregadas que, segundo ela, *são bem pra frente* ao discutir e terem uma liberdade com a qual ela não concorda: *eu acho que é uma liberdade que não... eu acho que cada qual no seu canto*.

Esses processos de objetivação influenciam, não só na docilidade e utilidade referentes às práticas discursivas e sociais de interação das empregadas com os espaços, os objetos e os patrões, mas também referentes às próprias atividades que executam. *Agindo como objetos dóceis e úteis*, elas sabem que precisam executar até mesmo as atividades com as quais mantêm uma relação negativa.

Eu não acho ruim passar roupa... só que assim, eu quero passar, pegar a táboa, abrir, ligar o ferro e passar roupa,

não parar, não fazer mais nada, mas nem sempre tem jeito de fazer assim né, aí eu não gosto. Eu gosto de lavar vasilha, a única coisa que eu não gosto é de guardar vasilha. Não gosto. Eu acho que lavar vasilha é uma bela terapia. Eu gosto de tudo que eu faço. Eu gosto de arrumar casa. A única coisa que eu não gosto é de guardar vasilhas, não gosto. **Mas você guarda?** Guardo, não tem jeito [risos]. (Salete) (AD11)

Quando tem festa [na república de 12 estudantes em que trabalha], chega lá, aquela sujeira. Um dia eu cheguei lá, tinha tido uma festa né, mas tava aquela coisera, sujera mesmo, né. Aí tava todo mundo dormindo, eu pensei: "bom, eu cheguei aqui, vou começar a limpar né?" Aí eu fui limpando, tinha até vômito, Nossa Senhora, que coiserada nojenta. A hora que eles acordaram, tava tudo limpo já, aí ninguém falou nada não. Quando foi só depois de uns dia, o menino chegou pra mim falou assim: "ah Dona Aparecida, não era pra senhora ter limpado não, boba, a gente ia contratar uma diarista". Mas eu acredito que é mentira. "Então não era pra senhora ter limpado não, boba". Antigamente os calouro ajudava né, a fazer as coisa lá, limpeza, essas coisa... agora não ajuda mais não, quase não faz nada mais. **Entendi. Eles colocavam os calouros pra ajudar na limpeza?** É, quando tinha alguma coisa a mais assim pra fazer né, uma limpeza a mais, uma coisa mais pesada, eles punha os calouro pra fazer. **Tem quantos quartos na casa?** É seis quarto. (Aparecida) (AD12)

A gente não sente que a casa é da gente né, e também que não tem direito nem de sentar às vezes né? Lá dentro da casa [da república]... eu não sinto em nenhum momento. E se a sua perna tiver doendo? [ela conta que tem problemas na perna e que sente constantemente dores] Só se eles tiver pra lá [para os quartos], às vezes dormindo, porque tem dia que todo mundo fica dormindo mais tarde, aí tá na hora de arrumar os quarto, e eles não levanta de jeito nenhum, aí eu vejo que a cozinha tá limpa, arrumado né, tudo, então eu fico esperando, aí eu sento escondido um pouquinho. Mas eu não deixo ninguém ver não, eu sentar não. Eu fico assim sem jeito de sentar né, mesmo de ficar parada na hora do serviço, eu fico sem jeito. (Aparecida) (AD13)

Na AD 11, a interação discursiva estabelecida entre pesquisadora e pesquisada contribui para a construção de um sentido de inevitabilidade de se fazer uma atividade atribuída ao trabalho doméstico, mesmo que a empregada não goste dessa atividade, o que também pode ocorrer nas relações de trabalho em geral. O corpo tem que ser útil mesmo nas atividades para as quais não gostaria de ser útil, e é aí que reside a importância de que ele se torne um corpo dócil: *a única coisa que eu não gosto é de guardar vasilhas, não gosto. Mas você guarda?* Guardo, não tem jeito [risos]. A prática do riso por parte de Salete traz um sentido implícito de humor à maneira pela qual ela lida com essa docilidade útil.

Na AD 12, por sua vez, Aparecida também age como corpo dócil e útil ao praticar uma atividade composta por uma tarefa que considera nojenta: *tinha até vômito, Nossa Senhora, que coiserada nojenta*. Seu modo de (inter)agir (gênero, na ACD) com essa atividade é a de colocar em prática a docilidade e utilidade de seu corpo. Mesmo que ela tenha se deparado com uma *coisera, sujera mesmo*, ao se identificar como empregada a quem seria atribuída essa atividade, ainda que ela não tenha sido explicitamente solicitada pelos estudantes, ou previamente combinada, colocou em funcionamento sua utilidade.

Uma observação interessante nessa AD 12 é que, baseando-se em termos de condições sociais de produção dos discursos e em relações interdiscursivas acionadas, é produzido um sentido implícito de que a limpeza e, sobretudo, a limpeza da sujeira mais pesada, é uma atividade atribuída, no caso daquela república, ou à empregada mensalista contratada ou a uma diarista ou a um calouro. Esse sentido traz uma relação interdiscursiva porque, para ser compreendido, demanda um entendimento acerca das relações de poder estabelecidas entre veteranos e calouros de cursos universitários, especialmente entre aqueles que residem na mesma república estudantil (TEIXEIRA, NASCIMENTO e CARRIERI, 2014).

Se a limpeza é atribuída a calouros, por veteranos, ela traz um sentido de atividade negativa, que deveria ser utilitariamente executada por aquele que é construído como o subalterno que deve servir ao seu superior. Ou, quando não por subalternos, por outras mulheres contratadas para tal (que exercem uma ocupação também considerada subalterna), mas não pelos próprios estudantes que produziram a sujeira. Todo esse processo favorece uma constituição subjetiva diferenciada dependendo de que grupo social estamos falando, e a que contextos sociais de práticas e produção de sentidos nos referimos.

As empregadas agem como objetos dóceis e úteis mesmo quando não gostariam porque, em suas experiências de si, se ligam a jogos de verdade que promovem o sentido de que ser empregada doméstica é “[...] estar sempre à disposição do outro ou da outra [daqueles construídos como os outros, em uma hegemônica ideia estruturalista de diferença]; implica fazer uma atividade qualquer do jeito que o outro ou a outra gosta” (ÁVILA, 2008, p.68). Assim como elas, os calouros também sabem que, em um contexto de produção de sentidos que os coloca simbolicamente subordinados aos desejos dos veteranos com os quais residem, acabam tendo também que estar à disposição deles.

O exercício da docilidade e do se colocar no seu lugar (aquele que lhe foi socialmente atribuído) é também realizado cotidianamente por Aparecida quando ela conta, na AD 13, que não sente que tem o direito de se sentar na casa em que trabalha, fazendo isso apenas de modo *escondido* quando precisa aguardar que os estudantes acordem para limpar os seus quartos. Essa é uma experiência de si, relacionada a uma alteridade, que reflete a produção de um corpo dócil e útil, mesmo quando esse corpo aguarda pela realização de um trabalho que não tem como ser, naquele momento, executado.

Aliás, preciso oportunamente dizer que Aparecida teve uma das forças enunciativas mais manifestas dentre as entrevistas que realizei no que se refere a uma maior experiência de si como objeto dócil e útil, que sabe qual é o seu lugar, se é que se é possível elencar níveis de influências nos processos de objetivação de cada uma das empregadas domésticas, o que não é

meu objetivo aqui. Entretanto, preciso fazer essa observação porque acho importante trazer o relato a respeito de uma prática de Aparecida não manifesta em seus enunciados produzidos por meio de falas e convertidos, pelas transcrições, em textos. Aparecida tem essa ligação com os lugares construídos como sendo os lugares das empregadas de uma maneira tão forte que acabou o exemplificando por meio de uma prática durante a realização de sua primeira entrevista.

Assim que chegou à minha residência, um apartamento, no qual foi realizada a entrevista, fui com ela até a sala de jantar, que seria o local no qual sentaríamos para gravar a entrevista, e que fica ao lado da cozinha. Antes de começarmos, ela me pediu, bastante constrangida, para ir ao banheiro. Então, eu indiquei a ela o caminho, que seria no corredor logo ao lado da sala de jantar, no qual ela teria que virar a primeira à direita. Sem jeito e sem graça, Aparecida me disse que não, não precisa ser lá não, se houvesse banheiro ali, podia ser, apontando para a direção da cozinha.

Quando eu disse a ela pra ir ao banheiro que indiquei, ela disse que perguntou porque já tinha trabalhado num apartamento bem parecido com aquele e que tinha uma dependência de empregada depois da cozinha. Eu disse a ela que havia, sim, um banheiro lá, mas que de maneira nenhuma ela precisava utilizar aquele. Depois de alguma insistência, ela foi ao banheiro social do apartamento.

E é refletindo sobre esse momento que chamo a atenção para o fato de que Aparecida, por diversas vezes, demonstrou fortemente essa relação com a docilidade e a utilidade, quando, por exemplo, na AD 3, comentou que, em uma casa na qual trabalhou durante 17 anos, *procurava comer o menos possível, só comia pra poder não ficar com fome né*; quando, na AD 12, relatou sua limpeza da sujeira *nojenta* deixada pelos estudantes da república em que trabalha após uma grande festa e, quando, na AD 13, cuja análise acabou de ser realizada, afirmou se sentar escondida na república em que trabalha porque não se sente no direito de sentar. Suas práticas discursivas e sociais (como a prática de querer ir ao banheiro de empregada em minha residência) só reforçam a consideração foucaultiana de que a disciplina não visa à produção de corpos sobre os quais seja preciso aplicar constantemente práticas de coerção e de intimidação (FONSECA, 2011). Agindo sobre os saberes e os sentimentos dos indivíduos, essas disciplinas conseguem, sem a constância incisiva desses últimos recursos mencionados, a produção de docilidade e utilidade.

Retomando agora a análise de AD's, esse sentido de se manter no seu lugar está tão presente na força manifesta pelos enunciados no momento de sua produção (ACD), que até

mesmo as amizades que elas construíam nos períodos em que trabalhavam em outras cidades eram confinadas a relações estabelecidas com outras domésticas e suas famílias.

Você diria que fez amizades durante o período em que trabalhou lá? Não, eu conheci a empregada da sogra da minha patroa né? Aí a gente ficou amiga, mas não chegou a sair junto não. Só assim quando encontrava lá na casa da sogra deles. (Aparecida) (AD13)

Você diria que construiu amigos em São Paulo? Fiz assim eu... e a cozinheira de lá, e essa faxineira. Tinha a que fazia faxina e passava roupa, também cheguei ir na casa delas, conhecer a família delas né. (Tânia) (AD14)

Suas práticas cotidianas levavam ao estabelecimento de relações com outras trabalhadoras que compartilhavam com elas as mesmas atividades, sendo a elas a quem recorriam nos dias e horários de folga.

Nos primeiros parágrafos deste tópico, observamos como os enunciados produzidos pelas empregadas domésticas permitem a análise de processos de objetivação que incidem sobre sua constituição como indivíduo dócil e útil. Essa constituição é tão manifesta, seja explícita, seja implicitamente, que seus corpos, que podem ser entendidos como práticas (MATOS, 2000), agem como objetos dóceis e úteis, que sabem qual é o seu lugar, até mesmo quando são convidadas a se retirarem desse lugar simbólico. As AD's 15 a 18 trazem enunciados que nos ajudam a discutir esse aspecto.

Já cheguei a sentar na mesma mesa em que os patrões para almoçar. Por eles eu tomo café com eles na mesa num... faz ques... eles faz questão mesmo. Eu que fico... sabe? Porque eu... sem graça. Falo não, eu quero só um cafezinho. E assim, fico bem... sabe? (Eva) (AD15)

Comia no mesmo horário. Às vezes, eu ficava até com vergonha, eu não me sentia à vontade, mas comia. (Salete) (AD16)

Nunca gostei de sentar na mesa junto com os patrões. Então, assim, a moça também que trabalhava lá... ela também não gostava de sentá na mesa... com a Dona [nome da patroa], com os patrões. Então, a gente sempre esperava eles acabarem de... de fazê a refeição, a gente ia lá, tirava a mesa, depois nós duas sentava lá na cozinha ou, então, lá na sala mesmo, igual à patroa pra quem eu estou trabalhando agora me convidou... ah então, nós duas... a Dona [nome da patroa] uma vez chamô a nossa atenção, falô que não tem esse negócio da gente cumê na cuzinha que a gente num é bicho, que a gente é igual a ela. Mas é coisa minha. É coisa de se sentir mais à vontade. (Débora) (AD17)

Oh, uma vez no Rio, o [patrão] fez yakissoba, e eu nunca tinha comido. Só que ele falô que aquele negócio tinha que cumê enquanto tava quente. Aí ele botô a mesa, aí sento. Aí a [patroa] falou assim... o [patrão] botô mais um prato na mesa pra você. Eu falei, ah não, eu não vô sentá na mesa aí, deixa que depois eu almoço, que eu vô adiantano a loja aqui. Ela falou "cê vai sentá na mesa agora e cê vai comê o yakissoba com a gente". Eu não me senti bem. Eu comi, mas assim, não que eles tivessem reparano o jeito que eu tava cumeno, coisa... mas

é que eu não me senti bem, aí ela viu que eu nem cumi direito. É uma coisa minha mesmo, eu tenho isso desde quando eu comecei a trabalhá. A minha mãe também nunca sentô na mesa cus patrão dela pra cumê. (Débora) (AD18)

Nessas AD's, as empregadas revelam como, mesmo quando são convidadas a estarem nos mesmos espaços que os patrões, executando as mesmas práticas relativas à alimentação, resistem em sair dos mesmos lugares que lhes invocam sentimento de pertencimento diante de processos históricos que as objetivaram como corpos dóceis e úteis no trabalho – tais como a cozinha ou a mesa de jantar sem a presença dos patrões. Nesse momento, a docilidade, que poderia ser interpretada como a imediata obediência, em se sentar à mesa para fazer as refeições junto com os patrões, é por elas (res)-significada. Mantendo-se fiéis a um significado de docilidade presente nos processos de objetivação que influenciaram suas constituições como indivíduos nas várias experiências que tiveram com o trabalho doméstico, resistem aos pedidos dos patrões, ou a eles atendem sem se sentirem confortáveis nesse que pode ser considerado *outro* lugar.

A relação semântica de desconforto é construída por meio da escolha de léxicos como *sem graça, vergonha, não me sentia à vontade, é coisa de se sentir mais à vontade, eu não me senti bem*. De uma maneira geral, elas se sentem melhor fazendo as refeições posteriormente aos patrões, ou na cozinha: *nunca gostei de sentar na mesa junto com os patrões*.

Esse desconforto está relacionado, interdiscursivamente, com a maneira pela qual as empregadas fazem as experiências de si de modo relacionado aos jogos de verdade acerca do que é ser empregada doméstica. Se um dos sentidos do que é ser empregada na sociedade brasileira é fazer parte do modelo socialmente construído de família burguesa no País (ÁVILA, 2008), esse *fazer parte* já foi construído entre *aspas*, estando entre um fazer e um quase fazer. Entre esse quase e esse fazer, elas se dividem entre o compartilhamento da prática de sentar para fazer refeições com a família, sem se sentirem à vontade nessa prática; e o não compartilhar esse momento, o fazendo posteriormente e/ou na cozinha, lugar simbólico das empregadas e, historicamente, de suas antecessoras escravas domésticas.

Mais uma vez a disciplina é reproduzida e ensinada nos processos de socialização, o que se observa na AD 18, quando Débora afirma, sobre o não se sentir bem fazendo as refeições com os patrões, que

“é uma coisa minha mesmo, eu tenho isso desde quando eu comecei a trabalhá. A minha mãe também nunca sentô na mesa cus patrão dela pra cumê”. (Débora)

Na AD 9, Débora já tinha mostrado que sua mãe lhe dava dicas explícitas sobre o trabalho doméstico. Nessa AD 18, Débora invoca coerência no que se refere ao consumo de sua prática discursiva (ACD): implicitamente, ela estabelece uma coerência entre o significado de sua prática com o significado da prática da mãe.

Sobre o estar entre o quase e o fazer parte, essa relação nos remete, interdiscursivamente, ao discurso socialmente disseminado em nosso país de que a empregada é quase parte da família, nem sempre saindo dessa condicionante do quase (SANTOS, 2010; FERREIRA, 2009; IPEA, 2011a). Esse discurso é inclusive reconhecido e posto para reflexão por Tânia, como se pode observar na AD 19.

Ela falava que eu era como se fosse da família, mas assim... tem gente que acredita, eu não acreditava nessas coisa. Porque tem pessoa que acredita 'ela falando que eu sou igual', mas eu num... ah num... ela falava, mas sei lá. Eu sabia me colocar no meu lugar, apesar dela me tratar bem, mas eu me colocava no meu lugar. Não, eu nunca vou ser da família. (Tânia) (AD19)

Em sua prática discursiva, Tânia se nega explicitamente a aceitar esse discurso (*eu nunca vou ser da família*) e, quando o faz, aciona novamente a noção de *meu lugar*. Sobre essa noção, que invoca pertencimento, Teixeira, Saraiva e Carrieri (2015) fizeram um estudo a respeito dos lugares das empregadas domésticas, entendendo lugares como aqueles que invocam pertencimentos, observando como o lugar do trabalho doméstico invoca um misto de afeto e de desigualdade. Ao mesmo tempo em que relações afetuosas podem ali ser construídas, desigualdades são cotidianamente reproduzidas. Sendo assim, quando Tânia invoca a noção de *meu lugar*, faz uma experiência de si de modo a aceitar jogos de verdade que postulam lugares distintos para a empregada doméstica e para a família empregadora. Além disso, resiste e rejeita as tentativas de transformar as empregadas em pessoa da família que, de acordo com Ferreira (2009), ocorrem justamente nas interações da vida cotidiana. Ela faz essa rejeição considerando o sujeito coletivo empregadas domésticas e, não apenas, a si mesma, quando implicitamente promove uma relação semântica entre o que acontece com ela e o que acontece com as outras empregadas: “tem gente que acredita, eu não acreditava nessas coisa. Porque tem pessoa que acredita ‘ela ta falando que eu sou igual’” (Tânia).

Finalizando este tópico, podemos dizer que o trabalho doméstico atua como um processo de objetivação que afeta a constituição subjetiva das empregadas domésticas fazendo com que cotidianamente seus corpos se constituam em práticas de docilidade e utilidade. Mesmo tendo como antecessoras as escravas domésticas, é importante pontuar que esse

processo de objetivação se distancia dos processos que garantiam que as escravas domésticas fossem dóceis e úteis aos seus senhores.

Falando aqui de outro contexto de produção de discursos e de práticas, as disciplinas não agem como agiam em regimes como os da escravidão, diferenciação essa realizada explicitamente por Foucault (1992) quando discute o poder disciplinar. Pensar em escravidão seria pensar em disciplinas que se apropriariam dos corpos, impondo-lhes algo à força (FONSECA, 2011). Ao contrário, o poder disciplinar, para Foucault (1992), se apropria dos corpos, tornando-lhes objetos dóceis e úteis, não por meio da força, mas por meio de

[...] uma apropriação daquilo que o indivíduo **produz**, dos **saberes, sentimentos e hábitos** a ele relacionados, sem retirá-lo do meio que lhe é próprio ou em que se encontra. Tal apropriação incide sobre a constituição do sujeito, de forma a não necessitar subjugar e impor, mas apenas dar os meios e instigar a sua ação (FONSECA, 2011, p. 52) (grifos da autora).

Essa apropriação ocorre em meio a relações entre saber e poder. Há produções de verdades a respeito do que deve ser e como deve agir uma empregada doméstica que são incorporadas e promovem experiências de si que permitem com que os produtos, os saberes, os sentimentos e os hábitos dessas empregadas sejam frutos de mecanismos de poderes disciplinares historicamente disseminados nos diversos grupos sociais, como alguns mencionados no tópico 3.5: dos padrões, do seio familiar (como das mães que também foram empregadas domésticas) e das próprias empregadas domésticas.

A apropriação do que o indivíduo produz, de seus saberes, sentimento e hábitos é especificamente eficaz para o contexto atual do trabalho doméstico. Com a inserção histórica das mulheres no mercado de trabalho (CAPPELLE e MELO, 2010), as empregadas tendem a trabalhar em casas nas quais, tanto homens, quanto mulheres tendem a trabalhar fora de casa. Assim, podem permanecer por um bom tempo na casa da família empregadora sem que ela esteja presente. Se o poder disciplinar necessário fosse aquele que demandasse uma aplicação constante de coerção e de intimidação (FOUCAULT, 2004c), ele perderia seu sentido quando não se está em casa para vigiar a empregada (embora possa se considerar diversos mecanismos de vigilância que extrapolem aquela direta e pessoal). Além disso, a disponibilidade de tempo das famílias para controles constantes de atividades domésticas é cada vez menor (TEIXEIRA e CARRIERI, 2013), o que tornaria inviável o exercício desse tipo de prática para a constituição da empregada como um objeto dócil e útil.

As ideias de Foucault (2004c) contribuem para essa discussão, se pensarmos de maneira ilustrativa na relação estabelecida pelas domésticas com os espaços das casas onde trabalham, quando o autor considera que uma das características da individualidade moderna é ser celular, o que significa que os indivíduos são precisamente localizados em meio a uma dinâmica por meio da qual cada indivíduo é associado a localizações específicas em determinados espaços. “O indivíduo, portador da individualidade celular, está vinculado a posições: à sua cadeira escolar, à sua máquina na indústria, à sua mesa de trabalho, ao seu leito no hospital, à sua cela na prisão” (FONSECA, 2011, p. 77-).

Dessa maneira, podemos perceber como a empregada doméstica está, também, vinculada a algumas localizações espaciais simbolicamente a ela pertencentes, o que não quer dizer, contudo, que os poderes disciplinares eliminem possibilidades de resistência (FOUCAULT, 1992) no que se refere às relações constituídas com esses espaços. Como pudemos observar na análise de algumas AD's presentes neste tópico, não só as resistências ocorrem, como também podem ocorrer (res)-significações. Além disso, algumas dessas empregadas promovem também reflexões acerca desses poderes aos quais são apresentadas. Essas observações coadunam com a consideração foucaultiana de que as disciplinas preservam também certa autonomia dos corpos (FOUCAULT, 1992; 2004c).

Um adendo importante a essa discussão é que, embora não se possa fazer uma analogia entre os poderes disciplinares vivenciados pelas escravas domésticas e aqueles vivenciados pelas empregadas domésticas, há resquícios que se mantêm no que se refere aos mecanismos utilizados para que as próprias práticas disciplinares entrem em ação. Podem ser citados o *sentimento* de pertencimento simbólico e discursivo ao lugar da cozinha; a maneira pela qual, em relações entre *saber* e poder, foram construídos e são utilizados os quatinhos e dependências de empregadas; e o *hábito* de servir e só depois usufruir, ou talvez não usufruir, que se refere ao servir as refeições de maneira não sincronizada ao seu consumo, de maneira aliada ao *sentimento* de que, fora dessas condições, não se está à vontade.

No próximo tópico, analiso os processos de subjetivação que incidem sobre as sujeitas entrevistadas e que estão especificamente refletidos em suas práticas discursivas.

6.1.1 Partindo para as análises das artes de viver: as empregadas domésticas subjetivadas

Neste tópico, recorro às ideias de Foucault (1985; 1998) a respeito da constituição do indivíduo por meio da subjetivação para entender como o trabalho doméstico atua como um

processo de subjetivação que afeta a constituição subjetiva das empregadas domésticas. Lembro, antes, que a análise dos processos de objetivação e de subjetivação é indissociável (REVEL, 2005), embora tenha sido aqui separada para fins didáticos. No entanto, ainda que haja essa dissociação por meio da forma textual empregada, que separa esses dois processos em dois tópicos do texto, há uma continuidade de raciocínio para que se chegue, ao final deste capítulo, a uma resposta parcial organizada para a questão orientadora 1.

Como já foi discutido, para Foucault (1985), o mesmo indivíduo objeto dócil e útil é também constituído como sujeito, e essa constituição podemos entendê-la por meio da abordagem dos processos de subjetivação, presentes em sua analítica do poder a partir de *A vontade de saber*, que trata sobre a história da sexualidade. Foi por meio de sua abordagem a respeito do tema da sexualidade que os mecanismos de subjetivação puderam ser compreendidos (FONSECA, 2011).

Para Foucault (1985), a sexualidade assume uma dimensão de controle dos modos de subjetivação influenciando os indivíduos em aspectos íntimos de suas vidas. Essa influência tem como objetivo a ligação desses indivíduos a determinadas identidades sexuais que eles assumem como sendo suas próprias identidades. A partir desse momento, podemos entender que o processo de subjetivação constitui um sujeito, na medida em que torna o indivíduo o sujeito de uma sexualidade (FOUCAULT, 1985; 1998; FONSECA, 2011).

Nesse sentido, ocorre a constituição do indivíduo em um sujeito ligado a uma identidade que ele reconhece como sendo sua (FONSECA, 2011). Embora Foucault (1985; 1998) não tenha, em nenhum momento de seus escritos, abordado o trabalho doméstico da maneira como ele hoje é concebido e produzido⁵⁵, o esforço de entendimento que tento empreender nesta tese é o de que, assim como o trabalho pode atuar como dispositivo de poder (NARDI, 2002; 2007), o trabalho doméstico também pode.

Atuando como dispositivo de poder, assim como a sexualidade, proponho que ele possa, seguindo o mesmo raciocínio de Foucault (1985; 1998) ao abordar a sexualidade, influenciar na constituição do indivíduo em um sujeito ligado a uma determinada identidade social⁵⁶ que reconhece como sendo sua. A questão seria pensar *como se dá esse processo de*

⁵⁵ Chegando a mencionar, apenas, a escravidão e a domesticidade relacionada à vassalagem (FOUCAULT, 2004c), sistemas nos quais, para o autor, se fala de poderes que se apropriam dos corpos à força, que distoariam, então, dos poderes disciplinares por ele abordados para falar sobre a constituição do indivíduo em objeto dócil e útil.

⁵⁶ Para Foucault (1992), as identidades são umas das primeiras produções de poder agindo na sociedade. Falar de sujeito é falar daquele que se liga a uma identidade social que reconhece como sendo sua porque “[...] quando se fala em sujeito, refere-se a uma construção histórica e social de [simbologias] de identidades” (BARRETO e RIOS, 2012, p. 5). É importante lembrar que essa identidade é caracterizada aqui como identidade social porque a constituição do indivíduo em sujeito não diz respeito à sua ligação a uma identidade psicológica (REVEL, 2005),

reconhecimento e que sentidos estão ligados a essa identidade a qual se liga e reconhece como sendo sua.

Um adendo importante é construído por meio do entendimento de que mesmo a sexualidade pode ser pensada em possibilidades de não enquadramentos precisos em certas identidades sexuais, ou enquadramento nenhum, dadas as várias possibilidades de se vivenciar uma sexualidade. Partindo desse entendimento, pressuponho que as mulheres que entrevisto também possam não se ligar de maneira exata a uma determinada identidade social. No que se refere, por exemplo, aos sentidos do que é ser empregada doméstica, que trazem elementos a respeito da construção de uma identidade social de empregada doméstica, elas podem também resistir aos sentidos construídos em torno dessa identidade. Até porque, embora as identidades sejam, muitas vezes, disseminadas de maneira estereotipadas, essencializadas e fixadoras de determinados significantes a determinados signos, elas são entendidas aqui como fragmentárias.

Como já abordado, alguns mecanismos de subjetivação estudados por Foucault (1985; 1998) para o entendimento da sexualidade como dispositivo de poder eram as tecnologias de confissão, que faziam com que os indivíduos compartilhassem seus *sentimentos, saberes e práticas íntimas* relacionadas à sexualidade. Esse processo, de acordo com Fonseca (2011), era acompanhado de *sentimentos* como o controle, a culpa ou a liberação.

De que forma, então, as empregadas se ligam ou não a uma determinada identidade relacionada especificamente ao trabalho doméstico? Baseando-se no estudo de Nardi (2002) a respeito do trabalho como um dispositivo de poder, podemos dizer que estudar a constituição subjetiva das empregadas domésticas, tentando entender como o trabalho doméstico pode afetar essa constituição, *é entender como essas mulheres compreendem o lugar e as funções que lhes são atribuídas e também as possibilidades que elas têm de aceitar ou resistir a esses lugares.*

Antes de estudar propriamente como o trabalho doméstico atua como processo de subjetivação, analisarei como o *contexto social relacionado a esse trabalho doméstico em nossa sociedade atua como processo de subjetivação*, ou seja, como as condições sociais de produção das práticas discursivas e práticas sociais referentes ao trabalho doméstico afetam essa constituição subjetiva. Como o contexto que circunda o trabalho doméstico atua como processo de subjetivação para essas mulheres? Essa primeira análise se torna importante porque o trabalho doméstico como dispositivo de poder deve ser primeiramente entendido

essencialista. É, em sua relação consigo mesmo, uma ligação a uma identidade socialmente construída, que é um produto das relações entre saber e poder (FOUCAULT, 1992).

como um dispositivo que lida com as ferramentas de seus contextos social, espacial e temporal.

Um primeiro aspecto desse contexto do trabalho doméstico que atua como processo de subjetivação é a *desestruturação*⁵⁷ *familiar, econômica e educacional* comumente associada aos grupos sociais aos quais pertencem as mulheres que trabalham como empregadas domésticas (capítulo 3). Essa desestruturação provoca relações consigo por parte das empregadas que afetam a maneira como elas se ligam a uma determinada identidade social. Ela é tratada como o primeiro aspecto porque funciona como base para várias outras características do trabalho doméstico.

Eu queria que você começasse contando um pouco sua história de vida pra mim. É, eu vim, né, da cidade do interior... Sou órfã de pai e mãe, então... assim, meus... sou... Tenho mais sete irmãos e.... a... a vida era muito triste lá. (Eva) (AD20)

Porque eu também não era orientada pra nada. **Uhum.** Eu fui, assim, uma pessoa que eu me ju... fiquei sem mãe e fiquei... né... sem... sem orientação de pai, mãe, nada. (Eva) (AD21)

A primeira coisa que eu quero é que você me conte a sua história de vida. Assim, você vai tentando me contar, desde o início, aí eu vou fazendo a você perguntas pra ir tentando entender. Desde que eu me entendo por gente? [sorrindo] **É. [risos]** Oh, é assim: eu sô adotada. Eu fui adotada com uma semana de vida. A minha mãe biológica me dexô dentro de um cesto num córrego. Aí minha mãe foi a primeira lavadeira a chegá lá seis horas da manhã pra lavá roupa e me encontrô lá. Aí ela me pego lá. (Débora) (AD22)

Minha infância, assim, foi bem tranquila, né. Eu tinha muitas coleguinha pa brincá, mais quando eu completei dez anos eu briguei com uma colega minha, aí eu falei com ela... ela tinha me batido.... eu falei com ela que ela ia me... que eu ia contá pra minha mãe, aí ela falô assim que a Dona Maria não era minha mãe, que eu fui achada na praia. Aí eu cheguei em casa chorano e perguntei pra minha mãe se o que ela tinha falado era verdade. Desse jeito, desse jeito que eu descobri, aí a minha mãe falô que era verdade sim, mas que não era do jeito que ela... falô né, que eu fui achada. Ela me conto que a minha mãe não pôde me criá. E me dexô ali, né. Ela me contou pra eu num... né... num ficar triste, mas depois eu fiquei sabeno que foi do jeito que a menina falô mesmo, aí ela falô que eu fui... tava dentro de um cesto. Na hora eu fiquei triste, né? Porque eu pensei assim, né, que eu tinha uma mãe e aquela minha mãe num me queria. Mas depois eu fui teno carinho da minha mãe... do meu pai, da minha família toda, eu aceitei. Hoje, se a minha mãe aparecê perto de mim eu nem sei se eu quero sabê dela, não sei. (Débora) (AD23)

Aí quê que aconteceu, nessa época, em 1997, eu... eu tive um problema lá com meu pai, a gente desentendeu e ele queria me colocá pra fora de casa e eu falei assim, não na rua eu não vô ficá. Então eu conheci uma senhora.

⁵⁷ Mesmo que desestruturação seja um termo complicado para se pensar aqui, já que pode levar ao entendimento de que as famílias, os aspectos econômicos e educacionais deveriam obedecer a uma determinada estrutura em sua formação, esse não é o uso que faço desse termo aqui. Utilizo o mesmo invocando um sentido mais próprio do senso comum acerca do que seja a desestruturação, assumindo um sentido de fragilidade e de precariedade. Mesmo reconhecendo que esse termo possa guardar relações de poder a respeito do que seja uma família ideal, uma condição econômica e educacional ideal, não é essa aplicação realizada neste trabalho.

Aí ela conhecia uma senhora que mora lá em Juiz de Fora. Ela ligô e perguntô se ela num queria ficá é... com uma menina lá pra ajudá ela. ,, arrumei minhas coisas e fui pra lá. Foi o meu primeiro trabalho, minha carteira foi assinada pela primeira vez tá lá em 1997. (Débora) (AD24)

Você conta pra mim sua história de vida então? Desde onde você nasceu. Ué, nasci, uai, numa família pobre. Pra algumas pessoas não seria pobre né, porque o pai era ferroviário e o pessoal achava que ganha bem, mas como tinha muitos filho, então acabou sendo pobre né? (Tânia) (AD25)

Como foi sua infância? Apesar de pobre foi boa, assim, tendo o básico, mas não faltava nada. Mas foi uma infância boa, eu acho que foi boa. Porque, às vezes, os outros pensam: "pobre não tem infância boa". A gente teve, porque tinha a liberdade de brincar na rua, brincava com... não tinha brincado direito assim, brinquedo caro, boneca, essas coisas. Quando comprava era aquelas coisa baratinho, só no natal. Ou então ganhava, roupa a gente dividia, a serviço de um irmão para o outro aí dividia, não era só um que usava, roupa, sapato, era tudo assim, tudo dividido. (Tânia) (AD26)

O que me chamou a atenção nas entrevistas é que, na maior parte delas, era comum que, assim que eu as pedisse para contar sua história de vida, elas já começavam a narrar essa história se apresentando e se colocando como sujeitas ligadas a uma identidade de sujeito marginal, no que se refere a condições socioeconômicas. Percebo que essas condições afetam a maneira como elas se reconhecem. Exemplos disso estão nas AD's 20, 22 e 25. Na AD 20, as primeiras palavras de Eva quando peço que me conte sua história de vida traz elementos como o pertencimento à *cidade do interior*, o fato de ser *órfã de pai e mãe* e o fato de ter tido uma vida *muito triste lá [no interior]*. Começar a narrativa de uma história de vida dessa maneira mostra como Eva cria uma relação semântica de si com uma vida marcada por uma desestruturação familiar e pela tristeza. Quando ela recorre à noção de cidade de interior, podemos perceber, por meio da análise de sua entrevista como um todo, que esse pertencimento afetou bastante a maneira como ela faz uma experiência de si. Pois foi esse pertencimento, aliado a uma vida *triste*, que fez com ela saísse de sua cidade, ainda menina, e sozinha, rumo à BH, onde ela começou sua vida como trabalhadora doméstica e onde se deu o início de aspectos que até hoje afetam suas condições de existência: foi lá que se inseriu em um trabalho e uma vivência precárias, sofreu abuso sexual, engravidou de sua primeira filha e constituiu família, tendo mais filhos.

Eva atribui esse início precário de sua vida justamente à desestruturação familiar que iniciou sua vida. *Porque eu também não era orientada pra nada. Uhum. Eu fui, assim, uma pessoa que eu me ju... fiquei sem mãe e fiquei... né... sem... sem orientação de pai, mãe, nada.* Aqui, ela recorre implícita e interdiscursivamente a discursos sociais relativos às funções sociais das famílias: como o orientar e o guiar os filhos. Construindo semanticamente essa

interdiscursividade de maneira negativa, são recorrentes em suas falas léxicos que trazem justamente esse sentido de negatividade ou de ausência, tais como *não nada, sem*.

Na AD 22, Débora também começa a narrar sua história de vida pelo fato de ser *adotada*. Nesse momento, ela demonstra se ligar a uma identidade de filha adotada, tornando-se sujeito de uma determinada condição familiar, recorrendo a uma categoria de análise presente na dimensão das práticas sociais de Fairclough (2001): apresentação de condições de vida. Essa ligação à identidade de filha adotada volta em seu discurso, na AD 23, quando, diante de minha pergunta a respeito de como foi sua infância, ela logo retoma essa identidade, narrando como descobriu ser adotada.

Em sua prática discursiva de falar sobre sua infância, um espaço pequeno é atribuído às narrativas das brincadeiras e a outras práticas socialmente atribuídas ao momento da infância, pois logo ela retorna à narrativa de sua condição de adotada. A própria AD 23 é um exemplo disso. No que se refere à forma textual (ACD) da transcrição de suas falas, nem uma linha do texto é preenchida por relatos interdiscursivamente considerados comuns de uma infância pois, antes que essa linha termine, Débora já começa um percurso semântico que atrela esse momento de sua vida ao fato de ser adotada. Esse percurso é iniciado, no que se refere à análise da coesão (ACD) de seu texto, pela escolha do léxico *mais* que, transcrito de maneira a enfatizar sua pronúncia da palavra, se refere ao léxico *mas*, que funciona como uma conjunção coordenativa adversativa. Na AD 24, por sua vez, a desestruturação familiar é elemento-chave para a compreensão do início de sua vida no trabalho doméstico, pois foi por um desentendimento com o pai, que a expulsou de casa, que ela saiu de sua cidade, aos 18 anos, para ir para o que chama de seu *primeiro trabalho, minha carteira foi assinada pela primeira vez*.

Já Tânia inicia a apresentação de si e de sua história de vida por seu pertencimento a uma família pobre, recorrendo a elementos que trazem suas condições propriamente econômicas de existência: *ué, nasci, uai, numa família pobre; então acabou sendo pobre né?*. Para fazê-lo, recorre a uma intertextualidade constitutiva por meio de relações estabelecidas entre o seu texto, que traz o discurso da pobreza, e do texto de outras pessoas que negariam o seu próprio pertencimento a uma identidade social de pobre. Chamar a atenção para essa intertextualidade, é importante porque, por meio dela, abrem-se maiores possibilidades para analisarmos as práticas discursivas e as práticas sociais, já que ela estabelece relação com outros textos que contribuem para um entendimento contextual do que está sendo dito (FAIRCLOUGH, 2001). O enunciado de Tânia reflete a existência de um contexto em que ocorre a atribuição social de riqueza e/ou de pobreza de maneira associada às profissões

(GONÇALVES, 2007). Se seu pai era ferroviário, a identidade de pobre lhe era negada. No entanto, assim que começa a narrar sua trajetória, Tânia argumenta de modo contrário a essas considerações pelo fato de os pais terem tido muitos filhos (doze).

Quando pergunto a ela como foi a infância, ela novamente recorre à sua ligação a essa identidade quando, antes de narrá-la, escolhe os léxicos *apesar de pobre, foi boa*, o que causa uma relação semântica implícita de que a pobreza poderia fazer com que sua infância não fosse boa em virtude da privação econômica. Mais uma vez, relacionando-se com essa identidade que assume como sendo sua, recorre a um intertexto, agora manifesto, quando fala que *às vezes os outros pensam: pobre não tem infância boa*. Dessa maneira, Tânia se liga a uma determinada identidade, mas é capaz de refletir sobre a maneira pela qual ela foi socialmente construída, resistindo a essa construção social. Praticando uma relação consigo mesma de modo intrínseco a essa identidade, se liga a ela, mas não se enquadra exatamente no que assume como sendo o sentido que as pessoas constroem para essa identidade.

A desestruturação econômica é um aspecto muito importante para pensarmos as experiências de si das empregadas, embora nesta tese não seja escolhida como um dos aspectos principais norteadores das análises, como já expliquei, não deixando, por esse motivo, de ser considerada. No caso específico do contexto social do trabalho doméstico, historicamente caracterizado por uma precariedade no sentido econômico (capítulo 3.5), esse é um aspecto que influencia a maneira como elas experienciam suas vidas, já que produzem condições específicas de existência.

Quando você se casou, você saiu de casa? É... não, morou lá em casa mesmo, no porão. **Ah, entendi.** Eu fui morar no porão de casa, na casa do meu pai. **Ficou um tempo morando lá?** É, sete anos morando lá. **Aí cê já tava com os filhos?** É, 2. **Morando no porão?** Aham. **Aí depois conseguiu comprar uma casa?** Não... a gente conseguiu comprar... fazer uma casa no terreno da prefeitura, que era de graça porque o porão era complicado, tinha muita umidade e era muito pequeno. (Aparecida) (AD27)

Quando eu tava com seis meses de gravidez, a gente [ela e o marido] foi morar na parte de baixo da casa do pai, até construir e ver o que fazia. Porque a gente pensava em construir, depois ia demorar muito pra construir. Mas aí tinha mofo na parte de baixo, que era um porão, aí meu filho começou a infeccionar muito a garganta, ficar com alergia, era sinusite essas coisa assim, aí o medico falou que era mofo, essas coisas que tinha de problema na casa. (Tânia) (AD28)

Essas condições de existência, no caso de Aparecida e Tânia, foram vivenciadas de uma maneira muito espacialmente definida: elas foram morar no porão da casa dos pais, sem estrutura adequada para si e para seus filhos.

A relação com a *escola* é outro elemento muito presente nos discursos das empregadas, de modo contextualizado a esse aspecto da desestruturação familiar, econômica e educacional.

<p>Eu estudei até a terceira série, né, na época tinha que pagá, a gente não tinha condição, né. A minha família também né... num podia me ajudá. E... aí fiquei só... estudei até a quarta série. (Eva) (AD29)</p>
<p>Depois eu não quis estudá mais, que aí eu tive que começá a trabalhá, aí larguei pra lá. E como que foi a experiência com a escola? Ah, eu adorava, adorava. Eu adoro, né. Adoro lê, adoro escrevê. Eu gostava muito de estudá. Hoje se eu pudesse até eu voltava, mais... num sei. (Débora) (AD30)</p>
<p>Eu parei de estudar cedo com a intenção de voltar a estudar, mas comecei a trabalhar e não consegui voltar, só fui voltar um bom tempo depois pra terminar o primeiro grau e depois desanimei de fazer o segundo porque eu ia aposentar, aí eu desanimei, porque pra mim não ia ter utilidade nenhuma, né? Fazer o segundo grau. Quando eu estudava, quando criança, eu tinha boas notas até certo ponto, era bolsa que a gente ganhava, né, era escola particular, só gente rica, a gente era pobre. Chegou num ponto que o pai não tinha como comprar os livros e as coisas que a escola pedia, né. Aí chegou num ponto que eu parei de estudar por causa disso. Então vocês estudaram na escola particular por causa da bolsa? Por causa da bolsa. Aí você falou que era só pessoal mais rico que estudava na... Por a gente ser pobre, assim, os alunos, alguns excluía. Mas a maioria eu tive amizade na escola, que era menina assim: tinha dinheiro, chamava pra estudar na casa delas, tinha uma que até roupa usada dela, ela me dava. Então assim, tratava de igual pra igual. (Tânia) (AD31)</p>
<p>E naquele tempo escola era difícil, né? Aí a gente estudava, era eu e meus três irmão que ia junto pra escola. Aí era muito difícil, era longe mesmo, em uma fazenda. Tinha que passar no mato, subir assim morro sabe? Chão de terra assim, aquelas terra vermelha, sabe? Nossa, subia e descia morro, passava no meio do mato, meio de vaca, a gente passava com medo, com medo de bicho, com medo de onça aparecer, né? Naquele tempo... A gente gastava muito tempo, ia de manhã e voltava depois de meio dia. Aí aquele sol quente, a gente novinho, naquele desânimo... Nossa Senhora! No caminho vinha falando: ‘ô gente vamo pedir pro pai tirar a gente da escola, que a gente aprendeu a ler e escrever, então chega, chega desse sofrimento né’? A gente começava até a inventar as coisas sabe? Vamo falar com o pai e com a mãe que a vaca correu atrás da gente, que uma onça correu atrás da gente... apareceu onça, tal assim. A gente falava ‘ô pai, tira a gente da escola, a gente aprendeu a ler, não precisa mais não’, não sei o que... O pai ‘não, não, cês precisa aprender a ler, escrever direitinho, não sei o que, formar um dia, ser alguém, pra trabalhar’. Aí minha fia, nós ficava numa tristeza. Nós virava e mexia a gente sempre pensava naquilo né? Vamo pedir o pai pra tirar a gente da escola. Eu não aguento mais... não aguento mais falar [ela chora nesse momento]. (Aparecida) (AD32)</p>

As possibilidades de análise das AD’s 29 a 32 são inúmeras, e sob diversos enfoques de análise. Mesmo que eu não vá esgotar a análise delas nem ao menos no que se refere às analíticas teóricas que utilizo aqui para pensar os processos de subjetivação, achei relevante trazê-las porque são muito ricas em termos ilustrativos para que os leitores possam perceber como era e é a relação estabelecida pelas domésticas com o lugar da escola. A desestruturação

é um elemento importante para entender essa relação, pois as experiências de si dessas sujeitas em relação à escola perpassam por identificações diversas: 1) a de pobres e sem recursos para se manterem na escola (AD's 29 e 31); 2) a de sujeitas que necessitaram trabalhar antes de concluir o estudo básico, por meio de um processo muito característico do contexto do trabalho doméstico (capítulo 3): a necessidade de trabalho se sobrepondo à continuidade nos estudos (AD's 30 e 31); 3) a uma identidade de pobre que é interdiscursivamente colocada como oposta à identidade de rico, o que reflete condições sociais de produção ao recorrer a discursos sociais relacionados a um pensamento binário para a diferença entre rico e pobre⁵⁸ (AD 31); e, finalmente; 4) sujeitas desprovidas de recursos que propiciassem um cotidiano de acesso confortável às escolas e que estimulasse, então, a motivação de nelas se manter (AD's 31 e 32).

Mesmo que o pai de Aparecida, por exemplo, falasse a respeito da importância do estudo para que elas pudessem *formar um dia, ser alguém, pra trabalhar*, essa motivação era restringida por conta das condições cotidianas para manter esse intento, tanto que, na família de Aparecida, que recorreu a uma intertextualidade manifesta recontando essa fala do pai, além dela, várias foram as irmãs que, ao longo do tempo, saíram da cidade para se inserirem no trabalho doméstico o qual, por muitos anos, foi a primeira opção de famílias mais pobres (capítulo 3). O relato do sofrimento cotidiano que ela e seus irmãos sentiam para frequentarem a escola faz, inclusive, com que Aparecida se emocione e não consiga terminar a fala, tendo que pausar por algum tempo a entrevista.

As relações estabelecidas com o lugar da escola foram complexas, permeadas por muitas idas e vindas, quando algumas delas ensaiavam a volta aos estudos, chegavam a voltar, mas paravam novamente. Para Tânia, inclusive, a perspectiva de se aposentar retiraria o sentido de concluir o ensino médio. Apenas Arlete, como se viu no capítulo 5, fez com que essas idas e vindas a levassem ao ensino superior. Entretanto, a sua experiência eu analisarei de modo mais específico no capítulo 8.

⁵⁸ Tânia se relaciona com esse pensamento binário que opõe ricos a pobres, o reconhecendo implicitamente, de modo a afirmá-lo em suas experiências (quando, a todo momento, reflete esse sentido de oposição. Um exemplo é quando diz que, por ela e os irmãos serem pobres, alguns alunos os excluam); e também a rejeitá-lo em outras experiências (como quando diz “ *que era menina assim: tinha dinheiro, chamava pra estudar na casa delas, tinha uma que até roupa usada dela, ela me dava. Então assim, tratava de igual pra igual*). Quando Tânia faz essa rejeição da oposição em sua experiência com as meninas da escola baseando-se no ser chamada para a casa delas e em ganhar roupas usadas, me lembra uma afirmação de Brites (2008) em relação a uma prática comum no trabalho doméstico: a de que raramente algo novo é comprado para presentear as empregadas. Embora eu não possa fazer essa interpretação aqui me baseando simplesmente em um mero enunciado que não me fornece, nem implicitamente, essa consideração, apenas a citei por lembrar algo que já foi comentado no capítulo 3 em relação ao trabalho doméstico.

Finalizando então a discussão a respeito de como o *contexto social relacionado ao trabalho doméstico em nossa sociedade atua como processo de subjetivação*, podemos dizer que ele atua de modo, sobretudo, a fazer com que as empregadas se liguem a uma identidade de pobreza, sendo pobreza aqui entendida em vários sentidos: como a ausência de recursos principalmente financeiros, mas também educacionais e, em alguns casos, familiares (como nos casos de Eva e Débora – AD's 20, 21, 22 e 24). Nesse processo, elas se tornam *sujeitas de uma ausência ou limitação* que pode ser resumida, embora não esgotada, em sua ligação com a *identidade social de pobre* que reconhecem como sendo suas. Nesse reconhecimento, compreendem as situações e os lugares⁵⁹ que lhes são atribuídos, aceitando e também a eles resistindo.

A partir daqui, analisarei como o *trabalho doméstico, propriamente, e não mais o contexto que o envolve, atua como processo de objetivação que influencia a constituição subjetiva* das empregadas domésticas, tentando entender como elas *compreendem o lugar e as funções que lhes são atribuídas e também as possibilidades que elas têm de aceitar ou resistir a esses lugares* (baseando-me no estudo de Nardi (2002) a respeito do trabalho de modo geral).

Em relação primeiramente a experiências com o trabalho de um modo geral, podemos observar alguns aspectos nas AD's 33 a 36.

Eu gosto de trabalhar. Eu tô ganhano meu dinheiro honestamente, né? Pra mim [o trabalho] é muito importante. E é muito bom né, tê meu salário garantido. Eu tenho, eu sinto o meu valor né? Eu sei que as pessoas me dão valor. Eu fico... sabe? [pausa] Eu chego cansada, mas falo assim "não, eu gosto". Aquilo é a minha vitória... eu tô venceno, né. Fiz, trabalhei e... já pude comprá né... um objeto, né, uma coisa aqui né, em casa. Fico muito feliz com isso. (Eva) (AD33)

O trabalho é muito importante na minha vida. Porque se eu não trabalhasse, eu não tinha dinheiro nem para pagar o meu aluguel. Se eu não trabalhar, eu não tenho dinheiro para vestir, comer, não tenho nada. O dinheiro que eu tenho é o dinheiro do meu trabalho. Hoje, se você chegar e "ver" minha conta, e não tenho nada. Eu tenho uma poupança lá que é para depositar a pensão dela. Se tiver quatro reais lá tem muito. [risos]. Então é o meu trabalho. [...] A [nome da filha] chega para mim e fala assim: "Mãe, não vai trabalhar não, não quero ficar sozinha". Eu falo: 'Então tá, não vou trabalhar não, vou ficar em casa, aí nós vamos comer vento'. Eu brinco com ela. Ela: 'Ah, não, mãe, então vai trabalhar'. Meu trabalho é tudo para mim. (Salete) (AD34)

A gente sente melhor com o trabalho, a gente sente assim que comprou alguma coisa com o suor do trabalho da gente, né, é gratificante né cê comprar uma coisa, um alimento pro seu filho, uma coisa assim né? Eu lembro

⁵⁹ Lugar, aqui, é entendido de maneira simbólica, como lugar que invoca sentimento de pertencimento (FONTE) e que também pode dizer respeito a hierarquias sociais simbolicamente atribuídas aos sujeitos, por meio de relações entre saber e poder.

quando eu olhei pra primeira roupa que eu pude comprar pra minha filha nó, fiquei numa alegria. Olhei assim "é meu, é meu suor que tá ali". (Arlete) (AD35)

Trabalho é tudo, né, é o que dignifica o homem, porque que é um ser humano sem trabalhar, né? A não ser que a pessoa tem capacidade... mas você vê hoje em dia, até deficiente trabalha. Tem pessoa que você pensa, não enxerga, e trabalha com coisa aí que quem enxerga não consegue fazer, mexe com computador, lê melhor do que quem enxerga né. (Tânia) (AD36)

Elas compreendem o lugar do trabalho, compreensão essa que faz com que se liguem à identidade de trabalhadoras, tornando-se sujeitas de uma relação de trabalho pela: 1) utilidade que o trabalho assume em suas vidas; 2) por jogos de verdade e discursos sociais a respeito do significado do trabalho. Em relação à utilidade, elas se ligam a ele pela necessidade de sobrevivência e pela capacidade que ele lhes confere de aquisição de bens materiais.

Já pude compra, né... um objeto né, uma coisa aqui né, em casa. Fico muito feliz com isso; porque se eu não trabalhasse, eu não tinha dinheiro nem para pagar o meu aluguel. Se eu não trabalhar, eu não tenho dinheiro para vestir, comer, não tenho nada; primeira roupa que eu pude comprar pra minha filha. (Salette)

Salette inclusive utiliza uma metáfora para falar qual seria sua situação e a de sua filha se não trabalhasse, dizendo que elas iam *comer vento*.

Em relação aos jogos de verdade e discursos sociais a respeito do significado do trabalho, suas práticas discursivas refletem uma incorporação do discurso do trabalho como estando associado a valores como honestidade.

Eu gosto de trabalhar. Eu tô ganhano meu dinheiro honestamente, né? [valorização simbólica do próprio indivíduo] Eu tenho, eu sinto o meu valor né? Eu sei que as pessoas me dão valor; [a importância de se] vencer [na vida] Aquilo é a minha vitória... eu tô venceno, né; [a importância do metafórico suor do trabalho] comprou alguma coisa com o suor do trabalho da gente ... é meu suor que tá ali; [a dignidade relacionada a uma capacidade de trabalho que estaria presente até em deficientes] trabalho é tudo né, é o que dignifica o homem, porque que é um ser humano sem trabalhar né? (Salette)

Nesse último trecho, retirado da AD 36, Tânia inclusive trabalha interdiscursivamente com uma noção social de esvaziamento do ser humano sem o trabalho. Esses últimos trechos mostram como o trabalho atua como um dispositivo de poder afetando a constituição subjetiva das mulheres entrevistadas. Ele se torna socialmente importante, não apenas porque promove meios de subsistência, mas porque confere ao ser humano o que seria talvez pensado até como sua própria essência, sem o qual ele poderia não ser nada (noção implícita no enunciado AD 36 de Tânia).

O trabalho atua como um dispositivo de poder porque a ele jogos de verdade se relacionam, conferindo ao ele valores que também foram construídos como sendo socialmente importantes, tais como a honestidade, a dignidade e a vitória na vida por meio do trabalho. Além dos processos de objetivação estudados no tópico anterior para a construção dos indivíduos como objetos dóceis e úteis, essa construção discursiva e ideológica de valores por meio do trabalho reflete a ação de processos de subjetivação que culminam na ligação do indivíduo a uma identidade de trabalhador, que ele reconhece como sendo sua.

A metáfora do *suor do trabalho* ilustra muito bem essa construção que, envolta por relações entre saber e poder, se apropria dos sentimentos dos sujeitos para que eles entendam que, mesmo que o trabalho lhes demandem esforços, o efetivo suor, e lhes provoquem cansaço, ao se ligarem a uma identidade de trabalhadores, tornando-se sujeitos de um trabalho, eles possam estabelecer uma relação discursivamente positiva com esse trabalho: *eu chego cansada, mas falo assim não, eu gosto*.

Agora, parto para a análise de como o *trabalho doméstico*, especificamente, atua como dispositivo de poder afetando a constituição subjetiva das empregadas. E é aqui que preciso recorrer aos sentidos do que é ser empregada doméstica entendidos como jogos de verdade construídos a respeito dessa identidade social e que foram abordados no capítulo 3, sendo sintetizados no tópico 3.5. Para tanto, conduzirei uma análise mais objetiva dos discursos, neste momento, para associar algumas amostras discursivas diretamente aos sentidos com os quais elas se relacionam. As amostras permitirão a análise da maneira pela qual as domésticas estabelecem uma experiência e uma relação de si inscritas em jogos de verdade.

Quadro 6 - Sentidos e jogos de verdade associados a amostras discursivas

Amostras discursivas	Sentidos e jogos de verdade com os quais as empregadas se relacionam
E fiquei cuidando de criança lá, da minhas tias que, né, ganhava neném, eu tinha que ajudá. Eu tinha também que ajudá a plantá, né... levá cumida... é... auxiliá todos os meus tios que... que quando a gente fica assim sem pai, sem mãe, a gente fica, joga pra lá, joga pra cá, né. Aí já fui ficando treinada pra trabalhar como doméstica. (Eva) (AD37) (Vivencia e reconhece o sentido)	Assumir uma continuidade típica de uma atribuição das responsabilidades domésticas às meninas das periferias
Quando eu chegava da escola, eu ia pro serviço da minha mãe com ela. Aliás, ia com ela não. Ia pra lá pra ajudá ela, né, aí fui aprendendo porque em casa eu também fazia as coisa. (Débora) (AD38) (Reconhece e vivencia o sentido)	

<p>Não sei se você vai tirar algum proveito da minha entrevista, se vai aprender alguma coisa comigo não, porque a gente que é empregada... eu num sou estudada, né.... essas coisa. (Eva) (AD39). (Reconhece de maneira implícita o sentido, que afeta sua constituição subjetiva por meio da insegurança)</p>	<p>Assumir um sentido de diferenciação em relação à intelectualidade</p>
<p>Até hoje eu num entendi nada, continuo burrinha do mesmo jeito... a gente que trabalha em casa de família é assim mesmo. (Débora) (AD40). (Reconhece e incorpora o sentido, que afeta sua constituição subjetiva na atribuição de uma característica que seria implicitamente atribuída ao sujeito coletivo empregada doméstica)</p>	
<p>Já senti preconceito de vizinho: "vai nada, ocê num precisa disso. Fazeno faxina pra quê? Cê não precisa disso". É, hum... num vejo nada de... que ele me desabone eu trabalhá, fazê uma faxina. (Eva) (AD41). (Vicencia e reconhece o sentido, e o rejeita para si)</p>	<p>O sentido de trabalho subalterno</p>
<p>Eu nunca tive vergonha de falar [que eu era doméstica]. Quando eu era mais nova, muitas colegas minhas tinham vergonha de falar até onde elas moravam. As pessoas me perguntam: "Onde você trabalha?", e eu falo assim: "Eu trabalho em casa de família". Eu nunca tive essa vergonha. Mas eu acho que tem o preconceito. Só que aí no caso da faculdade, eu faço diferente, pra eles eu nem comento... eu nunca falei que sou diarista lá. (Arlete) (AD42) (Reconhece o sentido e lida com ele de maneira ambígua, em sua arte de perceber em qual espaço e para que sujeitos pode dizer que é doméstica)</p>	
<p>Às vezes, ela desconfiava de alguma coisa que tava assim acabando depressa, aí a gente achava logo assim: "uai gente, tá pensando que a gente tá roubando, tá tirando, não sei o que, né"? Aí a gente ficava meio chateada com isso, né? Falava comigo, "uai, que isso, o sabão tá acabando depressa, será que tá entrando alguém aqui e roubando", não sei o quê... aí a gente ficava meio chateada, né? É ruim, né? A gente fica com medo da pessoa cismar que a gente mexeu, tirou. Quando eu trabalhava com a Dona [nome], ela era de idade, guardava as coisa, depois não achava, não lembrava onde que tinha guardado, né, aí ela falava que era a gente. Falava assim: "ah, foi um rato de duas perna que entrou aqui e carregou minhas coisa". Até terço mesmo, ela tinha cinco terço pra rezar sabe, então cada lugar ela punha um, então a hora que ela não achava falava que era a gente que pegou. (Aparecida) (AD43) (Reconhece e vivencia de maneira negativa o sentido de ameaça aos bens, o que afeta seus sentimentos)</p>	<p>Assumir o sentido de ameaça à família empregadora</p>
<p>Quando acontece alguma coisa de errado você pensa, vai cair na empregada, a empregada é a culpada. Já aconteceu com você? Nunca, nessa casa que eu trabalhava, eles deixavam dinheiro, carteira em lugar visível e eu nunca mexi. Às vezes você pensa assim, ou tá confiando em mim ou tá testando minha confiança, pra ver se eu vou mexer ou não. (Tânia) (AD44) (Reconhece o sentido e lida com o mesmo por</p>	

<p>meio da astúcia, supondo que pode estar sendo testada em relação ao mesmo)</p>	
<p>[Sobre o fato de serem todos os utensílios, comida e geladeira separados entre empregadores e empregadas domésticas na casa em que foi trabalhar] Eu acho uma besteira. Eu acho. Eu acho bobeira. Eu acho que o que a água e sabão não lava, minha filha... Sei lá, bobeira, porque... Não sei. Eu acho preconceito. Assim, prato, colher, copo? Gente? Minha mãe falava que água e sabão só não lava a língua da gente, do ser humano, porque o resto lava tudo. Acho grande bobeira deles. (Salette) (AD45)</p> <p>(Reconhece e vivencia o sentido implícito na prática dos padrões de ameaça à integridade física da família)</p>	
<p>Quando ela [a primeira filha] nasceu, minha irmã tava trabalhando na Dona [fala o nome da patroa para quem a irmã trabalhava como doméstica], então a Dona [nome] deu um monte de roupinha do filho dela, deu pra minha irmã dá pra mim. Até teve uma vez né, tava um frio nossa, chovendo, a dona [nome] tinha ido lá em casa acho que conversar com minha irmã, a [nome da filha] tava enrolada num cobertor, aqueles cobertor bem pobrinho sabe, não tinha manta nem nada, né? Aí ela deu um monte de roupinha, brinquedo. Nossa, ela me ajudou muito. A [nome da filha]... o calçado que a Dona [patroa da casa em que ela mesma trabalhou] deu, porque não serviu pra ela, a [nome da filha] usou um tempão mesmo pra ir na escola, custou a acabar. (Aparecida) (AD46) (Vivencia o sentido)</p>	<p>Ser um elo entre duas realidades distintas</p>
<p>O lado bom de ser doméstica é que... quando a gente é mais pobre, a gente fica tendo assim mais certas coisas, né? Tipo assim [pequena pausa] uma comida diferente, alguma coisa assim né? E aprender alguma coisa nova. (Aparecida) (AD47)</p> <p>(Reconhece, vivencia e lida positivamente com o sentido)</p>	
<p>Eu gosto de trabalhar, é bom não tá em casa todo dia né. E só da gente chegá e tomá um café... diferente, pra mim é muito valioso. (Eva) (AD48) (Reconhece, vivencia e lida positivamente com o sentido)</p>	
<p>Que quê significa ser doméstica pra você? Ah... poderia ser melhor né, assim, diferente, mas não é, né? A gente assim, tipo assim, a gente ter uma amizade com a patroa, aí seria muito melhor, né? Mas assim, levar pela amizade, né... imagino no lugar da gente, né? Mais sei lá... não sei te explicar não. (Aparecida) (AD49) (Ansia pelo afeto presente nesse sentido)</p>	<p>Conviver com um misto entre afeto e desigualdade</p>
<p>A Dona Tânia [nome da patroa com quem trabalhou dos 14 aos 19 anos de idade] até hoje eu converso com ela praticamente... não é todo dia, mas dia sim, dia não, nós estamos conversando por telefone. É uma pessoa assim... não vou falar que tenho como mãe porque eu acho que mãe é uma só... mas é uma pessoa que eu gosto muito e tenho certeza de que ela também gosta muito de mim. [Agora em outro momento da entrevista, ainda sobre a mesma patroa:] A dona Tânia... à noite, ela não deixava eu fazer nada, não fazia. [ela era mensalista residente]. E eu não trabalhava de carteira</p>	

<p>assinada, ela nunca assinou. Só que era assim, eu não trabalhava nem sábado, nem domingo. (Salete) (AD50) (Vivencia e reconhece apenas a dimensão do afeto, que faz com que ela não considere a informalidade do trabalho como um aspecto de desigualdade)</p>	
<p>A gente não se sente bem na casa dos outros. Por mais liberdade, eles falam que tem você como família, não tem. A dona Tânia sempre me ensinou isso, muitas coisas que eu sei hoje, que eu aprendi, não com a minha mãe, porque minha mãe faleceu eu tinha 14 anos, então o que eu aprendi, o meu jeito de lidar com as pessoas, com meus padrões, eu respeito os meus patrão, eu sei me por no meu lugar. A dona Tânia, até sair para barzinho ela sempre me dava conselho: "Minha filha, se você sair para sentar na mesa com suas amigas, quando você levantar para o banheiro, leva o seu copo, pra não correr o risco de colocarem alguma coisa na sua bebida". Eu aprendi isso. Então, assim, eu tinha liberdade na casa dela. Vamos supor, eles estão no quarto e eu perguntava: "posso entrar?", mesmo a porta estando aberta. (Salete) (AD51) (Reconhece e vivencia o sentido)</p>	
<p>Nosso Deus! Eu amo o [nome do filho do casal para quem trabalha, que tem três anos, e de quem cuida na parte da manhã]. Sou apaixonada por ele. Nosso Deus! É meu bebê. Gosto demais dele, nosso Deus. Eu filmo ele tocando o violão dele, tiro foto e fico vendo. Sexta-feira eu ri dele demais. Roubaram o carro da avó dele, da mãe dela, um Fiatzinho, aí o seguro deu outro, aí ele falou "o homem da loja deu um carro novo para a vovó". Eu virei e falei assim: "Dedé [apelido pelo qual ela chama o menino], então pede o homem da loja para dar um carro para a [fala seu próprio apelido, uma repetição de duas sílabas, assim como ocorre com Dedé]. [risos]. Aí ele: "não". Eu: "Ô, Dedé, por quê?" A [fala seu próprio apelido] tão boazinha! E ele: "Não, a [o apelido dela] é ruim, a [apelido dela] come criança". [risos]. Gente, ele é engraçado. Eu ri demais. De onde ele tirou essa ideia? E ruim ele fala "uim". Eu ri demais. Eu fui contar para os pais dele. Na escolinha, eles perguntam pra ele "quem que fica com você?". "A [apelido], que come criança". Depois ele falou "criancinha que faz bagunça". Não sei de onde ele tirou essa ideia. (Salete) (AD52) (Vivencia e reconhece atualmente a dimensão do afeto)</p>	
<p>Os dois [o casal para quem trabalha atualmente] foi presente de Deus na minha vida, sinceramente. De todos que eu já vi, [fala o nome do casal] são fora de série, os dois são supertranquilos. Nem parece que eu sou empregada. Nossa! Não existe! Igual a eles nunca vi. Nunca convivi com pessoas assim. Eles são pessoas que sabem valorizar você, não é aquelas pessoas que tratam mal, não desfaz. São pessoas legal. Eu gosto muito deles. (Salete) (AD53) (Vivencia e reconhece atualmente a dimensão do afeto)</p>	
<p>De noite, eles não jantava, era lanche [na casa em que trabalhava como mensalista residente]. Aí eu... assim... por eu tá ali, eu não incomodava de ajudar com as criança</p>	

<p>[quando já era noite, depois de seu horário de trabalho], já que me ela me ajudava com tanta coisa. Com o que por exemplo? Ela gostava das coisa limpinha, tudo certinho, mas assim... quando eu precisava de dinheiro, muitas vezes, ela me emprestava, "ah depois eu desconto", não descontava, ainda falava: "ah não pode deixar, não preocupa não". Então, assim, eu sempre ajudava em alguma coisa à noite, não ligava com o horário não. (Tânia).. (AD54) (Vivencia e reconhece apenas a dimensão do afeto, que faz com que ela não considere a não existência de uma jornada de trabalho como um aspecto de desigualdade)</p>	
<p>[Quando estava desesperada por ter ficado grávida do terceiro filho, depois dos 40 anos] É, então, né, eu falei 'não é de Deus tirar né?'. Como é que eu vou fazer? Aí depois que a dona [nome da patroa] chegou de viagem, aí ela foi conversando comigo né, ela me apoiou muito, né? Aí, ela foi, todo mês, minha fia, ela chegava pra mim e me dava uma coisinha pro neném. Aí aquilo foi me coisando, né? Aí aquilo foi mexendo comigo, né, eu ficava alegre. Assim aceitando sabe, e foi muito bom. (Aparecida) (AD55) (Vivencia e reconhece a dimensão do afeto)</p>	
<p>Ele falava [o homem para quem trabalhava, que tinha a filha com síndrome de Down de quem ela cuidava] que eu nem era empregada não, eu era uma amiga da filha dele. Ele colocava assim, né. Então, eu num podia... [pausa] E você se sentia assim, da maneira como ele falava? Muito. Muito porque eu... eu... eu tinha muito contato com ela. Eu tocava no... eu tocava no corpo dela, né. Ela me permitia eu tocá no corpo dela. Ela permitia eu até trocá absorvente, colocá absorvente. Eu sabia as datas que ela ficava menstruada. Eu troca... botava absorvente, eu lavava as calcinha dela direitinho. Eu lavava ela todinha. O cabelo dela, escovava. Então assim, ela... ela tinha muita confiança que ela sabia que eu não tava ali pra machucá ela, pra fazê mal pra ela. (Eva) (AD56) (Vivencia e reconhece a dimensão do afeto⁶⁰)</p>	
<p>Ela [patroa para quem trabalhou como mensalista residente dos 18 aos 21 anos] uma vez ela falô pra mim, "Débora, você não é empregada aqui, você é como se fosse uma pessoa da minha família". Ela falava muito, falava mesmo. Qualquer festa que tivesse de amigos deles, eles... elas me levavam, não me deixavam não. Só se eu não quisesse ir mesmo, mas elas sempre me levavam. (Eva) (AD57) (Reconhece e vivencia a dimensão do afeto, mas de maneira muito ligada ao discurso do quase parte da família⁶¹)</p>	
<p>A parte ruim de ser doméstica é que muita gente, às vezes ,não dá valor, como pode, gente, se vê uma pessoa que, às vezes, acaba sendo mais do que mãe... dos filhos, né... porque tá ali com a criança o dia inteiro, a mãe chega já acha a criança, né, já almoçou,</p>	

⁶⁰ Entretanto, nesse caso específico, essa vivência ocorre de maneira muito relacionada a outro sentido abordado no capítulo 3: o de que as empregadas são sujeitos que rompem com a intimidade e a privacidade da vida familiar (RONCADOR, 2007). Aqui, nesse caso específico, com a privacidade e intimidade da menina de quem cuidava.

⁶¹ Abordado por Ávila (2008) e Rago (1985).

<p>já tomou banho. Muitas aí que eu vejo não têm paciência de ensinar nem uma lição de escola, aí eu mesma assim já ensinei algumas coisas. (Arlete) (AD58) (Vivencia, reconhece e reflete a respeito do aspecto negativo desse sentido)</p>	
<p>Eles [os estudantes da república em que trabalha] me respeita, né, Juliana? Assim... ah, sei lá. Tem uns que nem olha na cara, tem dia que fala bom dia, tem dia que não fala, mesma coisa de não tá enxergando a gente. Assim... não vê a gente. E tem uns que chega: bom dia, Dona Aparecida! E conversa, né, conta as coisa da família deles, tem outros que não, nem vê, nem olha... tipo assim. (Aparecida) (AD59) (Vivencia a desigualdade e (res)-significa o sentido ao não entender o contato estabelecido com os estudantes como afeto, mas sim como respeito)</p>	
<p>Mas eu não consigo ver... eu gosto tanto dessas pessoas que eu trabalho [atualmente como diarista], que eu não consigo me ver sem trabalhar pra elas. Eu não consigo me ver, principalmente a que eu estou desde 94. Aí eu fico pensando, como é que eu vou fazer, como vou sair da Dona [nome]? Porque na hora que eu me formar [da graduação em administração], eu vou ter que sair, aí eu já fico pensando. E eles são muito bons pra mim, me deram apoio, já me ajudaram muito. Quando eu precisava antes... antes eu não tinha computador, agora eu to tendo, mas quando eu precisava de alguma coisa, sempre eles que resolviam pra mim... qualquer hora que eu preciso de algum apoio, eles estão aí pra me apoiar, então não sei, só sei que um dia eu vou ter que sair. Não sei como, é perigoso eu tá lá no final de semana [risos]. (Arlete) (AD60) (Vivencia e reconhece a dimensão do afeto, tendo até dificuldade de se pensar fora da relação estabelecida⁶²)</p>	

Fonte - Transcrição das entrevistas realizadas. Ávila (2008); Bernardes (1992); Brites (2008); Coronel (2010); Corrêa (2007); Freitas (2011); Rago (1985); Roncador (2007).

De modo bem sintético se comparado ao tamanho e à quantidade dessas amostras discursivas apresentadas e à complexidade passível de análise e tratamento, o que se pode perceber nessas AD's do quadro 6 é que são diversas as maneiras pelas quais as domésticas fazem uma experiência de si de modo relacionado aos sentidos do que é ser empregada doméstica. Sendo acionados vários sentidos abordados no capítulo 3, elas compreendem o lugar e as funções que lhes são atribuídas de diferentes modos: algumas se relacionam aos sentidos aceitando-os, e os incorporando no que se refere à sua ligação a uma identidade social

⁶² Nesse caso específico, Arlete vivencia o que Coronel (2010) abordou em relação ao trabalho doméstico, que é a possibilidade de criação de um elo e de uma dependência psicológica em relação à família para a qual se trabalha (CORONEL, 2010).

de empregada; e outras resistem a esses sentidos, seja reforçando-os ideologicamente em seus discursos, seja combatendo-os.

Um dos aspectos passíveis de observação é o fato de elas se ligarem a um trabalho que assume características muito peculiares em relação a formas mais tradicionais de trabalho: elas desenvolvem relações de afeto, elas convivem com a intimidade e a privacidade das famílias, inclusive da privacidade dos corpos dos filhos dessas famílias, quando deles são cuidadoras. E elas reproduzem relações familiares, fazendo mesmo parte do que se pode chamar de modelo de família burguesa no Brasil (RONCADOR, 2007).

Ao mesmo tempo em que elas estão dentro dessa relação familiar de um modo muito peculiar, e muito íntimo, estão também fora, por uma série de oposições e demarcações simbólicas que envolvem os espaços (o quarto dos patrões), os objetos, o alimento. Nesse contexto, o misto entre afeto e desigualdade foi o jogo de verdade mais encontrado em seus enunciados. Algumas delas desenvolvem relações afetuosas intensas com as crianças, figurando como a memória das babás, ainda que em nenhum momento tenham sido contratadas como tal. Apesar de relações afetuosas presentes nas experiências de algumas delas, relações que as ligam a sujeitos inferiores também são presentes, sendo esse discurso de inferioridade, inclusive, incorporado por elas próprias.

Seus discursos demonstram como elas se constituem em sujeitas ambíguas, interdiscursivas, portadoras de uma identidade social que não pode ser caracterizada por um isso ou aquilo, mas por uma complexidade significativa de saberes, poderes, sentimentos e práticas. E elas não se tornam necessariamente objetos passivos nessas relações, pois, assim como ocorre com os processos de objetivação, elas resistem, exercem poder e (res)-significam jogos de verdade. E as experiências que vivenciam no trabalho doméstico em relação aos jogos de verdade são sincronicamente negativas e positivas, indo do sofrimento ao humor (com ou sem sofrimento).

Influenciadas pelos sentidos de dignidade do trabalho em geral, se sentem, em alguns momentos, também felizes por se ligarem a uma identidade de trabalhadoras. Esse reconhecimento de um sentido positivo para a identidade especificamente de trabalhadoras domésticas se dá de maneira peculiar porque elas recorrem a valores positivos presentes discursiva e hegemonicamente nas relações propriamente familiares, que invocam afeto e cuidado.

A análise desses processos de subjetivação se torna complexa justamente por conta da ambiguidade presente nas relações de trabalho constituídas. Para completar essa análise dos

processos de subjetivação de modo a ilustrar essa complexidade, recorro a dois enunciados de Débora e de Arlete, apresentando primeiramente o de Débora.

Nessa novela das nove da Globo, as empregadas são muito maltratadas. Eu num vejo os patrões pedirem por favor, entendeu? Eu não vejo... eu vejo medo nelas quando os patrões chegam e chamam elas pra dá uma ordem. [...] Entendeu? Então eu num sei... nessa novela eu num tô gostano não. Tem uma novela que passa no SBT, que chama Esmeralda, a moça que foi criada pela babá, pela empregada, ela... até hoje ele chama a empregada de Bá. Ela tem um carinho muito grande por ela, as duas têm uma cumplicidade, é até bonito de vê. Eu acho muito bonito de vê quando é assim, é tão bom. (Débora) (AD61)

Recorrendo a uma intertextualidade constitutiva, Débora traz, para ilustrar sua prática discursiva, seus relatos a respeito do que vê em duas novelas distintas. Na primeira, ela traz o discurso da desigualdade, quando fala que as personagens das empregadas são mal tratadas e têm medo dos patrões. Na segunda, ela recorre à já comentada memória das babás (ÁVILA, 2008) para ilustrar a dimensão do afeto, projetando o que, para ela, poderia ser, implicitamente, uma relação de trabalho doméstica ideal, a qual ela considera bonita de se ver. Quando termina essa enunciação, Débora solta um suspiro e olha para cima, por meio de uma prática discursiva de seu corpo que exprime sua vontade de vivenciar a relação de afeto exemplificada. Desse modo, ela se relaciona ao trabalho como dispositivo de poder de modo a querer evitar a dimensão da desigualdade e do não afeto, ansiando pela dimensão do afeto a ele associada. Quando o faz, apesar de seu discurso refletir o misto entre afeto e desigualdade, constrói um percurso semântico que idealiza uma relação permeada apenas pelo afeto, afeto esse que está intimamente relacionado à ideia de simbolicamente fazer parte de algo associado à memória da babá que faz parte da família para a qual trabalha: “a moça que foi criada pela babá, pela empregada, ela... até hoje chama a empregada de Bá. Ela tem um carinho muito grande por ela, as duas têm uma cumplicidade.

Já o enunciado de Arlete nos ajuda a compreender a complexidade possível das formas pelas quais as empregadas se ligam ou não a determinada identidade.

Eu me sinto muito bem nas casas onde eu trabalho, sou muito bem tratada, as pessoas me respeitam muito porque elas sabem que eu sou esforçada, porque, na verdade, eu trabalho, mas eu não me sinto como uma empregada domestica, uma faxineira. Eles não me tratam assim, eles me tratam como uma estudante, eles me respeitam com educação, coisa que antes não era. Quando eu trabalhava antes, eu não sentia assim. Igual na casa do Seu [nome], quando eu passei no vestibular, eles pensaram ”nossa, agora eu vou perder a Arlete”. Agora eu continuo a mesma, a diferença é que eu vou estudar agora, mas até lá muitas águas vão rolar, a minha

vida continua a mesma, vou continuar trabalhando e nada ta diferente. Então assim, eu me sinto muito bem, não me sinto menosprezada não, me sinto trabalhando como doméstica, que é um serviço doméstico, né, que você sabe que é um serviço mal visto pelas pessoas, tem muito preconceito, mas eu não me sinto assim, não me sinto... e nem me sinto superior às outras pessoas que trabalham também não, eu faço amizade com as meninas que trabalham nos prédios, com as faxineiras também, converso quando eu tenho oportunidade, eu procuro incentivar. Minhas colegas do hotel, tem uma agora que voltou a estudar, tem uma também que tá estudando, diz elas que eu sou um exemplo de vida pra elas.. então é assim, eu tô sempre buscando melhorar... Tem uma colega minha que voltou a estudar, diz ela que eu sou um exemplo de vida pra ela. (Arlete) (AD62)

Arlete lida de maneira bastante complexa com a identidade socialmente construída de empregada doméstica porque ela se recusa a se ligar a ela, se essa identidade for entendida da maneira como foi justamente construída: como uma relação que opõe empregados domésticos a patrões, que invoca preconceito e interações desprovidas do que ele chama de respeito *com educação*. Esse entendimento é possibilitado pela relação semântica estabelecida, em seu enunciado, entre explícitos e implícitos, e por sua trajetória temporal que a fez ser, primeiramente, doméstica e, posteriormente, doméstica e estudante. A assunção de outra identidade faz com que ela possa experienciar de modo diferente as relações no cotidiano do seu trabalho doméstico, não sendo tratada como uma doméstica, mas como uma estudante.

A ligação a uma nova identidade – a de estudante – de modo sincrônico à identidade de doméstica, por ela vivenciada há anos, faz com que ela dê explicações, por mim não solicitadas, da maneira como vivencia essas duas identidades em sua relação com outras domésticas dizendo quem se sente superior às outras pessoas que trabalham também nãofazendo amizade com as meninas que trabalham nos prédios, com as faxineiras também. Esse argumento recorre, de maneira interdiscursiva, a discursos sociais que tendem a colocar os estudantes como sendo superiores às empregadas domésticas. Ligando-se a outra identidade simbolicamente superior nas construções sociais, (ainda que essa identidade seja de estudantes, que ainda aspiram a uma profissão), sua prática discursiva a leva a me explicar que continua se relacionando bem com as outras domésticas, sem se sentir superior a elas, e que agora eu continua a mesma”. Quando o faz, ainda assume uma nova característica para essa relação: a de incentivadora de outras domésticas.

Para finalizar esta análise, recorro agora a dois enunciados de Débora que ilustram a já comentada indissociabilidade entre processos de objetivação e processos de subjetivação.

Tem uma coisa que me chamou atenção quando você me contou sua história, que é que você falou que, nas duas casas em que morou, que tinha horário que você ficava no seu quarto, mas com a porta aberta.

É, porque elas... o pessoal tava sempre... me chamano. **O momento que você fechava a porta era quando você ia efetivamente dormir?** Quando eu ia definitivamente durmi. **Entendi.** Porque se eu... tipo assim, umas seis e meia, se eu tivesse dentro do quarto com a porta fechada, aí a... uma vez até aconteceu o seguinte: a... a Dona [nome]... ela tinha que toma banho era umas cinco e meia, vinte pras seis, pra espera a [filha] pra podê lanchá. E eu estava no quarto, por quê? Eu tava deitada descansano um pouquinho porque eu tava com muita dor de cabeça, porque eu tenho sinusite né. Então minha cabeça começou a doer muito, aí eu apaguei a luz, nem liguei a televisão não, fiquei quietinha deitada, mas se ela chamasse, lógico que eu ia acordá. **Uhum.** Ela não me chamô pra... pra fervê o leite. Ela não me chamô pra nada. Aí quando foi no dia seguinte... eu acabei adormecendo né... que eu tinha tomado um comprimido que me deu sono. Aí eu tinha durmido, fui acordá no outro dia seis horas da manhã. Aí eu assustei, falei assim "uai gente, eu não fervi leite, será quê que aconteceu"? Aí quando ela levantô né, ela falou pra mim que eu tinha durmido muito cedo. Eu falei "não Dona [nome], eu não estava dormindo, tava deitada porque a minha a minha cabeça tava dueno, eu tomei comprimido, mas eu só fechei a porta por causa da claridade da lavanderia. Mas eu tava acordada, tanto é que nem televisão eu tava veno por causa da claridade". Ela "ah mais pensei que você estava dormindo, aí que não quis te acordar". Eu falei "não, a senhora poderia ter me chamado". Então aquilo pra mim me deixô muito triste. Muito triste mesmo porque eu tinha... eu sei que eu tinha o meu horário de entrá... pro meu quarto e fechar a porta. Aí já... se a porta tava fechada, ela sabia então que eu já estava me... né... descansano. Mas só estava deitada por causa da minha dor de cabeça mesmo. E ela acabô interpretano mal. (Débora) (AD63)

É... eu tô muito satisfeita com a minha profissão porque é uma profissão assim que eu posso ajudar as pessoas. **O que significa ser empregada doméstica pra você?** Ah, significa... ser útil. [pausa] Né? Ajudá, servi, né. No que a pessoa precisá. Precisé que durma pra ficá com o menino pa patroa saí. Então assim... empregada, sê doméstica pra mim é isso, é poder ajudá a pessoa em tudo que ela precisá. (Débora) (AD64)

Os enunciados da AD's 63 e 63 trazem, de maneira complexa, a abordagem de práticas discursivas e práticas sociais dela e de sua patroa que a transforma tanto em objeto dócil e útil, apropriando-se de suas práticas e sentimentos; como em uma sujeita que compreende as funções e os lugares que lhe são atribuídos, lidando de maneira ambígua com eles: ora ficando triste com os mesmos, ora estando muito satisfeita pelo lugar de servir que ocupa. No caso da AD 63, a docilidade e a utilidade se fazem presentes pela abordagem de sua prática de ir para o seu quarto, mas deixando a porta aberta. O enunciado constrói um sentido implícito de que a porta aberta é a simbologia de sua disponibilidade de servir, da disponibilidade dos saberes envolvidos em suas práticas e de seu tempo. Se ela fechava a porta apenas quando ia efetivamente dormir, não tinha, aparentemente, um momento, durante os dias úteis, para ser chamado de seu (falo de dias úteis porque ela saía aos finais de semana com amigas).

Quando essa disponibilidade é por uma ocasião simbolicamente rompida pela porta fechada, a desaprovação da patroa faz com que o trabalho, como dispositivo de poder, naquele momento, se aproprie de seus sentimentos, quando ela diz ter ficado "muito triste mesmo

porque eu tinha... eu sei que eu tinha o meu horário de entrá... pro meu quarto e fechar a porta”. Ela sabe, nesse momento, que um contrato tácito foi quebrado. Sua utilidade não estava disponível naquele momento, mas retornaria posteriormente, às seis horas da manhã, juntamente com sua docilidade.

No que se refere a processos de subjetivação, a despeito das experiências narradas como objeto dócil e útil, Débora compreende seu lugar e sua função de servir e se liga de maneira positiva com esse lugar e essa função, o que pode ser analisado pelos sentidos construídos no enunciado da AD 64, no qual ela diz se sentir muito satisfeita com sua profissão por essa envolver *ajuda* às pessoas e envolver a utilidade *significa... ser útil*.

Por fim, assim como para Foucault (1992; 1995; 2004b; 2006b; 2006c), o indivíduo moderno, constituído como objeto e como sujeito, é resultado de um investimento político sobre a vida; podemos dizer que as empregadas domésticas, constituídas como objeto e como sujeito em suas *artes de viver*, são resultados de um investimento político sobre suas vidas - o biopoder, o qual, segundo Fonseca (2011, p. 94), “[...] chega aos menores movimentos do corpo e às emoções mais sutis”. Ao que preciso acrescentar, mais uma vez, todo esse processo não envolve somente poder, e nem somente poder sofrido pelas empregadas – envolve um aspecto relacional do poder, em que todos exercem e sofrem sua ação (sobre esse aspecto específico, ver o capítulo 8).

Em suas *artes de vida*, assim como se entende que os jogos de verdade (FOUCAULT, 2006c) são “[...] as relações por meio das quais o ser humano se constitui historicamente como experiência – que permitem ao homem pensar-se quando se identifica como louco, como doente, como desviado, como trabalhador, como quem vive ou quem fala, ou ainda como homem de desejo” (REVEL, 2005, p. 87); pode-se dizer que as sujeitas entrevistadas, em uma análise muito restrita à sua relação com o trabalho doméstico, se constituem historicamente como experiência que as permitem pensarem-se quando se identificam como pertencentes a grupos que invocam características constitutivas do contexto social em que se inserem as mulheres que se atrelam historicamente ao trabalho doméstico (como a desestruturação familiar, econômica e educacional); se identifiquem como trabalhadoras e, mais especificamente, como trabalhadoras dedicadas à prática do servir.

No próximo tópico, parto para a reflexão a respeito da constituição do sujeito (constituição de si) por meio da ética, abordagem esta que se diferencia das anteriores, que consideram os processos de objetivação e de subjetivação. Em seguida, fazendo o mesmo esforço aqui empreendido, analiso como essa abordagem pode se relacionar à constituição subjetiva das empregadas.

6.2 As artes de cuidar (Explorando as relações entre a ética, o cuidado de si e a constituição subjetiva)

Por que ir além do estudo da constituição subjetiva por meio de processos de *objetivação* e de *subjetivação*? Ou seja, por que ir além de se pensar as empregadas domésticas objetivadas e subjetivadas, ainda que, como tais, elas possam resistir? Quando Foucault (1980; 2006a; 2006b) parte para a reflexão acerca da constituição do sujeito (constituição de si) por meio da ética, traz uma abordagem que se diferencia das anteriores (constituição do objeto e do sujeito) por estar mais relacionada a práticas de liberdade, já que considera que a disciplina (ligada aos modos de objetivação) e a norma (ligada aos modos de subjetivação) não convivem com a liberdade (FONSECA, 2011), embora possa conviver com as variadas formas de *resistência*. Essa diferença pode ser percebida nos volumes 2 e 3 de *História da sexualidade*, os quais tratam, respectivamente, do *uso dos prazeres* e do *cuidado de si* (FOUCAULT, 1980; 1998).

Seu percurso para essa noção se dá por meio de uma postura inquieta diante do problema da constituição do sujeito moderno que, para ele, não poderia se esgotar na simples menção aos modos de objetivação e subjetivação, envolvendo aspectos mais profundos de análise (FONSECA, 2011). Nessa inquietação, ele parte para o estudo da cultura da Antiguidade Greco-Romana, refletindo a respeito da constituição do sujeito por meio de práticas de si (FOUCAULT, 1980; 2006a; 2006b). Nesse processo, a noção de ética chama sua atenção porque opõe o sujeito moral da antiguidade ao indivíduo que até então abordava, normalizado por meio de mecanismos de objetivação e de subjetivação. Para Foucault, pensar na ética seria pensar que o sujeito moderno em sua constituição normalizada não tinha espaço para essa relação consigo (FONSECA, 2011). O sujeito moral representava então uma “[...] forma de constituição oposta àquela da Norma por se dar no domínio das relações consigo” (FONSECA, 2011, p. 13). O sujeito moral se diferencia, nesse caso, do indivíduo como objeto e como sujeito.

O que Foucault (1980; 2006a; 2006b) fez foi argumentar e defender a possibilidade de o sujeito moderno voltar-se para a ética e para a relação consigo, opondo-se às normas que o constituem, passando também a constituir-se de forma diferente, ressaltando que “[...] o olhar para os gregos, mais do que instrumento de confrontação com o sujeito moderno, traz um modelo de constituição em que a ética é o elemento essencial” (FONSECA, 2011, p. 136). Quando recupera a noção de ética da Antiguidade Greco-Romana, Foucault (2004a; 2006b)

parte para a ideia de uma prática de si, enfatizando como essa ideia, embora importante em nossa sociedade, foi perdendo espaço, tendo sido pouco estudada.

Essas práticas de si tiveram, nas civilizações grega e romana, uma importância e, sobretudo, uma autonomia muito maiores do que tiveram a seguir, quando foram até certo ponto investidas pelas instituições religiosas, pedagógicas ou do tipo médico e psiquiátrico (FOUCAULT, 2004a, p. 265).

Os jogos de verdade que antes diziam respeito a práticas coercitivas agora se referem a práticas de autoformação do sujeito. O autor as chama de práticas ascéticas, como um trabalho de si sobre si mesmo (FOUCAULT, 2004a). Com o cuidado de si, Michel Foucault passa a falar de um sujeito que se encontra num “[...] entrecruzamento dos determinantes históricos e técnicas de dominação e uma técnica de si” (BUB *et.al.*, 2006, p. 154). O cuidado de si pode ser considerado, por exemplo, uma forma de resistência ao biopoder discutido por Foucault (1999), em que se estatiza a vida biológica e “[...] viver entra no campo do controle do saber e das intervenções do poder” (BUB *et. al.*, 2006, p. 159), com o Estado se apropriando das formas possíveis de viver e de morrer. Dessa forma, “[...] os trabalhos que um sujeito realiza vinculados ao cuidado de si aparecem como uma fórmula pela qual **resistir** aos embates e processos de (des)subjetivação por parte do Estado através das biopolíticas” (BUB *et. al.*, 2006, p. 159) (grifo da autora).

Quanto ao sentido de liberação que pode ser atribuído a essa noção da prática de si, Foucault (2004a) pede prudência. Para ele, pensar em liberação é pensar que haveria uma essência humana que teria sido, ao longo de processos históricos e sociais, aprisionada ou alienada por meio de formas de repressão. Para o autor, a noção de liberação deve ser entendida em um sentido mais estrito, como quando um povo colonizado se liberta de seus colonizadores. Por esse motivo, Foucault (2004a) prefere falar em práticas de liberdade.

Para o autor, a liberdade é uma condição ontológica para a ética, a qual seria, por sua vez, uma prática refletida dessa liberdade (FOUCAULT, 2004a). A noção de cuidado de si se insere nesse momento em que Foucault (2004a, p. 267) trata da ética porque, de acordo com o autor, “[...] o cuidado de si constituiu, no mundo Greco-romano, o modo pelo qual a liberdade individual foi pensada como ética”. Foucault (2004a, p. 268) ressalta que a ética não é o mesmo que cuidado de si. Mas que, na Antiguidade, a ética assumida como prática da liberdade girou em torno do imperativo: *cuida-te de ti mesmo*.

Para os gregos e romanos, *cuidar* de si era uma prática de se conduzir bem, de ocupar-se consigo mesmo e se conhecer (FOUCAULT, 2004a). É uma noção que trata do indivíduo agindo sobre si mesmo (ALVES, 2009). Foucault (2006b) insere a discussão sobre o cuidado

de si e dos outros em aulas que ministrou no collège de France em 1981 e 1982, que foram publicadas no Brasil no livro intitulado *A hermenêutica do sujeito*.

Foucault (2006a) apresenta o cuidado de si como um novo ponto de partida teórico para se pensar a subjetividade e a verdade⁶³. Ele apresenta a noção de cuidado de si como estando primeiramente atrelada a preceitos da vida filosófica e da moral antiga e, também, a textos cristãos (o cuidado de si é uma espécie de matriz do ascetismo cristão), para depois defender o cuidado de si como uma atitude geral, uma relação consigo e um conjunto de práticas.

A noção de cuidado de si diz respeito à noção grega de *epimeléia heautou* (cuidado de si mesmo, que foi traduzida para o latim como *cura sui*), que é uma noção complexa e rica (FOUCAULT, 2006a). É importante ressaltar, como afirma Foucault (2006a), que a noção do cuidado de si, embora presente na filosofia (é familiar nos diálogos de juventude de Platão, os diálogos socráticos), é um princípio corriqueiro, não filosófico e não ligado estritamente à recomendação de intelectuais para as pessoas. A noção foi retomada na filosofia, mas trata-se de um preceito presente na cultura grega.

Epiméleia heautou é o cuidado de si mesmo, o fato de ocupar-se consigo, de preocupar-se consigo, etc. Pode-se objetar que, para estudar as relações entre sujeito e verdade, é sem dúvida um tanto paradoxal e passavelmente sofisticado escolher a noção de *epiméleia heautou* para a qual a historiografia da filosofia, até o presente, não concedeu maior importância. É um tanto paradoxal e sofisticado escolher esta noção, pois todos sabemos [...] que a questão do sujeito [...] foi originariamente colocada em uma fórmula totalmente diferente e em um preceito totalmente outro: a famosa prescrição délfica do *gnôthi seautón* ('conhece-te a ti mesmo'). [...] [mas se] o *gnôthi seautón* é, sem dúvida, a fórmula fundadora da questão das relações entre sujeito e verdade, por que escolher esta noção aparentemente um tanto marginal, que certamente percorre o pensamento grego, mas à qual parece não ter sido atribuído qualquer *status* particular, a de cuidado de si mesmo [...]? (FOUCAULT, 2006a, p. 4).

Foucault (2006a) discute a noção criticando seu menor destaque em relação à noção de *gnôthi seautón*, que se refere à regra de conhecer a si mesmo. Nessa crítica, ele problematiza a desqualificação moderna do cuidado de si em relação ao conhecimento de si. Para o autor, a noção foi desconsiderada quando a filosofia ocidental refez sua história, havendo um privilégio ao *conhece-te a ti mesmo*. Em documentos e textos, Foucault (2006a) observou que a noção foi deixada de lado ou ficou na penumbra. Hipoteticamente, o autor atribui essa desconsideração a conotações negativas que a noção do cuidado de si recebeu. Embora no pensamento antigo o preceito tenha tido sempre um efeito positivo, recebeu conotações de *cuidar* e voltar-se a si como forma de egoísmo.

⁶³ O cuidado de si mesmo se torna uma relação particular com a verdade e com o saber. No entanto, falamos aqui de uma “[...] verdade que não é necessariamente conhecimento verdadeiro” (BUB *et. al.*, 2006, p. 154), utilizando a noção de verdades parciais e não verdades absolutas, conforme discuti no capítulo 2.

O autor atribui essa conotação negativa a dois elementos. O primeiro é o cristianismo, que acabou pregando como maneira de *cuidar* de si uma renúncia a si mesmo. O segundo é o momento cartesiano da filosofia, que acabou requalificando o *conhece-te a ti mesmo* e desqualificando o cuidado de si, retirando essa noção do pensamento filosófico moderno (FOUCAULT, 2006a).

A retomada dessa noção por Foucault (2006a) diz bastante respeito ao próprio posicionamento filosófico do autor. Ele desconstrói a história para revelar o apagamento dessa noção, retomando-a e revelando sua importância para se pensar as temáticas da subjetividade e da verdade. Além disso, faz essa retomada enfatizando a relação existente entre as duas noções: o cuidado de si e o conhecimento de si. Foucault (2006a) afirma que o conhecimento de si é uma regra formulada em uma espécie de subordinação ao cuidado de si. O conhecimento de si seria uma das formas de aplicação do cuidado de si.

A noção de cuidado de si aparece no texto de Platão – *A apologia de Sócrates* - em que Sócrates aparece como o mestre do cuidado de si, aquele ao qual os deuses confiaram a tarefa de interpelar as pessoas a *cuidarem* de si. Sócrates “[...] é aquele que interpela os passantes e lhes diz: ocupai-vos com vossas riquezas, com vossa reputação e honrarias; mas com vossa virtude, e com vossa alma, não vos preocupais. É, pois, aquele que vela para que seus concidadãos ‘cuidem de si mesmos’” (FOUCAULT, 2006a, p. 598). A noção está também presente no ascetismo cristão, o qual se preocupa com a necessidade de os homens se conhecerem para então poderem *cuidar* de si.

Há em um primeiro momento o estabelecimento de uma relação entre o cuidado de si com a temporalidade, com a idade das pessoas, em que se recomenda uma reflexão sobre si quando se é jovem ou quando se é velho. O cuidado de si é considerado, na Antiguidade, como o momento do primeiro despertar do indivíduo. No entanto, mais tardiamente, Foucault (2006a) demonstra que, na generalização do cuidado de si, há uma coextensividade à totalidade da existência, com o cuidado de si passando a ser um preceito para a vida toda.

Foucault (2006a) enfatiza que, embora a noção de cuidado de si tenha sido uma obrigação fundamental da filosofia antiga, ela não foi uma invenção do pensamento filosófico. Ele defende que não se trata de um preceito à vida filosófica. Segundo o autor, o que aconteceu foi que a filosofia, tanto na Grécia, quanto em Roma, transpôs para suas exigências uma noção socialmente difundida.

O autor analisa a noção no diálogo de Platão chamado *Alcibíades*, no qual ela aparece relacionada à política, à pedagogia e ao conhecimento de si. Alcibíades era um jovem aristocrata que, dispondo de *status* na sociedade, estava destinado a exercer poderes sobre os

outros e sobre a cidade. A recomendação que recebia de Sócrates era a de que deveria *cuidar* de si para mais tarde *cuidar* dos outros. Nesse diálogo, observamos o cuidado de si como um movimento por meio do qual a alma se volta para si mesma (FOUCAULT, 2006a).

A relação do cuidado de si com a pedagogia que encontramos no diálogo ocorre porque esse cuidado se impunha como uma forma de superar possíveis falhas da pedagogia recebida pelos que exerceriam um poder político. O cuidado de si seria uma forma de completar ou substituir essa pedagogia. No entanto, “[...] a partir do momento em que a aplicação a si se tornou uma prática adulta a ser exercida por toda a vida, seu papel pedagógico tende a se dissipar e outras funções se afirmam” (FOUCAULT, 2006a, p. 602).

Além disso, quando utilizamos a noção para estudar as práticas das empregadas domésticas, não o fazemos em algum sentido que se aproxime da pedagogia. Fazemos muito mais em outro sentido também presente no diálogo *Alcibiades*: “[...] a prática de si concebida como um combate permanente, [em um sentido de que] é preciso fornecer ao indivíduo as armas e a coragem que lhe permitirão lutar durante toda a sua vida” (FOUCAULT, 2006a, p. 602). E podemos encontrar empregadas que estão envoltas em lutas cotidianas pela sobrevivência durante toda a sua vida.

Além disso, Foucault (2006a) se opõe à consideração de Plutarco de que “[...] ocupar-se consigo é um privilégio; é a marca de uma superioridade social, por oposição aos que devem ocupar-se com os outros para servi-los ou então ocupar-se com um ofício para poder viver” (FOUCAULT, 2006a, p. 599). Assim, embora a riqueza e o *status* possam aumentar as possibilidades de ocupar-se consigo, o cuidado de si não é a eles restringido, podendo também ser considerado para o estudo das práticas das empregadas domésticas.

Ocupar-se consigo constitui-se em uma forma de vida, sendo que a noção de cuidado de si foi ampliada e suas significações foram multiplicadas. O que se deve reter dessa noção, de acordo com Foucault (2006a, p. 13), é que ela diz respeito a uma “[...] atitude geral, um certo modo de encarar as coisas, de estar no mundo, de praticar ações, de ter relações com o outro. A *epiméleia heautou* é uma atitude – para consigo, para com os outros, para com o mundo”. Dessa forma, o cuidado de si não é uma atitude solitária, mas uma prática social em que se aprende a *viver*, se ocupa de si, e permite-se a realização de um jogo de trocas com o outro, assim como uma reciprocidade de obrigações (FOUCAULT, 1999) A prática de si se integra a uma rede de relações diversas (FOUCAULT, 2006a).

Nesse sentido, Foucault (2004a) atrela o cuidado de si ao cuidado dos outros. Antes disso, deixa claro que o cuidado de si não é ético por ser cuidado dos outros, pensamento esse que poderia surgir tendo como base uma noção de ética mais ligada à moral e à obediência a

certos princípios. Ele faz questão de destacar que “[...] o cuidado de si é ético em si mesmo” (FOUCAULT, 2004a, p. 270). Contudo, ele implica um cuidado dos outros, implicação esta que é exemplificada pela valorização que os gregos davam à fidelidade do homem casado (FONSECA, 2011). Essa fidelidade significava, não só um controle de si mesmo, como também um cuidado dos outros, já que, cuidando de si no sentido de se governar para ser fiel, o homem poderia conduzir bem seu lar, a vida daqueles que dele dependiam e sua vida pública.

De acordo com Foucault (2004a, p. 271), “[...] o êthos também implica uma relação com os outros, já que o cuidado de si permite ocupar na cidade, na comunidade ou nas relações interindividuais o lugar conveniente – seja para exercer uma magistratura ou para manter relações de amizade”. Foucault (2004a, p. 271) concorda com a pergunta de seu entrevistador, quando ele diz que o cuidado de si “[...] visa a administrar bem o espaço de poder presente em qualquer relação”.

Nessa discussão sobre o cuidado de si, uma pergunta emerge: qual é esse eu de que é preciso *cuidar*? Essa é uma questão colocada por Sócrates e retomada por Foucault (2006a, p. 50): “[...] o que é este sujeito, que ponto é este em cuja direção deve orientar-se a atividade reflexiva, a atividade refletida, esta atividade que retorna do indivíduo para ele mesmo?” Trata-se do eu como um sujeito polissêmico e do eu como alma (FOUCAULT, 2006a).

Ocupar-se consigo mesmo será ocupar-se consigo enquanto se é "sujeito de" em certas situações, tais como sujeito de ação instrumental, sujeito de relações com o outro, sujeito de comportamentos e de atitudes em geral, sujeito também da relação consigo mesmo. É sendo sujeito, este sujeito que se serve, que tem esta atitude, este tipo de relações, que se deve estar atento a si mesmo. Trata-se, pois, de ocupar-se consigo mesmo enquanto se é sujeito da *khṛêsis* (com toda a polissemia da palavra: sujeito de ações, de comportamentos, de relações, de atitudes). A alma como sujeito e de modo algum como substância [...] (FOUCAULT, 2006a, p. 71-72).

Não se trata de um cuidado de interesses, mas um exercício filosófico, reflexivo, um cuidado ético-moral de si mesmo (FOUCAULT, 2004b). Para fazer essa distinção, Foucault (2006a) cita como exemplos o médico que cuida de si mesmo quando adoece, aplicando em si os conhecimentos de que dispõe, e um proprietário cuidando de seus bens para que eles prosperem. Nesses dois casos, não se trata do *cuidar* de si que aqui discutimos.

No cuidado de si, há uma reflexão sobre si. Por exemplo, pode se perceber como louco, como doente, como ser vivo, falante e ser trabalhador, se julgar e se punir, reconhecer-se como sujeito de desejo (FOUCAULT, 1998). Nesse sentido, podemos questionar: o que é *cuidar*? “Em que deve consistir ocupar-se consigo? [...] muito simplesmente, em conhecer-se a si

mesmo” (FOUCAULT, 2006a, p. 85). Vemos aí justamente a relação entre o conhecimento de si e o cuidado de si que Foucault (2006a) pretende retomar.

O conhecimento de si tem a ver com prestar atenção ao que se é, olhar para si mesmo, apreendendo, por exemplo, suas insuficiências. Quando Foucault (2006a) questiona o que seria esse conhecimento de si, encontra nos diálogos de Platão a metáfora do olho. Assim como um olho pode se ver quando se olha no espelho ou pelos olhos de outro alguém, uma superfície de reflexo é necessária para que o indivíduo se reconheça. No mesmo sentido, a alma só se verá se dirigir o olhar para um elemento que seja de mesma natureza. E a natureza da alma é o pensamento e o saber. “É voltando-se para este elemento assegurado no pensamento e no saber que a alma poderá ver-se” (FOUCAULT, 2006a, p. 88). Por isso, a relação existente entre o cuidado de si, o pensamento e o saber. De acordo com Fonseca (2011), a ética do cuidado de si é uma ética do pensamento e da responsabilidade individual que objetiva um exercício contínuo de liberdade.

Torna-se interessante observar, em relação ao caso específico desta tese, que *cuidar* de si para os gregos e romanos implicava fundamentalmente não ser escravo, pois houve uma preocupação essencial com a liberdade durante oito séculos da Antiguidade (FOUCAULT, 2004a).

Já que, para os gregos, liberdade significa não escravidão – o que é, de qualquer forma, uma definição de liberdade bastante diferente da nossa -, considero que o problema já é inteiramente político. Ele é político uma vez que a não escravidão em relação aos outros é uma condição: um escravo não tem ética (FOUCAULT, 2004a, p. 270).

E aqui estamos falando de possibilidades de um cuidado de si para trabalhadoras que tiveram como antecessoras as escravas domésticas. Nesse sentido, refletir sobre essas relações para essa categoria de trabalhadoras pode ser uma importante contribuição deste estudo. E pensar essa forma de cuidado de maneira atrelada aos sentidos do que é ser empregada doméstica é importante porque a ética está diretamente ligada aos jogos de verdade. Além do cuidado de si implicar um ocupar-se de si e um conhecimento de si, ele também se relaciona ao “[...] conhecimento de certo número de regras de conduta ou de princípios que são simultaneamente verdades e prescrições” (FOUCAULT, 2004a, p. 201). Nesse sentido, estudar a maneira como a empregada doméstica cuida de si também guarda relações com os já trabalhados jogos de verdade do que é ser empregada e, também, com as já trabalhadas maneiras pelas quais elas lidam com esses jogos de verdade.

Diante dessa reflexão sobre si e do conhecimento das regras dos jogos de verdade, *cuidar* de si, no sentido aqui especificado, significa, não só não ser escravo de outros, mas

também “[...] não ser escravo de si mesmo nem dos seus apetites, o que implica estabelecer consigo mesmo certa relação de domínio, de controle, chamada de arché – poder, comando” (FOUCAULT, 2004a, p. 270).

E se o tema é liberdade, é importante destacar que, da mesma forma que Foucault não deixou uma teoria, mas uma analítica do poder (MAIA, 1995; SOUZA e CARRIERI, 2010), também não deixou o que possamos chamar de teoria da liberdade, mas, sim, algumas indicações sobre a mesma. Por exemplo, de que dificilmente encontraremos liberdades integrais e de que, para que haja práticas de liberdade, é preciso haver relações de poder que não se constituam em relações totalitárias de dominação (SOUSA FILHO, 2007). Nesse sentido,

[...] a liberdade resta a ser inventada sempre [...]. Em outras palavras, não há possibilidade [...] de totalização da liberdade. Essa tentação de totalização está no regimento moral de nossas sociedades e percorreu as experiências dos socialismos – cujo malogro não se deve menos a essa tentação totalitária, tantas vezes criticada por Foucault [...]. [Há, portanto, uma] micropolítica das lutas específicas, das lutas pontuais que são lutas das **artes** de si, dos cuidados de si: essas não deixam de ser lutas hermenêuticas de sujeitos que procuram elaborar suas vidas como uma obra de **arte**, de novos modos, a partir de novas subjetivações: mulheres-feministas, homossexuais, travestis, negros, mestiços, migrantes, através de suas lutas específicas, exercitam (em corpo e alma) a crítica das sujeições a que se visa que continuem a obedecer (SOUSA FILHO, 2007, p. 8, grifos da autora)).

Quando se fala do M. Foucault do cuidado de si e dessas noções de liberdade e de *artes* de si, é importante ressaltar que não se quer dizer que se trata de um M. Foucault que rompe com seus escritos anteriores. Não se trata de ruptura. Embora reconheça que o autor possa ter assumido um devir, estando continuamente se construindo e desconstruindo, compartilho do posicionamento de Sousa Filho (2007) que desconsidera a forma com que certos catalogadores pensam a respeito de Michel Foucault.

Em relação ao autor, tendemos a considerar que, assim como haveria K. Marx jovem e maduro, haveria também o M. Foucault antes e depois de sua incursão nos escritos da Antiguidade Clássica, iniciando um período no qual a liberdade estaria mais em evidência do que seu aprisionamento, como ocorreria em obras como *Vigiar e punir* e *História da loucura* (SOUSA FILHO, 2007). Apesar do reconhecimento das diferenças analíticas ao longo da obra de M. Foucault, motivo pelo qual falo aqui de três momentos, coaduno com a opinião de Sousa Filho (2007), que argumenta que

[...] Foucault não abandonou seu programa de pesquisa original, dá continuidade a ele, nem rompeu com seu modo de pensar anterior. [...] o tema da liberdade nunca esteve ausente, mesmo quando apenas de um modo tácito. [...] Quando Foucault tratava do poder, e dos modos de subjetivação como modos de sujeição, a liberdade já estava ali, no seu pensamento, no seu desejo, ela dava sinais de sua presença,

espreitava sua hora luminosa: nas resistências, nas lutas pontuais, nas lutas específicas, nas *experiências*, nos modos-de-vida-outros [...] A ética do “cuidado de si mesmo” (*epiméleia heautoû*) como prática de liberdade (ontem e hoje) é quase uma consequência da qual seu pensamento não poderia escapar (SOUSA FILHO, 2007, p. 2).

A liberdade, em sua obra, deve ser entendida como experiências e invenções dos próprios destinos⁶⁴ (como Certeau (1998) fala em invenções do cotidiano). Não é uma liberdade pensada como algo definitivo, uma *vitória final*, o *fim de toda a dominação* (SOUSA FILHO, 2007), mas, sim, o exercício de práticas de si e dos outros que nos levem ao exercício de micropoderes.

Nessas invenções, há uma coextensividade do cuidado de si à *arte de viver*, à *arte* da vida e da existência (FOUCAULT, 2006b). Foucault (2006a, p. 155) indica a existência de uma integração e de uma “[...] imbricação da prática de si com a fórmula geral da **arte de viver** (*tékhnē tou biou*). A prática de si identifica-se e incorpora-se com a própria **arte de viver** [...]. **Arte de viver, arte** de si mesmo são idênticas, tornam-se idênticas ou pelo menos tendem a sê-lo” (FOUCAULT, 2006a, p. 253, grifos da autora). Dessa forma, a liberdade que diria respeito ao cuidado de si é um “[...] exercício agonístico, uma **arte** da luta nas **artes** de si da existência” (SOUSA FILHO, 2007, p. 3, grifos da autora).

E como se dá a constituição do sujeito pelas noções da ética e do cuidado de si? Ela ocorre por meio de uma prática de si relacionada a dois conceitos: a estética / estilística da existência e a Cultura de Si. A estética ou estilística da existência dizia respeito, na Antiguidade, a se buscar uma vida bela a partir de uma relação consigo (FONSECA, 2011), lembrando que estética, nesse caso, não é o mesmo que beleza ou alguma busca por aproveitar a vida. A estética/estilística da existência tinha a ver com escolher os rumos de sua existência (NARDI, 2002). Ela envolvia convenções, ditos a respeito do que convinha e do que não convinha para a constituição estética da vida. Ao contrário dos mecanismos de poder abordados por Foucault (1992) em sua genealogia, a estética da existência não envolvia interdições codificadas, não se tratava de dizer aquilo que era proibido ou não, mas aquilo que se adequava mais à constituição de uma vida bela (FONSECA, 2011).

Como já foi comentado em relação ao comportamento que se espera de um homem casado, essa é uma convenção que se trata justamente de uma estética/estilística da existência. Partindo-se para uma reflexão contextualizada aos objetivos desta tese, podemos observar que há uma estilística de como deve ser a boa empregada.

⁶⁴ É por esse motivo que uma das questões feitas às empregadas para o estudo do cuidado de si foi: *tem algo que você gostaria de ser e não é?*, o que permite uma abordagem a respeito de elas inventarem ou não os próprios destinos.

Ultrapassando o tema da estilística, há também outra forma pela qual a relação consigo pode ser vista: pela ideia da existência de uma Cultura de Si. Michel Foucault introduz essa ideia para complementar a abordagem dos antigos para o cuidado de si relacionado à estética da existência (FONSECA, 2011). Para Foucault (1980; 2006b), a Cultura de Si envolve uma *arte de viver*, um princípio de que é preciso *cuidar* de si. A ideia de uma Cultura de Si relaciona-se ao fato de que *cuidar* de si não é simplesmente um exercício solitário, mas algo que acaba assumindo dimensões de uma prática social. “Daí a caracterização de uma verdadeira Cultura de Si, enquanto fenômeno cultural propriamente dito. Fenômeno que envolve a ideia de necessidade do trabalho que cada indivíduo deve ter para consigo e que a sociedade deve assegurar e apoiar” (FONSECA, 2011, p. 119).

Pois bem, além das vinculações que já fiz desse referencial com a problemática do meu trabalho, de que maneira toda essa abordagem sobre a constituição do sujeito em M. Foucault se relaciona aos objetivos de minha tese? Essa relação ocorre por meio de duas dimensões: poder-saber (e suas vinculações com modos de objetivação e subjetivação) e o cuidado de si (e suas vinculações com as possibilidades de invenção de *artes de viver* e de *resistir*). Como se pode perceber, as abordagens de M. Foucault nos mostraram a existência de dispositivos de poder que afetam a constituição do indivíduo. Como afirmei na introdução desta tese, entendo o trabalho como um dispositivo de poder. A partir desse entendimento, posso, então, estudar como o trabalho afeta a constituição subjetiva das empregadas domésticas. E

[...] pensar a subjetividade nas suas conexões com o trabalho implica compreender os processos através dos quais as experiências do trabalho conformam modos de agir, pensar e sentir **[poder-saber e suas vinculações com modos de objetivação e subjetivação]** [...]. Do mesmo modo, implica nas diferentes possibilidades de invenção e criação de outros modos de trabalhar, na forma das transgressões, ou mesmo, das resistências-potências na conexão dos diversos elementos e dos modos de produzir e trabalhar **[o cuidado de si e suas vinculações com a artes de viver e de resistir]** (NARDI, 2002, p. 20, grifos da autora).

É importante ressaltar, como afirmei na introdução, que trato das relações entre trabalho e subjetividade sem considerar o trabalho como central na vida dos indivíduos, visão esta que é corroborada por Foucault (2006c), que é contrário à ideia de K. Marx de que o trabalho constituiria a essência concreta dos homens.

Sim, desejamos trabalhar, queremos e gostamos de trabalhar, mas o trabalho não constitui nossa essência. Dizer que queremos trabalhar e fundar nossa essência sobre nosso desejo de trabalhar são duas coisas muito diferentes. Marx dizia que o trabalho é a essência do homem. [...] Entre o homem e o trabalho não existe nenhuma relação essencial (FOUCAULT, 2006c, p. 263).

Nesse sentido, considero que o trabalho doméstico afeta a constituição subjetiva das empregadas, mas não de maneira essencial ou central.

6.2.1 Partindo para as análises das artes de cuidar (Explorando as relações entre a ética, o cuidado de si e a constituição subjetiva das empregadas domésticas)

Baseando-me em Foucault (1980; 2006a; 2006b), a ideia aqui é analisar se, além de se constituírem em meio a processos de objetivação e subjetivação, as empregadas domésticas se constituem em sujeitos morais, em uma possibilidade de que se voltem para a ética e para a relação consigo, passando a governar suas próprias existências e governando os dilemas de sua própria constituição subjetiva. Por meio das ideias de Foucault (2004a), seria pensar que os jogos de verdade podem também fazer parte de práticas de autoformação do sujeito, as quais seriam práticas ascéticas, em um trabalho de si sobre si mesmo.

Essas mulheres também se encontram, assim como considera Foucault (1999) para o indivíduo moderno, em um “[...] entrecruzamento dos determinantes históricos e técnicas de dominação e uma técnica de si” (BUB *et.al.*, 2006, p. 154)? Além de se relacionarem a processos de objetivação e de subjetivação, elas se relacionam também a práticas de liberdade, entendendo aqui que a ética é, ela mesma, uma prática da liberdade (FOUCAULT; 2004a)?

Como se pode perceber a partir da explicação da noção de cuidado de si realizada no tópico anterior, essa não é uma noção de cuidado comumente encontrada no senso comum (FOUCAULT, 1998; 2004a; 2006a; 2006b). Uma visão mais geral a respeito desse cuidar acabou sendo citada por Aparecida, quando ela enuncia.

Eu acho que eu não me cuido não. Eu acho que eu não gosto de mim não. **Você acha que não se cuida em que sentido?** Ah, a gente poder arrumar o cabelo né, unha, essas coisa assim. Eu acho que eu não gosto de mim não porque ah sei lá... eu nunca liguei pra arrumar unha, cabelo não. (Aparecida) (AD65)

Nesse enunciado, Aparecida, sem que eu tivesse me referido em qualquer momento ao verbo cuidar nas entrevistas, promove uma interdiscursividade que relaciona seu enunciado a um discurso socialmente disseminado a respeito do que é o cuidar de si entendido de maneira geral: como o cuidar de si que, comumente, se atrela a sentidos como cuidar da saúde ou cuidar de si em termos de estética⁶⁵ visual. Nesse enunciado, ela incorpora um sentido de cuidar ideologicamente disseminado que a leva, inclusive, ao percurso semântico do não se

⁶⁵ Não se trata, aqui, da estética da estilística da existência trabalhada por M. Foucault, distanciando-se da noção da estética de uma vida bela (FOUCAULT, 2006a; FONSECA, 2011; NARDI, 2002).

gostar. Implicitamente, a ausência de cuidado estético é entendida como ausência de gostar de si.

É por essa comum recorrência à noção de cuidar de si como estando ligada ao ocupar-se consigo mesma em termos de saúde e/ou de estética, que essa palavra não esteve presente nas minhas questões ativamente realizadas a elas. No caso de Aparecida, somente mencionei o verbo *cuidar* depois que ela mesma havia mencionado, a fim de entender qual era o sentido de cuidar que ela empregava em sua prática discursiva. Se eu mencionasse o termo cuidar, poderia me distanciar da noção de cuidado de si foucaultiana.

Além de análises relativas às entrevistas como um todo, busquei a análise dessa noção por meio do questionamento acerca de um dos oito aspectos amplos que foram abordados nas entrevistas para a construção do *corpus* da pesquisa (elencados no tópico 4.2), que dizia respeito à seguinte indagação: “— Ha algo que você gostaria de ser e não é”. Essa questão foi inclusive uma sugestão de um dos membros da banca de qualificação do projeto desta tese para a abordagem do cuidado de si. Pois permite o entendimento acerca das possibilidades de elas governarem suas próprias existências, cuidando dos seus próprios destinos nessas existências. Em primeiro lugar, permite um entendimento a respeito do estabelecimento de destinos e, em segundo lugar, de uma análise a respeito da relação estabelecida por elas com esse destino, elas os governam?

Antes de abordar os enunciados provenientes dessa indagação mais direta, abordarei outros aspectos presentes no decorrer das entrevistas como um todo que ajudam nessa discussão. Em dois casos, encontrei elementos que aproximam duas sujeitas de *um não cuidado dos próprios destinos de suas existências* quando, metaforicamente falando, elas *deixam a vida lhes levar*, renunciando ao governo de seus destinos⁶⁶.

O que significa pra você ser empregada doméstica? Pra mim não significa muito não, porque eu não queria ser empregada domestica, nunca quis ser. Foi assim, mais tipo assim, pra fugir do: ”ah não tem com o que trabalhar, que profissão que eu vou exercer? No que eu vou trabalhar?“ Não foi escolha minha, foi por falta de oportunidade pra outras coisas, acho que por causa do estudo mesmo, se bem que tem gente que não estuda e consegue trabalhar com coisa que não exige tanto de estudo, aí eu acho que é falta de vocação pra outras coisas. A pessoa, tendo vocação, dependendo do que ela quer fazer, não precisa estudar não, mas estudar é um ponto muito importante. Só que, mesmo não querendo, eu não cheguei a tentar outra coisa não... depois de engrenar em casa de família. (Tânia) (AD65)

⁶⁶ Esclareço que não recorro aqui, nem mesmo implicitamente, ao discurso da meritocracia, que será rapidamente abordado no tópico 7.2.4, o qual foi muito acionado recentemente para oposições discursivas às cotas para ingresso nas universidades, pois me posiciono de maneira constrária à utilização desse discurso em contextos marcados por desigualdades de várias ordens.

Quando... quando a... essa senhora arrumou pra mim fica lá com ela de companhia [quando tinha 18 anos e se mudou para Juiz de Fora], eu não esperava de trabalhar como empregada doméstica. Eu achei que era pra fazê companhia assim, acompanhante. Aí quando eu vi, já tava lavano, passano, cuzinhano. E eu me vi indo assim, fazendo isso pro resto da vida, mesmo não querendo que meu destino fosse esse. Ah, eu gostaria de ser muita coisa, mas fui deixano, fui levano. E to aí até hoje assim. (Débora) (AD66)

Embora elas lidem de maneira negativa com destinos que implicitamente assumem como sendo mesmo os de empregadas domésticas, ainda que não fossem essas suas vontades, não demonstram vislumbrar possibilidades de mudanças, possibilidades estas que se localizam, implicitamente, em um passado. Apesar de elas estarem envoltas em um contexto que dificulta essa saída de um destino ao qual não almejavam, acabaram não empreendendo esforços para governar de modo diferente esse destino.

“Só que, mesmo não querendo, eu não cheguei a tentar outra coisa não... depois de engrenar em casa de família.; eu me vi indo assim, fazendo isso pro resto da vida, mesmo não querendo que meu destino fosse esse ... eu gostaria de ser muita coisa, mas fui deixano, fui levano” (Débora) (AD66).

O percurso semântico criado pelos enunciados estabelecem uma relação entre um passado e um presente explícitos (“ eu não cheguei a tentar outra coisa não”; “mas fui deixano, fui levano. E to aí até hoje assim”), e entre um futuro implicitamente presente. Embora elas não tenham falado explicitamente de planos para o futuro, seus enunciados assumem sentidos implícitos de que não há perspectivas de que seus lugares atuais mudem. Até porque Tânia fala que não concluiu o ensino médio porque, com perspectivas de se aposentar, ele não teria mais utilidade para si (AD 31), e Débora fala que seu plano para o futuro é continuar trabalhando na casa em que trabalha há um mês. Além disso, ela constrói também uma contradição de sentidos quando já que, na AD 64, afirmou estar satisfeita em ser empregada doméstica.

Embora elas não governem seus destinos dessa maneira específica, *isso não quer dizer, contudo, que elas não possam governar os dilemas de suas constituições subjetivas de outras formas*. Não quer dizer, por exemplo, que elas não exerçam um controle sobre si mesmas, sobre suas pulsões e desejos, tornando-se sujeitas posicionadas em lugares convenientes que lhes permitam, não só um cuidado de si, mas também um cuidado dos outros.

É importante enfatizar que essa análise do não governar os dilemas de sua própria constituição subjetiva não se refere a uma inferência que eu, pesquisadora, poderia aplicar em

suas entrevistas, acionando um sentido de que elas deveriam sempre almejar algo melhor e que esse algo melhor implicaria sair do trabalho doméstico e ir estudar, ou se dedicar a uma profissão mais socialmente valorizada. Pois, na perspectiva do cuidado de si, deve-se entender que eu não posso dizer aos sujeitos o que os faz felizes (FOUCAULT, 2006a), especialmente quando se está lidando com a análise de relações que esses sujeitos estabelecem com eles mesmos.

Ilustrando uma prática que inclusive contradiz essa possibilidade, recorro a um enunciado de Eva que mostra como ela *governa atualmente seu próprio destino, rompendo com o que poderia ser um senso comum: o de que cuidar dos destinos de sua própria existência fosse o mesmo que se livrar do trabalho doméstico* para assumir outra atividade. Como discutido nos tópicos 3.4.5 e 3.5, uma suposição de que elas tivessem que assumir o trabalho doméstico como sendo algo temporário para só depois assumir uma simbolicamente verdadeira profissão (CORONEL, 2010).

Eu falo pra eles que é uma família muito abençoada [para quem trabalha como diarista]. Eles me tratam super-bem. Porque assim... igual eu falei pra eles [emocionada]: "a gente num teve muita oportunidade, a gente num teve nem como assim... nem educação. Pela vida que eu passei num... num tive". Tem dia que eu peço perdão às minhas filhas, porque, às vezes, eu não sabia tratá... tratava de qualquer maneira. [pausa] Mas hoje não, hoje eu... já vivo mais... mais tranquila, né? Vivo no meio, né... dessas pessoa que me ajudô muito, que são muito educada, ensina, né, pra gente, pra mim. A Dona [nome da mulher para quem trabalha como diarista] perguntô porque que eu optei por continuá trabalhano com isso, ela ficou curiosa, se eu posso trabalhá com minha filha na loja, porque minha filha me ofereceu emprego. Se eu posso viajá com minha filha pra fazer as compras da loja. Eu falei com ela "não, eu quero é ficá no meio de pessoas que pode me ajudá, me ensiná. Pode me... tê uma palavra amiga comigo. Ou me dá um bom dia ou boa tarde [emocionada]. Eu gosto disso, me ajuda a caminhá". [pausa] **Ensinar o que, por exemplo?** Ah... [pausa]. **O que cê aprende com eles, assim?** Ah, até sentá... [emocionada, querendo chorar]. **Sei.** Cumê [comer]. **Eles te ensinam, assim, porque cê pede ou eles que...** Eu peço. **Tomam iniciativa?** Eu peço, eu peço. **Você que pede?** Eu peço. Falo assim, né... 'ah eu não sei fazê isso, cês me ensinam' **Entendi.** [pausa] E... às vezes, eu falo pra minhas menina [chorando] peço pra elas que... às vezes, eu num sabo ensiná elas... as coisa. Elas fala assim, não mãe, [pausa] num tem nada. [pausa] Cê é especial pra nós. [...] Não fico lamentano [as coisas difíceis que aconteceram em sua vida], de jeito nenhum, eu enfrento, toda hora, todo dia. Se for preciso eu enfrentá hoje, vô começá minha vida tudo de novo hoje, eu começo tudo de novo. [pausa] Eu não tenho medo. (Eva) (AD67)

Rompendo com o senso comum, Eva governa os destinos de sua própria existência querendo continuar a ser doméstica porque, nessa atividade e, desse lugar, afirma que aprende muitas coisas que não teve a oportunidade ao longo da vida de aprender. Ela faz essa prática

social de provocar para si o aprendizado pedindo aos patrões que lhe ensinem modos, gestos e saberes, como *cumê [comer]*, *educação*, saber *tratar* as pessoas. Eva fez isso inclusive comigo, quando, ao final da segunda entrevista, perguntei a ela se teria algo a falar que não foi perguntado, ou se queria acrescentar alguma coisa.

Só, né... eu... [pausa] Eu sô uma pessoa, assim, que eu... eu sempre quero aprendê alguma coisa... né... poderia sabê sobre as empregada doméstica, o quê que a gente pode tá fazendo pra ajudá também. Ajudá, né. Fazi... né? Ah... que... elas... se encaminhá melhor. Tem muitas pessoas aí que num... num sabe questão de direitos né? (Eva) (AD 68)

Governando os destinos de sua existência por meio de uma postura ativa diante das possibilidades de aprendizado, Eva me afetou como pesquisadora, o que me fez iniciar, ao final da entrevista, o processo de intervenção defendido por Fairclough (2001), cuja ACD demonstra, como já foi dito, uma postura de compromisso com a mudança social.

Retornando à análise da AD 67, Eva também promove reflexões sobre si. O cuidado de si implica uma reflexão sobre si, o que nos remete àquela mesma reflexão provocada pelos processos de subjetivação, nos quais os indivíduos se reconhecem como loucos, como doentes, como trabalhadores etc. Contudo, indo além disso, em uma prática de gerir seus próprios destinos, se julgar, se punir e, também, se reconhecer como sujeito de desejo (FOUCAULT, 1998).

Nessa AD 67, Eva reflete sobre si e se julga e se pune por não ter se constituído como uma sujeita com meios de transmitir algumas práticas discursivas e sociais de aprendizado para as filhas. No entanto, essa punição, em seu governo de si, faz com que ela se sinta impelida a buscar continuamente por aprendizado e a enfrentar ativamente o que sua vida lhe apresentar. Como ela reconhece implicitamente que seu destino não é completamente por ela governado, já que estamos falando aqui de microliberdades e de micropoderes, ela assume esse destino, pelo menos, no que se refere à sua escolha por se manter no emprego de diarista (microliberdade 1); por se manter em constante aprendizado (microliberdade 2); e por enfrentar o que os aspectos inevitáveis desse destino podem, porventura, lhe apresentar.

“Eu enfrento, toda hora, todo dia. Se for preciso enfrentá hoje, vô começá minha vida tudo de novo hoje, eu começo tudo de novo. [pausa] Eu não tenho medo” (microliberdade 3). (Eva) (AD 67)

Trata-se, então, de uma prática de si estabelecida como um combate permanente, em que o indivíduo dispõe de “[...] as armas e a coragem que lhe permitirão lutar durante toda a sua vida” (FOUCAULT, 2006a, p. 602).

Agora, abordarei *o governo dos destinos de suas próprias existências por parte dessas mulheres de uma maneira mais geral*, de modo contextualmente localizado em suas trajetórias de vida, não necessariamente pensando apenas o espaço temporal atual.

E como eu te falei, né, que eu... toda vida tive uma força de vontade muito grande, eu num aceito... tipo assim, é... derrota. Assim, eu não aceito. E eu via meus irmão, naquele sofrimento, falei ”não, eu sofrendo, eu não quero ficá aqui, eu vou embora. Vim fazê um tratamento, e logo que conseguisse o tratamento eu planejei conseguir um emprego, e tô aqui até hoje. [risos] Eu tô aqui porque eu encontrei o meu lugar. Eu poderia tê voltado pra minha cidade no interior. Mas hoje eu tô aqui... eu costumo falá que Belo Horizonte é o lugar melhor que tem pra mim... pra vivê. A gente vai venceno, a gente vai gostano, né? A gente passa a gostá também do lugar. E num tem... eu não falo assim ”algum dia se eu aposentá eu vô voltá pra Três Marias não”. Ficá por aqui mesmo. [risos] Eu me sinto uma mulher vitoriosa hoje. Depois de tudo... sinto. Nó, como, E como... Vixe. Aquela que chegô na rodoviária aqui de BH. Não... não sabia pra onde que eu ia [risos]. Olhei pra Afonso Pena sabe, e não sabia onde que era Afonso Pensa, que era... Santos Dumont, Paraná. Eu esperava um... a gente espera sempre uma vida melhor que... lá no interior a gente fica assim, né... só naquela vidinha, vai buscá água na cabeça, lava roupa no córrego, cuidá de minimo piqueno dos outro. Ajuda esse tio lá... capiná... aquela vida era muito triste. (Eva) (AD69)

Eu pensei em melhorar, aí eu casei com o pai dos meus meninos, mas aí parou minha vida porque ele era ciumento, não me deixava trabalhar, não me deixava estudar, então, parou todos os meus projetos. Aí eu me separei dele por causa disso. Fiquei oito anos com ele. A gente só morava junto. Mas quando ia casar e tava arrumando a documentação, eu resolvi desistir, eu vi que eu não ia ser feliz, que ele não ia mudar, que ele ia atrapalhar meus projetos, porque eu tô sempre estudando, mesmo quando eu não tava na faculdade. Eu tenho livros aqui que eu fiz... livro de concurso, eu tenho coleções de CD de direito. Eu tenho um tanto de livro aqui, eu fiz concurso pro TJ, Sistema socioeducativo... um tanto de concurso... na verdade, eu tinha parado com a escola, mas eu nunca tinha parado totalmente, porque eu nunca tinha parado de estudar. E aí eu separei e comecei tudo do zero, não tinha nem onde morar, aí fui pra casa dos meus pais, aí fiz a inscrição no programa e saiu esse apartamento aqui pra mim. Tem que ter sempre esperança, objetivo e trabalhar em cima disso, desse objetivo com esperança de que as coisas vão melhorar. Eu sempre pensei positivo ”eu tô nessa situação, mas as coisas vão melhorar”. Eu sempre penso assim: ”agora ta bom, eu tô bem, tudo”, mas daqui eu penso em melhorar mais. Então é assim que a gente consegue, porque se a pessoa pensar... estacionar num lugar e achar que tá bom... que tem arroz e feijão em casa, e achar que tá bom e parar, ai continua sempre na mesma. A vida passa e ele fica ali sem perspectiva nenhuma de vida. (Arlete) (AD70)

Mais uma vez, Eva demonstra o governo que exerce sobre seu próprio destino, ainda que sua vida tenha sido permeada de situações complexas (como o abuso sexual sofrido por

ela e pela filha, a perda de bens com a separação de seu ex-marido, e a acolhida ao ex-marido doente que abusou de sua filha). No exercício de suas microliberdades, foi ainda menor de idade sozinha para uma cidade em que não conhecia ninguém, sem ter onde ficar, tendo juntado dinheiro para a viagem cortando grama.

“Toda vida tive uma força de vontade muito grande, em num aceito... tipo assim, é... derrota. ‘eu não quero ficá aqui, vou embora’. [E essa saída foi ainda com um objetivo planejado e organizado em uma sequência:] vim fazê um tratamento, e logo que conseguisse o tratamento, eu planejei conseguir um emprego” (Eva) (AD 69).

Embora seu planejamento não tenha dado certo, ela seguiu governando os dilemas de sua constituição subjetiva: como menina vinda do interior, não quis a ele retornar e nem pensa em fazê-lo depois de se aposentar, pois reflete sobre sua existência de modo relacionado a um lugar específico: Belo Horizonte. Nessa dinâmica, Eva pratica o cuidado de si ao agir sobre si mesma (ALVES, 2009) e o pratica da maneira como Foucault (2006a) o descreve: como sendo coextensivo a toda a vida do indivíduo, não sendo relacionado, por exemplo, a aspectos como idade.

A seguir, analiso como, *de maneira relacionada a jogos de verdade a respeito do que é ser empregada doméstica, e quais são os lugares socialmente atribuídos a essa identidade social, Arlete cuida dos destinos de sua existência* por meio da insistência em pertencer ao lugar da escola, na infância e, quando adulta, ao lugar da universidade, no intitulado ensino superior.

Eu nasci numa cidade chamada Palestina, no sul do Pará. Eu fui com 10 anos para a casa de uma senhora, trabalhei, fiquei lá, morava com ela em outra cidade, Marabá. Eu andava mais ou menos uma hora para chegar na escola, trabalhava o dia inteiro, acordava cedo e fazia tudo... a casa tinha 12 cômodos... eu só podia sair pra aula se eu fizesse tudo, perdi muita aula, repeti ano, e eu não dava conta do serviço, e se tivesse uma colher suja, ela não me deixava ir. Ia a pé e voltava a pé. Ela não me deixava acender a luz [do seu quartinho] para eu estudar, porque eu estudava à noite, quando eu chegava, ela não me deixava acender a luz. Aí tinha um terraço lá pra fora, e eu ia pra lá e ia fazer meus deveres lá fora na luz do poste. Ficava lá até uma hora da manhã.. Aí ia dormir. Foram uns cinco anos assim, foi uma vida muito difícil. (Arlete) (AD71)

Quando você falou que tem gente que acha absurdo você trabalhar de diarista e fazer faculdade, quem são essas pessoas? É, alguma colega... alguma colega do hotel. Quando eu voltei a estudar, ninguém acreditava, elas achavam que voltar a estudar era perder tempo. Elas falavam assim: ”pra que voltar a estudar se você sabe que a gente é gente que não tem oportunidade, então você vai perder seu tempo”, porque lá eles não davam

oportunidade, eles me prometeram dar oportunidade quando eu tava na faculdade, só que, quando eu entrei na faculdade, eles queriam me pagar o mesmo salário para ir de supervisora do hotel, só que eu não aceitei, porque a minha responsabilidade ia aumentar muito e a carga horária, principalmente, ia ser a mesma de camareira e eu não ia poder dar conta de estudar. Meu próprio ex-marido achava que eu era velha pra poder estudar. Quando eu chamava ele pra voltar a estudar, ele falava isso, que eu era velha, que a gente tinha que ter estudado quando era novo. Hoje eu tenho 37 anos, eu acho que eu não sou velha, eu acho que tô começando a vida agora. A idade não tá nos anos que a pessoa tem, no tempo de vida, mas tá na cabeça da pessoa, né. Se a pessoa acha que tá velha, então ela vai começar a entrar em desânimo. (Arlete) (AD72)

Em toda sua trajetória, lutou para governar o que considerava como seu destino: estudar, para o que, durante algum período, nem precisou da instituição escola, estudando sozinha por meio de livros. Desde sua infância, lidou com um contexto que a associava diretamente ao sentido do trabalho doméstico como estando associado a uma inferioridade intelectual da identidade social da doméstica. Sendo esse jogo de verdade presente, os estudos não eram priorizados e nem incentivados pela família para quem trabalhava, ainda que fosse , uma criança que cuidava de outra casa e de outra família.

Ainda assim, vivenciando situações precárias para esse trabalho, como andar a pé por cerca de duas horas, considerando a soma dos trajetos de ida e volta, estudando no terraço até de madrugada usando a luz do poste, Arlete pratica um cuidado de si que a liga ao que Michel Foucault descreve como sendo uma constituição de si diferente das constituições que a tornaram objeto e sujeito (FONSECA, 2011). Processos de objetivação incidiam cotidianamente sobre sua constituição. Embora fosse objeto útil, sua docilidade estava presente apenas no momento do trabalho, pois não aceitava para si uma ligação, por meio de processos de subjetivação, a uma identidade social que a pudesse excluir do lugar da escola. Assim, mesmo em uma situação de fragilidade diante de poderes exercidos pela família para quem trabalha (sem receber salário ainda), não só empreendeu resistências, como também inventou seu próprio destino (SOUSA FILHO, 2007).

Ao ingressar na universidade, já adulta, também rompe com um processo de subjetivação que poderia levá-la a identificar-se com uma identidade social de sujeita não pertencente ao ensino superior. Ao promover esse rompimento, reconhece que esse lugar não é comum à empregada doméstica, mas promove um governo de seu próprio destino por meio de uma prática social que, em termos ideológicos (ACD), pratica “[...] a crítica das sujeições a que se visa que continue a obedecer” (SOUSA FILHO, 2007, p. 8). Nessa dinâmica, Arlete inventa sua microliberdade ao “[...] procurar elaborar sua vida como uma obra de **arte**, de

novos modos, a partir de novas subjetivações” (SOUSA FILHO, 2007, p. 8 grifo de quem????). E a nova subjetivação que ela escolhe é a de estudante universitária.

Resistindo aos sentidos reproduzidos por suas colegas de trabalho e por seu ex-marido, que se ligam ideologicamente a discursos hegemônicos (ACD) na sociedade, ocupa-se consigo. As práticas discursivas e sociais de Arlete refletem, então, a consideração de Foucault (2006a) de que o se ocupar consigo não é um privilégio de grupos social ou hierarquicamente superiores. Para o autor, embora o *status* social e a riqueza sejam elementos que facilitem o cuidado de si, ele não é restritivo a determinados grupos.

Cuidar-se, para Foucault (2006a), é um movimento por meio do qual a alma volta para si mesma. No entanto, *as artes do cuidado da alma são também perpassadas pela ligação de Salete e Aparecida com a religião*, sendo a primeira de uma religião evangélica e a segunda, da religião católica, ambas cristãs.

Eu sou evangélica. Eu gosto. Eu gosto muito. Foi muito bom eu ter ido para a igreja, minha vida mudou [reflexão sobre si]. Eu fumava, eu bebia [autoreconhecimento como sujeito de desejo]. Talvez, se eu tivesse... Eu fico pensando assim, se eu não tivesse na igreja eu não estaria aqui na casa da [nome da patroa] não, trabalhando não [reflexão sobre si]. Sabe por quê? A minha vida era completamente diferente antes de eu conhecer Jesus, diferente demais. [reflexão sobre si] Eu saía para rua e bebia, um dia que dificilmente ia vim trabalhar era dia de segunda, porque eu ia acordar com ressaca e não ia vim [reflexão sobre si, autoreconhecimento como sujeito de desejo]. Eu não tinha aquela responsabilidade que eu tenho hoje, eu não tinha [reflexão sobre si, agora conduzir-se bem, deixar de ser escrava de si mesma e de seus desejos e pulsões], eu não tinha, tem cinco anos que eu tô na igreja, eu não tinha aquela responsabilidade. O mundo hoje eu vejo completamente diferente. Eu fumava, eu bebia, graças a Deus hoje eu não fumo mais nem bebo desde que eu fui para a igreja. [o controle de si mesmo], eu gosto muito da minha igreja. (Salete) (AD73)

Eu rezo muito, acho que Deus ajuda, me apoia muito assim porque... sei lá, se não fosse Deus, eu rezar, acho que sei lá... acho que eu não tava aqui mais não [reflexão sobre si]. *Cê acha que não tava aqui mais por quê?* Ah, porque eu não ia aguentar. Nossa Senhora, é muita coisa. Acho que Deus me sustenta, me segura [controle de si]. É, isso mesmo... eu sei lá. Quando assim, eu fico triste eu penso "não, Deus tá com ocê, eu tô com Deus, Deus tá comigo", aí eu fico mais tranquila. [conduzir-se bem]. Antigamente, eu não rezava não, nem em missa eu mesmo eu ia muito, ia não, sabe? Mas eu falava "gente eu sou mãe de família, tenho que rezar pra Deus tomar conta dos meus filho, que não sei o quê". [o cuidado de si que pode favorecer o cuidado de quem está ao seu redor, e com quem convive]. Nossa, eu tinha uma preguiça, depois que eu peguei, passei a ir mais [conduzir-se bem]. (Aparecida) (AD74)

Atuando também como dispositivo de poder, o atravessamento da religião na constituição subjetiva das duas influencia na maneira pela qual elas se relacionam consigo mesmas e refletem sobre si: é por meio da relação estabelecida com essa religião que elas

promovem um cuidado de si enquanto alma. Em termos de condições sociais de produção de seus discursos em suas ligações com religiões cristãs, podemos lembrar que Foucault (2006a) identifica a presença da noção de cuidado de si (a noção grega de *epimeléia heautou* – cuidado de si mesmo – traduzida para o latim como *cura sui*) em textos cristãos, sendo essa noção uma espécie de matriz no ascetismo cristão, que se preocupa com a necessidade de os indivíduos se conhecerem para, então, poderem cuidar de si.

A religião permite que elas possam, relativamente aos efeitos do cuidado de si considerados por Foucault (2004a), conduzir-se bem, deixando de ser escravas de si mesmas e de seus desejos e pulsões, partindo do próprio autorreconhecimento como sujeitos de desejo (FOUCAULT, 1998). Se o cuidado de si favorece para o indivíduo um controle de si mesmo, ele pode fazer com que esse indivíduo administre bem o espaço de poder presente nas relações sociais, o que pode favorecer o cuidar de todos aqueles que estão ao seu redor, ou que com quem ele convive (FOUCAULT, 2004a), o que se relaciona a valores disseminados pelas religiões. O ocupar-se consigo, como forma de vida, é ter uma “[...] atitude geral, um certo modo de encarar as coisas, de estar no mundo, de praticar ações, de ter relações com o outro” (FOUCAULT, 2006a, p. 13). Trata-se de uma atitude não só consigo mesmo, mas também com os outros e com o mundo (FOUCAULT, 2006a), o que se relaciona interdiscursivamente a valores disseminados por religiões cristãs, no que se refere à prática do amor a si mesmo e ao próximo. Esse cuidado de si enquanto alma também aparece no discurso de Débora, mas não de maneira associada ao dispositivo da religião:

“eu me cuido, eu tô cuidano do meu interior pra não ficá estressada, pra num ficá é... cansada. Tô sempre alegre, sempre de bem com a vida, no trabalho eu procuro tá o tempo todo assim” (Débora) (AD75).

Não ficando estressada, ela pode favorecer, não só o cuidado de si, como também o cuidado dos outros porque, praticando um controle de si mesmo, tem mais capacidade de administrar bem o espaço de poder presente nas relações sociais (FOUCAULT, 2004a).

Parto agora para a análise dos discursos enunciados em resposta à primeira pergunta que faço logo depois que elas me contam sua trajetória de vida – *tem algo que você gostaria de ser e não é?* As AD’s 76 a 81 trazem as respostas das seis domésticas entrevistadas.

<p>Tem alguma coisa que você gostaria de ser e não é? Tem. O quê? Eu queria estudá, já pensei em voltar a estudar, mas como assim... a minha memória... já... já ficô bem, bem... assim, não sei pelo motivo de... d'eu tomá o remédio... o Gardenal muitos anos. Eu não sei, eu esqueço muitas coisa. Tem... tenho dificuldade de me...</p>
--

memorizá as coisa [...], ia tê muita dificuldade pra... pra aprendê. Não, não pra escrevê, eu escrevo, mais eu num memorizo já as coisa. Se falá comigo, na conta pra mim fazê, se eu... no lápis eu faço. Se a... vamo somá aqui né. No lápis eu já sei fazê, mais se fô... pra mim ficá memori.... somano, somano, eu não consigo. Então, assim... é... é uma dificuldade grande. E o tempo não me dexô... o tempo pra mim foi muito curto. (Eva) (AD76)

(Reflete sobre si de modo a não assumir o governo de seu próprio destino ao descartar a possibilidade de que o que ela gostaria de ser viesse a se concretizar, o que faz justamente por meio dessa reflexão sobre si, processo no qual inviabiliza sua mente para o lugar da escola).

Tem alguma coisa que você gostaria de ser e não é? Tem uma coisa que eu gostaria de ter sido. Que eu gostaria de ter sido? Hoje eu me arrependo muito de não ter estudado. Se eu tivesse estudado, eu queria ser alguma coisa em área de coisa de Direito, policial, alguma coisa relacionada à Justiça. Eu queria ser alguma coisa assim se eu tivesse estudado. Hoje eu me arrependo de não ter estudado. Eu falo com a minha filha direto isso. (Salette) (AD77)

(Aqui, Salette promove uma mudança temporal do léxico que escolhi para fazer a pergunta que provoca alterações nas relações semânticas produzidas em seu texto: enquanto eu a questiono se tem algo que ela gostaria de ser e não “é”, no tempo presente, ela muda esse tempo para o futuro do pretérito, ao longo responder: “Tem uma coisa que eu gostaria de ter sido. Que eu gostaria de ter sido?”, deixando na esfera do não dito se ela pensa em possibilidades de inscrever essa sua vontade ao seu destino, trazendo ainda para a discussão outra identidade social: a da sua filha, para a qual, geralmente, as domésticas entrevistadas transferem seus sonhos e frustrações.

Tem algo que você gostaria ser e não é? De profissão? **Me responda o que você quiser, pode ser o que você quiser.** Ah, um... uma coisa que eu queria sê que eu não sô... é... menos ansiosa, pra tudo que eu vô fazê eu não com... eu aguento esperá, eu fico ansiosa e eu fico nervosa, e eu quero que aquilo aconteça na hora que eu quero. No caso de profissão, eu queria sê secretária de consultório. Sempre tive vontade, que eu... fico me vendo assim mexeno no computador, atendendo telefones, sabe? Mas isso é... nunca mais vai acontecê não. **Por que você acha que nunca mais?** Ah, eu não estudei né. (Débora) (AD78)

(Aqui, Débora projeta para si duas identidades diferentes – a de alguém que gostaria de ser menos ansiosa, em um processo de reflexão sobre si que visa ao estabelecimento de um conduzir-se bem, controlando suas pulsões, deixando na esfera do não dito se há possibilidades de que ela governe os dilemas de sua constituição subjetiva no que se refere especificamente a essa vontade – e a de secretária de consultório. Embora projete imagética e imaginariamente sua existência no cotidiano dessa atividade, sua prática discursiva elimina possibilidades de que ela vá governar seu destino inserindo essa atividade como perspectiva: *nunca mais vai acontecê não*).

Tem algo que você gostaria de ser e não é? Queria ser? **É.** Como assim, profissão? **Pode falar o que você quiser, o que vier na sua cabeça.** Ah eu queria ser uma pessoa assim... animada, alegre, não sou. Eu tenho uma tristeza dentro de mim que não sei o quê que é. Eu nasci assim. Ah... eu penso que acho que é depressão boba tem dia que né... tem dia que a gente tá mesmo mais ou menos, tem dia que a gente tá mal. (Aparecida) (AD79)

(A despeito das experiências e vivências de Aparecida permeadas por complexidade e sofrimentos, como se pode perceber quando reconto a trajetória de vida por ela narrada, ao refletir sobre si, ela se reconhece como uma pessoa que tem uma tristeza interna desde que nasceu (o que mostra um sentimento que, para ela, seria independente dessa trajetória). Interdiscursivamente, ela faz essa reflexão sobre si de modo

relacionado a um saber e discurso médicos – a depressão. Reconhece-se como sujeita triste, e como sujeita portadora de uma doença mental, socialmente controlada e nomeada pelo biopoder no campo da medicina e da psiquiatria, mais propriamente. No entanto, o adjetivo *boba* escolhido por ela para qualificar essa doença demonstra, implicitamente, que não há um ocupar-se consigo que extrapole a reflexão sobre si. Sendo algo *bobo*, ela acaba recorrendo a discursos de naturalização de sua tristeza, sobretudo quando diz que nasceu assim).

Tem alguma coisa que você queria ser e não é? Quando eu assim, estudava, eu gostava muito de inglês, mexer com coisa de inglês, sei lá, mas acabou que não foi pra frente. Eu tentei voltar a estudar, mas, sabe assim, foi mais por falta de força de vontade minha, porque, às vezes, você encontra dificuldade uma aqui outra ali, você acaba largando pra lá. E teve colega minha lá em São Paulo mesmo, que foi daqui pra lá, que voltou a estudar lá. A patroa dela duvidou que ela iria conseguir, ela conseguiu, formou, fez o curso dela lá, abriu o escritório com o marido e tá bem. Então, assim, acho que foi mais um pouco de falta de força de vontade. (Tânia) (AD80) **(Em uma prática de microliberdade de reflexão sobre si, Tânia estabelece um sentido de oposição entre a maneira como ela estabeleceu uma relação e um ocupar-se consigo com a maneira pela qual sua colega, também doméstica, a estabeleceu – de maneira mais propriamente a governar seus próprios destinos, mesmo diante de resistências por parte de sua patroa. Nessa comparação, reflete sobre si e sobre seu não governo de seu próprio destino no que se refere ao que ela gostaria de ser e não é).**

Tem alguma coisa que você gostaria de ser e não é? Ah, eu queria ser já é formada, ter terminado o meu curso. Hoje eu penso em ir na área de humanas, se for na empresa, pra área de humanas. Agora carreira acadêmica, eu iria fazer pesquisa? **[Diante da pergunta, explico a ela sobre o tripé ensino, pesquisa e extensão, e as possibilidades dentro de cada um deles]** É, eu pensei mais na área de empresas né, mas pode ser que até lá eu mude de ideia né. Mas eu não sei, eu acho que eu sou mais voltada para a área de humanas. Então eu to fazendo o curso e vou olhar o mestrado na área de humanas. (Arlete) (AD81) **(Aqui, Arlete não só reflete sobre si, como também assume uma prática de microliberdade e de relação consigo mesmo – uma prática ética – de planejamento em relação ao seu destino. Ela não só resiste a um jogo de verdade sobre as empregadas quando escolhe se inserir na universidade, como também mantém essa mesma postura ao planejar qual será seu futuro na profissão).**

Em primeiro lugar, retomo a consideração de que, a despeito do que defende Foucault (2006): que se ocupar consigo não é um privilégio de grupos social ou hierarquicamente superiores, algumas empregadas acabam recorrendo implicitamente ao pertencimento a grupos hierarquicamente inferiores para justificar o fato de não serem o que gostariam de ser (como nas AD's 77 e 78). Embora o *status* social e a riqueza sejam elementos que facilitem o cuidado de si, ele não é restritivo a determinados grupos. E a contraposta dificuldade para grupos com menor riqueza pode ser observada nos vários relatos das domésticas.

Como o ocupar-se consigo diz respeito a encarar, com certa atitude consigo mesmo (com os outros e também com o mundo) (FOUCAULT, 2006a), as coisas, o estar nesse mundo

e o relacionar-se com o outro, a falta dessa atitude para governar os dilemas de sua constituição subjetiva são sentidas nas AD's 76, 78 e 79 (nas quais se sente falta de ter tido/ter atitude diante da falta de memória, da ansiedade e da tristeza, elementos estes que podem influenciar em sua constituição como sujeitas).

Já, nas AD's 77, 78 e 80, sente-se falta da atitude para assumir os destinos de sua própria existência (ter estudado, ter trabalhado em alguma área do judiciário, ser secretária de consultório, trabalhar com algo relacionado ao inglês). Essa reflexão sobre si envolve uma das relações possíveis estabelecidas consigo mesmo no exercício do cuidado de si: a relação de se punir (FOUCAULT, 1998). Essa autopunição ocorre de maneira explícita nas AD's 77 e 80; e de maneira implícita na AD 78. Na AD 80, Tânia sente por não ter estabelecido consigo mesma uma relação de domínio, de controle, a chamada *arché* (poder, comando) (FOUCAULT, 2004a).

É somente na AD 81, entre essas últimas AD's analisadas, que essa *arché* se faz mais presente. Arlete fala sobre planos que ela assume para seu destino ao se ligar, em um futuro próximo, a uma nova identidade social: a de graduada em administração. Tenta promover o governo de seu próprio destino, mais uma vez, ao revelar sua intenção em trabalhar na área de humanas em uma empresa, o que faz, em termos de condições sociais de produção dos discursos, em meio à existência de discursos e ideologias sociais que vendem uma ideia de vitória e de sucesso que pode ser obtido por meio do ingresso no ensino superior, o que Perdigão (2015) chama metaforicamente de *o canto da sereia*. Mesmo diante desse contexto, Arlete reflete com liberdade sobre os destinos de sua própria existência, o que se constitui em uma *arte de viver* (NARDI, 2002).

É importante lembrar, nessas análises, que os sujeitos mantêm relações consigo de modos diversos, pois há diferentes formas de sujeito presentes no mesmo sujeito, já que ele não é uma substância, acionando esses diversos sujeitos de formas distintas dependendo do contexto e da prática em que vivenciam essa relação consigo (FOUCAULT, 2004a). Assim, podemos ver diferentes maneiras pelas quais a mesma empregada doméstica vivencia ou não o cuidado de si.

Pois bem, *se o cuidado de si, o conduzir-se bem favorece o cuidado dos outros, essa relação se faz presente nos enunciados das domésticas?* Eva, em uma relação que estabelece consigo mesma, se propõe, para cuidar também da sua família, conduzir sua vida de modo a restringir suas opções de trabalho para que sua família não fique desprovida de seu cuidado e não se desorganize. Controlando seu desejo pelo recebimento de uma renda maior, já que é diarista trabalhando apenas três dias na semana, ela chegou a rejeitar uma oferta de trabalho de

cuidadora de idosos, atividade para a qual afirma ter feito um curso de qualificação, pois esse trabalho implicaria reduzir suas possibilidades de revezar com sua filha mais nova no cuidado de seu neto e de seu ex-marido que precisam de atenção constante.

Assim, ela governa sua existência subvertendo uma lógica de ir buscar um emprego em que pode aumentar sua renda, controlando sua vontade para poder cuidar dos outros

“Cuidadora de idoso lá, ganha mil e setecentos, parece, que a senhora falô. Ia ser muito bom ter essa renda, mas eu num quero deixar minha filha cuidando do meu neto e do pai dela na mão, né, então eu tenho que deixar essa vontade pra lá.” (Eva) (AD82)

O cuidado de si, embora seja a relação estabelecida consigo mesmo, não implica, por esse aspecto, a um exercício solitário. É, ao contrário, uma prática na qual se aprende *artes de viver* fazendo também trocas com os outros (FOUCAULT, 1999). Nessa troca com os outros, o cuidado de si implica um cuidado dos outros porque ele, sendo ético em si mesmo, favorece para o indivíduo um controle de si mesmo⁶⁷. Quando ele exerce um controle sobre si mesmo e administra bem o espaço de poder presente nas relações sociais, pode favorecer e cuidar de todos aqueles que estão ao seu redor, ou que com quem ele convive (FOUCAULT, 2004a). Isso ocorre porque, tendo capacidade de controle de si mesmo, ocupa nas relações e espaços sociais o que Foucault (2004a) chama de lugar conveniente. Um exemplo é a valorização, pelos gregos, da fidelidade do homem casado que, sendo fiel, conseqüentemente consegue cuidar bem de sua família e de seus filhos (FONSECA, 2011). No controle estabelecido sobre si, deixa de ser escravo de si mesmo e de seus desejos.

Os próximos três enunciados trazem, de modo ilustrativo, *como o cuidado dos outros se torna uma demanda muito presente no cotidiano das domésticas*. Se para Foucault (2004a) esse cuidado dos outros se relaciona a um prévio cuidado de si, podemos inferir como o cuidado de si como prática de microliberdade na constituição subjetiva das empregadas é uma noção importante a ser considerada para a análise de suas *artes de viver*.

⁶⁷ Um cuidado dos outros relacionado ao próprio cuidado de si é uma prática presente em dois outros enunciados de Eva: “Eu vi que num podia ficá fora de casa. E eu dô muito valor à minha família. Sabe? **Uhum**. Num é só a minha família não. O ser humano, pra mim é muito valioso. Sabe, Juliana, você pra mim é muito importante. Você tá aqui. É... se todas as pessoas fossem igual a você né, igual [o nome das pessoas para quem trabalha como diarista], o mundo seria bem diferente”. O outro enunciado é, falando a respeito da decisão de cuidar do ex-marido agora com Mal de Alzheimer de quem se separou após descobrir que ele abusava da filha, que era dele enteada: “É uma maneira que eu tenho pra... devolvê pra ele o que ele me ajudô e... o que ele fez comigo eu num devolvo pra ele nunca, num desejo pra ninguém. É seguir com a minha vida, sabe? Procurar bênçãos, né, conhecê pessoas diferente, vivê no meio de pessoas diferente, pra num... num querê nem lembrá disso. Assim que... eu tô te contano, mas num quero ficá lembrano disso não, quero é... vida nova”.

Hoje ele [o filho do casal para quem trabalha, de quem ela cuida na parte da manhã] caiu, eu fiquei fechando a torneira, arrumando a toalha pra ele tomar banho e ele saiu correndo e vi que ele escorregou e falei: "Nossa, bateu o queixo". Eu não tive coragem nem de olhar. Eu corri lá, ele chorando. Eu fiquei com medo dele ter batido os dentes, sabe. "Meu Deus, deve ter cortado. Tem sangue. Não vou nem olhar". Só peguei ele, coloquei ele aqui e subi correndo, o [nome do patrão] estava aí. "[nome do patrão], o [nome do menino] caiu, machucou". Eu sou meio exagerada, para mim qualquer coisinha é médico [risos]. Teve uma vez que o [nome do menino] estava meio dodói, de tanto eu falar na cabeça da [nome do casal], eles saíram daqui e foram lá para o São Camilo, e não era nada. [risos]. Não era nada, foram andar à toa lá para o São Camilo. Eu gosto demais do [nome do menino], nosso Deus. (Salete) (AD 83) **(Foi Salete quem, na AD 73, disse que não estaria trabalhando onde trabalha hoje se não fosse atualmente uma pessoa responsável, que controla seu desejo pela bebida. Essa minúcia e preocupação no cuidado de uma criança de três anos implica, antes, então, um cuidado de si).**

Até remédio eu tinha que lembrar os horários dela, entendeu? Sempre tinha uma tabela na porta da geladeira que eu fazia. Quando ela esquecia, eu mesma ia lá no quarto dela, pegava o remédio, levava o copo d'água e dava pra ela. Ma... mas mostrava a tabela né, qual que era o remédio que eu estava servindo pra ela. (Débora) (AD84) **(A importância da minúcia e do controle de si mesmo para cuidar dos outros).**

Uma coisa boa que me marcou trabalhando como doméstica... que eu nunca pensei que pudesse fazer, mas senti muito bem de ter feito... uma vez o Seu [patrão] ficou doente, coitado, passou mal lá, né, então ele fez cocô na roupa e tudo, né, chegou os bombeiro pra buscar ele e não tinha ninguém pra dar banho nele, tava tudo sujo. Eu, minha fia, com a cara e a coragem, fui jogando água assim nele, aí eu senti bem sabe? Assim, de ter ajudado uma pessoa, né? (Aparecida) (AD85) **(A importância que atribui a um episódio de cuidado do outro, mesmo que essa prática implique ter que lidar com algo "que eu nunca pensei que pudesse fazer". O cuidado do outro assume, para ela, o sentido de um valor).**

Essa demanda muito presente pela prática do cuidado dos outros era ainda reforçada no caso das experiências que elas tiveram com o trabalho doméstico quando eram mensalistas residentes. Morando na mesma casa em que os patrões, a disposição para o cuidado dos outros podia ser muito mais intensa, como se pode observar nas AD's 86 e 87.

Não tinha horário de trabalho não, levantava cedo, fazia café, começava a arrumar as coisas, né? Não tinha hora de levantar nem de deitar não. **Você tinha dia de folga?** Não, trabalhava tudo normal, sábado e domingo. **Não tinha folga nenhuma?** Aham, não, não tinha não. Eu só saía assim no final de semana se eles saíssem, aí eu saía junto com eles, prum parque, pra casa da sogra". (Aparecida) (AD86)

Na rotina do dia a dia, eu num parava pra almoçar não, não descansava. Quando terminava tudo à noite, eu ficava no meu quarto vendo televisão, mas com a porta aberta caso ele [o patrão] me chamasse. A menina tinha campainha no quarto que dava pro meu e pro quarto do pai. Tinha no quarto do pai por causa do fim de semana,

porque nos outros dias eu ficava no quarto se ela já tivesse dormindo né. Mas se ela não tivesse, ainda tivesse acordada, eu tinha que ficá com ela até... se ela durmisse 1 hora da manhã eu tinha que ficá com ela até 1 hora da manhã, mesmo com o pai dela em casa. **Não tinha exceção?** Num tinha exceção não, porque ele me pagava muito bem pra isso. Eu ficava o dia inteiro fazendo alguma coisa, a [nome da menina] tava sempre querendo uma fruta... um suco, e eu tinha que ficá dando muita atenção, ela não gostava de ficá sozinha. Se ela sentava na sala pra vê televisão, eu tinha que sentá com ela. Às vezes, eu tava passando roupa, eu tinha que pará pra ficá com ela. Dá mesmo atenção, porque ela não durmia durante o dia. Com a Dona [nome de outra patroa para quem trabalhou anteriormente], eu também tinha muita paciência, apesar dela me chamar toda hora. À noite, às vezes eu cabava meu serviço, ela gostava muito de fazê crochê, mas ela também não gostava de ficá sozinha, então eu sentava na sala. Aquilo era... um copo d'água que pedia... um cafezinho, um chazinho, uma frutinha, então que dizê, eu não parava. (Débora) (AD87)

As AD's 86 e 87 são oportunas para fechar este capítulo porque demonstram uma relação entre processos de *objetivação*, de *subjetivação* e do *cuidado dos outros (que se relaciona ao cuidado de si)*, reunindo três das analíticas teóricas utilizadas por Foucault para o estudo da constituição do sujeito. Os processos de *objetivação* fazem com que Aparecida e Débora se tornem objetos dóceis e úteis, até mesmo no não questionamento explícito para os padrões em relação a uma jornada de trabalho completamente desregulamentada. Os processos de *subjetivação* as ligam a uma identidade social de empregada doméstica que as vincula a um jogo de verdade que coloca essa identidade como estando relacionada à disponibilidade constante para o servir. É o sentido de “[...] estar sempre à disposição do outro ou da outra; implica fazer uma atividade qualquer do jeito que o outro ou a outra gosta; ser considerada naturalmente uma espécie de adivinhadora dos desejos dos(as) outros(as); a total disponibilidade de tempo” (ÁVILA, 2008, p.68). Já o entendimento da *constituição do sujeito por meio da ética e do cuidado de si* está presente por meio de um implícito pressuposto, se tomarmos como referência a analítica foucaultiana, de que o cuidado dos outros pressupõe um exercício de um cuidado de si, um controle sobre si mesmo.

Respondendo, então, em partes (faltando a análise da influência de gênero e raça nas artes das empregadas, que será efetuada no próximo capítulo) à *Questão Orientadora 1: como o trabalho doméstico atua como um processo de subjetivação que afeta a constituição subjetiva das empregadas domésticas* – podemos dizer que ele afeta a constituição subjetiva das empregadas domésticas por meio de seu funcionamento como um dispositivo de poder. Esse dispositivo afeta essa constituição por meio de processos de objetivação, processos de subjetivação e, também, por meio da ética e do cuidado de si.

No que se refere à objetivação, docilidade e utilidade são características que passam a fazer parte das práticas cotidianas dessas mulheres, ainda que elas possam, em alguns momentos, refletir e reconhecer essa objetivação, podendo a ela também resistir. No que se refere à subjetivação, esse dispositivo faz com que elas se liguem a determinadas identidades sociais atribuídas, em termos contextuais, às condições sociais nas quais se circunscreve o trabalho doméstico; e à identidade social da empregada doméstica, por meio de uma experiência cotidiana de si dentro de jogos de verdade e sentidos a respeito do que é ser doméstica em nossa sociedade. Essa ligação também ocorre de maneira dinâmica, sem haver, necessariamente, uma ligação a uma identidade, em termos exatos e envolvendo práticas de resistência, sendo elas capazes de refletir sobre esses jogos de verdade, não só os aceitando, como também os rejeitando para si. Sendo assim, suas *artes de viver* são permeadas de maneira complexa por *docilidade, utilidade, reflexão sobre si, reconhecimento de jogos de verdade a respeito do que é ser empregada doméstica, ligação a identidades que reconhecem como sendo suas e que estão ligadas a esses jogos de verdade e, também, resistências a / ressignificações desses mesmos jogos de verdade.*

Já no caso da ética e do cuidado de si, suas artes de viver são permeadas por outro modo de constituição subjetiva: aquela permeada não só por práticas de resistência, mas também por práticas de microliberdades. Elas refletem sobre si, podem se reconhecer como sujeitos de desejos, conduzem a si e controlam a si mesmas, o que as capacita para o cuidado dos outros, prática presente de maneira intensa em seu cotidiano. Além disso, algumas assumem o governo de si no sentido do governo dos destinos de suas próprias existências, fazendo um contínuo movimento entre aquelas práticas de poder que as transformam em objetos e sujeitos e a própria relação que, em uma prática de liberdade, estabelecem consigo mesmas, podendo inventar seus próprios destinos.

Em todo esse processo, lidam com/aceitam/combatem jogos de verdade que, embora modificados ao longo do tempo, ainda as colocam em uma relação socialmente disseminada como sendo uma relação de diferença no sentido estruturalista desse termo: como se sua constituição sempre se desse em oposição à constituição de seus patrões ou da família que as emprega. No entanto, como vimos, essa constituição de um pensamento binário para opor as empregadas domésticas a seus patrões faz parte do trabalho como dispositivo de poder inserido em vários outros dispositivos de poder presentes na sociedade. O binarismo ideologicamente construído entre empregados e empregadores domésticos reflete outros binarismos construídos na sociedade, tais como pobre *versus* rico, desintelectualizado *versus* intelectualizado, demandante de aprendizados *versus* ofertantes de aprendizados (a respeito

das maneiras socialmente adequadas de se sentar, de comer, de se relacionar com os padrões para quem trabalha etc.), que são interdiscursos presentes em várias das AD's analisadas.

Por fim, ressalto que essas empregadas não se constituem, por meio do trabalho doméstico, como sujeitas dotadas de uma substância ou de uma essência. Assumem identidades socialmente construídas como tendo unicidade, mas promovem a fragmentação dessas identidades socialmente construídas por meio da complexidade, da diversidade e das ambiguidades presentes em suas *artes de viver e de cuidar*, artes estas que se apresentam, nas palavras de Sousa Filho (2007, p. 3) a respeito das ideias de Foucault (2006a), como um “[...] exercício agonístico, uma **arte** da luta nas **artes de si** da existência” (grifos de quem ???), exercício esse que confere variadas estéticas ou estilísticas de existências para as *artes de viver e de cuidar* dessas empregadas domésticas.

A discussão realizada neste capítulo traz uma contribuição, em termos teórico-analíticos, porque emprega a noção de constituição de um sujeito moral⁶⁸, que reflete sobre si, ocupa-se consigo mesmo e cuida de si, às práticas das mulheres. Ao empregar essa noção para as mulheres, em um contexto no qual elas experimentam práticas de liberdade, mesmo estando ainda subjetivadas por meio de uma ligação a uma identidade sexual construída como inferior a outra, um rompimento é realizado com uma histórica utilização da moral como sendo produzida pelos homens, para o consumo dos homens. Essa produção e esse consumo masculinos ocorreram porque a noção de moral, entendida na Antiguidade dentro do contexto da ética e do cuidado de si, dependeria de práticas de liberdades. No entanto, como as mulheres foram historicamente concebidas como objetos dos contratos sociais (PATEMAN, 1993), a noção de moral nem sempre foi a elas aplicada. Para Foucault (1998), há uma

[...] dissimetria muito particular a toda essa reflexão moral sobre o comportamento sexual: às mulheres são adstritas, em geral, a obrigações extremamente estritas; contudo, não é às mulheres que essa moral é endereçada; não são seus deveres, nem suas obrigações que aí são lembrados, justificados ou desenvolvidos. Trata-se de uma moral de homens: uma moral pensada, escrita, ensinada por homens e endereçada a homens, evidentemente livres. Consequentemente, moral viril onde as mulheres só aparecem a título de objetos ou no máximo como parceiras às quais

⁶⁸ A noção de moral empregada por Foucault (1998; 2006a; 2006b) não se refere à moral de códigos e interditos. Diz respeito à constituição de si como um sujeito moral, por meio de uma relação consigo mesmo que é a ética. Essa constituição diz respeito ao comportamento efetivo das pessoas (FONSECA, 2011). E, para entender a constituição do sujeito como um sujeito moral, possibilidade pela prática do cuidado de si, do se controlar, do se conduzir bem, do não se colocar como escravo de seus próprios desejos, não se deve pensar, de maneira isolada, apenas a abordagem foucaultiana do cuidado de si, mas também os processos de objetivação e de subjetivação pois, nas palavras do autor, “[...] a ação moral é indissociável dessas formas de atividades sobre si, formas essas que não são menos diferentes de uma moral a outra do que os sistemas de valores, de regras e de interdições” (FOUCAULT, 1998, p. 29). É por esse motivo, então, que este capítulo responde parcialmente à questão orientadora 1 por meio da conjugação dos resultados obtidos pelas análises dos processos de objetivação, subjetivação e ética e cuidado de si.

convém formar, educar e vigiar, quando as tem sob seu poder, e das quais, ao contrário, é preciso abster-se quando estão sob o poder de um outro (pai, marido, tutor) (FOUCAULT, 1998, p. 24).

Embora Foucault (1998) esteja falando aqui da noção de moral na Antiguidade, percebemos que gênero é um dispositivo importante, em termos históricos, para pensarmos a constituição subjetiva dos sujeitos que se ligam a uma determinada noção ideológica de identidade sexual. E é iniciado por uma discussão sobre gênero que o próximo capítulo é apresentado.

7 GÊNERO E RAÇA NA PERSPECTIVA PÓS-ESTRUTURALISTA E A INFLUÊNCIA DESSAS CATEGORIAS (DESCONSTRUÍDAS) NAS ARTES DAS EMPREGADAS DOMÉSTICAS

Gênero e raça, como já foi dito, são duas categorias importantes para problematizações relacionadas às empregadas domésticas. Neste capítulo, irei discorrer antes, teoricamente, a respeito de como pensarei essas duas categorias dentro de uma perspectiva pós-estruturalista, para, depois, analisar quais são as influências dessas duas categorias nas artes das empregadas domésticas entrevistadas. Assim, este capítulo faz uma complementação à resposta da *questão orientadora 1*, além de buscar uma resposta à *questão orientadora 2: quais são as influências das categorias gênero e raça nas artes das empregadas domésticas?*

Antes de empreender uma discussão relacionada às categorias gênero e raça, vou reforçar a concepção de diferença adotada pelos pós-estruturalistas. Pois, enquanto sujeitos constituídos que somos, o risco de cairmos em uma noção de diferença estruturalista é significativo. Se pensamos em dois sujeitos – A e B, por exemplo, – é muito fácil e, muitas vezes, automático, pensar que a diferença significa a oposição entre A e B. Para o estruturalismo, para que o primeiro sujeito seja considerado o sujeito A, A precisa estar em oposição com outros signos, o que nos levaria ao raciocínio de que A somente é A porque ele não é B. Então, ele só existiria em relação ao outro. Essa seria, então, a noção estruturalista de diferença como sendo o sinônimo de oposição. Nessa concepção, A teria uma identidade fixa, uma unicidade, uma coerência interna que o faria ser o A. Ele só seria significado em oposição a outros significados.

Entretanto, dentro de uma perspectiva pós-estruturalista, pensar em diferença é alterar esse raciocínio que, muitas vezes, naturalizado, parece ser o raciocínio lógico. Em um pensamento pós-estruturalista, A não tem unicidade, pois A também é B. Ou seja, A contém B e vice-e-versa. Essa relação traz, inclusive, uma ideia de fragmentação quando se pensa em identidade.

Pensar em termos de diferença e de rompimento com binarismo dentro do pós-estruturalismo é considerar que, dentro dessa perspectiva, a relação de alteridade é muito própria, pois é uma relação na qual não existe o outro. Por exemplo, no que se refere especificamente à categoria gênero, temos os homens constituídos como sujeitos da história e mulheres constituídas como o outro. Elas seriam a contradição, o oposto. No entanto, para o pós-estruturalismo, nós somos o outro ao mesmo tempo. O sujeito ou fenômeno, por si só, já

carrega consigo os outros que, aparentemente, se diferenciariam dele. E é exatamente nessa maneira de pensar que se rompe com a ideia de binário.

Esse pensamento traz um novo desafio para estudos, tanto de gênero, quanto estudos de raça. Se a ideia de binário é rompida, não faz sentido falar de feminino e não falar de masculino, assim como não faz sentido falar de negros sem falar de brancos, porque eles não são tidos como opostos. Nessa ideia, uns constituem os outros, uns contêm os outros. Não existe, portanto, uma relação de alteridade em sua forma mais tradicional.

Reforçado o entendimento acerca da noção de diferença para o pós-estruturalismo e iniciando, então, a discussão sobre as categorias de gênero e raça, destacamos que o corpo humano, visto de uma perspectiva pós-estruturalista é, para Azzarito e Solmon (2006), um lugar de forças sociais, políticas e econômicas conflitantes. É um lugar de processos identitários normativos relativos a gênero e raça. Pensar gênero e raça dentro da perspectiva pós-estruturalista é pensar essas duas categorias como sendo dinâmicas e fluidas. São aparatos de poder relacionados a discursos e metanarrativas que se constroem enquanto verdades absolutas, produzindo os significados do corpo dentro de determinados contextos sócio-históricos. Esses discursos são dominantes e acabam por ser institucionalizados nos mais diversos espaços sociais, produzindo hierarquias normativas do corpo, bem como as dicotomias feminilidade/masculinidade e negro/branco. Dessa forma, significados do corpo são produzidos dentro de discursos atrelados a gênero e raça (AZZARITO e SOLMON, 2006).

Rejeitando verdades universais e essencializantes (SOUZA, 2015; SOUZA e BIANCO, 2011; NASCIMENTO, 2007; PETERS, 2000), o pós-estruturalismo desafia discursos dominantes que acabam tendo a função de discriminar os grupos sociais entre si, estabelecendo dinâmicas relacionais de privilégios para uns em detrimento de outros. Para os pós-estruturalistas, gênero e raça não são, portanto, categorias fixas e universais. São discursos socialmente construídos que, não só disciplinam os corpos (FOUCAULT, 1985; 1992; 2004c), mas os disciplinam como superiores ou inferiores (AZZARITO e SOLMON, 2006).

Essa disciplina que torna superior ou inferior pode ser exemplificada pelos discursos históricos a respeito da inferioridade biológica da raça negra. Relações de poder-saber foram construindo discursos científicos que, não só reforçavam essa ideia de inferioridade, mas também colocavam as mulheres negras como os seres biológicos mais inferiores (não, por acaso, em termos históricos, atualmente elas ocupam as posições sociais de maior precariedade), sendo aí os sujeitos que somatizavam (e somatizam), tanto a construção de uma inferioridade relativa a gênero, quanto de uma inferioridade relativa ao aspecto racial (AZZARITO e SOLMON, 2006; CORONEL, 2010).

De acordo com Azzarito e Solmon (2006), estudos científicos catalogavam as diferenças anatômicas entre os corpos das mulheres negras e brancas. Os resultados desses estudos produziam discursos de patologização do corpo feminino negro. Sua patologia estaria relacionada à alegação de serem corpos sexualizados, excessivos e primitivos. Seu corpo pertencia à esfera *do outro*.

A partir do momento em que o pós-estruturalismo reconhece, ao resgatar a dimensão desses discursos históricos, que gênero e raça são dimensões socialmente construídas, abre-se o campo para investigações acerca das diversas maneiras pelas quais as relações de poder e saber disciplinam os corpos (AZZARITO e SOLMON, 2006). A respeito da consideração de outras dimensões e diferenças para além do gênero, mais comumente estudado, Chow (1999/2000) argumenta que pensar os próprios termos mulher e homem demanda uma análise não confinada a gênero, pois outras dimensões, chamadas por ela de configurações, como raça e classe, devem se tornar acessíveis para análise.

No entanto, em termos históricos, Chow (1999/2000) discorre a respeito da relutância das mulheres presentes no contexto do intitulado feminismo branco em reconhecer outras subalternidades que não as de si próprias. Segundo a autora, as mulheres que faziam parte do movimento feminista desde sua segunda onda, nos anos 70 e 80, resistiam a “[...] desalojar as mulheres brancas de seu status favorito de representantes da alteridade ao longo da história ocidental” (CHOW, 1999/2000, p. 160).

Segundo Razack (1998, p. 14), “[...] confrontadas com a superioridade racial branca, as mulheres brancas podem negar sua dominância recuando para uma posição de subordinação – que é, desde que nós somos mulheres oprimidas, nós não podemos ser opressoras de mulheres de cor”. Para a autora, apenas o que chama de uma análise de bloqueio poderia nos lembrar “[...] da facilidade pela qual podemos escorregar em posições de subordinação [...] sem ver que esta mesma posição de subordinação simultaneamente reflete e suporta o privilégio de raça e classe” (RAZACK, 1998, p. 14).

Para Razack (1998), uma tendência do feminismo branco foi a monopolização da vitimização. Para a autora, desde a segunda onda do feminismo nos anos 70 e 80, esse movimento foi relutante a desvincular as mulheres brancas como sendo as representantes da alteridade no mundo ocidental. Foi a partir da final da década de 90 que grupos de mulheres negras articularam mais fortemente as ligações entre o racismo e o preconceito ligado a gênero (MORGEN, 1989). No entanto, em um primeiro momento, suas ideias só foram consideradas em obras de ficção e em organizações de mulheres. O que predominava ainda era a ideia de que a masculinidade era uma metáfora para a valorização da cultura afro-americana.

Foi somente depois do triunfo da escolaridade, que os movimentos que defendiam os direitos civis inspiraram as historiadoras feministas a terem mais espaço de manobra. Somente então as feministas do movimento negro se fizeram ouvir quando elas rejeitavam a monolítica e socialmente construída categoria de raça e reivindicavam uma identidade como mulheres afro-sul-americanas mais complexa e igualitariamente construída (MORGEN, 1989, p. 903-904, tradução minha).

Morgen (1989) defende ainda que, para que o hemisfério sul seja levado a sério, as relações sociais de sexos e a reciprocidade de raça, classe e diferenças sexuais precisam ser consideradas e se tornam ainda um desafio desse campo de pesquisa. Vamos falar, então, propriamente, de cada uma das duas categorias focalizadas: gênero e raça.

7.1 A categoria gênero e o pós-estruturalismo

Gênero é entendido, em uma perspectiva pós-estruturalista, como o dispositivo de poder que produz algumas identidades, como as de homem e mulher, e não as identidades homem e mulher, em si. Assim, não se tem uma identidade de gênero e nem se é uma identidade de gênero. Pois o gênero é o dispositivo de poder que, em meio a relações entre saber e poder, produz essas identidades de gênero. Sendo assim, gênero não se refere às identidades masculinas e femininas – masculinidades e feminilidades – mas, sim, ao dispositivo de poder produtor dessas identidades (SOUZA, 2015).

Para se pensar a categoria gênero em uma perspectiva pós-estruturalista, o pensamento binário deve ser desconstruído, como já discutido, o que significa que, no que se refere a gênero, as categorias homem e mulher, ideologicamente construídas como categorias opostas e binárias, dotadas de unicidade, devem ser entendidas como fragmentadas, não dotadas de uma essência ou de uma identidade única, que oporia um ao outro (BUTLER, 1998; 2003; MARIANO, 2005; SCOTT, 1999; SOUZA e CARRIERI, 2013; SOUZA, 2015). Nessa perspectiva, o homem também é a mulher, e a mulher também é o homem⁶⁹. Para Louro (1997), a conjunção entre os estudos de gênero e o pós-estruturalismo demanda a desconstrução dessa relação binária entre homem e mulher e entre as derivadas ideias de masculino e de feminino.

⁶⁹ Uma ressalva é importante: quando falamos que o homem também é mulher e que a mulher também é o homem, não se quer dizer que ambos sejam iguais e nem que as mulheres e os homens sejam iguais entre si. O que se rejeita, nos estudos pós-estruturalistas sobre gênero, é a “[...] oposição masculino/feminino porque ela desenha uma linha de diferença, investe nela por meio de explicações biológicas, e então trata cada lado da oposição como um fenômeno unitário” (HALL, J, 1989, p. 909, tradução minha).

Além disso, outro aspecto importante é o entendimento, dentro de uma problematização histórica de relações de gênero permeadas por um poder hegemonicamente exercido dos homens sobre as mulheres, de que os homens não são *OS* dominadores e, as mulheres, *AS* dominadas, entendendo dominação como um exercício do poder que anularia possibilidades de resistência e, também, eliminaria a consideração de que o outro (a outra, nesse caso) considerado *O/A* dominado/a também poderia exercer poder.

Nesse sentido, embora as construções e discursos hegemônicos sociais tenham nos levado a uma sociedade permeada por uma desigualdade histórica de gênero, a qual deve ser problematizada, e cuja ideia de diferença que a substância deva ser desconstruída, deve-se entender, nessa perspectiva, que os homens não são somente os dominadores na história, assim como as mulheres também não são as dominadas da história, pois se enfatiza, aqui, um aspecto relacional do poder (FOUCAULT, 1992).

Butler (2003), feminista pós-estruturalista, ressalta que algumas vertentes feministas, diante de uma necessidade de substância e representatividade para os seus argumentos e lutas acabaram por atribuir ao patriarcado um caráter universal. Uma discussão clássica sobre gênero em uma perspectiva pós-estruturalista foi realizada por Scott (1995), quando a autora coloca entre aspas o conceito de gênero como sendo a-histórico e explicado por concepções universais. Quando faz essa suspensão do conceito, promove uma crítica que afeta diretamente alguns estudos feministas que se valem do conceito de patriarcado, considerando a explicação universal para as desiguais relações de gênero na sociedade.

Para Butler (2003), a universalização do patriarcado acaba encapsulando as diversas possibilidades de relações de gênero, de acordo com os variados contextos sócio-históricos, em uma única possibilidade: a de dominação, implicada em não resistência e em um não aspecto relacional do poder. Assim, o que se pretendia construir como uma luta contra a opressão acabou produzindo, também, uma consideração não historicista e opressora e destruidora de complexidades e diversidades.

Deixar de considerar essa complexidade das relações de gênero, indicando, *a priori*, que homens dominam as mulheres, é o mesmo que desconsiderar, também, a interação do gênero, entendido aqui como um dispositivo de poder, com outros dispositivos de poder, tais como o dispositivo raça. Além disso, é o mesmo que entender que apenas gênero é uma categoria que poderia atuar como processo de subjetivação influenciando a constituição subjetiva dos sujeitos, já que determinaria, diretamente, uma constituição subjetiva das mulheres como sujeitos dominados, que não exercem poder, e que também não resistem a ele.

Assim, em uma perspectiva pós-estruturalista, Butler (2003) defende que gênero não seja uma marca que se inscreve de maneira determinista sobre os corpos.

Tomando como base os autores pós-estruturalistas, parto do pressuposto de que várias são as categorias que influenciam nessa constituição subjetiva. Coaduno com Diniz (2012, p. 22-23), para quem, de maneira ilustrativa, ainda que aproximações possam ser feitas, “[...] uma mulher, negra, mãe, solteira, empregada doméstica, de meia-idade, pobre, adepta do candomblé e residente em uma favela carioca, terá uma vivência da dominação masculina diferente de uma mulher branca, jovem, casada, executiva, católica e de classe média alta”, ao que acrescentaria, também, características relacionadas ao dispositivo da sexualidade (como homossexual, heterossexual, transgênero etc.).

Coaduno também com o estudo de Matos (2000), que permite o entendimento de que os sujeitos são multidimensionalmente constituídos. Esse entendimento se torna possível a partir do conceito de *transperformance*, proposto e utilizado por Matos (2000), e adotado por Diniz (2012), conceito este que considera que os sujeitos são atravessados por *performances* advindas de diversas categorias e dimensões, não somente a de gênero.

Com a consideração dessa multidimensionalidade e *(trans)performatividade*, o pós-estruturalismo contribuiu para a teoria feminista no sentido de se deixar de pensar em um mundo constituído por relações entre homens e mulheres, e de pensar que o oposto da mulher é o homem e vice-versa. Como não há nem a possibilidade de se considerar as categorias homem e mulher como sendo categorias distintas, ou categorias universais, abre-se também a possibilidade de se pensar em outros tipos de mulheres (que não as mulheres brancas características do que se pode chamar de feminismo branco), e outros tipos de homens (como os não ocidentais, por exemplo). Nessa contribuição, desvincula a categoria mulher (e, o mais importante, questiona: que categoria?) de um modelo muito particularizado de mulher (CHOW, 1999/2000).

Dessa maneira, a perspectiva pós-estruturalista sobre gênero, fruto de um encontro entre os estudos americanos denominados estudos *queer* com o pós-estruturalismo francês (MISKOLCI, 2007; SOUZA, 2015), trouxe tensão para o campo do feminismo crítico anglo-americano porque passou a questionar a ideia de essencialismo presente na consideração do termo mulher, tirando todo e qualquer aspecto essencializador dessa noção (CHOW, 1999/2000).

O pós-estruturalismo trouxe um desafio radical ao dualismo ocidental, à noção de um eu fixo ou uma identidade, e à crença iluminista na possibilidade de uma epistemologia universal, neutra e sem perspectiva. Os pós-estruturalistas veem a

linguagem como uma força constitutiva que desenha partes de experiências dentro de padrões coerentes, as tornando parte da consciência humana e dando a elas significado. E a linguagem disponível para o homem e a mulher ocidentais é uma linguagem de dualismos, um conjunto de ou's, cada um sendo codificado como masculino ou feminino. Cultura/natureza, mente/corpo, forte/fraco, centro/margem – essas oposições hierárquicas vistas como naturais e inevitáveis por causa de sua associação com o gênero (HAIR, 1989, p. 908-909, tradução minha).

Quando, politicamente, se discute e problematiza as opressões de gênero, em uma sociedade marcadamente influenciada pelo exercício político de poder pelos homens que se sobrepôs, historicamente, ao exercício político (da *polis*, vida pública mesmo) das mulheres, é porque se entende que essas construções opressoras influenciam, hoje, as condições de existência das mulheres e, também, dos homens. E, por esse motivo, adotar uma postura de não universalização de uma visão patriarcal não implica uma negação das lutas ainda necessárias e urgentes no que se refere ao combate a quadros sociais como o feminicídio, a misoginia, a violência sexual, a objetificação do corpo feminino, a cultura machista impregnada nas instituições e mídiase desigualdades sociais, profissionais e salariais entre homens e mulheres.

Retomando a discussão clássica feita sobre gênero por Scott (1995), criticando visões tradicionais a respeito do termo, a autora critica também a utilização, por estudos feministas, da noção de gênero como significando apenas mulheres, o que contribuiu para uma negligência em relação aos estudos sobre homens. Assim, falar de gênero não é somente falar de mulher, mas também falar de homens. Por esse motivo, vários autores têm se posicionado acerca da importância do estudo das masculinidades também e, não só, das feminilidades (CARRIERI *et. al.*, 2013; FOTAKI, 2013; KNIGHTS e McCABE, 2001; MARTIN, 2001).

Butler (2004), no entanto, vai além. Para a autora, assumir que gênero signifique somente o dispositivo de poder que construiu a matriz do masculino e do feminino é descartar a contingência que precisa ser atribuída a um pensamento binário. A autora defende que se vá além, pois entende que

[...] manter o termo "gênero" para além da masculinidade e da feminilidade é salvaguardar uma perspectiva teórica por meio da qual se pode oferecer uma explicação de como o binarismo do masculino e do feminino vem esgotar o campo semântico de gênero. Se alguns se referem a "problemas de gênero", ou a "mistura de gênero", "transgênero" ou "cross-gênero", já sugerem que o gênero tem uma forma de se mover para além do binário naturalizado. A confusão do termo gênero com masculino/feminino, homem/mulher, macho/fêmea, então, promove a própria naturalização que a noção de gênero quer evitar (BUTLER, 2004, p. 42, tradução minha).

Nesse sentido, assumir gênero como um dispositivo que constrói apenas as identidades homem e mulher é perder de vista a própria contingência do binário que se quer rejeitar. Para a

autora, mesmo as construções de gênero que não se enquadram no pensamento binário (como transgênero, cross-gênero, e outros) advêm das instâncias mais normativas de gênero. Butler (2004, p. 42) defende que “[...] confinar a definição de gênero em sua expressão mais normativa [a de masculino e feminino] é inadvertidamente reconsolidar o poder da norma em construir a definição de gênero”. Nesse sentido, a autora toma o conceito de gênero como sendo, não só o mecanismo que produz as identidades masculinas e femininas, mas também o próprio aparato por meio do qual vários outros termos podem ser desconstruídos ou desnaturalizados.

Acionar a categoria gênero de maneira a desconstruir especificamente as identidades masculinas e femininas essencializadas é contribuir para o entendimento de que processos ideológicos e de relações entre saber e poder transformaram uma simples diferença biológica em desigualdades; sendo até o sexo alvo de construções sociais, pois, para Butler (2003), tanto sexo, quanto gênero são construções socioculturais, sendo que Foucault (1985) foi um dos primeiros autores a considerar que o sexo é também socialmente construído. Sendo assim, corpo, sexo e gênero são construções sócio-históricas e culturais inscritas em relações de saber e poder (SOUZA, 2015).

Essa consideração de que o sexo é também socialmente construído deve ser destacada porque ela marca uma das diferenciações dos estudos feministas pós-estruturalistas em relação a algumas outras perspectivas feministas que consideram que sexo é uma categoria biológica, enquanto somente o gênero é considerado uma categoria social (BEAUVOIR, 1967). Essa posição atinge o cerne da discussão sobre gênero porque o próprio termo gênero foi criado para se diferenciar do termo sexo e de sua identificada natureza biológica.

Permitindo o entendimento de que, tanto sexo, quanto gênero são socialmente construídos, a perspectiva pós-estruturalista nos permite entender que, em relações entre saber e poder, essa construção social fez com que, em termos históricos, as mulheres fossem sendo relacionadas a identidades biologicamente atreladas à natureza e ao processo da maternagem e do cuidado, o que a tornou sujeito constituído como sendo naturalmente ligado a atividades do cuidado da casa, dos filhos e do marido, ou seja, da vida privada. Por essa ligação com a natureza, construiu-se a ideia de que elas não poderiam participar dos contratos sociais (participavam do contrato do matrimônio, mas de uma maneira passiva, como se fossem objetos desse contrato) (PATEMAN, 1993).

Os homens, ao contrário, não teriam subjetivamente essa ligação com a natureza, sendo mais ligados à dimensão da cultura, sendo dotados, então, de capacidade para participação dos contratos sociais e da vida pública e política. Eles teriam a capacidade de sublimar instintos

naturais para participar desses contratos, que demandariam uma racionalidade instrumental, um cálculo objetivo entre meios e fins. Com essas ideias hegemonicamente colocadas e engendradas nas relações e instituições sociais, os homens adquiriram uma simbologia de superioridade, que se concretizava nas relações desiguais entre suas condições de existência e as condições de existência das mulheres, a quem liberdades e a condição de sujeitos de direitos foram negadas (PATEMAN, 1993). Aos corpos dessas mulheres, aqui entendidos como práticas (MATOS, 2000), o contrato social do matrimônio lhes atribuía a condição de disponibilidade sexual e doméstica, no que se refere às atividades historicamente construídas como sendo atividades femininas: o cuidado do lar, dos filhos e do marido.

A conquista de direitos foi sendo gradualmente estabelecida pelas mulheres, fruto de muitos enfrentamentos políticos, mas, ainda hoje, tanto elas, quanto os homens permanecem atrelados a construções de gênero que se efetivam em uma biologização de características que são, na realidade, sociais, históricas, culturais e multidimensionais. Atualmente, vemos mulheres cuja constituição subjetiva se dá de maneira relacionada a práticas que foram antes construídas como sendo masculinas, como as referidas, sobretudo, ao trabalho e à liberdade sexual. No entanto, a biologização, a objetificação e a demanda por uma assunção de uma identidade ainda ligada à maternagem e ao cuidado, e ainda ligada à satisfação sexual dos homens (a repetição de normas de gênero), se fazem presentes. Após anos já se inserindo no mercado de trabalho e na vida pública e política, essa inserção ainda é marcada por muitas desigualdades relativas a gênero, e ainda a precarizações, principalmente quando consideramos a já referida multidimensionalidade na constituição dos sujeitos: a precarização, por exemplo, é maior se considerarmos a inserção no mundo do trabalho por mulheres negras e mulheres pobres, além de várias outras dimensões possíveis (CARRIERI *et. al.* 2013; FERREIRA, 2009; PATEMAN, 1993).

Para ilustrar apenas alguns fenômenos sociais relacionados a essa constituição subjetiva atravessada por gênero de maneira associada a outras categorias, podemos citar: a desigualdade salarial entre homens e mulheres; a existência de ocupações ainda marcadamente femininas e ocupações marcadamente masculinas que reproduzem a atribuição de diferenças físicas e psicológicas entre homens e mulheres; a existência ainda de muitas mulheres que permanecem em condição de submissão aos homens com quem mantêm relacionamentos amorosos; a objetificação sexual massiva dos corpos femininos na mídia e na publicidade em geral; a atribuição da perda de valores familiares à saída das mulheres de casa para trabalhar; as violências sexuais e todas as outras formas de violências de gênero; os assédios sexuais nos variados espaços urbanos, profissionais e também domésticos; a misoginia e o feminicídio,

entre outros (BRITES, 2007; CAPPELLE e MELO, 2010; CORONEL, 2010; LOURO, 1997; MATTOS, 2006; MAZIERO, 2010; RAZACK, 1998; PATEMAN, 1993).

O mais preocupante é a manutenção, ainda em muitos casos, de uma naturalização desses fenômenos por uma suposta inferioridade das mulheres em relação aos homens, como resquício ainda da recorrência a discursos biológicos e invocativos da ideia de natureza para transformar a diferença sexual em diferença e desigualdade social. Esses são, então, problemas que devem ser enfrentados e problematizados pelos estudos sobre gênero.

Por fim, o que quero ressaltar neste tópico está associado ao necessário entendimento de como o trabalho atua como processo de subjetivação que afeta a constituição subjetiva das empregadas domésticas. Sendo trabalho entendido como um dispositivo de poder, gênero também o é e, também, precisa ser considerado como mecanismo atuante nessa constituição. Para fazer essa relação, deixei intencionalmente para o final dessa discussão o entendimento pós-estruturalista de que gênero é uma *performance*.

Para essa perspectiva, gênero é entendido como *performance* porque ele é algo que se faz e, não, algo que se tem ou se é. A *performatividade* permite que alguém exista como sujeito, pois repetir as normas de gênero promove sua viabilidade como sujeito, não sendo essa repetição mera escolha pessoal (BUTLER, 2004; SOUZA, 2015). Pois essa repetição se refere a dispositivos de poder que produzem jogos de verdade – relações entre saber e poder – a respeito do que é ser mulher, a respeito do que é ser homem, por exemplo. Essa *performatividade* permite que o indivíduo exista como sujeito porque ela diz respeito a poderes que relacionam alguém a uma determinada identidade. E ela atua por meio dos discursos, que são um dos focos analíticos do pós-estruturalismo, os quais levam os sujeitos a buscarem um autorreconhecimento como sujeitos nas identidades que são discursivamente construídas, e é esse reconhecimento que forma o sujeito (BUTLER, 2004; SOUZA, 2015).

É importante pontuar que *performatividade* e *performance* não são sinônimos. A *performance* é o ato limitado; enquanto a *performatividade* compreende os processos responsáveis pela reiteração constante das normas por meio das quais os sujeitos são construídos como sujeitos. Operando por meio do discurso, a *performatividade* diz respeito a uma produção discursiva. Sendo assim, não é o sujeito que *performa* as repetições, mas as *performatividades*, que são as responsáveis pela repetição das normas (BUTLER, 2004; SOUZA, 2015).

A afirmação supracitada de que a repetição das normas não é uma escolha pessoal pode levar a um entendimento equivocado de que todos os sujeitos seguiriam completamente uma dada *performatividade*. No entanto, é impossível que alguém se identifique exata e

completamente em uma identidade discursivamente construída. E é exatamente por esse motivo que as normas de gênero (e de outras categorias) precisam ser constantemente repetidas, e que a *performatividade* não leva à constituição de sujeitos idênticos (BUTLER, 2003; 2004; SOUZA, 2015).

Nesta tese, opto por adotar a já mencionada visão de *transperformances* (DINIZ; 2012; MATOS, 2000), que adiciona o prefixo trans ao termo *performance*, a qual defende que a constituição do sujeito não se dá somente por uma categoria, como a de gênero, mas diz respeito a um processo em que os sujeitos têm suas performances atravessadas por diversas categorias, partindo, então, do pressuposto de que as sujeitas empregadas domésticas se constituem como tal a partir do agir e de artes e práticas discursivas e sociais que as fazem existir como sujeitas empregadas domésticas. Esse agir pode dizer respeito a performances de gênero, de raça, de classe⁷⁰ e performances ligadas ao trabalho, que também é entendido como um dispositivo de poder. Aqui, especificamente, o trabalho doméstico e todos os sentidos a ele vinculados.

No próximo tópico, parto para as análises de como gênero, entendido dentro de uma perspectiva pós-estruturalista, é uma categoria que pode influenciar as artes das empregadas domésticas.

7.1.1 Partindo para as análises: a influência de gênero nas artes das empregadas domésticas

Como gênero, enquanto categoria historicamente relacionada ao trabalho doméstico, atua como dispositivo e processo de subjetivação que influencia a constituição subjetiva das empregadas domésticas? Essa questão visa à complementação à resposta dada à *questão orientadora 1* no capítulo 6, já que se entende que as *(trans)performances* dos sujeitos são atravessadas por diversas categorias, não somente a do trabalho doméstico, dispositivo de poder especificamente analisado no capítulo 6. Além disso, este tópico responde à *Questão Orientadora 2: quais são as influências das categorias gênero e raça nas artes das empregadas domésticas, sendo focalizadas as artes de viver e as artes de cuidar.*

As análises neste tópico serão realizadas de um modo mais pragmático e direto no sentido de objetivar *a análise das identidades de gênero que são performadas pelas empregadas, que*

⁷⁰ Desconsiderada nesta tese como uma das categorias principais a serem abordadas, por necessidade de limitação de enfoque, como já explicado, embora haja um reconhecimento de como a não abordagem dessa categoria limita a tese aqui apresentada. Um desenvolvimento dessa abordagem de maneira relacionada à tese será feito em estudos futuros.

permitted que elas existam como sujeitos. Para essas análises, deve-se ter em mente os pressupostos elencados a seguir, que foram especificamente discutidos no tópico anterior:

Ideias de outros autores abordadas no tópico 7:

- o corpo é um lugar de significados;
- o corpo é um lugar de forças sociais, políticas e econômicas que podem ser conflitantes;
- os dispositivos de poder disciplinam os corpos sendo superiores ou inferiores;
- as relações entre saber e poder disciplinam os corpos.

Ideias de outros autores abordadas no tópico 7.1:

- as constituições subjetivas são atravessadas por gênero;
- as constituições subjetivas são atravessadas por gênero de maneira conjunta a várias outras categorias/dispositivos de poder, o que faz com que os sujeitos sejam multidimensionalmente constituídos;
- *performar* identidades de gênero é permitir que se exista como sujeito;
- a formação do sujeito é possibilitada pelo processo em que ele se reconhece como sujeito em determinadas identidades;
- gênero é um dispositivo de poder que produz identidades;
- gênero é um dispositivo de poder que constrói algo além da matriz masculino e feminino, permitindo que várias outras construções sociais sejam analisadas e desconstruídas;
- deve-se considerar a contingência do binário naturalizado, indo além do mesmo;
- a *performatividade* é a repetição das normas que ligam os sujeitos a identidades;
- a *performance* é o ato limitado.

De maneira introdutória, gostaria de explorar como o gênero atua como dispositivo de poder que afeta a constituição subjetiva das empregadas, influenciando em suas *artes de viver* e de *cuidar*: em primeiro lugar, pela própria *performance* da identidade intrinsecamente feminina da empregada doméstica. Falo, nesta tese, de empregadas, no feminino, sendo as mulheres minhas sujeitas de pesquisa, já que correspondem a mais de 90% do total de trabalhadores domésticos. Apesar de várias alterações ocorridas no cenário do trabalho doméstico, essa foi uma característica mantida. Sendo maioria nessa categoria de trabalho, elas ainda veem seus salários serem menores do que o salário dos homens que trabalham nessa

atividade, além de eles executarem atividades socialmente mais reconhecidas, se comparadas às suas e terem, já alguns anos, seus direitos trabalhistas dentro do regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

A atribuição histórica do trabalho doméstico às mulheres se refere ao gênero atuando como dispositivo de poder que torna seus corpos lugares de significados atrelados ao cuidado do lar, dos filhos, do marido e de significados de práticas relacionadas à função de servidão. Nessa atribuição, incidem sobre seus corpos forças sociais, políticas e econômicas. Sendo o trabalho doméstico construído como trabalho subalterno, seu corpo é disciplinado como sendo destinado a um trabalho hierárquico e simbolicamente inferior. Mesmo na esfera de seus próprios lares, a atribuição desse trabalho à mulher se faz presente como se pode observar nas AD's 88 e 89. Então, o trabalho executado fora de suas casas é uma continuidade típica das atividades que já lhes são culturalmente atribuídas em seus próprios lares.

[Tânia, que mora com o marido e um filho de 20 anos] Foi meio corrido [o tempo em que ficou afastada do trabalho doméstico por hipertensão], na época meu marido trabalhava com bar, aí eu ajudava ele no bar, ficava um tempo com ele lá no bar, depois tinha que ir em casa, tinha que deixar comida pronta, arrumar as coisas pro bar também, porque ele não gosta de cozinhar, e depois ir pra escola [de educação para adultos] que era de noite. **Ele também tava na escola?** É, ele também terminou o primeiro [grau]. E ajudava ele em algumas coisas que não tinha paciência, não gosta de ler. **Em sua casa, quem faz as atividades domésticas?** Sou eu. Ele [o marido] só me ajuda se eu... se eu ficar doente, caso contrário, nem arrumar a cama ninguém arruma. Copo, se deixar, vai juntando lá na pia, prato, é tudo assim. E eles nem valorizam muito o trabalho da gente. Às vezes, parece que assim, você vai lá, lava um banheiro, a pessoa vem e toma um banho, aí você volta, a pia tá cheia de coisa, o chão tá molhado. Então não tá valorizando, a pessoa não pensa: "esse banheiro tava limpo quando entrei, deixa eu pelo menos, dá um sei lá, passar por cima". Mas nem por cima passa. (Tânia) (AD88)

[sobre a república de 12 estudantes em que trabalha] **Eles deixam arrumada a cama deles?** Arruma não, eu que arrumo. Só um lá que arruma a cama dele, os outros não arruma não. É aquela bagunçada, cato as roupa suja, dependendo da quantidade, ponho pra lavar, bater na máquina... **Eles que depois separam qual é a roupa de quem?** Dá uma confusão, minha fia. Tem um quarto lá que põe as roupa. Aquele bolo, aí na pressa de ir embora né, deles sair pra estudar, eles vai lá pega o pé dum, pé doutro, aí se tiver, achar um par arrumado, não importa de quem é, pega. Poe roupa passada que tem mais tempo aqui né, não, eu vou passando e deixando na cozinha, aí cada um vai pegando a sua lá, quando tá muito tempo lá, aí eu pego e ponho lá no quarto, aí da preferência pra eles pegar lá né, na cozinha, depois que eu passo. Se demorar muito, aí eu pego e ponho no quarto. Lençol, eles vai lá puxar lençol, cai tudo. **Eles arrumam?** Não, eu tenho que ficar arrumando, ajeitando. (Aparecida) (AD89)

Na AD 88, em termos de gêneros das práticas discursivas (ACD), Tânia estabelece uma (inter)ação com os outros (o marido e o filho de 20 anos) de maneira a performar uma

identidade de gênero hegemonicamente construída. A troca que estabelece com eles é de uma realização exclusiva de uma função sem que ela reivindique alguma *performance* diferente da que executa diariamente. Em outro momento da entrevista, ela me diz que, mesmo tendo feito essas observações para mim a respeito da maneira como os dois homens da casa não se importam com nada no que se refere à limpeza e arrumação (mesmo fazendo uso constante de seus objetos e espaços), não comenta com eles a respeito da situação.

Mesmo reconhecendo a situação de atribuição desigual de atividades domésticas a si, ela não questiona, de modo relacional, essa desigualdade, quando se liga à identidade de gênero feminino que reconhece como sendo sua, entendendo essa identidade da maneira como ela foi hegemonicamente concebida.

No caso de Aparecida, na AD 89, sua (inter)ação ocorre com outros sujeitos que, implicitamente, não se ligam a uma identidade atrelada à realização de atividades domésticas, ainda que essas atividades não digam respeito aos espaços comuns da casa como um todo, pois, nem mesmo com suas próprias roupas, eles se formam como sujeitos ligados a essa domesticidade. Em seus corpos, não incidem significados associados ao trabalho doméstico, o que acaba estabelecendo, com Aparecida, uma relação cotidianamente permeada por um conflito silencioso.

De um lado, ela não questiona que eles não façam pelo menos uma parte desse trabalho – o de guardar suas próprias roupas – e eles também não lhe pedem que ela o faça. No entanto, pelos percursos semânticos estruturados ao longo das várias enunciações de Aparecida, podemos pressupor que, se ela o fizesse, a relação estabelecida continuaria sendo tácita. Um exemplo disso foi quando, na AD 12, ela relatou ter limpadado a sujeira deixada por eles após uma festa, sem que essas limpezas específicas tenham sido previamente acordadas com ela, e nenhum deles comenta nada ao acordarem e verem que a casa já havia sido limpa e arrumada. Apenas após alguns dias, um dos moradores da república a interpelou dizendo que ela não precisaria ter limpadado.

O conflito permanece silenciado, mesmo em relação ao fato de ela não ter mais alimentação na casa além de arroz e feijão (AD 3), porque Aparecida tem seu corpo disciplinado para a atividade que exerce (foi ela quem ficou sem graça de frequentar o banheiro social de meu apartamento) e sua constituição subjetiva é atravessada por gênero de tal maneira que a faz *performar* uma identidade hegemonicamente atrelada ao gênero feminino nos vários espaços que frequenta: a casa em que mora com o marido, a casa em que moram suas duas filhas e a república em que trabalha. Nesses três espaços, ela cotidianamente *performa* identidades de gênero que permitem que ela exista como sujeito.

Recorrendo ao conceito de *transperformances*, fica difícil analisar a relação que ela estabelece com essas atividades apenas pensando no gênero como dispositivo de poder. Para acionar o atravessamento de sua constituição subjetiva por meio de vários dispositivos, preciso recorrer, também, a outros momentos de sua entrevista. No que se refere ao espaço da casa em que mora com o marido (aquele marido com quem não tem relações há cerca de 15 anos e que provocou a saída de seus três filhos de casa, e para cuja *cara* Aparecida diz que não consegue mais olhar), não é só o gênero que lhe faz *performar* essa identidade de modo relacionado às atividades domésticas: a religião aparece aí como outro dispositivo de poder presente. Disciplinada para o matrimônio, Aparecida diz não conseguir se desvincular do caráter pactual da instituição religiosa do matrimônio. Essa mesma ligação com a religião a faz aceitar o sofrimento de maneira mais submissa:

“a gente aprende que cada um tem a sua cruz [metáfora empregada para sofrimento, privação] pra carregar, né, a gente tem que aceitá ela e continuá vivo.” (Aparecida) (AD90)

Já em relação à casa onde residem apenas suas duas filhas, uma com 33 anos e outra com 15 anos, Aparecida *performa* uma identidade de gênero que recorre a um binarismo contingente (BUTLER, 2004), pois ele extrapola a relação binária estabelecida entre homens e mulheres: não é para outros homens que ela cozinha e faz limpeza, é para outras mulheres. Sendo essas mulheres suas filhas, outras relações aqui são invocadas. Mesmo sendo mulheres, elas não *performam* uma identidade hegemônica de gênero se ligando às atividades domésticas, deixando que a mãe o faça.

Essa ligação histórica das mulheres às atividades domésticas e às atividades do cuidado ocorre em meio a um processo pelo qual gênero promove uma estilização repetida dos corpos. Essa estilização de atos que se repetem fornece à prática de gênero uma aparência de substância, como se essas mulheres estivessem praticando aquilo para o qual naturalmente estivessem aptas a fazer. É como se seu corpo, entendido como prática (MATOS, 2000), se ligasse àquelas atividades por meio de orientações de sua natureza biológica (BUTLER, 2003 e SOUZA, 2015). Souza (2015) acrescenta que

[...] gênero é uma performance contingenciada e não um atributo intrínseco que pertence ao indivíduo ou a determinados tipos de corpos, ou seja, gênero é uma performance limitada por normas e discursos que produzem identidades pelas quais o sujeito de forma involuntária é compelido e forçado a se identificar (SOUZA, 2015, s./p.).

Após essa primeira discussão sobre a *performatividade* [repetição das normas]de gênero (BUTLER, 2004) que relaciona as mulheres, e as empregadas domésticas, à *performance* [ato limitado]da atividade doméstica, é que iniciarei a análise mais pragmática, mais direta e menos detalhista das amostras discursivas, objetivando analisar *exclusivamente* as identidades de gênero que são performadas pelas empregadas e que permitem que elas existam como sujeitos. Para isso, recorrerei à Figura 12 para relacionar diretamente as amostras discursivas às performances de identidades de gênero nelas refletidas. Essas *performances* são nomeadas na **Figura de dimensões do fazer gênero**, porque é importante frisar que se fala em gênero como *performance* e em identidades *performadas* porque gênero é algo que se faz, e não algo que se tem ou se é (BUTLER, 2003; SOUZA, 2015).

Quadro 6 - Dimensões do fazer gênero nas amostras discursivas

Amostras Discursivas	Dimensões do fazer gênero (BUTLER, 2003)
<p>E... além de desmaiar, ainda tinha as mancha no meu corpo que era terrível. Naquela época era um trauma, muito nova né, muito morena, cabelo muito grande, muito bonita, mas cheia de mancha. Os homem chegava e falava coisas que não devia comigo... eles falava assim... ‘Nó, a noitada foi ótima com você’, sabe, e falava palavrão comigo. E muito nova, né, não tinha muita... maldade também. (Eva) (AD91) [Prática discursiva de transformação de seu corpo em objeto sexual, quando ainda tinha cerca de 14 anos]</p> <p>Tem novela que a empregada é vista assim, principalmente pelo patrão, ela é o objeto ali, você vê que tem empregada aí que tem caso com patrão. Muita gente vê empregada dessa forma... ainda mais se ela for nova, tiver boa aparência. Você já teve alguma experiência relacionada a isso? Não, não, todo lugar que eu trabalhei, a gente procura se dar ao respeito pra ter respeito. Tanto que nessa casa que trabalhei lá em São Paulo, às vezes, eu ficava sozinha em época de férias das crianças da escola... a patroa viajava com a crianças e passava 15 dias fora, eu ficava só eu com meu patrão lá na casa porque ele tinha que trabalhar, e eu ficava, fazia comida, essas coisas, ele nunca me desrespeitou. (Tânia) (AD92) (Aqui, ela trabalha implicitamente com o sentido da ameaça representada pela empregada doméstica à integridade moral das famílias. Ela percebe esses sentidos e efetua a experiência de si lidando com esse jogo de verdade, criticando-o e se defendendo do mesmo. Recusa-o para si em seu reconhecimento como empregada doméstica).</p>	<p>Performando a identidade da mulher como objeto (relacionando-se ao jogo de verdade da identidade social da empregada associada à servidão sexual)</p>
<p>Eu acho errado tratar a doméstica diferente, porque trabalhar é tudo igual, tem que ter o</p>	<p>Agindo em um</p>

<p>valor da mesma forma, que nem, por exemplo, tem certa profissão que a mulher e o homem exerce, e a mulher ganha menos porque é uma mulher. Sendo que tem mulher que é muito melhor do que homem no que faz, então eu acho muito errado isso. O caseiro de uma casa onde eu trabalhei ganhava bem mais que eu... agora eu te pergunto... qual é a diferença? Só porque ele trabalha lá fora e a gente trabalha dentro da casa? (Tânia) (AD93) (Reconhece seu agir circunstanciado em uma desigualdade construída com base em uma noção estruturalista de diferença sexual)</p>	<p>contexto de desigualdade salarial entre homens e mulheres</p>
<p>Eu arrumei serviço numa fábrica de carimbo, fazia de tudo. Aí arrumei o pai dos meninos e ele pegava muito no meu pé, controlava muito meu horário, tinha muito ciúme, aí me mandaram embora, tinha ciúme, ia lá me buscar, me xingava se eu passava do horário, achava que eu tava fazendo coisas erradas. Ele era muito ciumento, parou a minha vida, não me deixava trabalhar, não me deixava estudar, então parou todos os meus projetos. (Arlete) (AD94) (Constrangimento moral e restrição de liberdade de escolha do seu próprio destino sofridos por conta do sentimento de posse colocado em prática pelo marido)⁷¹</p> <p>[falando sobre o marido que provocou a saída de seus três filhos de casa] Nossa Senhora! Na hora que eu penso nisso, desmanchou minha família, me separou dos meus filho... Cê chegou a terminar com ele alguma vez, cê voltou? Terminar o quê? O casamento? Eu saí de casa quatro vezes né? Mas eu voltei pra casa por quê? Porque andava atrás de mim me ameaçando. É? Uai é uai. Pra ter sossego eu voltei e falei não quero nada com cê meu fio. Nada mais. Ele te ameaçava em que? Morrer, matar uai. Que ia te matar? Aham. Até os filho ameaçou, uai. Quando a gente tava a primeira vez lá em casa lá em cima, até os filho ameaçou matar, os filho uai. Tava meus irmão, todo mundo lá em casa. Então assim, o único motivo pra você continuar com ele foi essa coisa, dele ameaçar? É isso. Aham. Porque eu sei que vai arrumar aquela coisera, entendeu? Aí eu tô na mesma casa com ele, mas não tenho mais nada com ele, entendeu? (Aparecida) (AD95) (Sofrendo ameaça contra sua vida e a de seus filhos por uma não aceitação da separação, por parte do marido)</p>	<p>Sofrendo violências associadas a sentimento de posse dos parceiros</p>
<p>Na mesma pensão que eu fiquei... porque eu desmaiava... eu fui estropada. [pausa] Nossa! Em um desses desmaios? Quando eu desmaiava num tinha ninguém pra cuidá. Aí que eu... fui abusada e... e tal e nesse abuso eu tive... eu fiquei grávida. Foram muitas vezes? A senhora sabe? Não, não foi muitas vezes, porque assim que eu... que eu notei que... eu vi que eu tava toda machucada, eu fui no médico. Eu acordei, vi que eu não tava bem, eu... toda suja, esquisita... fui no médico. Aí o médico falô: “não, cê foi... violentada e eu num... [pausa]” E já tava morando lá na pensão do senhor, né. Depois eu descobri, em um</p>	<p>Sofrendo Violência Sexual</p>

⁷¹ Como vimos no tópico 7.1, aos corpos dessas mulheres, aqui entendidos como práticas (MATOS, 2000), o contrato social do matrimônio (no contexto específico das mulheres entrevistadas, podendo ser entendidos como um contrato social não necessariamente vinculado a um contrato civil ou religioso) lhes atribuía a condição de disponibilidade sexual e doméstica, no que se refere às atividades historicamente construídas como sendo atividades femininas: o cuidado do lar, dos filhos e do marido.

<p>exame de DNA, quando a gente teve que ir pra polícia porque eu decidi que num ia ficá mais na pensão e... e saí sem falá nada com ele. Aí ele me denunciou pra polícia.... falou que eu tinha roubado as coisa lá na pensão. Aí nisso... [o homem com quem foi morar nesse momento, com quem se casou e teve duas filhas – o mesmo que abusou de sua filha, fruto desse primeiro abuso sofrido por ela] arrumou advogado... aí entrou Vara de Família também, que foi fazê o DNA da menina. E era ele... o dono da pensão quem tinha me estuprado.... que é o pai da minha menina. E ele chegou a ser condenado pelo estupro, por alguma coisa? Nada. Não aconteceu nada? Nada. Ele naquela época ele... tinha dinheiro também, né. Eu num tive essa maldade... num... essa lei agora, que tem agora, num tinha. Antes num tinha. Num era assim não. A gente sofria e ficava por isso mesmo. (Eva) (AD96)</p> <p>Eu falei que eu não queria ficá ali porque lá tinha várias... Não era só eu que ficava ali... Uhum. E ele aproveitava, não. Tinha mais 4. E as outras cada uma tinha... uma tinha dois filho com ele, outra tinha dois, sabe? Aí ele ia montando aquelas casinha pras meninas... tudo nova, aquelas menina bonita. Falei “não, pra mim num serve”. Fui embora. Uhum. Essas outras meninas também vieram do interior? Era. Era. Elas também sofreram. (Eva) (AD97)</p> <p>Eu já até fui à igreja pra poder saber por quê que teve que acontecer comigo [o abuso sexual que ela e a filha sofreram] Hoje eu num sigo religião não. Eu custumo falá que eu sigo a religião de Deus. Eu creio muito n'Ele, só Ele é o único sabe? Uhum. Salvador da nossa... é ele que pode tudo, e ele pode tudo mesmo. Então é... eu confio muito em Deus num... num ligo pra religião, coisa não. Mais... eu fui na igreja pra sabê porque... que luta. Por quê? O que... antes dele fazer isso com minha filha eu tava toda feliz. (Eva) (AD98)</p> <p>(Nessas três AD's, muito complexas em termos de conteúdos e de contextos passíveis de interpretação, Eva faz o gênero por meio da vivência de seu corpo ainda virgem como objeto de violência, o que ocorre em um contexto de produção de discursos caracterizado por fragilidade, precariedade e vulnerabilidade, sendo esses três elementos frutos do atravessamento de sua constituição subjetiva por meio de dispositivos como o gênero; o trabalho (subalterno) e a desestruturação familiar e econômica)</p>	
<p>Ah, minha filha nasceu. Passou... ela tava com seis pra sete meses, eu... eu fui embora. Eu arrumei um.... tinha um sinhô, né, que é o pai das minhas filha. Ele falô, não eu vô... cê vem embora. Cê pode vim embora pra cá. Eu vô cuidá da sua filha. Eu vô cuidá de você e da sua filha. Então tá, eu vô embora. [pausa] E assim fui. (Eva) (AD99)</p>	<p>Agindo como mulher submissa de modo associado ao direito adquirido, pelo</p>

<p>Nova violência, agora com a filha</p> <p>Eu tava toda feliz que eu tinha um comércio com ele [o marido] né... Vendia muito e pensava ‘agora eu vô formá minhas filha, que era meu sonho. Se eu num estudei, eu quero que minhas filhas estudem. Era assim um depósito de material de construção que a gente montou junto. Eu tava superfeliz. Aí a [nome da primeira filha] sempre chorava, de vez em quando eu encontrava com ela escondida chorano, às vezes manchada, e não sabia porque... Pelejava com ela ”vamo trabalhá comigo no depósito, que tem sirviço pra gente, cê vai aprendê muita coisa”. Ela, arredia. Ela num... olhava pra mim, dava um jeitinho e saía de perto. Um dia ela falô ”mãe, eu quero trabalhá fora, eu num quero ficá aqui não”. Eu falei ”tá bom”. [...] Nesse intervalo ela arrumou outro serviço e tava vendendo bombom na rua. Eu falei ”gente, ela tá ficando doida, não quer trabalhá comigo”. Eu não entendia. Fui atrás dela pra ver se ela tava vendendo bombom mesmo, e ela tava. Ela não contava por que tava fazeno isso. Aí esse senhor Oliveira, que é o pai das minhas duas outras filhas... brigô com o motorista. Tinha um motorista que deixava areia pra gente, entregava material. Brigô com o motorista, aí ele pegô e falô, o motorista falô com ele ”ô velho, eu sou igual você não, velho safado, eu sou igual você não, cê... que Eva tá trabalhano, e você tá abusano da filha dela”. Aí deu... polícia... aí foi todo mundo pra delegacia e foi aquela confusão. Falei assim ”ai meu Deus, aqui num fico mais. Nós vamo vendê esse depósito e qualquer coisa serve pra mim, aqui eu não vô ficá mais”. Aí ela confirmo, fez exame. Confirmô tudo, tudo, tudo. Deu tudo certinho. Falô que ele tinha realmente... tinha abusado dela. (Eva) (AD100)</p> <p>(Em meio a uma sucessão de situações de vulnerabilidade (de si diante do homem que a acolheu quando não tinha para onde ir com a bebê que teve por meio do abuso sofrido – homem esse chamado por ela de <i>sinhô</i> ou de <i>Seu</i> (sobrenome) ao longo da entrevista, o que remete implicitamente a um modo de tratamento não muito informal), assim como ela, sua filha também sofre abusos, o que se relaciona a um contexto em que, no que se refere à misoginia, os homens podem se sentir em um <i>direito adquirido</i> de violentar, constranger e abusar, em um sentimento de posse do corpo alheio (que é, no caso, um corpo identificado como feminino, corpo construído como subalterno). Essa objetivação de seu corpo ocorre em meio a uma construção do gênero como um dispositivo tão efetivo de poder, que Eva tenta recorrer ao discurso religioso para receber explicações do porquê sua vida foi marcada por dois episódios de violência de gênero).</p>	<p>homem, de abusar⁷²</p>
<p>Quando eu descobri que ele abusava da minha filha, acabei descobrindo também que ele batia em uma de nossas filhas porque ela gostava de jogá bola, num aceitava, queria corrigi né. Diz que menina não podia ficá jogano bola. Não podia fazê isso, não podia que</p>	<p>Sofrendo com o pensamento binário associado</p>

⁷² Como vimos no Tópico 7.1, com a disseminação de uma visão binária de gênero, atrelada ainda um binarismo que organiza relações de superioridade e de inferioridade entre dois polos, não se atendo à tarefa de apenas distingui-los, os homens acabaram adquirindo uma simbologia de superioridade, concretizada na prática e promoção de relações desiguais entre suas condições de existência e as condições de existência das mulheres, privando as mesmas de liberdades e de condição de sujeitos de direitos (PATEMAN, 1993).

<p>era feio. Eu não via nada demais. Mas aí ele acabou expulsando ela de casa também. Minha vida virô um inferno. (Eva) (AD101) (Sua filha não performava uma identidade normalizada de gênero, em meio a uma relação binária socialmente estabelecida entre o que é prática masculina e o que é prática feminina).</p>	<p>à violência de gênero</p>
<p>(Uma não paternagem que demanda artes de viver para sobreviver) Minha fia, ele [o marido] não dava muita atenção pros filho não sabe, só quando eles era pequenininho, depois foi crescendo foi deixando pra lá. Então quase não parava em casa. Quando eu tive meu segundo filho, que eu fiquei um tempo sem trabalhá, ele sustentava a casa. Mas depois que eu voltei a trabalhar na mesma casa em que trabalhava, pronto, aí acabou... Eu pedia dinheiro pra ele, aí ele enrolava, falava que ia dá, mas não dava. Minha irmã [que também era doméstica] que ajudava, ih, minha fia, ela ajudava... passei muito aperto. Às vezes chegava o tempo de não ter nada em casa, minha irmã vinha, me ajudava. (Aparecida) (AD102)</p> <p>(Uma não paternagem que implica em situação vulnerável e em uma arte de cuidar e de maternar sozinha). Eu conheci o pai da minha filha e aí envolvi com ele e fiquei grávida, e aí foi uma confusão. E você tinha quantos anos? Nessa época eu tinha 16 anos. Aí ele queria que eu abortasse a menina, e eu me vi completamente desprotegida, porque eu tava em Belém e não conhecia ninguém. (Arlete) (AD103)</p> <p>(Uma não paternagem que implica no registro do filho com o nome de seu próprio pai adotivo). Com catorze anos eu engravidei do meu filho, tava estudano ainda. Aí engravidei, aí o pai dele na época não quis assumi, a mãe dele achô que não era filho dele, que era filho de soldado. Mais depois quando nasceu, achô que era a cara dele e tal. Mas mesmo assim ele não assumiu. Ele não teve contato com o pai... ele foi registrado no nome do meu pai. (Débora) (AD104)</p> <p>(Uma não paternagem que implica em uma arte de cuidar constante no trabalho doméstico. Além do pai não cuidar da filha durante a semana, nem mesmo quando chega do trabalho, nos finais de semana, ele só ficava sozinho com a filha na parte da manhã dos sábados, e antes de dormir aos domingos, transferindo o cuidado dela, quando Débora não estava presente, para sua mãe – avó da menina). No final de semana, ele ia almoçar com ela na casa da mãe dele, aí ele deixava ela passano o fim de semana lá. Aí ele voltava pro apartamento dele. Aí quando era só no domingo à noite, ele buscava ela pra ir dormir. (Débora) (AD105)</p>	<p>Artes de viver e de cuidar influenciadas pela não paternagem</p>
<p>(Nesses enunciados de Débora, ainda que ela não saiba quem a deixou bebê em um córrego, ela atribui de maneira explícita essa prática à sua mãe biológica. O pai é silenciado, ainda que ela não saiba quem a deixou, e nem se a mãe e/ou o pai participaram do abandono. Na ausência de circunstâncias conhecidas, tanto sua mãe adotiva, quanto ela, atribuem a prática do abandono à mãe).</p>	<p>Ser responsabilizada / culpabilizada, pelo não cuidado de uma filha</p>

<p>A minha <u>mãe biológica</u> me dexô dentro de um cesto num córrego. Aí minha mãe foi a primeira lavadeira a chegá lá seis horas da manhã pra lavá roupa e me encontrô lá. Aí ela me pego lá. (Débora) (AD106)</p> <p>Em outro momento, ela volta a colocar a mãe em primeiro lugar. Aí eles me registraram e me criaram. Ficô... até hoje <u>a minha mãe biológica</u> não apareceu. (Débora) (AD107)</p> <p>Novamente: Ela [a mãe adotiva] me conto que <u>a minha mãe</u> não pôde me criá. E me dexô ali, né. Ela me contou pra eu num... né... num ficar triste, mas depois eu fiquei sabeno que foi do jeito que a menina falô mesmo, aí ela falô que eu fui... tava dentro de um cesto. [...] Na hora eu fiquei triste, né? Porque eu pensei assim né, que <u>eu tinha uma mãe e aquela minha mãe num me queria</u>. Mas depois eu fui teno carinho da minha mãe... do meu pai, da minha família toda, eu aceitei. Hoje, <u>se a minha mãe</u> aparecê perto de mim eu nem sei se eu quero sabê dela, não sei. (Débora) (AD108)</p>	
<p>Eu morava com <u>elas</u> [patroas – ainda que elas fossem casadas com homens]. Eu morava direto com <u>elas</u>. (Salette) (AD109)</p> <p>[...] tinha a janela da lavanderia né, e... mas <u>ela [também casada com um homem]</u> sempre gostava que fechava a janela à noite (Débora) (AD110)</p> <p>e eu fui com 10 anos para a casa de <u>uma senhora [que também era casada com um homem]</u> e eu ia ajuda-la e eu fui pra casa dela, trabalhei, fiquei lá, morava com ela... (Arlete) (AD111)</p> <p><u>Minha patroa</u> falava... se alguma colega sua quiser dormir aqui pode dormir. Tinha assim, <u>ela</u> falava ‘seu quarto, seu banheiro, faz parte da casa’. (Tânia) (AD112)</p> <p>Eu ficava mais com a menina que era menorzinha, aí a hora que <u>ela</u> saía sabe... que <u>a mãe</u> dela saía.... <u>a patroa</u> saía... eu ficava tomando conta dela, da menina. (Aparecida) (AD113)</p> <p>Foi uma luta pra eu conseguir sair dessa casa que eu não gostei, que eu não tava gostando. Por que <u>a dona</u> adorou meu serviço. Porque diz <u>ela</u> que as faxineiras que ela arrumava, gostavam tudo de ir embora mais cedo. (Arlete) (AD114)</p>	<p>Relacionar-se, no trabalho doméstico, somente ou quase sempre com outras mulheres, ainda que haja homens na família empregadora</p>

Fonte - Elaborado pela autora da tese..

Complementando a questão orientadora 1, o gênero, entendido como dispositivo de poder, se liga à trajetória de mulheres que se inseriram no trabalho doméstico atuando como processo de subjetivação que influencia suas constituições subjetivas por meio da prática cotidiana de fazer gênero de modo diretamente relacionado ao atravessamento dessa categoria em suas *performances*. Essas *performances* se ligam a identidades de gênero caracterizadas por construções sociais, jogos de verdade – relações entre saber e poder – que disciplinam seus

corpos para a prática cotidiana de atividades historicamente associadas às mulheres como as atividades domésticas, o cuidado dos seus próprios filhos, o cuidado dos filhos dos patrões. Além disso, suas constituições subjetivas são atravessadas por gênero por meio de experiências de sofrimento historicamente vivenciadas por mulheres, em uma sociedade que a pensou de modo binário – e inferior – ao homem. Assumindo funções sociais de objetos, elas passam por experiências como violência sexual, violência simbólica associada a constrangimentos e ameaça à vida e assédios. Em alguns casos, suas práticas de liberdade são restringidas por meio das normas de gênero repetidas nas práticas de seus companheiros, como é o caso da experiência vivida por Arlete com seu ex-marido.

Em suas experiências como mães, suas constituições subjetivas também são atravessados pelo gênero pela necessidade de empreender *artes de viver* e de *cuidar* para uma sobrevivência muito relacionada à ausência da paternagem. Mais uma vez, o pensamento binário, que opõe maternagem à paternagem valorizando a maternagem em relação à paternagem. Em suas experiências como domésticas, representam a manutenção das *artes de cuidar dos outros* que também tendem a manter atreladas a essa mesma maternagem, ainda que praticada com outra criança que não é seu/sua filho/a.

As relações estabelecidas com práticas/discursos/saberes/poderes/identidades ocorrem também de maneiras diversas e também rompem com o binarismo ao trazer para ele uma contingência (BUTLER, 2004). Outros sujeitos se inserem nas relações sociais constituídas que extrapolam a simples dimensão de patrão *versus* empregado. Além disso, mesmo partindo de uma análise restrita a respeito da categoria gênero como dispositivo de poder, a consideração do conceito de *transperformances* (DINIZ, 2012; MATOS, 2000) permite que outros dispositivos de poder emergem nas análises como a religião, a economia (no que se refere à vulnerabilidade e fragilidade econômicas), a família. Quando esses outros dispositivos emergem, atendemos à defesa de Butler (2004) a respeito da ideia de que gênero deva ser entendido como um dispositivo que permite a análise e a desconstrução de várias outras construções sociais para além da matriz masculino e feminino.

Sendo assim, respondendo à *questão orientadora 2*, gênero influencia em suas *artes de vida*, enquanto maneiras pelas quais elas estabelecem uma relação consigo, se ligando a identidades com as quais se identificam ou se desidentificam, tornando-se sujeitas de determinada identidade social de gênero, a qual nunca representa suas substâncias; principalmente porque há outros dispositivos de poder circulando e em funcionamento, conjuntamente com o de gênero, constituindo-as sujeitas de diversas identidades possíveis. Gênero influencia, também, as *artes de cuidar* dessas mulheres, por meio de um fazer gênero

extremamente direcionado para a tarefa do cuidado, sobretudo para o cuidado ligado à prática da maternagem e a vários outras *artes de cuidar dos outros*.

No próximo tópico, discuto a categoria raça em uma perspectiva pós-estruturalista para, posteriormente, pensar essa categoria de modo atrelado ao trabalho doméstico, completando, então, as respostas às *questões orientadoras 1 e 2*.

7.2 Agora é hora de desconstruir: a categoria raça e o pós-estruturalismo

“O comportamento e a diferença racializados devem ser entendidos como fato discursivo e não necessariamente genético ou biológico” (HALL, 2013, s./p.). A discussão racial foi especificamente focalizada nesta tese, até então, no tópico 3.3, no qual discuti alguns aspectos das relações raciais no Brasil. Por que falar especificamente sobre as relações raciais no Brasil? Por que, apresento, em primeiro lugar, uma breve trajetória a respeito da maneira como essas relações foram configuradas no País? Porque coaduno com o posicionamento de Hall (2003), para quem a história racial específica de cada contexto sócio-histórico precisa ser estudada para que, então, as relações raciais naquele determinado contexto, como determinado país, sejam compreendidas. Tendo uma significativa trajetória dentro do campo dos estudos culturais, o autor argumenta que um dos aprendizados adquiridos nesse campo foi a respeito da

[...] importância da especificidade histórica, da especificidade de cada configuração e modelo cultural. Sem dúvida deve haver, e eu penso que há, mecanismos gerais comuns no mundo inteiro que se associam às práticas do racismo. Mas, em cada sociedade, o racismo tem uma história específica que se apresenta de formas específicas, particulares e únicas, e essas especificidades influenciam sua dinâmica e têm efeitos reais, que diferem entre uma sociedade e outra (HALL, 2003, p. 4).

Entretanto, a hora agora é a de desconstruir, indo além de uma mera discussão histórica a respeito das relações raciais em nosso País. Pois, nesta tese, é imprescindível que haja uma discussão teórico-política a respeito de raça dentro de uma perspectiva pós-estruturalista. A ideia aqui é não descansar com conceitos tomados como verdades absolutas ou, ao menos, descansar por um curto período de tempo considerando verdades parciais e temporárias, como quando vou propor um questionamento, no tópico 7.2.4, a respeito do que é ser negro hoje na sociedade brasileira. Essa ideia de descansar com conceitos construídos vem de uma estabilidade previsível quando se adota como perspectiva o estruturalismo, que busca a formação de conceitos universais e absolutos. Hall (1997, p. 43) faz uma ótima ilustração dessa ideia: “[...] de maneira crescente, acho que uma das principais funções dos conceitos é

nos permitir descansar à noite. Porque o que eles nos dizem é que existe um terreno estável, que muda só muito lentamente, dentro das frenéticas reviravoltas, descontinuidades e rupturas da história”.

Se o objetivo é, então, não propor um descanso certo com o conceito de raça, *como seria então pensar essa categoria em uma perspectiva pós-estruturalista?* Esse foi um dos maiores desafios para a construção desta tese e acredito que também nele possa residir uma contribuição teórica da mesma. Para iniciar esse desafio, realizei pesquisa bibliográfica a respeito de raça e pós-estruturalismo. No entanto, esse caminho não foi muito fácil, já que encontrei poucos estudos a respeito dessa conjunção teórico-político-epistemológica. O esforço empreendido nesta tese para falar a respeito dessa temática é uma tentativa de navegar por um caminho ainda pouco explorado e, por isso, de difícil execução, pois não temos muitas bases das quais partirmos. E é por esse motivo que dedico mais páginas a essa discussão, se formos comparar com o número de páginas dedicadas à discussão sobre gênero, já que são várias as contribuições já realizadas por outros estudos para a discussão dessa categoria de maneira contextualizada no pós-estruturalismo (BUTLER, 1998; 2003; MARIANO, 2005; SCOTT, 1999; SOUZA e CARRIERI, 2013; SOUZA, 2015).

Para não limitar minhas possibilidades de encontro de associações já realizadas a respeito dessa conjunção de ideias, ampliei bastante os critérios de busca, não me limitando a buscas por palavras contidas em títulos, resumos e palavras-chave de texto. Minha ideia, diante da dificuldade, foi buscar encontrar ambas as ideias em quaisquer partes de um texto, o que demandou um trabalho significativo de busca e de leitura de textos que, muitas vezes, acabavam não trazendo qualquer associação com essa conjunção.

Só para ilustrar brevemente, busquei as seguintes conjunções de palavras em textos disponibilizados em bases de dados nacionais e internacionais: raça e pós-estruturalismo, cor e pós-estruturalismo, etnia e pós-estruturalismo, negros e pós-estruturalismo, negritude e pós-estruturalismo, brancos e pós-estruturalismo, branquitude e pós-estruturalismo e as versões dessas palavras em inglês, espanhol e francês.

Antes de iniciar uma discussão a respeito de como se propõe pensar raça dentro do pós-estruturalismo, discutirei brevemente o próprio conceito de raça.

7.2.1 Raça: uma categoria sócio-histórica que constrói/embasa relações de poder

Raça foi uma categoria (portanto, *caixinha* por meio da qual se classificam sujeitos) histórica e ideologicamente construída como uma categoria biológica (HALL, 1999). Em um

sentido biológico, raça humana dizia respeito à origem comum e ao parentesco sanguíneo que possibilitava a ideia de uma descendência grupal. Seria a “[...] hereditariedade das características fisiológicas, psicológicas e sociais” (CONCEIÇÃO, 2009, p. 3) compartilhadas por determinado grupo do ponto de vista genético. Designava, portanto, “[...] o conjunto de indivíduos consanguíneos que guardam parentesco biológico entre si, a reserva de milhares de genes transmitida hereditariamente – o indivíduo que tiver acesso àquela reserva pertence[ria] a uma raça” (SANTOS, 1999, p. 110).

Um exemplo de pesquisa que caminhava em direção a um racismo científico, dentre outras pesquisas realizadas na mesma vertente, eram aquelas que comparavam o tamanho dos crânios dos homens brancos – europeus – com o tamanho dos crânios dos homens negros – africanos. O fato de o peso médio do crânio dos negros ser menor do que o peso médio dos crânios dos brancos seria cientificamente um sinal da inferioridade da raça negra em relação à raça branca (FREYRE, 2003).

No entanto, essa noção de raça no sentido biológico e genético foi destituída de conteúdo e de valor científico, o que ocorreu no século XX, pois foi provado que os seres humanos têm uma origem comum, não havendo diferentes raças humanas (CONCEIÇÃO, 2009; D’ADESKY, 2001). Como afirma Santos (1999, p. 110), “[...] todos os homens que habitam o planeta hoje descendem de ancestrais comuns, sendo, portanto, parentes biológicos, só existe uma raça: a raça humana”, pois todos têm acesso a uma reserva comum de genes. Entretanto, o que explicaria então algumas diferenças morfológicas observadas entre povos de diferentes regiões – entre, propriamente, o que socialmente se convencionou chamar de brancos, negros e amarelos? Santos (1999) nos dá a resposta a essa questão afirmando o seguinte.

O modo de viver é que dá o ritmo da evolução biológica e a sua orientação. Já se sabia que o conceito de raça fora produzido historicamente; agora se vê que mesmo nos estreitos limites da zoologia ou da antropologia física, em que meramente fazia sentido, é preciso inverter os termos: a cultura é que produz a raça”. [...] A raça humana se reparte, no entanto, em grandes grupos. Ninguém confunde um negro com um branco ou um *amarelo* (a antropologia física os designa, respectivamente, como *negróide*, *caucasóide* e *mongolóide*): eles são visivelmente diferentes um do outro. O conjunto de características que os tornam diferentes é bastante amplo, mas nossa tendência é fixar a atenção nos traços visíveis — a cor da pele, o formato da cabeça, a textura do cabelo. Mesmo supondo que essas variações concordem entre si — o que não é certo — nada prova que concordem com outras variações não perceptíveis aos sentidos (SANTOS, 1999, p. 111, grifos do autor).

O autor argumenta ainda que as diferenciações que são facilmente perceptíveis, em alguns casos (o que não é sempre o caso de contextos marcados por uma significativa miscigenação, como ocorre no Brasil), são originadas por aspectos geográficos.

O que se vê assim é que, quanto à espécie humana, a noção de raça é cientificamente nula — sua função é política e ideológica. Mesmo, contudo, ao nível do senso comum ela não se sustenta. Se conseguíssemos estabelecer um tipo médio perfeito de cada um dos conjuntos que vulgarmente se chamam *raças*, *veríamos que as diferenças entre eles são bem pequenas.* [...] Das diferenças físicas entre as *raças*, *a mais visível — prestando-se por isso a equívocos e manipulações — é a cor da pele.* [...] Todas as características invocadas sucessivamente para definir as diferenças raciais — cor da pele, formato do crânio, grupo sanguíneo, proteína do soro sanguíneo, etc. — têm se mostrado ligados a fenômenos de adaptação. [...] A cor escura, por exemplo, não é privativa dos *negro-africanos*, *marca também os hindus e diversos povos ameríndios* (SANTOS, 1999, p. 112, grifos do autor).

Mesmo com a desconstrução da noção de raça no sentido biológico, essa foi uma categoria discursiva historicamente utilizada para justificar relações de poder, sobretudo no período colonial, em que se justificava a escravização de alguns povos com base no argumento de que eles seriam racialmente inferiores em relação aos outros.

A escravidão é um elemento muito importante para se considerar nessa discussão, pois esteve presente dentro de um contexto de construções sociais que, desde o século XIX, defendiam a existência de “[...] correlações rígidas entre patrimônio genético, aptidões intelectuais e inclinações morais” (CONCEIÇÃO, 2009, p. 4). E é justamente dentro desse contexto que os negros africanos assumiram o lugar daqueles que seriam racialmente inferiores.

Sendo assim, raça, uma categoria que foi construída como biológica, foi revelada como uma categoria discursiva (HALL, 1999) responsável pela disseminação de ideias de superioridade e de inferioridades de grupos sociais em virtude de diferenças biológicas (ROSA, 2012). Um aspecto importante é que, mesmo com a desconstrução da ideia de raça enquanto categorização biológica, ainda hoje observamos resquícios de práticas e pensamentos que classificam os sujeitos de acordo com características como cor da pele e traços fenotípicos.

Essas classificações giram em torno de relações estabelecidas entre características genéticas de uma suposta raça e comportamentos sociais e culturais, características psicológicas, níveis de inteligência e outros aspectos. Embora essas associações sejam, de acordo com Hall (2013), frequentemente consideradas como racistas, o sentido biológico da noção de raça ainda está muito presente nos discursos do senso comum. Nas palavras do autor, “[...] o fato é que a definição biológica, fisiológica e genética de raça, convidada a se retirar pela porta da frente, tende a dar a volta e retornar pela janela” (HALL, 2013, s./p.).

Além desses resquícios, o que é mais importante destacar é a continuidade da existência de um (1) racismo estrutural, responsável pela existência de uma desigualdade

socioeconômica estrutural entre brancos e negros; de um (2) racismo institucional, que é perpetuado e permanece engendrado em muitas instituições e de um (3) racismo interpessoal, que está presente nas relações estabelecidas entre os sujeitos e os diversos grupos sociais.

Nesse sentido, ainda que a noção biológica de raça tenha sido cientificamente superada, ela ainda está presente no imaginário social e na conjuntura social, e a sociedade ainda convive com a noção de raça simbólica. A raça simbólica, para D'Adesky (2001), é a noção de raça no sentido da interpretação e da percepção social. De acordo com características como cor da pele, traços fenotípicos e morfológicos, um indivíduo é identificado, principalmente, como branco, negro ou amarelo (CONCEIÇÃO, 2009).

A diferença agora é que as noções de brancos, negros e amarelos assumem o significado de lugares sociais (SANTOS, 1999). Além de lugares sociais distintos do ponto de vista socioeconômico, simbólico e hierárquico, são lugares sociais distintos também no que se refere à caracterização de costumes e crenças. Há vários estereótipos⁷³ construídos em relação aos costumes e crenças de cada *raça simbólica*, que fazem com que a noção de raça ainda seja uma importante categoria definidora, demarcadora e classificatória de grupos sociais. Como exemplos desses estereótipos, Santos (1999, p. 112) cita: “[...] os pretos parecem amar a dança acima de tudo, os brancos a reflexão etc.”. Ele fala ainda das dificuldades nas caracterizações e relações sociais quando um sujeito não se encaixa nesses estereótipos socialmente construídos. Como diz o autor,

[...] basta pensarmos nas dificuldades que temos, no Brasil, em classificar indivíduos que não preencham um daqueles requisitos. Um preto rico, ou que não saiba sambar, ou que não se assuma como negro, ou que não seja visto pelos amigos como tal — é menos preto (SANTOS, 1999, p. 114).

Bem, mas se raça não é uma categoria biológica e, sim, discursiva e se negros, brancos e amarelos podem ser entendidos como lugares sociais, por que então continuarmos falando sobre *raças*? Essa questão será discutida no próximo tópico.

7.2.2 Por que o termo raça, por que recorrer a uma caixinha já biologicamente desconstruída?

Se não há raças, e o tema deste ensaio são as formas de inserção do negro em nossa sociedade, não estaríamos diante de um paradoxo? Na verdade, não há paradoxo algum. Raça, ou outro nome que se queira dar, interessa exclusivamente às disciplinas biológicas,

⁷³ Os estereótipos, para Hall (1997), ao fixarem determinadas características generalizáveis aos outros, reduzem e fixam a diferença no sentido estruturalista contendo a ansiedade diante da figura do Outro (Outro também em um sentido estruturalista).

como a imunologia, por exemplo — e só então, indiretamente, às ciências sociais. A essas o que interessa, diretamente, é a ideia de raça, a maneira como ela se produziu e variou. E como serviu a determinados jogos sociais e políticos ao longo do tempo (SANTOS, 1999, p. 113).

Utilizando o mesmo raciocínio de Santos (1999), continuo aqui a utilizar o termo raça, assim como fazem outros estudos sobre a temática, bem como o fazem alguns estudos pós-estruturalistas, porque o que interessa particularmente a esses estudos é a categoria socialmente construída de raça – e é essa categoria que pretendemos desconstruir, se levarmos em consideração uma vertente pós-estruturalista sobre a temática racial. Se raça ainda é um termo invocado no sentido simbólico para classificar sujeitos/grupos e ainda guarda relações com desigualdades estruturais, é precisamente para esse termo que se pretende chamar a atenção, assim como é sobre o termo gênero e os termos homem e mulher que pretendemos chamar a atenção quando desenvolvemos estudos pós-estruturalistas de gênero. Homem e mulher são palavras que continuam a ser utilizadas nesses estudos, embora sejam desconstruídas enquanto categorias fixas, dotadas de essência e binariamente opostas. O que muda é a pluralização do termo (homens e mulheres) e o significado atribuído ao termo. Não propomos outro termo substitutivo ao termo homem e mulher para questionarmos o que são as categorias homem e mulher, mas questionamos o conteúdo desses termos e os significados simbólicos a eles atribuídos, que geram também sistemas classificatórios de poder, além de afirmarmos que homens também são mulheres e mulheres são também homens. Fazemos um uso instrumental e estratégico do próprio termo que pretendemos desconstruir.

Por que o termo raça, por que recorrer a uma caixinha já biologicamente desconstruída? Justamente porque raça não é uma categoria biológica, já foi descartada como tal, mas é uma categoria que hoje é utilizada e adotada nos estudos como uma categoria *discursiva*, e os discursos, como já mencionamos aqui, são justamente um dos elementos principais para o pensamento pós-estruturalista (PETERS, 2000; RAJAGOPALAN, 2006). A constituição discursiva do sujeito *racializado* é o que interessa quando utilizamos esse termo dentro de uma perspectiva pós-estruturalista. E se os discursos são os elementos principais para os estudos pós-estruturalistas, por que não problematizar o discurso relacionado ao próprio termo raça?

Recorro a essa caixinha já biologicamente desconstruída para enfatizar justamente sua constituição discursiva como uma *caixinha* ideologicamente construída como fixa há alguns anos atrás, contribuindo, então, para a sua desconstrução. Se a pretensão é desconstruir toda uma noção histórica e ideologicamente enraizada, a intenção é buscar uma efetividade discursiva possibilitada pela utilização do próprio termo que originou a referida noção.

Para falar em termos bem genéricos, raça é um dos principais conceitos que organiza os grandes sistemas classificatórios da diferença [no sentido estruturalista] que operam em sociedades humanas. E dizer que raça é uma categoria discursiva é reconhecer que todas as tentativas de fundamentar esse conceito na ciência, localizando as diferenças entre as raças no terreno da ciência biológica ou genética, se mostraram insustentáveis. Precisamos, portanto — diz-se — substituir a definição biológica de raça pela sócio-histórica ou cultural. Como resumiu o filósofo Anthony Appiah em algum momento: "...É hora do conceito biológico de raça ser afundado sem deixar rastro". (HALL, 2013, s./p., grifo do autor).

Ainda que o conceito biológico de raça tenha sido superado, um imaginário social construído ainda contém resquícios desse conceito, como já foi discutido. Além disso, no que se refere ao contexto acadêmico/científico, a importância da superação do sentido de raça em sua vertente biológica se dá, de acordo com Hall (2013), porque, ainda que a existência de diferentes raças humanas no sentido biológico tenha sido desconstruída e desmantelada pela ciência, ainda há alguns estudiosos (embora poucos) que se debruçam sobre a tentativa de correlacionar de um ponto de vista racial características genéticas a características culturais dos sujeitos. Nesse sentido, nas próprias palavras de Hall (2013, s./p.), "[...] não estamos lidando com um campo no qual, digamos, o fato reconhecido científica e racionalmente impede os cientistas de continuarem tentando provar o oposto".

Hall não defende que não devemos deixar de lado o termo raça só porque diz respeito a falsas bases fundacionais (SOVIK, 2011). Para o autor, retomar o termo é um critério não só teórico, como também político, na busca por "[...] um discurso e prática eticamente responsáveis" (HALL, 2013, s./p.). Além disso, foi em torno da noção de raça que construímos, por exemplo, a noção de negro enquanto um "[...] lugar social instituído por diversas coordenadas: a cor escura da pele, a cultura popular, a ancestralidade africana, a ascendência escrava (remota ou próxima), a pobreza, a atribuição da identidade *negro pelo outro e a assunção dessa identidade por si*" (SANTOS, 1999, p. 114, grifos do autor).

Entretanto, se o objetivo é desconstruir e superar a visão ideologicamente disseminada de raça, por que continuar utilizando o termo e não outros, tais como cor e etnia, como já fizeram alguns estudos? Concordo com a crítica de que continuar utilizando um termo é contribuir para a sua perpetuação no imaginário socialmente estabelecido a respeito do mesmo. No entanto, acredito que a utilização dos termos cor e etnia, dos quais não discordo e que tenho também utilizado em alguns estudos, não produz, ainda, o mesmo efeito discursivo de se utilizar o termo raça, mesmo que seja para desconstruí-lo.

Nesse sentido, trato, aqui, do estabelecimento de um posicionamento político ao utilizar o termo raça, sem que haja uma rejeição desta autora pela utilização dos termos cor e etnia e sem que haja, também, uma negação de uma utilização exclusiva de algum desses dois últimos termos, ou de ambos, em futuros estudos. O que quero pontuar aqui é a opção pelo termo raça dentro de um esforço estratégico e discursivo de chamar a atenção dos interlocutores, deixando bem claro qual é o termo que pretendemos problematizar e desconstruir.

Problematizar a noção de cor é interessante para a discussão, sobretudo dentro da perspectiva que discute a construção social da cor (BARROS, 2009) que, inclusive, acredito ser complementar à própria desconstrução do termo raça. Falar da cor da pele é importante porque nem todas as diferenças naturais ou culturais foram transformadas em diferenças sociais. Ao contrário da cor da pele, por exemplo, as diferenças de tipo sanguíneo não foram utilizadas na sociedade brasileira como argumento discursivo para a construção de diferenças sociais (BARROS, 2009). Como os escolhidos para terem os seus direitos suprimidos foram os negros africanos, a justificativa teria que vir com base na cor da pele e, não, em outros aspectos. Em torno dessa diferença da cor da pele, vários outros argumentos foram sendo construídos, como a já mencionada atribuição de imoralidade aos negros.

No entanto, no caso brasileiro, falar de cor da pele traz uma multiplicidade de interpretações que, muitas vezes, não contribui para a realização de um ataque direto e explícito à noção ideológica de raça ainda propagada em seu sentido simbólico, já que estamos em um país marcado pela miscigenação e por uma gradação significativa de cores socialmente construídas.

Embora seja fácil identificar, no País, que os sujeitos construídos como negros fazem parte dos grupos mais social e economicamente desfavorecidos e que ocupam as posições mais precárias de trabalho (FIGUEIREDO e GROSFOGUEL, 2009), a enorme gradação simbólica de cores existente, ao mesmo tempo em que reforça a ideia de construção social da cor, contribui também para a existência de um discurso amenizador de desigualdades, como se o Brasil fosse racialmente democrático em virtude de sua significativa miscigenação (BARROS, 2009).

Para citar apenas alguns exemplos das variadas gradações de cores socialmente construídas no Brasil, trago algumas autodenominações relativas à cor que foram elencadas por Sansone (1996), pesquisador que se dedica a estudos afro-orientais na Universidade Federal da Bahia, em uma tentativa de conhecer o sistema de classificação racial no País. O pesquisador coletou, entre essas denominações, as de: branco, negro, preto, moreno, moreno

claro, moreno escuro, pardo, pardo claro, mulato, escuro, claro, sarará, amarelado, amarelo, jambo, pardo cor de formiga, formiga, avermelhado, vermelho, bronzeado, cabo-verde, louro, marrom, ruivo, quase preto, japonês, mestiço, caboclo, canela, misturado, castanha, cor de leite, galego, agalegado e moreno canelado. Em meio a essa diversidade de autodenominações, o País se tornou, inclusive, uma referência em relação ao mito da democracia racial porque mascarou a existência de uma desigualdade entre aqueles construídos como brancos e aqueles construídos como negros (WARE, 2004). Essa dinâmica levou à manutenção de um preconceito historicamente marcado por ser velado.

Como a noção de cor traz consigo, então, várias outras especificidades relacionadas ao nosso País, meu posicionamento é de que seja uma noção que não constituímos necessariamente como alternativa à problematização da categoria socialmente construída de raça. Ainda que possam ser termos alternativos nos estudos, respeitando as divergências de posicionamentos de cada pesquisador, que pode optar pela utilização de um termo e/ou de outro, também os entendo como termos passíveis de serem complementares. Porque, embora a cor da pele seja o aspecto mais recorrentemente utilizado para classificações raciais, opto aqui por usar o termo raça porque a cor não é o único aspecto relacionado à noção de raça, que é demasiado complexa para ser reduzida à dimensão da cor, mesmo que se esteja considerando a cor como uma construção social e que também carrega consigo vários outros sentidos para além da melanina.

Além do termo cor, outro termo tem surgido como alternativa à utilização do termo raça por aqueles que optam por não utilizá-lo: etnia. Trata-se de um termo que pode ser, sim, uma alternativa (pois contém dentro de si o aspecto raça), ou seja, quando falamos de etnia, falamos *também* da noção de raça. Entretanto, ao mesmo tempo, o termo etnia pode, em outra interpretação, ser entendido como complementar ao termo raça já que, sendo mais amplo, traz outros aspectos não necessariamente invocados quando falamos da noção de raça.

Etnia pode significar vários aspectos e, quando utilizamos o termo, podemos estar focando diferentes características de determinados grupos sociais, especialmente características pertencentes ao campo cultural. Sendo assim, falar em etnia, isoladamente, não significa que estejamos necessariamente falando de raça. Por esse motivo, se o foco de determinada discussão é a noção de raça, falar em etnia pode trazer uma indeterminação a respeito do que queremos realmente discutir.

Por outro lado, falar em etnia juntamente com a noção de raça, ou seja, tratar esses dois termos como complementares (como faz Conceição (2009), quando opta pela utilização do termo raça-etnia e do respectivo adjetivo étnico-racial e outros pesquisadores em ciências

sociais) pode contribuir para uma discussão que, além de deixar claro que queremos desconstruir a noção de raça, queremos também incluir outros elementos para além do aspecto racial. Por exemplo, quando falamos em minorias raciais e étnicas no Brasil, podemos estar falando, tanto de negros (termos raça e etnia), quanto de nordestinos (termo etnia), sendo estes últimos acrescentados à discussão por conta da utilização do termo etnia.

No entanto, afinal, o que é etnia? Etnia “[...] refere-se a um conjunto de elementos comuns – como raça, língua, religião, área territorial, consciência de pertencimento, vontade de viver em conjunto – compartilhado por determinado grupo humano” (CONCEIÇÃO, 2009, p. 2). Assim como, em uma perspectiva pós-estruturalista, não tratarei como negras as empregadas domésticas que não se veem como negras, pois não sou eu quem vai dizer o que elas são ou deveriam ser, ou como elas deveriam se ver⁷⁴, a noção de etnia também guarda relação direta com a ideia de pertencimento a um determinado grupo ou não. Pois, de acordo com Conceição (2009, p. 3), a simples presença dos elementos mencionados acima para dizer o que é etnia não “[...] define concretamente a noção de grupo étnico. [...] Nesse contexto, a noção de pertencimento é elemento essencial, sendo a identificação social um conjunto de processos pelos quais um indivíduo se define socialmente, reconhecendo-se como membro de determinado grupo (CONCEIÇÃO, 2009, p. 3).

Após essas colocações, reforço que meu posicionamento é optar pela utilização do termo raça como sendo o principal nessa discussão, mas também associados aos termos cor e etnia, que são entendidos como termos complementares e importantes para a discussão da temática racial como um todo. Se eu tiver como sujeitas de pesquisa, por exemplo, empregadas domésticas que são nordestinas, um grupo étnico estereotipado e que sofre preconceitos sociais (MORAIS, 2014), estarei trabalhando com outra categoria para além da meramente racial: a étnica.

⁷⁴ As instituições presentes na sociedade, no entanto, tendem a categorizar os sujeitos mesmo que eles não se categorizem explicitamente. Um exemplo no que se refere à discussão racial é a terminologia utilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ao definir o grupo de negros no País, para o que considera a junção dos grupos de pessoas que se autodeclararam como pretas ou pardas (IBGE, 2008). A autodenominação como pretas ou pardas é feita pelos próprios sujeitos – ainda que diante da enumeração de categorias previamente definidas – mas a reunião dessas duas denominações em uma grande categoria negros é uma prática institucional, pois convencionou-se que os negros seriam aqueles que se declarassem pretos ou pardos. Nesse sentido, não se trabalha, em termos institucionais, com a consideração do sentimento de pertencimento à categoria negra, mas se utiliza, como critério, a autodenominação da cor da pele. Toda essa discussão é complexa e, por vezes, controversa porque o tempo todo recorremos a caixinhas para argumentar – negros é uma caixinha, pessoas de cor preta é outra caixinha, pessoas de pessoa parda é outra caixinha, e assim por diante. O mencionado IBGE – aí já recorrendo a esferas institucionais (não muito próprias para discutirmos em uma vertente pós-estruturalista, mas muito próprias para serem tomadas como objeto de questionamento e desconstrução) – coloca, então, dentro da caixinha negros os que atribuem a si as cores preta ou parda.

Cor é um termo relevante porque é a principal característica utilizada como denotativa de raça; e etnia também é relevante porque, concomitante à utilização do termo raça, permite uma maior abrangência dos sujeitos que queremos tomar como objetos de estudo. O que cabe, nesse caso, é uma adequação epistemológica e teórica nas escolhas de pesquisa, que podem ser diversas, mas que também não devem ser tomadas como mera escolha isolada de termos, como se estivéssemos escolhendo com que roupa vamos sair hoje – com a raça, com a cor e/ou com a etnia? Nesse sentido, o mais importante aqui é um respeito aos diversos posicionamentos epistemológicos e teóricos, mesmo que essa opção seja por um termo que, na opinião de alguns, deveria ser abolido – como o termo raça. Caixinhas por caixinhas, nós temos várias para escolher. O que cabe pensar, em uma perspectiva pós-estruturalista, é qual caixinha pretendemos desmontar e, também, por que caminho político fazer esse desmonte. Tanto a caixinha, quanto o caminho político que escolho aqui é a categoria raça.

Para Hall (2013), mesmo que adotemos a noção discursiva de raça, é difícil deixar de usar o termo por questões teóricas e também políticas. Do ponto de vista teórico, Hall (2013, s./p.) argumenta que é difícil nos livrarmos do termo raça porque “[...] é muito difícil para as linguagens sobre raça funcionarem sem qualquer tipo de garantia fundacional”. Falar em aspecto fundacional é algo de imediato contraditório a uma perspectiva pós-estruturalista. No entanto, como essa é uma perspectiva que visa justamente à desconstrução de discursos construídos como verdades fundacionais, lidar com o fundacional e tomá-lo como instrumento direto de desestabilização é utilizar estrategicamente o termo raça para colocá-lo em suspenso, questionando sua ligação discursiva a um aspecto fundacional biológico para, com o mesmo argumento biológico (e também com a desconstrução discursiva), demonstrar como o mesmo não se sustenta no próprio aspecto fundacional ao qual precisou recorrer para se construir. Ou seja, se o conceito de raça não se sustenta dentro do próprio ponto de vista biológico, do qual partiu, fica mais fácil conduzir uma desconstrução e tomá-lo como um discurso.

Tratamos, assim, de combater uma construção lidando com o próprio termo que foi historicamente utilizado para fundamentar essa mesma construção. E é aí que reside o ponto de vista político para a continuidade de utilização do termo. O que negamos não é o sentido de raça, mas raça enquanto categoria biológica, pois raça enquanto categoria discursiva e simbólica ainda é uma ideia engendrada nas estruturas e relações sociais.

Quando adentramos a política do fim da definição biológica de raça, mergulhamos de cabeça no único mundo que temos: o abismo do debate e da prática políticos permanentemente contingentes e sem garantias. Uma política crítica contra o racismo, que é sempre uma política da crítica (HALL, 2013, s./p.).

Continuar falando do termo raça e considerá-lo como categoria discursiva e simbólica é, para Hall (2013), uma orientação estratégica e política, pois, para o autor, a desconstrução dessa categoria não faz sentido em todas as esferas. Pode provocar impactos relevantes nos sistemas de valores e nos sistemas de sentido, mas a recorrência ao aspecto biológico não deixa de estar presente, sobretudo, no senso comum e no cotidiano das relações sociais. E isso não ocorre porque “[...] as diferenças são genéticas (seria impossível separar brancos de negros em função de suas diferenças genéticas), mas porque são visíveis” (SOVIK, 2011, p. 7).

Sendo visíveis se tornam referenciais fáceis para as classificações e categorizações sociais do cotidiano. Sendo de fácil acionamento, a utilização da mesma categoria (raça) que origina a percepção dessas diferenças (aparentemente) visíveis para sua própria desconstrução também se torna estrategicamente mais interessante. Como diz Hall (2013, s./p.), “[...] embora a explicação genética de comportamentos sociais e culturais seja frequentemente denunciada como racista, as definições genética, biológica e fisiológica estão vivendo bem vivinhos da Silva nos discursos de senso comum de nós todos”. E é tomando como instrumento essas próprias definições (raciais) que se visa combatê-las revelando-as como construções discursivas.

Esclarecido o posicionamento a respeito da utilização do termo raça, retomemos agora, então, a principal questão neste capítulo: *como pensar a categoria raça dentro de uma perspectiva pós-estruturalista?*

7.2.3 Pensando pós-estruturalmente a categoria raça

Iniciando a discussão, *falarei a respeito das interlocuções encontradas entre a temática racial e o pós-estruturalismo*. O corpo humano, visto de uma perspectiva pós-estruturalista é, para Azzarito e Solmon (2006), um lugar de forças sociais, políticas e econômicas conflitantes. É um lugar de processos identitários normativos relativos, tanto a gênero, quanto a raça, sendo que esta última dimensão passou a ser mais tardiamente considerada mesmo dentro do campo de estudos pós-estruturalistas, pois, quando muitas vezes presente, estava apenas como uma categoria acessória sendo estudada em sua inter-relação com a categoria que é comumente tomada como mais central na maior parte dos estudos pós-estruturalistas a respeito de diferenças: gênero. Foi a partir do final da década de 90 que grupos de mulheres negras articularam mais fortemente reflexões acerca de raça (HALL, 1989).

Pensar raça e gênero dentro da perspectiva pós-estruturalista é pensar essas duas categorias como sendo dinâmicas e fluidas. São aparatos de poder relacionados a discursos e metanarrativas que se constroem enquanto verdades absolutas, produzindo os significados do corpo dentro de determinados contextos sócio-históricos. Esses discursos são dominantes e acabam por ser institucionalizados nos mais diversos espaços sociais, produzindo hierarquias normativas do corpo, bem como as dicotomias feminilidade/masculinidade e negro/branco. Dessa forma, significados do corpo são produzidos dentro de discursos atrelados a gênero e raça (AZZARITO e SOLMON, 2006).

Rejeitando verdades universais e essencializantes, o pós-estruturalismo desafia discursos dominantes que acabam tendo a função de discriminar os grupos sociais entre si, estabelecendo dinâmicas relacionais de privilégios para uns em detrimento de outros. Para os pós-estruturalistas, gênero e raça não são, portanto, categorias fixas e universais. São discursos socialmente construídos que não só disciplinam os corpos, mas os disciplinam como superiores ou inferiores (AZZARITO; SOLMON, 2006).

Essa disciplina que torna superior ou inferior pode ser exemplificada pelos discursos históricos a respeito da inferioridade biológica da raça negra. Relações de poder-saber (FOUCAULT, 2006c) foram construindo discursos científicos que não só reforçavam essa ideia de inferioridade, mas também colocavam as mulheres negras como os seres biológicos mais inferiores (não por acaso elas ocupam as posições sociais de maior precariedade), sendo aí os sujeitos que somatizavam (e somatizam), tanto a construção de uma inferioridade relativa a gênero, quanto de uma inferioridade relativa ao aspecto racial (AZZARITO e SOLMON, 2006).

De acordo com Azzarito e Solmon (2006), estudos científicos catalogavam as diferenças anatômicas entre os corpos das mulheres negras e brancas. Os resultados desses estudos produziam discursos de patologização do corpo feminino negro. Sua patologia estaria relacionada à alegação de serem corpos sexualizados, excessivos e primitivos. Seu corpo pertencia à esfera *do outro*.

A partir do momento em que o pós-estruturalismo reconhece, ao resgatar a dimensão desses discursos históricos, que gênero e raça são dimensões socialmente construídas, abre campo para investigações acerca das diversas maneiras pelas quais as relações de poder e saber disciplinam os corpos (AZZARITO e SOLMON, 2006; FOUCAULT, 2006c). E esse tem sido um dos principais focos dos estudos pós-estruturalistas, tanto a respeito da temática racial, quanto a respeito da temática de gênero.

Em uma perspectiva pós-estruturalista de gênero, Chow (1999/2000) reconhece que a categoria mulher é epistemologicamente instável, mas que, a despeito disso, dentro de uma perspectiva pós-estruturalista, não bastaria pensar a mulher simplesmente em relação ao homem e também não seria suficiente apenas pluralizá-la, pensando a respeito da existência de várias e diferentes mulheres. O aspecto central, para a autora, é que “[...] a assunção de uma coisa chamada ‘mulher’ permanece intacta” (CHOW, 1999/2000, p. 142). Ou seja, há que se questionar a essencialização e a naturalização do termo mulher.

O mesmo raciocínio pode ser empregado em estudos sobre a temática racial e sobre a categoria negro. Trata-se de uma categoria epistemologicamente instável; não basta simplesmente pensar o negro em relação ao branco e nem pensar na existência de diferentes negros e diferentes brancos. Seria ir além disso, reconhecendo que a categoria negro ainda permanece muito ligada aos primórdios de um racismo científico. Ainda que haja significativas evoluções no que se refere a um pensamento antiessencialista em relação à categoria negro, o pensamento essencialista ainda permanece nos mais variados espaços e lugares sociais.

Sobre as interlocuções entre raça e pós-estruturalismo nos estudos, Young (2009) problematiza o que chama de sinais de raça no pós-estruturalismo. Embora o autor tenha uma posição intransigente e descompromissada em relação a essa vertente epistemológica (WRIGHT, 2009), algumas de suas considerações são relevantes para a discussão. Em primeiro lugar, Young (2009) afirma que os pensadores pós-estruturalistas enquadram a temática da raça dentro do contexto da textualidade, o que abre espaço para uma variedade de estudos contemporâneos⁷⁵.

No entanto, é precisamente nessa característica que Young (2009) diz residir uma das maiores falhas dos poucos estudos pós-estruturalistas sobre raça já realizados: o fato de eles não extrapolarem a dimensão textual⁷⁶. Para o autor, falta uma extrapolação da dimensão textual por meio de uma interpelação dos sujeitos minoritários no que se refere à construção discursiva de raça. Sem essa interpelação direta, o autor argumenta que a discussão sobre a questão racial corre o risco de se tornar apenas um fetiche cultural a ser problematizado. Seria necessário, para ele, uma abordagem dos sujeitos afetados pelas construções discursivas

⁷⁵ Como os estudos sobre a temática racial baseados em aspectos da linguagem e também em aspectos discursivos, que extrapolam a mera dimensão textual, como os de Nascimento *et al.* (2014); Teixeira, Nascimento e Barros (2014) e Teixeira, Nascimento e Carrieri (2014).

⁷⁶ Nesta tese, objetivo explorar a dimensão discursiva, já que analisarei textos dentro de um contexto (VAN DIJK, 1997) quando estiver diante das transcrições das falas das empregadas domésticas entrevistadas. Nesse sentido, o objetivo é não só extrapolar a dimensão meramente textual, localizando os textos dentro de contextos e os considerando como práticas discursivas, como também possibilitar a interpelação de algumas sujeitas que possam ser afetadas pela construção discursiva da noção de raça.

raciais. Nesta tese, o fato de pretendermos uma abordagem acerca da temática racial tendo como sujeitas de pesquisa as empregadas domésticas faz com que tentemos enfrentar a limitação citada por Young (2009).

Além desse aspecto, Young (2009) defende a não desvinculação da abordagem desses sujeitos a um contexto sócio-histórico marcado pelo capitalismo⁷⁷. Para o autor, é impossível pensar o discurso racial sem que ele esteja vinculado às bases econômicas na qual foi construído, sobretudo no que se refere ao período colonial e de desenvolvimento econômico dos países colonizadores. Trata-se, então, de recorrer aqui a uma dimensão histórica a respeito da temática racial em relação especificamente à instrumentalização da noção de raça para fins econômicos, como as já mencionadas justificativas de colonização e escravidão de determinados povos sobre outros por meio de discursos que sustentavam a ideia de superioridade/inferioridade entre grupos raciais.

Essa dimensão histórica foi brevemente tratada, no que se refere particularmente ao contexto brasileiro, no tópico 3.3, e não só será mais profundamente analisada pela escolha de enfoque realizada, ao não colocar aqui como uma das categorias principais de análise a questão de pertencimento à noção de classe, como foi explicado na nota de rodapé 72.

“Raça, Young argumenta, funciona como um fetiche da mercadoria na cultura capitalista, e é por isso que essa noção não foi capaz de desaparecer nos quase 150 anos após a abolição da escravatura e quase meio século depois da era dos direitos civis” (WRIGHT, 2009, p. 782). Para exemplificar raça como um fetiche da mercadoria na cultura capitalista, Young (2009) estabelece uma relação entre as construções sociais acerca da sexualidade e as construções sociais acerca de raça. Para o autor, as construções sobre sexualidade dizem respeito, não só a questões sexuais ou políticas, mas também a questões econômicas.

Para exemplificar, o autor cita que há a construção social de economias do sexo, como da economia do clitóris, a economia do sexo oral e a economia do ato sexual⁷⁸. Da mesma maneira, o autor defende que as construções sociais a respeito da noção de raça são também uma questão econômica, sobretudo pelo fetiche que o corpo negro apresenta como mercadoria a ser trocada. E a relação entre ambas as construções (sexualidade e raça) ocorre porque,

⁷⁷ Nesta tese, o capitalismo não é entendido como um fenômeno a-histórico, fixo, que existe por si mesmo, como se fosse uma estrutura que governa os sujeitos. Existem várias formas de capitalismo que podem, inclusive, estar presentes em um mesmo contexto histórico. Não há um capitalismo enquanto essência ou verdade. Nesse sentido, o capitalismo enquanto fenômeno deve ser considerado em relação ao que de econômico ele traz de relevante para a análise, sendo esse aspecto econômico apenas uma das forças presentes na constituição subjetiva das minhas sujeitas de pesquisa.

⁷⁸ O autor cita esses exemplos ilustrativos de maneira relacionada à sua interpretação da leitura de um romance da escritora Gayl Jone, chamado *Corregidora*, narrativa de ficção que explora as relações entre a escravidão e os sentimentos dos negros e que toca em assuntos como violência sexual, abusos e estupro no período colonial brasileiro.

quando essas duas categorias são tomadas como discursivas, acabam promovendo uma ruptura ideológica com a economia das trocas, o que faz dessa discussão algo também de cunho econômico.

As considerações de Young (2009) devem ser tomadas com reservas, pois, além de sua posição crítica em relação ao pós-estruturalismo e de sua associação da ideia de raça a conceitos materialistas (como a ideia de fetiche da mercadoria), na falta de uma definição de raça, o autor acaba assumindo esse termo como algo semelhante à ideia de negritude, o que é, segundo Wright (2009), uma confusão lamentavelmente comum em textos teóricos a respeito dos negros e a respeito do contexto da diáspora africana⁷⁹.

No entanto, algumas de suas indagações a respeito da ideia de raça são também interessantes para esta discussão. Young (2009) questiona se todos os corpos precisam ser forçosamente classificados dentro de uma categoria racial que ele considera como sendo reducionista do outro. Ainda, se essa classificação pode ocorrer mesmo contra a vontade daquele que será o alvo da classificação. O autor implicitamente responde negativamente a ambas as questões, questionando ainda por que os afro-americanos estão propensos a esse tipo de classificação. Uma das possíveis razões, para o autor, seria a escravidão, sistema social e de trabalho e de poder, que acabou opondo discursivamente aqueles construídos como brancos daqueles construídos como negros (WRIGHT, 2009).

Recorrer à história escravocrata para entender essa categorização é importante, tanto que já argumentei em relação a esse aspecto no tópico 3.3. Entretanto essa recorrência traz ainda outra reflexão suscitada por Young (2009): se a escravidão seria uma explicação acerca do costume discursivo de se classificar os sujeitos dentro de categoria raciais redutoras do outro, qual seria a consideração racial relativa aos imigrantes africanos contemporâneos? Como imigrantes, eles também seriam classificados de acordo com um sistema opositivo de pensamento baseado na separação entre quem trabalha e quem exerce poder nessa relação de trabalho? Esses imigrantes poderiam também ser considerados fetiches da mercadoria? Há, ainda, o seguinte questionamento: em que classificação seria inserida a pouca, mas existente, burguesia negra? O aspecto econômico envolvido implicitamente nas categorizações sociais entre brancos e negros (justificáveis do ponto de vista histórico) poderia operar, sem diferenciações, para quaisquer tipos de negros, desde os mais pobres e vulneráveis, até os mais abastados e/ou socialmente prestigiados (WRIGHT, 2009)?

⁷⁹ Diáspora, aqui, diz respeito às migrações de grupos humanos que foram forçados a sair de ex-colônias para os países que eram suas metrópoles. No caso da diáspora africana, foi a migração de africanos de pele escura – identificados como negros – para serem escravizados, trabalhando em atividades de finalidade mercantil (HALL, 2008).

Todas essas indagações, embora não pautadas dentro de uma perspectiva pós-estruturalista, acabam reforçando o próprio posicionamento epistemológico pós-estruturalista adotado nesta tese para falar sobre raça – aquele que entende essa noção como uma categoria discursiva e simbólica que é temporal, circunstancial e contextual, existindo, então, noções simbólicas de raças e, não apenas, de duas raças possíveis e historicamente construídas como opostas: branca e negra. Além disso, não se pode afirmar, categoricamente, que a raça branca estaria relacionada à burguesia, e a raça negra, aos pobres e vulneráveis. Embora, como já discutimos, os negros se encontrem nas posições mais precárias e vulneráveis na sociedade, seria por demasiado reducionista construir dois polos binários divididos entre brancos ricos e negros pobres e que desconsiderasse a pluralidade que pode estar envolvida em cada um desses supostos polos e o fato de que ambos não são polos, mas também contêm um ao outro.

Sobre a discussão relativa ao posicionamento intransigente de Young (2009) com o pós-estruturalismo, Wright (2009) traz algumas palavras importantes.

O projeto [de discussão e explicação de raça] como um todo parece estranhamente impraticável para um marxista. [...] o fracasso [de Young] em produzir uma explicação a respeito de raça é equivalente a um fracasso total, que só é legítimo a um marxista. Dadas as ricas ofertas do pós-estruturalismo para os estudos a respeito da negritude em contraste à relativamente escassa oferta da teoria marxista, eu me pergunto por que Young não incentivou seus companheiros de viagem a examinar como a negritude opera no pensamento marxista ao invés de tentar abolir uma das poucas áreas teóricas hoje nas quais o conceito de negritude goza de possibilidades de um rico e variado debate (WRIGHT, 2009, p. 783).

Podemos ilustrar essas possibilidades ofertadas pelo pós-estruturalismo para o estudo da temática racial recorrendo ao campo da educação, campo no qual já observamos a associação entre a temática racial e o pós-estruturalismo. Nesse campo, essa associação trouxe uma nova ênfase aos estudos sobre grupos raciais minoritários. Anteriormente, o foco dos estudos no campo da educação sobre grupos raciais minoritários era a explicação acerca das causas de altos índices de fracasso escolar de crianças e jovens pertencentes a esses grupos. Até então, os componentes curriculares das escolas não eram questionados. Com a introdução da vertente pós-estruturalista nesses estudos, o próprio currículo passou a ser questionado – já que as estruturas passaram a ser questionadas. Assim, observamos que os currículos eram, em si, construídos de maneira racialmente enviesada, o que contribuía para a existência de uma escola já formada de maneira excludente. A partir das reflexões acerca dos currículos, os estudos começaram a refletir sobre o próprio termo raça, que foi desconstruído enquanto uma categoria cultural fixa e definitivamente estabelecida (FROEHLICK, 2014).

Nesse sentido, a crítica pós-estruturalista permitiu uma abertura e ampliação na própria perspectiva da crítica até então utilizada nos estudos mencionados, o que se pode observar a partir do estudo do impacto do pós-estruturalismo também em outras áreas de pesquisa. Um impacto comum é o reconhecimento da existência de um processo histórico e discursivo de construção das diferenças que, por sua vez, influenciam a própria construção das identidades e a consideração de que as identidades raciais dizem respeito a relações de saber e poder. Além disso, outro impacto comum é a vinculação entre as noções de conhecimento, identidade e poder, já considerando as contribuições de perspectivas históricas como são as foucaultianas (SILVA, 2005; FOUCAULT, 2006c; FROEHLICK, 2014).

Dentre as características dos estudos pós-estruturalistas sobre raça, podemos observar também a proposição da

[...] necessidade da indeterminação discursiva [do termo raça] enquanto *lócus* para possíveis articulações políticas. Neste sentido, toda contestação [contra o pensamento pós-estruturalista a respeito do aspecto racial] é geralmente uma defesa dos padrões epistêmicos culturalmente privilegiados que deixam passar incólumes e sem exame os domínios ou dimensões excluídas da [...] raça (CARVALHO, 2013, p. 5).

Há, nessa perspectiva, a já mencionada crítica ao pensamento binário a fim de se teorizar sobre os subalternos. Ao fazê-lo, os estudos pós-estruturalistas sobre raça acabam por criticar a supremacia de um pensamento ocidental historicamente marcado pelo colonialismo (CARVALHO, 2013). E, ao se responder a questão acima colocada de *como seria então pensar a categoria raça dentro de uma perspectiva pós-estruturalista, um primeiro aspecto importante seria justamente a desconstrução do pensamento binário sobre a categoria raça. Desconstruir o pensamento binário é criticar a supremacia do pensamento ocidental marcado pelo colonialismo (CARVALHO, 2013) porque o próprio termo diáspora, em seu conceito fechado, referindo-se à migração forçada de grupos para serem escravizados em outros países no período colonial, apoiou-se “[...] sobre uma concepção binária de diferença. Está fundado sobre a construção de uma fronteira de exclusão e depende da construção de um outro e de uma oposição rígida entre o de dentro e o de fora” (HALL, 2008, p. 32, grifo de quem?????). Para lidar com essa desconstrução, Hall (2008, P. 33) defende “[...]a noção de diferença de Derrida, uma diferença que não funciona através dos binarismos, fronteiras veladas que se separam ao fim, mas que são também lugares de passagem e significados que são posicionais e relacionais, sempre em deslize ao longo de um espectro sem começo nem fim” (HALL, 2008, p. 33).*

Com a associação socialmente construída entre raça e cor da pele, é importante pontuar que a própria percepção da cor da pele é socialmente construída (um bom exemplo disso são as variações em relação ao que se considera como branco e negro nos diversos países), a oposição entre branco e negro também o é, o que nos leva à característica desconstrução de binarismos presente no pós-estruturalismo. Se devemos desconstruir o binarismo representado pela oposição masculino-feminino (RODRIGUES, 2010; SOUZA e CARRIERI, 2010), também deveríamos desconstruir o binarismo representado pela oposição branco-negro, e esse é o *primeiro aspecto* importante para se pensar raça dentro do pós-estruturalismo.

Negando essa oposição em termos biológicos e afirmando-a como oposição socialmente construída, é justamente essa desconstrução que fazemos. Trata-se de uma “vigilância necessária para evitar um tipo de pensamento ‘ou isto, ou aquilo’, capaz de dividir o mundo em branco e preto, situando a raça como uma entidade delimitada, em vez de uma constelação de processos e práticas” (WARE, 2004, p. 34). Além disso,

[...] não se enxerga um homem como negro ou branco porque este homem é negro ou branco. Enxerga-se um homem (ou a si mesmo) como negro ou branco porque se aprendeu a enxergar os homens como negros ou brancos, ou outras categorias mais. De igual maneira, ninguém nasce negro ou branco, aprende-se a ser negro ou branco no seio de determinadas sociedades que, através de indelévels e complexos processos culturais, terminaram por implantar esta forma de percepção na mente de cada um dos indivíduos que a constituem (BARROS, 2009, p. 11).

Com esse aprendizado que é socialmente construído e transmitido, e enquanto sujeitos constituídos que somos, o risco de se cair em uma noção de diferença racial estruturalista é significativo, como se a diferença significasse oposição entre A (vamos supor que A seja o negro) e B (vamos supor que B seja o branco). Pois, para uma difundida ideia estruturalista de diferença, para ser A - negro, este A - negro tem que estar em oposição com outros signos, o que nos levaria ao raciocínio de que A - negro é A - negro porque ele não é B - branco. Então, A - negro só existiria como A - negro em relação ao outro, o B - branco. No entanto, essa é justamente a noção estruturalista de diferença que pretendemos rejeitar pois, para o pós-estruturalismo, diferença não pode significar oposição.

Rejeitamos também que A - negro tenha uma identidade fixa, uma unicidade, uma coerência interna que o faz ser A - negro. rejeitamos que ele só seja significado em oposição a outros significados. Quando o pós-estruturalismo trabalha a noção de diferença, altera esse raciocínio. Em um pensamento pós-estruturalista, A - negro não tem uma unicidade, A - negro também é B - branco, ou seja, A - negro contém B - branco e vice-versa. Trata-se, aqui, de pensar que a identidade é inclusive fragmentada.

Pensar em termos de diferença e de rompimento com binarismo dentro do pós-estruturalismo é considerar que, dentro dessa perspectiva, a relação de alteridade é muito própria. Em que sentido? Para o pós-estruturalismo, não existe o outro. Retomando a discussão sobre gênero para ilustrar, temos os homens que são os sujeitos da História e as mulheres que são, nessa História tradicional e com letra maiúscula – a História das grandes narrativas – a História hegemônica – constituídas como o outro. Elas seriam, nessa suposição, a contradição, o oposto.

Já para o pós-estruturalismo, a relação de alteridade é muito própria porque ele considera que nós somos o outro ao mesmo tempo. O sujeito ou o fenômeno, por si sós, já carrega consigo os outros que, aparentemente, se diferenciam deles. E é justamente por meio desse raciocínio que rompemos com a ideia de binário. Retomando novamente gênero, não faz sentido, então, falar de feminino e não falar de masculino. Assim como não faz sentido falar de negros sem falar de brancos porque eles não são opostos, um constitui o outro, um contém o outro. Não se considera, portanto, uma relação de alteridade em sua forma mais tradicional.

Sendo assim, falar do negro é também falar do branco, embora, como Sovik (2014) tenha alertado, por muito tempo no Brasil a cultura dos negros foi estudada sem que fizéssemos referência à branquitude. E a branquitude, em um pensamento pós-estruturalista, não é somente um aspecto relacional em relação à construção social da negritude, mas também contém a ideia de negritude em si.

Nesse sentido, devemos tomar o cuidado, no que propõe esta tese, para não tratar a questão racial como se ela fosse uma oposição entre negros e brancos. O negro também é o branco, e o branco também é o negro. Rompemos com a ideia de binário e trabalhamos com uma ideia de diferença que não é, portanto, uma diferença no sentido estruturalista. Além do combate ao pensamento binário e dual, o que propomos, então, como sendo outros aspectos importantes para pensarmos raça dentro do pós-estruturalismo?

Um *segundo aspecto importante* é a defesa de que retiremos a ideia de buscarmos defender e reivindicar uma identidade negra⁸⁰ para lidar com as questões práticas da militância negra. A valorização de práticas construídas como práticas culturais oriundas de comunidades negras; a valorização de diferenças estéticas constituídas como negras e destoantes dos padrões estéticos ideologicamente difundidos⁸¹ é extremamente importante, mas não em um

⁸⁰ É importante diferenciar que, quando falamos em raça negra, falamos de um discurso de cunho científico que acabou sendo dissolvido ao longo dos anos. Já quando falamos em identidade negra falamos de aspectos socioculturais que acabam por ser relacionados aos povos que são considerados negros (BARROS, 2009).

⁸¹ Como a importante valorização do cabelo intitulado de cabelo afro diante de uma sociedade cujo padrão estético tradicional é o europeu, construído por características como cabelo liso e não crespo, embora o que

sentido de criarmos efetivamente categorias – como a categoria da identidade negra – pois criar categorias é criar, também, hierarquias.

Reivindicar respeito a uma determinada característica cultural que é historicamente atrelada a um determinado grupo racial não precisa ter como consequência, necessariamente, a reivindicação de afirmação de uma categoria e uma identidade fixas e únicas – pois corremos o risco de utilizarmos a mesma base argumentativa das construções hegemônicas que tendem a localizar e atribuir determinadas características (físicas, psicológicas, comportamentais e sociais) a determinados grupos raciais.

Mesmo que a noção de identidade negra tenha sido historicamente importante para a formação de movimentos sociais e reivindicatórios que tinham os negros como protagonistas e que a percepção da construída desigualdade racial tenha estimulado em alguns sujeitos que se reconhecem como negros a criação de um sentimento de pertencimento a um grupo específico que teve e ainda tem vários direitos subjulgados também tenha sido relevante e que esses aspectos tenham favorecido a constituição de importantes resistências micro e cotidianas, como também a constituição de movimentos mais expressivos em prol da igualdade racial, o que questionamos aqui, para propormos um pensamento pós-estruturalista sobre a temática racial, é o caminho adotado por alguns desses movimentos no sentido de fortalecer uma ideia de consciência negra.

Falar de consciência negra tem a ver com falar de um processo de me reconhecer como negra (assim como fiz e prontamente me identifiquei no prólogo desta tese). No entanto, falo aqui de um processo de me reconhecer ou não como negra não no sentido de obrigar os sujeitos a se categorizarem como isso ou aquilo, e nem de acreditar que negro é uma identidade fixa e única, é uma categoria que tem unicidade e que pode ser considerada em oposição aos brancos. O que devo problematizar é a desigualdade que foi histórica e socialmente construída tendo como base argumentativa uma ideia estruturalista de diferença.

Nesse sentido, não deveríamos reivindicar, em um pensamento pós-estruturalista, o reconhecer-se como negro ou reconhecer-se como branco e outras categorias racializadas dentro de uma ideia estruturalista de diferença como oposição. Não se trata de pensar uma consciência negra distinta de uma consciência branca. Trata-se, aqui, de uma ideia de reconhecimento de pertencimento a um grupo que foi *socialmente constituído* como grupo

devamos pensar, em primeiro lugar, é o respeito à liberdade de escolhas dos sujeitos e não uma constituição de hierarquias que dizem como deve ser o cabelo do sujeito constituído como sujeito negro e/ou como deve ser o cabelo do sujeito constituído como branco e outras tantas possibilidades de constituição de hierarquias que, ao invés de promover liberdades por meio de microrresistências cotidianas, promoveria novos enclausuramentos em novas categorias constituídas.

inferior e como grupo oposto a outro grupo por características classificatórias visíveis como cor da pele e traços fenotípicos, que seriam ideologicamente denotativos da noção de raça.

Como aponta Barros (2009, p. 11), “[...] belíssimas realizações culturais – no nível da arte, da música, da literatura – bem como grandes correntes de solidariedade e magníficos esforços de associação têm se organizado em torno da percepção de uma ‘identidade negra’ no mundo moderno”. Além disso, a formação de uma consciência negra⁸² reivindicamos como importante para a constituição do sujeito negro como sujeito político, que nos enxergamos dentro de um grupo cuja identidade foi histórica e ideologicamente constituída como negativa e oposta ao branco europeu. No entanto, o que não devemos reivindicar, no pensamento pós-estruturalista, aqui proposto, é a assunção de *uma identidade ou de uma consciência* negras, pois essa reivindicação seria incompatível com uma proposição pós-estruturalista de pensamento⁸³. Além disso, para o pós-estruturalismo, ninguém pode dizer a outra pessoa quem ela é. Eu não posso, por exemplo, olhar para as minhas sujeitas de pesquisa e dizer que elas são negras ou brancas, assim como, tomando como base as ideias de Foucault (2006a) quando fala a respeito do cuidado de si, não posso dizer a outra pessoa o que a faz feliz. Entretanto, então, a noção de negro hoje na sociedade aciona que sentidos sociais? O que é o ser negro hoje na sociedade brasileira?

7.2.4 O que é ser negro, hoje, na sociedade brasileira?

Não é possível fixar o sentido de um significante para sempre ou trans-historicamente. Ou seja, há sempre certo deslizamento do sentido, há sempre uma margem ainda não encapsulada na linguagem e no sentido, sempre algo relacionado com raça que permanece não dito, alguém é sempre o lado externo constitutivo, de cuja existência a identidade de raça depende, e que tem como destino certo voltar de sua posição de expelido e abjeto, externo ao campo da significação, para perturbar os sonhos de quem está à vontade do lado de dentro (HALL, 2013, s./p.).

⁸² É importante esclarecer que a mencionada reivindicação de uma consciência negra por parte de alguns movimentos sociais e políticos diz respeito à ideia de consciência negra não como uma “[...] autoconsciência de que se é negro, enquanto unidade biológica; é a autoconsciência de que se é negro, enquanto unidade sociológica. Consciência de que se é construído como negro pelos poderes institucionais, pelas formas de sociabilidade, [...] pelas práticas culturais. É a consciência de que, nesta construção social, o indivíduo considerado negro, autoidentificado como negro ou não, pode estar sujeito a desigualdades (BARROS, 2009, p. 221).

⁸³ Como quando criticamos o processo de não se reconhecer negro, quando o sujeito que não se identifica como negro é identificado como tal por nós mesmos (ou pelos movimentos raciais), como aconteceu, de maneira ilustrativa, quando alguns jogares de futebol, socialmente identificados como negros, causaram indignação em movimentos por não se reconhecerem negros. E é aí que reside o perigo de, criticando categorias e fechamentos semânticos, acabar criando, novamente, outras categorias e fechamentos, querendo forçar os outros sujeitos a se reconhecerem em uma determinada identidade.

Preciso problematizar o que é ser negro hoje na sociedade brasileira (sem nenhuma pretensão de universalismo ou de fixar um significado único para o significante negro na sociedade brasileira, como se isso fosse possível). Em primeiro lugar, porque, embora a história seja um aspecto importante para o pós-estruturalismo, ela deve ser entendida, nesse posicionamento, como descontínua e permeada por diversas rupturas. Em uma tese que utiliza como um dos teóricos principais Michel Foucault, há que se pensar, assim como o autor, na não possibilidade de encontrarmos uma origem para os fenômenos que estudamos. Assim como Foucault (1992; 1995) argumenta que o poder não tem uma origem, posso argumentar aqui que raça não tem uma origem, embora eu possa olhar para uma trajetória histórica do termo raça e possa contextualizar momentos nos quais essa noção foi acionada – tanto científica, quanto politicamente – para defender a determinados interesses contextuais, como ocorreu no período colonial.

No entanto, como a história é descontínua, não teria como eu encontrar uma origem para a categoria raça. Sendo assim, quando questiono o que é ser negro hoje na sociedade brasileira, é porque enfatizo a importância de problematizar o que é ser negro atualmente, já que minha tese lida com fenômenos e com sujeitas de pesquisa que vivem esse hoje e cujas produções de sentido também dizem respeito à atualidade (embora esse hoje também seja historicamente construído, ainda que em uma perspectiva não linear).

Em segundo lugar, torna-se importante a problematização a respeito do que é ser negro hoje porque não bastaria recorrer a discursos biológicos para uma definição, ainda que parcial, do negro. Por exemplo, não bastaria eu dizer que o negro hoje na sociedade brasileira é aquele que tem a cor de pele mais escura. Se ressaltar esse argumento, estou considerando que a categoria negro teria um conteúdo pré-biológico que seria a melanina, e inscreveria sobre os corpos uma predefinição. E, também, poderia levar a um entendimento de que existe o sujeito negro universal, o sujeito branco universal, assim como, em relação a gênero, poderia dizer que existe o sujeito mulher universal, o sujeito homem universal e, em relação à sexualidade, existiria o homossexual universal e o heterossexual universal. Essas considerações são, em uma perspectiva pós-estruturalista, uma falácia humanista e Iluminista. Devemos buscar, na perspectiva aqui apresentada, a especificidade local e contextual para entendermos o que é ser negro.

Cito, como exemplos, as categorias de gênero (sujeito mulher, sujeito homem) e sexualidade (homossexual e heterossexual) ao falar da noção de raça como se ela fosse predisposta por um conteúdo biológico porque Simone de Beauvoir nos brindou com uma afirmação que poderia até ser considerada interessante para a discussão aqui colocada sobre

raça, já que cito, no tópico 3.3., Barros (2009) falando a respeito do processo de se aprender a ser negro ou branco. No entanto, é importante enfatizar que considero aqui a questão do aprendizado em relação a ser negro ou ser branco para ressaltar a construção social da noção de raça e a construção social da cor, mas não no mesmo sentido empregado por Beauvoir (1967, p. 9) quando ela fala, a respeito de gênero, do “[...] tornar-se mulher”.

Em uma afirmação que podemos considerar clássica, a autora argumentou que “[...] ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto” (BEAUVOIR, 1967, p. 9). Embora essa afirmação também remeta ao sentido de construção social, não se trata, aqui, de empregar o mesmo raciocínio para dizer que se torna negro na sociedade. Pois, para Beauvoir (1967), a questão biológica ainda estaria presente. Porque, em seu raciocínio, sexo é um constructo biológico e gênero é um constructo cultural. E haveria uma relação direta entre ambos os constructos na medida em que o sexo determinaria o gênero, e o gênero determinaria, por exemplo, a sexualidade.

Já Butler (2003), enquanto teórica pós-estruturalista, que trabalha com gênero, desconstrói esse raciocínio. Para ela, o pensamento dicotômico de que sexo é biológico e gênero é cultural invoca uma falsa dicotomia. Para a autora, como já foi falado, tanto sexo quanto gênero são construções culturais. Trata-se de um pensamento contrário ao de Beauvoir (1967) porque, para a última, o gênero, enquanto constructo cultural, teria um conteúdo pré-biológico em sua definição diretamente relacional a sexo enquanto constructo biológico. Isso significa que, se tomarmos o raciocínio de Beauvoir (1967) dizendo, analogamente, que ninguém nasce negro, torna-se negro, estaríamos também atribuindo ao ser negro um conteúdo pré-biológico, que é a melanina. No entanto, um indivíduo que poderia ser caracterizado como negro por ter a pele escura pode não se considerar negro, por exemplo, pois negro é uma construção social.

Para uma tese pós-estruturalista que fala sobre raça, é adequado discutir o que é ser negro atualmente na sociedade porque, se pensarmos raça por meio de um pensamento pós-estruturalista, pensamos raça como um discurso e não uma categoria biológica. Hall (2013) argumenta que, por mais que seja difícil nos desvincularmos da ideia de raça como sendo algo relacionado à genética e, conseqüentemente, ao fenótipo dos sujeitos, que seria o visível, como cor da pele e outras características físicas, é preciso considerar que raça é uma construção discursiva que é integrante de uma sociedade permeada por muitas práticas de produção de sentidos.

E como essas práticas de produção de sentidos variam de acordo com o contexto sócio-histórico, pensar o que é o significante negro hoje na sociedade brasileira é relevante porque, como Hall (2013) argumenta, os sentidos dos significantes não podem ser definitivamente fixados, sendo constantemente redefinidos e apropriados, havendo um processo constante de (res)-significação. Como diria Hall (2013), raça é um significante flutuante, pois assume diversos significados de acordo com o contexto temporal e espacial.

Dito isso, é importante frisar outro aspecto quando coloco aqui a relevância de pensarmos o que é o significante negro hoje na sociedade brasileira: para o pós-estruturalismo, como já explicitamos, não há uma relação direta entre significante e significado, pois pode haver vários significados para um mesmo significante. Nesse sentido, quando trago a pergunta a respeito do que é o negro hoje na sociedade brasileira, não posso entender esse questionamento como sendo passível de uma resposta única, ou de uma resposta que defina *o negro*, no singular, como se fosse dotado de unicidade. Pois, mesmo no que se refere ao sentido atribuído ao significante negro atualmente, não há apenas um sentido, mas, sim, sentidos possíveis que são também temporais, circunstanciais e contextuais.

Sovik (2014), um leitor de Stuart Hall, que utilizou os escritos do último a respeito da negritude para seus próprios escritos a respeito de branquitude, ressalta uma característica de S. Hall que nos ajuda nessa discussão a respeito do por que se questionar o que é ser negro hoje. Sovik (2014, p. 172) argumenta que S. Hall sempre se perguntava, em seus estudos sobre negritude, *o que há de novo na atual conjuntura?*, movimento esse que faz parte da sua inquietude com sua postura de não se acomodar com conceitos absolutos e universais, que deveriam, para o autor, não só ser contextualizados, como também deveriam ser destacados como temporais.

Nesse sentido, é importante questionar, ao falarmos a respeito do que é ser negro atualmente na sociedade, o que há de novo na conjuntura social brasileira que permite a apreensão de alguns (e não de todos, pois seria difícil esgotar as possibilidades, o que demandaria até um estudo mais profundo a respeito – outra tese, por exemplo) sentidos simbólicos atualmente atribuídos ao ser negro.

Ao fazer a apreensão de alguns desses sentidos, estou propondo que utilizemos também para a categoria raça, assim como fazemos para a categoria gênero, os conceitos de *performance* e de *performatividade*, os quais nos ajudariam a empreender uma discussão a respeito de raça na perspectiva pós-estruturalista. Sendo raça uma categoria que também podemos entender como um dispositivo de poder, ela pode também ser entendida, então, como uma *performance*, a qual estaria relacionada à *performatividade* enquanto repetição de normas

de raça que promoveriam o agir racializado: aquele que conecta os sujeitos a identidades raciais, sendo essas identidades frutos de jogos de verdade – relações entre saber e poder – que constroem os sentidos a respeito do que seja ser um sujeito racializado – seja esse o sujeito branco e/ou o sujeito negro aqui discutidos.

Nesse caso, quando questiono o que é ser negro hoje na sociedade brasileira, estou tentando apreender normas de raça que ligam os sujeitos à identidade racial localizada como identidade negra, que faz com que esses sujeitos existam como sujeitos negros. Assim como não tratamos de uma mera diferença biológica e de uma simples identificação de um corpo morfológicamente feminino ou de um corpo morfológicamente masculino, não tratamos de uma simples identificação visual do negro por meio de sua cor da pele. Apesar de esse aspecto ser o mais utilizado como *classificador* racial, há vários outros sentidos atribuídos a uma identificação com uma determinada noção ideologicamente disseminada de identidade negra.

E, assim como não consideramos, como já discutido no tópico 7.1, que um sujeito não se liga de maneira exata a uma determinada noção de identidade de gênero construída, ele também não se liga de maneira exata a uma determinada noção de identidade racial. E essa não exatidão pode ser considerada como ainda mais significativa no caso da categoria raça porque, ao contrário de uma diferença biológica mais facilmente localizável para identificar o sujeito construído como sendo do sexo feminino (que tem seios, vagina, útero, ovário e óvulos) e o sujeito construído como sendo do sexo masculino (que não tem seios, tem pênis e produz espermatozoides⁸⁴), a diferença biológica raça, além de não ter mais validade científica, recorre às noções de cor da pele e traços fenotípicos, que podem ser demasiadamente variados.

Assim, quando questiono o que é ser negro na sociedade brasileira, estou buscando compreender quais são as normas de raça sendo repetidas por essa categoria em um trabalho contínuo de *performatividade* que liga os sujeitos a uma noção socialmente construída de identidade negra, que faz com o que os sujeitos, nesse País, se reconheçam ou sejam reconhecidos como negros.

Quando proponho a compreensão da categoria raça também no sentido da *performance*, assim como Butler (2003) faz com a categoria gênero, estou inclusive colocando em funcionamento, nesta tese, o conceito de *transperformance* (MATOS, 2000; DINIZ, 2012). Se esse conceito permite o entendimento de que a *performance* do sujeito é atravessada por diversas categorias, não só a de gênero, proponho o entendimento de raça aliado à noção de

⁸⁴ Embora nem mesmo aí nós possamos identificar características universais, já que há sujeitos que nascem com características fora desse padrão, como os hermafroditas.

performance é contribuir para incluir, pelo menos, mais uma das várias categorias possíveis para pensar de que maneira os sujeitos passam a existir de modo atrelado a determinadas identidades.

Ao término da construção dessas relações, me deparei ainda com alguns argumentos de Hall (2013) que contribuem para a relevância de recorrermos a um conceito utilizado em uma perspectiva pós-estruturalista de gênero para uma perspectiva pós-estruturalista de raça, quando o autor alega que

[...] a diferença racial é mais parecida com a diferença sexual do que outros sistemas de diferença, precisamente porque a anatomia, a fisiologia, parece resolver a questão. O que sabemos e aprendemos, aos poucos, sobre a diferença sexual, isto é, a profundidade das questões por trás da produção dessa distinção, é o que precisamos começar a aprender sobre as linguagens que usamos para falar de raça (HALL, 2013, s./p.).

Iniciando, finalmente, então, a discussão que nomeia este tópico, para falar do que é ser negro hoje na sociedade (brasileira, particularmente), podemos recorrer, para ilustração, à opção que fez Du Bois (1991), estudioso que tinha como sujeitos de pesquisa os africanos e afrodescendentes. Pela relevância da noção de raça simbólica, ainda muito presente no contexto social, a solução que o autor encontra é entender que africanos e afrodescendentes têm uma ancestralidade racial em comum, o que ocorre, não por um fator genético ou biológico, mas porque, tanto africanos, quanto afrodescendentes tendem a ter uma história em comum. E essa história em comum os fez serem vítimas de uma classificação em termos raciais que os levou a compartilhar o que o autor chama de memória de desastre. Du Bois (1991) argumenta, então, que a cor da pele em comum compartilhada pelos africanos e afrodescendentes seria um sinal simbólico (e não objetivo ou biológico) “[...] da herança social da escravidão, da disseminação e do insulto dessa experiência” (DU BOIS, 1991, p. 73).

Essa associação poderia ser um *primeiro aspecto* a respeito do que seja ser negro atualmente na sociedade brasileira. Os sentidos atribuídos socialmente a essa palavra, nos dias atuais, remetem à associação do negro com sua ancestralidade africana, tanto que se utiliza o termo afrodescendente⁸⁵, muitas vezes, para se referir ao sujeito negro (SANSONE, 2005). No entanto, devemos considerar que raça é algo muito mais fluido, não só no que se refere à cor da pele, mas também em relação à ideia de descendência (HALL, 2013). Ou seja, esse primeiro aspecto mencionado não pode também ser tomado como universal. E, ao estabelecer

⁸⁵ Sansone (2005) não é a favor do uso do termo afrodescendentes pois, para ele, o termo só causa confusões, já que não estamos falando de genes quando falamos dos sujeitos identificados como negros. O autor argumenta que “[...] o fenótipo (aparência) é o mais importante no processo de racialização no Brasil[e que] estamos falando de nariz, lábios, cabelos e outras partes do corpo que fazem o negro no Brasil” (SANSONE, 2005, p. 251).

um diálogo entre a perspectiva de Du Bois (1991) e esta tese, preciso me lembrar de que, ao falar de empregadas domésticas, estou falando não unicamente de empregadas domésticas afrodescendentes, embora as antecessoras históricas das empregadas domésticas no Brasil sejam as escravas africanas e afrodescendentes.

Nesse sentido, essa noção discursiva e simbólica de raça precisa estar presente em minhas análises quando houver, e se houver, por parte das domésticas entrevistadas, um reconhecimento de si como negras e /ou como afrodescendentes, não cabendo a mim, como pesquisadora, categorizá-las e entender que a noção simbólica de raça é um aspecto que as afeta em sentidos subjetivos, sem que eu saiba como elas mesmas se identificam. Nesse sentido, recorrerei ao termo raça quando este for adequado à maneira como a doméstica que narra sua trajetória de vida e seu cotidiano se identifica e se reconhece socialmente.

Considerando que, dentro de uma perspectiva pós-estruturalista: 1) raça é então uma categoria discursiva e não uma categoria biológica, não podendo, portanto, ser diretamente vinculada a características biológicas dos sujeitos; e que 2) sempre iremos chegar a uma realidade, mesmo que ela seja socialmente construída. Hall (2013) faz uma indagação que é também importante para esta discussão.

Como dar conta da realidade da discriminação e da violência raciais? [...] por que não usar a evidência diante de nossos olhos? Se raça fosse um negócio tão complicado, por que ela estaria evidente de forma tão manifesta aonde quer que olhemos? Preciso dizê-lo novamente porque percebo o sentimento de alívio — depois de darmos umas voltas por essas diversas estruturas discursivas — ao chegarmos ao que todos nós sabemos sobre raça: sua realidade. Dá para ver seus efeitos, dá para vê-la nos rostos das pessoas à sua volta, dá para ver as pessoas se remexendo quando pessoas de outro grupo racial entram na sala. Dá para ver a discriminação racial funcionando nas instituições, e assim por diante. Para que toda essa algazarra acadêmica sobre raça, quando você pode apenas voltar-se para a sua realidade? Que caminho através da história é mais literalmente marcado pelo sangue e a violência, pelo genocídio da *Middle Passage*, os horrores da servidão nos engenhos e a força improvisada? Um significante, um discurso? Sim [...] (HALL, 2013, s./p.)

Fazendo uma analogia que retoma a discussão para os constructos gênero e raça e suas relações com o pós-estruturalismo, assim como desigualdades sociais foram criadas por discursos que se pautavam nas diferenças biológicas dos sexos, construindo gênero como uma categoria discursiva que define ideologicamente o que seriam o homem e a mulher, e quais seriam as relações opositivas entre o que seriam essas duas unidades, desigualdades sociais também foram criadas por discursos que se pautavam na ideia socialmente construída de raça, baseando-se em algumas características físicas que distinguiriam, biologicamente, os corpos dos negros e os corpos dos brancos.

Convencionamos, em termos de definição exemplar, que os negros seriam aqueles que apresentam pele escura, feições de povos da África, cabelo crespo e que os brancos, como foi discutido no tópico 3.3, seriam aqueles de pele clara, feições europeias e cabelo liso (SOVIK, 2004). Essa construção social afetou as relações estabelecidas entre os grupos por meio da percepção construída acerca das diferenças mais aparentes, como as mencionadas (cor da pele, traços do rosto e tipo de cabelo). E é por esse motivo que podemos observar, no que podemos chamar de realidade(s), desigualdades sociais e discriminações pautadas justamente na percepção social da cor; como a maior vulnerabilidade socioeconômica relativa dos sujeitos socialmente construídos como negros e o genocídio de jovens negros no Brasil (ALMEIDA, 2014; FRAGA e SANINO, 2015), para citar apenas alguns dos exemplos possíveis.

Em uma perspectiva realista, existem algumas diferenças fisiológicas que utilizamos como base para classificar os sujeitos em raças? Sim, como cor da pele, formato do rosto, tipo de cabelo e outras possíveis⁸⁶. No entanto, a ideia de considerar raça como uma categoria discursiva é a de propor um entendimento de que essas diferenças comumente utilizadas como base para classificações raciais só passaram a ser assim utilizadas a partir do momento em que passaram a integrar discursos. Foi somente dentro de sistemas de sentido que essas diferenças físicas

[...] adquiriram sentido e se tornaram fatores da cultura humana e da regulação de condutas — essa é a natureza do que estou chamando de conceito discursivo de raça. Não é que as diferenças não existam, mas sim que o que importa são os sistemas que utilizamos para dar sentido a elas, para tornar as sociedades humanas inteligíveis; os sistemas que cotejamos com as diferenças, a forma como organizamos essas diferenças em sistemas de sentido com os quais, de alguma maneira, fazemos com que o mundo nos seja inteligível. E isso nada tem a ver com negar que — como digo, o teste do público — se você olhar ao redor vai descobrir que, realmente, temos aparências diferentes uns dos outros (HALL, 2013, s./p.).

Seguindo o raciocínio de Hall (2013), é o mesmo que dizer que não podemos negar o apelo que muitos estudiosos e/ou ativistas da temática racial fazem aos seus interlocutores no

⁸⁶ Em relação a esses aspectos, pele escura, “[...] cabelo crespo, nariz largo, lábios grossos, traseiros grandes. E, conforme o escritor francês Michel Cournot o expressou com delicadeza, ‘pênis do tamanho de catedrais’” (HALL, 2013, s./p.) são características comumente atribuídas aos negros (embora seja difícil se pautar por esses aspectos dada a diversidade dessas características nos mais variados grupos sociais. O que descrevemos aqui são estereótipos físicos construídos para os negros, em uma visão que não só reivindica unicidade para as características físicas dos *negros*, como também uma relação binária, como se os *brancos*, por exemplo, tivessem então o oposto dessas características). Para Hall (2013), não é à toa que essas são as diferenças escolhidas para classificar os grupos raciais. O autor lembra que “[...] elas não estão baseadas na diferenciação genética, mas são claramente visíveis a olho nu. São absolutamente, evidentemente, indisputavelmente presentes. São a diferença visível. [...] [Para o autor] Somos leitores de raça [...]. Somos leitores da diferença social. [...] ‘O pessoal lá é diferente, dá para perceber que são diferentes!’ Bem, essa obviedade, a própria obviedade da visibilidade de raça, é o que convence que isso funciona, porque isso está significando algo: é um texto que conseguimos ler” (HALL, 2013, s./p.), embora não com tanta precisão no caso de populações muito miscigenadas. Para esse raciocínio, teríamos que ter espécies com características exemplares de cada raça discursivamente construída.

sentido de chamar a atenção para a existência do racismo –*façam o teste do pescoço* (SOUZA e ANTERO, 2013) e olhem, dependendo do espaço social em que estão, quantos sujeitos socialmente construídos como negros (de acordo especificamente com a aparência física) vocês observam? Nas áreas duras para os negros mencionadas por Sansone (1993), que podem ser exemplificadas por universidades e mercado de trabalho mais qualificado, os sujeitos construídos como negros tendem a ser a minoria ou estarem presentes justamente nos postos mais precários de trabalho dentro desses espaços.

Sendo assim, um *segundo aspecto* relevante para dizermos o que é ser negro atualmente na sociedade brasileira diz respeito à posição social e simbólica ocupada pelos sujeitos socialmente construídos como negros na sociedade: ser negro é ocupar, na maior parte dos casos, uma posição de inferioridade no que se refere a índices socioeconômicos e qualidade de vida; ocupar, relativamente, os postos mais precários de trabalho e estar mais exposto a violências físicas e simbólicas, como o citado genocídio de jovens negros (ALMEIDA, 2014; FRAGA e SANINO, 2015).

Recorrendo agora à Foucault (1987; 1992; 2006c; 2012) para a discussão de um *terceiro aspecto* importante, as diferenças construídas como diferenças raciais observáveis entre as raças socialmente construídas, como as diferenças físicas, que permitem processos de categorização social, só produzem sentidos porque se circunscrevem em relações de saber-poder e produção de conhecimento. No que se refere especificamente ao saber e à produção de conhecimento, as diferenças físicas hoje atreladas ao sentido raça fizeram parte da construção de jogos de verdade no campo da ciência que afirmavam não só a existência científica do conceito de raças, como também a possibilidade de estabelecer relações de superioridade e de inferioridades entre essas raças.

E esses jogos de verdade, contextualizados na esfera do saber e da produção de conhecimento, serviram a relações de poder, sobretudo no período colonial, como já discutimos. A ciência, para Hall (2013), assumiu a função cultural de fixar a ideia de uma diferença que queríamos estabelecer como verdade. Tanto no campo religioso, quanto no campo da antropologia, essa tentativa de estabelecer a diferença já havia sido realizada. No entanto, a ciência exerceu um poder muito mais substancial no que se refere à crença em sua capacidade de gerar verdades absolutas. Nas palavras de Hall (2013, s.p.), a ciência fixou e estabilizou

[...] o que de outra maneira não haveria como ser fixado ou estabilizado, [assegurando e garantindo] a verdade das diferenças discursivamente construídas. [...] É por isso que o traço científico permanece um instrumento tão poderoso no

pensamento humano, não só na Academia, mas em toda parte do discurso do senso comum das pessoas. Durante séculos, se lutou para estabelecer uma diferença binária, entre dois tipos de pessoa. Mas quando chegamos ao Iluminismo⁸⁷, que diz ou reconhece que somos todos de uma mesma espécie, foi preciso encontrar uma maneira de marcar a diferença dentro dessa espécie e não entre duas espécies — porque uma parte da espécie é diferente: mais bárbara, atrasada ou civilizada do que a outra parte (HALL, 2013, s./p.).

A categoria discursiva raça foi construída de maneira a fundamentar uma relação entre natureza e cultura. Se há diferenças biológicas – e, portanto, naturais – entre os sujeitos, as diferenças culturais entre eles são discursivamente justificadas. Estando a relação entre natureza e cultura estabelecida, a partir do momento em que uma pessoa é classificada como pertencente a uma determinada (ideia de) raça, características comportamentais e culturais seriam a ela imediatamente atribuídas (HALL, 2013). E é dessa relação que parte o entendimento acerca da existência de preconceitos raciais. Preconceitos são constituídos a partir do acionamento simbólico de sentidos que a ideia de raça promove.

Poderíamos citar, então, algumas características físicas e culturais atribuídas aos sujeitos socialmente construídos como negros como sendo um *terceiro aspecto* importante para pensarmos o que é ser negro hoje na sociedade brasileira, especialmente sobre os sentidos que acabam se tornando visões estereotipadas acerca dos mesmos. Alguns deles são ilustrados no quadro 7.

Quadro 7 - Sentidos estereotipados acionados por meio do significante negro na sociedade brasileira

Características Físicas	Características Sociais, Psicológicas, Comportamentais e Culturais	Personagens
Pele escura	Bom de bola	Empregada doméstica
Pele parda	Bom(boa) de samba	Jogador de futebol
Cabelo <i>duro</i>	Marginal ⁸⁸	Criança carente
Nega do cabelo <i>duro</i>	Preguiçoso(a)	Preto velho bondoso
Cabelo <i>ruim</i>	Ladrão(a)	Meiga mãe preta
Cabelo de <i>Bombril</i>	Talento para música	Humilde e fiel servidor do homem branco
Cabelo de <i>picumã</i> ⁸⁹	Astúcia	Passista de escola de samba

⁸⁷ Para o pensamento Iluminista, rejeitado pelo pós-estruturalismo, a ciência teria capacidade de olhar para toda a criação humana (HALL, 2013). Sendo assim, no que se refere ao fornecimento de uma base argumentativa para sustentar a categoria discursiva raça e as diferenças sociais a ela atribuídas, ela exerceu um papel importante.

⁸⁸ No sentido pejorativo da palavra como sinônimo de contraventor, criminoso.

Cabelo crespo	Ingenuidade	Funkeiro ⁹⁰
Cabelo crespo trançado	Afrodescendente	Expressões populares
Cabelo alisado (por processos químicos)	Sensual	Negro parado é suspeito, correndo é ladrão.
Cabelo crespo por técnica de aplique	Sexual	Negro quando não suja na entrada, suja na saída.
Cabelo liso por técnica de aplique	Sedutor(a)	Preto
Descabelado(a)	Bom(boa) de cama	Negão
Sujo(a)	Cozinheira	Mulato(a)
Malcheiroso(a)	Pobre	Macaco
	Força física	Tição
	Resistência física	

Fonte - FREITAS, RODRIGUES e SANTOS, 2014; GOMES LINO, 2002); MARTINS, 2015; NUNES E OLIVEIRA, 2014; PINTO e FERREIRA, 2014; PROENÇA FILHO, 2004; RODRIGUES, 2014; SOUZA, 2015.

Há estereótipos que têm sentido positivo e/ou negativo, mas que, de todo modo, contribuem para generalizações a respeito do que seja o negro na sociedade. Observamos também que há características que remetem ao período escravocrata e outras que remetem a práticas culturais atribuídas aos negros como o samba. E há características que seriam, em um sentido estruturalista, já determinadas pela genética (que seriam as característica do fenótipo), e outras que, além da genética, seriam fruto da intervenção dos próprios sujeitos, como cabelo trançado, cabelo alisado por processos químicos e cabelos alongados por apliques.

Além disso, há outro aspecto importante a ser observado nessas caracterizações: o fato de elas serem também demarcadas pelo gênero, pois há algumas que são colocadas para somente um dos sexos, e outras que são consideradas para ambos os sexos, o que demonstra

⁸⁹ Essa e outras expressões estão presentes em maneiras estereotipadas de referir aos cabelos dos negros. Gomes Lino (2002) dá como exemplo a utilização dessas expressões em apelidos recebidos por crianças negras em escolas, os quais marcam seu primeiro contato com experiências de rejeição ao corpo negro.

⁹⁰ O *funk* no Brasil é um estilo musical popular associado aos jovens da periferia, já que teve como principal origem músicas compostas por moradores de favelas cariocas. No entanto, o termo *funkeiro* aciona sentidos estereotipados que vão além do simples gosto musical: diz respeito a um estilo de vida que é socialmente discriminado. Para ilustrar, a definição de *funkeiro* dada pela Desciclopédia, que é um *site* de humor que parodia o Wikipedia, é: “funkeiros são seres que amam apanhar, são nascidos sem cérebro, não sabem o que é música, não conhecem fones de ouvido, não fazem parte das subculturas do rock, não tem nenhuma cultura, odeiam poesia, são debiloídes e imbecis, assistem Esquenta [programa da TV Globo que é associado ao público da periferia], em vez de transar em cemitério, fazem isso em qualquer buraco com qualquer prostituta ou travesti. Os funkeiros mais comuns gostam de ‘ostentar’ carros de luxo, óculos que mais parecem olho de Bolsa Família e AIDS” (DESCICLOPÉDIA, 2015, s.p.).

que a categoria raça não opera de maneira isolada para categorizar os sujeitos, contando também com outros aspectos como gênero, além do próprio aspecto econômico (como a estereotipia do negro pobre).

As características presentes no quadro 8 ilustram toda a relação ideologicamente construída entre natureza e cultura no que se refere à categoria raça, a qual vai, então, contribuindo para a construção do que é ser negro, principalmente porque a construção discursiva raça exerce um impacto significativo sobre o senso comum e sobre as produções cotidianas de sentidos.

Um *quarto aspecto* importante para pensarmos o que é ser negro atualmente na sociedade brasileira diz respeito a algo bastante contextual em termos históricos: a recente instituição de cotas raciais para ingresso de estudantes que se autodeclaram pretos ou pardos nas universidades. A instituição dessas cotas, que são um tipo de política afirmativa⁹¹, incitou ações, reações e debates a respeito da temática racial em nosso País. Sem querer me prolongar na discussão sobre o assunto ou sobre os méritos e deméritos da medida, as cotas raciais para as universidades, para o funcionalismo público e para os meios de comunicação, estimularam uma reação conservadora tão forte que Sovik (2004) a interpreta como sendo a adoção de novos discursos pela branquidade a fim de buscar a manutenção de sua hegemonia.

Essa nova política pode levar a (res)-significações ou ainda a fortalecimentos de algumas características das relações raciais no País, como a própria ideia socialmente construída de oposição entre brancos e negros. Como ressalta Sovik (2004, p. 373), “[...] de repente, os brancos começaram a anunciar-se como tais, a questionar afirmações de identidade racial negra que poderiam ser ‘mentirosas’, brancos fingindo ser negros para conseguir vantagens”. Outra característica que tende a ser ressaltada é a afirmação de que outros fatores possam ser mais justificadores da desigualdade do que o aspecto racial. Nesse sentido, há uma maior aceitação das cotas relativas ao critério econômico, como as que beneficiam os alunos de escolas públicas (SOVIK, 2004). Há também os discursos que defendem que a política de cotas fere a dignidade dos negros (SOVIK, 2004).

Outra estratégia discursiva que é utilizada nesse cenário para uma oposição às cotas raciais é o questionamento implícito da própria capacidade ou vontade do negro. Na mídia, a

⁹¹ As políticas afirmativas podem ser políticas públicas ou privadas que têm como objetivo a neutralização das consequências de diversas discriminações, como a racial. No caso brasileiro, no que se refere ao debate sobre cotas, que é um tipo de política afirmativa, diz respeito à reserva de vagas na educação superior pelo critério da autodeclaração racial. Apesar de política afirmativa se tornar um debate intenso mais recentemente em nosso País, essa é uma prática já adotada há alguns anos em outros países e, também, no Brasil, para lidar com a discriminação de deficientes, por exemplo. No caso de cotas, o País que foi o primeiro a adotar cotas raciais para ingresso na educação superior foi a Índia, o que fez em 1930 para o incentivo ao ingresso de Dalits nas universidades (BACELLAR e SILVA; SILVA, 2012; BAILEY; FIALHO; PERIA, 2015).

nomeação do primeiro ministro negro do País, em 2012, Joaquim Barbosa Gomes, tornou-se um exemplo discursivo de que não se deve entrar nas universidades por meio de cotas, mas por esforço próprio. O ministro passou a ser discursivamente utilizado como um exemplo de que o que implicitamente faltaria é um esforço dos negros para buscarem suas oportunidades, algo que seria independente de sua condição racial. Abaixo, trago um exemplo dessa estratégia discursiva em uma fala do jornalista Alexandre Garcia no jornal Bom dia Brasil, da Rede Globo.

Ele [Joaquim Barbosa] fez a opção certa. Trabalhou muito, estudou muito e chegou ao Supremo, agora é o presidente do Supremo, o chefe de um dos três poderes da República Federativa do Brasil. Estudou em escola pública quando se saía da escola pública em condições de entrar na universidade pública. E não precisou de lobbies para subir. Sempre foi pelo caminho do concurso público. Exemplo! [...] Joaquim Benedito Barbosa Gomes é a prova de que é possível com estudo e com trabalho. E que estudo, aperfeiçoamento, dedicação, trabalho **honesto** são sinônimos de oportunidade. E como colheu de tudo isso o filho de lavradores, Martinho da Vila, quando perguntaram a ele **mais uma vez** [o jornalista enfatiza esse trecho expressando por meio de gestos e entonação de voz um cansaço em relação ao tema da cor da pele] sobre a cor da pele, Martinho respondeu: ‘a importância de Joaquim Barbosa no Supremo não é pela cor, é pela capacidade’ (GARCIA, Jornal Bom dia Brasil, 23 nov. 2012, grifos de quem ???).

No mesmo programa em que Alexandre Garcia fez essas declarações, o caso de um ex-morador de rua que conseguiu se formar na faculdade foi explorado em uma reportagem (BOM DIA BRASIL, 23 nov. 2012) para enfatizar o discurso do esforço. Embora o ex-morador tenha chamado a atenção para a falta de apoio que recebem os moradores de rua, não problematizamos essa falta de assistência. O que predomina na reportagem apresentada é uma visão que romantiza a situação e que glorifica a determinação.

A extrapolação da estratégia de utilizar o personagem do ministro se deu com a circulação em redes sociais de uma imagem que atribuída a ele uma fala implicitamente contrária às cotas e que pode ser observada na figura 6.

Figura 6 - Imagem de Joaquim Barbosa veiculada nas redes sociais.



Fonte – BEIER, 2012, n.p.

No entanto, o ministro Joaquim se declarou favorável às cotas e votou favoravelmente a elas no Supremo Tribunal Federal (STF, 2012). Além disso, já publicou artigos em que defendia as ações afirmativas por considerá-las importantes para um país em que, segundo ele, os negros foram excluídos do processo produtivo e de uma vida social digna (GOMES, 2001a; 2001b; 2001c; 2001d).

Essas observações sobre os discursos da mídia são importantes porque o que observamos é um ressurgimento dos discursos de democracia racial, como se as oportunidades de ascensão social fossem iguais para todos. A situação de exceção representada pela posse de um ministro construído como negro na presidência do STF tem sido discursivamente construída como uma exceção do negro que se esforça.

Outro aspecto que acho pertinente comentar nesse reacender de debates em torno da temática racial são os potenciais riscos do não entendimento, pela sociedade, do que podem representar as cotas raciais em um país que foi formado, desde o seu início, por uma noção estruturalista de diferença e pela construção da diferença de cor como sendo desigualdade. É preciso lembrar que se trata de uma sociedade que foi socializada para perceber a diferença de cor como sendo diferença social, percepção essa que não pode ser modificada do dia para a noite. É uma sociedade cuja maioria que há pouco tempo recebeu a notícia da criação das cotas raciais não problematizou a situação do sujeito construído como negro em nosso país e se acostumou a conviver com o mito da democracia racial.

A partir das cotas, a maneira como os sujeitos constituídos negros poderão ser vistos em lugares simbolicamente destinados a brancos, como as universidades, pode ainda insuflar manifestações discriminatórias nem tanto veladas e uma maior explicitação da construção social da cor atrelada ao menor mérito dos negros por estarem nessas universidades, o que já ocorreu e sobre o que já foi estudado, pois já há vários relatos de práticas discursivas e sociais discriminatórias em relação aos negros que ingressam nas universidades por meio das cotas, o que ocorre, sobretudo, no cotidiano das relações sociais estabelecidas por eles dentro e fora do espaço da universidade (BELLO, 2011; MUNHOZ, 2009; TEIXEIRA, NASCIMENTO e CARRIERI, 2014; WELLER e SILVEIRA, 2008).

E essa é uma discussão que diz respeito diretamente às empregadas domésticas, não só por estarmos no campo das relações raciais no Brasil, mas porque estamos em um contexto em que algumas empregadas estão se inserindo nas universidades (PERDIGÃO, 2012). Estando ainda mais confinadas a uma inserção em universidades particulares por meio do apoio de programas governamentais, pode ser que as cotas raciais representem um estímulo à sua inserção em universidades públicas.

Essa é ainda uma sociedade que se formou em meio aos discursos hegemônicos sobre as relações raciais no Brasil que foram aqui apresentados, tais como “[...] o valor que se atribui a uma herança cultural de convivência inter-racial pacífica, a chamada democracia racial” (SOVIK, 2004, p. 376). Pedir que essa sociedade entenda que a diferença (no sentido estruturalista) de cor foi constituída como sendo desigualdade de oportunidades e que as exceções se justificam por outros fatores que vão além da vontade e do esforço do próprio sujeito construído como negro é ainda uma solicitação que não pode ser completamente atendida.

Sendo assim, o *quarto aspecto* importante para falarmos o que é ser negro hoje na sociedade brasileira diz respeito, resumidamente, a um contexto reativo às cotas raciais que traz como possibilidade um acirramento na oposição discursiva entre brancos e negros. Como as cotas são definidas por critérios relacionados à cor da pele dos estudantes, retomamos discursivamente, em termos contextuais, a relevância da cor da pele para a definição discursiva do que é o negro – aquele que tem a pele preta ou parda. Além do elemento cor, outro é também acionado e já foi aqui discutido: a ascendência. O senso comum tende, sobretudo, a questionar a autodeclaração de raça pelo aspecto cor da pele, mas também menciona o fator ascendência: se há negros na família ascendente do sujeito, ele poderia se identificar como negro para ter acesso às cotas raciais, mesmo que não tivesse a cor propriamente escura.

Essa é uma discussão longa e que demandaria uma seção específica para sua abordagem, até porque não é permeada por consensos. O conteúdo discutido no parágrafo anterior, por exemplo, é permeado na sociedade por vários dissensos. Não pretendendo a continuidade dessa discussão enquanto foco desta tese, o que quero enfatizar, enquanto *quarto aspecto*, é o acionamento significativo de sentidos como cor da pele e ascendência para me referir ao negro na sociedade brasileira atual, o que ocorre dentro mesmo de uma visão tradicionalista e estruturalista de diferença. Além disso, outro sentido acionado em meio aos discursos reativos às cotas – e por isso entendido como acessório desse *quarto aspecto* tem a ver com o discurso da meritocracia⁹², que traz como consequência o sentido de que o negro seria aquele que não se esforçaria para ocupar os lugares que atualmente não ocupa, desconsiderando toda a conjuntura social que explica a desigualdade racial que é característica histórica de nosso País.

⁹² O discurso da meritocracia defende a utilização exclusiva do critério mérito individual, desconsiderando a dificuldade em falar em meritocracia em contextos historicamente marcados pela desigualdade de oportunidades ofertadas aos diversos grupos sociais. Para Talib e Fitzgerald (2015), os discursos de defesa da meritocracia acabam promovendo uma legitimação da desigualdade.

Um *quinto sentido* que podemos mencionar e que é também atrelado ao *quarto aspecto* no que se refere ao elemento cor da pele, embora traga outros aspectos além da cor, é o do negro como sendo aquele cuja estética não se encaixaria no padrão estético europeu construído como hegemônico. Os sujeitos com características estéticas como cor da pele clara, cabelos e olhos claros, nariz mais afinado e lábios finos são aqueles socialmente construídos como sujeitos com uma estética padronizada como ideal e mais próxima de padrões positivos de beleza. E são justamente sujeitos com algumas dessas características estéticas os mais presentes na publicidade, na dramaturgia e em diversos espaços e manifestações artísticas (SOVIK, 2004). Na visão de Guerreiro Ramos, a branquidade se tornou um ideal estético em uma sociedade que tenta patologicamente negar a maioria construída como negra na formação de sua população (RAMOS, 1957). Até mesmo em manifestações culturais como o

[...] carnaval do Rio de Janeiro, onde as escolas de samba têm componentes das comunidades da periferia, em sua maioria negros, [...] os "destaques" que são os focos de atenção nos carros alegóricos ou no papel de rainha de bateria muitas vezes são aquela suposta raridade, na população brasileira, louras [...] não é por saber sambar que são convidadas (SOVIK, 2004, p. 370).

Esse fato representa a entrada de um padrão estético branco europeu mesmo nas manifestações historicamente originadas da população afrodescendente, o que é mais um elemento sobre o qual podemos refletir quando falamos em relações raciais no Brasil. É também por meio de Sovik (2014), agora em reflexões mais recentes, que falarei do *sexto e último sentido* aqui discutido a respeito do que é ser negro atualmente na sociedade brasileira.

Esse *sexto sentido* guarda relações com o *quarto* que, contextualizado pela adoção das cotas raciais para ingresso em universidades, falou a respeito de uma medida que incentiva um maior acesso de grupos minoritários no espaço das universidades. E ele foi pensado por intermédio da leitura do texto de Sovik (2014), estudiosa do tema da branquitude, que tem também como base de seus trabalhos o pensamento de Stuart Hall.

Ao propor uma breve reflexão a respeito do que há de novo na atual conjuntura brasileira que permitiria o entendimento acerca dos sentidos da ideia de branquitude, a autora menciona um fenômeno de importante consideração ao pensar o que há de novo na conjuntura e que pode permitir novos sentidos / ou alterações no sentido atribuído ao que é ser negro: os rolezinhos de jovens da periferia *em shopping centers*. Além dos rolezinhos, a autora menciona um episódio oriundo de uma manifestação de racismo no contexto do futebol.

Se o racismo entrou em pauta com os rolezinhos da juventude popular e negra, nos shoppings de grandes cidades entre dezembro de 2013 e janeiro de 2014, e a campanha "somos todos macacos", em maio de 2014, isso significa que o racismo entrou em pauta de uma nova maneira? Quais são as (novas) forças que o reconhecem como problema? Nada mais adequado à inquietude de Hall do que terminar com perguntas, essas ou outras que nos levem a constituir teoricamente respostas a um problema estratégico e político, o racismo (SOVIK, 2014, p. 172).

Os casos de racismo no futebol retomam os sentidos estereotipados presentes no *quarto* aspecto mencionado e que são ilustrados na figura 6. Várias foram as manifestações de racismo já praticadas por membros de torcidas presentes em partidas de futebol de maneira direcionada a jogadores identificados como negros. Elas retomam alguns sentidos já apresentados aqui porque se recorre, nessas manifestações, a expressões como negro macaco, sujo, preto. São práticas que vêm sendo reincidentes. E se elas seriam aparentemente mais comuns em jogos realizados no continente europeu, onde historicamente se registraram essas manifestações, elas ocorrem já há alguns anos e continuam a ocorrer em partidas realizadas no Brasil e também em outros países latino-americanos (AGUIAR, 2015; PEREIRA e GOIS, 2015).

Já os rolezinhos são fenômenos que nos ajudam a acrescentar um *sexto sentido* ao que é ser negro hoje na sociedade: sujeitos estética ou comportamentalmente constituídos como negros, que invocam uma noção negativa de diferença, a qual deveria ser evitada e mantida afastada para que a relação hierárquica entre os diferentes fosse mantida no que se refere à ocupação de espaços simbolicamente representativos de diferenças de *status* e de hierarquias historicamente constituídas.

Os rolezinhos são encontros de jovens que residem em bairros periféricos de algumas cidades brasileiras realizados em *shopping centers*. A ocupação de grupos numericamente significativos nesses templos do consumo e a massiva repressão policial a essa ocupação suscitou intensos debates acerca de temas como segregação social, segregação racial e práticas culturais e políticas de consumo. Os rolês ocorreram em capitais como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre e outras (TEIXEIRA, NASCIMENTO e BARROS, 2014).

A temática racial foi inserida a esses debates que acionam dimensões diversas como a econômica (renda, classe) porque os *shoppings* são entendidos como espaços constituídos como áreas duras para os negros, onde eles circulam invocando alguns dos estereótipos negativos a eles associados – como do negro marginal, ladrão e pobre e que, portanto, deveria ser evitado e/ou vigiado/controlado nesses espaços. Nesse sentido, várias já foram as

manifestações de discriminação por parte de setores de segurança de *shopping centers* e também de vendedores direcionadas, sobretudo, a jovens identificados como negros. E os *shoppings*, em contextos latino-americanos historicamente marcados pelo colonialismo, são considerados figuras paradigmáticas do discurso colonial, pois são marcados por relações de poder e racismo (ANDRADE; 2012; JORDÃO, 2014; NASCIMENTO *et. al.* 2014; TEIXEIRA, NASCIMENTO e BARROS, 2014).

Observamos um fenômeno ligado aos rolezinhos, mas a eles também independente, em que ocorre a

[...] construção do *shopping* como uma "área dura" específica em que a "cor" afeta a permissão simbólica para determinados grupos sociais e [...] espaços simbólicos [...] em que a personagem do jovem negro, mano, favelado e que gosta de *funk* é implicitamente negada como personagem comum a um *shopping*. Por esse motivo, ir com a cor negra (entendendo a cor como uma construção social e não meramente a cor da pele) a um *shopping* pode assumir basicamente dois sentidos [...]: (1) ser favelado, mano e 'sou phoda' e (2) significa frequentar aquilo que simbolicamente deixou de ser um *shopping* (NASCIMENTO *et. al.* 2014, p. 16).

A ideia de que um espaço deixa de ter seu *status* simbólico, deixando de ser símbolo de distinção hierárquica entre grupos sociais, como ocorre em relação ao *shopping*, também acontece em relação a outros diversos espaços que, nos últimos anos no Brasil, vêm sendo mais significativamente ocupados por grupos periféricos que antes não estavam com frequência nesses espaços. E essa dinâmica reforça a mencionada construção do sentido do negro como sendo aquele que deva ser evitado e/ou controlado, indesejado em determinados espaços.

Quando invocamos essa figura do negro, invocamos também vários estereótipos a eles relacionados, como os apresentados na figura 6. No caso de espaços simbolicamente pertencentes a grupos socialmente favorecidos, ser negro assume o sentido de ser potencialmente pobre, marginal, ladrão, *funkeiro*, descabelado, sujo emalcheiroso dentre outros. Um exemplo empírico que ganhou destaque no que se refere a um estranhamento em relação a mudanças nas características de quem frequenta determinados espaços antes elitizados foi a ironia realizada em fevereiro de 2014 por uma professora universitária ao postar, em uma rede social, a foto de um homem vestido de camiseta regata e bermuda em um aeroporto, quando questionou: "*aeroporto ou rodoviária?*".

Diante dessa indagação, que traz como implícito subentendido a ideia de que o homem não estava adequadamente vestido para estar em um aeroporto, mas que estaria vestido como se estivesse em uma rodoviária, remete interdiscursivamente à caracterização do aeroporto

como um espaço mais elitizado e, portanto, mais glamourizado no que se refere às vestimentas utilizadas para circular nesse espaço e que deveria, então, ser restrito a determinados grupos sociais. A postagem da professora ainda teve como resposta outros enunciados proferidos por seus amigos na rede social que trazem conteúdos preconceituosos em relação a um novo perfil de frequentadores dos aeroportos, dentro de um contexto de ampliação do acesso da população ao transporte aéreo.

A postagem rendeu, por parte de participantes do seu grupo social na rede, outros textos no mínimo preconceituosos: "Esse tipo de passageiro fica roçando o braço peludo no seu porque não respeita o limite de assento"; "O bom senso ficou em casa"; "O pior é que o Mr. Rodoviária está no meu voo. Ao menos, não do meu lado. Ufa!", arremata a professora, comparando os trajes do homem aos de um estivador (RIBEIRO, 2014, s./p.).

No entanto, o que percebemos também nesse atual movimento de maior ocupação, pelos negros, de espaços nos quais eles podem ser socialmente indesejados é uma maior percepção desses negros sobre as discriminações raciais às quais são submetidos. Como defende Freitas (2014), também em análise sobre sentidos recentes a respeito dos negros na sociedade brasileira, mas tendo como foco os jovens,

[...] é preciso aprofundar a análise sobre o que é "ser jovem negro" num tempo em que já não é mais majoritária a posição de que "não há racismo no Brasil" e em que, mesmo persistindo as desigualdades e discriminações, começam a surtir efeito os primeiros esforços realizados nas décadas anteriores para adoção de políticas de enfrentamento das desigualdades. Ainda que experimentem a realidade da segregação no seu cotidiano, os jovens negros desta geração já vivenciam as primeiras políticas de promoção da igualdade racial e suas consequências. Isso porque nasceram em um período em que os movimentos negros já vinham lutando para que o Estado brasileiro e as organizações internacionais reconhecessem o racismo como problema social a ser enfrentado em nossa sociedade (FREITAS, 2014, p. 3).

Para o autor, esse reconhecimento do racismo por parte de jovens negros é incentivado por esse mencionado movimento de maior ocupação, por eles, de espaços antes mais elitizados. Freitas (2014) argumenta que o fato de os jovens negros frequentarem hoje espaços que eram quase exclusivamente ocupados por jovens construídos como brancos permite uma visualização mais direta do racismo. Para exemplificar esses espaços, o autor recorre aos mesmos já mencionados aqui: os *shoppings*, as universidades e os aeroportos.

Após a enumeração de alguns aspectos relevantes para pensar o que é ser negro atualmente na sociedade brasileira, trago de Hall (2003) uma observação interessante a respeito desse próprio movimento de questionar o que é ser negro e/ou o que é ser branco em

uma determinada sociedade, dentro de uma localização espaço-temporal específica. A observação de Hall (2003) é a de que o exercício de pensar os sentidos do que é ser negro na sociedade traz indubitavelmente sentido ambivalentes.

Embora eu tenha mencionado aqui sentidos construídos a respeito do ser negro que assumem uma orientação negativa em relação a esses sujeitos, há outras possibilidades de sentidos de orientação aparentemente mais positivos que podem também ser invocados. E uma boa parte deles diz respeito à ligação histórica dos negros com o trabalho: força física, habilidade com a dança e com os esportes, uma ligação com as atividades do cuidado, do afeto e, também, da culinária e uma prática cultural de viver dentro de valores comunitários no que diz respeito ao estar atento ao outro (esses sentidos, embora em um primeiro momento positivos são, eles próprios, ambivalentes, pois tendem a confinar os sujeitos negros a atividades às quais eles estiveram historicamente mais atrelados).

No entanto, todos esses sentidos, embora, muitas vezes, invocados, precisam ser localizados, nesta tese, como sentidos estereotipados e que, em nenhum momento, podem representar generalizações a respeito de como são ou deveriam ser os negros. Se não, corremos o risco de reivindicar os estereótipos que contribuem para uma classificação comportamental e cultural de grupos sociais com base em características muito superficiais como a cor da pele, por ser essa uma das características visíveis mais utilizadas para as classificações. E corremos o risco de reforçarmos considerações, muitas vezes ouvidas pelos negros como *como assim você não sabe sambar?; como assim, você não gosta de pagode?; sempre quis saber como é uma mulata na cama* (IRAHETA, 2015) dentre outras tantas possíveis afirmações de estranhamento diante de um sujeito identificado como negro que não carrega consigo as características a ele socialmente atribuídas.

Por fim, ressalto que o esforço empreendido aqui de discutir a temática racial dentro de uma perspectiva pós-estruturalista passa por um caminho sinuoso e complexo. E o que se apresenta aqui é apenas uma tentativa inicial de lidar com a questão. Coloco a junção entre raça e pós-estruturalismo à prova do debate e à prova de uma aplicação epistemológica no momento das análises dos discursos das minhas sujeitas de pesquisa. Pois muitas discussões ainda precisam ser realizadas acerca de um tema tão complexo.

Outra ressalva importante é que, mesmo os estudos pós-estruturalistas que focalizam a questão racial não podem deixar de lado a imbricação dessa categoria com outras como gênero, classe, etnia, orientação sexual, idade, religião, origem geográfica etc. Pois, nessa vertente, a “[...] história de uma categoria deve ser compreendida à luz da história de outras várias categorias” (LIMA COSTA, 2002, p. 72), pois são várias as dimensões de subordinação

e marginalização sociais. Mesmo que várias dessas categorias sejam deixadas de lado aqui, não se trata de uma negação de sua importância, mas de uma escolha diante da necessidade de estabelecer focos de discussão em virtude das limitações de um trabalho científico.

No próximo tópico, parto para a análise em busca do entendimento de como a categoria raça, compreendida dentro do contexto epistemológico aqui percorrido, pode influenciar as artes das empregadas domésticas.

7.2.5 Partindo para as análises: A influência de raça nas artes das empregadas domésticas

Este talvez seja o tópico que demande menos números de páginas de análise nesta tese, embora bastantes páginas tenham sido dedicadas ao trabalho prévio de desenvolvimento da análise teórica e epistemológica sobre raça. Por que isso ocorre? Porque eu não fui ao campo fazendo com que as empregadas me dissessem várias coisas a respeito do aspecto racial, fazendo apenas uma questão diretamente envolvida com o mesmo. Outro motivo é porque entendo que não posso acionar, dentro do que me proponho nesta tese, possíveis categorizações que eu mesma, em minha subjetividade e alteridade, como leitora de raça que posso ser (já que Hall (2013) considera que todos podemos ser leitores de raça), possa ter-lhes aplicado quando as vi.

No que me proponho, entendo que não posso fazer esse acionamento porque, em primeiro lugar, partindo de uma perspectiva pós-estruturalista, categorizações prévias dessas mulheres, colocando-as em caixinhas, seriam incoerentes com o que essa perspectiva tem como pressupostos. O que interessa, para mim, é ver como elas se relacionam com esse aspecto racial, se ligando ou não a identidades e tornando-se sujeitas racializadas/ou não. E se eu fizesse muitas perguntas a respeito dessa temática, poderia induzir a classificações e categorizações muito excessivas diante de inevitáveis significados acionados aos significantes raça, negro, branco, por exemplo.

Como entendo que não posso dizer a essas empregadas o que elas são, em termos raciais, também entendo que não posso partir de pré-categorizações para escolhê-las como minhas sujeitas de pesquisa ou não – como se eu pudesse olhar para elas - do lugar de pesquisadora que quer analisar a temática racial e precisa *fazer* com que elas digam algo a respeito - e incidir predefinições raciais inscritas sobre seus corpos, escolhendo apenas empregadas que eu reconhecesse como sendo negras, ou apenas empregadas que eu reconhecesse como sendo brancas, a não ser que esse fosse o objetivo construído de pesquisa.

Como não é o caso, preciso fazer com que a diversidade de práticas de produção de sentidos (HALL, 2013) que possa incidir sobre suas existências ou não como sujeitas racializadas não seja limitada pelo modo pelo qual eu possa falar com elas a respeito dessa complexa categoria.

Como a noção de raça pode ser entendida como um discurso (uma categoria discursiva e simbólica – HALL (2013)), analisarei um discurso de modo relacionado a outras práticas discursivas – aquelas empreendidas pelas domésticas em seus enunciados. Ao fazê-lo, sigo as recomendações de Young (2009) quando este enxerga alguns sinais de raça no pós-estruturalismo, mas chama a atenção pelo excesso de enfoque de análises de dimensões muito textuais, sem que os estudos realizados tivessem interpelado, de fato, os sujeitos considerados minoritários no que se refere ao aspecto racial.

Nesse sentido, o que tenho aqui, em termos de práticas discursivas para análise, são apenas os enunciados construídos em resposta a uma pergunta explícita que fiz sobre o tema, e outros poucos enunciados que, de modo espontâneo, trouxeram essa temática racial. Sendo assim, trabalhei com poucos enunciados direcionados especificamente para essa abordagem, dada a orientação epistemológica que segui para falar sobre este tema.

Até escolher as palavras a serem ditas nessa única questão realizada foi difícil, pois eu tentei atribuir um sentido mínimo de imposição de uma categorização: eu não queria que, afetadas por mim, as empregadas se sentissem obrigadas a fazerem uma categorização de si. Por esse motivo, deixei aberta a possibilidade de que elas não se vissem de maneira alguma no que se refere ao pertencimento ou não a determinado grupo simbólica/discursivamente racial.

Agora, no que se refere aos termos empregados, optei pelo termo *cor*, mais próximo de uma dinâmica acionada por leitores de raça (HALL, 2013), embora entendamos a cor como uma construção social e concorde com a afirmação de que nós só enxergamos um indivíduo como branco/negro porque aprendemos a enxergá-lo de alguma forma (BARROS, 2009). E também pela expressão *aspecto racial*, deixando-o como possibilidade de adição ou exclusão em relação à ideia de cor. A questão, então, foi: *Em termos de cor da pele e/ou aspecto racial, você se vê de alguma maneira? Se sim, como você se vê? Se não, por quê? Fale sobre isso, por favor.* Ela pode ser considerada importante não só para as análises a respeito da influência de raça na constituição subjetiva das domésticas, como também por propiciar o atendimento a um argumento de Fairclough (2001), para quem os modos dos sujeitos se identificarem são práticas sociais que devem ser alvo da ACD. As respostas obtidas estão nas AD's 115 a 121.

É, a sociedade já... né. [pausa] Ela é bem assim, eu... eu acho que eles são... num gosto da maneira que eles... trata as pessoas. Não gosto. Acho que num tem nada a vê, a gente... cor, num... num tem, vale é a pessoa. Eu

nunca olhei isso... mais eu já ouvi falá assim de gente que num... não aceita. Igual minha filha mais velha, ela foi arrumá um serviço pra... horário político. Eles num aceitava se... se fosse uma menina feia, né? Num aceitava. Só tava escolheno menina bonita. Falei, nóh esse aqui... isso é... pra aparecer na televisão. Isso é grave, é grave, por quê? Se num pode ir uma moreninha.... todas mu... todas têm que sê bunita... (Eva) (AD115)

Eva logo silenciou uma categorização de si mesma diante de minha pergunta. Sendo o silêncio uma prática também importante para análise, eu não repeti a questão, já que o silêncio também significa (ORLANDI, 1992). Contudo, para esse silêncio, o que posso fazer aqui são apenas suposições por meio de interdiscursos que aciono baseando-me nos estudos realizados a respeito do contexto do trabalho doméstico e das construções sociais que a ele se relacionam. Como esse se trata de um tema espinhoso, de difícil abordagem em uma sociedade que não se acostumou a discuti-lo, já que se formou diante da hegemonia de um discurso da democracia racial (CONCEIÇÃO, 2009; CORONEL, 2010; GALEÃO-SILVA e ALVES, 2004) reforçado pela ideia de miscigenação, Eva talvez tenha preferido não dizer de que maneira se vê. Contudo, essa, como disse, é apenas uma suposição, que pode ser baseada também na afirmação de Fernandes (1965), para quem, em meio a um contexto que alega democracia racial, os brasileiros tendem a ter preconceito de ter preconceito. Essa relação foi inclusive encontrada em outros enunciados das domésticas sobre essa discussão.

O percurso semântico criado por sua resposta desloca o sentido do questionamento que fiz – se ela se vê de alguma maneira – para uma discussão a respeito de uma noção implícita de racismo: *eu acho que eles são... num gosto da maneira que eles... trata as pessoas. Não gosto. Acho que num tem nada a vê, a gente... cor, num... num tem, vale é a pessoa*. Sem que eu tivesse mencionado o sentido de racismo, é ele que Eva aciona quando escuta os léxicos *cor* e *aspecto racial*. Para ilustrar uma posição contrária que assume ao tratamento desigual dos indivíduos por conta da cor, ela recorre a um fato ocorrido com sua filha. Nesse fato, entendido como a escolha de meninas para campanhas eleitorais na televisão, Eva promove uma relação de sentidos de associação implícita entre as ideias de *menina feia* e *moreninha* em oposição à ideia de *menina bonita* como sendo possibilidades de não aceitação para fazerem parte da campanha. Aqui, de modo implícito, Eva associa a cor que chama de *moreninha*, sem mencionar o termo negro, muitas vezes, evitado pelas pessoas (FERNANDES; 1965), à forma pela qual ela é midiaticamente considerada (já que é para a escolha de quem vai aparecer na televisão): como distoando de um padrão estético idealizado (comumente europeu), sentido simbolicamente conferido ao significante negro que foi abordado no 7º tópico 7.2.4.

Eu acho que as pessoas têm preconceito com pessoas negras. Você acredita que tem gente lá no prédio da [atual patroa], aconteceu isso lá no prédio. Voltando para trás, uma vez eu estava desempregada e fui fazer entrevista numa casa, a mulher falou para mim que não ia me dar o emprego porque eu não tinha cara de empregada. Não me deu o emprego porque eu não tinha cara de empregada, você acredita nisso? Com a minha irmã aconteceu a mesma coisa, porque não tinha cara de empregada. No bairro que eu morava, antes de eu ter a minha filha, ninguém acreditava que eu era doméstica, achava que eu era uma patricinha. No prédio da [atual patroa], teve uma vez que uma mulher, moradora, começou a conversar comigo normal, batendo alto papo, só que ela achava que eu era moradora do prédio. **Depois ela descobriu?** Dentro do elevador mesmo, nós conversando, ela virou para mim e falou "qual andar que você mora?". Eu brinquei com a [atual patroa], falei para ela que eu ia ter que comprar a cobertura do lado. [risos]. Eu brinco com ela "eu tenho que comprar essa cobertura do lado, porque as pessoas estão achando que eu moro aqui". Quando eu saio, eles pensam que eu sou a mãe do [menino], gente lá do prédio. Tem muito morador novo lá agora. E a mulher bateu alto papo comigo e perguntou qual andar que eu morava. Eu falei: "não, eu trabalho no 20, no apartamento do [patrão], no 20, na cobertura". E ela "ah é?". Desse jeito, fez uma cara de espantada. "É?". Eu falei assim "é". Ela falou assim "nossa, mas você não tem cara de empregada!". Desse jeito, "você não tem cara de empregada". Eu falei "obrigada". Eu ri demais. As pessoas eu acho que tem esse... existe esse preconceito, engraçado. (Salete) (AD116)

Salete também não parte para uma resposta por meio de uma categorização explícita de si. No entanto, essa categorização pode ser implicitamente depreendida de seu texto: quando ela fala de pessoas negras, que sofrem preconceito e, logo em seguida, conta um episódio em que não foi admitida em um emprego porque não *tinha cara de empregada doméstica*. Implicitamente, essa cara é associada às pessoas negras, relação de sentidos propiciada pela análise de sua amostra discursiva. O relato que faz a respeito do que aconteceu consigo e com sua irmã, ambas rejeitadas em um emprego por não terem *cara de empregada doméstica*, recorre ao primeiro sentido do que é ser negro em nossa sociedade discutido no tópico 7.2.4: o de pertencimento a posições consideradas inferiores na sociedade. Sendo o trabalho doméstico hierarquicamente considerado inferior a outras ocupações (ou verdadeiras profissões) (GONÇALVES, 2007), ele é simbolicamente associado a mulheres esteticamente negras.

Para melhor ilustrar esse relato de Salete, terei que recorrer agora à maneira como posso descrevê-la: ela tem a pele clara e os cabelos loiros. Com essa estética, não é socialmente identificada como mulher negra e, não o sendo, não tem, simbolicamente, *cara de empregada doméstica*. Essa estética desvinculada da estética simbólica relacionada à identidade social da empregada doméstica faz com que ela não seja *reconhecida* como doméstica por potenciais empregadores; pelos moradores do prédio em que trabalha e nem mesmo por seus vizinhos, o que ilustra por meio de intertextualidades manifestas em sua prática discursiva. Quando está com o filho do casal para quem trabalha, também não é

identificada como doméstica. No caso de seus pares de vizinhança, ela diz, inclusive, que eles achavam que ela era *patricinha*, termo esse utilizado em sentido oposto à *cara de doméstica*.

Para explorar esse cotidiano relacionado ao prédio em que trabalha, pergunto à Salete se ela já viu pessoas que considera sendo negras no prédio, ao que ela responde:

De donos? Negro lá? Não, eu não vejo. Nunca vi lá não. Nunca vi. De empregada doméstica, pra falar a verdade, acho que branca, de empregada doméstica, acho que só eu e a [nome da diarista com quem trabalha]. Eu acho que lá no prédio, se eu fosse negra, eu acho que nem iam me perguntar se eu trabalho, já iam pensar já. (Salete) (AD117)

É nesse segundo enunciado, AD 117, que Salete se identifica como sujeito racializado – branca – ligando-se a uma identidade racial que reconhece que, social e simbolicamente, a desvincula, pelo menos esteticamente, da atividade profissional que exerce. Quando, na AD 116, conta como uma mulher do prédio ficou *espantada* com o fato de ela ser doméstica, falando-lhe explicitamente que ela não tinha a estética de empregada doméstica, demonstra vivenciar o dispositivo de poder raça, nos mais variados espaços e relações, de um lugar simbolicamente fora do trabalho doméstico.

Quando os sujeitos que a interpelam se espantam com sua estética, praticam as já mencionadas leituras de raça discutidas por Hall (2013): lendo seu pertencimento racial (lembrando a noção de raça como uma categoria discursiva e biológica) de modo negativo à sua associação com uma atividade subalterna, não atribuem a ela a identidade de trabalhadora doméstica. É como se, pelo acionamento de um sentido do que é ser negro na sociedade brasileira de acordo especificamente com as características físicas, ela não pudesse *performar raça* de modo associado a uma identidade racializada negra. Além disso, seu enunciado guarda relações com o que Ware (2004) chama de poder duradouro da branquidade, a qual elimina barreiras (que poderiam existir para o diálogo, no elevador, entre Salete e os moradores do prédio), e abre espaços (de interação).

Nos próximos enunciados, Arlete e Eva contam que já tiveram/têm patrões com cores implicitamente diferentes das cores que acostumaram a ver em seus empregadores.

A [nome da senhora para quem trabalhou]... a família dela é morena, dela, dos parentes dela e do marido, são pessoas mais morenas, então eu nunca tive esse preconceito no meio deles não... agora de outros, sim (Arlete) (AD118)

O meu patrão da casa que é mais distante tem a pele negra, num é... é... bem escurinho. Pra mim, não parei pra pensar. [as pessoas] são igual pra mim. Tem gente que vai reparar que, às vezes, a gente não trabalha muito em

casa de família que é negra né... é engraçado isso. (Eva) (AD119)

Na AD 118, Arlete, também sem mencionar explicitamente o termo negro, recorrendo a uma gradação de cores elencada por Sansone (1996), que também pode ser associada ao discutido paradigma da morenidade (tópico 3.3) abordado no capítulo 3, conta que a família da senhora para quem trabalhou era *morena [...] pessoas mais morenas*. Em uma relação de sentido implícita, ela atribui a convivência com eles – pessoas mais morenas – ao fato de não sofrer preconceito no meio deles, relação essa que pode ser observada pela estratégia discursiva de coesão que ela utiliza: *são pessoas mais morenas, então eu nunca tive esse preconceito no meio deles não [...]*. No entanto, relata já ter sofrido preconceito *de outros*, silenciando a cor destes. A essa cor silenciada pode-se implicitamente referir, pelo menos, uma cor distinta da pele *morena [...] pessoas mais morenas*.

Na AD 119, Eva, ao falar do patrão que tem a *pele negra*, faz uma reflexão a respeito do fato de não se trabalhar muito, como doméstica, com famílias que são negras, o que se liga ao já discutido contexto em que a diferença de cor foi construída como sendo desigualdade (BARROS, 2009). Ela faz essas afirmações, mas argumenta que isso é algo em que ela nem para pra pensar.

Em termos de cor da pele, você se considera de alguma maneira? Ah, mulata, é assim mais ou menos, né? Eu não me considero negra, negra mesma não, mas, né? Morena, né? Não! Deixa mulata. (Aparecida) (AD120)

Na AD 120, Aparecida também recorre a já mencionada gradação de cores (SANSONE, 1996) para se desvincular do rótulo de *negra*, identificando-se como *mulata*, mas sem ter muita certeza dessa autoidentificação. Nessa incerteza, o outro termo que cogita é *morena*, o que também nos remete ao paradigma da morenidade discutido por Rosa (2012).

De maneira distinta de Aparecida, vivenciando de maneiras diferentes as diversas práticas de produção de sentidos, Tânia se identifica como negra, e faz isso por meio de sua inclusão em um sujeito coletivo negra (no feminino mesmo: *que por a gente ser negra*, como se pode observar na AD 121: *não tinha essas coisas de racismo[onde trabalhava] também que, por a gente ser negra, tem isso também, que às vezes a pessoa trata com indiferença* (Tânia) (AD121). Torna-se interessante observar o léxico que ela escolhe para descrever a maneira pela qual pode ser eventualmente tratada por ser negra: *indiferença*. Se estamos falando aqui de uma diferença no sentido estruturalista que é hegemonicamente acionada para o tratamento desigual conferido a sujeitos racializados, essa diferença é colocada em prática

por meio da *indiferença*, a qual remete a um sentido de não se importar com o outro, ou invisibilizar esse outro.

Finalizadas as respostas relativas à questão que faço explicitamente sobre o aspecto racial, esse assunto surgiu de maneira espontânea em outros dois momentos, nas entrevistas de Aparecida e Débora.

Cabelo, eu acho que tem que ser do jeito que é mesmo né, não falo que eu não cuido não. Eu acho que tem que ser assim, do jeito que ele é. Do jeito que ele nasceu. **Cê gosta dele do jeito que ele é?** É. Do jeito que ele nasceu, do jeito que ele é, né? Aí não ligo de ter que ficar alisando... Ter que passar química, sei lá, isso eu não gosto muito. Então, tem que ser do jeito que ele é. Acho importante, isso foi como eu nasci, não tenho que ter vergonha. **Entendi.** Mas só que aí eu corto ele curtinho pra não ficar aquela coisa né? **Pra não ficar como?** Pra não ficar armado, muito cheio. (Aparecida) (AD122)

Embora o discurso racial não esteja presente de maneira explícita na AD 122, ele está de maneira implícita, principalmente quando recorremos às condições sociais de produção dos discursos: a relação negativa que a sociedade hegemônica empreende com o cabelo crespo, socialmente atribuído, em termos de sentidos estereotipados acionados por meio do significante negro, às características físicas dos sujeitos identificados como negros (quadro ???). A relação estabelecida por Aparecida com o cabelo crespo, desvinculado do padrão estético europeu, hegemonicamente valorizado, é ambígua: ao mesmo tempo em que acredita que ele deva ser do jeito que nasceu, opondo-se interdiscursivamente aos processos de químicas que transformam cabelos crespos em cabelos esteticamente lisos, o corta curtinho para que ele não fique *armado, muito cheio*. Dessa forma, sua relação é ambígua porque ela aceita a textura crespa de seu cabelo, mas não o volume associado a essa textura.

A AD 123, a última apresentada neste tópico, é muito oportuna para fechar a discussão porque é tão complexa, ambígua e contraditória, que ilustra justamente a maneira como raça, como dispositivo de poder que se liga a *performances* racializadas, não é um significante com um significado fechado, sendo um significante flutuante (HALL, 2013) que varia de acordo com o contexto temporal e espacial. Além disso, está envolto em meio a uma diversidade de práticas de produção de sentidos. Na referida AD, Débora se lembra de quando foi contratada pela família pela qual trabalhava no Rio de Janeiro.

Quando foi no dia 13 de maio, foi o dia da... da abolição, né, no dia 13 de maio, eu comecei a trabalhar. **Você lembrou da data do... da Abolição da Escravatura, por que assim?** É porque... [risos] saber por quê? É porque quando... no dia que eu comecei a trabalhá lá foi muito engraçado. O [nome do filho da patroa, então

com cerca de sete anos] ele falou assim "oh, como é que é seu nome mesmo?" Eu falei "Débora". Ele falou assim... na hora eu fiquei meio assim chateada [risos] com o que ele falou, mas depois eu levei na brincadeira. Ele falou assim, "ô Débora, cê sabe que dia é hoje"? Eu falei, "ah sei uai, hoje que eu tô começando a trabalhá aqui na sua casa". Ele "uai, uai por quê"? Eu falei, "ah porque eu sô mineira". Ele falô "ah tá, mais cê sabe que dia é hoje"? Eu falei "sei, hoje é 13 de maio". Ele "hum, tá, na sua certidão tá... como é que tá sua cor na certidão"? [risos] Eu falei, "uai, parda". "Parda? Ah não, mais tinha que sê negra". Eu falei "por quê que tinha que ser negra"? Ele falou, "ah porque aí hoje você estaria... tá... tava comemorando o dia da libertação dos escravo". Eu falei, "ah meu Deus dos céu". Eu falei, "nossa, cê tá me chamando de negra"? Ele falô, "não, tô te chamando de negra não, tô brincando com você". Ele viu que eu fiquei triste, então por isso que eu lembrei. Eu sempre lembro dessa data por causa dessa brincadeira que o [nome do menino] fez comigo do... da abolição dos escravos. Que ele falô que... que eu tinha que sê... que eu sou negra, que aí eu tinha que comemorá a data, né?

Uhum. Do dia 13. **É, essa questão dele te chamar de negra, o que você tem a dizer sobre isso, assim?**

[pausa] Não, na hora... **Ham.** Eu fiquei assim... Eu fiquei triste, né porque ele... ele assim, é bem clarinho né?

Hum. Do olho azul... **Hum.** Aí eu achei que ele tava me... me discriminando, mais depois eu vi que foi sem maldade nenhuma, que foi sem brincadeira. Mas eu num tenho... num tenho nada não. **Uhum.** Eu sô... fui criada por uma família negra. **Uhum.** Negra, negra mesmo. **Aham.** Meu pai [adotivo] é negro. Entendeu? Então eu tenho o maior orgulho de ser filho deles. **Uhum.** Tenho mesmo. **E nessa questão de cor, você se considera de alguma forma?** Ah, eu me considero negra, eu me considero negra mesmo, de coração. **Achei interessante que ele te perguntou como estava escrito em sua certidão. Nessa questão de autodenominação, por exemplo, se um IBGE, um censo vai te perguntar como você se considera, você responderia o que?** Negra. **Aham.** Na certidão é que tá lá esse negócio de parda, que eu até hoje não entendo o quê que é isso. Eu num entendo porque coloca... colocam na certidão. Colocam nem morena, nem branca, nem nada, nem negra; coloca parda, eu sei lá o quê que é isso... **Aham.** Eu falo, eu sou negra e pronto cabô, ué. (Débora) (AD123)

Para a análise, separarei sua narrativa em diferentes aspectos:

1. *O menino de cerca de sete anos considerar que ela deveria comemorar o dia da libertação dos escravos:* reflete um sentido implícito de que somente os sujeitos considerados negros deveriam comemorar essa data. Quando o menino faz a associação de Débora com a data, aciona, interdiscusivamente, a naturalização estabelecida em relação à figura da empregada doméstica negra. E reconhece como sendo o pertencimento racial aquele que está na certidão de nascimento;
2. *Débora ter ficado chateada por ter sido chamada de negra em um sentido implícito de que não se considera negra:* Eu falei, "nossa, cê tá me chamando de negra"? Ele falô, "não, tô te chamando de negra não, tô brincando com você". Ele viu que eu fiquei triste [...] Que ele falô que... que eu tinha que sê... que eu sou negra, que aí eu tinha que comemorá a data né?

3. Mais uma vez, de modo implícito, não se considera negra, ao descrever sua família adotiva como sendo negra: *Mas eu num tenho... num tenho nada não [implicitamente, ela quer dizer que não tem preconceito, já que ela ficou triste por ter sido chamada de negra]. Uhum. Eu so... fui criada por uma família negra. Uhum. Negra, negra mesmo. Aham. Meu pai [adotivo] é negro. Entendeu? Então eu tenho o maior orgulho de ser filho deles..* Estabelece-se, nesse trecho, um *eu* implicitamente opositivo ao *eles*, que são identificados como sujeitos racializados ligados a uma identidade social de negros.
4. Por fim, ela demonstra uma contradição, ao ser por mim questionada como ela se considera: *“E nessa questão de cor, você se considera de alguma forma? Ah, eu me considero negra, eu me considero negra mesmo. Entendi. De coração.*

Quando faço essa pergunta, considero que ela provoca um resultado descrito na ACD: uma mútua influência entre entrevistadores e entrevistados. Nessa relação de interação estabelecida, pesquisadores e pesquisados se afetam. Sendo assim, entendo que sua resposta a essa pergunta já será dada de um modo mais afetado pela minha intervenção. Se antes ela discutia, de maneira espontânea, a questão racial, agora ela é convidada a se posicionar racialmente. Quando isso ocorre, ela acaba criando uma contradição em relação aos sentidos implícitos que, até então, vinham sendo construídos: ela se diz se considerar negra, embora tenha, implicitamente, se distanciado dessa identidade racializada nos momentos anteriores de seu enunciado. Essa contradição é ainda acrescida de léxicos que denotam sua intenção de reforçar essa autocategorização: ela diz que se considera negra *mesmo, de coração*, ao que, implicitamente, se poderia acrescentar, talvez: *não estou mentando não, estou falando de coração mesmo.*

Essa AD 123 é complexa e permeada de sentidos que demonstram a diversidade possível de práticas de produções de sentidos, até mesmo as relacionadas à denominação de cor parda por uma esfera institucional (IBGE), a qual Débora afirma não entender. Há relações ambíguas estabelecidas com a temática racial pelo filho de sua patroa, e relações ambíguas também estabelecidas por Débora.

As relações de oposição aparentemente simples estabelecidas entre brancos e negros e outras gradações de cores presentes nos discursos das empregadas encobrem, na realidade, uma complexidade muito maior de relações para além de um binarismo simples de oposição entre brancos e negros (BARROS, 2009). Essas relações são tão complexas que, mesmo quando falamos apenas nos termos cor e aspecto racial, o racismo se torna um dos elementos imediatamente acionados como temática principal dos enunciados das domésticas.

Complementando e finalizando a resposta à *questão orientadora 1*, a noção de raça, entendida como dispositivo de poder, pode se ligar à trajetória de mulheres que se inseriram no trabalho doméstico atuando como processo de subjetivação que influencia suas constituições subjetivas por meio de uma relação ambígua, complexa e, por vezes, contraditória estabelecida com o próprio dispositivo. Algumas se reconhecem como sujeitas racializadas; refletem sobre o fenômeno do racismo, que aparece quase imediatamente em seus discursos; evitam a utilização do termo negro por meio da recorrência a outros termos, como morena e mulata, ou utilizam esse termo lidando com o mesmo de maneira positiva, ainda que reconheçam sua utilização negativa pela sociedade. Percebemos que *performar* raça é ainda uma noção de muito mais difícil reconhecimento e tratamento por parte das empregadas, do que o *performar o gênero*, sendo esse último dispositivo circunscrito de uma maneira muito peculiar desde as suas infâncias.

Finalizando a resposta à *questão orientadora 2*, podemos dizer que *raça* influencia em suas *artes de vida*, enquanto maneiras pelas quais elas estabelecem uma relação consigo mesmas, por meio de uma ligação quase sempre negativa com uma identidade racializada e construída como negra; comparativamente à relação que pode ser estabelecida com o fazer, praticar e *performar* raça de maneira ligada a uma identidade racializada e construída como branca, ou não negra, identidade esta que elimina barreiras e abre espaços de comunicação e interação com outros grupos sociais para além dos próprios grupos das domésticas, podendo até ser entendida com uma identidade não ligada ao trabalho doméstico.

Quanto à influência de raça nas *artes de cuidar*, uma relação pode ser apreendida: a que se refere ao acionamento do contexto social e temporal de produção dos discursos. Esse acionamento é importante porque, como defende Fairclough (2001), pensar de que maneira as práticas discursivas se ligam a estruturas sociopolíticas mais abrangentes permite o entendimento acerca das relações de poder. Trata-se, aqui, de um contexto que atribuiu, simbolicamente, a identidade social negra à responsabilidade pelo servir aos outros, entendendo esse servir como uma maneira de cuidar dos outros e, não necessariamente, uma relação ética e permeada pelo cuidado de si enquanto alma. Pois, no que se refere especificamente às artes de cuidar de si que envolveriam a categoria raça, elas não puderam ser apreendidas nos discursos analisados.

O agir racializado se conecta às identidades raciais, as quais são frutos dos jogos de verdade. Quando o assunto cor ou raça é a elas apresentado, vários desses jogos de verdade são acionados, jogos esses que implicam uma não categorização de si, ou uma abordagem

sobre raça que não é muito expandida em suas práticas discursivas. Sendo raça um significante flutuante (HALL, 2013), elas também lidam de maneira flutuante com esse significante.

No próximo tópico, retorno ao período da genealogia do poder de Foucault (1992) para falar sobre as artes de *resistir*; de maneira aliada à abordagem das artes de *fazer* tratadas por Certeau (1998).

8 AS ARTES DE RESISTIR E AS ARTES DE FAZER (Unindo o aspecto relacional do poder no cotidiano das empregadas, por Foucault, aos saberes cotidianos e ordinários das empregadas domésticas, por Certeau)

Este Capítulo empreende uma busca pela resposta a duas questões orientadoras propostas nesta pesquisa: *a questão orientadora 3 - as práticas cotidianas das empregadas domésticas refletem o aspecto relacional do poder* (permitindo o entendimento de que elas exercem poder, sofrem com sua ação e, também, a ele resistem)?; e *a questão orientadora 4 – que saberes cotidianos e ordinários circulam entre as práticas das empregadas domésticas?* Sendo assim, diz respeito a uma abordagem das artes de *resistir* e das artes de *fazer*.

Para tanto, une a abordagem do aspecto relacional do poder empreendida por Michel Foucault à abordagem do cotidiano e das artes de fazer, por M. Certeau. Essa junção ocorre porque as análises dos dois autores permitem a apreensão de tipos de micropráticas cotidianas analisadas de uma maneira muito correspondente por ambos: o poder, para M. Foucault, se equivale à noção de estratégias, para M. Certeau; e a resistência, para M. Foucault, é ilustrada, em M. Certeau, pela noção de táticas. Essas aproximações serão possibilitadas pela leitura dos próximos tópicos. Além disso, a afinidade dos escritos de M. Certeau com esta tese também será discutida. No próximo tópico, discuto a noção de aspecto relacional do poder proposta por Michel Foucault, o qual permite a consideração das artes de *resistir* dos sujeitos.

8.1 As artes de resistir (O aspecto relacional do poder por Foucault)

É importante ressaltar que, embora sempre se fale da noção de poder para Foucault (1992), o mesmo não constrói uma teoria geral do poder. Nas palavras de Roberto Machado, que introduz o livro *Microfísica do poder*, isso significa que

[...] suas análises não consideram o poder como uma realidade que possua uma natureza, uma essência que ele procuraria definir por suas características universais. Não existe algo unitário e global chamado poder, mas unicamente formas díspares, heterogêneas, em constante transformação. O poder não é um objeto natural, uma

coisa; é uma prática social e, como tal, constituída historicamente” (MACHADO, 2012, p. X-XI).

Não buscando um conceito universal de poder, temos em Foucault (1992) a apreensão de seu aspecto relacional. Para o autor, o poder ocorre em diversos níveis (FOUCAULT 2004b) e não pode ser tido, mas, sim, exercido (FOUCAULT, 1992). Ele é uma prática constituída historicamente e todos os sujeitos podem exercê-lo. É descentrado e, não, um fenômeno exercido por uma única classe social sobre outra (NASCIMENTO, 2007). Para o autor, “[...] não existe de um lado os que têm o poder e de outro aqueles que se encontram dele alijados. Rigorosamente falando, *o poder* não existe; existem sim práticas ou relações de poder” (MACHADO, 2012, p. XIV, grifo do autor).

Por essas e outras ideias, é que M. Foucault rejeita a maneira como o poder é tratado pelo pensamento econômico (MACHADO, 2012) e pelo pensamento marxista. Para ele, não há classes dominantes e classes dominadas, todos podem exercer e sofrer a ação do poder (FOUCAULT, 1992). Se tomássemos, por exemplo, as empregadas domésticas como sendo simplesmente uma classe dominada que não exerce qualquer tipo de poder, já que historicamente elas representam lugares subalternos na sociedade, estaríamos estabelecendo um lugar para a resistência. Só que, para M. Foucault, não existe *o* lugar da resistência, trata-se de lugares, de “[...] pontos móveis e transitórios que se distribuem por toda a estrutura social” (MACHADO, 2012, p. XIV). Além disso, elas podem também exercer poder. Como para o autor todo discurso é uma forma de poder, o discurso da empregada também pode ser.

Nesse sentido, o poder não deve ser entendido somente como algo negativo, mas também positivo, incitando o desejo e o saber (como, por exemplo, o desejo de criação de estratégias de oposição) (FOUCAULT, 1992; NASCIMENTO, 2007). Por meio de Foucault (1992), podemos entender que poder e resistência estão constantemente em uma luta silenciosa, pois há microrrelações de poder que passam, muitas vezes, despercebidas (SOUZA e GARCIA, 2007).

Outro motivo pelo qual a analítica foucaultiana se afasta do pensamento marxista é que M. Foucault prefere analisar a sociedade em termos de discursos, práticas e estratégias de poder do que por meio da noção de ideologia. Além de o pós-estruturalismo rejeitar as concepções ideológicas marxistas, como a noção de falsa consciência, o próprio Michel Foucault assume um posicionamento de que pensar em distorção ideológica é pensar que

haveria uma verdade racional e absoluta para ser distorcida (NEWMAN, 2005). “Por meio de Foucault, o poder tirou o lugar da ideologia como foco analítico⁹³” (NEWMAN, 2005, p. 75).

O fato de atrelar a analítica foucaultiana do poder à perspectiva do cotidiano de Certeau (1998) ocorre, dentre outros motivos, porque por meio de M. Foucault podemos considerar o poder que opera nas relações cotidianas entre as pessoas e as instituições (AHLUWALIA, 2010). Além disso, a noção de estratégia de Certeau (1998) guarda relações com a noção de poder de Foucault (1992), enquanto a noção de tática de Certeau (1998) guarda relações com a noção de resistência de Foucault (1992). E acredito ser por meio de estratégias e táticas cotidianas que as empregadas domésticas possam exercer poder e também a ele *resistir*. Nesse sentido, estudar o cotidiano das empregadas é importante porque permite o reconhecimento de que não há uma separação definitiva entre aqueles que exercem poder e aqueles que não o exercem (LEÓN CEDEÑO, 2006).

“Assim como as dinâmicas de poder atravessam praticamente tudo, os micro-processos rebeldes ou contra-hegemônicos também o fazem” (LEÓN CEDEÑO, 2006, p. 42). Pois o poder se manifesta por meio de uma transversalidade e, não, de uma centralidade, já que está em todos os lugares e em todas as direções (FOUCAULT, 1992).

O poder [...] nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. [...] os indivíduos [...] nunca são o alvo inerte e consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles (FOUCAULT, 1992, p.182-183).

Falo de um poder que não diz respeito necessariamente à soberania do Estado, pois não são somente instituições que o garantem, mas uma rede complexa de relações de poder que podem ocorrer em qualquer lugar (FOUCAULT, 2004c). Além disso, as relações de poder imediatas e cotidianas é que dão suporte e condições para as grandes relações de poder (LEÓN CEDEÑO, 2006).

Nessa discussão, é preciso ressaltar que a ideia de resistência em M. Foucault não é a mesma de *contrapoder*, pois não é uma “[...] estratégia elaborada para tirar o poder do grupo

⁹³ Sobre esse assunto, Foucault (2012) afirma que considera difícil a utilização da noção de ideologia porque, em sua opinião, ela está sempre em oposição a algo que seria a verdade. Newman (2005) defende que a noção não precisa ser abandonada. Para o autor, ela pode ser repensada para não pressupor uma racionalidade universal ou uma identidade universal que seria distorcida. Essa defesa ganha ainda um respaldo se considerarmos que Foucault (2012, p. 7) afirma que “[...] é uma noção que não deve ser utilizada sem precauções”. Nesse sentido, assumimos que podemos pensar em ideologia em um contexto pós-estruturalista, até porque, nesta tese, utilizamos a ACD de Fairclough (2001; 2003a), que recebe influências do pensamento foucaultiano e utiliza o conceito de ideologia, como podemos ver no capítulo 4.

[...] como sendo uma estratégia com o intuito de minar o poder estabelecido para tomar o seu lugar” (SOUZA; GARCIA, 2007, p. 13). Assim, não falo de contrapoder, mas de múltiplas formas de resistência que, não necessariamente, estejam direcionadas a tomar o lugar do outro. E há vários termos possíveis para se falar a respeito dessas múltiplas formas de resistência:

[...] resistência, rebeldia, revolução, subversão, insubordinação, desobediência civil, desobediência popular, contrapoder, antipoder, potência, rebelião, revolta, coletivização, multidão, autogestão, *swadeshi* [...], auto-organização, anarquismo, comuna, *empowerment*, agência, poder-fazer, emancipação e tantas outras [...] (LEÓN CEDEÑO, 2006, p. 42).

Embora esses múltiplos microprocessos de poder estejam presentes no cotidiano, sendo tecidos diariamente, são formas de poder que acabam ficando marginalizadas na ciência, sendo menos estudadas do que as formas hegemônicas. Como ressalta León Cedeño (2006), os próprios termos apresentados que designam formas de resistência são comumente associados à arruaça e violência, o que contribui para que sejam evitados e, muitas vezes, silenciados. Além disso, o próprio caráter micro contribui para sua marginalização e para uma não investigação dos saberes neles presentes. E precisamos dar importância a essa noção de resistência quando utilizamos a analítica foucaultiana do poder porque, para o autor, pensar em resistência é importante mesmo em estados de dominação.

Mesmo quando a relação de poder é completamente desequilibrada, quando verdadeiramente se pode dizer que um tem todo poder sobre o outro, um poder só pode se exercer sobre o outro à medida em que ainda reste a esse último a possibilidade de se matar, de pular pela janela ou de matar o outro. [...] se há relações de poder em todo o campo social, é porque há liberdade por todo lado. Mas há efetivamente estados de dominação [...] [em] que a margem de liberdade é extremamente limitada. Para tomar um exemplo, sem dúvida muito esquemático, na estrutura conjugal tradicional da sociedade nos séculos XVIII e XIX, não se pode dizer que só havia o poder do homem; a mulher podia fazer uma porção de coisas: enganá-lo, surrupiar-lhe o dinheiro, recusar-se sexualmente. Ela se mantinha, entretanto, em um estado de dominação (FOUCAULT, 2004a, p. 277).

A própria discussão que fiz sobre o período escravocrata no tópico 3.4.1 é um exemplo de que, mesmo em um estado de dominação tão aprisionador de liberdades, os escravos encontravam maneiras de resistir ao poder que sofriam.

Por fim, ressalto que uso a analítica foucaultiana de poder nesta tese, dentre vários outros motivos, porque eu trato de uma esfera de relações de poder bastante localizadas, que não estão em instituições formais por exemplo. Quando estudo as empregadas domésticas,

estou estudando as famílias como dimensões organizativas da sociedade, esfera na qual as empregadas se inserem. E, para Foucault (2004a, p. 266), “[...] as relações de poder têm uma extensão consideravelmente grande nas relações humanas. [...] há todo um conjunto de relações de poder que podem ser exercidas entre indivíduos, no seio de uma família”. Estudo os processos de subjetivação de mulheres que nada têm a ver com aquelas mulheres que são enfatizadas em uma esfera tradicional da história ocidental e que ocupam lugares subalternos em organizações institucionais como as que compõem a mídia e a própria indústria cultural.

Defendo, por fim, a importância de se atrelar a ideia da *arte de viver* que encontramos na abordagem da ética e do cuidado de si ao cotidiano dessa existência, já que essa *arte* se estende para toda a vida do indivíduo. Pois, como afirma Foucault (2006a; 2006b), a prática de si incorpora-se à própria vida. Acredito que esse cuidar de si e dos outros nas práticas das empregadas domésticas possa se dar em seu cotidiano por meio de relações entre o que Certeau (1998) chama de estratégias e táticas, abordando o que ele chama de *artes de fazer*, noção que poderia ser entendida, por exemplo, como as *artes* cotidianas de *viver*. O que quero, pois, dizer, é que utilizarei a abordagem sociológica do cotidiano de Certeau (1998) para estudar as práticas dessas mulheres de forma vinculada à analítica de Foucault (2006a) aqui apresentada.

Justificamos tal utilização não somente por ser minha escolha como pesquisadora, mas porque Foucault (2006a) afirma que o cuidado de si, por si só, não sustenta toda a *arte de viver*. Para o autor, “[...] se quisermos efetivamente definir como convém uma boa técnica de vida, não é pelo cuidado de si que devemos começar, [pois] para saber existir não basta saber **cuidar** de si – [...] é a *tékhne toû bíou* (a técnica de vida) que se inscreve por inteiro” (FOUCAULT, 2006a, p. 543, grifos de quem????). Sendo assim, utilizo aqui a noção de *artes de fazer* e de invenção do cotidiano de Certeau (1998), por meio do que seriam estratégias e táticas das empregadas que estudarei, práticas essas que estariam direcionadas à sua sobrevivência, ao cuidado de si e dos outros. É justamente sobre o cotidiano que discuto a seguir.

8.2 As artes de fazer (Os saberes cotidianos e ordinários por Certeau)

Uma vez que o poder é analisado [por Foucault] segundo a perspectiva das estratégias de que ele se utiliza em domínios diversos da vida cotidiana dos indivíduos, é impossível pensar a seu respeito sem se estar pensando na própria constituição do sujeito em decorrência da vinculação direta e necessária entre essa constituição e os domínios da vida cotidiana investidos pelas relações de poder (FONSECA, 2011, p. 33).

Na analítica foucaultiana do poder, entendemos que o poder está envolvido em nossas ações e relações cotidianas, que ele penetra nessa vida cotidiana em nossas práticas mais pormenorizadas, podendo, por esse motivo, ser chamado de micropoder (MACHADO, 2012; NEWMAN, 2005). Nesse sentido, pensar mais especificamente o cotidiano pode trazer elementos enriquecedores para esta tese. Buscando essa complementaridade, recorro ao campo crítico do conhecimento em história (assim mesmo, com letra minúscula, já que considero uma abordagem crítica à história tradicional), acreditando na potencialidade da interdisciplinaridade para o conhecimento nos estudos organizacionais.

Vivemos um tempo que reclama sem cessar o sensacional, o extraordinário, o exótico, se não, ao menos, o diferente e o novo. Por isso mesmo, são imensas as dificuldades para nomearmos a complexidade e a riqueza que estão mais próximas de nós, impregnadas da aparente banalidade do cotidiano. Recusamo-nos a admitir habitualmente que o desconhecimento mais digno de curiosidade não esta longe e sim ao lado, sob os nossos olhos (DEL PRIORE, 1997, p. 376).

O que é o cotidiano? Neste estudo, não partimos da necessidade de definições e nem de um conceitualismo. Pelo contrário, não queremos servir a uma análise historiográfica nos moldes tradicionais, corroborando a perspectiva de Lefebvre (1991a) sobre o cotidiano, para o qual este não deve ser conceituado. Podemos interpretar o cotidiano como algo pouco importante, já que é uma noção que “[...] tem um ranço de mesmice, de repetição, e inclusive de invisibilidade por tratar-se de ações corriqueiras” (LEÓN CEDEÑO, 2006, p. 255), tendo sido tradicionalmente tratado como algo trivial no pensamento ocidental (LEFEBVRE, 1991b; GARDINER, 2000). No entanto, discutirei aqui especificidades do mesmo que o tornam uma forma analítica de se opor às grandes narrativas e de dar visibilidade a saberes que guardam misérias e grandezas da vida dos indivíduos.

No sentido comum, o cotidiano é imediatamente relacionado à “[...] vida privada e familiar, às atividades ligadas à manutenção dos laços sociais, ao trabalho doméstico e às práticas de consumo” (DEL PRIORE, 1997, p. 377). Ao estudar o cotidiano, estudamos os homens e mulheres comuns, falamos dos indivíduos da vida cotidiana, aqueles que focam dia a dia a garantia de sua sobrevivência (PATTO, 1993), empreendendo esforços físicos e intelectuais. Dá-se voz a pessoas que não são abordadas pela história tradicional. Pois, sendo indivíduos considerados periféricos, acabaram ficando de fora das grandes narrativas tradicionais (MARTINS, 2008). Nesse contexto, há uma “[...] oposição entre dois espaços

portadores de historicidade e de rotineira cotidianidade [que] recobre, de fato, a oposição entre ‘detentores’ e ‘excluídos’ da História” (DEL PRIORE, 1997, p. 377)⁹⁴.

Não queremos dizer aqui, contudo, que os grandes eventos fiquem de fora do estudo sobre o cotidiano (CERTEAU, 1998). Embora não haja relação direta e clara do estudo do cotidiano com a história, já que nos estudos do cotidiano, o privado e suas especificidades, alheios à história tradicional, são fontes de análise (LEFEBVRE, 1991a), os grandes eventos também fazem parte do cotidiano (CERTEAU, 1998). A diferença é que esses eventos não se constituem em aspectos centrais para essa abordagem. O que se propõe com o cotidiano é o estudo das ações diárias que fazem parte da realidade do indivíduo, mesmo aquelas não consideradas centrais para a história. “A vida cotidiana é vista como território de estruturas antropológicas elementares que podem ser invocadas contra a naturalização da história” (PATTO, 1993, p. 122). Lefebvre (1991a) entende, por exemplo, que o cotidiano está em um nível intermediário entre o indivíduo e a história (CUNHA *et.al.*, 2003).

Como enfatiza Lefebvre (1991a, p. 6), se quisermos saber o que aconteceu em algum dia por meio de registros da própria imprensa, podemos não encontrar “[...] muita coisa sobre a maneira como as pessoas sem importância viveram esse dia: suas ocupações e preocupações, seus trabalhos e divertimentos”. Assim, o cotidiano marginalizado é como se fosse uma riqueza encoberta pela aparência de pobreza. No entanto, há nele toda uma herança de saberes, de saber *fazer* (DEL PRIORE, 1997). Ao defender que não ignoremos o cotidiano, Gardiner, (2000) defende que ele

[...] representa o lugar onde nós entramos em uma relação com os mundos externos naturais e sociais no sentido mais imediato e profundo, e é nele que os desejos humanos, os poderes e as potencialidades essenciais são inicialmente formulados, desenvolvidos e concretamente realizados (GARDINER, 2000, p. 75, tradução minha).

Nessa discussão, Heller (1985) defende a importância de se vincular o cotidiano à história por meio do resgate da dimensão histórica desse cotidiano. Para a autora, o cotidiano se relaciona com a história refletindo-a e antecipando-a (CALDEIRA, 1995). Para ela, “[...] a vida cotidiana não está ‘fora’ da história, mas no ‘centro’ do acontecer histórico: é a verdadeira ‘essência’ da substância social” (HELLER, 1985, p. 20). O despertar de Heller (1985) para a importância da análise filosófica e sociológica da vida cotidiana guarda relação

⁹⁴ No entanto, adequando-se à noção de Foucault (1992) de que o poder é relacional e que todos os sujeitos podem exercê-lo, Del Priore (1997, p. 394) defende que tentemos ultrapassar, ao falar de cotidiano e de vida privada, a oposição entre detentores e excluídos, pois “[...] nas relações entre os dois grupos, inscreve-se outra coisa além de uma configuração sucedendo-se a outra”.

com uma superação do marxismo soviético empreendida por intelectuais que conduziram um marxismo crítico no leste europeu, baseados na redescoberta dos *Manuscritos econômico-filosóficos*, por meio da qual houve um interesse renovado por temas negligenciados pelas versões oficiais do marxismo. Sua postura crítica em relação ao pensamento marxista se vale também de um posicionamento contrário à noção de que apenas uma classe (a operária) possa assumir o poder, sendo o sujeito da história e a classe representante da transformação. Para Heller (1985) r, há outros segmentos sociais para os quais a teoria revolucionária fala, como, por exemplo, mulheres, jovens e minorias raciais (PATTO, 1993).

No entanto, se Heller (1985) defende a vinculação do cotidiano à história, uma questão colocada por Del Priore (1997, p. 376) parece importante: “[...] como historicizar a noção mesma de vida cotidiana? Será ela universal e, portanto, válida para todas as épocas históricas? Será ela globalizante e, logo, passível de se estender ao conjunto de uma formação social?”. Aqui, ênfase, não só a necessidade de se pensar a história como desvinculada de grandes narrativas, como a história universal, como também de se retornar à discussão que fiz no capítulo 1: podemos trabalhar com verdades parciais e, não, verdades universais. Podemos falar do cotidiano de indivíduos e também de sujeitos coletivos, de grupos sociais, mas não em um sentido totalizante e globalizante.

A vida cotidiana é heterogênea e polifônica. Já que falamos do homem comum, quantos não são esses homens? Não há a intenção de tipificar o indivíduo ou de reduzi-lo a categorias (PATTO, 1993), pois “[...] a vida cotidiana é a vida de *todo* homem. Todos a vivem, sem nenhuma exceção, qualquer que seja seu posto na divisão do trabalho intelectual e físico (HELLER, 1985, p. 17, grifo da autora). Falando sobre a diversidade não reconhecida do cotidiano, Lefebvre (1987, p. 7, tradução minha) afirma que

de forma não subordinada a um único sistema, viver varia de acordo com a região e o país, os níveis e as classes da população, os recursos naturais disponíveis, a estação, o clima, a profissão, a idade e o sexo. Essa diversidade nunca foi muito bem conhecida ou reconhecida como tal, mas tem resistido a uma espécie de interpretação racional que só acontece em nosso tempo [era moderna], interferindo e destruindo essa diversidade. [...] A racionalidade domina, acompanhada mas não diversificada pela irracionalidade.

Quando Lefebvre (1987) faz essa afirmação, observamos que, mesmo ao tentar denunciar a não importância dada à diversidade do cotidiano, o autor acaba por desconsiderar as possibilidades de que essa racionalidade, mesmo dominante, seja modificada pelo que

chama de irracionalidade. Veremos, por meio de Certeau (1998), que os indivíduos podem cotidianamente subverter e modificar essa dita racionalidade.

Continuando a discussão, na concepção de Heller (1985), é na vida cotidiana que o indivíduo se insere na sociedade e na qual as relações sociais entre os homens são produzidas. No mesmo sentido, Certeau (1998) defende que, na análise do cotidiano, não foquemos as práticas individuais como existindo por si sós, pois tais práticas são parte de relações com meios sociais.

Na vida cotidiana, há um conjunto heterogêneo de atividades que contribuem para a própria continuação e manutenção dessa cotidianidade (ANTUNES, 2003). Por exemplo, atividades de “[...] organização do trabalho e da vida privada, os lazeres e o descanso, a atividade social sistematizada, o intercâmbio e a purificação” (HELLER, 1985, p. 18). Nessas atividades, apreendemos em Certeau (1998) que há a formação de saberes que são apropriados para a manutenção da cotidianidade e que esses saberes se constituem em *artes de fazer*. São práticas para as quais não fazemos, por exemplo, cálculos “[...] com segurança científica [d]a consequência possível de uma ação” (HELLER, 1985, p. 30). Se parássemos para fazê-lo ao atravessar uma rua, por exemplo, não chegaríamos a nos mover (HELLER, 1985).

A vida cotidiana se relaciona profundamente com todas as atividades, suas diferenças, seus conflitos, seus lugares de encontro, seus terrenos comuns. É na vida cotidiana que expressamos as relações que, somadas, constituem o real, que é sempre parcial e incompleto⁹⁵, como as amizades, o amor, o companheirismo, a necessidade de comunicar, de brincar (LEFEBVRE, 1991b). No cotidiano, o trabalho ocupa uma posição importante (embora não central), já que é por meio dele que os homens (e mulheres) se tornam seres sociais (ANTUNES, 2003). Essa importância do trabalho diz respeito à própria hierarquização que existe na vida cotidiana em relação ao seu conjunto heterogêneo de atividades (HELLER, 1985).

Na cotidianidade, temos o que Heller (1985, p. 17) chama de vida do homem *inteiro*, “[...] o homem que participa da vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade”. Por meio dessa cotidianidade, poderei entrar em contato com os sentidos, capacidades intelectuais, “[...] habilidades manipulativas, [...] sentimentos, paixões, ideias” (HELLER, 1985, p. 17) das empregadas domésticas.

Para Heller (1977; 1985), as próprias esferas não cotidianas têm sua gênese histórica na vida cotidiana.

⁹⁵ O que nos permite estabelecer um ponto comum entre Lefebvre (1991b) e o pós-estruturalismo, embora essa não seja a perspectiva do autor.

A vida cotidiana é constituída a partir de três tipos de objetivações do gênero humano (objetivações genéricas em si), que constituem a matéria-prima para a formação elementar dos indivíduos: a linguagem, os objetos (utensílios, instrumentos) e os usos (costumes) de uma dada sociedade. Já as esferas não cotidianas se constituem a partir de objetivações humanas superiores (objetivações genéricas para-si), isto é, mais complexas, como as ciências, a filosofia, a arte, a moral e a política (ROSSLER, 2004, p. 102).

Por meio dessas esferas não cotidianas, poderíamos ter, então, algumas elevações acima da vida cotidiana, que se constituiriam em objetivações duradouras, como a arte e a ciência. A arte, porque é “[...] autoconsciência e memória da humanidade, [a ciência da sociedade, porque] desantropocentriza (ou seja, deixa de lado a teologia referida ao homem singular); e a ciência da natureza, porque possui um caráter desantropomorfizador” (HELLER, 1985, p. 26).

No entanto, é importante destacar, como o faz Heller (1985, p. 26), que “[...] nem mesmo a ciência e a arte estão separadas da vida do pensamento cotidianos por limites rígidos”. Pensar dessa forma seria, inclusive, um meio de contribuir para a marginalidade que a história tradicional atribuiu ao cotidiano. E também pela marginalidade ao qual ele tem sido posicionado no fazer ciência e também no próprio contexto dos estudos em administração, campo específico no qual me encontro.

O movimento que fazemos aqui é inverso em relação ao que encontramos nos *pretextos dominantes nos estudos administrativos*. Se nosso foco de trabalho fosse a gestão empresarial propriamente dita, os grandes negócios seriam “[...] preteridos, dando lugar ao cotidiano do Homem comum de negócios, o pequeno negociante que gere seu negócio com sua família” (CARRIERI, 2012, p. 36). Nos estudos organizacionais, vemos a utilização de Certeau (1998) em trabalhos como os de Carrieri (2012); Carrieri *et.al.* (2010); Carrieri, Souza e Almeida (2009); Murta, Souza e Carrieri (2010); Lima (2009); Oliveira e Cavedon (2012) e Vargas e Junquilha (2012).

Lima (2009) enfatiza que o tema do cotidiano é pouco trabalhado nesse campo. De acordo com Carrieri (2012, p. 36), “[...] para a visão dominante na Administração pesquisar o cotidiano praticado socialmente não se constitui como um trabalho de relevância e necessidade acadêmica”. No entanto, ao se estudar o cotidiano de homens comuns nos negócios, podemos conhecer as “[...] estratégias e táticas [que são por eles criadas] para a sobrevivência de seus negócios, de sua família” (CARRIERI, 2012, p. 36). No mesmo sentido aqui, ao invés de trabalhar as práticas dos empregadores, que podem ser considerados os grandes gestores de seus lares, dou lugar à abordagem das práticas de empregadas.

Além de pensar o cotidiano de forma relacional às noções de arte e de ciência, podemos pensá-lo em relação à filosofia, como o faz Lefebvre (1991a). Em uma postura crítica à filosofia (e à filosofia hegeliana), Lefebvre (1991a, p. 18) destaca que “[...] diante da vida cotidiana, a vida filosófica pretende ser superior, e descobre que é vida abstrata e ausente, distanciada, separada. A filosofia tenta decifrar o enigma do real e logo em seguida diagnostica sua própria falta de realidade”. Dessa forma, a vida cotidiana é não filosófica, é como um mundo real em relação ao ideal. Ainda assim, se for realizado um desvio em relação à filosofia tradicional, a vida cotidiana pode se constituir em objeto da filosofia.

Para apresentar a perspectiva do cotidiano, o autor que até então menos citei é Certeau (1998), pois minha escolha teórica para pensar o cotidiano é preponderantemente pelos escritos desse autor e dedicarei um tópico específico a ele. Para discutir o cotidiano de uma forma mais geral, procurei dar voz a outros autores que também são importantes para pensá-lo, como Lefebvre (1991a; 1991b), Heller (1985) e Del Priore (1997).

Apesar de algumas características comuns nas obras desses autores em seus olhares sobre o cotidiano, o que me permitiu colocá-los aqui juntos para apresentar brevemente o assunto, há aspectos que diferenciam os posicionamentos desses autores, o que está bastante ligado ao fato de representarem, por exemplo, o marxismo ocidental ou o oriental. Lefebvre, por exemplo, que “[...] faz um tratado do cotidiano procurando extrair as características descritivas da vida cotidiana e criar uma ontologia desta” (DURAN, 2007, p. 117), é um representante do primeiro. E Heller (1985), do segundo. No marxismo ocidental, há um interesse pela vida cotidiana relacionado a uma estratégia de radicalização, por meio da defesa de que essa vida deveria ser transformada por uma revolução cultural profunda. E o interesse do marxismo crítico oriental por essa revolução seria pela crença de que a revolução seria incompleta se não modificasse as estruturas da vida cotidiana (PATTO, 1993).

Considerando que M. Certeau, H. Lefebvre e A. Heller são os autores mais utilizados no Brasil para se estudar o cotidiano (CHIZZOTI, 2004), a principal diferença que me faz escolher M. Certeau, e não H. Lefebvre e A. Heller como autores principais, é que as possibilidades de resistências dos indivíduos estão mais presentes em M. Certeau ou se constituem em um de seus focos de trabalho quando ele aborda, por exemplo, as *artes de fazer* e as táticas cotidianas. Na perspectiva do cotidiano de A. Heller e de H. Lefebvre, há alienação (PINEL, 2002; CARRIERI, 2012). Para Certeau (1998), não há só alienação dos indivíduos, há resistências. Heller (1998) não dá ênfase a formas de resistência, embora reconheça possibilidades de mudanças lentas no cotidiano das pessoas ao longo do tempo. E na perspectiva de Lefebvre (1991a; 1991b), embora o autor defenda “[...] esforços para a

desmistificação da consciência humana, a supressão da alienação e a promoção de uma efetiva liberação das estruturas de opressão” (CUNHA *et.al.*, 2003, p. 29), não há um foco a essas possibilidades de resistência.

Ao estabelecermos relações entre esses três autores, podemos dizer que há maiores possibilidades de diálogos entre Certeau (1998) e Lefebvre (1991a; 1991b). Pois, na concepção de Heller (1985), o trabalho aparece como o lugar primeiro da alienação. Para Lefebvre (1991a ou b), o trabalho não é o lugar primeiro da alienação como o é para grande parte dos marxistas. Para ele, a vida cotidiana é o lugar da alienação. Ela estaria presente na cotidianidade dos indivíduos. No mesmo sentido que encontramos em Lefebvre (1991a; 1991b), vemos em Certeau (1998) que o lugar primeiro da alienação não seria também o trabalho.

Além disso, no conceito de táticas de Certeau (1998), encontro meu caminho teórico para pensar as práticas de resistências das empregadas domésticas que as possam levar ao cuidado de si e dos outros. É nesse autor que encontro possibilidades analíticas mais adequadas aos objetivos da minha tese para pensar que, no cotidiano, os dominados sejam capazes de uma apropriação da esfera simbólica de seus próprios dominantes, transformando essa esfera de acordo com suas próprias necessidades (CERTEAU, 1998). A seguir, discuto então algumas particularidades da perspectiva do autor escolhido.

8.2.1 O cotidiano por meio de Certeau

É sempre bom recordar que não se deve tomar os outros por idiotas (CERTEAU, 1998, p. 273)

Sua não credulidade diante da ordem dogmática que as autoridades e instituições querem sempre organizar [...] dá a Certeau a possibilidade de crer firmemente na *liberdade gazeteira das práticas*. Assim, é natural que perceba microdiferenças onde tantos outros só veem obediência e uniformização (GIARD, 1998, p. 19).

Michel de Certeau é um historiador francês conhecido por suas produções sobre a mística e correntes religiosas nos séculos XVI e XVII e por suas críticas à epistemologia que governa a profissão do historiador (GIARD, 1998). M. Certeau exercia a atividade de historiador procurando “[...] não propor soluções, nem apresentar um diagnóstico definitivo

que encerrasse o futuro, mas sobretudo” tentando compreender os fatos que aconteciam (GIARD, 1998, p. 11-12). O supracitado autor

[...] toma por objeto não a espuma dos dias, o desconcerto e a confusão do discurso político, as lamentações de uns, as censuras dos outros, mas o sentido oculto daquilo que, mais profundo, e ainda misterioso, se manifesta essencial em uma grande confusão de palavras (GIARD, 1998, p. 12).

Essa procura pelo oculto guarda relações com a busca, por exemplo, do que o método de análise do discurso nos permite: desvelar os sentidos implícitos, não ditos e silenciados de um discurso (método que utilizarei). Além disso, podemos aproximar essa perspectiva histórica de Certeau (1998) com a própria noção de desconstrução apresentada no capítulo 1, pois, desvelar esses sentidos ocultos presentes nos acontecimentos e na própria história permite uma desconstrução daquilo que nela é considerado universal e verdadeiro.

A utilização de M. Certeau nessa tese, em termos epistemológicos, guarda relações, tanto com meu posicionamento como pesquisadora discutido no capítulo 1, como também com a própria utilização que faço das analíticas foucaultianas. M. de Certeau também relativiza a noção de verdade, suspeitando da objetividade das instituições do saber, assumindo uma postura crítica em relação aos modelos da escola francesa de história (GIARD, 1998). Embora faça significativas críticas ao trabalho de Foucault, Certeau (1998) dialoga com as ideias de M. Foucault, ao invés de silenciá-lo como poderia fazer em relação a suas objeções.

Além disso, podemos trabalhar os dois autores de forma conjunta, principalmente por ambos reconhecerem e valorizarem as possibilidades de resistências dos indivíduos e porque, ao analisamos os micropoderes abordados por Foucault (1992), abrimos possibilidades para pensarmos o homem comum, o homem ao qual Certeau (1998) atribui o exercício de táticas e astúcias populares.

Certeau (1998) se posiciona diante de dois autores considerados importantes para ele no que se refere ao estudo das práticas sociais: M. Foucault e Pierre Bourdieu. Embora critique ambos os autores, Certeau (1998) reconhece a importância de abordar os esquemas pelos quais eles estudaram as práticas cotidianas. Segundo o autor, esses esquemas podem se relacionar com o discurso (ou com a ideologia em M. Foucault) e com o adquirido (o *habitus*⁹⁶ de P.

⁹⁶ O *habitus* é um conceito utilizado por Bourdieu (1996) para falar de princípios que geram as práticas distintas dos sujeitos. Ele é, por exemplo, o que o trabalhador come e sua forma de comer, o esporte que pratica e sua forma de praticá-lo (BOURDIEU, 1996; TEIXEIRA, 2011). É uma noção filosófica antiga que se originou com o pensamento de Aristóteles e que foi recuperada e retrabalhada pelo autor para “[...] escavar as categorias implícitas através das quais as pessoas montam continuamente o seu mundo vivido” (WACQUANT, 2007, p.

Bourdieu). Em relação ao discurso, Certeau (1998) argumenta que as táticas não dependem necessariamente de uma elucidação verbal.

Em relação à P. Bourdieu, Certeau (1998) critica o fato de que o autor, ao estudar práticas cotidianas da sociedade cabila, acaba apagando seu lugar referencial e poético ao transformá-las em teoria. Para o autor, “[...] em efeitos que produz no discurso autoritativo, [Bourdieu faz com que] o originário kabila desapareça [...] aos poucos. [Dessa forma,] a particularidade da experiência originária se perde em seu poder de reorganizar o discurso geral” (CERTEAU, 1998, p. 118). Para Certeau (1998), P. Bourdieu vai às táticas, mas depois acaba entrando de novo em um discurso autoritativo que acaba por tentar confirmar sua racionalidade profissional, em uma tentativa de se estabelecer verdades.

Críticas dessa natureza são também dirigidas a M. Foucault, pois, para M. de Certeau, ambos “[...] transformam práticas isoladas como afásicas e secretas na peça-mestra da teoria” (CERTEAU, 1998, p. 134). Nesse sentido, caberia a nós interpretar essa discussão como uma necessidade de não enquadrar teoricamente todas as práticas cotidianas que estudamos enquanto pesquisadores. Além disso, não deveríamos tentar relacioná-las à construção de grandes verdades, pois um discurso totalizante tiraria novamente o foco nas mulheres e nos homens comuns.

Certeau (1998, p. 127) declara que os textos de P. Bourdieu “[...] fascinam por suas análises e agridem por sua teoria. Lendo-os sinto-me como o prisioneiro de uma paixão que eles irritam excitando-a”. Por que cito essa fala? Para demonstrar que, entre um misto de reconhecimento da importância das abordagens de M. Foucault e de P. Bourdieu, de um lado, e de críticas negativas de outro, Certeau (1998) nos abre brechas para pensarmos as vinculações entre suas teorias e, não somente, os aspectos opositivos nelas presentes. Ainda que M. Foucault e P. Bourdieu sirvam de figuras teóricas de oposição (GIARD, 1998) para Certeau (1998), meu intento aqui será o de reunir aquilo que visualizo em termos de possibilidades de aproximações entre os dois autores.

Em primeiro lugar, os poderes penetram na vida cotidiana (FOUCAULT, 1992), já que há nela microlutas e enfrentamentos (FOUCAULT, 2006b). A analítica do poder foucaultiana nos leva também a poderes que precisamos localizar em relações, momentos e lugares do cotidiano (LEÓN CEDEÑO, 2006). Além disso, quando falamos de homens e mulheres comuns por meio da abordagem de Certeau (1998), podemos seguir a sugestão de M. Foucault de que, ao falarmos de poderes, não devemos “[...] buscar a equipe que preside sua

14). São estruturas estruturadas que operam como estruturas estruturantes, gerando e organizando as práticas e as representações (BOURDIEU, 2001; TEIXEIRA, 2011).

racionalidade; nem a casta que governa, nem os grupos que controlam os aparelhos do Estado, nem aqueles que tomam as decisões econômicas mais importantes” (SOUSA FILHO, 2007, p. 5). Além disso, em M. Foucault, é nas táticas que encontramos os espaços de enfrentamento (SOUSA FILHO, 2007).

Assim como Foucault (2004b, p. 244) pretendeu abordar uma prática de si que permite ao indivíduo a constituição de si mesmo como “[...] o artesão da beleza de sua própria vida”, Certeau (1998), por meio da noção de *artes de fazer*, traz os homens comuns como artistas do cotidiano. São homens que inventam esse cotidiano por meio dessas *artes*, de astúcias e de táticas de resistência (DURAN, 2007). Foucault (2008) fala em *artes de governar*, *artes de viver*, e Certeau (1998), em *artes de fazer*, já que o agir para o autor é inseparável da referência à *arte* (GIARD, 1998).

Foucault (1992) fala de micropoderes e microrresistências; em M. de Certeau, vemos um movimento browniano de microrresistências que se constituem em microliberdades, deslocando as fronteiras da dominação dos poderes (GIARD, 1998). Outro ponto de intersecção entre Foucault (2006c) e Certeau (1998) é que, assim como este último criticava o foco aos grandes eventos pela história tradicional, Foucault (2006c) questiona aquilo que durante muito tempo foi considerado acontecimento histórico pelos historiadores:

O problema é que [...] a maioria dos historiadores escolheu estudar e descrever não acontecimentos, mas estruturas. [...] Quero dizer com isso que o que os historiadores chamavam de acontecimento, no século XIX, era uma batalha, uma vitória, a morte de um rei, ou qualquer coisa dessa ordem (FOUCAULT, 2006c, p. 256).

Retornando agora à discussão sobre o tema do cotidiano em Certeau (1998), de acordo com o autor, as interrogações sobre as práticas do cotidiano foram primeiramente pensadas de forma a não localizar a diferença cultural nos grupos que já eram singularizados, o que me remete a um posicionamento adotado por Souza e Carrieri (2010) ao discutirem, por meio do pós-estruturalismo, a analítica *queer* e seu rompimento com a concepção binária de gênero. Os autores entendem que

[...] tratar os homossexuais, como também mulheres, negros, portadores de necessidades especiais, entre outros, como minoria é constituir identidades. Acredita-se que criar identidades e salientar as diferenças entre essas identidades é um dispositivo de poder que cria um círculo vicioso no qual se reconstrói e se reafirma aquilo que se quer banir: a discriminação. A concepção de uma sexualidade múltipla e heterogênea abre a possibilidade de que todos os homens se vejam como semelhantes em suas diversidades, sejam quais forem essas diversidades, e não apenas como diferentes em razão de suas identidades (SOUZA e CARRIERI, 2010, P. 67).

Nesse sentido, aqui também não pretendemos trabalhar as práticas cotidianas das empregadas de forma a salientar e reforçar suas diferenças em relação às práticas ou às identidades dos grupos dominantes. Embora o aspecto relacional do poder seja enfatizado (FOUCAULT, 1992), e que se estabeleça uma relação entre estratégias dos dominantes e as táticas dos dominados (CERTEAU, 1998), não buscamos na análise reforçar as singularidades de suas práticas de maneira que contribua para reforçar suas identidades como, por exemplo, negativas em relação às identidades dos dominantes. Até porque rejeito, nesta tese, a ênfase aos pensamentos binários.

Abordarei *artes de fazer* cotidianas que se aproximam, no pensamento de Certeau (1998), da cultura popular. Entretanto, falo de culturas populares e, não, de uma única cultura popular pensada somente em oposição à cultura dominante, já que há diversidades mesmo em relação ao que comumente se chama de *povo*. O conhecimento das práticas das empregadas permitirá a análise de apenas uma faceta das múltiplas *artes de viver* de mulheres comuns.

Simbolicamente, essas mulheres e homens comuns são tratados como minorias. No entanto, são maiorias marginalizadas (CERTEAU, 1998). “A figura atual de uma marginalidade não é mais a de pequenos grupos, mas uma marginalidade de massa. [...] Essa marginalidade se tornou maioria silenciosa (CERTEAU, 1998, , p. 44)”. Nas práticas desses grupos, há a constituição de saberes que não têm “[...] legitimidade aos olhos de uma racionalidade produtivista” (CERTEAU, 1998, , p. 141). Pois é o invisível que interessa ao historiador do cotidiano (CERTEAU, GIARD e MAYOL, 2009), como as astúcias, as piratarias e a clandestinidade (CERTEAU, 1998).

Para falar desses saberes, Certeau (1998) dá, inclusive, exemplos de práticas que fazem parte do cotidiano das empregadas: “[...] **artes** do dia-a-dia na cozinha, **artes** de limpeza, da costura etc.” (CERTEAU, 1998, , p. 141, grifo meu). São *artes* que simbolicamente adquirem, segundo o autor, um valor de atividade privada, tornando-se a “[...] memória ao mesmo tempo legendária e ativa daquilo que se mantém à margem ou no interstício das ortopraxias científicas ou culturais” (CERTEAU, 1998, , p. 142). Interessante Certeau (1998, p. 142) descrever que essas *artes* e maneiras *de fazer*

[...] se introduzem em massa no romance ou na ficção. [...] Essas maneiras encontram aí um novo espaço de representação [...], povoado por virtuosidades cotidianas das quais a ciência não sabe o que fazer, e que se tornam, bem reconhecíveis para os leitores, as assinaturas das micro-histórias de todo o mundo.

Digo *interessante* porque as práticas das empregadas domésticas estão justamente presentes nas narrativas de ficção. E como coaduno com a defesa acerca da importância da utilização das narrativas de ficção para os estudos organizacionais (PHILLIPS, 1995), darei alguns exemplos breves aqui do que Certeau (1998) comenta a respeito da introdução das *artes marginais* à ficção.

Quando as *artes marginais* das empregadas são introduzidas à ficção, o que observamos é uma estereotipação que cria a imagem de uma marginalidade homogênea, ideia que é criticada por Certeau (1998). No filme *Domésticas*, dirigido por Fernando Meirelles (2001), embora haja retratos interessantes da situação das empregadas no Brasil, há frases e situações caricaturais, assim como são as personagens: “[...] por que que eu tinha de nascer assim, desse jeito, pobre, preta, ignorante?, elas aturam a gente porque elas não gosta (*sic*) de limpar bosta, esfregar chão, lavar as cueca (*sic*) dos maridos, né não?” (FREITAS, A., 2001). Além disso, a própria construção das personagens se dá por meio de sotaques e modos de falar que homogeneizam a categoria por meio do uso inadequado da língua portuguesa e o uso de gírias.

As músicas populares brasileiras, por exemplo, narram histórias de ficção sobre empregadas domésticas que trazem a construção do estereótipo da empregada que está sempre disposta a seduzir ou a se relacionar com seus patrões, enfatizando uma conotação sexual às suas práticas, o que podemos compreender se retornarmos ao passado escravagista brasileiro, como faz Freitas, M. E. (2001) para discutir o assédio sexual nas organizações. Temos no período da escravidão senhores donos do trabalho, do corpo e da alma de suas servas. Depois de findado esse período, vemos também as relações do patrão ou do filho com a empregada, que “[...] poderia optar entre o estupro ou a ameaça de dispensa, prática comum na nossa história e que dá origem à expressão popular ‘ter um pé na cozinha’” (FREITAS, M. E., 2001, p. 14). No entanto, o que observamos em algumas músicas é uma ênfase não só ao desejo dos patrões pelas empregadas, mas também ao desejo dessas empregadas por seus patrões. No quadro 8, vemos exemplos de trechos de algumas músicas.

Quadro 8 - . Músicas brasileiras sobre empregadas domésticas

<p>O Doutor e a empregada - Edson e Hudson</p> <p>Mamãe eu estou gostando da empregada E cada dia que passa eu gosto mais Não é por ter casa limpa e roupa lavada Nem tão pouco pela comida que ela faz A sua simplicidade me conquistou Eu sinto que ela sente o mesmo por mim [...] Pode em chamar de doutorzinho meia tigela Pode fazer tudo que eu não me zango com a senhora Mas se mandar a empregada embora Eu vou com ela [...]</p>	<p>A empregada – Teodoro e Sampaio</p> <p>A minha casa tava um tanto abandonada, Precisando de empregada, Pus anuncio no jornal Fiz direitinho coloquei as exigências, Tem que ter boa aparência tem que ser especial, Apareceu uma morena faceira, Um pouco de feitiçeira, Um tremendo avião, E foi mostrando todas suas qualidades, Arrumou a casa toda e bagunçou meu coração [...] Essa empregada ainda mata o patrão Essa morena tem tanta disposição, É no tanque ou fogão, [...] E depois que arruma a cama, Ainda quer dormir comigo.</p>
<p>A empregada – Wander Wildner</p> <p>[...] Se ela for pro interior Eu vou atrás Sempre atrás do seu calor A minha empregada Raul Pedro de Lara Raul, a minha empregada Faz uma feijoada pra eu comer de madrugada Raul, a minha empregada Faz uma limonada pra eu beber com a feijoada [...] Raul, a minha empregada Raul Pedro de Lara, Raul Pedro de Lara Raul!</p>	<p>O patrão e a empregada – Latino</p> <p>Roberto:Nossa, Claudinha, você hoje, hein? Ta danada, hein? Claudinha: Beto, não começa. Me deixa trabalhar. Roberto: Vem cá, Vem cá, vem! Ninguém vai saber. Claudinha: Para com isso hein? Roberto: Só uma encostadinha, vai? Claúdinha:Não se encostar vai ter que ficar, hein? Roberto: Vamos sair pra beijar muito, vamos? Claúdinha: Não, vamos beijar aqui mesmo. Pará com isso. Roberto: [...] Se tu quiser colar comigo o dia inteiro. Curtir um bom motel, fazer amor a dois [...] Tu ta ligada que eu tenho um compromisso Mas é você que reativa os meu feitiços [...] Você me deixa plugado na intimidade de patrão e empregado. Parei no seu rebolado, é o seu currículo e um desejo incubado [...] Roberto, vem pro meu harém Que a chuchuzinha ta te chamando, meu neném [...] E venha ser meu patrãozinho nota cem!</p>

<p>Eta empregada boa - Edson Mineiro e Goiano</p> <p>E saí fui pra gandaia e voltei de madrugada Entrei na porta do fundo Dei de cara com a empregada A bichinha é safadinha Vive me assediando Eu estava meio tonto, acabei lhe agarrando [...] A empregada é muito boa, e só usa saia curta Ela tem a perna grossa, e uma tatuagem na nuca Não há homem que resista a tanta tentação Foi por isso que apanhei com um pau de macarrão</p>	<p>Empregada - Excesso de Bagagem</p> <p>Empregada Eu tô maluco, gamado com cara de quem vai se apaixonar Ai minha empregada, ai minha empregada Me chama que eu vou Eu to ligado na sua e não vejo a hora de te amolar Ai minha empregada, ai minha empregada Ela é toda sarada, ela é muito faceira Essa minha empregada me deixou de bobeira Ela tem rebolado e pressão no bumbum Ô mulher descarada essa minha empregada ainda mata um</p>
<p>Empregada doméstica - João Gonçalves</p>	
<p>Minha empregada é uma gata Minha mulher ta coroa Quando ela vai fazer compras Eu fico em casa na boa Invento de tomar banho Peço dar o sabão Se ofereço um bom aumento Com onda de bom patrão Empregada doméstica Bonita e boa</p>	<p>Faz uma horinha extra Antes que chegue a patroa Ela segura a sainha Finge não querer querendo Diz que não deixa e deixando Diz que não faz e fazendo Quando a patroa retorna A casa desarrumada Ela descobre enxaqueca Passei o dia acamada</p>

Fonte Pesquisa de músicas pelo *site Google* realizada em abril de 2012.

A imagem que socialmente se construiu a respeito da mulher negra como sendo sexualmente depravada precisa ser pensada de forma vinculada à sua situação de escrava. Dizia-se no período colonial que a negra corrompeu a vida sexual da sociedade brasileira ao participar da iniciação sexual dos filhos de seus senhores. O que não discutimos, entretanto, é que essa iniciação sexual se deu em uma situação de submissão diante de seus senhores, o que não permite generalizações a respeito do comportamento sexual dessas mulheres (FREYRE, 2003).

Não há escravidão sem depravação sexual. É da essência mesma do regime. Em primeiro lugar, o próprio interesse econômico favorece a depravação criando nos

proprietários de homens imoderado desejo de possuir o maior número possível de crias. Joaquim Nabuco colheu em um manifesto escravocrata de fazendeiros as seguintes palavras, tão ricas de significação: "a parte mais produtiva da propriedade escrava é o ventre gerador" (FREYRE, 2003, p. 399).

Como se observa no quadro 8, há nas músicas um tratamento da empregada, não só como objeto romântico, mas principalmente sexual, o que perigosamente pode levar a generalizações acerca de suas práticas: justamente a ideia de marginalidade homogênea criticada por Certeau (1998). Essas generalizações são perigosas porque, como já citei por meio de Certeau (1998), podem se tornar memórias e assinaturas das micro-histórias desses sujeitos. O próprio autor pontua que "[...] da televisão ao jornal, da publicidade a todas as epifanias mercadológicas, a nossa sociedade canceriza a vista, mede toda a realidade por sua capacidade de mostrar ou de se mostrar e transforma as comunicações em viagens do olhar" (CERTEAU, 1998, p. 48). Além disso, precisamos considerar, como o faz Lefebvre (1991a, p. 13), que "[...] a escrita cinematográfica, assim como a literária, toma como referência a cotidianidade, mas dissimula cuidadosamente a referência. Ela a encobre pelo simples fato de desdobrar alguns de seus aspectos 'objetais' ou espetaculares".

Nesse sentido, é importante que, mesmo na academia, tenhamos cuidado ao narrarmos as histórias, memórias e práticas dessas mulheres, pois historicamente a visão dos pesquisadores a respeito dessas ditas minorias tem sido conduzida significativamente por meio de olhares muito externos a elas. Digo externos porque há um estranhamento entre pesquisador e pesquisado que, muitas vezes, pode conduzir o primeiro a estereotipar e a constituir teoricamente uma única identidade para esses grupos sociais, reforçando os processos discriminatórios a eles direcionados. Mesmo que a análise a ser realizada nesta tese constitua apenas uma perspectiva sobre o cotidiano das empregadas, o foco não deve ser o de espetacularizar esse cotidiano assim como tendem a fazer as narrativas de ficção.

Prosseguindo a discussão para falar das práticas cotidianas dessas empregadas, farei uso dos conceitos de estratégias e táticas de Certeau (1998), os quais são fundamentais para minha proposta de tese.

8.2.2 Estratégias e táticas cotidianas por meio de Certeau

Acreditando na legitimidade de saberes e de valores *anonimamente* criados (DURAN, 2007), Certeau (1998) buscava narrar práticas comuns que se constituíam em *artes de fazer* que poderiam se relacionar, tanto a estratégias, quanto a táticas, que são práticas relacionais, inseridas em relações de poder e de resistência.

As estratégias para o autor são práticas disponíveis para as pessoas em relação ao lugar de poder que elas ocupam nas relações, tendo intenção estratégica. Elas são

[...] o cálculo de relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder é isolável de um "ambiente". Ela postura um lugar capaz de ser circunscrito como um *próprio* e portanto capaz de servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta (CERTEAU, 1998, p. 46). Como na administração de empresas, toda racionalização "estratégica" procura em primeiro lugar distinguir de um "ambiente" um "próprio", isto é, o lugar do poder e do querer próprios. Gesto cartesiano, [...] gesto da modernidade científica, política ou militar (CERTEAU, 1998, p. 99).

Nesses sentidos, as estratégias são práticas que contam com um lugar próprio de poder. Quando nos deparamos com esse conceito, podemos pensar que as empregadas domésticas, estando em posições desfavoráveis nas relações com seus patrões, por exemplo, apenas sofreriam com o exercício dessas estratégias. Falando de lugares de poder, podemos falar mais comumente dos lugares de poder exercidos por esses patrões. No entanto, o conceito de Certeau (1998) nos leva a considerar que todas as pessoas ocupam lugares de poder, os quais, como já enfatizamos são relacionais. Sendo assim, as práticas das empregadas domésticas podem também ser entendidas como estratégias quando se referem a práticas que estão disponíveis a elas dado o lugar de poder que ocupam, podendo ser movimentos estratégicos de seu lugar de poder como empregada.

As práticas cotidianas podem assumir o caráter de estratégias de maneira explícita ou implícita, estando escondidas por meio de cálculos objetivos (CERTEAU, 1998). Um exemplo de estratégia praticada por patrões, por exemplo, pode ser a criação e a sustentação do já mencionado complexo de Tia Anastácia: o discurso de que a empregada é quase parte da família (SANTOS, 2010; FERREIRA, 2009; IPEA, 2011a). Esse discurso pode partir de uma intenção estratégica de exercer poder sobre as empregadas, pois, ao mesmo tempo em que ela é discursivamente considerada quase parte da família, a condicionante do quase não é excluída, e relações de desigualdade podem ser mantidas (essa é apenas uma maneira de se analisar essa prática discursiva, ressaltando que ela pode assumir diferentes significados nas relações sociais. O que fazemos aqui é apenas uma das várias possibilidades de interpretação).

Em uma narrativa de ficção presente na novela *Cheias de charme* (MINGUEZ e OLIVEIRA, 2012), vemos uma representação desse complexo. O diálogo abaixo descrito é entre as personagens Cida, empregada doméstica, de 19 anos, que mora com a família empregadora desde criança, e seu namorado.

Rodinei: E aí gata, falou com a tua patroa? Ela te liberou para assistir minha apresentação?
Cida: Ai, eu não posso simplesmente sair no meio do noivado e deixar a dona Lucinda na mão, entendeu Rodi? Essa é a única família que eu tenho. **Rodinei:** Que família Cida? Se liga, né. Neguinho só te faz explorar nessa casa meu amor, desde pequena. Olha, e nem folga você tá tendo direito. **Cida:** Mas é com eles e com a minha madrinha que eu conto depois que a minha mãe morreu. Eu fui criada junto com as meninas. **Rodinei:** Na sala e você na cozinha, né, Cida? A filha da copeira servindo as filhas da madame. [...] **Cida:** Só que o noivado da Ariela também é importante pra mim, e é uma vez na vida, você vai se apresentar outras vezes né. **Rodinei:** A Ariela é aquela que vive te esculachando não é Cida? Te fazendo chorar toda hora. **Cida:** Nada. Ela é assim com todo mundo. É o jeito dela (MINGUEZ e OLIVEIRA, novela *Cheias de charme*, 2012).

Enquanto há tentativas por parte dos empregadores de criação de igualdades por meio do convívio, das vestimentas, das formas de nomeá-las (como secretárias e ajudantes do lar) há, por outro lado, uma manutenção das marcas que a separam do restante da família, como o quarto da empregada, a alimentação diferenciada, construindo barreiras visíveis e invisíveis (FERREIRA, 2009). Nessas estratégias, temos justamente o que Certeau (1998) discute: relações de poder escondidas.

Por meio dessa estratégia, abrimos caminhos, por exemplo, para o fortalecimento da informalidade das relações de trabalho, já que muitas empregadas não são formalmente contratadas e seus direitos legais não são garantidos. Como são *quase da família*, em uma relação que é construída também com base em sentimentos e afetos, contribuimos para uma não cobrança relativa aos seus direitos como trabalhadora. Nessa dinâmica, elas estabelecem no trabalho uma relação de pertencimento que está presente simbolicamente na interação “[...] com suas crianças, sua cozinha, seu tempero, seus quitutes” (CAMARGO, 2009, p. 12, grifos da autora).

E o que são então as táticas? As táticas são práticas que não envolvem intenção estratégica e nem um lugar próprio de poder, elas partem do fugidio, do oportuno e da clandestinidade. Nas palavras de Certeau (1998), a tática é um

[...] cálculo que não pode contar com um próprio, nem portanto com uma fronteira que distingue o outro como totalidade visível. A tática só tem por lugar o do outro. Ela aí se insinua, fragmentariamente, sem apreendê-lo por inteiro, sem poder retê-lo à distância. Ela não dispõe de base onde capitalizar os seus proveitos, preparar suas expansões e assegurar uma independência em face das circunstâncias (CERTEAU, 1998, p. 46).

As táticas são práticas destinadas a subverter a ordem dominante. Ela depende de uma vigília para *captar no voo* suas possibilidades de ganho. E o que ganha não guarda. O fraco,

por meio das táticas, joga com os acontecimentos e momentos oportunos a fim de torná-los ocasiões. O foco está nos atos e nas formas de aproveitar essas ocasiões e, não necessariamente, em seus discursos, já que “[...] a sua síntese intelectual tem por forma não um discurso, mas a própria decisão” (CERTEAU, 1998, p. 47), decisão esta que combina alguns elementos heterogêneos.

Por serem corriqueiras, muitas vezes, as táticas não são percebidas. Há, por exemplo, “[...] padrões que não conseguem ver aquilo que se inventa de diferente em sua própria empresa” ((CERTEAU, 1998, , p. 50). Aqui, podemos encontrar empregadores que não reconhecem as táticas das empregadas domésticas.

Por meio das táticas, os indivíduos podem ter uma confiança instaurada em momentos de sofrimentos ao reintroduzir neles seus interesses e prazeres. As táticas são movimentos dentro do campo de visão do dito inimigo. Controlando esse campo, eles não teriam a possibilidade de totalizar o adversário, de empreender um projeto global, pois operariam a cada golpe, a cada lance. Aproveitariam e dependeriam das ocasiões, já que não iriam guardar o que ganhassem (CERTEAU, 1998). Nesse campo de visão, há possibilidades de mobilidade. No entanto, é uma mobilidade suscetível aos azares do tempo, já que a tática é a *arte* do fraco. Elas assumem um sentido de astúcia, pois, quanto mais fraco formos, mais a direção estratégica que empreendemos nos aproximando da astúcia, tornando de forma mais contundente o que chamamos de táticas. Nesse sentido, as *artes de fazer* são astúcias sutis, táticas de resistência que reapropriam o espaço e o uso de acordo com o jeito de cada um (DURAN, 2007).

Por meio das táticas, a posição do fraco pode ser fortalecida, já que elas desviam a ordem das coisas para fins próprios. Sendo exploradas por poderes dominantes ou negadas por discursos ideológicos, sua ordem passa a ser representada por uma *arte*. Da mesma forma, para os pesquisadores, falar das táticas cotidianas é como praticar uma *arte* ordinária, fazendo da escritura uma forma de fazer sucata, é como se tivéssemos inserindo grafites⁹⁷ à escrita (CERTEAU, 1998) acadêmica.

Enquanto as estratégias são movimentos que acontecem no dia a dia e nos quais jogamos porque queremos ser força de poder, as táticas são movimentos mais raros, mais difíceis,

⁹⁷ Grafite é um termo cuja raiz etimológica é graffiti, significando “[...] inscrição ou desenho de épocas antigas, toscamente riscado a ponta ou a carvão em rochas, paredes, vasos, etc. segundo o dicionário Aurélio” (LAGES e SILVA, 2004, p. 4). “Em sua acepção mais recente, refere-se à prática contemporânea (e seus produtos) de escrita-desenho em paredes e muros, geralmente utilizando-se de tintas *sprays*” (ALMEIDA, 2008, p. 2). É considerada uma linguagem urbana que se associa, por exemplo, ao movimento *hip hop*, constituindo-se em práticas e manifestações de resistência (SMITHERMAN, 1997).

lampejos, pois não têm a intenção de um contrapoder ou de inverter a lógica do sistema. As táticas desestabilizam esse sistema, mas não têm intenção estratégica de tomar o exercício do poder, representando microrresistências ou microssubversões. Oliveira e Cavedon (2012), por exemplo, usam o termo micropolíticas. As táticas, uma vez reconhecidas, podem, inclusive, ser incorporadas pelas estratégias dos grupos dominantes a fim de retirar seus efeitos (CERTEAU, 1998).

Podemos pensar que, quando uma prática que era antes relacionada a uma tática, passa a ser recorrente, ela deixa de ser tática, pois deixa de se valer do oportuno, de algo de que se aproveita por meio de lampejos. Podemos refletir, como exemplo, a respeito do mencionado caso do furto de bananas por empregadas domésticas (discutido no tópico 3.4.4). Na situação descrita por Brites (2008), esses furtos passam a ser recorrentes. Eles poderiam, nesse sentido, ser analisados por dois pontos de vista. O primeiro é o de esses furtos assumirem um caráter oportuno e fugidivo, o que pode ser visualizado pelo próprio termo *furto*. Sendo realizados por meio da astúcia e da clandestinidade, não contariam com um lugar de poder específico, uma vez que não visariam inverter a lógica do sistema, apenas desestabilizá-lo.

O segundo ponto de vista, no entanto, é aquele que assume que, passando a ser uma prática recorrente, ela deixa de ser uma tática, assumindo o sentido de estratégia exercida de um lugar de poder ocupado pela empregada doméstica. Esse lugar de poder se refere ao que Brites (2008) comenta: essas mulheres se tornam detentoras de informações da vida íntima e particular de seus patrões, informações essas que acabam fazendo parte de um contrato tácito com seus patrões, os quais poderiam temer que sua vida particular se tornasse de alguma maneira pública, podendo negligenciar, embora perceber, os furtos das empregadas. Nessa forma de interpretação, as empregadas poderiam ter intenção estratégica, sobretudo, por conhecerem os costumes de seus patrões, podendo planejar esses furtos, os quais deixariam de ser simplesmente uma *arte* do fraco.

Essas duas possibilidades de análise podem até ser consideradas um tanto simplistas por considerarem algumas situações hipotéticas, ainda que essas situações tenham sido apreendidas no cotidiano estudado por Brites (2008). Digo hipotéticas, ainda assim, porque, mesmo observadas pela autora, elas não podem ser generalizadas a todas as situações. Nesse sentido, a discussão que aqui realizamos a respeito da configuração de determinada prática como sendo estratégia ou tática pode incorrer em um risco de pensarmos a sociedade mais uma vez em termos binários.

As práticas cotidianas podem ser interpretadas, tanto como estratégias ou táticas, dependendo do ponto de vista e do contexto em que são analisadas. Elas podem também ser

assumidas como as duas coisas. Nesse sentido, não podemos ir ao campo de pesquisa pensando em termos binários, o que pode ser uma tarefa difícil para pesquisadores que foram socializados em uma sociedade acostumada com os binarismos. No entanto, não há como demarcar de forma absoluta o que é poder, o que é resistência, o que é estratégia, e o que é tática.

As percepções podem variar de pesquisador para pesquisador e de situação para situação. Assim, o que eu chamar de poder/estratégia, resistência/tática nas análises que serão empreendidas nesta tese envolverá minha percepção como pesquisadora e o meu entendimento acerca desses conceitos de maneira relacionada a cada situação particular que estiver analisando. Assim, é importante que essas análises sejam relativizadas, pois não serão verdades absolutas a respeito das práticas cotidianas dos meus sujeitos de pesquisa.

Para terminar essa discussão sobre o cotidiano, retorno a Lefebvre (1991a) para reproduzir uma fala que me remete a facetas que suponho encontrar ao estudar o cotidiano das empregadas domésticas.

Primeiro quadro: *miséria do cotidiano*, com os trabalhos enfadonhos, as humilhações, a vida da classe operária, a vida das mulheres sobre as quais pesa a cotidianidade. A criança e a infância sempre recomeçadas. As relações elementares com as coisas, com as necessidades e o dinheiro, assim como com os comerciantes e as mercadorias. É o reino do número. A relação imediata com o setor não dominado do real (a saúde, o desejo, a espontaneidade, a vitalidade). O repetitivo. A sobrevivência da penúria e o prolongamento da escassez: o domínio da economia, da abstinência, da privação, da repressão dos desejos, da mesquinha avareza. Segundo quadro: *grandeza do cotidiano*, com sua continuidade. A vida que se perpetua, estabelecida sobre este solo. A prática incompreendida: a *apropriação* do corpo, do espaço e do tempo, do desejo. A moradia, a casa. O drama, que não se pode reduzir ao número. O trágico latente do cotidiano. As mulheres: sua importância (oprimidas, 'objetos' da história e da vida social e, no entanto, 'sujeitos' essenciais, bases, fundamentos) (LEFEBVRE, 1991a, p. 42, grifos de quem ?????).

Mesmo reproduzindo aqui um trecho longo de sua fala, o que pode não ser muito bem visto pelos leitores, acredito que essas falas são pertinentes para fechar meu capítulo, pois traduzem duas características que acredito serem pertinentes ao cotidiano das mulheres cujas vozes ouvirei: a miséria e a grandeza, aspectos estes ao mesmo tempo contraditórios, complementares e emblemáticos da riqueza do cotidiano.

Por fim, ressalto que, ao longo do referencial teórico construído neste capítulo, fui dialogando com as analíticas e teorias para sempre pensá-las dentro do meu contexto de estudo. Por esse motivo, em alguns momentos, havia, não só um caminhar analítico, mas também um desvio, pois eu introduzia discussões especificamente relacionadas às empregadas domésticas, como quando trago os exemplos de músicas com o tema das empregadas para

ilustrar a ideia de marginalidade hegemônica que é criticada por Certeau (1998). A seguir, parto para as análises a respeito das artes de resistir e das artes de fazer presentes nas narrativas das empregadas domésticas entrevistadas.

8.3 Partindo para as análises: as artes de resistir e as artes de fazer das empregadas domésticas (Unindo o aspecto relacional do poder no cotidiano das empregadas, por Foucault, aos saberes cotidianos e ordinários das empregadas domésticas, por Certeau)

Neste tópico, tentarei demonstrar as artes de resistir e as artes de fazer aqui de maneira bem objetiva, já que as constituições subjetivas das sujeitas desta pesquisa já foram problematizadas. Após todas as considerações realizadas sobre suas relações com os jogos de verdade a respeito do que é ser empregada doméstica e após a apreensão de suas artes de vida e artes de cuidar, a abordagem das artes de resistir e das artes de fazer aparecem como exemplos mais empíricos da maneira pela qual os processos de subjetivação, objetivação e o cuidado si se operacionalizam em suas micropráticas cotidianas. As teorizações, nesse sentido, sobre suas micropráticas (que são suas artes de fazer), serão bem objetivas no sentido de diretamente relacioná-las à presença de intencionalidades estratégicas (no caso do exercício de poderes e de estratégias) e/ou de astúcias e lampejos que envolvem suas artes de resistir (no caso de resistências e táticas)

Meu foco será a análise de amostras discursivas que permitam a ilustração de práticas de poder/estratégia, e práticas de resistência/táticas; além dos saberes cotidianos e ordinários das empregadas domésticas. Antes de começar efetivamente essas análises, ressalto que não fui ao campo como uma inquisidora de poderes *versus* resistências e de estratégias *versus* táticas, pois, em uma perspectiva pós-estruturalista, os poderes também podem conter resistência e vice-e-versa; e as estratégias e as táticas não são também mutuamente excludentes, embora tenham sido descritas de maneiras distintas por Certeau (1998). O que quero enfatizar é que não posso ir ao campo tentando identificar: isso aqui é estratégia; aquilo ali é tática, considerando que só nessas classificações e categorizações as práticas possam ser entendidas.

Em primeiro lugar, enfatizo como a dimensão da prática, propriamente, é muito importante para pensar os saberes dessas mulheres. *Agindo* o tempo todo no exercício de seu trabalho, a prática se torna a ferramenta para o entendimento de seu cotidiano mais localizado e específico, bem micro mesmo, como aborda Certeau (1998). Como afirma Eva:

“Eu num paro pra pensá [na vida] não. Tem dia que as menina fala assim, mãe vai durmí. Essa daqui tem dia que me pega... eu tô lá na no quarto dela, faz assim... ela, ‘mãe dá licença, dá licença’. [risos] Vai durmí, vai durmí. Num paro pra pensá. Eu gosto de vivê. Eu gosto da luta. [risos].” (Eva) (AD124)

Sobre as análises dessas práticas, mesmo que eu vá as associar de maneira explícita a poderes e estratégias e a práticas a resistências e táticas, essa relação não é construída de maneira opositiva e nem implica na consideração de uma unicidade entre essas duas categorias, o que poderia implicar uma perda da complexidade relacionada a essas micropráticas. Outra observação importante é que, se estou falando de práticas relacionais, não estarei analisando somente as práticas das empregadas, mas também as práticas discursivas e sociais dos empregadores que, por conta de gênero atuando como dispositivo de poder, são quase sempre as mulheres, nomeadas cotidianamente como patroas. No entanto, meu acesso a essas práticas é indireto, sendo realizado somente por intermédio do que as empregadas recontam, das intertextualidades manifestas e constitutivas em seus discursos. Sendo assim, o entendimento a respeito das práticas de seus empregadores é circunscrito à maneira como as empregadas as interpretam e as significam, já que, no *corpus* desta pesquisa, não estão inclusos os discursos dos próprios empregadores que se relacionam com as seis empregadas entrevistadas.

Iniciando as análises, lembro que o aspecto relacional do poder do modo como é abordado na analítica foucaultiana ocorre de maneira associada a relações entre saber e poder (FOUCAULT, 1992; 1995). Nos enunciados das empregadas, essas relações puderam ser apreendidas.

Ela falou que num podia assinar carteira de empregada doméstica com mais de um salário não. **Que ela te falou?** É, ela falou que não podia não. Que tipo assim, se eu ganhasse 2 mil reais... **Ham.** Aí na minha cartêra não podia pô 2 mil. Não podia colocá 2 mil, tinha que colocá 1 salário mínimo, mas aí ela... ela me pagava 2 mil mais num podia pô na cartêra. Ate hoje eu não entendi nada, tô burrinha do mesmo jeito. (Débora) (AD125)

(Estratégia de saber-poder praticada por sua patroa, a qual não implica uma resistência relacional de Débora, que não reconhece que a patroa lhe contou algo que não é real do ponto de vista legal e trabalhista. Ocorre uma estratégia de poder ligada a um saber que se relaciona à consideração de um não saber relacional da doméstica)

Eles assinaram a sua carteira? Não, não chegou não a assinar. [em emprego no qual ela ficou por dois anos, e onde a carteira ficou assinada por somente um mês] aí quando ele me entregou a carteira, o patrão me entregou a carteira... a carteira... ele pôs assim na carteira, no mesmo dia que eu entrei eu saí. Deu baixa assim dizendo que

no mesmo dia que eu entrei eu saí. Aí quer dizer, eles nem tinha registrado direito, não pagou o INPS nem nada né? (Aparecida) (AD126)

(Estratégia de saber-poder praticada por seu patrão, a qual implica uma resistência de Aparecida: por sofrer esse poder, ela resiste saindo do trabalho. Resistência esta, contudo, que não é decidida por ela: foi uma imposição do então namorado, que reconheceu a estratégia de saber-poder e, acionando gênero como dispositivo de poder, pediu que Aparecida escolhesse entre ele e o emprego)

[em uma casa onde trabalhou por 17 anos] **Eles diminuíram seu salário?** Aí ela me pagava salário mínimo, né? Então ela assim... ela falava assim Juliana... ela era boazinha comigo sabe, gostava muito de mim e eu também gostava muito dela. Então ela falava comigo assim: olha, vou te dar um salário e vou pagar procê o INPS sozinha, sem descontar. Então ela fazia assim, mas escondida da irmã né. Depois ela morreu né. Aí a filha dela começou a inventar assim que não tava tendo condição mais de pagar assim tal, aí cortou, passou a pagar meio salário só. **Meio salário registrado na carteira?** Uhum. **Aí ela pegou mudou a carteira e colocou meio salário?** Assinou a carteira com meio salário só. **Quando teve essa redução, cê aceitou bem?** Não, eu não aceitei não, né? Mas aí eu fiquei procurando outro serviço né, de um salário, mas aí quando eu achava, eu ficava com medo, na dúvida: ah meu Deus se eu sair daqui e ir pra outro e não der certo, como é que eu faço? Aí fiquei, né, com a insegurança, né? Não podia deixar de trabalhar, ficar sem trabalhar. **E ficou ganhando meio salário?** É, fiquei com meio salário um tempão. Aí eu pensava: ai minha Nossa senhora, se eu sair depois não der certo, como é que eu faço? Antes pouco do que nada, né? Aí fiquei assim esse tempo todo, até a... **Você procurou alguém pra saber se ela poderia abaixar o salário?** Não, o contador dela falou que não tinha problema. **Você foi lá conversar com ele?** Aham. **E aí ele te falou que não tinha problema?** É, junto com elas, falou que não. (Aparecida) (AD127)

(Estratégia de saber-poder praticada por sua patroa e pelo contador dessa patroa, a qual implica uma resistência imediata silenciosa de Aparecida que, diante da redução de seu salário, pratica como arte de resistir a busca por outro emprego. No entanto, sua arte de resistir, nesse momento, perde força, e ela apenas sofre com o exercício do poder praticado, se mantendo com o salário reduzido, sem saber que a redução de salário é ilegal).

Tem gente que acha um absurdo eu trabalhar de diarista, que eu to fazendo faculdade e trabalhando de diarista. **Gente que você fala da faculdade?** Gente da faculdade, eu nem comento né, porque você sabe que tem muito preconceito.. eu não tenho vergonha, pelo contrário, eu tenho orgulho de dar conta. Muita gente, quem me conhece me dá parabéns, porque eu sou muito esforçada e tudo... mas tem muito preconceito né. **Então você não conta a eles que é diarista.** É, eu prefiro nem falar, tem muito preconceito e eu prefiro nem entrar em detalhes. Tipo assim... você já tem amizade com uma pessoa, aí ela já sabe disso e começa a fazer diferença? Assim. [...] Na minha turma, acho que ninguém trabalha em casa de família não. (Arlete) (AD128)

(Estratégia de resistência a um jogo de verdade – relação entre saber e poder mais amplamente contextualizado que provoca preconceitos e relações de pertencimentos e não pertencimentos simbólicos das sujeitas empregadas domésticas a determinados espaços – como o espaço da universidade. A estratégia de resistência cotidiana adotada é a omissão de sua ligação a uma identidade social de

doméstica)
<p>Me conta um pouco a respeito do seu trabalho como diarista. Olha eu cheguei num patamar que eu escolho as casas que eu quero trabalhar, porque é muita gente querendo faxina. Eu tava numa casa, lá no Sion, um apartamento, porque a dona era assim... porque dava a hora de ir embora, dava 17h30 e ela tava me arrumando serviço ainda, daí não dá. Daí falei pra ela que ia fazer estágio, arrumei uma desculpa e parei de ir. Agora eu tenho... todos que eu tenho agora são bons. Se eu ver que não ta bom, eu vou escolhendo, arrumo outras. (Arlete) (AD129)</p> <p>(Estratégia de saber-poder praticada pela doméstica, pelo propiciado contexto de autonomia possibilitado por agora ser diarista. Há intencionalidades estratégicas ao poder escolher para quem vai trabalhar)</p>
<p>Hoje a... hoje a... é, é... a doméstica hoje tá sendo muito bem vista. E eu hoje eu adoro sê empregada doméstica, gosto muito. (Débora) (AD130)</p> <p>(Saber da doméstica relacionado à desconstrução recentemente realizada, em termos midiáticos, da imagem negativa da empregada domésticas)</p>
<p>Se a pessoa buscar trabalhar com carinho, ela consegue qualquer objetivo, em qualquer área que ela for trabalhar. Todo lugar que eu trabalho, o povo não quer deixar eu sair, eu consigo conquistar eles, eles não querem saber de me perder. (Arlete) (AD131)</p> <p>(Estratégia de saber-poder praticada pela doméstica: ela reconhece que, acionando seus saberes, pode exercer poder sobre seus empregadores)</p>
<p>É, eu paro e almoço. Eu não fico parada, eu almoço e volto. A patroa mesmo... mãe do [nome], ela fala ‘vai lá um pouquinho descansar, aí quando acaba o almoço, eu já vou no quarto que tem lá fora e limpo aquele quarto, e aí ela acha que eu to descansando. Porque se ela ver que eu não to descansando, ela vai brigar comigo. Só que se eu for parar pra descansar, eu atraso o serviço. Eu saio de almoçar e vou lá quietinha arrumar o quarto. (Arlete) (AD132)</p> <p>(Estratégia de resistência praticada pela doméstica)</p>
<p>Eu tinha medo da mulher [para quem trabalhou dos 10 aos 15 anos como doméstica residente, sem receber salário] e era muito bobinha, tinha vindo do interior. Tinha medo de eu sair de lá e ela querer fazer alguma coisa comigo. Ai acabava ficando lá mesmo assim. Tinha medo de falar com meus pais... eu tinha medo dela. E era assim. Não me pagava, não me dava as coisas direito. Minhas roupas, as roupas que eu levei acabaram e eu fui ficando sem roupa... e quando ela me dava roupa, e era assim, ela me dava e deixava trancada, e deixava duas peças de roupa pra mim, uma no corpo e uma no varal. A roupa que eu usava, eu tinha que usar e lavar rápido pra no outro dia eu usar. Porque eu não sabia se no outro dia ela ia me dar ou deixar trancada. Ela falava por quê? Ela falava que era pra eu não usar as roupas todas, que não era pra eu gastar, não usar, pra não manchar, essas coisas... ah tinha outras coisas também. Você fazia tudo na casa? Cozinhava também? Sim, tudo, cozinhava também. E ela não me pagava, não me dava as coisas, vale pra ir pra escola. Porque eu ia a pé. Ela não me dava nada, nem sabão pra eu lavar minha roupa. E tinha muito lá, tudo tinha de caixa, mas era tudo na dispensa trancado. Então eu acabava passando muita dificuldade. (Arlete) (AD133)</p> <p>(Estratégia de saber-poder praticada pela patroa de maneira extremamente restritora de liberdades de</p>

Arlete, a qual vivenciou, apesar de ser a empregada doméstica mais jovem entrevistada, um contexto ainda muito precário de trabalho)

[em outro momento da entrevista, falando agora sobre sua situação atual] Minha autoestima é muito boa, diferente de antes assim... igual quando eu trabalhava com essa dona aqui, no interior, mas também eu tinha outra cabeça.. mas eu me sentia muito inferior, até antes, mas hoje eu to em outro patamar. Hoje eu escolho as patroas, eu saio... eu saí dessa dona que eu falei pra você que eu não tava gostando. Eu saí de lá, um dia, na outra semana, já tava trabalhando em outro lugar, então não parei. (AD134)

(Estratégia de saber-poder praticada pela doméstica, pelo propiciado contexto de autonomia possibilitado por agora ser diarista. Há intencionalidades estratégicas ao poder escolher para quem vai trabalhar)

Como podemos perceber, são várias as AD's de Arlete para a ilustração de relações entre saber e poder, apesar de sua infância ter sido iniciada por uma condição tão opressora que a levou a viver em condições análogas à escravidão em uma casa, dos 10 aos 15 anos de idade: ela morava na casa, trabalhava, servia, recebendo em troca uma alimentação e uma moradia excessivamente controlada, vigiada e restritiva, sem receber remuneração pelo trabalho. Apesar desse início de vida, ela foi a entrevistada que mais revelou estratégias de resistência mais diretas e explícitas, menos sutis, às situações que lhe foram apresentadas: apropriando-se de saberes e artes de resistir, Arlete resistiu desde a infância a um poder que sofria: aquele que a confinava a um lugar alheio ao lugar da escola. Resistiu a variadas situações para hoje estar estudando em uma universidade. Em sua entrevista, essa arte de resistir está presente em quase todos os momentos, sendo várias as micropráticas associadas a ela.

Contextualmente, ocorre uma presença crescente de empregadas domésticas no ensino superior, o que é historicamente importante se considerarmos suas trajetórias desde o período colonial e escravocrata. No entanto, essa presença também gera questionamentos que são necessários, como os realizados por Oliveira E. P. (2009):

Vivemos então uma nova realidade quando estas mulheres trabalhadoras conseguem quebrar certos tabus e ingressarem no terceiro grau. Mas as práticas de ensino superior estão configuradas a esse novo quadro? Como é o cotidiano dessa trabalhadora doméstica universitária? Quais são suas principais dificuldades? (OLIVEIRA, E. P., 2009, p. 225).

Respondendo a alguns dos questionamentos que faz, Oliveira E. P. (2009) relata algumas dificuldades enfrentadas por empregadas domésticas que têm acesso ao ensino superior: a resistência e a descrença de alguns empregadores, o pesado cotidiano de trabalho, a

dificuldade de conciliar os horários, os altos gastos com o pagamento das mensalidades (já que grande parte acessa o ensino superior particular) que se somam à necessidade de se cobrir os encargos familiares (muitas delas são chefes de família) e as diferenças de tratamento que recebem dos pares na universidade quando revelam que são empregadas domésticas.

Além disso, muitas delas têm uma base educacional deficitária, o que exige mais esforços durante o curso. Essa deficiência pode advir, não só do nível de qualidade das escolas que frequentaram, mas também pela comum precocidade de ingresso no trabalho doméstico, o que acaba se sobrepondo à centralidade que a escola comumente representaria na vida de crianças e adolescentes.

No âmbito do NEOS, a pesquisa de Perdigão (2015), inclusive, tratou da promessa de ascensão social que está discursivamente veiculada à entrada da ralé brasileira (SOUZA, 2011) nas universidades, grupo ao qual Souza (2011) e Mattos (2006) vinculam as empregadas⁹⁸. E a problemática estudada por Perdigão (2015) gira justamente em torno do que ele metaforicamente chama de *o canto da sereia*, pois as promessas e expectativas construídas de ascensão social nem sempre vêm acompanhadas de seu cumprimento.

Uma reportagem exibida em 2012 no programa Fantástico, da TV Globo, é um exemplo da criação de expectativas discursivas em torno do acesso das empregadas ao ensino superior por exemplo. Abaixo, apresento dois fragmentos da reportagem.

A doméstica Tatiana dos Santos tem 27 anos. "Eu trabalho como diarista. Tem dias que eu faço duas diárias. Vou para uma casa, depois saio e vou para outra e depois corro para a faculdade", conta Tatiana. E não para por aí. Ela também é mãe de dois filhos e ainda arrumou um tempinho sabe para quê? "Faço estágio às sextas-feiras o dia todo e faço estágio aos domingos a noite toda. Estou investindo pesado na profissão, porque eu quero realmente me preparar mesmo", diz. [...] A doméstica Fabiana Melo sempre trabalhou como empregada doméstica. Agora ela reveza a faxina com os livros. Faz faculdade de Ciências Contábeis. "O salário de empregada doméstica não é um salário ruim. Geralmente é um salário bom, mas eu não queria parar só aí. Minha patroa fez uma proposta de aumento de salário. Expliquei que queria voltar a estudar. Aí ela falou assim: Fica comigo mais dois anos e eu aumento. Eu estudo à distância, dou meu jeito", comenta (FANTÁSTICO, 15 de abril de 2012).

⁹⁸ Ambos os autores consideram que as empregadas fazem parte do que chamam de ralé estrutural brasileira, pertencendo a grupos sociais que, com a abolição da escravatura, foram abandonados à própria sorte, sem que houvesse medidas para que pudessem adquirir novos padrões necessários à ordem competitiva e republicana (MATTOS, 2006; SOUZA, 2011). Embora concorde com essa afirmação, acho importante refletir se as empregadas que ingressam no ensino superior, por exemplo, deixam de fazer parte ou não dessa ralé brasileira. Como os autores definem ralé como sendo as pessoas que não têm conhecimento incorporado aos seus corpos e assim precisam oferecer o seu próprio corpo ao mercado de trabalho, novas reflexões se fazem necessárias quando pensamos nas empregadas domésticas que estão conseguindo estudar. Elas sairão ou não dessa condição de ralé? Essa não é uma resposta que consigo responder nesta tese, mas que deixo como sugestão para futuros estudos.

A doméstica de hoje, em uma casa, pode ser a líder de uma empresa amanhã (BORGES, 2012, antropólogo entrevistado em reportagem da TV Globo sobre a procura das empregadas domésticas pelo ensino superior).

De fato, as empregadas têm procurado mais qualificação profissional em outras áreas diferentes do trabalho doméstico (OLIVEIRA, E. P., 2009). Essas mudanças devem ser reconhecidas como importantes, pois elas se referem a inúmeras possibilidades que se abrem para as empregadas: as chances de saírem da ralé, a possibilidade de maior capacidade de escolha no mercado de trabalho, uma maior autonomia nas relações com as patroas e maiores possibilidades de exercerem poder nas relações de trabalho que estabelecem. Como as famílias tendem a se desorganizar e se desesperar diante da possibilidade de perder a empregada (CAMARGO, 2009), alterações vão gradativamente ocorrendo nessas relações.

No entanto, é importante destacar que, simbolicamente, as universidades continuam ainda a não ser os lugares dessas empregadas. E, por esse motivo, há dificuldades de adaptação ao seu contexto. Contando um caso real a respeito de uma empregada doméstica que estudava administração, mas não conseguia ser aceita para estágios sob os discursos de que não se encaixava nos perfis desejados, Perdigão (2012) problematiza justamente o fato de que a formação superior não necessariamente leva a possibilidades de reinserção profissional. Essa discussão é um reflexo do fato de que as empregadas carregam consigo a marca de uma profissão historicamente subalterna.

Retomando a discussão sobre suas artes de resistir e fazer, a análise anterior foi realizada a respeito das relações entre saber e poder porque, para Foucault (1992, p. 27), como vimos, “[...] não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder” (FOUCAULT, 1992, p. 27). Em relação aos seus saberes cotidianos e ordinários, alguns podem ser observados nas AD’s abaixo.

As artes de se virar para sobreviver

Vô ficá aqui... Prantei [risos] grama jun... uns três ou quatro meses pra mim vim embora, juntá dinheiro pra mim vim embora, prantava grama. Recolhô o dinheiro. (Eva) (AD135)

(Arte de resistir a uma situação precária, acionando um saber ordinário de plantar grama, para ganhar dinheiro, para poder viajar rumo a outra cidade, onde pretendia construir sua vida)

E nessa época já tava... já adoeci, eu... desmaiava. Desmaiava assim... eu via a situação... eu desmaiava. Falei, não... Eu vô... juntá um dinheiro e vô embora fazê um tratamento. E assim, fui fazê... eu saí de lá com... 16 anos,

pra Belo Horizonte. Cheguei [risos] na rodoviária. Não sabia pra onde ir, sozinha. É, num tinha... num tinha... Ah eu... olhei pra um lado, ia pra outro... procurei aqueles carregadores, né, que... que fica lá auxiliando as pessoas que chega. Perguntô se eu queria ir pra algum lugar, eu falei que queria, que... pretendia ficá em Belo Horizonte pra fazê um tratamento e... e arrumá um emprego. Aí foi onde que eu encontrei uma pensão lá do lado. Fiquei... fiquei lá trabalhando. (Eva) (AD136)

(Arte de resistir a uma situação de vulnerabilidade, praticando as astúcias e as táticas certeunianas, partindo do lampejo, da oportunidade momentaneamente surgida)

A gente mora todo mundo aqui. **Ah, mora todo mundo.** Todo mundo. A minhas duas neta... meus três neto, né. Todo mundo, a minha família toda. Minhas três filha, minhas neta, meus... genro, tudo mora aqui. **Entendi. É... são quantas pessoas no total?** Ih, nossa... [risos][risos] Eu nem... nem contei. **Tem que pará pra contá, né.** [risos] É, lá é quatro... [risos] quatro, seis, sete com o pai delas. **Uhum.** Sete, oito, nove, dez pessoas. **Dez pessoas.** (Eva) (AD137)

(O saber ordinário de conviver, em meio a residências divididas com vários familiares)

É. Assim tem três cômodo né [a casa em que atualmente mora]? O quarto, a sala e a cozinha. E onde que era o banheiro, lá só tem um vaso só, nunca teve chuveiro não. Então três cômodo, então tem que fazer o quê? Xixi, pra não levantar de madrugada, faz xixi no potinho de sorvete e depois no outro dia de manhã joga no banheiro. Sai lá fora, joga no banheiro. É assim. E cocô faz lá na casa da minha irmã. **E o [marido]?** Ele faz lá mesmo, no banheirinho que tá lá, um vaso que tá lá, um vaso só que tá lá, mas eu não vou lá não porque lá é muito feio, sabe? Só vou lá pra despejar o xixi. **Entendi. Então cê fica entre a sua casa e a casa da sua irmã, que tão morando as suas duas filhas hoje?** Uhum. É. Teve um dia minha fia, um moço, é... a gente tem esse negócio de benefício da Cemig, sabe como é, quando gasta pouco? O moço foi lá olhar, assim porque eles tava pesquisando quem, as pessoa que mora na cidade e gasta pouco né, energia elétrica, porque lá paga pouquinho. Então o moço tava pesquisando, pra ver se é verdade, né? Aí ele ficou bobo de saber que não tinha banheiro. Falei assim não, as coisa que a gente faz é no pote, despeja lá naquele vaso lá, e depois banho eu tomo lá na casa da minha irmã, ajudo a pagar a Cemig, e o [marido] toma lá mesmo. Aí toma de canequinha. Agora xixi é assim, no potinho depois joga no banheiro. (Aparecida) (AD138)

(O saber comum e ordinário de sobreviver por meio de práticas cotidianas de resistência a uma situação extremamente precária. Nessas práticas, inclusive, Aparecida subverte os usos dos objetos para satisfazer sua necessidade fisiológica)

Em termos de alimentação, você se alimentava direito [na casa em que morou e trabalhou ainda criança]? Não, também. Mas tinha um sítio em frente à casa dela, lá tinha muita planta, tinha goiaba, tinha muita fruta, aí eu não passava muita fome porque eu ia pra lá e comia fruta nessa casa, mas era assim. Era desse jeito. (Arlete) (AD139)

(O saber comum e ordinário de sobreviver por meio de práticas cotidianas de resistência a uma situação de privação posta pelo exercício de poder da patroa. Arlete se vira para comer)

Nessa época, meus pais e meus irmãos tinham voltado pro Piauí, e fiquei sabendo que eles não tavam numa situação boa. Aí eu tava trabalhando e entrei numa associação e comprei um lote, lá em Ribeirão das Neves e

comecei... consegui esse lote e comecei a pensar numa forma de ajudar meus pais. E todo mês eu mandava um dinheirinho, qualquer quantia eu depositava pra minha mãe. Daí pensei que não dá pra ficar mandando, vou ter que trazê-los pra cá, porque daí tenho como ajudar melhor. Daí eu comecei a trabalhar numa casa pra dormir, e saí do supermercado e já fui trabalhar na casa pra dormir, que a dona me pagava mais. Ai juntei na época 700 reais, que era muito dinheiro na época.... pra trazer meus pais e meus irmãos. (Arlete) (AD140)

(O saber comum e ordinário de sobreviver por meio de práticas cotidianas de resistência a uma situação precária)

A precariedade associada às suas artes de resistir e de fazer chega a ser, em alguns casos, chocante, como no relato de Aparecida a respeito de uma situação que ela vivencia hoje, em um contexto marcado por profundas transformações no cenário do trabalho doméstico. Trabalhando como mensalista residente em uma república de estudantes, é atravessada de maneira muito precisa pela pobreza. Em meio a *transperformances*, suas artes de resistir e de fazer dizem respeito, ainda, a uma situação de gênero também vivenciada de modo precário: mora com um marido sem ter com ele qualquer tipo de relação, sem que esse marido pratique a paternagem e tenha inclusive provocado a saída de seus filhos de casa e sem que esse marido também contribua efetivamente para possíveis alterações em suas condições de existência em um cotidiano pobre e precário. Uma de suas saídas em suas artes de resistir se refere ao dispositivo da religião, entendido, por ela, como seu suporte, sem o qual, segundo ela, ela não estaria mais aqui.

Outros variados e diversos saberes ordinários estão também presentes de modo explícito nos enunciados das empregadas, de modo não associado, agora, a situações extremas de precariedade. Dizem respeito ao saberes marginais que são praticados por essas mulheres em suas relações com as atividades que executam, em suas relações com os espaços, com os objetos e com as pessoas com quem convivem.

Saberes ordinários

[relação com a arte de cozinhar] Adoro cozinhar. Amo cozinhar. Na minha igreja eu fiz o almoço, eu até te falei, fiz o almoço do aniversário da igreja, fiz o noivado da filha da pastora, o jantar da igreja, de aniversário, depois nós fizemos outro jantar para vender. A pastora falou que agora quem vai ficar fazendo o jantar sou eu. Eu gosto, mas eu não sei fazer pratos, esses ‘trem’ não. Eu gosto de fazer comida mesmo. Doces, essas coisas assim eu não gosto não. faço bolo normal, mas sem decorar, aquele trem com muita frescura, não. (Salete) (AD141)

[Um saber ordinário relacionado às suas práticas e interações com produtos tecnológicos] Você acha que a tecnologia te ajuda? Por exemplo, eu estou vendo aquela máquina de lavar louças.... Eu não uso a máquina

[de lavar louças], eu lavo na mão. Eu não tenho muita paciência não. Não cabe tudo, não é tudo que põe. Eu nunca usei a máquina, eu que lavo mesmo. **E o micro-ondas te ajuda?** Ajuda, mas eu não sou muito de usar não, às vezes, eu uso. **Você que coloca as roupas para lavar?** [ela já havia falado sobre a máquina de lavar] Eu que lavo. No micro-ondas às vezes eu esquento comida, mas não é aquela coisa. A maioria das vezes a comida do [menino] eu esquento na panela. A máquina [de lavar roupas] nem se fala, ela ajuda muito, mas as roupas do [menino] eu esfrego antes de por na máquina, a do [patrão] debaixo do braço, o colarinho, da [patroa] as mais delicadas eu lavo na mão. (Salette) (AD142)

[saberes ordinários nas relações com o tempo] Hoje como que é sua rotina pra estudar? Na maioria das vezes eu vou estudando no caminho, eu tenho é o tempo que eu fico no ônibus mesmo. Mas como sábado... sábado eu tenho aula de manhã... mas tenho sábado a tarde e domingo para estudar. É mais tranquilo, muito melhor que antes, que não tenho tempo nenhum. E tem vezes que fico até tarde... quando eu tô muito apertada eu fico até 1h30. Já fiquei até as 2h da manhã estudando. E no outro dia tem que levantar cedo, né. (Arlete) (AD143)

[Os saberes ordinários nas artes de conviver] Eu e a Divina a gente vivia batendo boca. Eu e a Divina ‘vivia’ batendo boca, mas nada de sair e não... Eu batia boca, saía, voltava. Não tinha nada grave. Que eu me lembre, não. (Salette) (AD144)

[Os saberes ordinários nas artes de conviver] Esse trabalho [o primeiro em sua vida] era no começo era ruim né, a dona, a patroa era idosa né, então ela tinha a cabeça assim meia ruim, né? Assim tinha hora que cismava com a gente, né? Ai menina... **Você cuidava dela?** Não, cuidava da casa, né? Aí ela era assim esclerosada, sabe? Então tinha dia que ela tava boa, tinha dia que não, ficava implicando com a gente, né, segurando as coisa, falando não, na roça no meu tempo não gastava isso não, no meu tempo não gastava aquilo não, lavava chão assim com paia de milho, não sei o que, agora hoje você fica jogando detergente no chão, gastando as coisas jogando no chão pra passar limpar chão. (Aparecida) (AD145)

Aprendizado cotidiano de saberes e artes de fazer:

Num sabia limpá um fugão, fui aprendeno com a experiência. Aí a moça falô assim ”ah não essa menina num sabe limpá não”. Antes, realmente eu num sabia limpá as coisas direito porque eu num sabia, num num... ninguém me ensinô. (Eva) (AD146)

Aí perguntou se eu queria trabalhar com ela, cozinhar, né? Aí eu falei assim ah eu não sei fazer comida não. Mas cê não ajuda sua mãe a fazer comida aí na sua casa, não sei o que, não toma conta dos seus irmão? Falei tomo. Então, você não sabe fazer comida, arroz, fazer feijão? Falei sei. E verdura? Sei também. Aí ela falou então é fácil, lá em casa também é assim. É um arroz, um feijão, uma verdura, uma carne, se não souber fazer eu te oriento, eu te ensino. Aí eu peguei e fui. (Aparecida) (AD147)

(Aqui, esse aprendizado contínuo de saberes comuns e ordinários se associa a um dos sentidos sociais do que é ser empregada doméstica, enquanto relação entre saber e poder: o sentido de continuidade típica das atividades atribuídas, pelas famílias, às meninas jovens das periferias)

Assim, eu nunca pensei que eu ia cuidá de uma menina, né. **Aham.** Que tivesse esse problema [Síndrome de

Down]. Quando eu cheguei que eu fui pra... que ele me pegô lá na casa da mãe dele... na casa da tia dele, ela foi com ele. Aí ela já começô a conversá comigo. Eu no... no início eu não entendia nada não, que ela falava não. Que ela falava não. Mas depois eu fui entendeno, aí eu falava com ela, fala devagar pra Débora podê entendê. Aí ela falava devagarinho e eu entendi. Aí quando ela quiria alguma coisa que eu num entendia, ela me levava lá no quarto dela, abria a porta e me mostrava. Aí eu pegava pra ela. (Débora) (AD148)

Como você tá indo nas disciplinas da faculdade? Algumas estou indo bem, outras não, as que são mais difíceis pra mim é estatística e contabilidade. [...] **E como é a sua participação nas aulas?** Eu não perco as aulas, é muito raro eu perder uma aula. Eu não saio mais cedo, igual tem menino que sai mais cedo, mata aula, não mato aula. Eu não sou muito de perguntar não, de tirar dúvida. De vez em quando eu pergunto, faço uma pergunta. Tem aula de psicologia também, eu participo. Eu gosto mais da parte de humanas. Eu acho que eu tinha que estudar mais pra tirar mais dúvidas. Pra ter dúvida formulada, eu tinha que ta estudando. E eu não to fazendo isso como eu deveria. Na medida do possível, eu acho que to bem. (Arlete) (AD149)

No próximo quadro, trago alguns enunciados que ilustram estratégias praticadas por essas empregadas domésticas que permitiram que elas ocupassem seus lugares de poder, o que se contextualiza pela escolha (dentro de um processo também de governo dos seus próprios destinos) pelo trabalho de diarista ao invés do trabalho de mensalista, o que implica para o seu cotidiano e suas *artes de resistir e fazer* maior autonomia.

Assim, se cê vai trabalhá fixo, cê que traba... eu sô uma pessoa assim, se eu tivé que fazê pra você... trabalhá pra você que quero trabalhá direito. Quero fazê o serviço bem feito né, todo os dias. Se eu combinei com você é todos os dias. Agora, chega segunda-feira eu não posso ir né? Como é que cê vai ficá? Então assim, como eu preciso ter mais liberdade no meu dia a dia, pra ajudar aqui em casa, eu gosto de ser diarista, né. (Eva) (AD150)

Eu tô fazendo o curso noturno, aí teve uma mudança no hotel, eles tiraram uma comissão da gente, o salário ficou reduzido. Aí eu falei ”pra eu trabalhar sábado, domingo e feriado e ficar tão cansada, e também preciso estudar”, aí eu fui trabalhar de diarista, porque eu trabalho de segunda a sexta só e sábado eu tenho folga de manhã. No meu trabalho como diarista, as pessoas me respeitam e não querem me deixar sair. Foi uma luta pra eu conseguir sair dessa casa que eu não gostei, porque a dona adorou meu serviço. Mas se eu não gostei, por quê que eu vou ficar lá se agora eu posso escolher? Porque diz ela que as faxineiras que ela arrumava, gostavam tudo de ir embora, uma coisa muito ruim, é uma visão muito ruim que elas têm das diaristas, elas pensam que elas gostam de chegar tarde e sair cedo. Porque as pessoas pagam caro um dia de serviço. (Arlete) (AD151)

Esse novo cenário traz outra implicação importante para o cotidiano do trabalho doméstico: a histórica subordinação se reduz substancialmente em alguns casos. Privilegiadas no que se refere à relação entre oferta e demanda de trabalho, a autonomia se torna uma característica do trabalho doméstico das diaristas, que podem escolher onde trabalhar e, inclusive, recusar ofertas diante de uma alta demanda por seu trabalho. Além disso, têm maior

autonomia em escolher em que dias da semana podem trabalhar (BARBA, 2011). E essa nova relação estabelecida implica também diversificações de relações de poder estabelecidas. O último enunciado apresentado de Arlete, por exemplo, reflete um contexto em que as empregadoras tendem a estranhar as práticas corporais e as *performances* das trabalhadoras domésticas que não mais estão atreladas a uma relação contratual fixa de trabalho (TEIXEIRA, SARAIVA e CARRIERI, 2015).

Entretanto, como esse exercício contínuo de artes de resistir e artes de fazer implica também práticas de governo de seus próprios destinos, não somente a arte de sobreviver mais autonomamente escolhendo ser diarista é praticada; há escolhas também deliberadas por se manterem como mensalistas.

Eu quero continuar sendo mensalista. Quem trabalha de diarista, hoje tem, amanhã não tem. Vamos supor, se o seu patrão viaja, você fica sem receber. Eu já cheguei até a pensar em ser diarista, porque ganha mais.... ganha mais, mas se você não "saber" controlar, você não ganha.... eu não sei. [risos]. (Salette) (AD152)

Eu não quero trabalhar como diarista, eu prefiro vir todo dia trabalhá, eu gosto. Eu gosto de... de... até porque eu acabo sendo até mais útil também, né. Eu nunca pensei em querer ser diarista não. Eu gosto desse contato todo dia com a mesma família, gosto. (Débora) (AD153)

As subversões não deixaram de aparecer nos relatos que fazem a respeito de seu cotidiano.

Microsubversões planejadas

[Aqui, ela subverte o horário de trabalho, mesmo não sendo essa uma tática, já que houve planejamento, existe um cálculo objetivo]: Ah, eu vô... igual, ixprico né e falo pra... pro, pra pessoa quando eu vô trabalha. Eu falo pra... tipo, num era acostumada nem fazê faxina, mais eu tava precisano, estou precisando e eu vô fazê. Tenho problema de coluna, faço tudo devagar. Mais eu um... eu não tenho hora pra... deixá, pra ir embora. Aí a doutora [dona da casa em que faz faxina] chega né, fala assim "não, não, vai embora, vai embora, cê já passou da sua hora". Sabe como? Ela num... num tenho hora, mais eu num tenho pressa pra vim embora. Porque assim eu vô fazeno as coisas devagar. (Eva) (AD154)

Subverte o horário de trabalho, e o horário de almoço para se ajustar aos seus arranjos e rearranjos cotidianos: Chego às 7 horas. Às 5 horas eu saio. **Tem horário pra almoço, como é que funciona?** Tem, é tranquilo. Às vezes, eu falo, não, hoje eu não quero horário de almoço, porque eu vô precisá saí um poquinho mais cedo. (Eva) (AD155)

Subversões advindas de táticas, de lampejos, do fugidio e do oportuno

E aí quando você decidiu sair de lá, como é que foi [da casa em que foi morar ainda criança para trabalhar sem receber remuneração por isso]? Eu saí fugida de lá, apareceu uma oportunidade e eu aproveitei. Eu saí fugida e o tempo foi passando, e comecei a conversar com outras pessoas e me abria. (Arlete) (Arlete) (AD156)

Aí era muito difícil, sei lá, ficava sempre atrasada, sabe? Tirava nota baixa [na escola]. [...]Aí eu falei, na hora me deu a ideia de falar... falei pra poder servir de desculpa pro pai deixar eu sair da escola... me surgiu a ideia de falar que ia ficar em casa pra ajudar a mãe a olhar as criança né? Porque tinha três pequenos, tinha três filhos menores, né? Aí eu falava mãe agora eu vou sair da escola pra poder ajudar a senhora a olhar as criança. Aí a mãe de manhã ia lavar roupa, né, aí eu ficava de manhã lá olhando os três pequenininho, fazia almoço, arrumava a casa, enquanto a mãe ia lavar roupa, porque era muita roupa né, muita gente. (Aparecida) (AD157)

[Para se tornar uma mulher relacionável, ou para casar]: Tinha colega minha que saía e quando o rapaz ia deixar em casa, ela mostrava uma casa totalmente diferente da casa onde ela morava, ou então até mesmo morando na própria casa falava que morava ali, não falava que trabalhava. Eu nunca escondi isso. (Salette) (AD158)

Mas uma subversão específica chamou mais a atenção: o relato de Débora a respeito de uma estratégia calculada, envolvida por uma significativa intencionalidade estratégica, o que mostra que as artes dessas empregadas não se restringem apenas a resistir: em suas artes de resistir e de fazer também são capazes de exercer poder, com uma intencionalidade, não de tomar o lugar efetivo do outro, mas de tomar esse lugar de modo a ser, no caso de Débora, a gestora de seus próprios horários e folgas forçadas de trabalho: subversões de dias, de horários e da própria disponibilidade para servir característica do trabalho doméstico. Por essa prática com intencionalidade ter sido descrita de maneira bastante detalhada por Débora, reproduzirei aqui a transcrição completa de suas falas a respeito dessa prática para ilustrar algo que revela o caráter relativo do poder praticado no cotidiano do trabalho doméstico.

Eu não aguentava mais trabalhar não, Juliana, depois de ficar anos trabalhando, desde menina, chega uma hora que a gente cansa. Aí o quê que eu fiz. Ela começou a reclamar que a casa tava ficando muito suja de poeira, porque era muita coisa pra eu fazer, então não dava conta de fazer aquela faxina sempre sabe? Aí eu comecei a arrumar melhor, até que falei 'sabe de uma coisa, não vou ficá aqui me acabando ajoelhada limpando as coisa não. Igual eu lembro que tinha uma mesa de jantar lá que tinha a base de madeira e ela reclamando que embaixo da mesa tinha muita poeira. Aí um dia que eu tava muito cansada eu liguei pra ela bem à noite e falei que não ia poder ir trabalhá no outro dia. Falei que tava sentindo mal. Mas aí não adiantava né, no outro dia depois eu tinha que ta lá de novo. Aí eu pensei de falá pra ela que eu tava com bursite. Conte pra ela que há um tempo atrás o médico falou que eu tinha bursive e que tinha voltado a sentir dor. Falei aquilo no meio da semana. Aí quando foi na sexta-feira bem cedo eu liguei pra ela e falei que tinha acordo com muita dor e que ia pro atendimento. Aí passei sem dar notícia pra ela no dia. Quando foi no sábado de manhã que eu tava já quase pronta pra sair pra ir trabalhá ela me enviou uma mensagem no celular falando que eu não precisava ir trabalhá, que era pra eu ficar

de repouso já que um dia sem trabalhá não adiantá nada. Achei foi bom sô. Aí na segunda feira eu voltei e fiquei saber o que eu ia falar pra ela. Quando cheguei lá é que me veio uma ideia assim... eu... eu falei pra ela que tinha feito raio-x e que eles tinha visto que eu tava com muita inflamação no ombro por causa da bursite. Falei pra ela que eu ia ter que fazer aplicação três vezes na semana mas que eu ia continuar trabalhano. Só pedi pra ela pra sair um pouco mais cedo, por volta de 3 horas [15hs] e que ia fazer isso três vezes na semana. **E o que ela disse?** Ela disse que eu podia sair mais cedo, mas que se minha situação piorasse que era pra eu voltar no médico. Aí assim eu fiz... saí num terça-feira primeiro mais cedo falando que ia fazer a aplicação no hospital, e fiz isso três vezes na semana. Aí quando foi no sábado eu pedi uma amiga vizinha minha pra ligar pra ela dizendo que eu tinha acordado de novo com dor e que ia de novo pro atendimento. Só que aí a casa caiu, menina. Quando foi ela me mandou uma mensagem dizendo que sabia que eu tava falando mentira e que era pra eu aparecer lá pra gente conversá porque senão eu ia ser demitida. **E aí, o quê que você fez?** Aí eu num fui não, imagina, fiquei com medo, fingi que nem tinha visto a mensagem. Aí quando foi na segunda, vai eu lá, com a cara e a coragem pra ir trabalhá. Quando cheguei lá continuei falando pra ela a mesma história, ia ser difícil inventá outra coisa e eu não queria que ela soubesse que eu tinha falado mentira porque ia perdê a confiança né... porque assim, Juliana, eu fiz isso mas eu nunca faltei com a confiança antes com ela não. Ela podia deixar a casa dela e os filho dela comigo sem preocupação nenhuma. Eu tratava muito bem dos filho dela, e eles nem eram tão novinhos não, né, eles mesmo sentiam que eu cuidava bem deles. Foi só dessa vez mesmo que eu fiz isso e eu não queria sair do emprego por causa disso porque tem que trabalhá né, não tem jeito. Eu gosto de ser doméstica, mas tava cansada assim como qualquer trabalhador fica cansado né, no dia a dia. Só que aí ela... com aquela cara séria... foi me perguntando tudo e tudo pra eu confirmá, aí eu confirmei tudinho do jeito que eu tinha contado. Aí quando terminei ela falou que tava me testando, pra ver até onde eu ia conseguir mentir. Porque ela falou que já sabia que tudo era mentira. Porque numa dia, pra ver se ela me valorizava, eu inventei de falar pra ela que eu ia parar de fazer as aplicação porque doía muito e eu tinha que fazer repouso, mas que eu ia parar e ia tomando remédio mesmo em casa porque uma precisava da outra: ela precisava de mim e eu precisava dela. Aí falei um monte. Aí ela disse que nesse dia desconfiou que eu tava falando mentira. Ela disse assim que eu fiz muito drama e ela... que num é boba... desconfiou, e sei lá acho que também ela num tava acreditando na história mesmo né. Aí ela falou que ligou pro hospital que eu disse que fazia aplicação, e ela falou também que conhecia o médico que eu falei o nome que tinha ido, que era um que eu já tinha ido uma vez. Aí ela descobriu que era tudo mentira. Minha cara caiu naquela hora. Isso nunca tinha acontecido comigo, fiquei muito triste comigo mesma.

Aí num teve jeito, eu falei pra ela que se ela podia me dar uma chance, mas ela não quis. É difícil né, ainda mais porque eu fico... eu olho os filho dela também, né... a pessoa num vai confiar depois que cê já enganou uma vez. Não e você num sabe... quando eu liguei no sábado, que ela falou que já sabia, né... ela já tinha ficado sabendo antes, mas não tinha falado nada comigo e eu também não notei nada de diferente nela. Aí ela me falou que tava conversando com o marido dela e eles já tinha decidido me demitir, só tava esperando arrumar outra. Quer dizer, né, tava esperando arrumar outra pra só me mandar embora quando já tivesse arrumado. Só que ela ficô com tanta raiva deu ter falado mentira de novo pra não ir trabalhar que ela acabou soltando que já sabia. E foi assim, aí eu saí de lá. (Débora) (AD159)

Como o saber de Débora empregado em sua prática de poder e de estratégia deixou sinais de sua subversão, ela foi descoberta por sua patroa que, então, exerceu também o seu poder ao investir uma vigilância em relação à Débora e, posteriormente, demiti-la.

Partirei, agora, para a ilustração de algumas práticas cotidianas que ilustram e refletem uma *vida social organizada*: há programações de trabalho, há sequenciamentos de atividades, e há saberes cotidianos das empregadas aplicados às decisões tomadas a respeito do planejamento de suas *artes de fazer*.

As práticas cotidianas que ilustram e refletem uma vida social organizada

Em geral (planejando e controlando)

Então, fixo, cê tá com dois [empregos como diarista]? Só dois. **E aí cê costuma pegá outros, como é que é?** Às vezes... **Quando aparece ou não?** Aparece, eu pego. Mais assim... agora mesmo não tô pegano porque num tenho... Num tô teno tempo mesmo. Se eu... seu... eu pegá, vô... vai atrapalhá aqui em casa, a... por causa do [neto que tem Down] ela [sua filha] nem alimentá direito, a menina tava alimentano. (Eva) (AD160)

Artes do fazer que estabelecem um sequenciamento de atividades (planejando e executando)

E como você organiza a rotina do trabalho? Na casa, eu começo pelo quintal, porque tem quintal, né? Eu prefiro o quintal e as varanda, organizá as varanda, depois vô pra dentro de casa. Aí eu... aspiro tudo e lavo banheiro. Aí depois que eu... passá pano e cuidá da... do resto das coisa. (Eva) (AD161)

Eu queria que você me contasse um pouco como é que é o seu dia a dia. Você acorda, o que você faz até o final do dia. Eu acordo 05:20hs, me arrumo, acordo minha filha para ir para escola. Eu pego o ônibus 05:55, venho embora, 07hs mais ou menos eu estou nos hospitais, chego aqui [no apartamento onde trabalha] 8hs e vou trabalhar. Chego aqui e vou trabalhar normal, fazer meu serviço, ficar com o [menino] na parte da manhã. Tomo café, eu, o [patrão, o menino, a patroa] tudo junto aqui. Fico com o [menino], brinco com o [menino], essas coisas mesmo da casa. Quando dá 14 horas, eu levo o [menino] para a escola, venho embora e termino de fazer o que tenho que fazer. Quando é dia de eu buscar o [menino], 18 horas eu desço lá para buscar ele, 17:55, venho para cá, espero a [patroa] chegar e vou embora para casa. Quando eu saio daqui 18:30, até que a [patroa] chega e tudo eu saio daqui 18:30, chego em casa tipo oito horas, oito horas e meia [da noite]. **Você chega e o que você faz?** Tem dia que tem que fazer a jantinha para a filha, quando eu não chego muito cansada. Quando eu tô muito cansada eu ligo para ela e: "Oh, faz o que você tem que fazer porque eu já vou chegar aí, vou tomar banho e vou dormir". Às 21 horas em ponto eu vou dormir. Eu gosto de dormir às 21 horas. Nem sempre dá para dormir às 21 horas não, mas às vezes dá. (Salete) (AD162)

Então ele saía cedo, aí eu tinha que botá... é, arrumá a [nome da menina de quem cuidava], descê com ela, botá na van pra podê ir pra escola. Aí chegava, dava tempo d'eu arrumá o apartamento, fazê almoço, fazê tudo que eu tinha que fazê. Mei dia a [nome da menina] chegava, eu dava banho nela, trocava roupa, dava almoço pra ela, pegava o ônibus com ela pra levá ela pra fonodióloga. Aí, da fonodióloga a gente... ela tinha uma outra... uma outra... um outro isso lugar também que eu levava ela pra fazê trabalhos manuais pra desenvolvê o... o movimento das mãos, sabe? (Débora) (AD163)

Eu acordo e agora eu levo minha filha lá em cima, no bairro de São Bernardo, e a outra ta trabalhando, arrumou um serviço aqui em cima mesmo, no caixa do açougue, aí eu tenho que acordar cedo, me arrumo e arrumo a [nome da filha] e levo na casa dessa senhora que ta olhando ela. E aí trabalho, e quando a [filha que trabalha no açougue] chega, ela vai lá e pega a [a outra filha]. Aí eu saio cedo e chego à noite, não venho em casa, porque não dá tempo. Geralmente eu chego nas casas por volta de 8h30, 9h, e saio de lá umas 17h30, pra dar tempo de chegar na aula. E saio e vou direto, e chego aqui em casa 23h30hs, isso durante a semana toda. E sábado, acordo cedo porque tenho aula, das 7h40m até 13hs, e é isso. (Arlete) (AD164)

Artes do fazer programadas (planejando, executando e controlando)

É. Acordo, já, à noite eu já programo né... comida, o alimento, o quê que eu vô deixá pronto pra [filha mais nova] porque ela tem o menino. Porque cê vai vê... ele um... tem que ficá na cadera, o pai dela também, da maneira que tá. Então eu deixo uma carne pronta, deixo né, arroz pré-cozido, o que eu pude deixá preparado eu já deixo pronto pra ela. Eu levanto 6 hora da manhã, já organizo o café da manhã, já deixo tudo arrumadinho. Que é aqui pertinho, né, já... 7 hora eu já tô chegado. **Aí cê chega lá, como você organiza seu trabalho? Como é que é?** Ah, lá é... é... eles são super organizado também. (Eva) (AD165)

Normalmente tem comida porque eu faço muito e congelo. Faço arroz, feijão, panqueca, faço tudo e congelo, carne. Já tirei um monte aí para fazer amanhã, porque eu vou entrar de férias na segunda-feira e já vou deixar pronto para eles. Então o almoço praticamente fica pronto, só tem que fazer uma verdura, alguma coisa assim. (Salete) (AD166)

Eu começava, ela pedia que começasse uma oito horas mais ou menos pra levantar e fazer o café pras criança tomar. [...] Mas eu prefiria levantar mais cedo que eu adiantava o meu serviço, adiantava as coisas que eu tinha que fazer, enquanto assim, aí eu já deixava o café pronto, já ia adiantando alguma coisa, aí eu ficava depios por conta da arrumação da casa. (Tânia) (AD167)

Aí [na segunda-feira] a van já deixava ela [a menina de quem cuidava] lá na casa da Dona [nome da avó da menina], por quê? Pra eu tê mais, assim, tempo de limpá o apartamento. Era o único dia que eu fazia faxina na casa dele, era na segunda- feira porque a [menina] ia pra escola de manhã e à tarde ficava com a avó pra eu poder fazer a limpeza mais pesada. De noite, o pai dela chegava, passava na mãe dele, pegava ela e subia com ela. Então eu... o meu dia de faxina lá era toda segunda-feira. (Débora) (AD168)

Artes do fazer programadas e uma vida social organizada até para que ela possa fazer a entrevista da

pesquisa

Eu acordo 4:30 da manhã. Todo mundo fica falando, Aparecida, que exagero, mas tem que ser essa hora mesmo, minha fia. Juliana, não sei porque, minha fia, eu tava andando apavorada por causa disso... correria! Só corro, corro. Eu fico pensando, se eu for fazer uma coisa diferente já fico pensando ah minha Nossa Senhora, vai atrasar isso, vai atrasar aquilo. **Agora que você tá aqui na entrevista, você tá pensando nisso?** Eu tô pensando que quê eu tenho que fazer, correr. Então assim, eu levanto 4:30 da manhã, aí lá em casa faço café, tomo café e sento pra rezar. Eu rezo mais ou menos 15, 20 minutos né. Aí depois eu saio lá de casa, aonde que eu to morando, vou lá na casa da minha irmã. **Toma só o café, não come nada?** É, não como nada não. Aí eu saio de casa, vou pra casa da minha irmã onde que tá minhas filha né, chamo a [filha mais nova, de 15 anos] pra escola. Começo a chamar ela 5:30, aí coitada, tá levantando 6 agora. Eu chamo, mas assim, pra ela ir despertando, né? Enquanto isso eu vou lavando vasilha, chego lá, lavo vasilha né. Lavo vasilha, se tiver que afogar alguma comida eu afogo, e... **Você que faz a comida pra elas?** Aí a [nome da filha] levanta né, eu arrumo café pra ela, e vou ajudando né, senão atrasa. Eu arrumo café pra ela, depois ela sai, eu sento né, mais ou menos 6:30 eu sento lá na sala pra esperar. 10 pras 7 eu saio de casa e vou trabalhar né, na república, né, eu começo 7 horas, aí chego lá, faço as coisa, tudo corrido. Como eu ia fazer a entrevista hoje, aí ontem, quê que eu fiz? Comprei já beterraba, cozinhei já ontem pra eu chegar lá em casa correndo, já pico só e faço a salada né? **Porque cê ia fazer a entrevista hoje?** É. **Cê tá aqui agora pensando no que cê tem pra fazer?** Uhum. **A sua entrevista vai durar um pouco mais que o normal porque tem muita coisa interessante.** Ainda tem mais coisa ainda? **Tem, só algumas perguntas.** Nossa Senhora. **Se você quiser, pode ir embora, a gente marca outra entrevista se você puder.** Tem hora que eu não gosto nem de ver o relógio minha fia, porque eu sei que... aí eu fico mais apavorada ainda, vendo a hora. Tá, se cê quiser parar, cê me fala. (AD169)

Uma gestão cotidiana das artes de fazer que implica, também, em um exercício de poder

Eu, eles não falam nada, nada, nada. A [nome da patroa] não fala assim "tem que limpar ali, ali está mal limpo", nada. Ela não fala nada. Que roupa tem que por no [nome do filho da patroa de quem ela cuida], nada. É tanto que quando ela vai viajar com o [menino] eu quem arrumo a mala. Assim, separo as roupas e deixo lá. Eu ponho um monte de roupa, eu sou exagerada, aí ela vai e tira. E viro para ela e falo: "se você vai de carro, não é melhor você levar? É melhor sobrar do que faltar. Você não vai ter que carregar de ônibus, você está indo de carro, o quê que tem?" [...] A casa da [patroa] fica na minha responsabilidade, tudo na minha responsabilidade. Do jeito que eu fizer para ela, está bom. Se hoje eu forrar a cama dela, está ótimo, se não deu tempo, ela chegar e não estiver forrado, também está bom. Ela não reclama. Ela não gosta muito de forrar cama não, não dá tempo. É assim. (Salette) (AD170)

Foi iniciativa de quem arrumar a diarista para te ajudar? Minha, porque o [menino] começou dar mais atenção. Nós mudamos para a cobertura, então ficou maior, aí que arrumou a Léia. A Leia ia toda semana, agora a Leia só vai de 15 em 15 dias porque o [nome do menino] vai para a escolinha. Mas foi minha, eu que falei porque eu não estava dando... lá em cima, nó, é poeira demais. Por ser o último andar, você precisa ver. Você

limpa o chão e de repente está cheio de poeira, aquele pó preto, então eu não estava dando conta. (Salette) (AD171)

Eu que tomava conta de tudo. As conta do... do apartamento, eu que tomava conta mesmo, eu administrava a casa. Eu sentia mesmo que oh... eu administrava a casa. (Débora)

Essa vida social organizada reflete, não só a aplicação de saberes cotidianos, mas saberes politicamente constituídos como ordinários e marginais (CERTEAU, 1998) porque se circunscrevem a organizações muito micro localizadas, que dizem respeito a atividades muitas vezes invisibilizadas no cotidiano das residências: como uma limpeza que pode ser rapidamente convertida novamente em sujeira; uma desordem momentânea que pode fazer com que a vida social organizada da qual faz parte a empregada se desorganize. Além disso, porque dizem respeito a atividades cujos saberes foram histórica e hegemonicamente constituídos como sendo marginais; como sendo praticados por sujeitos marginais e, ainda, como sendo atividades naturalmente atribuídas a mulheres e, mais ainda, a mulheres pobres, a mulheres negras. Com esse processo, é como se elas fossem simbolicamente consideradas mulheres que executam atividades para as quais foram biologicamente destinadas. Além disso, não tendo, muitas vezes, a escolaridade necessária, não se inscrevem no que simbolicamente se considera como sendo verdadeiras profissões – aquelas que exigem qualificação específica, distintas simbolicamente do que podem ser consideradas apenas ocupações (GONÇALVES, 2007).

Outro aspecto interessante que surgiu nas entrevistas foi que, no caso de todas as seis empregadas entrevistadas, suas *artes de resistir e de fazer* estão discursivamente acompanhadas da personagem de Deus, o que nos remete à discussão sobre o cuidado de si enquanto alma associado à religiosidade (tópico 6.2.1). Para exemplificar essa relação, apresento enunciados de Eva, quem diz que segue a religião de Deus, sem se filiar a nenhuma religião específica.

Aí eu tive que ficá aqui em casa, mais aí eu... parti pra minhas... fazê as faxina, que aí eu faço três dia na semana, sobra os outro dia... pra mim ficá... em casa. Assim, eu vô intercalano... **Uhum**. E Deus tá me abençoano que eu tô resolveno. Finalmente voltano a te contá que eu... deixei, né, o depósito lá, nós abrimo uma fábrica de bombom, e ass... vai vivo essa vida aqui. (Eva) (AD172)

Aí... essa senhora ensinô pra gente fazê o bombom. Ensinô pra ela... e pro [genro]. Aí nós fizemo, ela, né... Abriu uma fábrica de bombom e a gente continuô todo mundo trabalhano. Ganhamo muito dinheiro, graças a Deus, dexano... que essas coisa pra lá, essas coisa de briga, de confusão, sabe. (Eva) (AD173)

Por essa relação, suas conquistas cotidianas tendem a ser compartilhadas com ou atribuídas a Deus.

Após a apresentação de várias práticas e *artes* cotidianas de *resistir e fazer*, acompanhadas de breves análises, em um tópico que trouxe muito mais as vozes das empregadas do que a minha voz como pesquisadora, podemos responder às *questões orientadoras 3 e 4*. Em relação, primeiramente, à *questão orientadora 3*, a descrição de práticas cotidianas relacionadas ao exercício cotidiano do trabalho doméstico permitiu o entendimento de que elas realmente refletem o aspecto relacional do poder. Em termos históricos, é comum associarmos as domésticas apenas ao lado dos que devem a poderes resistir e as patroas, ao lado dos que exercem poderes.

Entretanto, o rompimento com o pensamento binário proporcionado pela adoção de uma perspectiva pós-estruturalista permitiu a observação, em termos empíricos, de que essa é uma falsa dicotomia estabelecida, já que o poder, sendo relacional, passa pelos sujeitos de tal maneira que eles podem, tanto exercer o poder, quanto sofrer sua ação (FOUCAULT, 1992; 1995). Sendo assim, elas não só resistem, como também podem exercer poder e ter intencionalidade estratégica em suas práticas. Além de exercerem poderes de modo intencional, podem governar sua própria existência e suas próprias práticas, exercendo poder sobre suas próprias escolhas e caminhos. Há práticas com intencionalidades estratégicas explícitas, mas há mais práticas de resistências narradas. Há também práticas que, promovendo uma gestão cotidiana da casa e de alguns aspectos das vidas alheias, acabam culminando, também, em um exercício de poder *com* os outros [quando as decisões sobre a vida social organizada são compartilhadas com os empregadores que são, na maioria das vezes, decisões compartilhadas com outras mulheres] e também *sobre* os outros [quando elas sentem que exercem uma influência maior na vida social organizada dos empregadores]. Lembro que é por meio de Fairclough (2001) e de Foucault (2009) que entendo que podemos agir com os outros e também sobre os outros.

No que se refere agora à *questão orientadora 4*, são vários e ricos os *saberes cotidianos e ordinários* que circulam entre as práticas das empregadas domésticas dentro de um saber maior: que é *o saber cotidiano e ordinário de gerir e de participar da gestão* (gerir com ou gerir sobre) *de uma vida social organizada*. A esse saber, relacionam-se outros, que se referem, tanto ao cotidiano do trabalho que exercem em outras casas, como também ao cotidiano exercido sobre si, para si, sobre suas casas, seus familiares: o se virar para sobreviver; a ligação afetiva com sabores ordinários como o cozinhar; o saber sobreviver tentando mudar suas próprias condições de existência; as artes de conviver; um aprendizado

cotidiano de saberes e artes e fazer; estratégias para si que as fizeram assumir lugares de poder nas relações de trabalho estabelecidas; o saber escolher o tipo de arte de fazer doméstico (se como mensalista ou como diarista); o saber praticar, tanto estratégias, quanto táticas; o saber resistir e, ao mesmo tempo, exercer poder; saberes de microssubversões; saberes de subversões especificamente relacionadas ao caráter de disponibilidade ao outro que se liga ao trabalho doméstico; o saber agir por meio de lampejos, do fugidio e do oportuno. Sendo artes que não cessam, as práticas assumiram um papel de destaque nesta tese.

Após respondidas as quatro questões orientadoras, que nos permitiram conhecer as práticas cotidianas das empregadas que representem suas *artes de viver, cuidar e resistir*, o próximo capítulo traz as considerações finais desta tese que as chamo de epílogo.

9 EPÍLOGO

Neste epílogo⁹⁹, chegamos¹⁰⁰, finalmente, a um momento que tenta, ao menos, a finalização de um texto, não encerrando, entretanto, as possibilidades de discussões e análises que podem ser complexamente realizadas em relação às sujeitas e ao objeto estudado. O objetivo principal desta tese foi *conhecer as práticas (estratégias e táticas) cotidianas de empregadas domésticas que representem suas artes de viver, cuidar, resistir e fazer*, lembrando que retirei as expressões *artes de viver, cuidar e resistir* de Foucault (1980; 1992; 2006a; 2006b); e a expressão *artes de fazer* de Certeau (1998).

Dentro desse objetivo, estava inserido o de analisar se, por meio do *cuidado* de si (e dos outros) e de estratégias e táticas cotidianas, as empregadas domésticas conseguem, não só *resistir* aos exercícios de poderes a elas direcionados, como também *exercer micropoderes*, ao que já posso responder que sim: elas resistem aos poderes que sofrem e, também, exercem micros e cotidianos poderes, os quais podem estar refletidos em suas *artes de viver, cuidar, resistir e fazer*.

Para a apreensão dessas artes, foram estabelecidas quatro *questões orientadoras*: 1) como o trabalho doméstico atua como um processo de subjetivação que afeta a constituição subjetiva das empregadas domésticas, questão que permitiu a apreensão de *artes de viver e de cuidar*; 2) quais são as influências das categorias gênero e raça nas artes das empregadas domésticas, questão que acrescentou outros aspectos à apreensão de suas *artes de viver e artes de cuidar*; 3) se as práticas cotidianas das empregadas domésticas refletem o aspecto relacional do poder (permitindo o entendimento de que elas exercem poder, sofrem com sua ação e, também, a ele resistem), questão que permitiu a apreensão de suas *artes de resistir e de fazer*; 4) que saberes cotidianos e ordinários circulam entre as práticas das empregadas domésticas, questão que permitiu a abordagem de suas *artes de fazer e artes de resistir*.

⁹⁹ Seguindo a mesma orientação para a escolha de escrever um prólogo no início desta tese, escolho agora seu oposto – um epílogo – para encerrá-la. Mesmo que esse epílogo assumo aqui o mesmo sentido assumido pelo prólogo, o utilizo como sendo as considerações finais do trabalho. De acordo com Bezerra (2006), os epílogos são peças literárias que recapitulam e resumem uma ação, trazendo um fecho. Embora esta tese não seja literária, quero, mais uma vez, reforçar o sentido artístico que pode ser conferido também aos trabalhos acadêmicos, já que prólogo e epílogo são noções usadas também na produção de obras artísticas. Já que esta é uma tese que versou sobre as artes de determinadas sujeitas, posso também considerar elementos artísticos presentes na escrita acadêmica.

¹⁰⁰ Uso a primeira pessoa do plural para indicar que, neste momento, chegamos - eu, o orientador, as várias vozes e contribuições presentes em minha escrita, juntamente aos leitores - para o encerramento da discussão.

Em relação à *questão orientadora 1*, podemos dizer que o trabalho doméstico atua como processo que afeta a constituição subjetiva das empregadas por ele funcionar como um dispositivo de poder. Funcionando dessa maneira, afeta sua constituição por meio de processos de objetivação, subjetivação e, também, por meio das noções de ética e *cuidado de si*. Por meio de processos de objetivação, constrói as empregadas domésticas como corpos dóceis e úteis, sendo docilidade e utilidade duas características que fazem parte das práticas cotidianas dessas mulheres. Esse processo não é, no entanto, sofrido por elas apenas de maneira passiva: elas podem *reconhecer* o mesmo, *refletir* sobre ele e a ele também *resistir*.

Por meio de processos de subjetivação, por sua vez, o trabalho doméstico afeta a constituição subjetiva das empregadas ao *fazer* com que elas se relacionem a determinadas identidades sociais e seus contextos sociais. Em relação a esses contextos, são afetadas por uma experiência cotidiana de si de modo relacionado a jogos de verdade e sentidos do que é ser empregada doméstica, os quais acionam, por se referirem a contextos, vários outros dispositivos de poder para além do trabalho doméstico (como dispositivos econômicos, gênero, raça e religião dentre outros). Em relação às referidas identidades, sua ligação a elas ocorre de maneira dinâmica: elas não se ligam de modo exato, por exemplo, a uma identidade de empregada doméstica, a uma identidade de empregada doméstica pobre, a uma identidade de empregada doméstica negra etc. Essa ligação envolve também práticas de reflexão e de resistência em relação ao que socialmente se vincula a essas identidades. Assim, suas *artes de vida* são envoltas em meio a aspectos como docilidade, utilidade, reflexão sobre si, reconhecimento de jogos de verdade, ligação a identidades sociais, resistências e (res)-significações.

Considerando as noções de ética e de *cuidado de si*, elas podem também vivenciar o trabalho doméstico de maneira a praticar outro tipo de relações com ele enquanto um dispositivo de poder: além de meras resistências, podem empreender práticas de microliberdades, que também envolvem reflexões sobre si. Reconhecendo-se como sujeitos de desejos que possam afetar sua própria *arte de fazer* cotidiana no trabalho doméstico, conduzem a si e controlam a si mesmas, exercício esse que as liga, diretamente, a uma possibilidade de *cuidar* dos outros, *cuidado* esse que se liga, de maneira fundamental, ao seu *fazer* cotidiano como empregada doméstica.

Além disso, embora tenham suas condições de existências caracterizadas por aspectos como precariedade e subalternidade, tendo seus corpos, entendidos como práticas, disciplinados e ligados a relações de poder que podem subjugar-las, podem, também, dentro de suas possibilidades, governar os dilemas de suas constituições subjetivas, *cuidando* dos

destinos de suas existências: planejando esse destino e reunindo as armas necessárias para combater o que for preciso para a ele chegar. Em outros casos, no entanto, mais afetadas por relações de poder e jogos de verdade que tendem a caracterizar e condicionar seus destinos, podem também somente *resistir*, sem, necessariamente, estabelecer uma relação consigo mesmas que lhes permita *cuidar* dos destinos de suas próprias existências. Essas relações apreendidas não podem, contudo, ser atribuídas, de maneira uniforme, a todas as fases de suas trajetórias de vidas, pois há uma diversidade de práticas – estratégias e táticas – que as liga a diferentes maneiras de lidar com os dilemas de suas constituições subjetivas nos vários momentos que perpassam suas histórias.

Em relação à influência de gênero e raça, entendidos como dois dispositivos circunscritos ao dispositivo trabalho doméstico, na complementação à resposta à *Questão Orientadora 1*, podemos dizer que o gênero se liga às trajetórias dessas mulheres afetando sua constituição subjetiva por meio de uma prática cotidiana de *fazer* gênero que atravessa suas *performances*, que se liga a identidades de gênero caracterizadas por construções sociais que disciplinam seus corpos para a prática cotidiana de atividades historicamente associadas às mulheres, como o cuidado da casa, dos filhos e dos maridos. Além disso, suas constituições subjetivas são atravessadas por gênero por meio de experiências de sofrimento historicamente *vivenciadas* por mulheres, em uma sociedade que a pensou de modo binário – e inferior – ao homem, como violências de várias ordens. Em suas experiências como mães, suas constituições subjetivas também são atravessadas por gênero pela necessidade de empreender *artes de viver* e de *cuidar* para uma sobrevivência muito relacionada à ausência de uma paternagem que se associe à sua maternagem.

Já a categoria raça complementa a resposta à *questão orientadora 1* por se tratar de uma categoria que, associada ao dispositivo do trabalho doméstico, influencia a constituição subjetiva das empregadas por meio do estabelecimento de relações ambíguas, complexas e contraditórias delas com a noção socialmente construída de raça. Nessa constituição, se identificam ou não como sujeitas racializadas e reconhecem, refletem e rejeitam discursivamente a noção de racismo.

No que se refere, agora, à *questão orientadora 2*, as categorias gênero e raça influenciam, sim, em suas *artes de viver* e de *cuidar*. Em relação à gênero, suas *artes de vida* são influenciadas por meio de processos de identificação e desidentificação subjetiva a identidades sociais de gênero. Já suas *artes de cuidar* são influenciadas por meio de um *fazer* gênero extremamente ligado a *performances* de *cuidado* dos outros. Em relação à raça, essa categoria influencia suas *artes de vida* por uma ligação subjetiva quase sempre negativa com

uma identidade racializada e construída como negra, em contraste com uma possibilidade de *vivência* de uma identidade racializada e construída como branca, que elimina barreiras e abre portas de interação social. Influencia em suas *artes de cuidar* porque, pensando em estruturas sociopolíticas mais abrangentes, lidam com relações de poder que atribuíram a identidade social negra à responsabilidade pelo servir aos outros, o que implica uma prática interacional de *cuidado*.

Em relação à *questão orientadora 3*, as práticas cotidianas das empregadas domésticas refletem o aspecto relacional do poder (permitindo o entendimento de que elas exercem poder, sofrem com sua ação e, também, a ele resistem), questão que permitiu a apreensão de suas *artes de resistir e de fazer*. Assim, confirmo uma pressuposição apresentada na introdução desta tese a respeito da observação de que essas mulheres, subjetivamente vivenciando de diferentes maneiras seu trabalho e os lugares que ocupam na sociedade, empreendem estratégias e táticas cotidianas que funcionam como micropoderes e microrresistências que, embora não alterando como um todo os sentidos sociais do que é ser empregada, influenciam diretamente a maneira como se configurarão cotidianamente as relações que estabelecem com os patrões e seus respectivos grupos sociais. Por fim, a resposta à *questão orientadora 4* permitiu a abordagem de variados *saberes cotidianos e ordinários* que circulam entre as práticas das empregadas domésticas dentro do que foi chamado de um saber maior: o saber gerir e participar da gestão de uma vida social organizada.

Respondendo às questões orientadoras, pudemos, então, o que era nosso objetivo principal, conhecer suas práticas – estratégias e táticas – cotidianas que representam suas artes de viver, cuidar, resistir e fazer. Após esse momento de recapitulação e resumo dos resultados obtidos com a tese, algumas reflexões sobre ela se fazem necessárias.

A primeira consideração que faço é em relação à escolha realizada pela abordagem da constituição subjetiva das empregadas domésticas tomando como instrumentos conceitos e analíticas que Michel Foucault usou ao longo do que foi chamado aqui de três momentos de sua obra, sem ter escolhido, por exemplo, apenas um ou dois momentos para focar as análises a respeito dessa constituição. Optamos por essa utilização porque ela permitia o enfoque a diversas facetas dos processos que afetam a constituição subjetiva dos indivíduos, não sendo essa constituição um objeto livre de complexidades, diversidades e interações com ferramentas e mecanismos variados, que se relacionam ainda a diferentes práticas de produções de sentidos.

Com a abordagem de analíticas relativas aos três momentos de análise - as analíticas da objetivação, da subjetivação e da ética e cuidado de si – pudemos perceber o quão é complexa

a constituição da subjetividade dos indivíduos, subjetividade esta entendida por Foucault (2006c) como sendo as formas pelas quais os sujeitos fazem uma experiência de si dentro de jogos de verdade. Utilizando as três analíticas, pudemos entender o quão diferentes podem ser essas formas. Além disso, como foi discutido no capítulo 6, os três momentos da obra do autor, que implicam também diferentes formas de se estudar o indivíduo, não são momentos estanques. O fato de não serem estanques, trazendo não só descontinuidades, mas também continuidades, permitiu uma análise que os conjugasse de alguma maneira.

É nesse aspecto que acredito estar uma das contribuições teóricas desta tese. Ainda que as analíticas foucaultianas – cada uma delas – não tenham sido tratadas de maneira tão aprofundada, estudar a constituição de determinadas sujeitas colocando em funcionamento alguns elementos dos três momentos da obra foucaultiana é propor que os sujeitos, seres complexos, podem ser entendidos por meio do acionamento, tanto de determinações exteriores, quanto por meio de constituições de si, como também por meio de governos de si.

Por essas três noções, pudemos entender, baseando-nos em considerações que Nardi (2007) fez ao estudar o trabalho em geral como dispositivo de poder, que as empregadas têm suas condições de existência construídas por meio de: 1) determinações exteriores – ligadas a dispositivos como trabalho, gênero e raça; de 2) problematizações que elas mesmas empreendem a respeito de sua existência e, também, por meio de 3) reflexões que elas empreendem a respeito dos destinos de suas vidas.

Considerando que as determinações exteriores são, então, parte dos mecanismos que afetam suas condições de existência, um posicionamento que queremos fazer aqui, então, é o de que um diferente cenário potencialmente propiciado pela PEC das Domésticas não necessariamente trará, no que se refere especificamente a essas determinações exteriores, novas condições de existência para essas mulheres. Até os próprios debates e dissensos relacionados aos pormenores de sua regulamentação observados no decorrer deste ano de 2015 são exemplos disso, pois vários grupos apontam a continuidade de criação de uma legislação (entendida como determinação exterior que influencia, apenas em partes, as condições de existência dos indivíduos) desigual para essas trabalhadoras.

Mencionando agora outra contribuição possível desta tese no que se refere à utilização de analíticas foucaultianas para o estudo do trabalho doméstico, está a observação de que, ao fazê-lo, ela aciona analíticas de um autor que, apesar de ter em seu próprio tempo (espaço temporal, ou época, como se queira dizer) a influência do que escreveu, das escolhas que fez e dos percursos que trilhou, caminhando até ao estudo de outras formações históricas distintas das de seu tempo com o intuito de problematizar sua própria atualidade, tentando entender as

descontinuidades históricas que permitiram a constituição dessa atualidade (FONSECA, 2011), seus escritos têm uma capacidade admirável de incidência sobre a contemporaneidade, sobre o presente no qual esta tese foi escrita. Sendo assim, eles podem ajudar no entendimento de construções e jogos de verdade que permeiam a própria atualidade do trabalho doméstico e, então, a própria subjetividade das trabalhadoras domésticas.

Outra contribuição possível da tese é a utilização de analíticas foucaultianas de maneira concomitante à utilização da abordagem cerтеаuniana sobre as artes de fazer. Embora eu não tenha construído e desenvolvido de maneira aprofundada as relações entre os escritos teóricos de ambos os autores, o que, inclusive, considero como sendo uma limitação deste estudo, ou uma falha, como se pode também interpretar, abordar as práticas das empregadas por meio da junção entre considerações de ambos os autores pode contribuir para o campo de pesquisas no sentido de sugerir que mais ligações entre ambos os autores possam ser utilizadas para estudos empíricos a respeito das práticas e micropráticas cotidianas dos sujeitos.

Esse é um aspecto que me pareceu uma das possíveis controvérsias deste estudo: se a analítica foucaultiana poderia dar conta da análise das artes e práticas cotidianas das empregadas domésticas, por que recorrer, também, à Michel de Certeau? Embora eu estivesse ciente de que essa escolha poderia ser controversa e, se empreendida, poderia demandar um desenvolvimento teórico mais abrangente acerca das relações entre ambos os autores e tenha feito, inclusive, pesquisas bibliográficas a respeito dessa junção, ela não foi acrescida a esta tese por escolhas últimas de enfoque e, sobretudo, pela consideração da necessidade de limitar o número de páginas da mesma. Nesse sentido, considerando que até um capítulo teoricamente dedicado a essa discussão pudesse ser interessante, contribuindo para o aumento da densidade teórica do estudo, o que sugiro para futuros estudos é justamente a cobertura dessa lacuna.

Entretanto,, ainda assim, por que não retirei Michel de Certeau e sua abordagem das artes do fazer, inscritas em uma perspectiva da história do cotidiano, desta tese? Porque, recorrendo agora à trajetória que permeia a construção da mesma, foi ele o autor que primeiramente inspirou a sua criação. Primeiramente, porque ele é um autor que fala de modo mais *explícito* a respeito da consideração de que as práticas cotidianas dos sujeitos são *artes*, termo que, por esse motivo, nomeia, inclusive, seus livros (foi somente depois do contato com a obra de M. de Certeau que encontrei o termo artes para me referir às práticas nos escritos de M. Foucault, ou talvez o contato com M. de Certeau seja o que tenha me levado a prestar atenção a esse termo nas obras de Michel Foucault).

No entanto, indo além disso, esse é um autor que adota uma postura também muito explícita que muito me afetou: a de valorização da história do homem (aqui, mulher) comum;

a história dos heróis comuns, personagens abandonadas pelos projetores, construídas como figurantes das histórias comumente narradas (CERTEAU, 1998). Ao trazê-lo para a minha tese, meu posicionamento político foi fortalecido pela utilização de um autor que defende o que justamente busquei fazer: dar voz a, aqui, mulheres, comuns, personagens negligenciadas nas histórias sociais hegemônicas.

Nesse sentido, uma contribuição deste estudo, baseando-me em Certeau (1998), foi a transcrição de vozes marginais dentro de um espaço que não é considerado marginal: o texto acadêmico, se esse for pensado em seu contexto mais amplo - a academia e a produção científica - cujas produções estão constantemente nas folhas dos jornais, nos *sites* de notícias, nos telejornais (embora essa afirmação não necessariamente se aplique a determinados estudos organizacionais, como este, que falam de sujeitos e temas marginais, ou que discutem temas não marginais - como a gestão, a administração - por meio de abordagens marginais - sobretudo, críticas).

Além disso, a ideia foi ampliar uma vertente de estudo adotada pelo grupo de pesquisa de que faço parte - o NEOS - que é a noção, aqui comentada, de vida organizada (CARRIERI, 2012). Neste estudo, contribuo para a abordagem que o grupo vem fazendo no que se refere à inserção de novas facetas ao estudo da vida social organizada, introduzindo a essa perspectiva o estudo da vida social organizada das trabalhadoras domésticas, trazendo um entendimento de que as vidas vividas e praticadas nos privados espaços domésticos são também vidas sociais organizadas e, além disso, de que são vidas sociais organizadas tomadas como vidas politicamente importantes. Nesse movimento, Certeau (1998) me possibilita o estudo do que ele mesmo chama de saberes cotidianos e ordinários.

Outra contribuição do estudo reside na utilização, para a definição da maneira pela qual as sujeitas empregadas domésticas são aqui vistas, do conceito de *transperformances*, cuja utilização foi proposta por Matos (2000) e Diniz (2012). A partir desse conceito, caminhos são abertos para estudos que partem do entendimento de que não só categorias isoladas atuam como dispositivos de poder que afetam a constituição subjetiva dos indivíduos e influenciam suas condições de existência. Se trabalho, gênero e raça foram as categorias diretamente consideradas aqui como atravessando as *performances* (BUTLER, 2003; 2004) das sujeitas empregadas domésticas, várias outras podem ser acrescentadas ao estudo desses atravessamentos. No que se refere a essa *transformatividade*, sugiro, para futuros estudos sobre empregadas domésticas, a abordagem do aspecto econômico, que pode ser tratado como sendo a categoria classe. Essa categoria, inclusive, aciona um elemento que atravessa significativamente as *performances* dessas empregadas: a pobreza. Nesse sentido, a não

abordagem teórico-analítica dessa categoria (classe) e desse elemento (pobreza) se constitui em uma das limitações desta tese.

Em relação a essa mesma categoria, classe, sugiro também que ela seja teorizada dentro da perspectiva pós-estruturalista. Nesta tese, abordei a maneira pela qual a categoria gênero é entendida nessa perspectiva, recorrendo a diversos autores que já vêm fazendo essa interlocução há algum tempo, seja em escritos teóricos, seja em escritos teórico-analíticos. Agora, no que se refere à categoria raça, esse foi um dos maiores desafios teórico-epistemológicos enfrentados nesta tese. As relações analíticas que foram desenvolvidas conjugando raça a pós-estruturalismo se tornam uma contribuição teórica da tese, dada a escassez de estudos que fazem essa conjunção, embora o mesmo não se possa dizer em relação à dimensão empírico-analítica, que acaba sendo restringida por uma abordagem da dimensão racial nas entrevistas que recorreu apenas a uma questão previamente elaborada.

Sendo assim, sugiro que futuras pesquisas não só ampliem e aprofundem as relações teórico-epistemológicas propostas, como também as apliquem em mais estudos empíricos, defendendo, aqui, a importância da discussão acerca da temática racial em um país que se acostumou com um discurso de democracia racial, ao mesmo tempo em que a categoria raça, como dispositivo de poder, atuava, juntamente a outras categorias, definindo condições (desiguais) de existência.

Sobre essa discussão racial, a contribuição desta tese para o campo específico de estudos organizacionais está na abordagem de uma temática praticamente silenciada neste campo (ROSA, 2014). Foi nos últimos anos que alguns poucos estudos começaram a ser vistos a respeito dessa temática nessa área de pesquisas. Nesse sentido, tanto as abordagens presentes sobre a temática racial na discussão de contextualização acerca das relações raciais no Brasil (tópico 3.3), quanto a interlocução realizada entre raça e pós-estruturalismo (tópico 7.2), podem trazer uma contribuição para pesquisadores que decidirem se enveredar pelas temáticas raça/cor/etnia, pois o posicionamento político adotado aqui é o de que incentivemos sua efetiva inserção no campo de estudos sobre vida social organizada, organizações, gestão, trabalho e/ou administração, pois é urgente que rompamos com esse silenciamento e que ofereçamos amplificadores às vozes de sujeitos cujos corpos são inscritos por identidades raciais construídas como identidades negativas e/ou inferiores, desvirtuadas de padrões hegemônicos disseminados.

Esses corpos são, então, inscritos por uma noção estruturalista de diferença – que invoca oposição (a qual discursivamente justifica diferenças sendo transformadas em desigualdades) e unicidade (que permite a construção e disseminação de sentidos estereotipados a eles

atrelados). Aliás, o próprio questionamento da disseminada ideia de diferença racializada é uma contribuição potencial de estudos pós-estruturalistas sobre raça.

Em relação ao potencial da crítica pós-estruturalista para o campo dos estudos sobre gestão/administração, defendo que ele seja significativo. Tornando-se um meio de examinarmos criticamente a própria criação de conhecimento, ele traz, dentre outras possibilidades, a de desconstruir e revelar relações de poder, inclusive, relações de poder relacionadas à própria historicidade. Podendo trazer à tona sujeitos históricos que foram subjugados no estruturalismo, não só se trabalha com essas relações de poder, mas se estimula a consideração de polifonias nos fenômenos analisados (MACKEN-HORARIK e MORGAN, 2011; SOCHAN, 2011; RAJAGOPALAN, 2006).

No campo dos estudos organizacionais, o pós-estruturalismo permite um questionamento das naturalizações que ocorrem no conhecimento dessa área. Enquanto epistemologia crítica, permite uma visão desnaturalizada da administração, uma visão que considera as formações sócio-históricas dos eventos. Assumindo essa postura histórica, a crítica pós-estruturalista permite denunciar o quanto a tradição anglo-saxônica e euro-centrada está presente nos estudos em administração. Essa denúncia permite desnaturalizar a visão de administração como sendo, por exemplo, correspondente ao modelo de administração norte-americano que foi disseminado em nossa sociedade (ALCADIPANI e ROSA, 2010; DAVEL e ALCADIPANI, 2003; CALÁS e SMIRCICH, 1996; GREY, 2010; RODRIGUES e CARRIERI, 2001). Ao empreender essa desnaturalização, podemos criticar a continuidade da hegemonia desse modelo, que passa a ser entendida como fruto de relações de poder (e saber).

Por exemplo, como justificar algo bastante simples e presente no cotidiano dos executivos brasileiros: o padrão terno e gravata de se vestir (WILM, 2002) em um país tropical como o Brasil? As várias expressões e siglas em inglês ainda utilizadas e disseminadas em modelos de gestão criados de forma a vender *the best way* de se administrar (ORTIZ, 2004; WOOD e PAES DE PAULA, 2002)? O potencial da crítica pós-estruturalista está na possibilidade de contestar essas práticas e esses discursos, abrindo espaço para outras práticas marginais.

Por que não podemos, como sugere Carrieri (2012), ser sujeitos da nossa própria história de gestão? É justamente o caráter desconstrutivista do pós-estruturalismo que me permite pensar as empregadas como sujeitos de estudo. Ao estudá-las, rompo com diversas concepções hegemônicas do sujeito administrativo: homem, branco, heterossexual, europeu ou norte-americano (também japonês), que se vende por meio da repetição de discursos que também se relacionam aos *the best ways* de se administrar. Rompo com a ideia do sujeito administrativo

como sendo aquele que cursa uma graduação e tem suas práticas regidas por códigos de conduta (ALCADIPANI e TURETA, 2009; PETINELLI-SOUZA, 2011). Nesse contexto, minha tese seria uma contribuição situada e específica para a desconstrução das heranças de um *racismo epistêmico* que coloniza o olhar do pesquisador (ALCADIPANI e ROSA, 2010) inclusive para se pensar quem pode *fazer* gestão.

Agora falando especificamente a respeito da minha experiência com a perspectiva pós-estruturalista possibilitada por esta pesquisa, uma das considerações finais que posso acrescentar e que dizem respeito aos bastidores da pesquisa¹⁰¹, é que foi difícil e desafiante o trabalho de conduzir e praticar uma pesquisa nessa perspectiva. Esse foi um exercício contínuo e constante de desafiar minhas próprias construções a respeito dos temas, conceitos e sujeitos com os quais eu estava lidando, pois me colocar no campo como uma pesquisadora pós-estruturalista foi um exercício de alguém que estava tentando aprender a praticar pesquisa dessa forma.

Foi um exercício reflexivo de me propor a ir para o campo tentando despir-me de várias categorias em mim enraizadas¹⁰² desde os primeiros processos de socialização: como entender que eu não poderia inscrever sobre os corpos das minhas sujeitas de pesquisa uma pre-definição no que se refere à categoria raça. Se assim eu fizesse, baseando-me, por exemplo, na minha percepção sobre suas cores de pele, eu estaria considerando que as categorias socialmente construídas negro/branco teriam um conteúdo pré-biológico que seria a melanina e inscreveria sobre os corpos delas uma predefinição, o que contraria uma perspectiva pós-estruturalista.

Por diversas vezes, em meio a esse exercício reflexivo, senti que eu poderia estar me inserindo em uma caixinha, ainda que essa caixinha tenha sido construída como ferramenta para desconstruir outras caixinhas. Assim, fiquei o tempo todo tentando ser coerente a essa primeira caixinha (pós-estruturalismo). Contudo,, como posso falar em caixinha para uma

¹⁰¹ Os quais considero serem de interessante abordagem em uma tese em que o pesquisador se coloca e se posiciona de modo explícito.

¹⁰² As palavras de Harcourt (2007), ao escrever um artigo intitulado *An answer to the question: 'what is poststructuralism*, ajudam nessa discussão. O autor afirma que “[...] o pós-estruturalismo é um estilo de raciocínio crítico que incide sobre o momento em que derrapamos em nossos sistemas de significação como uma maneira de identificar – ali mesmo, naquele espaço ambíguo – as escolhas éticas que nós fazemos, seja em nossos escritos ou na vida cotidiana, quando nós superamos a ambiguidade e movemos da indeterminação para a certeza da crença, em um esforço para entender, interpretar ou moldar o nosso ambiente social. O pós-estruturalismo se concentra no momento em que nós impomos significado em um espaço que não é caracterizado por um acordo social compartilhado sobre a estrutura do significado. Ele tenta explicar como acontece o processo em que nós preenchemos lacunas em nosso conhecimento e tomamos como verdadeiro aquilo em que nós acreditamos – e qual é o custo distributivo para a sociedade e para o sujeito contemporâneo. Assim, identificando pontos claros de derrapagem, o pós-estruturalismo limpa a mesa e deixa claro o papel significativo da escolha ética – a qual defino como uma decisão guiada pelas crenças na virtude e em si mesmo, não por princípios morais ou políticos” (HARCOURT, 2007, p. 1, tradução minha).

perspectiva que rejeita caixinhas? Uso essa metáfora porque foi assim que me senti em alguns momentos: dentro de uma caixinha que rejeitava a si mesma. No entanto, assim como falei, no capítulo 2, de um pós-estruturalismo sem radicalismos, entendi que aquela caixinha simbólica que construí para mim se fazia necessária como instrumento de desconstrução de outras várias caixinhas (como gênero e raça, por exemplo).

Além disso, entendi que o que o pós-estruturalismo promove, em seu exercício contínuo de desconstrução, não é uma resistência a caixinhas, mas, sim, uma resistência ao fechamento dessas caixinhas. Sendo assim, compreendi que eu estava situada em uma caixinha que não implica um fechamento de si mesma (um estabelecimento de verdades absolutas), ou um enclausuramento de ideias. Quando essa perspectiva toma como instrumento de suas análises as caixinhas (como trabalho, gênero e raça, por exemplo), não necessariamente as destrói por completo (como aqui não deixo de usar o termo raça), o que ocorre é uma desconstrução que as desconsidera como sendo envoltas por paredes fixas e intransponíveis, as quais poderiam implicar a consideração de que existem verdades absolutas ou correspondências exatas entre signos e significantes. O que essa perspectiva promove é uma abertura dos signos a diversos significantes. Nesse exercício, que não deixa de estar situado em uma busca por produção de conhecimentos, essas caixinhas servem como instrumentos teórico-analíticos para o estabelecimento de verdades parciais, temporal e espacialmente localizadas.

Dessa forma, o que apresento aqui são apreensões parciais, temporal e espacialmente localizadas diante das questões orientadoras de pesquisa com as quais trabalhei, considerando, em uma discussão sobre verdades parciais, que o “[...] conhecimento é sempre parcial porque é sempre socialmente construído” (HALL, 1989, p. 909, tradução minha). Essas apreensões ainda recebem influências de minha própria subjetividade enquanto pesquisadora não neutra. Sendo assim, não estou aqui propondo verdades absolutas.

Além disso, gostaria de acrescentar uma ressalva de que não tenho como objetivo aqui me colocar de maneira pretensiosa diante dos objetos e das sujeitas que estudo. Nesse sentido, não estou eu mesma aqui brincando com jogos de verdades implícitos, no sentido de acreditar que eu tenha um saber que possa, exercendo um poder, promover *esclarecimentos* (termo que aplico aqui em tom crítico mesmo à ideia iluminista de esclarecimento) para os meus leitores. Falando de maneira mais informal, não sou eu quem, em um gesto que *traria luz*, irá dizer a *verdade* a respeito das empregadas domésticas e de suas constituições subjetivas.

As considerações de Fairclough (2001; 2003a), nesse momento, ilustram o que penso. Para o autor, os textos por si sós não produzem efeitos. Tal produção ocorre em meio a um processo semiótico, de construção de sentidos em que ocorre interpretação. E a apreensão

exata do sentido não é possível, visto que várias interpretações podem ser atribuídas a um mesmo texto, de acordo com características dos processos de produção e de recepção do texto. Essa interpretação varia de acordo com os recursos empregados para interpretar e de acordo com a posição social de quem interpreta. Para o autor, mesmo que haja um conhecimento possível acerca do sentido exato dos textos, esse deve ser sempre encarado como parcial e limitado (FAIRCLOUGH, 2001; 2003a).

Faço essa ressalva porque outro exercício a que me propus também foi permeado de insegurança: a utilização da primeira pessoa do singular. Em outras escritas acadêmicas, usei quase sempre a primeira pessoa do plural. Transferir a utilização do singular para o plural, da maneira como me propus, foi um exercício permeado por inseguranças porque fui socializada em um contexto acadêmico que preza hegemonicamente pela escrita em terceira pessoa do singular. Quando escrevo em primeira pessoa do plural, rejeito a utilização da terceira pessoa, mas a insegurança é reduzida por me colocar inserida em um sujeito coletivo – um nós. Na ausência de um sujeito coletivo (embora, como tenha ressaltado no prólogo, o nós seja também um pronome adequado aqui), em minha decisão por me posicionar, deixando explícita minha presença na escrita e em todo o processo da pesquisa, me deparei com a escrita de trechos em que pensei que eles pudessem estar transmitindo aos leitores uma postura pretensiosa ou arrogante.

Esse exercício reflexivo sobre minha própria escrita fez com que eu acreditasse na relevância de fazer essa ressalva, para deixar claro que não foi meu objetivo aqui me colocar de alguma maneira pretensiosa. Meu esforço foi o de tentar aproximar mais os leitores das minhas microexperiências com a pesquisa. Assim, não me posiciono como pesquisadora neutra, mas também não me posiciono como pesquisadora que quer fornecer *a luz* sobre algo a alguém. Nem mesmo nas intervenções em que realizei ao final das últimas entrevistas com cada empregada doméstica foram discursivamente orientadas de maneira a acreditar que eu pudesse lhes ensinar o que elas mesmas já sabem praticar muito bem: suas artes de viver, cuidar, resistir e fazer.

Essas intervenções são, inclusive, frutos da contribuição que a Análise Crítica do Discurso teorizada por Fairclough (2001) trouxe para esta tese em relação ao seu incentivo a uma postura de compromisso com a mudança social. Embora esta pesquisa seja um ponto ínfimo se comparada à dimensão da sociedade, ela pode contribuir localmente para o incentivo a uma discussão que problematiza as condições de existência de trabalhadoras domésticas e outros sujeitos que *performam* gênero, raça, a já mencionada categoria de classe e outros possíveis dispositivos de poder.

Em termos de operacionalização, a preocupação com esse compromisso também se deu de um modo muito individualmente localizado nas intervenções realizadas após os últimos momentos de produção do *corpus* da pesquisa, quando eu conversava informalmente com as empregadas sobre alguns aspectos relativos especificamente ao trabalho doméstico e à categoria gênero, como quando conversei com Eva a respeito de sua culpabilização por sua história ter sido marcada por dois episódios de violência sexual e quando essa mesma Eva me pediu, ao final da segunda entrevista, para que eu lhe desse orientações a respeito de questões legislativas sobre o trabalho doméstico. Mesmo sendo esse um trabalho de *formiga*, ele foi propiciado justamente pelo meu contato com a teoria de Fairclough (2001).

Nesse sentido, defendo que a ACD seja uma opção teórico-metodológica muito interessante para os estudos de orientação crítica, porque ela

[...] é uma forma de ciência crítica concebida como ciência social destinada a identificar os problemas que as pessoas enfrentam em decorrência de formas particulares de vida social e destinada, igualmente, a desenvolver recursos de que as pessoas podem se valer a fim de abordar e superar esses problemas” (FAIRCLOUGH, 2003b, p. 185, tradução minha).

Além da contribuição da ACD de Fairclough (2001; 2003a; 2003b) para um compromisso com a mudança social, é importante, contudo, observar que a escolha pelas analíticas foucaultianas e certeunianas também fornecem ferramentas para esse compromisso. A analítica de M. de Certeau, pelo que já foi comentado aqui a respeito de seu posicionamento político de defesa da abordagem dos sujeitos comuns e seus saberes ordinários. E a analítica de M. Foucault, por promover a ativação de “[...] saberes locais, descontínuos, desqualificados, não legitimados, contra a instância teórica unitária que pretenderia depurá-los, hierarquizá-los, ordená-los em nome de um conhecimento verdadeiro” (REVEL, 2005, p. 52). Além disso, ela permite que possamos desenvolver um exercício de reflexão sobre si, observando “[...] da contingência que nos fez ser o que somos, a possibilidade de não mais ser, fazer ou pensar o que somos, fazemos ou pensamos” (FOUCAULT, 2000, p. 342).

Alguns aspectos que considero como sendo limitações desta tese que ainda não foram mencionadas neste epílogo são: 1) uma não exploração direta de outras vozes além das vozes das empregadas domésticas; 2) muita complexidade dos enunciados discursivos foi perdida em virtude da maneira pela qual a análise foi conduzida, muitas vezes, trazendo amostras discursivas muito longas sem que pudéssemos analisar todas as relações de sentido construídas; 3) as dificuldades de abordagem de um fenômeno que passou e ainda passa por

mudanças muito recentes no cenário brasileiro, como alterações significativas que vinham ocorrendo nos últimos anos, e a PEC das Domésticas, o que dificulta um distanciamento do fenômeno para uma análise mais abrangente.

Em relação à limitação de número um, sugiro, para futuros estudos, a abordagem de outras vozes – de outros sujeitos (como os empregadores e suas famílias, e as famílias das próprias empregadas) – e de esferas institucionais (como, por exemplo, da Fenatrad, do Instituto Doméstica Legal, de sindicatos) - o que permitirá uma apreensão mais aprofundada a respeito das: 1) relações sociais contextualizadas no cotidiano do trabalho doméstico; 2) da maneira como os dispositivos trabalho, gênero e raça influenciam nas constituições subjetivas dessas empregadas; 3) dos jogos de verdade – relações entre saber e poder – produzidos nesse contexto.

Sobre a limitação de número 2, sugiro que os próprios enunciados aqui analisados sejam trabalhados de maneira mais aprofundada em outros estudos. Mesmo sabendo que essa complexidade de análise poderia ser perdida e que as análises de alguns grandes enunciados discursivos apresentados ao longo da tese pudessem se tornar rápidas ou superficiais demais, optei pela apresentação de mais vozes justamente por conta de meu posicionamento de querer, de fato, dar voz a essas mulheres. Nesse sentido, como são sujeitas, muitas vezes, silenciadas, entendi que pudesse ser importante para os leitores desta tese o estabelecimento de um maior contato direto com suas próprias falas, podendo observar, na transcrição dessas falas, a complexidade de suas artes de viver, cuidar, resistir e fazer.

Sobre a limitação de número três, coadunando com Butler (1998, p. 22), quem considera que o “[...] sujeito nunca está plenamente constituído, mas é sujeitado e produzido continuamente. Esse sujeito não é base nem produto, mas a possibilidade permanente de certo processo de resignificação”, entendo que as análises aqui realizadas, em virtude de um contexto de intensas modificações no cenário do trabalho doméstico, ficam ainda mais expostas à limitação por apresentarem retratos muito presentes das artes das empregadas, mesmo que esse retrato muito contemporâneo traga muitos outros elementos de outras formações históricas.

Após essas considerações a respeito da presença aqui de apreensões apenas parciais, temporais e localmente contextualizadas, sobre o fato das artes de apenas seis empregadas domésticas terem sido analisadas, não vou dar a desculpa criticada por Mattos (2011), em relação a essa ressalva comumente encontrada no fechamento de pesquisas qualitativas, de que os resultados desta pesquisa não podem ser generalizados, pois não parto aqui dessa noção de validade científica. Sendo assim, pontuo que muitas complexidades e diversidades foram

deixadas de lado quando escolhi apenas seis empregadas domésticas. E tenho também a percepção de que nem mesmo as cinquenta empregadas que entrevistei para o projeto de pesquisa mais abrangente no qual estou envolvida esgotam essa complexidade e essa diversidade. O que eu quero dizer, aqui, é que não parto mesmo de uma ideia de fazer ciência que pretendo universal, ou de uma ideia de fazer ciência que acredite poder esgotar toda a complexidade e diversidades dos fenômenos sociais.

Para encerrar este epílogo, quero deixar registrada minha satisfação pela possibilidade de explorar as artes dessas empregadas domésticas em um exercício de abertura para essas sujeitas que pudesse ir além de sua posição subalterna ocupada na sociedade e que as vitimiza dentro de um contexto social mais amplo. Indo além de barreiras causadas pela relação que possamos comumente estabelecer com elas – como sendo o outro das relações – e como carregando, de modo indelével, as reducionistas impressões que possamos ter a respeito delas, recorrendo a sentidos estereotipados que carregam, o movimento realizado foi o de abrir a elas, permitindo a visualização de como elas são e podem ser sujeitas de si, embora envolta por mecanismos e relações de poder que as afetam, disciplinam seus corpos, seus saberes e suas práticas. Elas são capazes de refletir sobre si, são capazes de governar os destinos de sua própria existência, embora suas artes sejam afetadas por dispositivos de poder como o trabalho doméstico; e os dispositivos gênero e raça que, em geral, novamente as posicionam em uma subalternidade. Além disso, são capazes, de modo ativo, de exercer poder por meio de intencionalidades estratégicas.

É por esse motivo que esta tese foi iniciada com a frase “[...] é sempre bom recordar que não se deve tomar os outros por idiotas” (CERTEAU, 1998; p. 273). Os sofrimentos e mazelas cotidianas dessas mulheres não podem ser compreendidos como uma ausência de um sujeito ali presente que se liga a identidades que reconhecem como sendo suas e são, ao mesmo tempo, capazes de refletir, *resistir* e (res)-significar jogos de verdade intrínsecos a essas identidades socialmente construídas.

Em suas *artes de vida*, podem também *resistir*, *cuidar* de si, enquanto *cuidam* cotidianamente dos outros. *Performando* e fazendo trabalho doméstico, gênero, raça, que são entendidos como dispositivos de poder, são capazes de, por meio de suas artes, sobreviver, inventar e reinventar seus cotidianos e inventar e reinventar essas mesmas *artes de vida*.

“Somos herdeiros de uma grande tradição de contar histórias. Nosso método consiste em uma vontade absolutamente perversa de se sentar por meses e anos nos arquivos, aprendendo com estranhos, lutando com os fatos sociais. Nossa missão é contextualizar, para aterrar o significado dos termos ‘discurso’ e ‘construção de sentido’ no material de vidas particulares e temporais. Dados esses dons e essas garantias, nós podemos ser bem posicionados para construir uma teoria ‘para o uso cotidiano’, com base em debates atuais, mas reescrevendo o que aprendemos à luz de nossa própria compreensão da contingência, da localidade e da agência humana”.

Jacquelyn Dowd Hall, em *Partial truths*
(1989, página 910, tradução minha).

REFERÊNCIAS

- ACADEMY OF MANAGEMENT JOURNAL (FROM THE EDITORS). The coming of age for qualitative research: embracing the diversity of qualitative methods. **Academy of Management Journal**, v. 54, n.2, p.233-37, 2011.
- ADLER, P. S.; FORBEES, L. C.; WILLMOTT, H. Critical management studies. **Academy of Management Annals**, v. 1, n. 1, p. 119-79, 2007.
- AGUIAR, D. C. *O caso Grafite: um confronto desportivo, étnico e racial*. **Revista Australírica**, v. 1, n. 1, p. 4-26, fev. 2015.
- AHLUWALIA, P. Post-structuralism's colonial roots: Michel Foucault. **Social Identities**, v. 16, n. 5, p. 597-606, Sept. 2010.
- ÁLAMO, F. C. G. Algunas cuestiones previas al análisis sociológico del sistema de discursos. In: ÁLAMO, F. C. G. **Análisis sociológico del sistema de discursos**. Madrid: Cuadernos Metodológicos, 2009. p. 69-77.
- ALCADIPANI, R.; ROSA, A. R. Pesquisador como o outro: uma leitura pós-colonial do “borat” brasileiro. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 50, n. 4, p. 371-382, out./dez. 2010.
- ALCADIPANI, R.; TURETA, C. Perspectivas críticas no Brasil: entre a *verdadeira crítica* e o dia a dia. **Cadernos Ebape.BR**, Rio de Janeiro v. 7, n. 3, artigo 7, , set. 2009
- ALMEIDA, J. O recado controverso do grafite contemporâneo. **Contemporânea**, v. 6, n. 1, jun. 2008.
- ALMEIDA, M. S. Desumanização da população negra: genocídio como princípio tácito do capitalismo. **Em Pauta – Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, p. 131-54, 2. sem. 2014.
- ALVES, L. A. **Michel Foucault, educação e formação do sujeito**. 2009, 84f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica de Goiás, Goiânia. ALVESSON, M.; KÄRREMAN, D. Varieties of discourse: on the study of organizations through discourse analysis. **Human Relations**, v. 53, p.1.125–49, 2000.
- ANDRADE, I. A. *et.al.* O perfil de inteligência moral de líderes empresariais: diferenças e semelhanças entre princípios morais predominantes em executivos brasileiros e estrangeiros. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO XXVIII. 2008, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro, Brasil, 13 a 16 de outubro de 2008. Disponível em: <http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2008_TN_STO_079_547_11640.pdf>. Acesso em 02 maio. 2012.
- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2003.
- ARENDT, H. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. 352 p.
- ARENDT, H. **O que é política?** Fragmentos das obras póstumas compilados por Úrsula Ludz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. 240 p.
- ÁVILA, M. B. Algumas questões teóricas e políticas sobre emprego doméstico. In: ÁVILA, M. B. *et.al.* (Orgs). **Reflexões feministas sobre informalidade e trabalho doméstico**. Recife:

Núcleo de Reflexão Feminista sobre o Mundo do Trabalho Produtivo e Reprodutivo e SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia, 2008. p. 65-72.

AZZARITO, L.; SOLMON, M. A. A poststructural analysis of high school students' gendered and racialized bodily meanings. **Journal of Teaching in Physical Education**, v. 25, n. 1, p. 75-98, 2006.

BACELLAR E SILVA, P.; SILVA, P. Representações sociais de estudantes universitários sobre cotas na universidade. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 24, n. 3, p. 525-42, set. / dez. 2012.

BACKES, J. L. Articulando raça e classe: efeitos para a construção da identidade afrodescendente. **Educ.Soc.**, Campinas, v. 27, n. 95, p. 429-43, maio./ago. 2006.

BAHIA NOTÍCIAS. Após aprovação, Federação das Domésticas avalia que PEC prejudica mais do que ajuda. Salvador: Bahia Notícias, 13 maio 2015. Disponível em: <http://www.bahianoticias.com.br/noticia/172284-apos-aprovacao-federacao-das-domesticas-avalia-que-pec-prejudica-mais-do-que-ajuda.html?utm_source=dlvr.it&utm_medium=twitter>. Acesso em: 15 maio 2015.

BAILEY, S. R.; FIALHO, F.; PERIA, M. Support for race-targeted affirmative action in Brazil. **Ethnicities**, v. 15, n. 1, p. 1-34, Jan. 2015.

BARBA, D. A fuga das diaristas. Site Área H, Seção Cool Comportamento, 2011. Disponível em: <http://www.areah.com.br/cool/comportamento/materia/8529/1/pagina_1/a-fuga-das-diaristas.aspx#a_texto>. Acesso em 02 maio 2012.

BARBOSA, M. L. O. Ensaio bibliográfico: as profissões no Brasil e sua sociologia. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 3, p. 593-607, 2003.

BARDANACHVILI, R. De 1890 até o início da década de 30, o Código Penal Brasileiro criminalizou a capoeira, punindo com rigor quem a praticasse. Rio de Janeiro: Globo, 2013a. Disponível em: <<http://tv.globo.com/novelas/lado-a-lado/Fique-por-dentro/noticia/2012/10/naquele-tempo-saiba-por-que-capoeiras-como-ze-maria-eram-perseguidos.html>>. Acesso em: 27 jan. 2013.

BARDANACHVILI, R. Em seu governo, o presidente Rodrigues Alves acabou com cortiços e casas de cômodos para abrir avenidas e higienizar o Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Globo, 2013b. Disponível em: <<http://tv.globo.com/novelas/lado-a-lado/Fique-por-dentro/noticia/2012/10/naquele-tempo-entenda-por-que-o-cortico-de-isabel-foi-abaixo.html>>. Acesso em: 27 jan. 2013.

BARDANACHVILI, R. Entenda o movimento que levou as classes inferiores da cidade dos cortiços para os morros. Rio de Janeiro: Globo, 2013c. Disponível em: <<http://tv.globo.com/novelas/lado-a-lado/Fique-por-dentro/naquele-tempo/noticia/2012/10/naquele-tempo-do-cortico-para-o-morro-da-providencia-que-historia-essa.html>>. Acesso em: 27 jan. 2013

BARDANACHVILI, R. Matriarcas preservavam tradições como o candomblé e o samba. Rio de Janeiro: Globo, 2013d. Disponível em: <<http://tv.globo.com/novelas/lado-a-lado/Fique-por-dentro/naquele-tempo/noticia/2012/11/naquele-tempo-saiba-porque-as-tias-baianas-como-jurema-eram-lideres.html>>. Acesso em: 27 jan. 2013.

BARDANACHVILI, R. Mulheres pobres chefiavam suas famílias. Rio de Janeiro: Globo, 2013e. Disponível em: <<http://tv.globo.com/novelas/lado-a-lado/Fique-por-dentro/naquele-tempo/noticia/2012/11/naquele-tempo-mulheres-pobres-como-isabel-chefiavam-suas-familias.html>>. Acesso em: 27 jan. 2013.

- BARRETO, P. J. P.; RIOS, R. Sorria, você está sendo filmado: poder e identidade na sociedade pós-moderna da vigilância. O caso Big Brother. In: XIV CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO NORDESTE, 2012, Recife. **Anais...** Recife: Intercom, 2012.
- BARROS, J. D'A. **A construção social da cor: diferença e desigualdade na formação da sociedade brasileira.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. 252 p.
- BARROS, V. A.; LOPES, F. T. Considerações sobre a pesquisa em história de vida. In: SOUZA, E. M. (Org.). Metodologias e analíticas qualitativas em pesquisa organizacional[recurso eletrônico]: uma abordagem teórico-conceitual. Vitória: EDUFES, 2014. p. 41-63. Disponível em: <http://repositorio.ufes.br/handle/10/774/browse?type=title&sort_by=1&order=ASC&rpp=20&etal=-1&null=&offset=0>. Acesso em: 19 dez. 2014.
- BARTHES, R. **Elements of semiology.** New York: Hill and Wang, 1967. 111p.
- BAUER, M W.; AARTS, B. A construção do corpus: um princípio para a coleta de dados qualitativos. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Orgs) **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático.** Petrópolis, Vozes, 2011, p. 39-63.
- BEIER, J. R. Cotas raciais: redes sociais distorcem voto do ministro Joaquim Barbosa. São Paulo: Hum Historiador, 25 nov. 2012. Disponível em: <<http://umhistoriador.wordpress.com/2012/11/25/cotas-raciais-redes-sociais-distorcem-voto-do-ministro-joaquim-barbosa/>>. Acesso em 02 mar. 2013.
- BELÉM, E. O. A (im)possibilidade de inserção da empregada doméstica mensalista no rol de direitos trabalhistas contidos no Artigo 7º da Constituição Federal. In: VI ENCONTRO TOLEDO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 2010, Presidente Prudente. **Anais...** Presidente Prudente: Entidade promotora, 2010.
- BELLO, L. **Política de ações afirmativas na UFRGS: o processo de resiliência na trajetória de vida de estudantes cotistas negros com bom desempenho acadêmico.** 2011, 141 f. Dissertação (Mestrado em ??????) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- BERNARDES, N. M. G. Vida cotidiana e subjetividade de meninos e meninas das camadas populares: meandros de opressão, exclusão e resistência. **Psicologia, Ciência e Profissão,** Brasília, n.3/4, p.18-25, 1992.
- BERNARDINO-COSTA, J. **Sindicato das trabalhadoras domésticas no Brasil: teorias da descolonização e saberes subalternos.** 2007, número de f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) –UNB, Brasília.
- BEZERRA, B. G. **Gêneros introdutórios em livros acadêmicos.** 2006, 243 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- BIANCO, A. L. A paradisificação do moderno conceito de morar. BOCC - Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação, p. 1-19, 2010. Disponível em: <<http://chile.unisinos.br/pag/bocc-arquitextura-habitacao.pdf>>. Acesso em 03 mar. 2013.
- BIBLIOTECA VIRTUAL DO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Escravidão no Brasil. s/d. Disponível em: <<http://www.bibliotecavirtual.sp.gov.br/pdf/temasdiversos-escravidonaobrasil.pdf>>. Acesso em: 23 fev. 2013.
- BOJE, D. M. **Narrative methods for organizational and communication research.** New Mexico State University: Sage, 2000.

BOJE, D. M. Stories of the storytelling organization: a postmodern analysis of Disney as "Tamara-Land". **Academy of Management Journal**, [S.l.], v. 38, n. 4, p.997-1.035, Aug. 1995.

BOM DIA BRASIL. Ex-morador de rua realiza o sonho de ser formar na faculdade. Rio de Janeiro: Globo, 23 nov. 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/videos/t/edicoes/v/ex-morador-de-rua-realiza-o-sonho-de-se-formar-na-faculdade/2256739/>>. Acesso em: 01 mar. 2013.

BONI, V.; QUARESMA, S.J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Tese – Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, v. 2, n. 1, p. 68-80, jan./jul. 2005.

BORBA, M. A. J. O. O pós-estruturalismo em duas vertentes de interpretação. **Cadernos do CNLF**, v. IX, n. 3, p. s/n-s/n, 2005.

BORGES, F. M. Entrevista. In: TV GLOBO. **Domésticas investem no estudo em busca de novas oportunidades**. Reportagem exibida no Programa Fantástico. 15/04/2012.

BOURDIEU, P. **Meditações pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BOURDIEU, P. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. São Paulo: Papirus, 1996. 231 p.

BRAGA, J. X.; LAGE, C. **Lado a Lado**. Rio de Janeiro: Rede Globo de Televisão, 2012 / 2013.

BRASIL. **Lei n. 5.859**, de 11 de dezembro de 1972. Dispõe sobre a profissão de empregado doméstico e dá outras providências. Brasília: DOU, ano ?????

BREWIS, J. Othering organization theory: Marta Calás and Linda Smircich. In: JONES, C.; MUNRO, R. (Eds.) **Contemporary organization theory**. Oxford: Blackwell, 2005.

BRITES, J. Afeto e desigualdade: gênero, geração e classe entre empregadas domésticas e seus empregadores. **Cadernos Pagu**, v. 29, p. 91-109, jul./dez. 2007.

BRITES, J. Trabalho doméstico: políticas da vida privada. In: ÁVILA, M. B. *et.al.* (Orgs). **Reflexões feministas sobre informalidade e trabalho doméstico**. Recife: Núcleo de Reflexão Feminista sobre o Mundo do Trabalho Produtivo e Reprodutivo e SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia, 2008. p. 73-99.

BUB, M. B. C. *et. al.* A noção de cuidado de si mesmo e o conceito de autocuidado na enfermagem. **Texto Contexto Enferm.**, Florianópolis, v. 15, p. 152-7, 2006.

BUTLER, J. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do pós-modernismo. **Cadernos Pagu**, n. 11, p. 11-42, 1998.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 236 p.

BUTLER, J. **Undoing gender**. Oxfordshire: Routledge, 2004. 274 p.

CALÁS, M. B.; SMIRCICH, L. From "the woman's" point of view: feminist approaches to organization studies In: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. (Eds) **Handbook of Organization Studies**. London: Sage, 1996, p.218–258.

CALDEIRA, A. M. S. A apropriação e construção do saber docente e a prática cotidiana. **Cad. Pesq.**, São Paulo, n. 95, p. 5-12, nov. 1995.

- CAMARGO, H. M. Qual o lugar que a empregada doméstica ocupa na proteção jurídica da família, da criança e do adolescente? In: III CONGRESSO PAULISTA DE DIREITO DA FAMÍLIA, 3, 2009, Cidade???. **Anais...** Cidade: Enridade promotora. 2009.
- CAMPANTE, F. R.; CRESPO, A. R. V.; LEITE, P. G. P. G. Desigualdade salarial entre raças no mercado de trabalho urbano brasileiro: aspectos regionais. *Rev. Bras. Econ. (online)*, v. 58, n. 2, p. 185-210, 2004. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-71402004000200003>>. Acesso em: 01 mar. 2013.
- CANDIOTA, H. S.; VERGARA, D. L. M. Empregadas domésticas, identidade e imagem: uma etnografia no Sindicato de Trabalhadores Domésticos de Pelotas. In: XII ENPOS – MOSTRA CIENTÍFICA, 2010, Pelotas-RS. **Anais...** Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, 2010.
- CAPARELLI, S.; **Televisão e capitalismo no Brasil**. Porto Alegre: L & PM, 1982. 196p.
- CAPPELLE, M. C. A.; MELO, M. C. O. L. Relações de poder e de gênero na Polícia Militar de Minas Gerais. **RAM - Revista de Administração Mackenzie**, v. 11, n. 3, p. 1-25, 2010.
- CARDOSO, F. H. C. Um livro perene. In: FREYRE, G. (Org.) **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal**. 48. ed. Recife: Global, 2003. p. 19-28.
- CARNEIRO, M. T.; ROCHA, E. “Do fundo do buraco”: o drama social das empregadas domésticas. In: SOUZA, J. (Org.) **A ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. p. 125-42
- CARRIERI, A. P. **A gestão ordinária**. 2012. Tese (Tese para concurso de Prof. Titular) – Faculdade de Administração, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. CARRIERI, A. P. *et. al.* Gender and work: representations of femininities and masculinities in the view of women brazilian executives. **BAR**, v. 10, n. 3, p. 281-303, July / Sept. 2013.
- CARRIERI, A. P. *et.al.*. Estratégias subversivas de sobrevivência na “Feira Hippie” de Belo Horizonte. **Gestão. Org. - Revista Eletrônica de Gestão Organizacional**, v. 6, n. 2, p. 174-92, 2010.
- CARRIERI, A. P. *et.al.*. **Um estudo da seleção de pessoal, dos currículos e das revistas de negócios: as propriedades estéticas da mercadoria-trabalho**. Relatório Técnico-Científico de Pesquisa na Área de Ciências Sociais Aplicadas. CNPq. Dez. 2011.
- CARRIERI, A. P.; SOUZA, M. M. P.; ALMEIDA, G. O. Feirante ou barraqueiro? Identidades e estratégias na Feira do Jubileu. **Economia e Gestão**, 2009.
- CARVALHO, C. A. P. **Outras formas organizacionais: o estudo de alternativas ao modelo empresarial na realidade brasileira**. Projeto Procad/CNPq, 2006.
- CARVALHO, F. C. O mito da Amélia sob a ótica da análise crítica do discurso. In: XIII CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOGIA, 2008, RIO DE JANEIRO-RJ. **Anais...** Rio de Janeiro-RJ: Cifefil, 2008.
- CARVALHO, F. L. Encontros fortuitos entre feminismo e desconstrução. **Revista Gênero**, v. 1, n. 2, 2013.
- CARVALHO, L. Direitos das trabalhadoras domésticas: uma luta de todo o movimento de mulheres. In: ÁVILA, M. B. *et.al.* (Orgs). **Reflexões feministas sobre informalidade e trabalho doméstico**. Recife: Núcleo de Reflexão Feminista sobre o Mundo do Trabalho Produtivo e Reprodutivo e SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia, 2008. p. 101-7.

- CEREZER, O. M. Documentos de identidade. **Dossiê Foucault**, n. 3, dez. 2006/mar. 2007.
- CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano 1: artes de fazer**. v. 1. Petrópolis: Vozes, 1998. 351 p.
- CERTEAU, M.; GIARD, L.; MAYOL, P. **A invenção do cotidiano 2: morar, cozinhar**. Petrópolis: Vozes, 2009.
- CHAUI, M. A filosofia como vocação para liberdade. **Revista Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (USP)**, v. 17, n. 49, 2003.
- CHIA, R.; KING, I. The language of organization theory. In: WESTWOOD, R.; LINSTED, S. (Eds.) **The language of organization**. London: SAGE, 2001, p. 1-19.
- CHIZZOTTI, A. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. **Revista Portuguesa de Educação**, Braga-Portugal, v. 16, n. 2, p. 221-36, 2003.
- CHIZZOTTI, A. O cotidiano e as pesquisas em educação. In: FAZENDA, I. (Org.). **Novos enfoques da pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 2004.
- CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. **Discourse in late modernity: rethinking critical discourse analysis**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.
- CHOW, R. When whiteness feminizes...: some consequences of a supplementary logic. **Differences: A Journal of Feminist Cultural Studies**, v. 11, n. 3, p. 137-68, 1999/2000.
- CONCEIÇÃO, E. B. A negação da raça nos estudos organizacionais. In: XXXIII EnANPAD, 2009, São Paulo. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2009.
- CORONEL, M. C. F. G. “Mulheres domésticas”: profissionais de segunda classe. **Revista de Direito**, v. 13, n. 17, p. 7-18, 2010.
- CORRÊA, R. L. Formas simbólicas e espaço: algumas considerações. **GEOgraphia**, Niterói, v. 9, n. 17, p. 7-17, 2007.
- CUNHA, A. M. *et.al.*. O terror superposto uma leitura do conceito lefebvriano de terrorismo na sociedade urbana contemporânea. **R. B. Estudos Urbanos e Regionais**, v.5, n. 2, p. 27-43, 2003.
- D’ADESKY, J. **Pluralismo étnico e multiculturalismo: racismos e antirracismos no Brasil**. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.
- DAMATTA, R. **Relativizando: uma introdução à antropologia social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981. 248 p.
- DAVEL, E; ALCADIPANI, R. Estudos críticos em administração: a produção científica brasileira nos anos 1990. **Revista de Administração de Empresas**, v. 43, n. 4, out/dez. 2003.
- DEGOB, R.; PALASSI, M. P. Os sentidos da participação dos colaboradores nos projetos e ações sociais dos Correios do Estado do Espírito Santo. **Organizações & Sociedade**, v.16, p.265-86, 2009.
- DEL PRIORE, M. História do cotidiano e da vida privada. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (Orgs). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 376-98.
- DELEUZE, G. **Diferença e repetição**. Lisboa: Relógio D’Água, 2000.
- DELEUZE, G. **Nietzsche and philosophy**. New York: Columbia University Press, 1983.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia 1**. São Paulo: 34, 2010. 559 p.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ASSESSORIA PARLAMENTAR – DIAP. Câmara aprova PEC das empregadas domésticas. Brasília: Agência DIAP, 22 nov. 2012. Disponível em:

<http://www.diap.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=21268:camara-aprova-pec-das-empregadas-domesticas-em-primeiro-turno&catid=59:noticias&Itemid=101>. Acesso em 01 mar. 2013.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ASSESSORIA PARLAMENTAR – DIAP. **PEC das domésticas é aprovada em primeiro turno no Senado**. Brasília: Agência DIAP, 19 mar. 2013. Disponível em: <

http://www.diap.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=21880:pec-das-domesticas-e-aprovada-em-primeiro-turno-no-senado&catid=45:agencia-diap&Itemid=204>. Acesso em: 26 mar. 2013.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS – DIEESE. O emprego doméstico: uma ocupação tipicamente feminina. **Cadernos GRPE**, Brasília, Secretaria Internacional do Trabalho, n. 3, 2006.

Disponível em: < <http://www.generoracaetnia.org.br/publicacoes/oempregodomestico.pdf>>. Acesso em: 07 maio 2012.

DERRIDA, J. Afterword: toward an ethic of discussion. Limited Inc. Northwestern University Press. 1988. Weber, S. (Trad.). p. 111-160. Disponível em:

<<http://58.192.114.227/humanities/sociology/htmledit/uploadfile/system/20110414/20110414150243612.pdf>>. Acesso em: 11 abr. 2012.

DERRIDA, J. Interview with Richard Kearney. In: Kearney R, editor. **Dialogues with contemporary continental thinkers: the phenomenological heritage**. Manchester: Manchester University Press; 1984. p. 107–26.

DERRIDA, J. **Margens da filosofia**. São Paulo: Papirus, 1991

DERRIDA, J. **The villanova roundtable: a conversation with Jacques Derrida**. In: Caputo JD, editor. **Deconstruction in a nutshell: a conversation with Jacques Derrida**. New York: Fordham University Press; 1997. p. 3–28.

DESCICLOPÉDIA. Funkeiro. Desciclopédia, 2015. Disponível em: <<http://desciclopedia.org/wiki/Funkeiro>>. Acesso em: 13 jan. 2015.

DIAZ, E. **A filosofia de Michel Foucault**. São Paulo: UNESP, 2012. 240 p.

DINIZ, A. P. R. **‘Mulheres gerenciáveis?’ Uma análise dos discursos sobre as mulheres na revista Exame**. 2012. 147 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

DOWNEY, H.K.; IRELAND, R.D. Quantitative versus qualitative: the case of environmental assessment in organizational studies. **Administrative Science Quarterly**, v. 24, n. 4, p. 630-7, Dec. 1979.

DU BOIS, W. E. B. **As almas da gente negra**. Trad. Heloísa Toller Gomes. Rio de Janeiro: Lacerda., 1999.

DUARTE, A. L. Domesticação e domesticidade: a construção das exclusões. **Tempo Social Rev. Social USP**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 1-9, 1992.

DURAN, M. C. G. Maneiras de pensar o cotidiano com Michel de Certeau. **Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 7, n. 22, p. 115-28, set./dez. 2007.

ESTADO DE MINAS. Comissão da Câmara aprova igualdade de direitos trabalhistas para as domésticas. Agência Estado, 7 nov. 2012. Disponível em: <http://www.em.com.br/app/noticia/politica/2012/11/07/interna_politica,328274/comissao-da-camara-aprova-igualdade-de-direitos-trabalhistas-para-as-domesticas.shtml>. Acesso em: 08 nov. 2012.

EU HEIN BLOGSPOT. Revista Maria Creuza. Eu Hein Blogspot, 2003. Disponível em: <<http://www.euhein.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 11 nov. 2012.

FAIRCLOUGH, N. **Media discourse**. London: Edward Arnold, 1995.

FAIRCLOUGH, N. **Analyzing discourse: textual analysis for social research**. London; New York: Routledge, 2003a. 289 p.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: UNB, 2001. p. 61-88. 320 p.

FAIRCLOUGH, N. El análisis crítico del discurso como método para la investigación en ciencias sociales. In: WODAK, R.; MEYER, M. (Eds.). **Métodos de análisis crítico del discurso**. Barcelona: Gedisa, 2003b, p. 179-203.

FANTÁSTICO. Domésticas investem no estudo em busca de novas oportunidades. Rio de Janeiro: 15 abr. 2012. Disponível em: <<http://fantastico.globo.com/Jornalismo/FANT/0,,MUL1679704-15605,00-DOMESTICAS+INVESTEM+NO+ESTUDO+EM+BUSCA+DE+NOVAS+OPORTUNIDADES.html>>. Acesso em: 14 fev. 2013.

FANTÁSTICO. Domésticas podem passar a ter hora-extra e adicional noturno. Rio de Janeiro: GLOBO, 19 jun. 2011. Disponível em: <<http://fantastico.globo.com/Jornalismo/FANT/0,,MUL1665245-15605,00-DOMESTICAS+PODEM+PASSAR+A+TER+HORAEXTRA+E+ADICIONAL+NOTURNO.html>>. Acesso em: 14 fev. 2013.

FARIA, A. A. M. Aspectos de um discurso empresarial. In: CARRIERI *et.al.* (Org.). **Análise do discurso em estudos organizacionais**. Curitiba: Juruá, 2009. p. 45-52.

FARIA, A. A. M. Interdiscurso e intradiscurso: da teoria à metodologia. In: MENDES, E. A.E de M.; OLIVEIRA, P. M.; BENN-IBLER, V. (Orgs.). **O novo milênio: interfaces linguísticas e literárias**. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2001. p.31-37.

FARIA, A. A. M. **Mina, livro, partido, sindicato: reflexo e refração em [análise linguística de] discursos sobre e de trabalhadores**. Artigo final de pós-doutorado. PUC-Minas e UFMG. 2012a. Forthcoming.

FARIA, A. A. M. **Seminário em tópico variável em linguística do texto e do discurso: análise de discursos de e sobre trabalhadores (Anotações de aula)**. Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais. 2. sem. 2012b.

FEDIUK, M. M. Empregadas domésticas: uma revisão da literatura brasileira. Revista Eletrônica Psicologia, 2009. Disponível em: <www.cni.unc.br/psicologia/empregadadomestica2.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2012.

FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Nacional, 1965.

- FERNANDES, J. P. T. **Resenha de Richard Wolin**: the seduction of unreason. The Intellectual Romance with Fascism from Nietzsche to Postmodernism. S/D.
- FERRAZ, F. B.; RANGEL, H. M. V. A discriminação sociojurídica ao emprego doméstico na sociedade brasileira contemporânea: uma projeção do passado colonial. In: XIX ENCONTRO NACIONAL DO CONPEDI, 2010, Fortaleza – CE. **Anais...** Fortaleza: CONPEDI, 2010.
- FERREIRA, J. S. **Gênero, trabalho doméstico e identidades**: o necessário diálogo. s/ed.: 2009.
- FERREIRA, J. S. Trabalho em domicílio: cotidiano de trabalhadoras domésticas e patroas. **Caderno Espaço Feminino**, v. 23, n. 1/2, p. 339-60, 2010.
- FIGUEIREDO FILHO, G. V. **Uma análise foucaultiana do discurso da saúde**. 2008. 105 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba.
- FISCHER, R. M. B. Verdades em suspenso: Foucault e os perigos a enfrentar. In: COSTA, M.(Org.). **Caminhos investigativos II**: outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 49-71.
- FONSECA, M. A. da. **Michel Foucault e a constituição do sujeito**. São Paulo: EDUC, 2011. 144p.
- FOTAKI, M. No woman is like a man (in academia): the masculine symbolic order and the unwanted female body. **Organization Studies**, v. 34, n. 9, p. 1.251-75, 2013.
- FOUCAULT, M. **A Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.
- FOUCAULT, M. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. In: FOUCAULT, M. **Ditos e escritos V**: ética, sexualidade e política. Rio de Janeiro: Forense Universitária; 2006a. p. 265-287.
- FOUCAULT, M. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. In: FOUCAULT, M. **Ditos e escritos V**: ética, sexualidade e política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004a. p. 264-287.
- FOUCAULT, M. **A hermenêutica do sujeito**: curso dado no Collège de France (1981-1982). São Paulo: Martins Fontes, 2006b. 680 p.
- FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Loyola, 2009.
- FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 2002. 541 p.
- FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999. xiv, 382p.
- FOUCAULT, M. **Estratégia, poder-saber**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2006c. 396 p. (Ditos & escritos ; v.4).
- FOUCAULT, M. **Ética, política, sexualidade**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004b (Ditos e escritos; V). 322p.
- FOUCAULT, M. **História da sexualidade 1**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- FOUCAULT, M. **Historia da sexualidade 2**: o uso dos prazeres. 12. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998. 232 p.

FOUCAULT, M. **Historia da sexualidade 3: o cuidado de si**. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 10. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1992. 295p.

FOUCAULT, M. O que são as luzes? In: FOUCAULT, M. **Ditos e escritos 2: arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. p. 335-51.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. (Orgs). **Michel Foucault: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1995, p. 231-249.

FOUCAULT, M. Verdade e poder. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. São Paulo: Graal, 2012. p. 1-14.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004c, 262 p.

FRAGA, A. B. Serviço doméstico remunerado no Brasil: como interpretar as novas tendências? In: IX REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DO MERCOSUL, 2011, Curitiba. **Anais...** Curitiba: Entidade promotora, 2011.

FRAGA, F. A.; SANINO, G. E. C. Saúde da mulher negra, passos e descompassos: ações afirmativas na saúde, provável luz no fim do túnel? **Revista da ABPN**, v. 7, n. 15, p. 192-211, fev. 2015.

FREITAS, A. Domésticas, o filme, o primeiro longa de Fernando Meirelles, expressa a tragédia social do País em uma boa comédia. In: O espaço permitido. **BRAVO!**, maio 2001. Disponível em:

<http://www.almirdefreitas.com/almir/Domesticas,_o_Filme___Fernando_Meirrelles_e_Nando_Olival.html>. Acesso em: 15 abr. 2012.

FREITAS, F. S. Juventude negra: entre direitos e violências. **MPMG Jurídico**, 2014.

FREITAS, J. B. Do quase acaso à quase regra: o emprego doméstico enquanto um lócus de humilhação. In: IX REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DO MERCOSUL, 2011, Curitiba. **Anais...** Curitiba: Entidade promotora, 2011.

FREITAS, M. E. Assédio moral e assédio sexual: faces do poder perverso nas organizações. **Revista de Administração de Empresas**, v. 41, n. 2, p. 8-19, abr./jun. 2001.

FREYRE, G. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal**. 48. ed. Recife: Global, 2003. 719 p.

FROELICH, M. Literatura afro-brasileira em livros didáticos de ensino médio: uma produção em busca de reconhecimento. **Tear: Revista de Educação, Ciência e Tecnologia**, v. 3, n. 1, 2014.

G1. Senado conclui votação de projeto que regulamenta PEC das Domésticas. Rio de Janeiro: G1, 6 maio 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/seu-dinheiro/pec-das-domesticas/noticia/2015/05/senado-conclui-votacao-de-projeto-que-regulamenta-pec-das-domesticas.html>>. Acesso em: 21 abr. 2015.

GALEÃO-SILVA, L. G.; ALVES, M. A. A crítica do conceito de diversidade nas organizações. **Revista de Administração de Empresas**, v. 44, n.3, p. 20-9, jul./set. 2004.

GALLO, Sílvio. Deleuze e a filosofia. In: **Deleuze e a educação**. Santa Catarina, UFSC 2007.

- GARCIA, A. Jornal Bom dia Brasil. Rio de Janeiro: GLOBO, 23 nov. 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/videos/t/edicoes/v/alexandre-garcia-comenta-sobre-a-posse-de-joaquim-barbosa-a-presidencia-do-stf/2256671/>>. Acesso em: 01 mar. 2013.
- GARDINER, M. E. **Critiques of everyday life**. London and New York: Routledge: 2000. 242 p.
- GASPAR, L. Gilberto Freyre. Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco, Recife, 2013. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar>>. Acesso em: 01 mar. 2013.
- GIARD, L. História de uma pesquisa. In: CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. v. 1. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 9-32.
- GLOBO CIDADANIA. Cheias de charme valorizou o trabalho das empregadas domésticas. Rio de Janeiro: GLOBO, 10 dez. 2012. Disponível em: <<http://redeglobo.globo.com/globocidadania/nas-novelas/noticia/2012/10/cheias-de-charme-valorizou-o-trabalho-das-empregadas-domesticas.html>>. Acesso em: 11 fev. 2013.
- GLOBO REPÓRTER. Como Edileuza, 29% dos empregados domésticos são diaristas no Brasil. Rio de Janeiro: GLOBO, 23 nov. 2011a. Disponível em: <<http://g1.globo.com/globo-reporter/noticia/2011/09/como-edileuza-29-dos-empregados-domesticos-sao-diaristas-no-brasil.html>>. Acesso em: 14 fev. 2013.
- GLOBO REPÓRTER. Conheça a história das “empreguetes” que venceram na vida. Rio de Janeiro: GLOBO, 31 ago. 2012a. Disponível em: <<http://g1.globo.com/globo-reporter/videos/t/edicoes/v/conheca-a-historia-das-empreguetes-que-venceram-na-vida/2117686/>>. Acesso em: 14 fev. 2013.
- GLOBO REPÓRTER. Desembargadora ex-diarista tem encontro emocionado com ‘aspirante’. Rio de Janeiro: GLOBO, 23 nov. 2011b. Disponível em: <<http://g1.globo.com/globo-reporter/noticia/2011/09/desembargadora-ex-diarista-tem-encontro-emocionado-com-aspirante.html>>. Acesso em: 14 fev. 2013.
- GLOBO REPÓRTER. Diaristas dão exemplo de honestidade e conquistam confiança dos patrões. Rio de Janeiro: GLOBO, 23 nov. 2011c. Disponível em: <<http://g1.globo.com/globo-reporter/noticia/2011/09/diaristas-dao-exemplo-de-honestidade-e-conquistam-confianca-dos-patroes.html>>. Acesso em: 14 fev. 2013.
- GLOBO REPÓRTER. Faxineira junta dinheiro e compra apartamento de frente para o mar. Rio de Janeiro: GLOBO, 9 mar. 2012b. Disponível em: <<http://g1.globo.com/globo-reporter/videos/t/edicoes/v/faxineira-junta-dinheiro-e-compra-apartamento-de-frente-para-o-mar/1850217/>>. Acesso em: 14 fev. 2013.
- GODOI, C. K. Análise do discurso na perspectiva da interpretação social dos discursos: possibilidades abertas aos estudos organizacionais. **GESTÃO.Org**. Revista Eletrônica de Gestão Organizacional, v. 3, n. 2, p. 95-109, 2005.
- GODOI, C. K. Perspectivas de análise do discurso nos estudos organizacionais. In: SILVA, A. B.; GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.(Orgs). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. São Paulo: Saraiva, 2006, p. 375-401.
- GODOI, C. K.; COELHO, A. L. A. L. Análise Sociológica do Discurso e suas possibilidades de utilização no campo organizacional. *In*: EnANPAD, 35, 2011, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2011.
- GOMES LINO, N. Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou ressignificação cultural? Revista Brasileira de Educação [online], n. 21, p. 40-

51, set./dez. 2002. Disponível em <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=27502104>>. Acesso em: 13 abr. 2015.

GOMES, I. M. M. *et.al.*. Modo de endereçamento no telejornalismo do horário nobre brasileiro: o Jornal Nacional da Rede Globo de Televisão. In: CONGRESSO INTERCOM, 2005, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: UERJ, 2005, p. 54-72.

GOMES, J. B. B. A Recepção do Instituto da Ação Afirmativa no Direito Constitucional Brasileiro. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, v. 151, p. 129-52, jul./ set. 2001a.

GOMES, J. B. B. Ação afirmativa no Brasil? **Revista AJUFE**, v. 20, p. 195-229, 2001b.

GOMES, J. B. B. Considerações sobre o Instituto da Ação Afirmativa. **Arquivos de Direitos Humanos**, Rio de Janeiro, v. 3, p. 43-82, 2001c.

GOMES, J. B. B. O debate constitucional sobre as ações afirmativas. **Revista de Direitos Difusos**, v. 9, p. 1113-1164, 2001d.

GONÇALVES, C. M. **Análise sociológica das profissões**: principais eixos de desenvolvimento. Porto: Universidade do Porto, 2007.

GOUGH, N.; PRICE, L. Rewording the world: poststructuralism, deconstruction and the 'real' in environmental education. **Southern African Journal of Environmental Education**, v. 21, p. 23-36, 2004.

GREY, C. Organization studies: publications, politics and economics. **Organization Studies**, London, v.31, n.6, p.677-94, 2010.

HABERMAS, J. (Trad. Repa, L.S.; NASCIMENTO, R.) **O discurso filosófico da modernidade**: doze lições. São Paulo: Martins Fontes, 2000. 540 p.

HALL, S. The Spectacle of the "Other". In: HALL, S. (Org.). **Representation**: Cultural representations and signifying practices. London: Sage/The Open University, 1997, p. 223-90.

HALL, J. D. Partial truths. **Signs**, v. 14, n. 4, p. 902-11, 1989.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

HALL, S. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

HALL, S. Raça, Cultura e comunicações: olhando para trás e para frente dos estudos culturais. **Revista Projeto História**, 2003.

HALL, S. Raça, o significante flutuante. ZCultural [online], v. 8, n. 2, 2013:.. Disponível em <<http://revistazcultural.pacc.ufrj.br/raca-o-significante-flutuante%EF%80%AA/>>. Acesso em: 23 jan. 2015.

HARCOURT, B. E. An answer to the question: 'what is poststructuralism'. **Public Law Working Paper**, Chicago, n. 156, 2007.

HARDY, C. Researching organizational discourse. **Studies of Management Organizations**, v. 31, n. 3, p.25-47, 2001.

HELLER, A. **O cotidiano e a história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

HELLER, A. **Sociologia de la vida cotidiana**. Barcelona: Ediciones Península, 1977. 418 p.

HIRATA, H. Desenvolvimento e novas relações de trabalho: uma perspectiva comparativa internacional. In: ÁVILA, M. B. *et.al.* (Org.). **Reflexões feministas sobre informalidade e trabalho doméstico**. Recife: Núcleo de Reflexão Feminista sobre o Mundo do Trabalho Produtivo e Reprodutivo e SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia, 2008. p. 23-32.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Notas técnicas: histórico da investigação sobre cor ou raça nas pesquisas domiciliares do IBGE. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/caracteristicas_raciais/notas_tecnicas.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios**: síntese de indicadores 2009. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. 288 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios**: síntese de indicadores 2014. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios**: síntese de indicadores 2012. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. Comunicado n. 111: Mudanças recentes na pobreza brasileira. Comunicados do Ipea, set. 2011b. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/110915_comunicadoipea111.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2013.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. Comunicado n. 149: trabalho para o mercado e trabalho para casa: persistentes desigualdades de gênero. Comunicados do Ipea, maio 2012. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/120523_comunicadoipea0149.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2013.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Comunicado n. 90**: situação atual das trabalhadoras domésticas no país. Comunicados do Ipea, maio 2011a.

INSTITUTO DOMÉSTICA LEGAL. CUT pede para presidente vetar pontos da PEC das domésticas. Rio de Janeiro: Instituto Doméstica Legal, 15 maio. 2015. Disponível em: <<http://domesticalegalnoticias.blogspot.com.br/2015/05/cut-pede-vetos-presidenciais-pec-das.html>>. Acesso em: 15 maio 2015.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION – ILO. **Domestic workers across the world**: global and regional statistics and the extent of legal protection. Geneva: ILO, 2013. 146 p.

IRAHETA, D. ‘É como andar em um campo minado’, diz estudante que criou campanha contra o racismo na UnB. **Brasil Post**, abr. 2015. Disponível em: <http://www.brasilpost.com.br/2015/04/04/racismo-unb_n_7003848.html>. Acesso em: 14 fev. 2015.

JACCOUD, L. Racismo e República: o debate sobre o branqueamento e a discriminação racial no Brasil. In: THEODORO, M. (Org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil**: 120 anos após a abolição. Brasília: IPEA, 2008.

JORDÃO, C. M. O ensino de línguas estrangeiras: de código a discurso. In: KARWOSKI, A. C.; BONI, V. F. C. V. **Tendências contemporâneas no ensino de línguas**. União da Vitória: Kaygangue, 2006..

JOSGRILLBERG, F. B. Michel de Certeau e o admirabile commercium de sentidos na educação. **Educação: teoria e prática**, v. 18, n. 30, p. 95-105, jan./jun. 2008.

JUNIOR, S. **A dona de casa**: a mais útil publicação em português. Rio de Janeiro: Domingos de Magalhães editor, 1894 *apud* RONCADOR, S. Histórias paranoicas, criados perversos no imaginário literário da *Belle Époque* tropical. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, n. 27, p. 127-140, jan./jun. 2007.

KASSEM, F. G. O empregado doméstico sob a ótica da Lei n. 11.324/2006. Buscalegis, UFSC, s/d. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/30123-30552-1-PB.pdf>>. Acesso em: 04 jan. 2012.

KNIGHTS, D.; McCABE, D. 'A different world': shifting masculinities in the transition to call centres. **Organization**, v. 8, n. 4, p. 619-45, 2001.

KOFES, M. S. **Colcha de retalhos**: estudos sobre a família no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1982. 204 p.

LAILOLO, M. P. A figura do negro em Monteiro Lobato. **Presença Pedagógica**, Belo Horizonte, v. 4, n. 23, p. 21-31, 1998.

LARSON, M. S. **The rise of professionalism**. Berkeley: University of California Press, 1977.

LEFEBVRE, H. Apresentação de uma pesquisa e alguns achados. In: (Autore ???). **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo, Ática: 1991a, p. 5-76.

LEFEBVRE, H. **Critique of everyday life**. London: Verso, 1991b.

LEFEBVRE, H. The everyday and everydayness. *Yale French Studies*, n. 73, p. 7-11, 1987. Disponível em: <

https://www.andrew.cmu.edu/~skey/research_prev/reading/The%20everyday%20and%20everydayness_Lefebvre.pdf>. Acesso em: 04 maio 2012.

LEÓN CEDEÑO, A. A. **Emancipação no cotidiano**: iniciativas igualitárias em sociedades de controle. 2006, n. de folhas???. Tese (Doutorado em Psicologia Social) — Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

LIMA COSTA, C. O sujeito no feminismo: revisitando os debates. **Cadernos Pagu**, v. 19, p. 59-90, 2002.

LIMA, C. H. P. **Assim na música como na vida**: a representação do trabalho em discursos de canções brasileiras através da análise crítica do discurso. Tese (Doutorado em Letras) — Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

LIMA, G. C. O. **Memórias da gestão**: o percurso da identidade administrativa de tropeiros em Minas Gerais. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas) — Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Belo Horizonte.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

LYOTARD, J-F.; **A condição pós-moderna**. 7.ed. São Paulo: José Olympio, 2002. 131 p.

MACHADO, R. Introdução: por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, M. (Org.). **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2012. p. VII-XXIII.

MACKEN-HORARIK, M.; MORGAN, W. Towards a metalanguage adequate to linguistic achievement in post-structuralism and English: Reflections on voicing in the writing of secondary students. **Linguistics and Education**, v. 22, p. 133-49, 2011.

- MAIA, A. C. Sobre a analítica do poder de Foucault. **Tempo Social, Rev. Sociol. USP**, São Paulo, v. 7, n.1-2p. 83-103, out. 1995.
- MAIA, M. V. C. **A inconstitucionalidade do parágrafo único do Artigo 7º da Constituição Federal de 1988**. Universidade de Uberaba, 2010.
- MAINGUENEAU, D. **Novas tendências em análise do discurso**. Campinas: UNICAMP, 1993.
- MARCONDES, W. B. *et.al.*. O peso do trabalho “leve” feminino à saúde. **São Paulo em Perspectiva**, v. 17, n. 2, p. 91-101, 2003.
- MARIANO, S. A. O sujeito do feminismo e o pós-estruturalismo. **Estudos Feministas**, v. 13, n. 3, p. 483-505, 2005.
- MARRE, J. L. História de vida e método biográfico. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v.3, n.3, p. 89-141, jan./jul. 1991.
- MARTIN, P. Y. ‘Mobilizing masculinities’: women’s experiences of men at. **Organization**, v. 8, n. 4, p. 587-618, 2001.
- MARTINS, C. A. M. O mercado consumidor brasileiro e o negro na publicidade. **GV-Executivo**, v. 14, n. 1, p. 42-5, jan./jun. 2015.
- MARTINS, H. H. T. S. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 289-300, maio/ago. 2004.
- MARTINS, J. de S. **A sociabilidade do homem simples**. São Paulo: Hucitec, 2008.
- MATOS, M. **Aula da disciplina Estado, gênero e desenvolvimento**. Belo Horizonte: UFMG, Fafich, 2011.
- MATOS, M. **Reinvenções do vínculo amoroso: cultura e identidade de gênero na modernidade tardia**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.
- MATTOS, P. A mulher moderna numa sociedade desigual. In: SOUZA, J. (Org.). **A invisibilidade da desigualdade brasileira**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, p. inicial e final.
- MATTOS, P. L. C. L. “Os resultados desta pesquisa (qualitativa) não podem ser generalizados”: pondo os pingos nos is de tal ressalva. **Cadernos Ebape.BR**, v. 9, ed. especial, p. 450-68, jul. 2011.
- MAZIERO, L. G. S. **Direitos fundamentais e discriminação de gênero: a ausência de direitos e proteção ao trabalho doméstico**. 2010, n.de folhas. Dissertação em Direito) — Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Metodista de Piracicaba, , Piracicaba.
- McKERNAN, J. F. Deconstruction and the responsibilities of the accounting academic. **Critical Perspectives on Accounting**, v. 22, p. 698– 713, 2011.
- MEIHY, J. C. S. B. **Manual de historia oral**. São Paulo: Loyola, 1996.
- MEIRELLES, F. **Domésticas**. Filme. Produção de Andrea Barata Ribeiro. Direção de Fernando Meirelles e Nando Olival. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo e TV Cultura, 2001.
- MELO, I. F. Análise do discurso e análise crítica do discurso: desdobramento e intersecções. **Letra Magna**, v.5, n.11, 2009.

- MEYERHOFF, J. **Bald ambition: a critique of Ken Wilber's theory of everything.** New York: Inside the Curtain Press, 2010.
- MIGUEL, L. F. Meios de comunicação de massa e política no Brasil. Diálogos Latinoamericanos 03, Universidade de Aarhus. Aarhus, Latinoamericanistas. p. 43-70. 2001. Disponível em: < <http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/162/16200302.pdf>>. Acesso em: 02 maio 2012
- MINGUEZ, F.; OLIVEIRA, I. **Cheias de charme.** Rio de Janeiro: Rede Globo de Televisão, 2012.
- MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO – MTE. Trabalhadores dos serviços domésticos em geral. In: MTE. Classificação brasileira de ocupações. Portal do Trabalho e Emprego, 2002. Disponível em: < <http://www.mtebo.gov.br/cbsite/pages/pesquisas/ResultadoFamiliaDescricao.jsf>>. Acesso em: 27 abr. 2012.
- MISKOLCI, R. A teoria *queer* e a questão das diferenças: por uma analítica da normalização. In: XVI CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL, 16, 2007. **Anais...** Campinas: Unicamp, 2007.
- MISOCKY, M. C.; VECCHIO, R. Experimentando pensar: da fábula de Barnard à aventura de outras possibilidades de organizar. **Cadernos Ebape.br**, v. 4, n. 1, mar. 2006.
- MORAIS, A. R. A. de. Os imaginários sociodiscursivos acerca do nordeste brasileiro. **EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 7, p. 22-38, dez. 2014.
- MORGAN, D. Beyond epistemological pluralism: towards an integrated vision of the future. **Futures**, v. 43, p. 809–19, 2011.
- MORGEN, S. Common grounds and crossroads: race, ethnicity, and class in women's lives. **Signs: journal of women in culture and society**, p. 739-929, 1989.
- MUMBY, D. Discourse, power and ideology: unpacking the critical approach. In: GRANT, D., HARDY, C.; OSWICK, C.; PUTNAM, L. (Eds.) **The Sage Handbook of Organizational Discourse**. London: Sage, p. 237-58, 2004.
- MUNANGA, K. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra.** Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- MUNHOZ, M. L. P. **Diversidade, relações raciais e educação em direitos humanos.** 2009, n. de folhas.. Tese (Doutorado em ????) — Universidade de São Paulo, São Paulo .
- MURTA, I. B. D.; SOUZA, M. M. P.; CARRIERI, A. P. Práticas discursivas na construção de uma gastronomia polifônica. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 11, n. 1, p. 38-64, jan./fev. 2010.
- NARDI, H. C. Nas tramas do humano: quando a sexualidade interdita o trabalho. In: POCAHY, F. (Org.). **Rompendo os silêncios: homofobia e heterossexismo na sociedade contemporânea.** Porto Alegre: Nuances, 2007.
- NARDI, H. C. **Trabalho e ética: os processos de subjetivação de duas gerações de trabalhadores metalúrgicos e do setor informal.** 2002. 350 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

NASCIMENTO, L. S. **Discurso e poder em pesquisas pós-estruturalistas-foucaultianas no GT de Currículo da ANPED no período de 2000 a 2005**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará. Belém.

NASCIMENTO, M. C. R. *et. al.* Com que cor eu vou pro shopping que você me convidou? RAC – Revista de Administração Contemporânea, ahead of print, out. 2014. Disponível em <http://www.anpad.org.br/periodicos/arq_pdf/ahead_1.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2015.

NEVES, L. de A. **Ensaio metodológico** – Memória e história: potencialidades da história oral. Texto adaptado de palestra proferida pela autora no I Encontro de História e III Encontro Nordeste de História Oral. Teresina, UFPI, 2001.

NEVES, M. S. Representações (excludentes) de si no discurso de uma jovem doméstica. In: CORACINI, M. J. R. F.; GHIRALDELO, C. M. (Orgs.). **Nas malhas do discurso: memória, imaginário e subjetividade**. Campinas: Pontes, 2011, p. 245-270.

NEWMAN, S. **Power and politics in poststructuralist thought: new theories of the political**. New York: Routledge, 2005.

NUNES, D. S.; OLIVEIRA, P. R. Aforização proverbial sobre o negro em diferentes materialidades discursivas: cristalização e circulação de preconceitos e estereótipos. **Revista Philologus**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 60, p. 497-510, set./dez. 2014.

NUSSBAUM, M. C. **Women and human development: the capabilities approach**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

OIT-BRASIL – ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO-BRASIL. OIT aprova a Convenção (n. 189) e a Recomendação (nº 201) sobre o Trabalho Decente para as Trabalhadoras e Trabalhadores Domésticos. **Boletim Gênero & Raça no mundo do trabalho**, v. 1, n. 2, out. 2011. Disponível em: <http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/gender/doc/boletimgra%C3%A7a_666.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2012.

OLIVEIRA, C. M. A organização política das trabalhadoras domésticas no Brasil. In: ÁVILA, M. B. *et.al.* (Orgs.). **Reflexões feministas sobre informalidade e trabalho doméstico**. Recife: Núcleo de Reflexão Feminista sobre o Mundo do Trabalho Produtivo e Reprodutivo e SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia, 2008, p. 109-115.

OLIVEIRA, E. P. **Cursos para trabalhadoras domésticas: estratégias de modelagem**. 2007. 177f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

OLIVEIRA, E. P. O ensino superior e as trabalhadoras. **Anuário da Produção Acadêmica Docente**, v. 3, n. 4, 2009.

OLIVEIRA, J. S.; CAVEDON, N. R. As práticas cotidianas e a análise da dimensão micropolítica dos processos organizacionais: etnografando uma organização de artistas circenses. In: VII ENCONTRO DA DIVISÃO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS DA ANPAD – EnEO, 2012, Curitiba. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2012.

OLIVEIRA, R. B. A cidadania a partir de 1930 e sua relação com as categorias profissionais: uma leitura sobre o emprego doméstico. **REDD – Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, Araraquara, v. 2, n. 1, jul./dez. 2009.

ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. Campinas: Unicamp, 1992.

- ORLANDI, E. P. Vão surgindo sentidos. In: ORLANDI, E. P. (Org.) **Discurso fundador**: a formação do país e a construção da identidade nacional. Campinas: Pontes, 2002, p. inicial e final.
- ORTIZ, R. As ciências sociais e o inglês. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 19, n. 54, p. 5-23, fev. 2004.
- PAES DE PAULA, A. P. ; MARANHÃO, C. S. ; BARROS, A. N. Pluralismo, pós-estruturalismo e "gerencialismo engajado": os limites do movimento critical management studies. **Cadernos EBAPE.BR** (FGV), v. 7, p. 393-404, 2009.
- PASSOS, I. F. **Tópicos especiais em psicologia Michel Foucault**: saber, relações de poder e modos de subjetivação (Anotações de aula). Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 1. sem. 2013.
- PATEMAN, C. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- PATEMAN, M. Post-structuralism. **The Year's Work in Critical and Cultural Theory**, v. 11, n. 1, p. 276-89, 2003.
- PATTO, M. H. S. O conceito de cotidianidade em Agnes Heller e a pesquisa em educação. **Perspectivas**, São Paulo, v. 16, p. 119-41, 1993.
- PED/RMBH – PESQUISA EMPREGO DESEMPREGO REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE. O emprego doméstico na região metropolitana de Belo Horizonte em 2013. Belo Horizonte: Sedese/FJP/Dieese/Seade/MTE-FAT, 2014. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/analiseped/2013/2013empreDomBHZ.pdf>>. Acesso em: 28 jan.2015.
- PED/RMSP – PESQUISA EMPREGO E DESEMPREGO – REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO. O emprego doméstico na região metropolitana de São Paulo 2014. São Paulo: Seade, Dieese, MTE/FAT, abr. 2015. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/produtos/midia/Emprego-domestico-na-RMSP-2014-abril-2015.pdf>>. Acesso em: dia maio 2015.
- PERDIGÃO, D. A. Dilema de Jusceléia: formação superior e (im)possibilidades de reinserção profissional. **Tecnologias de Administração e Contabilidade – TAC**, v. 2, n. 1, p. 50-5, jan./jun. 2012.
- PERDIGÃO, D. A. **O canto da sereia?** A educação superior como uma (im)possibilidade de mudança na trajetória profissional da ralé brasileira. 2015. 243 fls. Tese (Doutorado em Administração) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- PEREIRA, I. M. D.; GOIS, D. A. Futebol: a história sucumbida pela intolerância racial. **FIEP Bulletin**, v. 85, n. 2, fev. 2015.
- PEREIRA, M. C.; BRITO, M. J. A análise do discurso como prática e processo de produção de sentidos: proposta teórico-metodológica. In: CARRIERI *et.al.* (Org.). **Análise do discurso em estudos organizacionais**. Curitiba: Juruá, 2009. p. 53-78.
- PETERS, M. **Pós-estruturalismo e filosofia da diferença**: uma introdução. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- PETINELLI-SOUZA, S. **Poder, saber e subjetividades**: constituição e formação do sujeito ADM. 2011, 192f. Tese (Doutorado em Educação) – UFES Vitória, ,

- PHILLIPS, N. Telling organizational tales: on the role of the narrative fiction in the study of organizations. **Organization Studies**, London, v. 16, n. 4, p. 625-49, 1995.
- PHILLIPS, N.; HARDY, C. **Discourse analysis**: investigating processes of social construction. Thousand Oaks, CA: Sage, 2002.
- PIAGET, J. **Structuralism**. London: Routledge & Kegan Paul, 1971.
- PIERUCCI, Antônio Flávio UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Ciladas da diferença**. 2. ed. São Paulo: USP, Dep. de Sociologia: Ed. 34, 2000. 222p.
- PINEL, H. Família: um pai burguês contra filho gay e que se prostitui em "garotos de programa" de Gus Van Sant, a partir da categoria cotidiano de Agnes Heller. **Cadernos de Pesquisa em Educação**, Vitória/ES, v.15, n.8, p.44-92, 2002.
- PINTO, M. C. C.; FERREIRA, R. F. Relações raciais no Brasil e a construção da identidade da pessoa negra. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São João del-Rei, v. 9, n. 2, p. 257-66, jul./dez. 2014.
- PORTELA, R. L. *et.al.* O sexismo nas músicas de pagode em Salvador: discutindo a violência contra a mulher em sala de aula. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL ENLAÇANDO SEXUALIDADES, 2011, Salvador-BA. **Anais...**: Salvador: Universidade do Estado da Bahia, 2011.
- PREUSS, M. R. G. Patroas e empregadas: relações de proximidade e oposição. **Coletâneas da ANPEPP**, p. 53-65, 1996.
- PROENÇA FILHO, D. A trajetória do negro na literatura brasileira. **Estudos Avançados**, v. 18, n. 50, p. 161-93, 2004
- RAGO, L. M. **Do cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. 209 p.
- RAJAGOPALAN, K. Talk and Social Theory. Cambridge: Polity. 2004. 228 pp. **Journal of Sociolinguistics**, v. 10, n. 3, p. 412-16, 2006.
- RAMOS, G. **Introdução crítica à sociologia brasileira**. Rio de Janeiro: ANDES, 1957. 216 p.
- RAZACK, S. H. **Looking white people in the eye**: gender, race, and culture in courtrooms and classrooms. Toronto: U of Toronto, 1998.
- RAZAVI, S. **The political and social economy of care in a development context**. Gender and Development. Programme Paper n. 3, Jun. 2007.
- RESENDE, V. M.; RAMALHO, V. C.V. S. Análise de discurso crítica, do modelo tridimensional à articulação entre práticas: implicações teórico-metodológicas. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, v. 5, n. 1, p. 185-207, jul./dez. 2004.
- REVEL, J. **Michel Foucault**: conceitos essenciais. São Carlos: Claraluz, 2005. 96 p.
- REY, F. G. **Pesquisa qualitativa e subjetividade**: os processos de construção da informação. São Paulo: Pioneira Tomson Learning, 2005.
- RIBEIRO, G. B. Condutas discriminatórias na internet são passíveis de punição. **Agência Universitária de Notícias** [on-line], São Paulo, v. 47, n. 56, set. 2014. Disponível em: <<http://www.usp.br/aun/exibir.php?id=6206>>. Acesso em: 12 jan. 2015.
- RODRIGUES, C. Diferença sexual, direitos e identidade: um debate a partir do pensamento da desconstrução. **Cadernos Pagu**, v. 34, p. 209-33, jan./jun. 2010.

- RODRIGUES, S. B.; CARRIERI, A. P. A tradição anglo-saxônica nos estudos organizacionais brasileiros. **Revista de Administração Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 5, n. Ed Especial, p.81-102, 2001.
- RODRIGUES, W. A ladeira da preguiça e o estereótipo histórico da preguiça dos negros. In: IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA: CULTURA, SOCIEDADE E PODER, 2014, Jataí - GO. **Anais...** Jataí: UFG, 2014.
- RONCADOR, S. Criadas *no more*: notas sobre testemunho de empregadas domésticas. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, n. 21, p. 55-71, jan./jun. 2003.
- RONCADOR, S. Histórias paranoicas, criados perversos no imaginário literário da *Belle Époque* tropical. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, n. 27, p. 127-40, jan./jun. 2007.
- ROSA, A. R. Relações raciais e estudos organizacionais no Brasil. **RAC - Revista de Administração Contemporânea**, v. 18, n. 3, p. 240-60, 2014.
- ROSA, A. R. Relações raciais e estudos organizacionais no Brasil: dimensões esquecidas de um debate que (ainda) não foi feito. In: XXXVI EnANPAD, 2012, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2012.
- ROSA, A. R.; PAÇO-CUNHA, E.; TURETA, C. Análise crítica do discurso como análise das organizações: uma proposta teórico-metodológica com base na teoria simbólica de Pierre Bourdieu. In: CARRIERI, A. P. *et.al.* (Orgs.). **Análise do discurso em estudos organizacionais**. Curitiba: Juruá, 2009, p. 101-18.
- ROSSLER, J. H. O desenvolvimento do psiquismo na vida cotidiana: aproximações entre a psicologia de Alexis N. Leontiev e a teoria da vida cotidiana de Agnes Heller. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 24, n. 62, p. 100-16, abr. 2004.
- RUBIM, A. A. C.; COLLING, L. Mídia e eleições presidenciais no Brasil pós-ditadura. **Dialogos de la Comunicación**, Lima, n. 69, p. 74-87, 2004.
- RUIZ, J. R. Análisis sociológico del discurso: métodos y lógicas. **FQS**, v. 10, n. 2, May, 2009.
- SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.
- SANSONE, L. Jovens e oportunidades, as mudanças na última década e as variações por cor e classe: não se fazem mais empregadas como antigamente. In: HASENBALG, C.; SILVA, N. V. (Orgs.). **Desigualdades sociais: o Estado da Nação**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.
- SANSONE, L. Nem somente preto ou negro: o sistema de classificação racial no Brasil que muda. **Afro-Ásia**, v. 18, p. 165-87, 1996.
- SANSONE, L. O bebê e a água do banho: a ação afirmativa continua importante, não obstante os erros da UNB! **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 11, n. 23, p. 251-4, jan./jun. 2005.
- SANTOS, J. K. C. **Quebrando as correntes invisíveis: uma análise crítica do trabalho doméstico no Brasil**. 2010. 85 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, Brasília.
- SANTOS, J. R. A inserção do negro e seus dilemas. **Parcerias estratégicas**, n. 6, p. 110-54, mar. 1999.

SANTOS, R. J. **Corpos domesticados**: a violência de gênero no cotidiano das domésticas em Montes Claros – 1959 a 1983. 2009. 152 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

SÃO PAULO. **Relatório das Atividades Policiais de São Paulo**, dos anos de 1945-1946, apresentado ao Exmo. Sr. Dr. José Carlos de Macedo Soares, interventor federal no Estado de São Paulo, pelo Dr. Pedro. A. de Oliveira Ribeiro Sobrinho, Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo, 1946 *apud* DUARTE, A. L. Domesticação e domesticidade: a construção das exclusões. **Tempo Social Rev. Social USP**, v. 1, n. 1, p. 1-9, 1992.

SARAIVA, L. A. S. **Mercantilização da cultura e dinâmica simbólica local**: a indústria cultural em Itabira, Minas Gerais. 2009. 333 f. Tese (Doutorado em Administração) – Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

SAUSSURE, F. Course in general linguistics. London: Duckworth, 1983. Disponível em: <<http://valerie6.myweb.uga.edu/Saussure>>. Acesso em; 11 abr. 2012.

SCHWARCZ, L. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCOTT, J. W. **Gênero**: uma categoria útil para a análise histórica. Recife: SOS Corpo, 1995.

SCOTT, J. W. Igualdade versus diferença: os usos da teoria pós-estruturalista. **Debate feminista**, São Paulo: Melhoramentos, 1999. .

SILVA, L. R. M.; OLIVEN, L. R. A. O “doméstico” do doméstico – parte 2: o caso Mangueira. In: XIX ENCONTRO NACIONAL DO CONPEDI, 2010, Fortaleza. **Anais... Fortaleza: Entidade promotora**, 2010. p. 8.783-92

SILVA, M. H. R. Mulheres negras no mercado de trabalho: empregadas domésticas. **Rev. Ed. Popular**, Uberlândia, n. 5, p. 43-8, jan./dez. 2006.

SILVA, P. V. B. Notas sobre os escritos do projeto ‘Racismo e discurso na América Latina’. In: VII CONGRESSO LATINOAMERICANO DE ESTUDIOS DEL DISCURSO, 2007, Bogotá, Colômbia. **Anais...** Bogotá: ALED, 2007.

SILVA, T. T. **Documentos de identidade**: introdução às teorias de currículo. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

SMITHERMAN, G. “The chain remain the same”: communicative practices in the Hip Hop nation. *Journal of Black Studies*, v. 28, n. 1, p. 3-25, Sept. 1997. Disponível em: <<http://www.public.iastate.edu/~drrussel/www548/Smitherman%20J%20Black%20Studies.pdf>>. Acesso em: 02 maio 2012.

SNAPE, D.; SPENCER, L. The foundations of qualitative research. In: RITCHIE, J.; LEWIS, J. (Eds). **Qualitative research practice**: a guide for social science students and researchers. London: Sage, 2003, p. 1-23.

SOCHAN, A. M. Stance and strategy: post-structural perspective anda post-colonial engagement to develop nursing knowledge. **Nursing Philosophy**, v. 12, p. 177-90, 2011.

SOUSA FILHO, A. de. Foucault: o cuidado de si e a liberdade, ou a liberdade é uma agonística. 2007. Artigo disponível em <<http://redehumanizasisus.net/node/7011>>. Acesso em: 10 abr. 2012.

SOUZA SANTOS, B. S. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In: SANTOS, B. S. (Org). **Conhecimento prudente para uma vida decente**. Porto: Afrontamento, 2005.

SOUZA, E. M. Fazendo e desfazendo gênero! A abordagem pós-estruturalista sobre gênero. In: CARRIERI, A. P.; TEIXEIRA, J. C.; NASCIMENTO, M. C. R. (Orgs) **Gênero e trabalho: perspectivas, possibilidades e desafios no campo dos estudos organizacionais**. Salvador: EDUFBA, 2015. *Forthcoming*.

SOUZA, E. M. Pós-modernidade nos estudos organizacionais: equívocos, antagonismos e dilemas. In: XXXIV ENANPAD, 2010, Rio de Janeiro. **Anais...**, Rio de Janeiro, 2010.

SOUZA, E. M.; BIANCO, M. F. Subvertendo o desejo no teatro das organizações: problematizações contemporâneas sobre o desejo e a expansão da vida nas relações de trabalho. **Cadernos Ebape.BR**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, , p. 394-411, jun. 2011.

SOUZA, E. M.; CARRIERI, A. P. A analítica Queer e seu rompimento com a concepção binária de gênero. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 11, p. 46-70, 2010.

SOUZA, E. M.; GARCIA, A. Um diálogo entre Foucault e o marxismo: caminhos e descaminhos. **Revista Aulas**, Dossiê Foucault, n. 3, p. 1-32, dez. 2006 / mar. 2007.

SOUZA, E. M.; PETINELLI-SOUZA, S.; SILVA, A. R. L. O pós-estruturalismo e os estudos críticos de gestão: a busca pela emancipação à constituição do sujeito. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 17, n. 2, p. 198-217, mar./ abr. 2013.

SOUZA, J. A invisibilidade da desigualdade brasileira. Belo Horizonte: UFMG, 2006. 396 p.

SOUZA, J. **A ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. 483 p.

SOUZA, L.; ANTERO, F. Faça o ‘teste do pescoço’ e saiba se existe racismo no Brasil. Redação Pragmatismo, 9 jul. 2013. Disponível em: <
<http://www.pragmatismopolitico.com.br/2013/07/teste-do-pescoco-revela-racismo-no-brasil.html>>. Acesso em: 13 mar. 2015.

SOUZA, N. R. Aculturação e identidade: o caso do seriado ‘sexo e as negas’. In: VI Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (VI COMPOLÍTICA), Rio de Janeiro, 2015. **Anais...** Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2015.

SOVIK, L. Aqui ninguém é branco: hegemonia branca e *media* no Brasil. In: WARE, V (Org.). **Identidade branca e multiculturalismo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004, p. 363-86.

SOVIK, L. Pensando com Stuart Hall. In: JÚNIOR, J. J.; GOMES, I. M. M. (Orgs). **Comunicação e estudos culturais**. Salvador: EDUFBA, 2011, p. 49-62.

SOVIK, L. Preto no branco: Stuart Hall e a branquitude. **Revista da ABPN**, v. 6, n. 13, p. 162-74, 2014.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – STF. STF julga constitucional política de cotas na UnB. Brasília: Notícias STF, 26 abr. 2012. Disponível em: <
<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=206042&caixaBusca=N>>
. Acesso em: 02 mar. 2013.

TALIB, N.; FITZGERALD, R. Inequality as meritocracy: the use of the metaphor of diversity and the value of inequality within Singapore's meritocratic education system. *Critical Discourse Studies*, n. ahead-of-print, p. 1-18, 2015. Disponível em: <

<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/17405904.2015.1034740>>. Acesso em: 22 fev. 2015.

TANSEL, A. Public-private employment choice, wage differentials and gender in Turkey. **Discussion Paper Series**, Germany, IDZA DP n. 1262, Aug. 2004.

TEIXEIRA, J. C. **Dinâmica do campo científico e os capitais em jogo na pesquisa em uma universidade pública**. 2011, n. de folhas. Dissertação (Mestrado em ????) — Lavras: UFLA, 2011.

TEIXEIRA, J. C. ; NASCIMENTO, M. C. R. ; BARROS, A. N. . Os rolezinhos em shopping centers: reflexões sobre o que agregam e em que desafiam os estudos dos shoppings como espaços de segregação social e urbana. In: VIII ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS DA ANPAD –EnEO, 2014, Gramado/RS. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2014.

TEIXEIRA, J. C. ; NASCIMENTO, M. C. R. ; CARRIERI, A. P. . De Xica da Silva a funcionário da cozinha do RU : manifestações discursivas de sexismo e racismo nas universidades brasileiras. In: XXXVIII ENCONTRO DA ANPAD – EnANPAD, 2014, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2014.

TEIXEIRA, J. C.; CARRIERI, A. P. As patroas sobre as empregadas: discursos classistas e saudosistas das relações de escravidão. In: Secretaria de Políticas para as Mulheres (Org.). **Oitavo prêmio constituindo a igualdade de gênero: redações, artigos científicos e projetos pedagógicos premiados**. Brasília: SPM, 2013, p. 31-68.

TEIXEIRA, J. C.; SARAIVA, L. A. S.; CARRIERI, A. P. Os lugares das empregadas domésticas. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 22, n. 72, p. 161-78, jan./ mar. 2015.

TÍLIO, R. Revisitando a análise crítica do discurso: um instrumental teórico-metodológico. **Revista do Curso de Letras da UNIABEU**, Nilópolis, v. 1, n. 2, p. 86-102, maio/ago. 2010.

TV GLOBO. Mergulhe no universo histórico de Lado a Lado: historiadoras Luciane Reis e Rosane Bardanachvili estreiam coluna especial. Rio de Janeiro: GLOBO, 2012. Disponível em: <<http://tv.globo.com/novelas/lado-a-lado/Fique-por-dentro/noticia/2012/10/naquele-tempo-mergulhe-no-universo-historico-de-lado-a-lado.html>>. Acesso em: 22 fev. 2013.

VALENTIM, S. S. Crianças escravas no Brasil Colonial. *Educ. Rev.* (online), n. 11, p. 30-8, 1990. Disponível em: <<http://educa.fcc.org.br/pdf/edur/n11/n11a04.pdf>>. Acesso em: 03 mar. 2013.

VAN DIJK, T. A. Discourse as interaction in society. In: VAN DIJK, T. A. (Ed.). **Discourse as social interaction**. London: Sage, 1997, p. 1-37.

VARGAS, R. A. A.; JUNQUILHO, G. S. Funções administrativas ou práticas? As "artes do fazer" gestão em uma escola municipal. In: VII ENCONTRO DA DIVISÃO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS DA ANPAD – EnEO, 2012, Curitiba. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2012.

VARGAS-HERNÁNDEZ, J. G. Modernidad, postestructuralismo y postmodernismo em las teorías de administración internacional. **Encontros Científicos – Tourism & Management Studies**, n. 5, p. 180-92, 2009.

WACQUANT, L. Notas para esclarecer a noção de *habitus*. **Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 6, n. 16, p. 06-16, abr. 2007.

WALBY, S. **Theorizing patriarchy**. Oxford: Basil Blackwell, 1990.

- WARE, V. Introdução: o poder duradouro da branquidade: “um problema a solucionar”. In: WARE, V (Org.). **Identidade branca e multiculturalismo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. p. 7-40.
- WELLER, W.; SILVEIRA, M. Ações afirmativas no sistema educacional: trajetórias de jovens negras da Universidade de Brasília. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 931-47, set./dez. 2008.
- WIACEK, J. F. N. **Fora do ar, o devir-outro**. E, na mídia, a (d)eficiência em cena em mais um programa para normalizar a diferença. 2004, Dissertação (Mestrado em ????) Universidade Estadual de Maringá, Maringá.
- WILM, M. G. A representação masculina em anúncios: uma observação sobre as diferenças na abordagem do gênero. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO XXV, Salvador, 1 a 5 setembro 2002. Anais... INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. 2002. Disponível em: <http://galaxy.intercom.org.br:8180/dspace/bitstream/1904/19244/1/2002_COMUNICACOES_WILM.pdf>. Acesso em: 02 maio 2012.
- WOOD JR, T.; PAES DE PAULA, A. P. Pop-management: pesquisa sobre as revistas populares de gestão no Brasil. In: XXVI ENANPAD, 2002, Salvador. **Anais...**, Rio de Janeiro, 2002.
- WRIGHT, M. M. Signs of race in poststructuralism: toward a transformative theory of race by Robert Young. *African American Review*, v. 43, n. 4, p. 782-83, Winter 2009. Disponível em <<http://www.jstor.org/stable/41328698>>. Acesso em: 06 jan. 2015.
- YOUNG, R. J. C. **Preface to untying the text**: a post-structuralist reader. 1981. Disponível em: <<http://robertjyoung.com/UTTPreface.pdf>>. Acesso em: 03 abr. 2012.
- YOUNG, R. **Signs of race in poststructuralism**: toward a transformative theory of race. Lanham, MD: UP of America, 2009. 163 p.
- ZANATTA, J. A.; COSTA, M. L. Algumas reflexões sobre a pesquisa qualitativa nas ciências sociais. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 12, n. 2, p. 344-59, 2012.
- ZANETTI, J. P.; SACRAMENTO, M. P. Jovens negras: ressignificando pertencimentos, construindo práticas. In: WERNECK, J. (Org.). **Mulheres negras**: um olhar sobre as lutas sociais e as políticas públicas no Brasil. Rio de Janeiro: Criola, 2009.